

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. – ELETROBRAS
FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

RIO DE JANEIRO
2018

**MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. – ELETROBRAS
FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

Relatório de Gestão do exercício de 2017 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições: da Resolução TCU nº 234/2010, de 1º de setembro de 2010 (alterada pela resolução TCU nº 244/2011); da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, de 1º de setembro de 2010 (alterada pela Instrução Normativa TCU nº 72/2013); da Decisão Normativa TCU nº 161/2017, de 1º de novembro de 2016; da Decisão Normativa TCU nº 163/2017, de 06 de dezembro de 2017; da Portaria TCU nº 65/2018, de 28 de fevereiro de 2018; e por meio de instruções obtidas no sistema e-Contas, do TCU, disponível em seu *website*.

Superintendência de Estratégia e Sustentabilidade
Gerência de Sustentabilidade Empresarial
Rio de Janeiro
2018

1	SUMÁRIO	2
1.1	Lista de Tabelas, Quadros gráficos e figuras.....	4
1.2	Lista de Anexos e apêndices.....	5
2	APRESENTAÇÃO.....	6
3	VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS	9
3.1	Finalidade e competências.....	9
3.2	Organograma	11
3.3	Macroprocessos finalísticos.....	27
3.4	Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão ou da entidade	29
3.5	Ambiente de atuação	31
3.6	Composição acionária do capital social.....	42
3.7	Participação em outras sociedades	43
3.8	Principais eventos societários ocorridos no exercício	45
4	PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL	46
4.1	Planejamento organizacional.....	46
4.1.1	Descrição sintética dos objetivos do exercício	47
4.1.2	Estágio de implementação do planejamento estratégico	51
4.1.3	Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	51
4.2	Desempenho orçamentário	52
4.2.1	Informações sobre a realização das receitas	52
4.2.2	Informações sobre a execução das despesas.....	55
4.2.2.1	Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total	55
4.2.2.2	Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade	57
4.2.2.3	Programação de Despesas	88
4.2.2.4	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total	91
4.3	Apresentação e análise de indicadores de desempenho.....	95
4.4	Desempenho operacional.....	99
5	GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	104
5.1	Descrição das estruturas de governança	104
5.1.1	Atendimento à Lei das Estatais	113
5.2	Atuação da unidade de auditoria interna	117
5.3	Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos.....	137
5.4	Gestão de riscos e controles internos.....	137
5.5	Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados	140
5.6	Informações sobre os dirigentes e colegiados	143
5.7	Política de designação de representantes nas assembleias e nos colegiados de controladas, coligadas e sociedades de propósito específico	151
5.8	Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada	151
5.9	Participação acionária de membros de colegiados da entidade.....	152
6	ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	153

6.1 Gestão de pessoas	153
6.1.1 Estrutura de pessoal da unidade.....	153
6.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal	167
6.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal	168
6.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários	172
6.1.5 Entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas	179
6.2 Gestão do patrimônio e da infraestrutura	181
6.2.1 Gestão do patrimônio imobiliário da União	181
6.3 Gestão da tecnologia da informação.....	184
6.3.1 Principais sistemas de informações	196
6.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)	216
6.4 Gestão ambiental e sustentabilidade.....	217
6.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras	218
7 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	219
7.1 Canais de acesso do cidadão.....	219
7.2 Carta de Serviços ao Cidadão.....	221
7.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	221
7.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	222
8 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	223
8.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.....	223
8.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	223
8.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/1976 e notas explicativas.....	232
8.4 Desempenho financeiro do exercício	233
9 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	242
9.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU	242
9.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	250
9.3 Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário	259
9.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993	259
9.5 Informações sobre as ações de publicidade e propaganda	263
10 ANEXOS E APÊNDICES	281
Anexo I – Protocolo de Indicadores	282
Anexo II– Ofício Circular n° 95/2017-MP.....	310
Anexo III – Regimento Interno AD	314
Anexo IV- Avaliações dos eventos de riscos priorizados	318
Anexo V– Estudo Atuarial FRG.....	343
Anexo VI – Aprovação do Orçamento FRG	386
Anexo VII – Andamento Acórdão 2317/2015	388
Anexo VIII – Auditorias Acórdão 388/2018	394

1.1 LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

Quadro 3.2 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas	11
Quadro 3.3 – Macroprocessos Finalísticos.....	27
Quadro 3.5 – Resumo dos Cadastros – Empreendedores	37
Quadro 3.6 – Composição Acionária do Capital Social	42
Quadro 3.7 – Investimentos permanentes em outras sociedades.....	43
Quadro 4.2.1.1 – Composição do Saldo	52
Quadro 4.2.1.2 – Abertura mensal das receitas	53
Quadro 4.2.1.3 –Receitas Regulatórias x Receitas Societárias	54
Quadro 4.2.2.1- Despesas por grupo e elemento de despesa.....	55
Quadros 4.2.2.2 – Ações do Orçamento de Investimento	57
Quadro 4.2.2.3 – Programação de Despesas	88
Quadro 4.2.2.4.1 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa.....	91
Quadro 4.2.2.4.2 – Comparativo PMSO DRE X PDG.....	94
Quadro 5.1 – Capital Social.....	104
Quadro 5.5.1 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal	140
Quadros 5.5.2 - Remuneração dos Administradores	141
Quadro 5.5.3- Remuneração Variável dos Administradores	142
Quadro 5.9 – Participação acionária de membros de colegiados	152
Quadro 6.1.1.1 - Força de trabalho	153
Quadro 6.1.1.2 - Distribuição da Lotação Efetiva	153
Quadro 6.1.1.3 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas.....	154
Quadro 6.1.1.4 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos.....	154
Quadro 6.1.1.5– Acordo para Desmobilização dos Terceirizados	156
Quadro 6.1.1.6 - Qualificação da força de trabalho quanto ao grau de escolaridade	157
Quadro 6.1.1.7 - Qualificação da força de trabalho quanto à idade	158
Quadro 6.1.1.8 - Absenteísmo Doença Não Ocupacional	159
Quadro 6.1.1.9 - Absenteísmo Doença Ocupacional.....	162
Quadro 6.1.1.10 - Indicadores de Recursos Humanos.....	166
Quadro 6.1.2 – Despesas do pessoal.....	167
Quadro 6.1.4.1 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	172
Quadro 6.1.4.2 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	175
Quadro 6.1.4.3 - Composição do Quadro de Estagiários	178
Quadro 6.1.5.1 – Quantidade de Servidores Contemplados Planos BD e CD	179
Quadro 6.3.1.1 – Contratos dos principais sistemas de informação (parte 1/2)	196
Quadro 6.3.1.1 – Contratos dos principais sistemas de informação (parte 2/2)	200
Quadro 6.3.1.2 – Riscos x Impactos com Segurança da Informação	205
Quadro 6.3.1.3 Matriz de riscos.....	209
Quadro 6.4 – Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis	217
Quadro 9.1 – Acompanhamento das determinações do TCU.....	243
Quadro 9.2 – Acompanhamento das determinações do Órgão de Controle Interno	251

Quadro 9.5.1 – Despesas com Publicidade.....	263
Quadro 9.5.1.1 – Publicidade Institucional	266
Quadro 9.5.1.2 – Publicidade Legal	270

1.2 LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

Anexo I – Protocolo de Indicadores	282
Anexo II– Oficio Circular n° 95/2017-MP.....	310
Anexo III – Regimeto Interno AD	314
Anexo IV- Avaliações dos eventos de riscos priorizados	318
Anexo V– Estudo Atuarial FRG.....	343
Anexo VI – Aprovação do Orçamento FRG	386
Anexo VII – Andamento Acórdão 2317/2015	388
Anexo VIII – Auditorias Acórdão 388/2018.....	394

RELATÓRIOS, PARECERES E DECLARAÇÕESupload no e-Contas TCU

92 Relatório e/ou parecer da unidade de auditoria interna.....	403
93 Parecer de colegiado.....	410
119 Relatório de instância ou área de correição.....	412
121 Relatório de auditor independente.....	419
122 Declarações de integridade.....	429
122.2 Integridade e completude dos registros de informações no Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões	425
122.3 Integridade e completude do atendimento dos requisitos da Lei 8.730/1993 quanto à ..entrega das declarações de bens e rendas.....	427

2 APRESENTAÇÃO

INTRODUÇÃO

Relatório de Gestão do exercício de 2017 apresentado, aos órgãos de controle interno e externo, como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições: da Resolução TCU nº 234/2010, de 1º de setembro de 2010 (alterada pela resolução TCU nº 244/2011); da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, de 1º de setembro de 2010 (alterada pela Instrução Normativa TCU nº 72/2013); da Decisão Normativa TCU nº 161/2017, de 1º de novembro de 2016; da Decisão Normativa TCU nº 163/2017, de 6 de dezembro de 2017; da Portaria TCU nº 65/2018, de 28 de fevereiro de 2018; e por meio de instruções obtidas no sistema e-Contas, do TCU, disponível em seu website.

Esta Unidade Prestadora de Contas (UPC) é uma sociedade anônima de capital fechado, regida pela Lei nº 6.404/1976.

O relatório está estruturado de acordo com o estabelecido no Sistema e-Contas para Furnas e atende às orientações gerais estabelecidas pela DN 163/2017. Compõem o relatório a Visão Geral da Unidade, a Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos, o Relacionamento com a Sociedade, o Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional, o Desempenho Financeiro e Informações Contábeis, as Áreas Especiais da Gestão além da Conformidade da Gestão e Demandas dos Órgãos de Controle.

Os itens do ANEXO ÚNICO DA PORTARIA-TCU Nº 65/2018, **que estão relacionados no e-Contas, mas que não se aplicam** a Furnas Centrais Elétricas S.A são os seguintes:

1.3 Lista de siglas e abreviações

Justificativa: Descrição das siglas se encontra no corpo do Relatório.

7.2 Carta de Serviços ao Cidadão

Justificativa: Não se aplica. Embora a Ouvidoria seja um canal disponibilizado ao público externo, como Furnas não é concessionária de Distribuição, não são recebidas demandas de cidadãos no papel de usuários finais do serviço público de energia elétrica.

8.3 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Justificativa: A depreciação e amortização dos itens do patrimônio da Empresa é calculada de forma linear e considera as taxas estabelecidas pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico da ANEEL. Não há caso de exaustão na Empresa.

É importante destacar que este Relatório obedece à estrutura de conteúdos definida no e-Contas, bem como às orientações de elaboração ali disponibilizadas como tópicos de ajuda.

Este Relatório foi aprovado pela Diretoria Colegiada em 16.05.2018, por meio da Resolução da Diretoria – RD nº 001/3013.

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras de Furnas relativas ao exercício de 2017 foram publicados em 16 de abril de 2018, no jornal O Globo e no Diário Oficial do Estado do

Rio de Janeiro (DOERJ), encontrando-se disponíveis, também, no *website* da Empresa (www.furnas.com.br).

Principais desafios e realizações

O setor elétrico vem enfrentando grandes desafios nos últimos anos. Além das dificuldades do cenário econômico nacional, questões de cunho regulatório exigiram grandes esforços e ajustes das empresas.

Ao completar 60 anos de história em 2017 - sempre olhando para o futuro - Furnas aprimorou medidas que fortaleceram as bases da sustentabilidade de seus negócios. Essas medidas seguiram os Planos de Negócios e Gestão quinquenais, sendo o mais recente o do período 2018-2022, fundamentados nos pilares Governança e Conformidade, Disciplina Financeira, Excelência Operacional, Valorização das Pessoas e Atuação Sustentável.

Neste contexto, a Empresa alcançou lucro líquido de R\$ 1.422 milhões em 2017, mantendo a sua trajetória de recuperação iniciada em 2014.

A primeira ação a ser destacada é a reestruturação organizacional, que permitiu uma economia anual de cerca de R\$ 12 milhões, devido à redução de funções gratificadas e à otimização dos processos de tomada de decisão. Também foi importante a execução do Plano de Aposentadoria Extraordinário (PAE), que gerou o desligamento de 628 empregados efetivos e contribuiu para o processo de adequação do quadro de pessoal à nova realidade do setor elétrico brasileiro. Ainda em 2017, iniciou-se o projeto Orçamento Base Zero (OBZ), que introduziu uma nova metodologia de orçamentação e permitiu a proposição de 30 Iniciativas de Geração de Valor – IGVs. Já em 2017, obteve-se economia de R\$ 10,9 milhões. As IGVs representam um potencial de redução do custo estrutural de R\$ 175,6 milhões, quando integralmente implementadas.

O foco em resultados levou a Empresa a otimizar a gestão de suas participações nas Sociedades de Propósito Específico (SPEs). Foi dado andamento à estratégia de consolidar suas participações acionárias em holdings, ampliando a eficiência e buscando alavancar a rentabilidade para os acionistas.

Do lado operacional, Furnas também comemora bons resultados. Em 2017, registrou 94,77% de disponibilidade da geração, mantendo a trajetória de crescimento dos últimos dois anos. A transmissão atingiu 99,69% de disponibilidade, considerado um nível elevado, sobretudo, devido à complexidade e à extensão da rede operada. Para garantir que esse desempenho operacional seja constantemente melhorado, os parques gerador e transmissor recebem investimentos contínuos para a automação das unidades operacionais.

Como previsto, foram realizados, ainda, os investimentos do Plano Geral de Empreendimentos de Transmissão em Instalações em Operação (PGET), com obras de reforço e modernização autorizadas pela ANEEL. Nos últimos quatro anos, o PGET recebeu investimentos de R\$ 1,2 bilhão.

Também em relação aos empreendimentos em operação, destaca-se o Projeto de Gestão dos Ativos que busca estruturar a Empresa para a montagem e manutenção da Base de Remuneração Regulatória – BRR de seus ativos de geração e transmissão, com foco nos processos de Reajuste Anual e Revisão Tarifária Periódica, cumprindo os requisitos da ANEEL.

Estas foram as principais ações do ano, mas é a leitura completa deste Relatório que permitirá ao leitor confirmar que Furnas segue atenta a novas oportunidades, aprimorando a gestão e buscando excelência e competitividade nas suas operações.

Não se pode concluir este relato sem lembrar que todo esse esforço é realizado por pessoas. Homens e mulheres que dedicam o melhor do seu tempo superando adversidades, propondo soluções, cuidando para que a Empresa continue devolvendo à sociedade todo o valor produzido com as suas atividades. É assim que os colaboradores de Furnas reafirmam o seu compromisso com a retomada do crescimento econômico e com desenvolvimento sustentável do país.

3 VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

Furnas - Centrais Elétricas S.A. (“Furnas” ou “Empresa”) é uma empresa de economia mista de capital fechado, com sede à Rua Real Grandeza, 219, Botafogo, Rio de Janeiro, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras.

O parque gerador em operação de Furnas é composto por 26 usinas, próprias ou em parceria, das quais:

- a) 21 (vinte e uma) são hidrelétricas (UHE), sendo 4 (quatro) próprias, seis sob administração especial – afetadas pela Lei no 12.783/2013, 2 (duas) em parceria com a iniciativa privada e 9 (nove) em regime de Sociedade de Propósito Específico (SPE), com potência instalada total de 17.176,83 MW, sendo 11.304,56 MW a participação de Furnas;
- b) 3 (três) são eólicas em regime de SPE, com potência instalada total de 187,04 MW;
- c) 2 (duas) são termelétricas, com 530 MW de potência instalada total.

Este parque gerador dispõe de 17.893,87 MW de potência instalada, dos quais Furnas detém 11.880,38 MW.

O parque transmissor em operação de Furnas contempla 21.928,10 km de linhas próprias e 7.921,58 km de linhas sob a forma de participação em SPEs, totalizando 29.849,68 km de linhas de transmissão.

Furnas possui 55 subestações próprias em operação, com capacidade de transformação igual a 110.721,27 MVA e 27 subestações sob a forma de participação em SPEs, com 25.766,00 MVA, totalizando 82 subestações com 136.487,27 MVA de capacidade de transformação total.

Além dos parques de geração e transmissão em operação, Furnas participa ainda em SPEs com outras empresas na construção de uma nova usina, linhas de transmissão e subestações.

3.1 Finalidade e competências

Criada em 28 de fevereiro de 1957, Furnas Centrais Elétricas S.A. é uma empresa de economia mista de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras.

Atua na geração, transmissão e comercialização de energia elétrica, com instalações nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraná, Goiás, Mato Grosso, Pará, Tocantins, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Ceará e Bahia e no Distrito Federal.

Furnas atua, no setor elétrico, como:

- Concessionária de Geração e de Transmissão – nesta qualidade, interage com os agentes oficiais estabelecidos pela legislação que regulamenta esta atividade, a saber, ANEEL, CCEE e, ONS. Como concessionária de transmissão, recebe uma tarifa, denominada Receita Anual Permitida (RAP). Como concessionária de geração pode comercializar a garantia física de suas usinas, bem como a energia adquirida de terceiros, nos ambientes de contratação regulado e livre (ACR e ACL), ou receber uma Receita Anual de Geração (RAG), no caso dos empreendimentos renovados nos

termos da Lei nº 12.783/2013, que corresponde ao Custo de Gestão dos Ativos de Geração (GAG), acrescido de encargos e tributos.

- *Holding* de participações em empreendimentos de Geração e Transmissão via Sociedades de Propósito Específico (SPEs) – nesta qualidade, interage com suas investidas e com os demais sócios destas empresas.
- Prestadora de serviços diversos ligados, direta ou indiretamente, a sua atividade de O&M acima referida.

Furnas pauta sua atuação pelo compromisso com o bem-estar da sociedade, pelo cuidado com o meio ambiente e pelo respeito com as comunidades do entorno de suas instalações e empreendimentos.

O Estatuto Social, em seu Art. 4º, estabelece o objeto social de Furnas, a saber:

- a) realizar estudos, projetos, construção, operação e manutenção de usinas produtoras, subestações, linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades, de acordo com legislação vigente;
- b) participar de pesquisas, de interesse do setor energético, ligadas à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como de estudos de aproveitamento de reservatórios para fins múltiplos;
- c) contribuir para a formação do pessoal técnico necessário ao setor de energia elétrica;
- d) participar de entidades destinadas à coordenação operacional de sistemas elétricos interligados;
- e) prestar serviços de laboratório, telecomunicação, operação e manutenção do sistema de geração e transmissão de energia elétrica além de apoio técnico, operacional e administrativo às empresas concessionárias, às autorizadas e às permissionárias de serviço público de energia elétrica;
- f) participar de associações ou organizações de caráter técnico, científico ou empresarial de âmbito regional, nacional ou internacional, de interesse para o setor de energia elétrica;
- g) colaborar para a preservação do meio ambiente, no âmbito de suas atividades;
- h) colaborar com a Eletrobras nos programas relacionados com a promoção e incentivo da indústria nacional de materiais e equipamentos destinados ao setor de energia elétrica, bem como para a sua normalização técnica, padronização e controle de qualidade.
- i) comercializar direitos de uso ou de ocupação de torres, instalações eletroenergéticas e prediais, equipamentos e instrumentos e demais partes que possam constituir recurso de infraestrutura de telecomunicações da empresa;
- j) associar-se, mediante prévia e expressa autorização do Conselho de Administração da Eletrobras, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, no Brasil ou no exterior, que se destinem direta ou indiretamente à exploração da produção ou transmissão de energia elétrica sob regime de concessão, autorização ou permissão.

3.2 Organograma

Quadro 3.2 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas ⁽¹⁾	Competências	Titular	Cargo	Período de Atuação ⁽²⁾
Assembleia Geral dos Acionistas	Ver descrição abaixo	-	-	-
Conselho Fiscal	Ver descrição abaixo	Rodrigo Vilella Ruiz	Conselheiro	ago/16
		Guilherme Furst	Conselheiro	01.01.2017 a 08.02.2017
		Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos	Conselheira	01.01.2017 a 08.03.2017
		Alexandre Navarro Garcia	Conselheiro	fev/17
		Christiane Maranhão de Oliveira	Conselheira	abr/17
		Claudenir Brito Pereira	Conselheiro	08.03.2017 a 27.04.2017
Conselho de Administração	Ver descrição abaixo	Wilson Ferreira Junior	Conselheiro	ago/16
		Armando Casado de Araújo	Conselheiro	ago/16
		Felipe Sousa Chaves	Conselheiro	01/01/2017 a 29/09/2017
		Ricardo Medeiros	Conselheiro	ago/16
		Lucia Maria Martins Casasanta	Conselheiro	abr/17
		Antonio Carlos Paiva Futuro	Conselheiro	mar/17
		Samuel Assayag Hanan	Conselheiro	01/01/2017 a 17/10/2017
		Leonardo dos Santos Pessoa	Conselheiro	set/17
Superintendência de Auditoria Interna (AD)	Ver descrição abaixo	Alessandro da Silva Portinho	Auditor	ago/17
Diretoria Executiva	Ver descrição abaixo	Ricardo Medeiros - DP	Diretor	ago/16
		Claudio Guilherme Branco da Motta - DE	Diretor	set/16
		Claudio Danusio de Almeida Semprine – DN	Diretor	jun/16
		Djair Roberto Fernandes - DO	Diretor	set/16
		Julio Cesar Jorge Andrade - DA	Diretor	ago/16
		Jenner Guimarães do Rêgo - DF	Diretor	fev/17

Áreas/ Subunidades Estratégicas ⁽¹⁾	Competências	Titular	Cargo	Período de Atuação ⁽²⁾
Superintendência de Desenvolvimento de Novos Negócios (SN.N)	Ver descrição abaixo	Cristiane Nunes Maia Wandelli	Superintendente	dez/17
Superintendência de Gestão de Negócios e de Participações (SP.N)	Ver descrição abaixo	Luiz Eduardo Marques Moreira	Superintendente	dez/17
Superintendência de Comercialização (CE.N)	Ver descrição abaixo	Claudia de Barros Cotia	Superintendente	jan/17
Superintendência de Operação (SO.O)	Ver descrição abaixo	Mario Fernando Ellis	Superintendente	nov/13
Superintendência de Produção Oeste (PO.O)	Ver descrição abaixo	José Henrique Vilela (I)	Superintendente	dez/17
Superintendência de Produção Sudeste (PS.O)	Ver descrição abaixo	Flávio César Guimarães Avila (I)	Superintendente	dez/17
Superintendência de Planejamento e Engenharia de Manutenção (EM.O)	Ver descrição abaixo	Alexandre Claro Ramis	Superintendente	nov/17
Superintendência de Empreendimentos de Geração (EG.E)	Ver descrição abaixo	Rodrigo Junqueira Calixto	Superintendente	ago/17
Superintendência de Empreendimentos de Transmissão (ET.E)	Ver descrição abaixo	Victor Hugo Goes Ricco	Superintendente	ago/17
Superintendência de Gestão Ambiental e Fundiária (GA.E)	Ver descrição abaixo	Leticia Costa Manna Leite	Superintendente	ago/17

Fonte: Assessoria de Organização e Processos – AOP.A

⁽¹⁾ Refere-se a “as áreas ou subunidades mais estratégicas da gestão”. Para elaboração do relatório foi considerado que estas áreas são as áreas líderes dos macroprocessos finalísticos.

⁽²⁾ Na coluna “Período de Atuação” está indicada a data de início de atuação no cargo, que se estende até dezembro/2017.

Assembleia Geral de Acionistas

A Assembleia Geral Ordinária realiza-se dentro dos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, em dia e hora previamente fixados, na sede de Furnas para:

- tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
- deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e
- eleger os membros do Conselho de Administração, quando for o caso, e do Conselho Fiscal, bem como fixar-lhes as respectivas remunerações, assim como os honorários da Diretoria Executiva;

A mesa que dirige os trabalhos da Assembleia Geral é constituída pelo presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência ou impedimento, por quem a Assembleia escolher, e por um secretário, escolhido dentre os presentes.

O acionista poderá ser representado nas Assembleias Gerais nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

A competência para deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral é do Conselho de Administração. A competência assiste ainda ao Conselho Fiscal e aos acionistas, nos casos previstos em lei.

A Assembleia Geral será convocada em especial para deliberar sobre:

- alienação, no todo ou em parte, de ações do seu capital social ou de suas controladas; abertura e aumento do capital social por subscrição de novas ações ou venda desses valores mobiliários, se em tesouraria; venda de debêntures de que seja titular, de empresas das quais participe e emissão de debêntures conversíveis em ações;
- operações de cisão, fusão transformação ou incorporação;
- permuta de ações ou outros valores mobiliários;
- reforma do Estatuto Social; e
- outros assuntos que forem propostos pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal.

O Edital de Convocação poderá condicionar a representação do acionista na Assembleia Geral, além dos requisitos previstos em lei, ao depósito, na sede da sociedade, do comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações em custódia com setenta e duas horas de antecedência do dia marcado para realização da Assembleia Geral.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, de caráter permanente, compõe-se de três membros efetivos e igual número de suplentes, sendo um indicado, pelo Ministério da Fazenda, como representante do Tesouro Nacional, não computados os eleitos pelas ações ordinárias minoritárias e pelas ações preferenciais, quando aplicável, todos brasileiros e residentes no País, observados os requisitos e impedimentos fixados pela legislação vigente.

Os membros do Conselho Fiscal, em sua primeira reunião, elegerão o seu presidente, ao qual caberá dar cumprimento às deliberações do órgão.

Além das hipóteses previstas em lei, considerar-se-á vago o cargo de membro do Conselho Fiscal que, sem causa justificada, deixar de exercer suas funções por mais de duas reuniões consecutivas.

No caso de vacância, renúncia ou impedimento de membro efetivo, o presidente do Conselho Fiscal convocará o respectivo suplente, que completará o mandato do substituído.

Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos por Assembleia, permitidas reeleições, e exercerão seus cargos até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua eleição.

As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e registradas no “Livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal”, cabendo ao seu presidente, além do voto comum, o de desempate.

O Conselho Fiscal solicitará a Furnas a designação de pessoal qualificado para secretariá-lo e prestar-lhe apoio técnico.

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, além do reembolso das despesas de locomoção e

estada necessárias ao desempenho da função, será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o limite estabelecido na legislação vigente.

A pedido de qualquer de seus membros, o Conselho Fiscal poderá solicitar esclarecimentos ou informações e a apuração de fatos específicos aos auditores independentes.

O Conselho Fiscal poderá, para apurar fato cujo esclarecimento seja necessário ao desempenho de suas funções, formular, com justificativa, questões a serem respondidas por perito e solicitar à Diretoria Executiva que indique, no prazo máximo de trinta dias, três peritos, que podem ser pessoas físicas ou jurídicas, de notório conhecimento na área em questão, dentre os quais o Conselho Fiscal escolherá um, cujos honorários serão de responsabilidade de Furnas.

Ao Conselho Fiscal, sem exclusão de outros casos previstos em lei, compete:

- pronunciar-se sobre assuntos de sua atribuição que lhe forem submetidos pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria Executiva;
- acompanhar a execução patrimonial, financeira e orçamentária, podendo examinar livros, quaisquer outros documentos e requisitar informações;
- elaborar e aprovar o seu Regimento Interno;
- fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;
- opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar de seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral;
- opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de títulos e de valores mobiliários, planos de investimentos ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão de Furnas;
- denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não adotarem as providências necessárias para a proteção dos interesses de Furnas, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis a Furnas;
- convocar a Assembleia Geral Ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de um mês essa convocação, e a Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das Assembleias as matérias que considerarem necessárias;
- analisar, pelo menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras, elaboradas periodicamente pela Diretoria;
- examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar;
- exercer as atribuições previstas neste artigo, quando cabíveis, durante a eventual liquidação de Furnas;
- assistir obrigatoriamente às reuniões do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva em que se deliberar sobre assuntos sobre os quais deva opinar, relativo aos incisos V, VI e X deste artigo;
- fornecer ao acionista ou grupo de acionistas que representarem, no mínimo 5% (cinco por cento) do capital social, sempre que solicitadas, informações sobre matérias de sua competência; e
- examinar o plano de auditoria interna.

Os órgãos de administração são obrigados, através de comunicação por escrito, a colocar à disposição dos membros em exercício do Conselho Fiscal, dentro de dez dias, cópias das atas de suas reuniões e, dentro de quinze dias do seu recebimento, cópias dos seus balancetes e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente e dos relatórios de execução de orçamentos.

O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, por solicitação do presidente do Conselho de Administração, do diretor-presidente de Furnas ou de qualquer de seus membros, e as suas reuniões serão registradas em atas, que serão assinadas por todos os membros presentes.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração será integrado por até seis membros, com reputação ilibada e idoneidade moral, eleitos pela Assembleia Geral, os quais, dentre eles, designarão o presidente, todos com prazo de gestão de um ano, admitida a reeleição.

Os membros do Conselho de Administração deverão ser eleitos na forma descrita no *caput*, inclusive o membro que for escolhido Diretor-Presidente, nos termos do art. 25 do estatuto de Furnas.

Um dos membros do Conselho de Administração será indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e outro membro eleito como representante dos empregados, escolhido pelo voto direto de seus pares dentre os empregados ativos e em eleição organizada pela Empresa em conjunto com as entidades sindicais que os representem, nos termos da legislação vigente.

O conselheiro representante dos empregados não participará das discussões e deliberações sobre assuntos que envolvam relações sindicais, remuneração, benefícios e vantagens, inclusive matérias de previdência complementar e assistenciais, hipóteses em que fica configurado o conflito de interesse.

Nas matérias em que fique configurado conflito de interesses do conselheiro de administração representante dos empregados, nos termos do parágrafo anterior, a deliberação ocorrerá em reunião especial exclusivamente convocada para essa finalidade, da qual não participará o referido conselheiro.

Em caso de vacância do cargo de conselheiro representante dos empregados, o substituto será escolhido na forma da legislação vigente.

Em caso de ausência ou impedimento temporário do titular, a Presidência do Conselho de Administração será exercida por substituto a ser eleito dentre os demais conselheiros.

Além das hipóteses previstas em lei, perderá o mandato o conselheiro que deixar de comparecer a duas reuniões consecutivas sem motivo justificado.

Em caso de vacância de cargo de membro do Conselho de Administração, o substituto, exceto o indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, será indicado pela controladora e nomeado pelos conselheiros remanescentes, devendo servir até a primeira Assembleia Geral subsequente. O substituto eleito pela Assembleia Geral para preencher o cargo completará o prazo da gestão do substituído.

O prazo de gestão se prorrogará até a investidura dos novos membros.

O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário.

O Conselho de Administração será convocado pelo seu presidente e as suas reuniões serão registradas em atas, que serão assinadas por todos os membros presentes, as quais, quando

contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, serão arquivadas na Junta Comercial competente e publicadas.

Os membros do Conselho de Administração terão resarcidas suas despesas de locomoção e estada, sempre que residentes fora da cidade em que for realizada a reunião.

O Conselho de Administração reunir-se-á, ao menos uma vez ao ano, sem a presença do diretor-presidente da empresa, para avaliação dos membros da Diretoria Executiva.

Compete ao Conselho de Administração a fixação da orientação geral dos negócios de Furnas, o controle superior dos programas aprovados, bem como a verificação dos resultados obtidos. No exercício de suas atribuições, cabe também ao Conselho de Administração:

- estabelecer em R\$ 20 milhões ou 0,5% do Capital Social, o que for maior, como valor limite a partir do qual as matérias lhe serão submetidas para deliberação;
- autorizar Furnas a contrair empréstimo, no País ou no exterior, conforme limites fixados mediante sua deliberação e manifestação favorável da Eletrobras;
- autorizar a prestação de garantia a financiamentos, tomados no País ou no exterior, conforme limites fixados mediante sua deliberação e manifestação favorável da Eletrobras;
- autorizar a execução de atos negociais visando à aquisição de bens e contratação de obras e serviços, conforme limites fixados mediante sua deliberação;
- eleger e destituir diretores, fixando-lhes suas atribuições;
- deliberar sobre a constituição de consórcios empresariais ou participações em sociedades que se destinem, direta ou indiretamente, à consecução do objeto social de Furnas, sob o regime de concessão, autorização ou permissão, mediante autorização do Conselho de Administração da Eletrobras;
- aprovar a indicação, feita pela Diretoria Executiva, dos membros para compor as diretorias e conselhos de administração e fiscal das sociedades em que participe, submetendo sua escolha à aprovação da Eletrobras;
- aprovar a estrutura organizacional de Furnas;
- monitorar a gestão da empresa mediante requisição de informações ou exame de livros e documentos;
- aprovar os relatórios da administração e de controles internos, bem como as contas da Diretoria Executiva;
- autorizar Furnas a emitir títulos de valores mobiliários, mediante sua deliberação e manifestação favorável da Eletrobras;
- escolher e destituir auditores independentes, segundo as normas aprovadas pela controladora, observada a legislação pertinente;
- elaborar e alterar seu Regimento Interno, bem como aprovar o Regimento Interno de Furnas;
- deliberar sobre as estimativas de receitas, despesas e investimentos de Furnas em cada exercício, propostas pela Diretoria;
- deliberar sobre a remuneração aos acionistas, com base nos resultados intermediários apurados nos termos da legislação aplicável;
- deliberar sobre aquisição, alienação ou oneração de bens móveis e imóveis não relacionados ao cumprimento do objeto social de Furnas, conforme limites previamente fixados, bem como sobre fazer e aceitar doações com ou sem encargos;
- autorizar a alienação ou aquisição de bens móveis e imóveis diretamente relacionados ao cumprimento do objeto social de Furnas, conforme os valores definidos como de sua competência para aprovação;

- convocar as Assembleias Gerais;
- autorizar a abertura de filiais, agências e escritórios no Brasil ou no exterior;
- deliberar sobre o afastamento dos diretores, quando o prazo for superior a trinta dias consecutivos;
- avaliar o desempenho dos membros da Diretoria Executiva da Empresa, pelo menos uma vez por ano, com base nas diretrizes estabelecidas para a realização do contrato de metas de desempenho e dos planos estratégico, de negócios e de investimentos;
- aprovar o plano anual de auditoria interna, após seu exame pelo Conselho Fiscal;
- deliberar sobre o uso ou exploração, a qualquer título, e por qualquer pessoa ou entidade, de equipamentos, instalações, bens ou outros ativos da Companhia, não vinculados à concessão, cujo valor exceda a 1% (um por cento) do patrimônio líquido apurado no balanço referente ao último exercício social encerrado;
- aprovar a assinatura do Contrato de Metas de Desempenho Empresarial (CMDE), por meio do qual Furnas se compromete a cumprir as orientações estratégicas ali definidas visando atender às metas e resultados estabelecidos pela controladora;
- decidir os casos omissos no Estatuto Social.

O valor em reais estabelecido no inciso I do Art. 21º do Estatuto Social de Furnas será corrigido pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – índice oficial de inflação do Governo Federal – ou outro índice que vier a substituí-lo.

As matérias a serem submetidas à apreciação do Conselho de Administração serão instruídas pela Diretoria Executiva.

Caberá ao Conselho de Administração regulamentar a composição, atribuição e funcionamento de comitês a ele vinculados.

O Conselho de Administração submeterá à apreciação do Conselho Fiscal o relatório anual da administração e respectivas demonstrações financeiras de cada exercício social.

O Conselho de Administração, em cada exercício, examinará e submeterá à decisão da Assembleia Geral Ordinária, o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras elaboradas pela Diretoria Executiva em conformidade com a legislação societária vigente, bem como a proposta de distribuição de dividendos e de aplicação dos valores excedentes, anexando o parecer do Conselho Fiscal e o certificado dos auditores independentes.

Superintendência de Auditoria Interna (AD)

A Auditoria Interna, vinculada ao Conselho de Administração, em conformidade com o disposto no Decreto nº 3.591/2000, artigo 15, parágrafo 3º, com redação dada pelo Decreto nº 4.304/2002, sujeita-se à orientação normativa e à supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, tendo por finalidade básica assegurar a legalidade e a legitimidade dos atos e fatos administrativos, bem como avaliar a eficácia da gestão, do controle e das práticas administrativas, orientando-se por uma filosofia de atuar preventivamente no sentido de adicionar valor à Empresa, fortalecendo seus controles e suas operações.

Compete à Superintendência de Auditoria Interna:

- definir políticas e objetivos da Auditoria Interna;
- coordenar e implementar metodologias e ferramentas necessárias para as atividades da Auditoria Interna;

- planejar, executar e controlar a realização de trabalhos de auditoria interna, conforme programação específica, previamente definida, emitir relatório com recomendações para os achados de auditoria no exercício e parecer sobre a prestação de contas anual e tomada de contas especiais do exercício anterior;
- acompanhar a definição e implementação de ações correntes decorrentes de trabalhos realizados;
- promover a realização de trabalhos especiais de auditoria, determinados pela Alta Administração da Companhia, não previstos na programação anual;
- acompanhar o atendimento aos órgãos externos de fiscalização e controle, como TCU e CGU, a fim de verificar o cumprimento das demandas dirigidas à Companhia, monitorar as recomendações expedidas por estes órgãos até a sua implementação ou analisar e avaliar as justificativas para descumprimento e providências adotadas pelo gestor;
- liderar o macroprocesso de Auditoria Interna.

Diretoria Executiva

A Diretoria é o órgão executivo de administração e representação, cabendo-lhe, dentro da orientação traçada pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração, assegurar o funcionamento regular de Furnas.

O diretor-presidente e os diretores não poderão exercer funções de direção, administração ou consultoria em empresas de economia privada, concessionárias de serviços públicos de energia elétrica, ou em empresas de direito privado ligadas de qualquer forma ao objeto social de Furnas, salvo na controladora, nas subsidiárias ou controladas e empresas concessionárias sobre controle estatal ou privado em que tenha participação acionária, onde poderão exercer cargos no Conselho de Administração, observadas as disposições da legislação vigente quanto ao recebimento de remuneração.

A Diretoria Executiva compõe-se á do diretor-presidente e até cinco diretores, eleitos pelo Conselho de Administração, que exercerão suas funções em regime de tempo integral, com prazos de gestão de 3 (três) anos, permitidas reeleições.

Compete a cada diretor, na sua área de atuação, planejar, coordenar e executar as atividades da sociedade, com vistas à realização do seu objeto social.

Os integrantes da Diretoria Executiva não poderão afastar-se do exercício do cargo por mais de trinta dias consecutivos, salvo em caso de férias ou licença, sob pena de perda do cargo, exceto nos casos autorizados pelo Conselho de Administração nos termos do Estatuto Social.

É vedado o pagamento em dobro da remuneração relativa às férias não gozadas no decorrer do período concessivo.

No caso de impedimento temporário, licença ou férias de qualquer dos membros da Diretoria Executiva, a sua substituição processar-se á pela forma determinada por seus pares, podendo também ser escolhida pessoa do quadro dos empregados de Furnas ou do Sistema Eletrobras, exceto quanto ao diretor-presidente, cujo substituto será indicado dentre os demais diretores pelo Conselho de Administração.

Vagando definitivamente cargo na Diretoria Executiva, utilizar-se-á o mesmo critério constante do parágrafo anterior para a substituição, até a realização da reunião do Conselho de Administração que decidir pela substituição definitiva e der posse ao novo diretor, preenchendo-se, assim, o cargo vago, pelo prazo que restava ao substituído.

No exercício das suas atribuições, compete à Diretoria Executiva, respeitadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração:

- aprovar, em harmonia com as diretrizes fundamentais fixadas pelo Conselho de Administração, normas orientadoras da ação de Furnas;
- elaborar planos de emissão de títulos de valores mobiliários para serem submetidos à apreciação do Conselho de Administração e posteriormente à Assembleia Geral;
- elaborar e submeter à aprovação do Conselho de Administração:
 - a) os planos anuais de negócios e o plano estratégico de Furnas;
 - b) os programas anuais de dispêndios e de investimentos de Furnas com os respectivos projetos;
 - c) os orçamentos de custeio e de investimentos de Furnas; e
 - d) a avaliação do resultado de desempenho das atividades de Furnas;
- elaborar e aprovar o seu Regimento Interno;
- decidir sobre contratações de obras, empreitadas, fiscalização, locação de serviços, consultorias, fornecimentos e similares que envolvam recursos financeiros cujos valores sejam inferiores ao limite previamente definido pelo Conselho de Administração de Furnas;
- aprovar normas de cessão de uso, locação ou arrendamento de bens imóveis de propriedade de Furnas;
- aprovar manuais e normas de administração, técnicas, financeiras e contábeis e outros atos normativos necessários à orientação do funcionamento de Furnas;
- aprovar planos que disponham sobre admissão, carreira, acesso, vantagens e regime disciplinar para os empregados de Furnas;
- aprovar os nomes indicados pelos diretores para preenchimento dos cargos que lhes são diretamente subordinados;
- delegar competência aos diretores para decidirem, isoladamente, sobre questões incluídas nas atribuições da Diretoria Executiva;
- delegar poderes ao diretor-presidente, diretores e empregados para autorização de despesas, estabelecendo limites e condições;
- pronunciar-se nos casos de admissão, elogio, punição, transferência e demissão dos empregados subordinados diretamente aos diretores;
- promover e prover a organização interna, mantendo-a constantemente atualizada;
- encaminhar ao Conselho de Administração solicitações visando à captação de recursos, contratação de empréstimos e financiamentos, prestação de garantia e participação em parcerias, no País ou no exterior;
- propor atos de renúncia ou transação judicial ou extrajudicial, para pôr fim a litígios ou pendências, submetendo-os à aprovação do Conselho de Administração, exceto para os casos já regulamentados em lei e observando-se o limite fixado na legislação vigente;
- elaborar, em cada exercício, as demonstrações financeiras estabelecidas pela legislação societária vigente, submetendo-as ao exame dos auditores independentes, bem como elaborar a proposta de distribuição de dividendos e de aplicação dos valores excedentes, para serem submetidos à apreciação dos Conselhos de Administração e Fiscal e ao exame e deliberação da Assembleia Geral;
- designar empregados de Furnas para missões no exterior, observados os procedimentos de aprovação junto à controladora;

- movimentar recursos de Furnas e formalizar obrigações em geral, mediante assinatura do diretor-presidente e de um diretor nos respectivos instrumentos obrigacionais, podendo esta competência ser delegada a procuradores ou empregados de Furnas, relacionados em atos específicos de Diretoria;
- autorizar férias ou licenças de qualquer de seus membros, exceto o diretor-presidente, designando o substituto na forma do parágrafo 2º do art. 27 do Estatuto Social;
- deliberar sobre a alienação de bens móveis e imóveis de valor inferior ao referido no artigo 21, incisos XVI e XVII.

A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por semana, com a maioria dos seus membros e, extraordinariamente, mediante a convocação do diretor-presidente e as suas reuniões serão registradas em atas, que serão assinadas por todos os membros presentes.

Sem prejuízo das demais atribuições da Diretoria, compete ao diretor-presidente, além da orientação da política administrativa e a representação de Furnas:

- superintender os negócios de Furnas;
- representar Furnas, judicial ou extrajudicialmente, ou ainda perante outras sociedades, acionistas ou público em geral e órgãos de fiscalização e controle, podendo delegar tais poderes a qualquer diretor, bem como nomear representantes, procuradores, prepostos ou mandatários;
- admitir e demitir empregados;
- formalizar as nomeações aprovadas pela Diretoria; e
- designar comissão eleitoral com o objetivo de organizar a eleição do representante dos empregados no Conselho de Administração cabendo-lhe, ainda, proclamar o candidato vencedor e comunicar o resultado ao sócio controlador para adoção das providências necessárias à designação do representante dos empregados no Conselho de Administração.

Superintendência de Empreendimentos de Geração (EG.E)

São atribuições deste órgão:

- planejar, coordenar e controlar as atividades de engenharia e construção nos empreendimentos de Geração;
- promover a aplicação e a atualização dos critérios de projeto e de construção, especificações e informações técnicas necessárias ao desenvolvimento das atividades de engenharia e de construção nos empreendimentos de geração;
- acompanhar e controlar o desenvolvimento dos projetos de geração;
- planejar o fornecimento dos itens necessários aos projetos de geração de energia;
- participar da viabilização de novos empreendimentos de geração fornecendo informações técnicas de projeto e de construção, incluindo soluções tecnológicas e seus orçamentos;
- prestar apoio às outras diretorias no que tange aos serviços de engenharia e construção de empreendimentos de geração;
- representar a Empresa perante a ANEEL, ANA, MME, EPE e outros órgãos no que se refere a estudos de planejamento da expansão da Geração, repotenciação, melhorias e modernização nos empreendimentos de Geração de interesse de Furnas;
- coordenar a elaboração dos estudos de planejamento, investigação e viabilização técnica de empreendimentos de geração de fontes convencionais e alternativas de interesse da Empresa e dos estudos técnicos relativos à expansão do sistema gerador de energia elétrica;
- coordenar a elaboração de estudos, projetos e a prestação de serviços relativos à Eficiência Energética junto a empresas, consumidores, fornecedores, consultores e concessionárias de energia elétrica;

- coordenar o processo de laboratórios para testes e ensaios e tecnologia de materiais e equipamentos;
- conduzir a implantação da política de eficiência energética no âmbito de Furnas;
- planejar e coordenar a execução das obras de geração de interesse de Furnas;
- controlar os resultados de escopo, custo, prazo e qualidade relativos à implantação das obras de geração de interesse de Furnas;
- promover a implantação, recuperação, modernização e repotenciação dos empreendimentos de geração e a promoção de seus serviços tecnológicos associados, incluindo parcerias com terceiros ou prestação de serviços;
- coordenar, no âmbito da Diretoria de Engenharia - DE, a contratação de obras de geração;
- definir, em articulação com os demais órgãos envolvidos, os serviços de engenharia do proprietário de obras de geração, para acompanhamento e controle dos empreendimentos das obras de interesse de Furnas;
- promover soluções tecnológicas nos empreendimentos de geração de Furnas em construção ou operação;
- promover as ações necessárias à consecução das metas referentes aos empreendimentos de geração, estabelecidas nos planos de negócio da Empresa;
- participar dos estudos de viabilização de novos negócios na área de geração, em articulação com os demais órgãos envolvidos, incluindo estudos de novos projetos, elaboração de contratos e formatação de parcerias;
- monitorar a implantação dos empreendimentos de Geração de fontes convencionais ou alternativas;
- subsidiar os órgãos competentes da Empresa com informações da área de geração necessárias ao relacionamento com os órgãos fiscalizadores, reguladores e financiadores;
- coordenar estudos técnicos e econômicos de obras e serviços da área de geração;
- apoiar a prospecção de oportunidades referentes a empreendimentos de geração, participando de estudos de novos projetos, orçamentação, elaboração de contratos e formatação de parcerias;
- apoiar as Gerências na integração com os demais órgãos envolvidos nos empreendimentos de geração;
- apoiar as Gerências na elaboração de minutas de Editais, Processos Licitatórios, Aditivos Contratuais, Análise de Reivindicações e Pleitos;
- apoiar as Gerências na elaboração e emissão de pareceres técnicos referentes aos empreendimentos de geração;
- estruturar e manter atualizado um banco de dados de obras de geração, com informações relativas aos índices de produtividade, de preços de insumos e equipamentos, sistemas, materiais e serviços;
- revisar, antes de sua publicação, todos os Editais de Obras e Serviços de Engenharia e Projetos no âmbito da Superintendência, acima do valor limite de contratação de pequeno vulto;
- fazer a gestão administrativa dos Instrumentos Contratuais cuja requisição seja abaixo do valor limite de aprovação da Superintendência e originada de área regional;
- coordenar, elaborar e fazer a gestão dos processos de contratação de Pequeno Vulto e de Convite de Serviços, no âmbito da Superintendência e dos órgãos das áreas regionais; e
- planejar, coordenar e controlar a execução das operações de inspeção de materiais e equipamentos de geração e sistemas associados, em articulação com as áreas envolvidas.

Superintendência de Gestão Ambiental e Fundiária (GA.E)

São atribuições deste órgão:

- coordenar a formulação de diretrizes e políticas para compatibilizar as atividades de gestão ambiental e fundiária, com as exigências legais e com as diretrizes da Empresa, para empreendimentos de geração e transmissão;
- coordenar a elaboração de estudos ambientais e fundiários para viabilização de novos negócios de geração e transmissão, conforme demandas da Empresa;
- gerenciar o processo da Gestão Sociopatrimonial dos empreendimentos em operação, em faixas de servidão de linhas de transmissão, em margens de reservatórios e demais propriedades de Furnas;
- Coordenar o licenciamento e os estudos ambientais dos empreendimentos em implantação e em operação, conforme demandas da Empresa;
- Coordenar a liberação fundiária para implantação de empreendimentos de geração e transmissão, conforme demandas da Empresa.

Superintendência de Empreendimentos de Transmissão (ET.E)

São atribuições deste órgão:

- planejar, coordenar e controlar as atividades de engenharia, fornecimento e de construção nos empreendimentos de transmissão e de telecomunicações;
- promover a aplicação e a atualização dos critérios de projeto e de construção, especificações e informações técnicas necessárias ao desenvolvimento das atividades de engenharia e de construção nos empreendimentos de transmissão e telecomunicações;
- participar da viabilização de novos empreendimentos de transmissão fornecendo informações técnicas de projetos e de construções, incluindo soluções tecnológicas e seus orçamentos;
- prestar apoio às outras diretorias no que tange aos serviços de engenharia e construção, de empreendimentos de transmissão, dentro de sua área de atuação;
- representar a Empresa perante a ANEEL, MME, EPE no que se refere a estudos de planejamento da expansão da transmissão do Sistema Interligado Nacional, melhorias e reforços nos empreendimentos de Furnas e interligações;
- coordenar os acessos ao sistema de transmissão e telecomunicações da Empresa;
- coordenar a elaboração de estudos técnicos e econômicos, com o objetivo de assegurar um melhor desempenho do sistema de transmissão da Empresa;
- coordenar no âmbito da Diretoria de Engenharia (DE), a participação de Furnas nos Leilões de Transmissão, incluindo a consolidação dos riscos associados;
- dar apoio à Superintendência de Geração relativamente à participação de Furnas nos Leilões de Geração;
- revisar, antes de sua publicação, todos os Editais de Obras e Serviços de Engenharia e Projetos no âmbito da Superintendência, acima do valor limite de contratação de pequeno vulto;
- fazer a gestão administrativa dos Instrumentos Contratuais cuja requisição seja abaixo do valor limite de aprovação da Superintendência e originada de área regional;
- coordenar, elaborar e fazer a gestão dos processos de contratação de Pequeno Vulto e de Convite de Serviços, no âmbito da Superintendência, dos órgãos das áreas regionais; e
- planejar, coordenar e controlar a execução das operações de inspeção de materiais e equipamentos de transmissão, em articulação com as áreas envolvidas.

Superintendência de Desenvolvimento de Novos Negócios (SN.N)

São atribuições deste órgão:

- coordenar e avaliar novos negócios em Geração, Transmissão, em conformidade com o Plano de Expansão;

- coordenar as apresentações de Furnas, com vistas ao Desenvolvimento de Novos Negócios, para entidades e empresas, nacionais e estrangeiras;
- coordenar as atividades necessárias para a estruturação de novos negócios de geração e transmissão conquistados nos leilões promovidos pela ANEEL;
- coordenar a elaboração dos Planos de Negócio de novos negócios de geração e transmissão conquistados nos Leilões promovidos pela ANEEL;
- assessorar as atividades necessárias para a estruturação de novos negócios desenvolvidos por meio da aquisição de ativos;
- assessorar a elaboração dos Planos de Negócio de novos negócios desenvolvidos por meio da aquisição de ativos;
- coordenar o Processo para seleção de parceiros para investimentos em novos negócios de geração e transmissão de energia elétrica;
- coordenar o processo de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, gestão e desenvolvimento de tecnologias inovadoras; e
- comercializar serviços relacionados à geração e transmissão de energia elétrica e de telecomunicações.

Superintendência de Gestão de Negócios e de Participações (SP.N)

São atribuições deste órgão:

- coordenar a elaboração de políticas corporativas referentes à participação de Furnas em Sociedades de Propósito Específico (SPE), de acordo com orientações do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva;
- coordenar o fluxo de informações relacionadas à gestão de participações, bem como atuar para garantir o atendimento e a efetividade das informações demandadas pelos sistemas de controle interno e externo;
- coordenar as ações de gestão das participações, que sejam inerentes às sociedades constituída; e.
- acompanhar, por Furnas, o desempenho técnico e financeiro dos Serviços Prestados pela SPE constituída para Prestação de Serviços.

Superintendência de Comercialização (CE.N)

São atribuições deste órgão:

- coordenar a elaboração de políticas corporativas referentes aos processos de comercialização de energia e da transmissão;
- planejar, coordenar e controlar as atividades de comercialização de energia e da transmissão.
- elaborar estratégias de negociação para comercialização de energia e da transmissão;
- coordenar as análises dos impactos de novas políticas, atos legais propostos ou emitidos e regulamentação do setor elétrico e de combustíveis para geração de energia elétrica, propondo gestões e alterações junto aos órgãos competentes, quando couber;
- propor, em conjunto com as demais áreas da Empresa, ações junto aos órgãos competentes nos assuntos regulatórios;
- gerir os riscos associados à comercialização de energia;
- representar a Empresa junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e aos demais órgãos, instituições, associações e agentes do setor elétrico no âmbito das suas atribuições de Comercialização de Energia e da Transmissão;
- coordenar a elaboração de estudos de preços de liquidação de diferenças e de mercado de energia elétrica, para a avaliação das estratégias de comercialização de energia; e

- coordenar a execução dos compromissos de comercialização de transmissão entre Furnas e os demais agentes do setor elétrico.

Superintendência de Produção Oeste (PO.O)

São atribuições deste órgão:

- planejar, coordenar e controlar, na sua área de atuação, a execução das atividades de operação e manutenção dos ativos de geração e transmissão de energia elétrica, bem como as atividades do sistema de telecomunicações, e zelar pela eficiência e eficácia da operação das instalações;
- participar, em articulação com a Superintendência de Planejamento e Engenharia de Manutenção, do estabelecimento dos programas de manutenção dos equipamentos de sua área de atuação, elaboração das normas e instruções de manutenção, bem como coordenar e controlar a execução das atividades pertinentes;
- acompanhar os resultados da política de sobressalentes das instalações de geração, de transmissão e de telecomunicações e recomendar alterações visando o seu aperfeiçoamento;
- prestar apoio, à Superintendência de Operação na elaboração de normas de instruções de operação e nas revisões mensais da programação de manutenção das unidades geradoras;
- acompanhar a execução de projetos de modificação ou ampliação das instalações da Empresa conduzidos pela Diretoria de Engenharia (DE), bem como a atualização dos documentos técnicos;
- acompanhar, em articulação com a Superintendência de Planejamento e Engenharia da Manutenção (EM.O), o cumprimento da garantia contratual das instalações de geração, transmissão e telecomunicação, de responsabilidade da DE;
- acompanhar, junto aos órgãos próprios da DE, o trato dos assuntos ligados à construção, montagem de novas instalações, arranjos físicos de casas de controle de usinas e subestações, bem como a projetos de instalações de apoio, almoxarifados, escritórios e estradas de acesso;
- acompanhar, junto com a DE, de atividades de comissionamento de novas instalações, equipamentos e sistemas de transmissão e geração de energia, com o objetivo de formar histórico de manutenção, identificar eventuais pendências de implantação e erros de projeto;
- coordenar a atuação das Gerências de Produção no apoio aos órgãos próprios da Empresa, nas atividades de meio ambiente, gestão de resíduos, gestão patrimonial, gestão fundiária e outras atividades não relacionadas às atividades fim da Diretoria de Operação e Manutenção (DO), bem como participar da elaboração de atos normativos relacionados aos temas; e
- representar Furnas nos Comitês de Bacias Hidrográficas e entidades assemelhadas, nos diversos níveis de abrangência, sob a coordenação da Superintendência de Operação (SO.O) e em articulação com outros órgãos da Empresa.

Superintendência de Produção Sudeste (PS.O)

São atribuições deste órgão:

- planejar, coordenar e controlar, na sua área de atuação, a execução das atividades de operação e manutenção dos ativos de geração e transmissão de energia elétrica, bem como as atividades do sistema de telecomunicações, e zelar pela eficiência e eficácia da operação das instalações;
- participar, em articulação com a Superintendência de Planejamento e Engenharia de Manutenção, do estabelecimento dos programas de manutenção dos equipamentos de sua área de atuação, elaboração das normas e instruções de manutenção, bem como coordenar e controlar a execução das atividades pertinente;
- acompanhar os resultados da política de sobressalentes das instalações de geração, de transmissão e de telecomunicações e recomendar alterações visando o seu aperfeiçoamento;

- prestar apoio, à Superintendência de Operação na elaboração de normas de instruções de operação e nas revisões mensais da programação de manutenção das unidades geradoras;
- acompanhar a execução de projetos de modificação ou ampliação das instalações da Empresa conduzidos pela DE, bem como a atualização dos documentos técnicos;
- acompanhar, em articulação com a EM.O, o cumprimento da garantia contratual das instalações de geração, transmissão e telecomunicação, de responsabilidade da DE;
- acompanhar, junto aos órgãos próprios da DE, o trato dos assuntos ligados à construção, montagem de novas instalações, arranjos físicos de casas de controle de usinas e subestações, bem como a projetos de instalações de apoio, almoxarifados, escritórios e estradas de acesso;
- acompanhar, junto com a DE, de atividades de comissionamento de novas instalações, equipamentos e sistemas de transmissão e geração de energia, com o objetivo de formar histórico de manutenção, identificar eventuais pendências de implantação e erros de projeto;
- coordenar a atuação das Gerências de Produção no apoio aos órgãos próprios da Empresa, nas atividades de meio ambiente, gestão de resíduos, gestão patrimonial, gestão fundiária e outras atividades não relacionadas às atividades fim da DO, bem como participar da elaboração de atos normativos relacionados aos temas; e
- representar Furnas nos Comitês de Bacias Hidrográficas e entidades assemelhadas, nos diversos níveis de abrangência, sob a coordenação da SO.O e em articulação com outros órgãos da Empresa.

Superintendência de Operação (SO.O)

São atribuições deste órgão:

- coordenar e controlar, em articulação com o ONS, a operação eletroenergética do Sistema de Geração e de Transmissão de Furnas;
- planejar, coordenar, controlar as atividades relacionadas ao Sistema de Geração e de Transmissão de Furnas, compreendendo a programação energética e estudos elétricos, elaboração de diretrizes para a operação eletroenergética, otimização eletroenergética visando o desempenho ótimo do sistema de geração e de transmissão de Furnas, coordenação de intervenções no sistema, em articulação com o ONS e operação do sistema de telecomunicações sob a responsabilidade da DO;
- desenvolver, no âmbito de sua área de atuação, as atividades necessárias ao relacionamento operacional e ao cumprimento dos compromissos operacionais de Furnas com os demais agentes do setor elétrico;
- estabelecer as prioridades de execução das obras contidas nos planos de melhorias, ampliações e reforços em instalações em operação, em articulação com a EM.O;
- participar, em conjunto com os órgãos próprios da DO, da elaboração dos programas de manutenção de unidades geradoras e equipamentos do sistema de transmissão de Furnas, visando sua compatibilização com o planejamento eletroenergético da operação do sistema e com as estratégias de comercialização de energia definidas pela DN;
- promover o planejamento da produção de energia, no horizonte de planejamento da operação, propondo as alternativas de operação dos reservatórios hidráulicos, a complementação térmica e os intercâmbios de energia com outras empresas, visando à utilização ótima das fontes geradoras e atendendo às exigências da legislação e de acordos internacionais, em articulação com o Operador Nacional do Sistema – ONS;
- promover estudos hidrometeorológicos diretamente relacionados com o planejamento da operação e produção hidroenergética do sistema;
- coordenar a representação de Furnas nos comitês de Bacias Hidrográficas e entidades assemelhadas, nos diversos níveis de abrangência, apoiando e orientando as diversas áreas de produção;

- participar da avaliação das solicitações de acesso ao sistema de transmissão de Furnas, em conjunto com a Superintendência de Empreendimentos de Transmissão (ET.E), apoiando os órgãos próprios da CE.N na elaboração dos respectivos contratos;
- coordenar a realização das atividades que estejam relacionadas com a operação, o planejamento eletroenergético da operação, a programação energética, dos processos que envolvam o acesso, a conexão e o compartilhamento de instalações do sistema de transmissão;
- acompanhar projetos relacionados com a expansão do sistema elétrico, prestando assistência à DE no que diz respeito à adequação desses projetos às necessidades da operação e produção energética;
- promover a análise das perturbações verificadas no sistema elétrico, nos sistemas de proteção, supervisão, controle, automação e nos esquemas de controle de emergência, propondo medidas corretivas para minimizar ou eliminar tais ocorrências;
- desenvolver, testar e implantar os sistemas de atuação em tempo real, nos terminais remotos e os sistemas de supervisão, automação, controle e aquisição de dados;
- Coordenar a elaboração de normas e instruções de manutenção para os sistemas de proteção sob a responsabilidade dos diversos órgãos da DO, em articulação com as Superintendências de Produção;
- apoiar os órgãos próprios da DE na definição de projetos e no desenvolvimento de novos sistemas e ampliações, para atender a necessidade de proteção, supervisão, controle e automação das subestações, usinas e Centros de Operação no âmbito da DO; e
- representar Furnas junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e aos demais órgãos, instituições, associações e agentes do setor elétrico no âmbito das atividades de Operação, Planejamento Eletroenergético da Operação, Estudos Elétricos e Programação Energética da Operação.

Superintendência de Planejamento e Engenharia de Manutenção (EM.O)

São atribuições deste órgão:

- definir políticas, estratégias e planos de gestão dos ativos físicos do Sistema Elétrico e de Telecomunicações de Furnas visando otimizar custos, maximizar o desempenho e minimizar os riscos associados;
- coordenar a identificação, em conjunto com os demais órgãos da Diretoria de Operação e Manutenção, as causas de anormalidades no desempenho dos ativos, propondo, especificando, contratando e implementando as melhorias de projeto aplicáveis;
- acompanhar, junto à Diretoria de Engenharia, Meio Ambiente, Projeto e Implantação de Empreendimentos, assuntos ligados a projetos e especificações, reclamações de garantia e pendências relativas a equipamentos e sobressalentes, bem como vícios ocultos de projetos, visando proporcionar informações necessárias à identificação de problemas operacionais que requeiram reanálise de concepções de projetos e de especificações;
- fornecer apoio às gerências de produção da Diretoria de Operação e Manutenção, na logística de suprimentos, no planejamento, na programação e execução de ensaios e testes bem como em treinamentos relacionados a instrumentos, equipamentos, linhas de transmissão e sistemas de telecomunicações;
- participar, informando os aspectos críticos de caráter operacional dos componentes, em articulação com os órgãos da Diretoria de Engenharia, Meio Ambiente, Projeto e Implantação de Empreendimentos, da concepção e implantação de novos empreendimentos e de reforços e melhorias nas instalações existentes;
- coordenar a elaboração de normas e instruções de manutenção para os equipamentos de geração, transmissão e telecomunicações de Furnas, em articulação com as Superintendências de Operação e Produção;

- coordenar a elaboração dos planos de melhorias e de revitalizações motivados pelo final de vida útil ou obsolescência dos equipamentos e o seu cadastramento em sistema próprio do ONS;
- estabelecer, em articulação com a SO.O, as prioridades de execução das obras contidas nos planos de melhorias e de revitalizações das instalações em operação;
- coordenar e representar Furnas nos assuntos relacionados à engenharia de manutenção junto a entidades externas;
- orientar as Superintendências de Produção no cumprimento dos requisitos demandados pelos órgãos regulatórios e pelo ONS.

3.3 Macroprocessos finalísticos

Quadro 3.3 – Macroprocessos Finalísticos

Macroprocesso⁽¹⁾	Descrição	Produtos e Serviços	Subunidades Responsáveis
Desenvolvimento de novos negócios	Prospecção de Oportunidades Estruturação e Viabilização do Negócio	- participação em leilões de novos negócios - constituição de SPE	SN.N
Gestão de Participações	Gestão Societária de Participações Gestão Econômico-Financeira de Participações	- gestão das SPEs	SP.N
Estudos e projetos de geração	Desenvolvimento de Projeto de Geração Serviços de Segurança de Barragens Desenvolvimento de Estudos Técnicos da Geração Planejamento da Expansão da Geração Projetos de Melhoria do Sistema de Geração	- projetos de geração - projetos de melhorias de geração	EG.E
Implantação de Empreendimentos de Geração	Gestão e Fiscalização de Obras de Geração Execução de Obras de Geração	- construção dos empreendimentos de geração	EG.E
Estudos e Projetos de Transmissão	Desenvolvimento de Projeto de Transmissão Desenvolvimento de Estudos Técnicos de Transmissão Planejamento da Expansão da Transmissão Projetos de Melhoria do Sistema de Transmissão	- projetos de transmissão - projetos de melhorias de transmissão	ET.E
Implantação de Empreendimentos de Transmissão	Gestão e Fiscalização de Obras de Transmissão Execução de Obras de Transmissão	- construção dos empreendimentos de transmissão	ET.E
Meio Ambiente e Gestão Fundiária	Gestão Ambiental Gestão Fundiária	- Licenciamentos ambientais - Regularização fundiária	GA.E
P&D e Serviços Tecnológicos	Pequisa e Desenvolvimento Tecnológico Laboratórios Para Testes e Ensaios Gestão e Desenvolvimento de Tecnologias Inovadoras Tecnologia de Materiais e Equipamentos	- Execução de projetos de inovação e pesquisa e desenvolvimento - Serviços de tecnologia	EG.E
Comercialização de Serviços	Prospecção de Mercado Identificação e Especificação do Portfólio de Serviços	- Pesquisa de mercado - Gestão de contratos de	SN.N

Macroprocesso⁽¹⁾	Descrição	Produtos e Serviços	Subunidades Responsáveis
	Negociação e Venda de Serviços Gestão de Contratos de Serviços	comercialização de serviços	
Comercialização de Energia e Transmissão	Compra e Venda de Energia Gestão de Contratos de Comercialização de Transmissão Relacionamento Comercial	- Gestão de contratos de energia	CE.N
Operação de Geração e Transmissão	Operação em Tempo Real de Instalações de Geração Operação em Tempo Real de Instalações de Transmissão Operação em Tempo Real de Instalações de Geração e Transmissão	operação dos empreendimentos	PO.O e PS.O
Manutenção de Geração e Transmissão	Engenharia de Manutenção de Geração e Transmissão Planejamento da Manutenção de Geração e Transmissão Execução da Manutenção de Equipamentos de Geração e Transmissão Execução da Manutenção de Equipamentos de Telecomunicação de Geração e Transmissão Execução da Manutenção de Sistemas de Controle de Transmissão em Corrente Contínua Execução da Manutenção de Sistemas de Proteção e Controle da Geração e Transmissão Controle das Conformidades Técnicas nas Instalações em Operação de Geração e Transmissão Apoio à Operação e à Manutenção	planejamento e execução das manutenções dos empreendimentos de geração e de transmissão	PO.O e PS.O
Operação de Sistema	Pré-Operação de Ativos do Sistema Pós-Operação de Ativos do Sistema Operação dos Sistemas de Telecomunicação Engenharia de Proteção e Automação do Sistema Engenharia de Operação do Sistema Operação em Tempo Real do Sistema Hidrometeorologia Engenharia de Manutenção de Sistemas de Proteção	- supervisão e controle da operação do sistema elétrico e do sistema de telecomunicações; - programação das intervenções no sistema elétrico; - planejamento da operação elétrica; - programação da operação energética; - ajuste dos sistemas de proteção e controle; - análise de perturbações.	SO.O

Fonte: Assessoria de Organização e Processos – AOP.A

⁽¹⁾ Cabe ressaltar que, embora tenha sido definida uma arquitetura de processos na qual é possível identificar os macroprocessos de negócio e seus líderes, não foi realizado o mapeamento completo dos macroprocessos. Há iniciativas de mapeamento de alguns processos atendendo a demandas específicas. Cabe, ainda, esclarecer que o mapeamento existente não contempla a informação de “principais clientes” (referido no manual de orientação).

3.4 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão ou da entidade

Normas de Criação e Alteração da Unidade Jurisdicionada

O Decreto Federal nº 41.066, de 28.02.57 (Diário Oficial da União da mesma data), autorizou

Furnas a funcionar como empresa de energia elétrica.

O Estatuto originariamente aprovado integra a escritura de constituição da Empresa, lavrada em 28 de fevereiro de 1957, no Livro nº 600, às páginas 12/16, do 15º Tabelionato de Notas da cidade do Rio de Janeiro, publicada no Diário Oficial da União, em 08.04.1957, e no do Estado de Minas Gerais, em 14 de março de 1957, arquivada por despacho de 12 de março de 1957, sob o nº 81.860, na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.

Conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de fevereiro de 1971, com vigência a partir de 1º de junho de 1971, (I) a sede da Sociedade, primitivamente em Passos (MG), foi transferida para o Rio de Janeiro; (II) a primitiva razão social (Central Elétrica de Furnas S.A.) foi alterada para Furnas – Centrais Elétricas S.A. (Ata publicada no jornal Minas Gerais, órgão oficial dos Poderes do Estado, em 7 de março de 1971). Em consequência, os atos constitutivos da Sociedade e as alterações estatutárias foram, por despacho de 15 de junho de 1971, arquivados, sob o nº 44.174, na Junta Comercial do então Estado da Guanabara, que, a respeito, expediu certidão, publicada no Diário Oficial do antigo Estado (Parte I), em 29 de junho de 1971 (página 10.196).

A Empresa está inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), sob o nº 23.274.194/0001-19.

No Estatuto Social da Empresa consta a seguinte divisão do capital social: Art. 5º. O capital social é de R\$ 6.531.154.365,54 (seis bilhões, quinhentos e trinta e um milhões, cento e cinquenta e quatro mil, trezentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos) divididos em 52.739.026.167 (cinquenta e dois bilhões, setecentos e trinta e nove milhões, vinte e seis mil, cento e sessenta e sete) ações ordinárias, com direito de voto, e 14.864.684.511 (quatorze bilhões, oitocentos e sessenta e quatro milhões, seiscentas e oitenta e quatro mil, quinhentas e onze) ações preferenciais, sem direito de voto, perfazendo um montante de 67.603.710.678 (sessenta e sete bilhões, seiscentos e três milhões, setecentas e dez mil, seiscentas e setenta e oito) ações, todas nominativas e sem valor nominal.

Outras Normas Infralegais Relacionadas à Gestão e Estrutura da Unidade Jurisdicionada

Os Documentos Organizacionais da Empresa são subdivididos da seguinte forma: Avisos Gerais e Circulares, Manuais de Furnas, Resoluções de Diretoria (acesso restrito) e Eletrobras (Código de Ética, Política de Sustentabilidade, Política de Risco, Política Ambiental, Programa Anticorrupção e Declaração de Compromisso sobre Mudanças Climáticas das Empresas Eletrobras).

O documento que formaliza a estrutura organizacional de Furnas é o Manual de Organização, disponível em meio eletrônico para todos os empregados, que tem como principais objetivos:

- Estabelecer os níveis de autoridade;
- Definir os métodos de divisão do trabalho;
- Estabelecer as delegações de competência;
- Facilitar a comunicação interna entre os diversos órgãos.

As normas relacionadas à gestão e estrutura da Empresa estão contidas no Manual de Organização, que apresenta os seguintes documentos: Estatuto Social, Regimento Interno dos Conselhos de Administração e Fiscal, da Auditoria Interna e da Diretoria Executiva; Políticas Corporativas; Atos Normativos e Instrumentos de Comunicação. Além das Políticas citadas, a Empresa adota, desde

2010, dentre outras, as Políticas de Sustentabilidade e de Risco, o Código de Ética e o Programa Anticorrupção definidos pela *Holding* e suas Controladas para todas as Empresas Eletrobras.

O Manual de Organização de Furnas apresenta, também, a constituição e atribuições da Administração Superior, composta pela Assembleia de Acionistas, Conselhos de Administração e Fiscal, Diretoria Executiva e Auditoria Interna, além dos Colegiados (Comitês) que apoiam a Administração Superior e as descrições de atribuições de todos os órgãos formais da estrutura organizacional de Furnas, por Diretoria, até o nível de Divisão. A Relação de Órgãos e Chefias também integra o Manual de Organização, como separata.

A estrutura organizacional da Empresa foi estabelecida, quando de sua criação, em seu Estatuto Social e Regimento Interno, e apresenta a seguinte composição:

- administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, constituída pelo Diretor-Presidente e cinco Diretores, com base nas seguintes áreas de atividade: Administração; Finanças; Operação e Manutenção; Engenharia; e Gestão de Novos Negócios e de Participações;
- as atividades subordinadas ao Diretor-Presidente e a cada Diretor têm seu detalhamento, compreendendo a denominação, a posição e as atribuições dos órgãos que as integram, estabelecido no Manual de Organização da Empresa, devendo a posição corresponder a um dos seguintes níveis de hierarquia administrativa: Superintendência, Gerência/Assessoria, Divisão, e Gestores de Projetos.

Manuais e Publicações Relacionadas às Atividades da Unidade Jurisdicionada

Além dos documentos citados, afetos à gestão e estrutura organizacional da Empresa, outros documentos, também disponíveis para todos os empregados, complementam seu funcionamento, a saber:

- Manual de Administração de Material – estabelece normas e procedimentos para a colocação de material em disponibilidade na Empresa, definindo a classificação do material quanto ao estado e condição, fixando as competências dos Órgãos envolvidos no processo. Este manual envolve: equipamentos, componentes, acessórios, veículos e materiais em geral, considerados como itens de suprimento destinados à utilização em toda e qualquer atividade, independentemente de sua condição, demanda, custo, fonte de aquisição, origem ou finalidade de uso;
- Manual de Administração Financeira – estabelece os critérios e procedimentos a serem aplicados nas atividades de obtenção, programação, utilização e controle dos recursos financeiros;
- Manual de Contabilidade – define e divulga os princípios de funcionamento do Sistema de Contabilidade, estabelece critérios e procedimentos a serem adotados para a geração de informações destinadas a registro contábil por parte das áreas da Empresa e define as entidades de informação do Sistema de Contabilidade;
- Manual de Pessoal – estabelece critérios e procedimentos a serem aplicados nas atividades necessárias à administração dos recursos humanos;

- Manual de Saúde – estabelece critérios e procedimentos para o desenvolvimento das atividades de saúde. Estruturado de forma a atender o desenvolvimento integrado das atividades de medicina preventiva e do trabalho e assistencial, orienta as áreas e os empregados;
- Manual de Segurança e Higiene Industrial – estabelece critérios e procedimentos para o desenvolvimento das atividades de Segurança e Higiene Industrial. Para isto, consolida os Atos Normativos de Segurança e Higiene Industrial de acordo com as Normas Regulamentadoras Brasileiras e com os critérios, programas, planos, procedimentos, responsabilidades e competências relativas às suas atividades em Furnas; e
- Coletânea de Atos Normativos Diversos – complementa os procedimentos definidos nos Manuais da Empresa, apresentando Instruções Normativas específicas necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.

3.5 Ambiente de atuação

O atual marco regulatório do Setor Elétrico estabelece dois ambientes para comercialização de energia elétrica: o Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e o Ambiente de Contratação Livre (ACL).

A contratação de energia no ACR se realiza através de leilões públicos que são definidos pelo Ministério de Minas e Energia, regulados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e operacionalizados pela própria Agência ou pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Em tais Leilões são firmados Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEARs), pelos Agentes Vendedores vencedores dos certames e os Distribuidores de Energia Elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN). Os CCEARs são especificados por meio dos editais publicados para cada leilão, após a realização de Audiências Públicas, contendo cláusulas e condições fixas, que não são passíveis de alteração pelos agentes contratantes. Furnas participa dos mencionados Leilões e, desta forma, comercializa (vende) energia para os Agentes de Distribuição do SIN. A relação com tais Agentes se realiza ao longo do período contratual, nas questões relativas à administração dos contratos firmados.

O Mercado Livre ou ACL é o ambiente do setor elétrico no qual os Agentes, à exceção dos Concessionários de Serviço Público de Distribuição, realizam as operações de compra e venda de energia elétrica através de contratos bilaterais, com condições livremente negociadas ou precedidos por processos públicos (leilões, chamadas públicas etc). A relação com tais Agentes também se realiza ao longo do período contratual, nas questões relativas à administração dos contratos firmados.

Concorrem, neste mercado, empresas estatais e privadas, inclusive grupos estrangeiros associados a empresas brasileiras, tanto privadas quanto estatais. Após as mudanças regulatórias de 1998 e 2004, agentes privados e estatais têm constituído consórcios e/ou Sociedades de Propósito Específico (SPEs) para disputa de empreendimentos em leilões de Geração e Transmissão.

Cenário Setorial

A demanda por energia elétrica dos diversos setores da sociedade, alcançou 463.948 GWh em 2017, registrando uma leve expansão de 0,8% em relação ao ano de 2016, de acordo com os dados divulgados pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Dentre as três principais classes de consumo, que reunidas representam cerca de 84% do consumo total, a industrial se destacou no ano com crescimento de 1,3%, após três anos de retração, evidenciando a expansão da produção industrial em todo o País (2,5%).

O segmento residencial registrou crescimento de 0,8%, abaixo da média dos últimos cinco anos (3,5% a.a.), comportamento este atrelado à alta taxa de desemprego, ao aumento da inadimplência e a um ambiente de dificuldade, ainda que já se observem algumas sinalizações positivas entre os condicionantes econômicos, como, por exemplo, desinflação e redução das taxas de juros no crédito ao consumidor.

A categoria comercial, que reúne setores comerciais e de serviços, registrou certa estabilidade, com uma taxa de crescimento de 0,3%. No comércio, a expansão foi evidenciada pela melhora paulatina do mercado de trabalho, pelo aumento da renda real, além da liberação das contas inativas do FGTS. Já o setor de serviços, de um modo geral, apresentou maior dificuldade para sair da crise.

Furnas

O parque gerador em operação de Furnas é composto por 26 usinas, próprias ou em parceria, das quais:

- a) 21 (vinte e uma) são hidrelétricas (UHE), sendo 4 (quatro) próprias, 6 (seis) sob administração especial – afetadas pela Lei nº 12.783/2013, 2 (duas) em parceria com a iniciativa privada e 9 (nove) em regime de Sociedade de Propósito Específico (SPE), com potência instalada total de 17.176,83 MW, sendo 11.304,56 MW a participação de Furnas;
- b) 3 (três) são eólicas em regime de SPE, com potência instalada total de 187,04 MW; e
- c) 2 (duas) são termelétricas, com 530 MW de potência instalada total.

Este parque gerador conta com 17.894 MW de potência instalada, dos quais 11.880 MW são dos ativos próprios e daqueles sob administração especial, isto é, aqueles prorrogados no âmbito da Lei nº 12.783/2013.

O parque transmissor abrange 29.850 km de linhas, das quais 21.928 km são próprias e 7.922 km sob a forma de participação em SPEs.

Compõe ainda a estrutura de transmissão da Empresa um conjunto de 55 subestações próprias, com capacidade de transformação de 110.721 MVA, e 27 subestações, com 25.766 MVA, sob o regime de parceria através de SPEs, totalizando 136.487 MVA de capacidade de transformação nas 82 subestações.

Destaca-se em 2017 a entrada em operação das seis últimas unidades geradoras (UGs) da UHE Santo Antônio, totalizando 3.568MW de potência instalada, da primeira unidade geradora da UHE São Manoel (175 MW de potência instalada) e da LT Xingu-Estreito, com 2.092 km, todos empreendimentos construídos sob o regime de SPEs.

A produção de energia foi de 64.402 GWh, dos quais 26.000 GWh gerados por usinas próprias ou sob administração especial, e 38.402 GWh por usinas de investidas.

Além de responsável pela Operação e Manutenção (O&M) de grande parte destes empreendimentos, a Empresa atua, ainda, na comercialização de energia elétrica, tendo efetuado, em 2017, a compra de 3.730 GWh e a venda de 40.476 GWh, em total comercializado de 44.206 GWh.

A excelência de seu quadro técnico credenciou a Empresa a se engajar, nos últimos anos, em grandes projetos, com destaque para sua participação na implantação da UHE São Manoel, UHE Santo Antônio, da linha de transmissão em corrente contínua de ± 600 kV que liga aquela usina ao Sudeste, e da linha de transmissão em corrente contínua de ± 800 kV que entrou em operação e escoa, para o Sudeste, a energia da usina de Belo Monte, em construção no Estado do Pará.

Comercialização de Energia

Visando maximizar seus resultados, Furnas vem buscando a melhor estratégia de comercialização, considerando as análises de riscos nos diversos cenários do mercado de energia, contemplando as incertezas inerentes a cada negócio e diversificando seu portfólio de contratos. Vêm sendo estabelecidas estratégias de participação nos diversos certames, contemplando suas especificidades, de modo a ganhar competitividade nos ambientes de Comercialização de Energia.

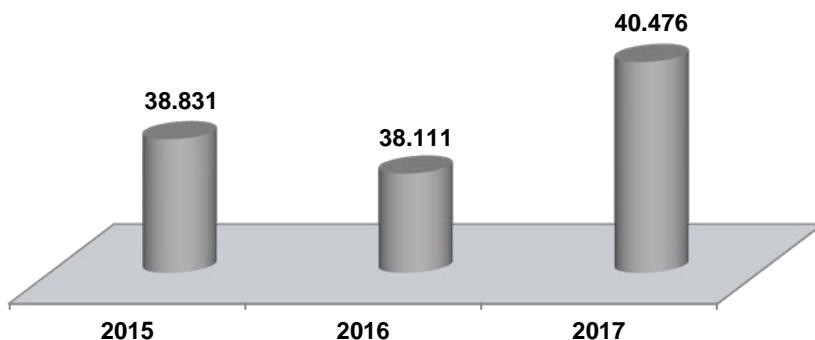
A comercialização de energia é exercida com empresas distribuidoras de energia, comercializadores e consumidores livres de todo o território nacional.

Os contratos de compra de energia de longo prazo são apresentados a seguir.

	MW médios		
	2015	2016	2017
Serra da Mesa	345,00	345,00	345,00
Manso	3,48	3,48	3,48
Outros	24,00	42,25	76,90
Total	372,48	390,73	425,38

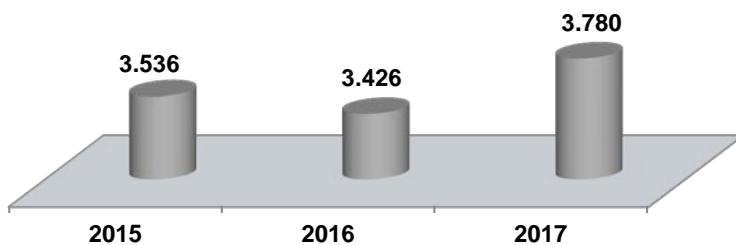
O total de energia elétrica vendida por Furnas, em 2017, foi de 40.476 GWh , o que representa acréscimo de 6,2% em relação a 2016, com faturamento de R\$ 4,97 bilhões. O gráfico a seguir apresenta a evolução da energia vendida.

Energia Elétrica Vendida por Furnas (GWh)



Em 2017, Furnas comprou 3.780 GWh de energia, ao custo (valor bruto) de R\$ 718,1 milhões, o que representa acréscimo de 8,86%, em relação à quantidade de energia comprada em 2016.

Energia Elétrica Comprada por Furnas (GWh)



Tendo em vista a prorrogação da concessão das UHEs Furnas, Luiz Carlos Barreto de Carvalho, Marimbondo, Porto Colômbia, Funil e Corumbá I, a comercialização de sua energia se dá, desde 1º de janeiro de 2013, por meio do rateio de cotas entre as distribuidoras do SIN e da aplicação de tarifas definidas pela ANEEL.

Em 2015, foi publicada a Lei nº 13.182/2015, alterada posteriormente pela Lei nº 13.299/2016, autorizando Furnas a participar do Fundo de Energia do Sudeste e do Centro-Oeste (FESC), criado com o objetivo de prover recursos para empreendimentos de geração e transmissão de energia elétrica, respeitado o percentual de 50% nas regiões Sudeste e Centro-Oeste.

A Lei estabeleceu prazos e condições (periodicidade de leilões a serem promovidos por Furnas, preços de referência, montantes, decaimento contratual, etc) para celebração de contratos de suprimento de energia elétrica entre Furnas e consumidores finais com unidades consumidoras localizadas no submercado Sudeste/Centro-Oeste, tendo como lastro a garantia física da UHE Itumbiara, observando a destinação de parte da receita contratual ao FESC a partir de março de 2020.

Em 2016, a ANEEL anuiu ao pedido de repactuação do risco de GSF para as UHEs Manso, Simplício, Batalha, Mascarenhas de Moraes, Serra da Mesa e Itumbiara que vinha acarretando, desde 2014, significativos ônus a Furnas.

A repactuação, em conformidade com a Resolução ANEEL nº 688/2015, prevê a transferência integral, às distribuidoras de energia, dos ônus (GSF) e dos bônus (energia secundária) atinentes ao risco hidrológico aplicável às usinas hidrelétricas de Furnas, tendo como contrapartida pagamento de prêmio de risco de R\$ 9,50 / MWh (referência Jan/2015), a partir de julho de 2020.

Comercialização da Transmissão

No que tange à transmissão, a comercialização é realizada segundo duas modalidades, no ambiente de serviço público (concessão) e no ambiente de interesse exclusivo do acessante (outras receitas).

A prestação de serviço público de transmissão de energia elétrica é caracterizada no Contrato de Concessão (CTT). O Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão (CPST) regula as condições técnicas e comerciais relativas à disponibilidade das instalações de transmissão para a operação interligada.

O CTT também prevê o compartilhamento, com outros concessionários, de instalações e infraestrutura, bem como o acesso de usuários do sistema de transmissão. Estão incluídos nesta categoria os Contratos de Compartilhamento de Instalações (CCI) e os Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT).

O CTT permite o desenvolvimento de outras atividades mediante recebimento de receitas que não fazem parte da prestação do serviço público regulado pela ANEEL, regido por instrumento contratual próprio a título oneroso. Nesta categoria estão incluídos os Contratos de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção (CPSOM) e os Contratos de Prestação de Serviços de Manutenção (CPSM).

A tabela a seguir apresenta a evolução da receita dos contratos de transmissão nos dois últimos anos, especificada por tipo de contrato:

Natureza do Contrato	2017	2016
Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT)		
· Encargos Definidos por Resolução Homologatória da ANEEL	49.313	35.125
· Furnas Geração ⁽¹⁾	17.390	6.798
· Encargos Negociados entre as partes	25.624	23.995
Total CCT	92.327	65.918
Contratos de Compartilhamento de Instalações (CCI)	8.322	8.312
Contratos de Prestação de Serviços de Manutenção (CPSM)	868	1.220
Contratos de Prestação de Serviços de Manutenção e Operação (CPSOM)	4.653	10.516
Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão (CPST) ⁽²⁾	3.199.359	1.389.500
Total Geral	3.213.202	1.409.548

⁽¹⁾ Parcela devida por Furnas Geração a Furnas Transmissão (Resolução Homologatória ANEEL nº 2.098/2016 e Resolução Homologatória ANEEL nº 2.258/2017).

⁽²⁾ Inclui a receita dos empreendimentos Ibiúna-Bateias, Macaé-Campos C3, Ouro Preto 2 – Bom Despacho 3, Tijuco Preto-Itapeti-Nordeste e Zona Oeste.

O Contrato de Concessão nº 062/2001, para transmissão de energia elétrica, foi prorrogado nos termos da Lei nº 12.783/2013, de forma que o serviço de transmissão passou, então, a ser remunerado apenas pelas parcelas de operação e manutenção do sistema. No presente momento, a Resolução Homologatória ANEEL nº 2.258/2017 estabelece as receitas de transmissão para o ciclo tarifário 2017/2018.

Leilões

Em 2017, a CCEE, juntamente com a ANEEL, operacionalizou quatro certames de energia, sendo um do tipo Leilão de Energia Nova A-4 (25º. LEN A-4), em 18 de dezembro, um do tipo “LEN A-6”, em 20 de dezembro, um do tipo “LEN A-2”, em 22 de dezembro, e um Leilão de Energia Existente (17º. A-1), na mesma data.

Para o A-4, ocorrido em 18 de dezembro, havia quase 18 GW em projetos cadastrados, sendo que apenas 674,51 MW de potência foram contratados, com início de suprimento em 1º janeiro de 2021.

No A-6, direcionado aos contratos de energia nova de hidrelétricas, eólicas e termelétricas a carvão, a gás natural em ciclo combinado e a biomassa, com início de suprimento em 1º de janeiro de 2023, para empreendimentos sem outorga e também a projetos com outorga sem contrato, contratou 63 projetos, totalizando 572,5 milhões de MWh em energia ou 2,93 GW médios e investimentos de R\$ 13,94 bilhões.

Ainda houve um leilão específico de outorga e renovação das concessões vencidas das usinas hidrelétricas, da CEMIG, São Simão, Jaguara, Miranda e Volta Grande, incluídas no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e qualificadas como prioridade nacional no setor de energia, nos termos do Decreto nº 8.893, de 1º de novembro de 2016. O Leilão alcançou 9,73% de ágio médio, com R\$ 12,130 bilhões de bonificação pelas Outorgas.

Em agosto de 2017, foi realizado um certame para Descontratação de Energia de Reserva proveniente de projetos não “performados” que estavam em atraso ou com baixa viabilidade econômica.

Os Leilões de Empreendimentos do Sistema de Transmissão, 005/2016 e 002/2017, também realizados em 2017, licitaram empreendimentos que totalizam 11.988 km e 23.548 MVA de capacidade de transformação. O montante previsto de investimento é de cerca de R\$ 21 bilhões. A Receita Anual Permitida (RAP) ofertada foi de R\$ 2,6 bilhões. Os deságios médios dos certames foram de 36,47% e 40,46% respectivamente.

Para 2018, já está agendado um Leilão de Energia Nova do tipo “A-4”, previsto para ocorrer em 4 de abril, com participação das fontes eólica, solar, térmicas a biomassa e hídricas (PCHs e CGHs). Além desse, o Ministério de Minas e Energia (MME) planeja a realização de um outro leilão, do tipo “A-6”, para atender a demanda de 2024, que deverá ser realizado entre maio e agosto de 2018, com participação da fonte solar, mais um Leilão de Fontes Alternativas de Reserva (LER).

No segmento de Transmissão, para 2018 estão previstos dois certames para licitação de empreendimentos.

Novos negócios

Em decorrência de sua condição de empresa de economia mista e da busca de transparência na prospecção de novas oportunidades, Furnas pratica a Chamada Pública de Novas Oportunidades de Negócios como mecanismo de seleção de potenciais parceiros.

Em dezembro de 2017, a Chamada Pública de Novas Oportunidades de Negócios registrava 101 cadastros ativos de investidores interessados em parcerias para os leilões de Transmissão e Geração em diversas fontes, bem como 60 cadastros ativos de empreendedores, dos quais se destacavam 13 de energia solar fotovoltaica e 11 projetos eólicos.

No total, cerca de 4.000 MW em projetos inscritos para participação em leilões de geração hidráulica, térmica a gás natural, eólica e solar fotovoltaica, conforme ilustrado nos quadros a seguir:

Quadro 3.5 Resumo dos Cadastros – Empreendedores

Número de Cadastros		Número de Empresas Cadastradas	
Tipo de Cadastro	Nº de Cadastros	Tipo de Cadastrado	Nº de Cadastrados
Empreendedores	60	Empreendedores	30
Investidores	101	Investidores	101
Total	161	Total	131

Tipo de Projeto	Nº de Empresas	Nº de Cadastros	Potência Instalada (MW)
Geração	12	30	3.874,8
Eólica	3	11	840,0
Solar Fotovoltaica	5	13	631,2
UTE Gás Natural	2	4	2.370,6
PCH	2	2	33,0
Alienação de Ativos	19	30	2.330,8
Linha de Transmissão e/ou SE	2	2	-
Eólica	8	16	963,3
PCH	4	7	127,5
Hidrelétrica	3	3	1.210,0
UTE Resíduos Sólidos	1	1	20,0
Solar Fotovoltaica	1	1	10,0
Total	31	60	6.205,6

A formação de novas parcerias segue normas e critérios para a governança em negócios de geração e transmissão, inclusive no que se refere à coordenação do envolvimento das áreas internas de Furnas em todo o processo. Os trabalhos englobam análise técnica, seleção de parceiros, estruturação societária e financeira, elaboração de instrumentos contratuais e societários, coordenação da aprovação de planos de negócio e das atividades das SPEs constituídas e, por fim, assinatura dos contratos de concessão ou de outorga de autorização.

Ambiente Regulatório

A permanência da condição hidrológica adversa, ocasionada pela escassez de chuvas e o esvaziamento de reservatórios em anos anteriores, impactou significativamente o Mercado de Curto Prazo (MCP) no último ano, o qual permaneceu com alto índice de judicialização. Segundo dados divulgados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), o *Generation Scaling Factor* (GSF), fator de ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) foi de 79,4%. Isso significa que as usinas participantes do MRE geraram 79,4% de suas garantias físicas.

Quanto menor o índice, maior o impacto financeiro no MCP das liminares relacionadas ao risco hidrológico. Conforme informativo referente à contabilização de dezembro de 2017, o montante a ser liquidado pelos agentes participantes da contabilização totalizava R\$ 9,5 bilhões, sendo que R\$ 6 bilhões estão relacionados com as liminares vigentes, ou seja, 64% do total estão relacionados com liminares de risco hidrológico, GSF, no mercado livre.

A partir de meados de 2015, em função da crise econômica e de significativos reajustes e revisões tarifárias a demanda de energia passou a sofrer forte retração. Este fato, aliado à significativa migração de consumidores cativos para o Mercado Livre, resultou em elevado nível de sobrecontratação das distribuidoras de energia.

Dessa forma, em 2017, a CCEE promoveu diversos processamentos do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD) de Energia Nova com vistas à redução de contratos oriundos de novos empreendimentos de geração, resultando em redução de 2.889 MW médios para o ano de 2017.

Outro importante mecanismo utilizado no processo de redução de sobrecontratação ao longo do ano foi o Acordo Bilateral, estabelecido em 2016 pela Resolução Normativa ANEEL nº 711, responsável pela redução de 898 MW médios no ano de 2017.

Aliado a isso, a revisão de garantia física, com vigência a partir de 2018, trouxe uma redução de garantia física do sistema, resultando em novo planejamento e reduzindo a necessidade de contratação de energia de reserva, integralmente suportada pelo consumidor final.

No caso de Furnas a revisão resultou na redução de 142,4 MW médios, sendo 93,9 MW médios referentes às usinas hidrelétricas de concessão integral e 48,5 MW médios relativos às usinas sob o regime da Lei nº12.783/2013. Os empreendimentos geridos através de SPEs tiveram uma redução de garantia física de 10,3 MW médios. Em julho de 2017, o Ministério de Minas e Energia reviu também a garantia física das usinas do Rio Madeira para operação da UHE Santo Antônio na cota 71,3 metros, conforme autorização especial do Ibama, resultando na redução de 96,1 MW médios de sua garantia física. A Santo Antônio Energia entrou na justiça com mandado de segurança e o caso permanece em disputa.

Nesse contexto, foi promulgado o Decreto nº 9.019/2017, criando o Mecanismo Competitivo de Descontratação de Energia de Reserva e que viabilizou a realização do certame, em agosto de 2017, em que foram descontratados 16 parques eólicos e 9 usinas solares fotovoltaicas, totalizando 183,2 MW médios em energia descontratada (128,4 MW médios de energia eólica e 54,8 MW médios de solar fotovoltaica). Furnas participava via SPEs somente dos empreendimentos eólicos.

Em relação às alterações regulatórias, o Decreto nº 9.143/2017 inseriu aperfeiçoamentos nos instrumentos legais, com destaque para a maior previsibilidade na realização de leilões, com a

obrigatoriedade de publicação do cronograma até março de cada ano. O Decreto prevê a criação de Leilões A-4 e A-6, substituindo os A-3 e A-5 respectivamente, com prazo mais factível para a entrada em operação comercial. Conforme já estabelecido pela Lei nº 13.360/2016, o Decreto autorizou as distribuidoras a negociar, no Ambiente de Contratação Livre, contratos de venda lastreados no excesso de energia contratada para atendimento à totalidade do mercado, com consumidores livres, comercializadores, geradores e autoprodutores.

Outro tema de destaque para os geradores ao longo de 2017 foi a regulamentação, por parte da ANEEL, da metodologia para resarcimento do custo de deslocamento de geração hidrelétrica pela geração termelétrica, decorrente da decisão de Geração Fora da Ordem de Mérito (GFOM).

Em julho de 2017, o Ministério de Minas e Energia, publicou a Consulta Pública nº 33, intitulada “Aprimoramento do Marco Legal do Setor Elétrico” visando receber contribuições da sociedade às propostas de alteração do marco regulatório vigente. Foram abordados os mais diversos temas, tais como redução dos limites de acesso de consumidores ao mercado livre, regras comerciais para máximo acoplamento entre formação de preço de energia e operação do Sistema, possibilidade de redução de custos de transação nos segmentos de geração e transmissão, subsídios a fontes incentivadas, diretrizes e compromissos para fixação de tarifas, medidas para desjudicialização do setor, “descotização” das usinas hidráulicas sob o regime da Lei nº 12.783/2013 associada à privatização de tais usinas, entre outros. Considerando a relevância dos temas tratados, Furnas participou ativamente junto às demais Empresas Eletrobras, dos processos de discussão e elaboração de contribuições à Consulta. Ademais, coordenou as discussões concernentes à referida CP no âmbito da Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (ABRAGE), que restou por enviar diversas e relevantes contribuições ao processo.

Foram recebidas contribuições dos mais diversos segmentos da sociedade e a expectativa é que ao longo de 2018 sejam publicados os dispositivos legais atinentes.

Indenização dos Ativos de Geração e Transmissão Prorrogados

Em 2015, a ANEEL homologou o valor de R\$ 8.999.520.181,38, referido a dezembro de 2012, correspondente à parcela dos ativos de Furnas da RBSE/RPC reversíveis ainda não amortizados.

A Portaria MME nº 120, de 20 de abril de 2016, definiu que os valores da RBSE/RPC homologados pela ANEEL passarão a compor a Base de Remuneração Regulatória das Concessionárias de Transmissão, e que o custo de capital será adicionado às respectivas RAPs, sendo composto por parcelas de remuneração e depreciação, acrescidos dos devidos tributos, e será reconhecido a partir do processo tarifário de 2017, sendo reajustado e revisto conforme as regras previstas nos Contratos de Concessão, devendo ser incorporado, a partir do referido processo, pelo prazo de oito anos.

As parcelas de remuneração e depreciação serão definidas considerando as metodologias de Revisão Tarifária Periódica das Receitas das Concessionárias Existentes, aprovadas pela ANEEL, e a Base de Remuneração Regulatória será depreciada considerando a vida útil residual dos ativos e atualizada pelo IPCA.

O custo de capital não incorporado desde a prorrogação das concessões até o processo tarifário deverá ser atualizado e remunerado pelo custo do capital próprio, real, do segmento de transmissão definido pela ANEEL nas metodologias de Revisão Tarifária Periódica das Receitas das Concessionárias Existentes.

Em 2016, a ANEEL lançou uma Audiência Pública a fim de colher subsídios para o aprimoramento da regulamentação do cálculo do custo de capital a ser adicionado à Receita Anual Permitida - RAP, em consonância com o disposto na Portaria MME nº 120/2016. Como resultado dessa audiência, foi aprovada a Resolução Normativa nº 762/2017, estabelecendo os procedimentos e critérios a serem utilizados no cálculo do custo de capital a ser adicionado à RAP de cada concessionária de transmissão abrangida pela Lei nº 12.783, de 2013.

As regras estabelecem o cálculo de uma receita anual, dividida em duas componentes: uma econômica, referente ao custo de capital dos ativos não depreciados em julho de 2017 e a outra financeira, referente ao custo de capital não pago entre janeiro de 2013 e junho de 2017, a ser paga por meio de uma anuidade, em oito anos.

A partir de julho de 2018, conforme regulamento, aplicar-se-ão as regras vigentes para revisão tarifária periódica das concessionárias de transmissão prorrogadas.

Em 10 de abril de 2017, foi proferida decisão liminar deferindo, em favor da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia (ABRACE), Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro (ABIVIDRO) e Associação Brasileira dos Produtores de Ferroligas e de Silício Metálico (ABRAFE) contra a União Federal e a ANEEL, pedido de tutela provisória de urgência para determinar que a “ANEEL exclua a parcela dita de ‘remuneração’ da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão – TUST, calculada sobre os bens reversíveis, ainda não amortizados e nem depreciados, prevista no art. 15, § 2º, da Lei nº 12.783/2013, devendo incidir sobre o montante apenas a atualização.”

A ANEEL decidiu, por meio do Despacho nº 1.779/2017, de 20 de junho de 2017, excluir a parcela objeto da liminar do cálculo da RAP homologada para o ciclo tarifário 2017- 2018, em vigor entre 1º de julho de 2017 e 30 de junho de 2018, e para os ciclos tarifários futuros, enquanto vigorar a decisão judicial, estendendo a todos os usuários do Sistema Interligado Nacional (SIN) os efeitos da decisão.

Uma das propostas da, já mencionada, Consulta Pública nº 33 (vide Ambiente Regulatório) é destinar recursos da Reserva Global de Reversão (RGR) para pagamento do componente tarifário dos ativos do sistema de transmissão não amortizados e não indenizados, com a condição de que o componente não esteja ‘judicializado’.

Quanto à indenização dos investimentos em melhorias e modernizações de usinas, Furnas apresentou, em 2015, o Relatório dos Investimentos nas UHEs Corumbá I, Funil, Furnas, Luiz Carlos de Barreto de Carvalho, Marimbondo e Porto Colômbia, com indicação do montante de R\$ 1.312 milhões, referidos a dezembro de 2012, como valor base para a indenização complementar, sendo o valor contábil residual dos referidos bens de R\$ 996 milhões. Furnas aguarda o início do processo de fiscalização para que os valores apresentados possam ser validados e homologados pela ANEEL.

A Agenda Regulatória da ANEEL para o biênio 2018-2019 prevê para o segundo semestre de 2018, a revisão da regulamentação dos critérios e procedimentos para cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados.

Recuperação da Tarifa de Transmissão

A prorrogação dos Contratos de Concessão de Transmissão, nos termos da Lei nº 12.783/2013, acarretou a publicação de novas Receitas Anuais Permitidas para os empreendimentos de transmissão prorrogados.

Com isso, observou-se uma acentuada redução na receita de transmissão, comparada à anteriormente recebida, levando Furnas a estudar com profundidade a metodologia de cálculo aplicada pela ANEEL.

Ao analisar a metodologia utilizada pela Agência para o cálculo da eficiência operacional das empresas, Furnas identificou, entre outros aspectos, que no cálculo dos custos operacionais eficientes não estavam sendo consideradas todas as funções de transmissão. Em especial, ficou evidente a desconsideração da função controle de tensão executada por equipamentos de compensação reativa.

Essa questão foi encaminhada ao Ministério de Minas e Energia (MME), que sugeriu à ANEEL a análise e avaliação do pleito de Furnas quando do processo de Revisão Tarifária previsto para julho de 2018. Assim, foi incluído o tema dos custos operacionais regulatórios na 2º Fase da Audiência Pública nº 041/2017 que trata da regulamentação da revisão periódica das Receitas Anuais Permitidas – RAPs das concessionárias de transmissão de energia elétrica. Na proposta apresentada pela ANEEL, os equipamentos de controle de tensão passarão a ser considerados no cálculo do Custo Operacional Regulatório. O resultado da Audiência Pública ainda não foi divulgado pela ANEEL.

3.6 Composição acionária do capital social

Quadro 3.6 - Composição Acionária do Capital Social

Furnas Centrais Elétricas S.A.			
Ações Ordinárias (%)		Posição em	
ACIONISTAS		31/12/2017	31/12/2016
Governo	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS	77,876386	77,876386
	Depto. de Águas Energia Elétrica Est. São Paulo - DAEE		0,113274
	Fundos de Pensão		
	CERES – Fund. Seg. Soc. Sist. Embrapa e Embrater	0,021549	0,021549
	% Governo	77,897935	78,011209
Free Float	Pessoas Físicas	0,000793	0,000793
	Pessoas Jurídicas	0,113300	0,000026
	Capital Estrangeiro		
	% free float	0,114093	0,000819
Subtotal Ordinárias (%)		78,012028	78,012028
Ações Preferenciais (%)		Posição em	
ACIONISTAS		31/12/2017	31/12/2016
Governo	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS	21,684322	21,684322
	Depto. de Águas Energia Elétrica Est. São Paulo - DAEE		0,140749
	Fundos de Pensão		
	CERES – Fund. Seg. Soc. Sist. Embrapa e Embrater	0,021550	0,021550
	% Governo	21,705872	21,846621
Free Float	Pessoas Físicas	0,042052	0,040979
	Pessoas Jurídicas	0,240048	0,100372
	Capital Estrangeiro		
	% free float	0,282100	0,141351
Subtotal Preferenciais (%)		21,987972	21,987972
Total		100%	100%
Fonte: Superintendência de Finanças Corporativas – SF.F			

3.7 Participação em outras sociedades

Quadro 3.7 – Investimentos permanentes em outras sociedades

Denominação Investidora	Furnas - Centrais Elétricas S.A.	
Ações Ordinárias (% de participação)	Posição em	
Empresa Investida	Participação em 31/12/2017	Participação em 31/12/2016
BAGUARI ENERGIA S.A.	30,61	30,61
BALEIA - BOM JESUS EÓLICA S.A	49,00	49,00
BALEIA - CACHOEIRA EÓLICA S.A.	49,00	49,00
BALEIA - PITIMBU EÓLICA S.A.	49,00	49,00
BALEIA - SÃO CAETANO EÓLICA S.A.	49,00	49,00
BALEIA - SÃO CAETANO I EÓLICA S.A.	49,00	49,00
BALEIA - SÃO GALVÃO EÓLICA S.A.	49,00	49,00
BELO MONTE TRANSMISSORA DE ENERGIA SPE S.A.	24,50	24,5
BRASIL VENTOS ENERGIA S.A.	100,00	100,00
BRASVENTOS EOLO GERADORA DE ENERGIA S.A.	24,50	24,50
BRASVENTOS MIASSABA 3 GERADORA DE ENERGIA S.A.	24,50	24,50
CALDAS NOVAS TRANSMISSÃO S.A.	49,90	49,90
CENTRAL EÓLICA FAMOSA I S.A.	49,00	49,00
CENTRAL EÓLICA PAU BRASIL S.A.	49,00	49,00
CENTRAL EÓLICA ROSADA S.A.	49,00	49,00
CENTRAL EÓLICA SÃO PAULO S.A.	49,00	49,00
CHAPECOENSE GERAÇÃO S.A.	40,00	40,00
COMPANHIA CENTROESTE DE MINAS	49,00	49,00
COMPANHIA TRANSIRAPÉ DE TRANSMISSÃO	24,50	24,50
COMPANHIA TRANSLESTE DE TRANSMISSÃO	24,00	24,00
COMPANHIA TRANSUDESTE DE TRANSMISSÃO	25,00	25,00
CSE - CENTRO DE SOLUÇÕES ESTRATÉGICAS S.A.	49,90	49,90
EMPRESA DE ENERGIA SÃO MANOEL S.A.	33,33	33,30
ENERGIA DOS VENTOS IX S.A.	99,99	99,99
ENERGIA DOS VENTOS V S.A.	99,99	99,99
ENERGIA DOS VENTOS VI S.A.	99,99	99,99
ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.	99,99	99,99
ENERGIA DOS VENTOS VIII S.A.	99,99	99,99
ENERGIA OLÍMPICA S.A.	49,90	49,90
ENERPEIXE S.A.	40,00	40,00
GOIÁS TRANSMISSÃO S.A.	49,00	49,00
INAMBARI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	19,60	19,60
INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA DO MADEIRA S.A.	24,50	24,50
ITAGUAÇU DA BAHIA ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.	49,00	49,00

Denominação Investidora	Furnas - Centrais Elétricas S.A.	
Ações Ordinárias (% de participação)	Posição em	
Empresa Investida	Participação em 31/12/2017	Participação em 31/12/2016
LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.	49,90	49,90
LUZIÂNIA – NIQUELÂNDIA TRANSMISSORA S.A.	49,00	49,00
MADEIRA ENERGIA S.A.	39,00	39,00
MATA DE SANTA GENE BRA TRANSMISSORA S.A.	49,90	49,90
MGE TRANSMISSÃO S.A.	49,00	49,00
PARANÁIBA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	24,50	24,50
PUNAÚ - CARNAÚBA I EÓLICA S.A.	49,00	49,00
PUNAÚ - CARNAÚBA II EÓLICA S.A.	49,00	49,00
PUNAÚ - CARNAÚBA III EÓLICA S.A.	49,00	49,00
PUNAÚ - CARNAÚBA V EÓLICA S.A.	49,00	49,00
PUNAÚ - CERVANTES I EÓLICA S.A.	49,00	49,00
PUNAÚ - CERVANTES II EÓLICA S.A.	49,00	49,00
PUNAÚ - PUNAÚ I EÓLICA S.A.	49,00	49,00
REI DOS VENTOS 3 GERADORA DE ENERGIA S.A.	24,50	24,50
RETIRO BAIXO ENERGÉTICA S.A.	49,00	49,00
SERRA DO FACÃO ENERGIA S.A.	39,40	49,47
TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A.	24,72	24,72
TIJOÁ PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.	49,90	49,90
TRANSENERGIA GOIÁS S.A.	99,00	99,00
TRANSENERGIA RENOVÁVEL S.A.	49,00	49,00
TRANSENERGIA SÃO PAULO S.A.	49,00	49,00
TRIÂNGULO MINEIRO TRANSMISSORA S.A.	49,00	49,00
VALE DO SÃO BARTOLOMEU TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	39,00	39,00
COMPLEXO ACARAÚ: (Parque Eólico Santa Rosa, Parque Eólico Uirapuru e Parque Eólico Ventos do Angelim)	0	90,00
COMPLEXO FAMOSA III: (Parque Arara Azul, Parque Bentevi, Parque Ouro Verde I, Parque Ouro Verde II e Parque Ouro Verde III)	0	90,00
COMPLEXO SERRA DO MEL: (Parque Serra do Mel I, Parque Serra do Mel II e Parque Serra do Mel III)	0	90,00
ENERGIA DOS VENTOS I, II, III, IV, X – Aracati : (Central Eólica Goiabeira, Central Eólica Ubatuba, Central Eólica Santa Catarina, Central Eólica Pitombeira, Central Eólica Horizonte).	0	99,99
SERRA DO FACÃO ENERGIA S.A	100	100

Fonte: Superintendência de Gestão de Negócios e de Participações – SP.N

3.8 Principais eventos societários ocorridos no exercício

Uma vez constituída a *holding* Brasil Ventos Energia S.A. (BVE) em janeiro/2016, como subsidiária integral de Furnas, para consolidar suas participações em empreendimentos de energia eólica, por recomendação da SEST (Nota Técnica SEI nº 1020/2015-MP), em 2017 foi autorizada a transferência das ações de FORTIM pertencentes a Furnas para a Brasil Ventos Energia S.A..

4 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

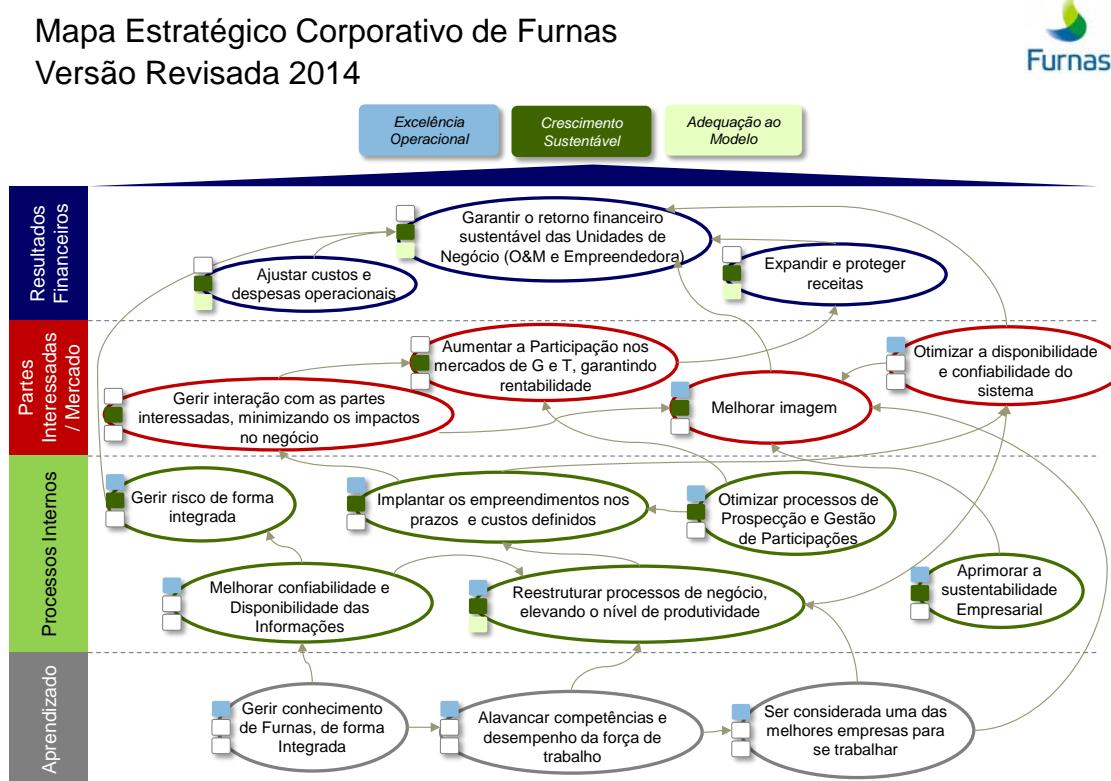
4.1 Planejamento organizacional

Em observância à Lei nº 13.303/2016, em seu Art. 23, Furnas possui Plano Estratégico para horizonte de 10 anos e Plano de Negócios e Gestão para horizonte de cinco anos, do qual se deriva o Contrato de Metas e Desempenho Empresarial (CMDE), aprovado e acompanhado pelo Conselho de Administração. Este contrato, firmado com a Eletrobras, estabelece metas específicas e rege o acompanhamento dos resultados, sendo detalhado no item 7.4 do presente documento.

O Plano Estratégico de Furnas conta com três direcionadores estratégicos emanados da Diretoria Executiva:

- Excelência operacional: Furnas considera, em sua atuação como empresa de Operação e Manutenção (O&M), a excelência operacional como primordial, tendo em vista a importância de seu parque industrial no contexto do sistema elétrico do País, e deste para a vida nacional;
- Crescimento com sustentabilidade: o objetivo da Empresa é o crescimento de seus negócios ou, em outras palavras, disputa de *Market share*, porém sem sacrifício: a) do meio-ambiente; b) das comunidades de alguma forma afetadas por seus empreendimentos e instalações; e c) de sua rentabilidade atual e futura; e
- Adequação ao modelo regulatório: Furnas tem como norte a adequação permanente de sua atuação e de seus negócios à dinâmica da regulação do Setor.

O Mapa Estratégico, ilustrado na figura a seguir, possui 16 objetivos, agrupados nas perspectivas de resultados financeiros, partes interessadas/mercado, processos internos e aprendizado. Ele apresenta os desafios que a Empresa terá de superar para alcançar sua visão de futuro, com horizonte de 2018.



Algumas ameaças presentes no contexto macroeconômico, como a recente queda da atividade econômica, bem como eventuais mudanças no marco regulatório do setor elétrico, podem caracterizar-se como riscos para o alcance dos objetivos estratégicos. Com o intuito de rechaçar tais ameaças, ao final de cada ano, a Empresa identifica desafios estratégicos de curto prazo, que são traduzidos em iniciativas estratégicas a serem acompanhadas por cada Diretoria.

Os painéis de cada Diretoria, denominados de planos táticos, são compostos por objetivos gerenciais e suas respectivas iniciativas desdobradas até o nível de Superintendência. O acompanhamento destas iniciativas é realizado durante as Reuniões de Acompanhamento da Estratégia (RAEs).

As iniciativas estratégicas podem abranger revisão de macroprocessos, adequação nas estruturas de pessoal, tecnológica, imobiliária, dentre outras, com vistas ao alcance dos objetivos estratégicos delineados. A título de exemplo, ao longo de 2017, mencionam-se as seguintes iniciativas:

- Implantar metodologia de Orçamento Base Zero (OBZ);
- Executar Programa Rumo ao Gap Zero (SOx); Incorporar na governança de Furnas uma política e instrumentos de integridade corporativa voltados ao “compliance” da Empresa;
- Automatizar subestações da Empresa – Teleassistência; e
- Promover o Plano de Aposentadoria Extraordinária (PAE) seguindo as orientações da *Holding*.

4.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

A descrição dos objetivos estratégicos presentes no Mapa Estratégico, agrupados por perspectiva, é apresentada a seguir:

Descrição dos objetivos estratégicos Perspectiva de Resultados Financeiros

Garantir o retorno financeiro das unidades de negócios de O&M e Empreendedora

Consiste em assegurar o retorno financeiro esperado sobre os investimentos em Novos Negócios, por meio de SPEs, e sobre as atividades de O&M dentro da nova realidade pós MP579; através de um gestão integrada, ativa e contínua de todas unidades de negócio.

Expandir e proteger receitas

Se fundamenta:

- Obter reconhecimento junto à ANEEL da revisão do modelo de remuneração pelo O&M dos ativos;
- Otimizar a estratégia de comercialização de energia;
- Garantir a precificação adequada dos serviços prestados (serviços de engenharia e estudos de viabilidade);
- Otimizar as receitas de geração e transmissão das SPE via dividendos;
- Reivindicar junto a ANEEL, a remuneração pelas Melhorias realizadas nos ativos das concessões prorrogadas antecipadamente;
- Evitar perda de receita em função das parcelas variáveis;
- Recuperar o valor contábil dos ativos através das indenizações.

Ajustar custos e despesas operacionais

Obter redução dos custos e despesas operacionais através da implantação de iniciativas que promovam incremento de produtividade e da excelência operacional de Furnas

Descrição dos objetivos estratégicos Perspectiva de Partes Interessadas

Aumentar a Participação nos mercados de G e T, garantindo rentabilidade

Aumento da participação nos mercados de geração e transmissão através da entrada em empreendimentos com taxas de retorno iguais ou superiores ao previsto no planejamento financeiro de Furnas (Plano Diretor)

Gerir interação com as partes interessadas, minimizando os impactos no negócio

Conduzir a administração do relacionamento de Furnas com as partes interessadas no negócio, destacando-se os seguintes exemplos: Órgãos Licenciatórios, Órgão Regulador, Sociedade, Governo, Parceiros, Fornecedores e Acionistas

Otimizar a disponibilidade e confiabilidade do sistema

Operar sustentavelmente e assegurar a correta realização de manutenções no sistema elétrico de Furnas, garantindo com que o serviço de geração e transmissão não sofra interrupções não planejadas

Melhorar imagem

Se baseia em um processo de cultivo de relações positivas com as partes interessadas e na qualidade da prestação de serviços de geração e transmissão de energia, tendo impacto direto e indireto na opinião pública e na imagem da empresa

Descrição dos objetivos estratégicos Perspectiva de Processos Internos (1/2)

Otimizar processos de prospecção e gestão de participações

Estruturar de maneira mais sustentável e rentável, as estratégias de prospecção de novos parceiros e empreendimentos sob o modelo de SPEs, assim como aprimorar e dar maior visibilidade para a gestão

Implantar os empreendimentos nos prazos e custos definidos

Aprimorar os processos de execução e gerenciamento de implantação dos empreendimentos, de modo que o cronograma, planejamento de recursos e retorno esperado sejam respeitados e atendidos

Gerir risco de forma integrada

Medir, integradamente na empresa, o grau de incerteza na obtenção do retorno esperado, destacando-se as naturezas de riscos: Operacional, Financeiro, Corporativo, etc.

Descrição dos objetivos estratégicos Perspectiva de Processos Internos (2/2)

Melhorar confiabilidade e disponibilidade das informações

Potencializar o processamento, manipulação e organização de dados, de tal forma que represente uma melhora, quantitativa e qualitativa, no acesso a informação em Furnas, proporcionando melhor assertividade e agilidade no processo decisório

Reestruturar processos de negócio, elevando o nível de produtividade

Mapeamento e reestruturação dos processos de negócio de Furnas, tendo como base a consolidação dos centros de serviços compartilhados, causando um elevado impacto na qualidade e agilidade dos serviços e reduzindo o nível de retrabalho e de custos em um cenário integrado de processos

Aprimorar a sustentabilidade empresarial

Uso correto e coeso dos recursos naturais e dos ativos de Furnas nos âmbitos sociais, energéticos e ambientais, visando o crescimento econômico, porém, sem degradar o meio ambiente e comprometer a satisfação das necessidades de gerações futuras

Descrição dos objetivos estratégicos Perspectiva de Aprendizado e Crescimento

Ser considerada uma das melhores empresas para se trabalhar

Ser vista como uma empresa de excelência/referência na capacitação e relacionamento com sua força de trabalho, assim como na manutenção de um ambiente de trabalho prazeroso e desafiador, motivando seus colaboradores e estimulando o desejo de se trabalhar em Furnas

Gerir conhecimento de Furnas, de forma Integrada

Viabilizar o compartilhamento e registro de informações e conhecimento entre todas as áreas da empresa a fim de promover a melhoria contínua na execução dos processos de negócio

Alavancar competências e desempenho da força de trabalho

Identificar e desenvolver as competências profissionais, englobando os conhecimentos, habilidades e atitudes para que o desempenho da força de trabalho seja maximizado

4.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

Desde maio de 2014, Furnas vem monitorando o desempenho dos objetivos constantes dos painéis estratégicos através da realização das Reuniões de Acompanhamento da Estratégia (RAEs).

As RAEs contam com a participação dos Diretores, Assistentes de Diretoria e Superintendentes, e seu objetivo é promover a discussão acerca dos resultados da Empresa, a partir de indicadores e iniciativas presentes no Painel Corporativo e nos painéis de cada Diretoria. Nas RAEs, a partir da apresentação dos painéis estratégicos, os desafios de cada área são compartilhados com os executivos da Empresa, compromissos de apoio entre as áreas são firmados e ações de correção são pactuadas com vistas à consecução dos objetivos.

Como parte da Gestão Estratégica, ao final de cada ciclo de monitoramento, o mesmo público das RAEs é reunido em um *workshop* para uma reflexão sobre possíveis lacunas e pontos de melhoria nos painéis que traduzem a estratégia escolhida, baseada nas ameaças e oportunidades identificadas a partir da análise do contexto macroeconômico de curto e médio prazos.

Durante o ano de 2017, foram realizadas 4 RAEs, nas seguintes datas:

- 19/04/2017;
- 31/05/2017;
- 30/08/2017;
- 18/12/2017.

Uma vez que 2018 é o horizonte de referência do Plano Estratégico em questão, ressalta-se que ao final de 2017 não foi realizado o *workshop* anual de revisão dos painéis estratégicos, ponto de partida para o ciclo de acompanhamento do ano seguinte.

Furnas, no processo de gestão de sua estratégia, projeta finalizar no primeiro semestre do ano corrente a elaboração do Plano Estratégico 2018-2028 com definição de missão, visão, valores, matriz SWOT, objetivos, iniciativas e indicadores estratégicos, bem como dar início ao acompanhamento do desempenho da Empresa pelas RAEs.

4.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

A definição da Missão, assim como da Visão, foi um dos primeiros resultados da elaboração do Planejamento Estratégico de Furnas, tendo, posteriormente, servido de alicerce para as demais definições da Estratégia.

O alinhamento da Missão – “atuar com excelência empresarial e responsabilidade socioambiental no setor de energia elétrica, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade” – ao Plano Estratégico pode ser claramente evidenciado pelo Mapa Estratégico, no qual os objetivos estratégicos ali presentes traduzem a Missão empresarial e de como poderemos atingir a Visão de futuro estabelecida para a Empresa.

4.2 Desempenho orçamentário

4.2.1 Informações sobre a realização das receitas

Quadro 4.2.1.1 – Composição do Saldo

Composição de saldo	2017			2016	
	Realizado até dezembro	Remanejamento Ofício nº 101.495 de 19.12.2017	Variação Percentual	Realizado até dezembro	Variação Percentual
Vendas de Energia	8.488.244.276	10.319.832.990	-17,7%	6.121.469.034	38,7%
Dividendos e JCP	603.895	914.126	-33,9%	1.371.681	-56,0%
Renda de Financiamentos LP	59.166.614	79.315.278	-25,4%	65.121.307	-9,1%
Outras Receitas Operacionais	180.206.825	560.997.702	-67,9%	146.482.875	23,0%
Total	8.728.221.610	10.961.060.096	-20,4%	6.334.444.897	37,8%

Fonte: Gerencia de Controladoria – GCO.F

Venda de Energia

A variação entre o realizado e o planejado de 2017 está relacionada com a previsão inicial de recebimento de R\$ 1,8 bilhão, estimativa essa relativa ao recebimento da indenização da geração, estabelecida pela Lei 12.783/2013, o que não foi concretizado.

Dividendos e JCP

O remanejamento foi efetuado com base no realizado até o mês de setembro, anualizado para dezembro. Entretanto, tal expectativa não se realizou.

Renda de Financiamento de Longo Prazo

A variação está relacionada com o recebimento no segundo semestre de 2017 dos créditos constituídos junto Tesouro Nacional, oriundos da Lei 12.783/93, no valor de R\$ 600 milhões, o que passou a gerar menos receita financeira.

Outras receitas operacionais

O montante originalmente se tratava de receita financeira da indenização relativa à RBSE. Entretanto, foi observado que a área de contabilidade registrou tal indenização como receita operacional, sendo considerado na rubrica receita de transmissão. No processo de remanejamento encontramos limitações para ajustar o montante necessário.

Quadro 4.2.1.2 – Abertura mensal das receitas

PDG Exercício de 2017	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Realizado até Dezembro
Venda de Energia	574.452.079	565.567.589	588.275.541	554.994.164	556.177.666	548.170.717	834.784.811	829.167.952	841.940.717	864.640.257	835.246.279	894.826.504	8.488.244.276
Dividendos e JCP	824	6.682	2.518	2.085	119.235	86.749	62.790	1.428	178.284	121.430	-	21.870	603.895
Renda de Financiamentos - LP	7.279.061	6.819.448	6.803.454	6.576.246	6.369.350	8.549.832	6.803.907	1.568.618	2.778.418	1.906.401	1.796.493	1.915.386	59.166.614
Outras Receitas Operacionais	4.475.201	3.839.325	4.877.315	1.802.264	6.395.188	10.866.062	10.746.911	13.106.162	24.321.050	3.723.096	6.056.121	89.998.130	180.206.825
PDG Exercício de 2016	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Realizado até Dezembro
Venda de Energia	477.053.739	475.447.130	483.861.571	502.445.320	472.694.235	481.024.984	526.271.362	523.238.324	542.947.250	547.810.857	532.494.764	556.179.498	6.121.469.034
Dividendos e JCP	-	446.074	-	228.334	212.118	189	-	282.555	9.407	1.091	-	191.913	1.371.681
Renda de Financiamentos - LP	5.142.403	5.095.458	5.508.052	5.146.186	5.435.127	5.523.234	5.841.619	5.483.902	5.339.571	5.578.898	5.425.531	5.601.326	65.121.307
Outras Receitas Operacionais	25.152.486	8.605.199	7.187.330	3.511.598	11.303.544	15.118.477	19.710.414	12.978.881	14.554.223	9.565.341	9.577.771	9.217.611	146.482.875

Fonte: Gerencia de Controladoria – GCO.F

Os valores orçamentários realizados baseiam-se nos valores contábeis registrados na Demonstração do Resultado (DRE) Regulatória, ainda não avaliada pelo Auditor Independente até o fechamento deste Relatório de Gestão.

Cabe destacar que a DRE regulatória é diferente da DRE societária que é publicada e exigida para fins estatutários.

A seguir, um comparativo das receitas segundo as práticas regulatórias e societárias:

Quadro 4.2.1.3 – Receitas Regulatórias x Receitas Societárias

	Nota	2017			2016		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE RECEITA							
Fornecimento de energia elétrica		309.790	-	309.790	22.594	-	22.594
Suprimento de energia elétrica		4.708.454	-	4.708.454	4.412.231	-	4.412.231
Energia elétrica de curto prazo		142.156	-	142.156	230.088	-	230.088
Disponibilização do sistema de transmissão	41.11	3.327.845	(3.327.845)	-	1.456.556	(1.456.556)	-
Financeira – retorno sobre investimento	41.12	-	2.863.382	2.863.382	-	14.218.772	14.218.772
Receita de construção	41.13	-	154.957	154.957	-	258.760	258.760
Outras receitas	41.14	376.842	1.487.625	1.864.467	192.493	1.184.558	1.377.051
		8.865.087	1.178.119	10.043.206	6.313.962	14.205.534	20.519.496

Fonte: Gerencia de Contabilidade Geral – GCG.F

4.2.2 Informações sobre a execução das despesas

4.2.2.1- Despesas por Modalidade de Contratação - Total

Quadro 4.2.2.1- Despesas por grupo e elemento de despesa

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	795.711.562,90	100,00	867.778.664	100	658.196.832,92	100,00	766.575.739	100
a) Convite	4.039.966,53	0,51	2.331.659	0,3	4.082.634,48	0,51	2.237.197	0,3
b) Tomada de Preços	12.513.003,88	1,57	23.568.440	2,7	13.240.811,51	1,66	21.809.309	2,8
c) Concorrência	79.230.769,62	9,96	109.633.614	12,6	103.052.458,50	12,95	112.712.181	14,7
d) Pregão	699.927.822,87	87,96	732.244.951	84,4	537.820.928,43	67,59	629.817.052	82,2
e) Concurso								
f) Consulta								
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas								
2. Contratações Diretas (h+i)	157.361.592,64	100,00	240.267.467	100	179.315.522,12	100,00	244.197.296	100%
h) Dispensa	90.710.417,39	57,64	156.974.426	65,3	101.023.121,43	64,20	166.487.046	68,2
i) Inexigibilidade	66.651.175,25	42,36	83.293.041	34,7	78.292.400,69	49,75	77.710.250	31,8
3. Regime de Execução Especial								
j) Suprimento de Fundos								
4. Pagamento de Pessoal (k+l)					1.583.531.269	100,00	1.243.468.441	100
k) Pagamento em Folha					1.574.182.861	99,41	1.232.955.481	99
l) Diárias					9.348.408	0,59	10.512.960	1
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	953.073.155,54	100,00	1.108.046.131	100	2.421.043.624,04	100,00	2.254.241.476	100

Observações:

Além das despesas acima listadas por Modalidade de Contratação, ocorreram os seguintes dispêndios registrados na base de dados de Suprimentos:

1) 2017 - Despesa Executada

- R\$ 1.287.500,00 relativos à adesão de Registro de Preços.
- R\$ 50.950.089,50 relativos a Convênios e Patrocínios.
- R\$ 491.062.413,97 relativos ao contrato de fornecimento de gás da Petrobras para a Usina Termelétrica de Santa Cruz.
- R\$ 49.758.658,37 relativos a pagamentos para a Fundação Real Grandeza.
- R\$ 776.919.295,13 relativos à compra de energia.
- Os valores de compras de pequeno vulto foram incorporados aos valores relativos à Dispensa de Licitação.

2) 2017 – Despesa Paga

- R\$ 74.688,36 relativos à adesão de Registro de Preços.
- R\$ 50.948.694,34 relativos a Convênios e Patrocínios.
- R\$ 487.812.798,29 relativos ao contrato de fornecimento de gás da Petrobras para a Usina Termelétrica de Santa Cruz.
- R\$ 53.883.530,00 relativos a pagamentos para a Fundação Real Grandeza.

- R\$ 843.691.936,31 relativos à compra de energia.
- Os valores de compras de pequeno vulto foram incorporados aos valores relativos à Dispensa de Licitação.

3) 2016 – Despesa Executada

- R\$ 8.425.977 relativos à adesão de Registro de Preços.
- R\$ 15.150.263 relativos a Convênios e Patrocínios.
- R\$ 399.409.302 relativos ao contrato de fornecimento de gás da Petrobras para a Usina Termelétrica de Santa Cruz.
- R\$ 81.878.377 relativos a pagamentos para a Fundação Real Grandeza.
- R\$ 660.323.558 relativos à compra de energia.
- Os valores de compras de pequeno vulto foram incorporados aos valores relativos à Dispensa de Licitação.

4) 2016 – Despesa Paga

- R\$ 7.872.081 relativos à adesão de Registro de Preços.
- R\$ 20.999.390 relativos a Convênios e Patrocínios.
- R\$ 399.409.302 relativos ao contrato de fornecimento de gás da Petrobras para a Usina Termelétrica de Santa Cruz.
- R\$ 66.807.561 relativos a pagamentos para a Fundação Real Grandeza.
- R\$ 607.633.310 relativos à compra de energia.
- Os valores de compras de pequeno vulto foram incorporados aos valores relativos à Dispensa de Licitação.

Fonte: Superintendência de Gestão de Suprimentos – GS.A, Superintendência de Recursos Humanos -,RH.A e Gerência Desenvolvimento de Sistema – GDS.A (diárias), Gerência de Sustentabilidade Empresarial – GSP.P (cálculos)

4.2.2.2 – Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade

Quadros 4.2.2.2 – Ações do Orçamento de Investimento

Análise Situacional

A UHE Simplício está localizada no Rio Paraíba do Sul entre os municípios de Sapucaia e de Três Rios, no Rio de Janeiro, e de Chiador e Além Paraíba, em Minas Gerais, com 333,7 MW de potência instalada total, sendo 3 turbinas tipo Francis, de 101,9 MW cada, totalizando 305,7 MW na UHE Simplício, e 2 turbinas tipo Kaplan, de 14 MW cada, totalizando 28 MW na PCH Anta. O Sistema de Transmissão Associado é composto da conexão da UHE Simplício ao Sistema Interligado Nacional - SIN, por meio de uma linha de transmissão de 138 kV, com 120 km de extensão, entre a Subestação de Simplício e a Subestação de Rocha Leão. A interligação da UHE Anta à UHE Simplício é feita por meio de uma linha de transmissão de 138 kV, com aproximadamente 30 km de extensão.

Empreendimento adjudicado a Furnas através do Leilão ANEEL 002/2005, de 16 de dezembro de 2005. O Contrato de Concessão nº. 003/2006 – MME foi assinado em 15 de agosto de 2006.

O empreendimento tem como objetivo disponibilizar 333,7 MW ao sistema elétrico interligado, através de três unidades geradoras na UHE Simplício e duas unidades geradoras na PCH Anta.

Esse empreendimento, em 2017, atingiu 98,5 % de execução física global.

As três unidades geradoras da UHE Simplício entraram em operação comercial em junho de 2013. Faltam entrar em operação as duas unidades geradoras da PCH Anta.

Em 2017, destacamos as seguintes atividades:

- Contratação de empresa para conclusão da montagem das unidades da PCH Anta;
- Contratação de empresa para construção da Ponte e os acessos a UHE Simplício bem como a pavimentação dos acessos a PCH Anta.

Identificação da Ação												
Código	25.752.2033.3292.0031						Tipo: Projeto					
Título	Modernização da Usina Hidrelétrica Furnas, com 1.216 MW (MG)											
Iniciativa	01G1 - Manutenção do parque gerador de energia											
Objetivo	Manter a confiabilidade e a disponibilidade do suprimento de energia elétrica, promovendo a manutenção adequada das instalações de geração e de transmissão. Código: 0437											
Programa	Energia Elétrica		Código: 2033	Tipo:								
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.											
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não (<input type="checkbox"/>) Outras		Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria									
Execução Financeira e Física												
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta									
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado					
12.000.000	12.000.000	0	Reducir a Taxa Equivalente de Indisponibilidade Programada (TEIP) dos sistemas de geração em 4%	Usina modernizada %	1%	1%	0%					

Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E e Gerência de Controladoria – GCO.F

Análise Situacional

Com potência instalada de 1.216 MW, a UHE Furnas está localizada no Rio Grande, entre os municípios de São José da Barra e São João Batista do Glória, em Minas Gerais. A modernização da UHE Furnas consiste na atualização tecnológica das unidades geradoras contemplando a implantação de novos sistemas de controle, de comando (possibilidade de operação remota), de supervisão, de monitoramento e de proteção da usina.

A modernização da última Unidade Geradora da Usina Hidrelétrica de Furnas foi concluída em 20 de janeiro de 2015, com a entrada em operação comercial da Unidade Geradora 07. As unidades geradoras foram modernizadas e concluídas na seguinte ordem: UG 06 (22/12/06), UG 05 (20/02/08), UG 04 (30/10/09), UG 03 (25/11/10), UG 02 (20/01/12), UG 01 (16/08/13), UG 08 (28/12/14) e UG 07 (20/01/15), proporcionando a manutenção de 1.216 MW de Potência Instalada de unidades geradoras hidráulicas modernizadas do Sistema Elétrico Brasileiro. A Modernização da Subestação 345 kV foi concluída em 16 de dezembro de 2014.

Em 2017 tiveram andamento retiradas de pendências.
O pagamento final do contrato de modernização foi postergado.

Essa ação atingiu 99,99 % de realização global.

Identificação da Ação											
Código	25.752.2033.3414.0033						Tipo: Projeto				
Título	Ampliação da capacidade da Usina Termelétrica Santa Cruz - Fase 1 - com acréscimo de 350 MW , através de Ciclo Combinado (RJ)										
Iniciativa	04U6 - Ampliação e repotenciação da capacidade de geração de energia elétrica das usinas em operação										
Objetivo	Expandir a capacidade de geração do sistema elétrico brasileiro, pela implantação de novos empreendimentos e ampliação e ou repotenciação de usinas existentes. Código: 0019										
Programa	Energia Elétrica		Código: 2033	Tipo:							
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.										
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras										
Execução Financeira e Física											
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta								
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado				
5.977.194	1.250.000	989.950	Adicionar 350 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir de fontes térmicas	% Usina ampliada MW	1%	1%	0%				
Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E e Gerência de Controladoria – GCO.F											

Análise Situacional

Corresponde a conclusão dos estudos e implantação para a nova concepção do ciclo combinado na UTE Santa Cruz, considerando um novo turbogenerator a vapor de 150MW, com os seus sistemas associados, incluído os serviços de licitação do contrato de EPC, licenciamento ambiental do empreendimento considerando essa nova concepção.

O projeto de Implantação do ciclo combinado na UTE Santa Cruz considerou a implantação desse ciclo usando dois novos turbogeneradores a gás interligados aos dois turbogeneradores a vapor existentes na usina. Com a não disponibilização do Gás Natural a época e a avançada vida útil desses turbogeneradores a vapor, que entraram em operação na década de 60, foi constatado que os equipamentos relacionados ao ciclo combinado não teriam condição de operar em conjunto com os novos turbogeneradores a gás.

Assim, os valores de realizações financeiras no período referem-se a contratação de serviços consultoria e custos com mão de obra própria para realização de testes e elaboração de documentos técnicos necessários para implantação do ciclo combinado em sua nova concepção.

O empreendimento encontra-se com 98,30% de execução física.

Identificação da Ação							
Código	25.752.2033.14L2.0001						Tipo: Projeto
Título	Ampliação do Sistema de Geração de Energia Elétrica nas Regiões Sudeste e Centro Oeste						
Iniciativa	000S - Implantação de Usinas Hidrelétricas - UHE						
Objetivo	Expandir a capacidade de geração do sistema elétrico brasileiro, pela implantação de novos empreendimentos e ampliação e ou repotenciação de usinas existentes.						Código: 0019
Programa	Energia Elétrica Código: 2033 Tipo:						
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.						
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
100.000	0	0	Adicionar MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica	Sistema ampliado	1%	0%	0%
Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E e Gerência de Controladoria – GCO.F							

Análise Situacional

Em 2017 não houve atividade para essa ação.

Identificação da Ação							
Código	25.752.2033.14L5.0001						Tipo: Projeto
Título	Implantação de Parques Eólicos de Geração de Energia Elétrica						
Iniciativa	000X - Implantação de Usinas Eólicas – UEE						
Objetivo	Expandir a capacidade de geração do sistema elétrico brasileiro, pela implantação de novos empreendimentos e ampliação e ou repotenciação de usinas existentes.. Código: 0019						
Programa	Energia Elétrica Código: 2033 Tipo:						
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.						
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
100.000	0	0	Adicionar MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte eólica	Parque implantado	1%	0%	0%

Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E e Gerência de Controladoria – GCO.F

Análise Situacional

Em 2017 não houve atividade para essa ação.

Identificação da Ação							
Código	25.752.2033.14L6.0001						Tipo: Projeto
Título	Implantação de Usina Termelétrica a Biomassa						
Iniciativa	000Y - Implantação de Usinas de outras fontes alternativas						
Objetivo	Expandir a capacidade de geração do sistema elétrico brasileiro, pela implantação de novos empreendimentos e ampliação e ou repotenciação de usinas existentes. Código: 0019						
Programa	Energia Elétrica Código: 2033 Tipo:						
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.						
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
100.000	0	0	Adicionar MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir de outras fontes alternativas	Usina implantada	1%	0%	0%

Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E e Gerência de Controladoria – GCO.F

Análise Situacional

Em 2017 não houve atividade para essa ação.

Identificação da Ação							
Código	25.752.2033.14LE.0001						Tipo: Projeto
Título	Ampliação da Capacidade de Geração de Usinas em Operação						
Iniciativa	04U6 - Ampliação e repotenciação da capacidade de geração de energia elétrica das usinas em operação						
Objetivo	Expandir a capacidade de geração do sistema elétrico brasileiro, pela implantação de novos empreendimentos e ampliação e ou repotenciação de usinas existentes.						Código: 0019
Programa	Energia Elétrica Código: 2033 Tipo:						
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
100.000	0	0	Adicionar MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica 0005 - Adicionar 6.400 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir de fontes térmicas	Capacidade ampliada	1%	0%	0%
Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E e Gerência de Controladoria – GCO.F							

Análise Situacional

Em 2017 não houve atividade para essa ação.

Identificação da Ação												
Código	25.752.2033.121X.0031						Tipo: Projeto					
Título	Implantação de Sistema de Transmissão Bom Despacho 3 – Ouro Preto 2 (500kV - 180 km) - (MG)											
Iniciativa	0027 - Implantação de Linhas de Transmissão e Subestações no Sistema Interligado Nacional - SIN											
Objetivo	Expandir a Capacidade de Transmissão do Sistema Elétrico Brasileiro com a construção de novas instalações e ampliação/reforço das existentes. Código: 0036											
Programa	Energia Elétrica		Código: 2033	Tipo:								
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.											
Ação Prioritária	(x) Sim () Não		Caso positivo: (x)PAC () Brasil sem Miséria		() Outras							
Execução Financeira e Física												
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta									
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado					
3.610.000	3.610.000	441.072	Implantar 180 km de nova linha de transmissão no Sistema Elétrico Nacional	Sistema implantado	1%	1%	1%					

Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E e Gerência de Controladoria – GCO.F

Análise Situacional

Com aproximadamente 180 km de extensão, localizada no estado de Minas gerais, a LT Bom Despacho 3/Ouro Preto 2, em 500 kV, tem origem na Subestação Bom Despacho 3 e término na Subestação Ouro Preto 2, ambas da CEMIG. Foi definida como uma das obras de reforços necessários para proporcionar uma nova rota de injeção para a região da Mantiqueira, no Estado de Minas Gerais, de forma a garantir níveis adequados de atendimento ao mercado consumidor, levando em conta o crescimento de carga previsto.

Empreendimento adjudicado a Furnas através do Leilão ANEEL 006/2008, de 3 de outubro de 2008. O contrato de concessão nº. 003/2009 – ANEEL, assinado em, 28 de janeiro de 2009, integra o Plano de Aceleração do Crescimento - PAC do Governo Federal e atingiu 99% de execução física global em 2016.

A Linha de Transmissão foi energizada em 10 de junho de 2014 e desligada em seguida em função da falta da Licença de Operação. No dia 20 de fevereiro de 2016 foi energizada a LT 500 kV Bom Despacho 3 - Ouro Preto 2 e os respectivos módulos de entrada de linha, em 500 kV, nas SEs Bom Despacho 3 e Ouro Preto 2, passando o empreendimento a operar de forma provisória em função de decisão judicial em caráter liminar.

Em 2017, destacamos as seguintes atividades:

- Ações ambientais em atendimento a condicionantes indicadas pelos órgãos ambientais de Minas Gerais (SUPRAM e IEF), entre as quais destacamos a execução de medidas físicas na Serra da Moeda, estudos para implantação de sistema de rádio VHF na Estação Ecológica Arêdes e Monumento Natural Serra da Moeda, demolição de benfeitorias na faixa de servidão da LT e despesas relativas ao acompanhamento dessas atividades.

Identificação da Ação													
Código	25.752.2033.12DB.0030						Tipo: Projeto						
Título	Implantação de Linha de Transmissão UHE Mascarenhas (MG) - Linhares (ES) (230 kV, com 99 km) e de Subestação Associada em Linhares (230/138 kV)												
Iniciativa	0027 - Implantação de Linhas de Transmissão e Subestações no Sistema Interligado Nacional - SIN												
Objetivo	Expandir a Capacidade de Transmissão do Sistema Elétrico Brasileiro com a construção de novas instalações e ampliação/reforço das existentes. Código: 0036												
Programa	Energia Elétrica		Código: 2033	Tipo:									
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.												
Ação Prioritária	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não (<input type="checkbox"/>) Outras		Caso positivo: (<input checked="" type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria										
Execução Financeira e Física													
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta										
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado						
27.494.257	23.109.023	12.805.971	Implantar 99 km de nova linha de transmissão no Sistema Elétrico Nacional	Obra executada	3%	3%	2%						
Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E e Gerência de Controladoria – GCO.F													

Análise Situacional

Com aproximadamente 99 km de extensão, localizada no estado do Espírito Santo, a LT Mascarenhas – Linhares, em 230 kV, circuito simples, tem origem na Subestação Mascarenhas e término na Subestação Linhares, ambas localizadas no Estado do Espírito Santo. Foi definida como necessidade de reforços na Rede Básica que atende aos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, tanto em linhas de transmissão quanto em transformações de fronteira. Contribuirá principalmente para melhorar o atendimento às cargas da região norte do Espírito Santo, este atendimento também fica garantido em situações de emergência de uma das linhas, sem necessidade de corte de cargas ou medidas operativas.

Empreendimento adjudicado a Furnas através do Leilão ANEEL 005/2009, de 27 de novembro de 2009. O contrato de concessão Nº. 006/2010 – ANEEL foi assinado em 12 de julho de 2010

Esse empreendimento integra o Plano de Aceleração do Crescimento - PAC do Governo Federal e, em 2017, atingiu 85 % de execução física global.

A LT Mascarenhas – Linhares teve sua construção iniciada em julho de 2014.

O contrato de construção foi rescindido devido à inadimplência do Consórcio em executar os serviços dentro do prazo contratual. Com isso, foi necessário novo processo de contratação do EPC visando à conclusão do empreendimento.

- A linha de transmissão Mascarenhas-Linhares encontra-se 99% concluída.
- As obras nas SEs Linhares e Mascarenhas foram retomadas em novembro de 2017.

Em 2017 destacamos a realização das seguintes atividades:

- Subestação Linhares: fornecimento de materiais.
- Subestação Mascarenhas: fornecimento de materiais.

Identificação da Ação													
Código	25.752.2033.14L3.0001						Tipo: Projeto						
Título	Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica nas Regiões Sudeste e Centro Oeste												
Iniciativa	0027 - Implantação de Linhas de Transmissão e Subestações no Sistema Interligado Nacional - SIN												
Objetivo	Expandir a Capacidade de Transmissão do Sistema Elétrico Brasileiro com a construção de novas instalações e ampliação/reforço das existentes. Código: 0036												
Programa	Energia Elétrica		Código: 2033	Tipo:									
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.												
Ação Prioritária	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não (<input type="checkbox"/>) Outras		Caso positivo: (<input checked="" type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria										
Execução Financeira e Física													
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta										
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado						
15.100.000	11.730.000	2.669.882	Implantar 50 km de nova linha de transmissão no Sistema Elétrico Nacional.	Sistema ampliado	1%	1%	1%						

Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E e Gerência de Controladoria – GCO.F

Análise Situacional

Essa Ação está composta por dois empreendimentos, conforme a seguir:

LT 230 kV Xavantes – Pirineus:

Com 50 km de extensão, localizada no estado de Goiás, a LT Xavantes – Pirineus, em 230 kV, segundo circuito simples, tem origem na Subestação Xavantes (CELG) e término na Subestação Pirineus (Furnas), ambas localizadas no Estado de Goiás. Definida como instalações de transmissão da rede básica do Sistema Interligado Nacional, com a construção da linha espera-se atender o crescimento da carga na região de Goiânia (GO), mantendo a qualidade do serviço prestado.

Empreendimento adjudicado a Furnas através do Leilão ANEEL nº 004/2011 Lote D de 2 de setembro de 2011.

O Contrato de Concessão nº. 014/2011-ANEEL foi assinado em 9 de dezembro de 2011.

Esse empreendimento integra o Plano de Aceleração do Crescimento - PAC do Governo Federal e atingiu 66 % de execução física global em 2017.

A construção foi iniciada em 1º de março de 2014..

Em 2017, destacamos a realização das seguintes atividades:

- Retomada da execução das obras com a recontratação da construção das Entradas de Linha das SEs Xavantes e Pirineus;
- Gestão Fundiária.

SE Zona Oeste:

Sem realização financeira no ano 2017.

Identificação da Ação							
Código	25.122.0807.4101.0001						Tipo: Atividade
Título	Manutenção e Adequação de Bens Imóveis						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais						
	Código: 0807 Tipo:						
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.						
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
18.491.945	6.130.255	4.582.548	Realização das ações necessárias às melhorias, modernizações, adequação e manutenção dos bens imóveis da Empresa, bem como aos sistemas de infraestrutura a eles associados, de forma a assegurar as condições necessárias de funcionamento e apoio ao desenvolvimento das atividades fins.	*	*	*	*
Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E, Gerência de Controladoria – GCO.F							

Análise Situacional

Essa ação tem característica de realização contínua e considera uma multiplicidade de atividades. Por isso está classificada como atividade e não possui unidade de medida e meta física.

Em 2017 foram realizados serviços de Recuperação do Sistema de Drenagem das Águas Pluviais das Instalações de Furnas, localizadas em Aparecida de Goiânia/GO.

Identificação da Ação							
Código	25.122.0807.4102.0001						Tipo: Atividade
Título	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos						
Objetivo	Código:						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais						
Unidade Orçamentária	Código: 0807 Tipo:						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
25.384.646	5.872.059	5.005.847	Realização de serviços de aquisição, manutenção e adequação nos bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos de propriedade de Furnas para adequar a infraestrutura de apoio	*	*	*	*
Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – E.P.E, Gerência de Controladoria – GCO.F e Assessoria de Apoio à Gestão Técnica – AAG.O							

Análise Situacional

Essa ação tem característica de realização contínua e considera uma multiplicidade de atividades. Por isso está classificada como atividade e não possui unidade de medida e meta física.

Em 2017, foram realizadas aquisições de equipamentos, instrumentos e implementos necessários às atividades de operação e manutenção do Sistema Elétrico de Furnas como:

- equipamento de inspeção e teste para fiscalização e comissionamento (Variac);
- equipamentos de áudio e vídeo para sala de reunião e vídeo conferência;
- equipamentos de apoio como: fonte de tensão, esmerilhadeira, furadeira, transformador para solda, martelete, serra tico-tico;
- mobiliários para escritório: cadeiras giratórias e arquivos móveis.

Em 2017 foram adquiridos diversos equipamentos, instrumentos e implementos necessários às atividades de operação e manutenção do Sistema Elétrico de Furnas:

- Plataforma Elevatória Elétrica utilizada pela equipe de ensaios, em testes elétricos e manutenções eletromecânicas de equipamentos de alta tensão (disjuntores, TCs, TPCs, buchas condensivas).

- Medidor de Campo Elétrico e Magnético para medições de Campo Elétrico e Magnético nas instalações de Furnas e possíveis agentes externos visando atender os limites estabelecidos no artigo 3º da Resolução Normativa ANEEL, nº 616, de 1º de julho de 2014.
- Colorímetro Esoelectrofotômetro para ser utilizado, pelo Laboratório Químico de Ensaios e Suporte à Manutenção, na medição de cor em amostras de óleo mineral isolante e lubrificante.
- Sistema Ultrapurificador de Água para obtenção de Água Ultrapura Tipo I, utilizada no ensaio de Tensão Interfacial, no Laboratório Químico de Ensaios e Suporte à Manutenção de Furnas.

Identificação da Ação							
Código	25.126.0807.4103.0001						Tipo: Atividade
Título	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais						
Unidade Orçamentária	Código: 0807						
Ação Prioritária	Tipo: 32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A. () Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
35.035.020	24.250.458	16.714.128	Aquisição de bens e serviços de manutenção e adequação de ativos de informática, informação e teleprocessamento de propriedade de Furnas.	*	*	*	*
* Essa Ação tem característica de realização contínua e que considera uma multiplicidade de atividades e por isso está classificada como atividade. Sendo assim, não possui unidade de medida e meta física.							
Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E, Gerência de Controladoria – GCO.F, Superintendência de Tecnologia da Informação – ST.A.							

Análise Situacional

Essa ação tem característica de realização contínua e considera uma multiplicidade de atividades. Por isso está classificada como atividade e não possui unidade de medida e meta física.

Em 2017 foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Aquisição de equipamento (TV) para atendimento e atualização tecnológica do sistema de vídeo conferência para a sala de reunião da Gerência de Engenharia Mecânica;
- Prestação dos serviços de subscrição de atualizações e suporte remoto software ERDAS;
- Contratação de Projeto Básico para padronização de Infraestrutura de Dados Espaciais adquiridos por Furnas;
- Prestação de Serviços de Renovação e Aquisição de Licenciamento, Suporte Técnico e Capacitação da plataforma dos softwares ESRI;
- Aquisição de imagens de satélite de alta resolução espacial, por acesso on-line, com atualização por nova coleta de áreas de interesse de Furnas;
- Upgrade do Software TLP 241 para a versão 1.1.8 (RINDAT- Rede Integrada de Detecção de Descargas Atmosféricas);
- Prestação de serviço de operação e administração da RINDAT;
- Aquisição de atualização de licença, subscrição e suporte técnico do software Solidworks; e
- Aquisição de solução para automação de processos fundiários e ambientais (Gestão Socioambiental);

Prestação de serviços de atualização e treinamento do software Topograph

- Aquisição de Firewall de Aplicação Palo Alto;
- Ampliação do sistema de videoconferência de Furnas;
- Prestação de serviço Testes de software e auditoria de artefatos de software;
- Projeto de Gestão de documento, que contém a gestão de documentos da área de engenharia, utilizando cessão do direito de uso de licenças do software EMC EPFM e a gestão de documentos do restante da empresa com a implantação e a prestação de serviços de gestão de documentos técnicos e documentos administrativos com software EMC Captiva e a prestação de serviços de desenvolvimento, documentação e sustentação de sistemas de Informação;
- Fábrica de *Sharepoint*;
- Configuração e Parametrização do Software de Gestão de auditoria;
- Aquisição de Licenças Adobe;
- Aquisição de Licenças *Netbackup*;
- Aquisição de Licenças SAP *Business Objects Ent*, pro ed (CS) e SAP *Enterprise Project Connection*
- Fábrica de Software;
- Configuração e Parametrização das licenças do software Primavera;
- Configuração e Parametrização de Licenças *Suite Rational*;
- Aquisição de *Storages* para o sistema de *backup*

Identificação da Ação							
Código	25.752.2119.8549.0001						Tipo: Atividade
Título	Preservação e Conservação Ambiental em Empreendimentos de Geração e Transmissão de Energia Elétrica						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia Código: 2119						Tipo:
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.						
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
41.259.569	37.528.151	24.787.467	Considera a implementação de ações de preservação e conservação socioambientais inerentes aos empreendimentos em operação, tais como: a) Ações ambientais necessárias para atender às condicionantes dos órgãos de controle ambiental; b) Ações voltadas ao programa de recuperação de áreas degradadas; c) Ações de natureza social e ambiental decorrentes dos reassentamentos implementados em função dos empreendimentos em operação.	*	*	*	*
Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E e Gerência de Controladoria – GCO.F							

Análise Situacional

Essa Ação Orçamentária tem característica de realização contínua e considera uma multiplicidade de programas ambientais e fundiários, motivo pelo qual não possui unidade de medida.

Em 2017, foram executados programas ambientais em atendimento às condicionantes de licenças ambientais dos empreendimentos de geração e transmissão.

Destacamos a execução dos programas referentes aos meios físico-biótico, socioeconômico e cultural, e de gestão fundiária, que tiveram como objetivo garantir o cumprimento das condicionantes ambientais nos sítios e localidades sob concessão e responsabilidade de Furnas:

- Serviços de recuperação e adequação de áreas degradadas remanescentes de empreendimentos de Furnas nas áreas de influência das UHEs Funil, Furnas, Mal. Mascarenhas de Moraes, Luiz Carlos Barreto de Carvalho, Porto Colômbia, Marimbondo, Itumbiara e Corumbá;
- UHE Batalha: programa de comunicação social na área de influência do reservatório e respectiva LT; monitoramento da qualidade da água do reservatório; programa de educação ambiental; implantação e execução do programa de saúde e controle de vetores, em atendimento ao Projeto Básico Ambiental - PBA e solicitações de complementações do IBAMA; programa de monitoramento do comportamento hidrodinâmico do lençol freático;
- UHE Simplício: programa de monitoramento da fauna de vetores e controle de doenças; prestação de serviços atinentes ao transporte e destinação do chorume produzido no aterro sanitário de Sapucaia para uma estação de tratamento de esgoto – ETE; programa de comunicação social na área de influência do empreendimento; programa de educação ambiental; programa de monitoramento de limnologia e da qualidade da água do reservatório.;
- UHEs Funil, Itumbiara, Serra da Mesa e Marimbondo: programa de monitoramento de limnologia e da qualidade da água do reservatório;
- UHEs Furnas e Mascarenhas de Moraes: Elaboração da Avaliação de Impactos Ambientais (AIA), do Plano de Controle Ambiental (PCA) e do Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatórios Artificiais (PACUERA);
- UHE Serra da Mesa: Serviço de vigilância não armada, em área protegida, na terra indígena Avá-Canoeiro;
- LT Itaberá – Tijuco Preto II: Elaboração dos EIA/RIMA, PBA, levantamento florístico quali-quantitativo, relatório do diagnóstico arqueológico pré-colonial na área diretamente afetada;
- LT Tijuco Preto – Itapeti, LT Bom Despacho – Ouro Preto, LT Macaé – Campos III: programa de recuperação de vegetação;
- LT Serra da Mesa – Samambaia I: programa de comunicação social;
- LTs Pimenta-Barreiro, LT Furnas-Itutinga I e II, LT Furnas-Mascarenhas de Moraes, LT Itumbiara-Porto Colômbia e SE Itutinga: elaboração de Relatório de Controle Ambiental (RCA), Plano de Controle Ambiental (PCA) e Plano de Utilização Pretendida (PUP);
- LT Tijuco Preto – Itapeti – Nordeste: programa de monitoramento e conservação da fauna;
- LT Marimbondo – Porto Colômbia, LT Marimbondo – Água Vermelha e LT Itumbiara – São Simão: elaboração de Relatório de Controle Ambiental (RCA), Plano de Controle Ambiental (PCA) e Plano de Utilização Pretendida (PUP) para o licenciamento corretivo.

Ressaltamos também que, no exercício de 2017, no âmbito do licenciamento ambiental, obtivemos os seguintes resultados:

- UHE Batalha: Renovação da Licença de Operação, Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos para as barragens Cachorro e Teixeira, São Luiz e Ikeda;
- UHEs Funil e Itumbiara: Renovação da Licença de Operação.

- UHEs Furnas e Mascarenhas de Moraes: Transferência de competência da esfera estadual para federal;
- UHE Mascarenhas de Moraes: Licenças de Instalação e de Operação do atracadouro, visando a transposição do reservatório através de balsas, entre os municípios de Cássia e Delfinópolis;
- UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho: Licença de Operação;
- UHE Simplício: Licença de Instalação da ponte de acesso à casa de força;
- UHE Porto Colômbia: Licença de Operação – 1^a Retificação;
- UTE Santa Cruz: Licença de Instalação – Ciclo Combinado;
- SE Poços de Caldas: Licença de Operação Corretiva da Subestação, Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos e Outorga de Direito de Uso de Águas Públicas.
- SE Viana – Renovação da Licença de Operação;
- SE São José - elaboração de Projetos Básicos para a construção do Depósito Temporário de Resíduos e do Depósito de Produtos Inflamáveis, em consonância com a Política Ambiental da empresa, atendendo: às demandas das auditorias dos órgãos ambientais, ao Plano de Gerenciamento de Resíduos (PGR) de Furnas e às normas vigentes, providenciando assim o cumprimento das condicionantes da Licença de Operação nº IN 025948, emitida pelo Instituto Estadual do Ambiente – INEA. Os projetos e custos aqui mencionados referem-se à: projeto de arquitetura, realização das sondagens e alocação de mão de obra interna.

No âmbito da gestão fundiária, destacamos que os ativos de Furnas estão dispersos em áreas de grande extensão territorial, o que requer uma gestão sociopatrimonial permanente, com monitoramento das áreas da Empresa e aquelas com restrição de uso. Quando são identificadas invasões são tomadas providências para a reintegração de posse, de modo a preservar as áreas sob sua concessão livres de ocupações irregulares.

Identificação da Ação												
Código	25.752.2033.20OJ.0001			Tipo: Atividade								
Título	Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão de Energia Elétrica											
Iniciativa	04UG - Implantação de reforços e melhorias do sistema de transmissão e subestações existentes											
Objetivo	Expandir a Capacidade de Transmissão do Sistema Elétrico Brasileiro com a construção de novas instalações e ampliação/reforço das existentes. Código:0036											
Programa	Energia Elétrica		Código: 2033		Tipo:							
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.											
Ação Prioritária	() Sim (x) Não () Outras		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria ()							
Execução Financeira e Física												
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta									
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado				
254.603.618	115.126.888	82.034.599	Adicionar 1824,8 MVA de capacidade nas subestações de transmissão existentes. Reforçar ou recapacitar 24,2 km de linha de transmissão existente no Sistema Elétrico Nacional.		* MVA e km	*	*	*				

Análise Situacional

Essa Ação Orçamentária é classificada como atividade e é caracterizada pela implantação contínua de projetos de transmissão com intensa multiplicidade de atividades e, por isso, não possui unidade de medida e meta física.

A cada ano, novos projetos são incorporados ao elenco existente (em fase de implantação), através de Resoluções Autorizativas da ANEEL, com prazos de implantação estipulados pela Agência Reguladora variando de 6 meses a 48 meses, dependendo de sua complexidade e importância para o setor elétrico.

Em 2017 foram energizados/concluídos os seguintes empreendimentos:

- SE Brasília Sul: substituição de Equipamentos de Pátio:
 - 13 (treze) Seccionadores de 138 kV;
 - 06 (seis) Transformadores de Corrente de 138 kV;
 - 06 (seis) Transformadores de Corrente de 230 kV;
 - 03 (três) Transformadores de Corrente de 345 kV;
 - 01 (um) Disjuntor de 345 kV.
 - SE Itumbiara: substituição do Registrador Digital de Perturbação (RDP) do Setor de 500 kV.
 - SE Corumbá: substituição do Registrador Digital de Perturbação (RDP) no Setor de 345 kV.
 - SE Niquelândia: substituição de 01 (um) Seccionador de 230 kV com Lâmina de Terra.
 - Serra da Mesa: substituição de 01 (um) Seccionador de 230 kV com Lâmina de Terra.

- SE Brasília Geral: substituição de 03 (três) Transformadores de Corrente de 138 kV;
- SE Tijuco Preto:
 - conclusão da retirada de pendências e conclusão definitiva da Resolução 02010/2009 de 14/07/2009 (2 Autotransformador Monofásico de 765/345-20kV).
 - substituição do - AT07 - Fase A;
 - substituição do - AT07 - Fase B;
 - substituição de 03 TPCs de 750kV e 03 TPCs de 345 kV no Banco AT07;
 - substituição de dois Disjuntores de 750 kV.
- SE Mogi 10R:
 - foi concluída em 09.04.2017 a adequação do barramento de 230 kV do arranjo em barra principal e de transferência para barra dupla a 5 chaves e a troca da proteção existente no setor de 230 kV por uma proteção diferencial do tipo adaptativa.
 - SE Guarulhos 9R: substituição dos Transformadores de corrente dos VLs das LTs 345kV Guarulhos/Poços de Caldas C1 e C2 e VL da LT 345kV Campinas/Guarulhos e substituição de 2 (duas) Bobinas de Bloqueio do VL da LT 345kV Campinas/Guarulhos.
- SE Grajaú: implantação dos novos Módulos de conexão do trafos TR56 e TR58, módulos das entradas de linha de 138kV de Frei Caneca C1 a C6 e Entrada de linha de Cascadura C4, modernização dos sistemas auxiliares, sistema de proteção, supervisão e controle.
- SE Ivaiporã:
 - substituição de um Reator 750kV 120MVA;
 - substituição de cinco seccionadoras de 750kV, dois disjuntores de 750 KV e doze para raios de 72,5 kv.
- SE Samambaia:aquisição e instalação de 01 banco de autotransformadores monofásicos 500/345-13,8 kV, de 3 x 350 MVA;
 - instalação de um módulo de conexão 500 kV;
 - instalação de um módulo de conexão 345 kV, um módulo geral da subestação, um módulo de infraestrutura de manobra de 500 kV e outro de 345 kV;
 - aquisição e instalação de 01 banco de autotransformadores 345/138-13,8 kV, de 3 X 75 MVA, e vãos de conexão de 345kV e 138 kV associados.
- Substituições de Registradores Digitais de Perturbações nas seguintes SEs: Taubaté (500 kV), Vitória (345 KV), Itumbiara (500 kV), Corumbá (3435 kV), Campinas (500 e 345 kV), Cachoeira Paulista (500 kV) e Grajau (500 kV).
- SE Guarulhos:
 - instalação de 06 Transformadores de corrente dos Vãos de Linhas das LTs 345kV Guarulhos/Poços de Caldas C1 e C2 e 03 Transformadores de Corrente do Vão de Linha da LT 345kV Campinas/Guarulhos.

Em 2017 tiveram andamento os seguintes serviços:

- Fornecimento, montagem, comissionamento e ensaios de equipamentos de pátio nas subestações: Brasília Sul, Niquelândia, Serra da Mesa e Brasília Geral.
- Fornecimento, instalação, comissionamento e ensaios de Registrador Digital de Perturbações nas SEs de Itumbiara e Corumbá.
- Início da substituição de equipamentos na SE Brasília Sul.
- Substituições de Registradores Digitais de Perturbações nas seguintes subestações: Bandeirantes (345 kV), Samambaia (345 kV), Brasília Sul (345 kV), São José (500 kV), Adrianópolis (500 e 345 kV) e Jacarepaguá (345 kV).

- Substituição do Sistema Especial de Proteções (SEP) nas seguintes subestações: UHE Itaipu, Foz do Iguaçu (765 kV), SE Ivaiporã (765 kV), Itaberá (765 kV), Tijuco Preto (765 e 500 kV) e Ibiuna (500 kV).
- Substituição da Proteção Diferencial de Barras de 230 KV na SE Brasília Sul.
- Substituições das proteções do Banco de Transformadores AT09 da SE Marimbondo.
- SE Itumbiara: substituições das proteções dos Banco de Transformadores AT01/AT02/AT03/AT49/ AT50/AT53 e da LT 345 kV Corumbá na SE Itumbiara.
- SE Poços de Caldas: substituições das proteções dos Bancos de Transformadores AT01/AT02/AT03/AT04/AT51.
- SE Guarulhos: Substituições das proteções nas Linhas de Interligação 345 kV Nordeste/Norte C1/Norte C2.
- SE Corumbá: substituições das proteções da LT 345 kV Itumbiara.
- Aquisição e instalação de Painéis de Medição Sincrofatorial (PMU) nas seguintes subestações: Angra dos Reis, Bateias, Cachoeira Paulista, Foz do Iguaçu, Ibiuna, Itaberá, Itumbiara, Ivaiporã, Ouro Preto, Serra da Mesa e Tijuco Preto.
- SE Campinas: assinado em maio de 2017 o contrato por empreitada global para implantação de dois bancos de capacitores 345 kV de 100 Mvar cada e respectivos vãos de conexão com pagamento dos eventos parciais.
- SE Campinas: iniciado o processo da aquisição e substituição devido à superação por corrente nominal de 1 DJ, 3 TCs, 5 SCs e 2 Bobinas de Bloqueio, todos no vão da LT 345 kV Campinas — Guarulhos e da proteção de barras da SE Campinas 345 kV.
- SE Ibiúna: aquisição dos para-raios dos vãos da LT 500 kV Ibiúna-Bateias CD e dos bancos dos reatores de linha visando a substituição dos atuais.
- SE Tijuco Preto : conclusão da aquisição de 5 Autotransformadores 750/345/20k
- elaboração do projeto da transferência dos Bancos de Reatores para um segundo reserva e aquisição de equipamentos e materiais.
- Foram realizados serviços de projeto básico substituição dos cabos para raios na LT 500 kV Marimbondo II - Araraquara I e II. Superação por Corrente de Curto-Círculo Simétrica. (PB.0124)
- Foram realizados serviços de projeto básico ampliação da SE Araraquara no setor de 500 kV. (PB.0081).
- Desenvolvimento dos projetos básicos nas subestações de Campos e Vitória para atendimento às Resoluções Autorizativas nº 6.787 e 6.189.
- Aquisição dos equipamentos para SE Viana em atendimento à Resolução Autorizativa 5.148.
- Conclusão da reforma dos sistemas aniliares do compensador síncrono 02 na SE Vitória.
- Conclusão da implantação do 4º banco de autotransformadores da SE Campos em atendimento à Resolução Autorizativa nº 4.481.
- Retirada de pendência para o empreendimento denominado SE Foz do Iguaçú.
- Aquisição do painel de proteção do empreendimento SE Foz do Iguaçú.

Identificação da Ação							
Código	25.752.2033.20OM.0001						Tipo: Atividade
Título	Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica						
Iniciativa	01G1 – Manutenção do parque gerador de energia elétrica						
Objetivo	Manter a confiabilidade e a disponibilidade do suprimento de energia elétrica, promovendo a manutenção adequada das instalações de geração e de transmissão. Código: 0437						
Programa	Energia Elétrica Código: 2033 Tipo:						
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
68.250.166	36.398.133	31.325.638	Reducir a Taxa Equivalente de Indisponibilidade Programada (TEIP) dos sistemas de geração em 4,0 %	*	*	*	*
Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E, Gerência de Controladoria – GCO.F e Assessoria de Apoio à Gestão Técnica - AAG.O							

Análise Situacional

Essa ação tem característica de realização contínua e considera uma multiplicidade de atividades. Por isso está classificada como atividade e não possui unidade de medida e meta física.

Em 2017 foram realizados:

- Serviços de Projeto Básico de Engenharia, com aquisição de serviços de consultoria para elaboração de Projeto Básico para o fechamento do ciclo combinado da UTE - Santa Cruz.
- Serviços de obras civis para: construção de estradas vicinais na UHE Serra da Mesa; adequação de sistema de proteção e combate a incêndio - SPCI e, na UTE de Campos, a montagem do sistema de proteção contra descarga atmosférica - SPDA da UHE Luiz Carlos B. de Carvalho.
- Reparo de Transformador Elevador na UHE Marimbondo.
- Aquisição de Transformador Regulador de Tensão para UHE Furnas.
- Revisões nas Turbinas a Gás da UTE Santa Cruz.
- Modernização dos Pórticos da Tomada D'água e Canal de Fuga da UHE Corumbá.
- Aquisição de Retificadores e Bancos de Baterias para a UHE Manso.
- Implantação de sistema de detecção e alarme contra incêndio e pânico na UHE Marimbondo.
- Substituição da Estação de Tratamento de Água (ETA) da UHE Itumbiara.

Identificação da Ação													
Código	Tipo: Atividade												
Título	Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica												
Iniciativa	01G2 – Manutenção do sistema de transmissão de energia elétrica												
Objetivo	Manter a confiabilidade e a disponibilidade do suprimento de energia elétrica, promovendo a manutenção adequada das instalações de geração e de transmissão. Código: 0437												
Programa	Energia Elétrica		Código: 2033	Tipo:									
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.												
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Outras		Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria ()										
Execução Financeira e Física													
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta										
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado						
252.254.349	148.139.087	135.067.165	Manter o índice de disponibilidade do sistema de transmissão igual ou superior a 99%	*	*	*	*						
Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E, Gerência de Controladoria – GCO.F e Assessoria de Apoio à Gestão Técnica - AAG.O													

Análise Situacional

Essa Ação Orçamentária é classificada como atividade e é caracterizada pela implantação contínua de diversos eventos no sistema de transmissão com intensa multiplicidade de atividades e, por isso, não possui unidade de medida e meta física.

No ano de 2017, foram desenvolvidas atividades referentes aos empreendimentos integrantes do PGET – Plano Geral de Empreendimentos de Transmissão em Instalações em Operação, que compõem o plano de revitalização da transmissão, consistindo de substituição e revitalização de equipamentos elétricos, que estão superados por obsolescência, falta de sobressalentes e/ou final de vida útil.

Em 2017 foram implantados/modernizados, através de fornecimento de equipamentos e serviços dos seguintes empreendimentos:

- Subestações São Jose, Cachoeira Paulista, Itaberá e Tijuco Preto: implantação / modernização do sistema de ar condicionado das Casas de Controle e Relés.
- Subestações Samambaia: implantação / modernização do sistema de ar condicionado da Casa de Relés.
- Subestações Rocha Leão: montagem de seccionadoras (SC605, SC607) do módulo de interligação de barra 138kV B06.
- Modernização do Sistema de Proteção nas Subestações de Furnas (proteção e teleproteção):
 - SE Brasília Sul.
 - Proteções da LI 138 kV Santa Maria.

- Proteções do Banco de Transformadores AT01 345/138/13,8 kV.
- Proteções do Banco de Transformadores AT02 345/138/13,8 kV.
- Proteções da LI 138 kV Taguatinga C1.
- Proteções da LI 138 kV Taguatinga C2.
- Proteções da LI 138 kV Brasília Norte C2.
- Proteções da LI 138 kV Brasília Norte C3.
- Proteções da LI 138 kV Brasília Norte C1.
- Proteções do Banco de Transformadores AT03 345/230/13,8 kV.
- Proteções do Banco de Transformadores AT06 345/230/13,8 kV.
- SE Taubaté.
 - Proteções da LT 500 kV Cachoeira Paulista.
- Cachoeira Paulista.
 - Proteções da LT 500 kV Taubaté.
- SE Itumbiara.
- Proteções da LI 500 kV Emborcação.
- SE Tijuco Preto.
 - Proteção diferencial de barras 765 kV.
 - Proteção diferencial de barras 500 kV.
 - Proteções do Banco de Capacitores 345 kV BC02.
 - Proteções do Banco de Capacitores 345 kV BC03.
 - Proteções do Banco de Capacitores 345 kV BC06.
 - Proteções do Banco de Capacitores 345 kV BC07.
 - Proteções do Banco de Capacitores 345 kV BC08.
 - Teleproteção (Via alternada) da LT 765 kV Itaberá C3.
- SE Ivaiporã.
 - Proteção diferencial de barras 765 kV.
- SE Bandeirantes.
 - Proteção diferencial de barras 230 kV.
- SE Itaberá.
 - Teleproteção (Via alternada) da LT 765 kV Tijuco Preto C3.
- Implantação de um Sistema Rádio Digital SDH entre a SE Mogi das Cruzes e a SE Guarulhos, por motivo de obsolescência e fim de vida útil dos equipamentos, possibilitando a desativação da estação repetidora (ETEL) Mauá.
- Implantação de Sistema de Comunicação sem fio (WLAN) nas SEs Bandeirantes e Niquelândia, permitindo a comunicação móvel de dados (operativos e corporativos), voz e vídeo, além da modernização da infraestrutura de comunicação e rede local e telefonia móvel.
- Implantação de um Sistema de Transmissão IP/MPLS entre as SEs Samambaia, Serra da Mesa, Gurupi e Miracema (rota Norte- Sul), em substituição aos equipamentos de transmissão do Sistema Óptico, por motivo de obsolescência e fim de vida útil.
- Substituição do Banco de Autotransformadores AT-01 na SE Bandeirantes.

- Na Subestação da UHE Porto Colombia foram substituídos todos os seccionadores na entrada de linha de 138 kV da Usina Colorado, bem como os para-raios nos vãos das Unidades Geradoras 1, 2 e 4 em 138 kV e das entradas de linha de Marimbondo, Itumbiara e Volta Grande, em 345 kV.

Em 2017 tiveram andamento os seguintes serviços:

- SE Campinas: contratação de projeto executivo e fornecimento de para-raios para instalação do barramento de transferência para o banco de autotransformadores de 345 kV;
- SE Araraquara: Projeto Básico e aquisição de equipamentos e materiais para modernização dos serviços auxiliares.
- Fornecimento dos painéis para a substituição do sistema de medição de faturamento em diversas unidades de Furnas: SE Niquelândia, SE Foz do Iguaçu, SE Ivaiporã, UHE Corumbá, UHE Itumbiara, UHE Manso, UHE Serra da Mesa, UTE Campos, UHE Funil, UTE Santa Cruz, UHE Porto Colômbia, UHE Furnas, UHE L. C. Barreto, UHE Mascarenhas de Moraes e UHE Marimbondo.
- Modernização do Sistema de Proteção nas Subestações de Furnas (proteção e teleproteção):
 - SE Brasília Sul
 - Proteções da LI 138 kV Santa Maria.
 - Proteções da LT 230 kV Brasília Geral.
 - Proteções do Banco de Transformadores AT04 345/138/13,8 kV.
 - Proteções do Banco de Transformadores AT07 345/138/13,8 kV.
 - Proteções do Banco de Transformadores AT08 345/138/13,8 kV.
 - Proteção diferencial de barras de 138 kV.
 - Proteção diferencial de barras de 345 kV.
 - SE Brasília Geral
 - Proteções da LT 230 kV Brasília Sul.
 - SE Itumbiara
 - Proteções da LT 230 kV Cachoeira Dourada.
 - SE Cachoeira Dourada
 - Proteções da LT 230 kV Itumbiara.
 - Proteções da LT 230 kV Rio Verde.
 - Proteções do Banco de Transformadores AT02 230/138/13,8 kV.
 - SE Rio Verde
 - Proteções da LT 230 kV Cachoeira Dourada.
 - SE Foz do Iguaçu
 - Proteções do Banco de Transformadores AT01 765/525/69 kV.
 - Proteções do Banco de Transformadores AT02 765/525/69 kV.
 - Proteções do Banco de Transformadores AT03 765/525/69 kV.
 - Proteções do Banco de Transformadores AT04 765/525/69 kV.
 - Substituição do Registrador Digital de Proteção (RDP) para atender aos Bancos de Transformadores AT01/02/03/04.
 -

- SE Ivaiporã
 - Proteções dos Bancos de Transformadores AT01 765/512/69 kV.
 - Proteções dos Bancos de Transformadores AT02 765/512/69 kV.
 - Proteções dos Bancos de Reatores RT7 765 kV.
 - SE Tijuco Preto
 - Proteções dos Bancos de Transformadores AT01 765/512/69 kV.
 - Proteções dos Bancos de Transformadores AT02 765/512/69 kV.
 - Proteções dos Bancos de Transformadores AT03 765/512/69 kV.
 - Proteções dos Bancos de Transformadores AT04 765/512/69 kV.
 - Proteções dos Bancos de Transformadores AT05 765/512/69 kV.
 - Proteções dos Bancos de Transformadores AT06 765/512/69 kV.
 - Proteções dos Bancos de Transformadores AT07 765/512/69 kV.
 - Proteções dos Bancos de Capacitores 345 kV BC04.
 - Proteções dos Bancos de Capacitores 345 kV BC05.
 - Proteções dos Bancos de Capacitores 345 kV BC09.
 - Proteções dos Bancos de Capacitores 345 kV BC10.
 - Proteções da LT 765 kV Itaberá C3.
 - SE Poços de Caldas.
 - Proteção diferencial de barras de 138 kV.
 - SE Itaberá
 - Proteção do Banco de Reatores 765 kV RT01.
 - Proteções da LT 765 kV Tijuco Preto.
-
- Fornecimento e instalação de Sistema Óptico SDH para interligar as SEs Foz do Iguaçu, Itaberá, Ivaiporã e Tijuco Preto (rota de Itaipu), por motivo de obsolescência e fim de vida útil dos equipamentos que compõem este sistema de transmissão óptica.
 - Foram realizados serviços de aquisição de equipamentos para adequação das instalações na SE Guarulhos.
 - Foram realizados serviços de obras civis, projeto executivo e aquisição de equipamentos para adequação das instalações na SE Poços de Caldas.
 - Foram realizados serviços de projeto básico para modernização dos serviços auxiliares na SE Guarulhos.
 - Aquisição de dois reatores para as SEs Viana e Foz do Iguaçú e de 2 transformadores para as SEs de Campos e UTE Campos.
 - SE Adrianópolis: Fornecimento de cabos elétricos para atendimento aos projetos de substituição de equipamentos por obsolescências e Faturas referentes ao contrato fornecimento de transformadores de corrente assim como realizações de contrato executivo. Além de aquisição de materiais diversos necessários ao empreendimento e materiais necessários ao sistema de proteção dos bancos de autotransformador da Subestação.

As principais ações e atividades voltadas para assegurar as condições operacionais adequadas em 2017 foram:

- Revitalização Transformador Conversor – SE Ibiúna.
- Aquisição de Transformador Potencial Capacitivo – SE Tijuco Preto.

- Aquisição de Transformadores de Corrente e Transformador Potencial Capacitivo.
- Aquisição de Reatores Núcleo de Ar.
- Substituição Barramento Blindado SF6 – SE Grajaú.
- Aquisição de Capacitores Shunt.
- Aquisição de estruturas metálicas de linhas de transmissão – principalmente para uso em atendimentos emergenciais.
- Aquisição de cabo condutor BLUEJAY e cabo para-raios MINORCA – Construção de variante na LT 750 kV Itaberá – Tijuco Preto 2.
- Contratação de EIA/RIMA - Construção de variante na LT 750 kV Itaberá – Tijuco Preto 2.
- Aquisição de Kit de Elemento Passivo (capacitores circuito de disparo) para sistema HVDC.

Identificação da Ação							
Código	25.752.2033.15O6.0024						Tipo: Projeto
Título	Implantação do Complexo Eólico Serra do Mel						
Iniciativa	000X - Implantação de Usinas Eólicas – UEE						
Objetivo	Expandir a capacidade de geração do sistema elétrico brasileiro, pela implantação de novos empreendimentos e ampliação e ou repotenciação de usinas existentes. Código: 0019						
Programa	Energia Elétrica Código: 2033						Tipo:
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.						
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: (x) PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
0	8.000.000	0	Adicionar 84 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte eólica	Percentual de execução física	0	1%	0

Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E, Gerência de Controladoria – GCO.F

Análise Situacional

Em 2017 não houve atividade para essa ação.

Identificação da Ação													
Código	25.752.2033.215U.0001 Tipo: Atividade												
Título	Melhorias e Ampliações em Instalações de Geração de Energia Elétrica												
Iniciativa	01G1 - Manutenção do parque gerador de energia elétrica												
Objetivo	Manter a confiabilidade e a disponibilidade do suprimento de energia elétrica, promovendo a manutenção adequada das instalações de geração e de transmissão. Código: 0437												
Programa	Energia Elétrica		Código: 2033	Tipo:									
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.												
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/> Sim (<input checked="" type="checkbox"/> Não) Caso positivo: (<input type="checkbox"/>)PAC (<input type="checkbox"/>) Outras		(<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria										
Execução Financeira e Física													
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta										
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado						
1.000.000	0	0	Reducir a Taxa Equivalente de Indisponibilidade Programada (TEIP) dos sistemas de geração em 4,0 %	Usina revitalizada	1%	0	0						

Fonte: Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E e Gerência de Controladoria – GCO.F

Análise Situacional

Em 2017 não houve atividade para essa ação

4.2.2.3 – Programação de Despesas

Quadro 4.2.2.3 – Programação de Despesas

Unidade Orçamentária:		Código UO:	UGO:		
		Grupos de Despesa Correntes			
Origem dos Créditos Orçamentários		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL		1.282.769.650	1.427.300.254	1.408.589.543	
CRÉDITOS	Suplementares				
	Especiais	Abertos			
		Reabertos			
	Extraordinários	Abertos			
		Reabertos			
Créditos Cancelados					
Outras Operações					
Dotação final 2017 (A)		1.688.055.461	1.054.316.308	1.495.074.000	
Dotação final 2016(B)		1.231.389.314	1.053.522.748	1.254.959.806	
Variação (A/B-1)*100		37,08	0,07	19,13	
		Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
Origem dos Créditos Orçamentários		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL		804.364.045	1.667.420.000	1.342.147.527	
CRÉDITOS	Suplementares				
	Especiais	Abertos			
		Reabertos			
	Extraordinários	Abertos			
		Reabertos			
Créditos Cancelados					
Outras Operações					
Dotação final 2017 (A)		463.236.765	972.207.504	2.373.388.028	
Dotação final 2016 (B)		804.364.045	1.451.859.696	777.084.298	
Variação (A/B-1)*100		(42,41)	33,03	205,42	

Fonte: Gerência de Controladoria – GCO.F

Justificativas:

Coluna 1 – Pessoal e Encargos:

A variação da dotação orçamentária inicial em relação à dotação final de 2017 referem-se à implementação de um plano de demissão voluntária no ano (PAE), bem como ao aumento da utilização do Plano de Saúde. Em 2012 a Empresa implantou um plano de desligamento do seu quadro de pessoal (PREQ), que concedeu aos empregados que aderissem ao referido plano, cinco anos de planos de saúde. Em 2017, prazo final para o encerramento do benefício concedido, verificou-se uma maior utilização do plano de saúde.

A variação de 2016 para 2017 ocorreu conforme descrito acima.

Coluna 2 – Juros e Encargos da Dívida:

O decréscimo no Remanejamento de 2017 em relação à dotação inicial está relacionado basicamente com a redução do volume de captação de recursos que na previsão inicial era de R\$ 2.477 milhões e no remanejamento foi para R\$ 726 milhões, impactando o montante de juros pagos. Adicionalmente ocorreu uma reclassificação contábil de um montante, que inicialmente estava classificado como juros e passou para amortização, em um operação de Cessão de Créditos que Furnas celebrou com o Banco Santander. Valor reclassificado foi de R\$ 190 milhões.

A variação de 2016 para 2017 não foi significativa.

Coluna 3 – Outras Despesas Correntes:

O montante refere-se a Serviços de Terceiros, Utilidades e Serviços, Materiais de Consumo e Outros Dispêndios Correntes. Não foram considerados Compra de Energia, Combustível Vinculado à Produção, Provisões/Depreciações, Tributos e perdas decorrentes da alienação de bens e direitos do ativo permanente.

O aumento da dotação inicial para a dotação final de 2017 ocorreu, principalmente, em Mão de obra contratada para ajustar à realização dos contratos ocorridos em 2017. A variação de 2016 para 2017 deve-se à diminuição do número de projetos, que fez com que a mão de obra inicialmente alocada em investimento fosse transferida para estrutural.

Coluna 4 – Investimentos:

Na programação de execução dos investimentos corporativos para 2017, foram estimados gastos no valor econômico de R\$ 804 milhões, onde 87% são representados por: gastos para reforços e melhorias nos sistemas de transmissão dos estados RJ/ES, SP/MG e GO/MT/DF, manutenção de transmissão e geração, gastos para modernização de usinas e gastos com Infraestrutura/Meio Ambiente. A redução na dotação final em relação à dotação inicial refere-se à adequação do orçamento para refletir as diretrizes estabelecidas PDNG da ELETROBRAS.

A variação de 2016 para 2017 segue o mesmo entendimento.

Coluna 5 – Inversões Financeiras:

A variação da dotação inicial para final de 2017 foi de 42% e refere-se basicamente à postergação da implantação dos projetos eólicos, pois em 2017 foi possível descontratar 100% da energia leiloada originalmente, fato este que adiou a necessidade de investimentos vultosos como planejado anteriormente.

Coluna 6 – Amortização da Dívida:

O aumento na dotação final em relação à inicial ocorreu em razão da inclusão da operação de Dação em Pagamento com a ELETROBRAS de R\$ 756 milhões, bem como da reclassificação contábil de um montante, que inicialmente estava classificado como juros e passou para amortização, em uma

operação de Cessão de Créditos que Furnas celebrou com o Banco Santander. O Valor reclassificado foi de R\$ 190 milhões.

A variação de 2016 para 2017 refere-se, basicamente, ao início da amortização em 2017 de diversos contratos de financiamento, como BASA, CEF e ELETROBRAS.

**MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTAO
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPTO. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPR. ESTATAIS
EMPRESA : FURNAS - CENTRAIS ELETRICAS S.A.**

**PROGRAMA DE DISPENDIOS GLOBAIS - PDG
REMANEJAMENTO 2017
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	4.142.985,297	Receitas	11.814.425,705
Investimentos	463.236,765	Receita Operacional	10.880.830,692
Inversões Financeiras	972.207,504	Receita não Operacional	933.595,013
Amortizações Operações Creditos L.P.	2.373.388,028	Retorno de Aplicações Financeiras L.P.	20.254,759
Operações Internas	935.521,066	Operações de Crédito	726.000,000
Operações Externas	25.848,442	Operações de Credito Internas – Moedas	726.000,000
Outras Fontes	1.412.018,520	Outros Recursos de Longo Prazo	617.983,493
Outros Dispêndios de Capital	334.153,000	Demais Recursos de Longo Prazo	617.983,493
Dispêndios Correntes	7.904.186,114	Total das Fontes	13.178.663,957
Pessoal e Encargos Sociais	1.688.055,461	Variação de Capital de Giro	(1.696.414,193)
Materiais e Produtos	1.956.434,179	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(52.444,362)
Serviços de Terceiros	789.964,519	Variação do Disponível	617.366,009
Utilidades e Serviços	29.004,085		
Tributos e Encargos Parafiscais	1.657.353,797		
Encargos Financeiros e Outros	1.054.316,308		
Operações Internas	681.484,773		
Outras Fontes	372.831,535		
Demais Dispêndios Correntes	729.057,765		
Total dos Usos	12.047.171,411	Total Liquido das Fontes	12.047.171,411

4.2.2.4 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Total

Quadro 4.2.2.4.1 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

Unidade Orçamentária:				Código UO:		UGO:		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Realizada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
1. Despesas de Pessoal								
Nome 1º elemento de despesa	1.574.182.861	1.232.955.481						
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2. Juros e Encargos da Dívida	1.017.987.345	1.032.709.376						
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes	1.370.531.398	1.242.331.249						
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Realizada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
4. Investimentos								
1º elemento de despesa	342.412.831	499.962.142						
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do								

grupo							
5. Inversões Financeiras	790.282.986	1.383.509.142					
1º elemento de despesa							
2º elemento de despesa							
3º elemento de despesa							
Demais elementos do grupo							
6. Amortização da Dívida	1.569.910.921	762.975.448					
1º elemento de despesa							
2º elemento de despesa							
3º elemento de despesa							
Demais elementos do grupo							

Fonte: Gerência de Controladoria – GCO.F

Justificativas de realização:

1- Despesas de Pessoal: A variação de 2016 para 2017 está diretamente relacionada a rubrica Provisão Incentivo ao PAE, que representou um aumento de 19% em relação ao realizado de 2016, Além disso, o aumento do custo de pessoal destaca-se pela entrada de 104 novos funcionários no 2º semestre de 2016 e devido aos custos médicos e hospitalares (Resultado foi impactado pela utilização dos serviços médicos dos beneficiários do antigo PREQ que perderam o benefício em out/17 (833 beneficiários).

2- Juros e Encargos: A redução dos juros e encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos, de 2016 para 2017, deu-se em razão das amortizações ocorridas em 2017.

3- Outras Despesas Correntes: O aumento de 2016 para 2017 referiu-se, principalmente, pelas seguintes despesas: 1.contrato de mão de obra terceirizada, que reduziu o valor lançado em investimento, fazendo aumentar o gasto com serviços. 2. ocorreu um aumento da contribuição mensal ao CEPEL, passando de R\$1,2 milhões em 2016 para R\$2,6 milhões em 2017/mês. 3.ocorreu também, em 2017, um aumento com gastos em indenizações judiciais por causa da perda processual em ação proposta pela Ampla, no valor de R\$ 43 Milhões.

4- Investimentos: Os principais gastos incorridos em 2016 e 2017, referentes aos investimentos corporativos, são oriundos das ações orçamentárias de Reforços e Melhorias do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica e de Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica, que juntas representam 63% do total realizado no exercício 2017.

Em 2016, foram executados R\$500 milhões do Orçamento de Investimento Corporativo. Desse total, 66,71% foram gastos com as ações orçamentárias destacadas acima. Já em 2017, esse percentual

passa para 63% do total de R\$ 342 milhões realizados com o Investimento Corporativo.

Os principais gastos destas ações orçamentárias, em 2017, foram:

Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica - fornecimento de equipamentos, materiais, execução de serviço de obras civis e montagem eletromecânica para o SINOCOM - Sistema Nacional de Observabilidade em diversas unidades do sistema de transmissão de Furnas; aquisição de equipamentos relativos à Modernização de Serviços Auxiliares para a SE Tijuco Preto; fornecimento e supervisão de montagem de disjuntores e análise de projeto na SE Brasília Sul; projeto executivo, fornecimento de painéis e medidores de energia do Sistema de Medição de Faturamento e de Sobressalentes para as diversas unidades de Furnas; execução de obras civis na sala de contingência do Centro de Supervisão de Telecomunicações na SE Jacarepaguá e pagamento de indenizações fundiárias do passado que foram ajuizadas, em especial nas LT Ibiúna / Batéias, LT Campinas / São Roque, LT São José / Adrianópolis; fornecimento, supervisão de montagem e comissionamento de disjuntores de alta tensão 245 kV, na SE Brasília Geral e Modernização do Sist. de Ar Condicionado, na SE São José, além de despesas relativas ao acompanhamento dessas atividades; ocorreram as realizações de projetos em função de demandas internas oriundas principalmente da área de operação e manutenção, principalmente, de final de vida útil e obsolescência tecnológica de equipamentos e sistemas, já que muitas instalações da empresa estão em operação há mais de 30 anos. Devido à grande quantidade de projetos, as atividades referentes a essas ações orçamentárias ocorrem de forma contínua e esses projetos abrangem todo o sistema de transmissão de Furnas.

Reforços e Melhorias do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica - Os projetos os projetos relacionados a essa ação orçamentária estão sendo realizados em função de Resoluções Autorizativas da ANEEL (ReA), que determinam escopo e prazo dos mesmos. A realização do orçamento desses projetos é decorrente da aquisição de bens e serviços, tais como fornecimento de equipamentos e materiais, projetos e obras. Elas ocorrem simultaneamente e seus prazos são determinados pelas respectivas ReA. Devido à grande quantidade de projetos e às crescentes demandas do SIN - Sistema Interligado Nacional, as atividades referentes aos mesmos ocorrem de forma contínua e abrangem todo o sistema de transmissão de Furnas.

5- Inversões Financeiras: i) 6 (seis) SPE concluíram os aportes para investimento de implantação de projeto (queda de R\$175 MM); ii) 3 (três) projetos em implantação reduziram significativamente a necessidade de capital próprio (queda de R\$385 MM) e iii) 1 (um) projeto em operação onde é necessário aporte de capital próprio para atender cumprimento de obrigações de financiamento também apresentou maior autonomia (queda de R\$ 30MM).

6- Amortização de Dívidas: A variação de 2016 para 2017 refere-se, principalmente, à rolagem do Banco do Brasil e Basa nos meses de julho e dezembro, de aproximadamente R\$ 500 milhões, e repactuação de dívida com a Eletrobrás de R\$ 97 milhões

Nota:

A divergência existente entre as despesas de Pessoal na DRE e os valores informados no Plano de Dispêndios Globais (PDG) refere-se basicamente à diferença entre o Plano de Contas da ANEEL e o Plano de Contas do DEST, conforme detalhamento no quadro a seguir:

Quadro 4.2.2.4.2 – Comparativo PMSO DRE X PDG

Comparativo PMSO DRE X PDG até Dez/2017			R\$ Mil
PESSOAL	DRE (A)	PDG (B)	DIF (B) - (A)
Pagamento de reclamações trabalhistas	65.833	Não entra no PMSO	-65.833
Participação nos Lucros e Resultados	102.635	Não entra no PMSO	-102.635
Assistência médica	Servicos	140.257	140.257
Reembolso médico e Aux. Doença	Outros	25.575	25.575
Seguros sociais	Outros	21.489	21.489
Benefício a aposentados	Outros	199	199
TOTAL	168.468	187.520	19.052

Fonte: Gerência de Controladoria – GCO.F

Resumindo, algumas rubricas consideradas como Pessoal no PDG (assistência médica, reembolso médico, seguros sociais, etc) são lançadas em Serviços e Outros Dispêndios na DRE. Além disso, a DRE considera como gasto de Pessoal o pagamento de reclamações trabalhistas e PLR.

4.3 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

O Painel Corporativo de Furnas é alinhado anualmente aos indicadores que estão presentes no CMDE (Contrato de Metas de Desempenho Empresarial).

O CMDE, que se constitui em um contrato celebrado entre a Eletrobras e as suas controladas baseado no cumprimento de metas empresariais específicas para cada empresa para um conjunto de indicadores econômico-financeiros, operacionais e de gestão foi assinado em 21 de fevereiro de 2017 e compreende as metas pactuadas para o período 2017-2021.

Indicadores CMDE 2017-2021

Os indicadores presentes no CMDE 2017-2021 estão relacionados na figura abaixo, assim como as metas estabelecidas para cada um deles.

Sentido Melhor Desempenho	Nome do Indicador	Unidade	CMDE 2017-2021					
			Peso	Meta 2017	Meta 2018	Meta 2019	Meta 2020	Meta 2021
INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS								
↓	<u>PMSO Clássico</u> ROL Ajustada	%	2	34,5%	30,9%	25,9%	29,1%	27,0%
	PMSO Clássico	R\$ Milhões	-	2.082,92	1.930,89	1.797,51	1.882,90	1.969,18
	ROL Ajustada	R\$ Milhões	-	6.029,46	6.251,83	6.930,14	6.473,78	7.306,45
↓	<u>PMSO Clássico</u> PMSO Regulatório	Índice	3	1,32	1,17	1,04	1,04	1,04
	PMSO Clássico	R\$ Milhões	-	2.082,92	1.930,89	1.797,51	1.882,90	1.969,18
	PMSO Regulatório	R\$ Milhões	-	1.580,96	1.654,79	1.729,92	1.807,59	1.888,75
↑	<u>EBITDA Ajustado</u> ROL Ajustada	%	2	40,4%	44,1%	51,9%	48,1%	52,6%
	EBITDA Ajustado	R\$ Milhões	-	2.434,49	2.759,77	3.597,88	3.115,09	3.841,67
	ROL Ajustada	R\$ Milhões	-	6.029,46	6.251,83	6.930,14	6.473,78	7.306,45
↓	<u>Dívida Líquida</u> EBITDA Ajustado	Índice	3	3,47	2,21	1,21	0,97	0,47
	Dívida Líquida	R\$ Milhões	-	8.459,65	6.086,11	4.357,83	3.026,37	1.808,90
	EBITDA Ajustado	R\$ Milhões	-	2.434,49	2.759,77	3.597,88	3.115,09	3.841,67
↑	<u>Lucro Líquido</u> Patrimônio Líquido	%	2	13,1%	6,9%	7,9%	6,0%	6,8%
	Lucro Líquido (LL)	R\$ Milhões	-	3.113,82	1.839,79	2.325,11	1.873,21	2.150,01
	Patrimônio Líquido (PL)	R\$ Milhões	-	23.888,13	26.579,66	29.361,61	31.072,12	31.667,77
↑	<u>Investimento Realizado</u> Investimento Aprovado	%	2	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%
	Investimento Realizado - Projeção	R\$ Milhões	-	1.048,92	1.254,36	2.091,78	1.783,01	1.274,87
	Investimento Aprovado - Projeção	R\$ Milhões	-	1.165,47	1.393,73	2.324,20	1.981,12	1.416,53
↓	<u>Energia Comprada + Combustível</u> ROL Ajustada	%	1	15,3%	14,4%	13,3%	15,5%	14,4%
	Energia Comprada + Combustível	R\$ Milhões	-	922,01	902,41	919,91	1.002,58	1.048,57
	ROL Ajustada	R\$ Milhões	-	6.029,46	6.251,83	6.930,14	6.473,78	7.306,45
↑	Pontuação Obtida no ISE Bovespa (Dimensão Econômica)	Pontos	0,25	67,5	72,0	72,0	72,0	72,0
INDICADORES OPERACIONAIS								
↑	Disponibilidade de Geração (DISPGR)	Índice	2	0,960	0,970	0,975	0,980	1,000
↑	Disponibilidade Operacional de Linhas de Transmissão - Disp OLT	%	2	99,65%	99,83%	99,83%	99,83%	99,83%
↓	Parcela Variável Descontada em Transmissão (PV)	%	2	5,000	5,000	5,000	5,000	5,000
INDICADORES DE GESTÃO, GOVERNANÇA E SOCIOAMBIENTAIS								
↑	Valor obtido na Pesquisa de Clima Organizacional	%	1	70,0%	NA	72,0%	NA	74,0%
↑	Remediação das Deficiências Significativas	Pontos	0,50	80,0	100,0	100,0	100,0	100,0
↑	Eficiência da Remediação das Deficiências	Pontos	0,50	90,0	95,0	95,0	97,0	97,0
↑	Índice de Desempenho do ProERP	Índice	1,00	1,0	1,0	1,0	NA	NA
↑	Pontuação Obtida no ISE Bovespa (Geral)	Pontos	0,25	68,5	69,4	70,3	71,1	72,0
↑	Pontuação Obtida no ISE Bovespa (Dimensão Social)	Pontos	0,25	78,9	78,9	78,9	78,9	78,9
↑	Pontuação Obtida no ISE Bovespa (Dimensão Ambiental)	Pontos	0,25	60,6	62,6	64,7	66,8	69,0
↑	Pontuação Obtida no ISE Bovespa (Alterações climáticas)	Pontos	0,25	72,9	72,9	72,9	72,9	72,9

N/D = Não disponível N/A = Não se aplica

 metas pactuadas

As tabelas abaixo apresentam as medições dos indicadores - econômico-financeiros, operacionais e socioambientais - ao final do ano de 2017 e suas respectivas metas para o mesmo período.

Legendas:

↑ ↓ Sentido Melhor Desempenho

● Acima da meta ● Abaixo da meta

Indicadores Econômico-Financeiros:

FURNAS	Indicadores Econômico-Financeiros	
	2017	Meta
↓ PMSO Clássico/ROL Ajustada	47,0%	34,55%
↓ PMSO Clássico/PMSO Regulatório	1,78	1,32
↑ Margem EBITDA	19,7%	40,4%
↓ Dívida Líquida/EBITDA Ajustado	8,47	3,47
↑ LL/PL	7,0%	13,1%
↑ Investimento Realizado / Aprovado	78,5%	90,0%
↓ Energia Comprada+Combustível/ROL Ajustada	22,7%	15,3%

Indicadores Operacionais:

FURNAS	Indicadores Operacionais	
	2017	Meta
↑ Índice DISPGR	1,090	0,960
↑ Índice DISP OLT	99,693	99,65%
↓ PVI	2,27%	5,000

Indicadores Socioambientais:

FURNAS	Indicadores Socioambientais	
	2017	Meta
 Índice de Satisfação dos Colaboradores*	-	70,0%
 Remediação das Deficiências Significativas	80,00	80,00
 Eficiência na Remediação das Deficiências	72,88	90,00
 Índice de Desempenho do ProERP	0,86	1,00
 ISE - Dimensão Geral	71,04	68,5
 ISE - Dimensão Econômica	68,50	67,5
 ISE - Dimensão Social	79,92	78,9
 ISE - Dimensão Ambiental	61,55	60,6
 ISE - Dimensão Mudanças Climáticas	78,00	72,9

*Conforme disposto no protocolo do indicador, o índice é medido por meio da aplicação de pesquisa unificada pela área de recursos humanos em todas as Empresas Eletrobras, entretanto em 2017 a referida pesquisa não foi realizada.

No anexo I – Protocolo Indicadores estão os protocolos de cada indicador com as informações necessárias para sua medição, como periodicidade e fórmula de cálculo.

4.4 Desempenho operacional

O planejamento estratégico corporativo de Furnas definiu diversos fatores críticos de sucesso que estão relacionados, em maior ou menor grau, com o desempenho da Empresa. Entretanto, há um destes fatores críticos de sucesso que está mais ligado à área operacional, que é “Otimizar a confiabilidade e a disponibilidade do sistema”.

A receita das empresas de transmissão e geração de energia é altamente influenciada pela disponibilidade de seus ativos. Igualmente importante é manter altos índices de confiabilidade, evitando falhas em equipamentos e sistemas que venham a causar transtornos à sociedade. Desta forma, torna-se imprescindível acompanhar se a empresa está sendo eficiente na busca pela otimização da confiabilidade e disponibilidade do sistema. Para medir a evolução deste fator crítico de sucesso, foram estabelecidos indicadores estratégicos que são calculados e monitorados pela Diretoria de Operação e Manutenção (DO), além de serem apresentados nas Reuniões de Acompanhamento da Estratégia (RAEs).

Passamos agora a descrever cada um destes indicadores e avaliar e seus resultados no ano de 2017.

Disponibilidade de Geração

Tem como objetivo medir, de forma percentual, o tempo em que as unidades geradoras que compõem o sistema de geração de Furnas estão disponíveis para o sistema elétrico interligado. Há duas razões básicas para que as unidades geradoras não estejam disponíveis: a primeira em razão das falhas nas mesmas e a segunda em função da realização de manutenções preventivas periódicas.

Tendo em vista que a baixa disponibilidade acarreta perdas financeiras para as empresas de geração, manter este indicador acima do limite de 89,4%, meta estabelecida pela ANEEL como referência, é estrategicamente importante para a Empresa. No ano de 2017, com a otimização das manutenções preventivas, houve uma melhora significativa deste indicador, atingindo o valor de 94,63%, superando inclusive a meta desafiadora que Furnas estabeleceu para este indicador que é de 92%. Este patamar de desempenho melhor reflete a realidade da empresa no que diz respeito à disponibilidade de geração.

Disponibilidade de Linhas de Transmissão

Da mesma forma como na geração, no sistema de transmissão, baixos valores de disponibilidade acarretam pesadas perdas financeiras para os agentes de transmissão, especialmente em função do mecanismo da Parcela Variável. No ano de 2017, a disponibilidade das linhas de transmissão foi de 99,69%, acima do limite estabelecido pela ANEEL de 99,50%.

Ressalta-se ainda que a disponibilidade das linhas de transmissão é impactada pelos desligamentos programados, necessário para a realização das manutenções preventivas que garantem a confiabilidade destes ativos de transmissão. Entretanto, com a Resolução Normativa 729/2016 e 728/2017, a ANEEL isenta as atividades planejadas dentro de um curto período de tempo.

Disponibilidade de Transformadores

A disponibilidade de transformadores de Furnas em 2017 foi de 98,33%, desempenho este muito superior à meta de 97,0%, estabelecida pela ANEEL e por Furnas. Se considerarmos a avançada

idade dos ativos e sua exigência extrema em termos de carregamento e temperatura de operação, solicitados pelo ONS em diversos momentos, os valores verificados mostram a eficiência dos programas de manutenção preventiva e preditiva praticados por Furnas.

Entretanto, merece destaque o investimento que Furnas tem empenhado na substituição ou revitalização de alguns destes ativos, estrategicamente, com o objetivo de manter a confiabilidade do sistema Furnas.

Gestão ambiental

Furnas, atuando na geração e transmissão de energia elétrica, realiza suas atividades em ecossistemas terrestres e aquáticos, localizados principalmente na Mata Atlântica e no Cerrado. Ao implementar empreendimentos em áreas ecologicamente relevantes, a empresa atende aos requisitos legais definidos pelos órgãos ambientais, com foco na prevenção da poluição, na minimização dos impactos ao meio ambiente e dos riscos à saúde pública.

Além da conformidade legal, as Políticas Ambientais da Eletrobras e de Furnas contemplam, ainda, diretrizes visando à melhoria contínua dos processos e à conservação do capital natural.

Furnas pactua também com as diretrizes da Declaração de Compromisso da Eletrobras sobre Mudanças Climáticas que tem por objetivo priorizar, em sua carteira de projetos, a participação de fontes de energia renováveis, assegurar a gestão das emissões de GEE, buscar tecnologias para minimizar os efeitos das mudanças climáticas e fomentar estudos sobre este tema, no esforço de identificar e mitigar impactos no setor elétrico brasileiro.

Desde 2008, Furnas participa, como membro fundador, do Programa Brasileiro GHG Protocol. Trata-se de uma ferramenta, desenvolvida pelo World Business Council for Sustainable Development (WBCSD) e World Resources Institute (WRI), para que as empresas possam efetuar a medição e a gestão de suas emissões de GEE por meio de metodologia internacionalmente aceita. Essas informações são requeridas hoje pelos índices de sustentabilidade empresarial nos mercados nacional (ISE Bovespa) e internacional (Dow Jones Sustainability Index).

A desapropriação de áreas para construção de usinas e linhas de transmissão de energia elétrica, bem como a aquisição para promoção de reassentamentos populacionais, segue as premissas do ordenamento jurídico vigente, entre as quais se destaca a recomposição do patrimônio dos expropriados, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, artigo 5º, inciso XXIV, mediante justa e prévia indenização em dinheiro.

Informações sobre a regularização de imóveis rurais do Programa Terra Legal

Furnas não utiliza o Programa Terra Legal, pois não tem atuado na região da Amazônia Legal.

Obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento

Em 2017, houve desembolso relativo à liberação e regularização fundiária da LT Mascarenhas-Linhares, referentes à ação judicial de processo de instituição de servidão administrativa no valor de R\$ 106.692,94 e despesas cartorárias no valor de R\$ 11.202,46, totalizando R\$ 117.895,40.

Informações consolidadas da situação ambiental dos assentamentos instituídos no exercício

Em 2017, não houve a implantação de reassentamentos no exercício.

Desenvolvimento de projetos de assentamento

Em 2017, não houve a implantação de reassentamentos no exercício.

Informações sobre as ações de provimento de água para consumo doméstico

Todos os imóveis que têm a finalidade de remanejamento populacional (auto-relocação e reassentamento) sempre são providos do devido abastecimento de água para consumo doméstico.

Informações sobre a atuação dos agentes de assistência técnica rural nos projetos de assentamento

Em atendimento às condicionantes ambientais da UHE Batalha e da UHE Simplício, Furnas deu continuidade aos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), para as famílias hipossuficientes rurais, através da EMATER (DF/MG/RJ), visando à readequação das atividades produtivas nos imóveis em que foram reassentadas. Esses serviços são prestados por período mínimo de três anos, segundo as condicionantes ambientais do IBAMA, data que é computada a partir da assinatura de cada contrato.

Os custos de Furnas para prestação de serviços de ATER em 2017 foram:

UHE Batalha: R\$ 778.672,28

UHE Simplício: R\$ 195.723,04

Esses dois empreendimentos, bem como as aquisições de novas propriedades para os respectivos reassentamentos, tiveram seus processos de liberações de áreas para construção das obras concluídos em 2012(UHE Simplício) e 2014(UHE Batalha), contudo, o custeio aos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) promovidos, perduraram na vigência do exercício 2017.

Licenciamento ambiental

Para assegurar a conformidade dos empreendimentos de Furnas, todos os estudos e relatórios elaborados para o licenciamento ambiental são conduzidos de forma a atender às condicionantes estabelecidas pelos órgãos ambientais competentes.

No exercício, foram obtidas licenças de operação nas seguintes UHEs: Batalha, Funil e Itumbiara (Renovações), Luiz Carlos Barreto de Carvalho, Mascarenhas de Moraes (Atracadouro) e Porto Colômbia (Retificação); e na LT 500kV Bom Despacho 3-Ouro Preto 2.

As Barragens de Cachorro e Teixeira, Ikeda e São Luiz, na UHE Batalha, e a Subestação de Poços de Caldas, obtiveram a Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos, regularizando seus processos de captação de água e lançamento de efluentes.

Monitoramento, controle e proteção ambiental

Foram realizadas inspeções técnicas para elaboração e atualização dos Planos de Monitoramento de Efluentes e Qualidade da Água (PMEQAs), Planos de Gerenciamento de Resíduos (PGRs) e Planos de Atendimento a Emergência (PAEs) nos empreendimentos apresentados a seguir.

Empreendimentos	PMEQA	PGR	PAE
Subestação (SE)	Araraquara, Vitória, Viana, São José, Gurupi, Niquelândia, Imbariê, Foz do Iguaçu	Angra, São José, Adrianópolis, Campinas, Guarulhos, Poços de Caldas, Itutinga, Vitória, Itaberá, Gurupi, Araraquara, Niquelândia, Barro Branco, Viana, Ibiúna	Mogi das Cruzes, Campinas, Guarulhos, Barro Branco, Zona Oeste e Loop (vinculado à UTE Santa Cruz), São José, Itutinga, Araraquara, Niquelândia, Angra, Tijucó Preto, Gurupi, Itaberá, Ibiúna, Rocha Leão
Usina Hidrelétrica (UHE)	Furnas, Mascarenhas de Linhares, Luiz Carlos B. de Carvalho, Manso, Batalha	Luiz Carlos Barreto, Funil, Simplício, Manso, Furnas	Furnas (Rev. 08), Furnas (Rev. 09), Luiz Carlos Barreto, Mascarenhas de Moraes, Funil
Usina Termelétrica (UTE)		Campos	Santa Cruz
Outros		Escritório de Construção da Usina de Anta, Centro de Distribuição Rio	Travessia FCA para acesso à UHE Simplício

Gestão da qualidade ambiental

Idem a “Gestão ambiental” e “Monitoramento, controle e proteção ambiental”.

Uso sustentável e gestão da biodiversidade

Reflorestamento - Na recuperação de áreas degradadas por processos erosivos, a função ecológica das áreas é mantida, associando métodos biológicos às técnicas de geologia e de engenharia. Além disso, são realizadas ações de reflorestamento em Áreas de Preservação Permanente, além da reposição florestal em áreas remanescentes dos reservatórios de usinas hidrelétricas e de linhas de transmissão. Em 2017, Furnas reflorestou cerca de 230 hectares.

Projeto Nascentes de Furnas - Visando atenuar o impacto da crise hídrica sobre a Usina Hidrelétrica de Furnas (MG), a Empresa firmou parceria com a Associação dos Municípios do Lago de Furnas para a recuperação de matas ciliares, em 400 nascentes, que contribuem diretamente para a formação do reservatório. O projeto foi iniciado em dezembro de 2017, em cinco nascentes de

Campos Gerais (MG), e visa também conscientizar a população rural quanto aos benefícios da proteção dessas áreas. No total, serão reflorestados 50,4 hectares.

Conservação da Ictiofauna - Desde 1979, com o intuito de minimizar os impactos causados pelos barramentos das UHEs sobre a ictiofauna, Furnas promove a criação de trairão e peixes de piracema nativos para o repovoamento dos reservatórios situados nos rios Grande e Paranaíba. Em 2017, foi realizado o repovoamento de 44648 alevinos.

5 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

5.1 Descrição das estruturas de governança

As políticas e práticas de governança corporativa de Furnas possuem foco na transparência de gestão, em atitude respeitosa no relacionamento com todos os seus *stakeholders*, no tratamento equitativo e na prestação de contas clara e objetiva de sua atuação, sempre em alinhamento com seu Código de Ética.

O aprimoramento da governança corporativa é garantido por uma estrutura de gestão, práticas e instrumentos que seguem as recomendações do Manual de Organização da Empresa, no qual estão incluídos o Estatuto Social, o Regimento Interno, as Políticas e Normas de Organização, as diretrizes que norteiam a atuação dos Comitês Internos que apoiam a Diretoria Executiva, e as descrições de atribuições de todas as unidades formais da estrutura organizacional.

O modelo se fundamenta, também, no estabelecimento claro dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva no que se refere à formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes relativas à condução dos negócios da Empresa, bem como do Conselho Fiscal, na fiscalização dos atos e contas da Administração.

- **Estrutura Societária**

Furnas, sociedade anônima de economia mista federal de capital fechado, enquanto subsidiária da Eletrobras, atende aos requisitos da Lei Sarbanes-Oxley (SOx) na prestação de informações para que a *Holding* possa manter a negociação de suas ações por meio de American Depository Receipts (ADRs) Nível II, bem como participar do Dow Jones Sustainability Index (DJSI) da Bolsa de Nova York e no Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo (ISE-Bovespa).

Em 2017, o Capital Social de Furnas, no valor de R\$ 6.531.154.365,54 (seis bilhões, quinhentos e trinta e um milhões, cento e cinquenta e quatro mil, trezentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos) apresentou a seguinte composição:

Quadro 5.1 – Capital Social

Acionista	Ação Ordinária		Ação Preferencial	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Eletrobras	52.647.326.561	99,83	14.659.406.538	98,62
Outros	91.699.606	0,17	205.277.973	1,38
Total	52.739.026.167	100,00	14.864.684.511	100,00

Fonte: Superintendência de Finanças Corporativas – SF.F

- **Estrutura de Governança Corporativa**

A governança corporativa de Furnas é assegurada pelos processos internos e relacionamentos da administração superior, composta pela Assembleia Geral de Acionistas, Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Auditoria Interna.

Em cumprimento ao disposto na legislação que regulamenta o funcionamento das sociedades anônimas, a Eletrobras contrata serviços de auditoria independente para todas as Empresas Eletrobras, com a finalidade de atestar a adequação de atos ou fatos para conferir confiabilidade a atividades mediante utilização de procedimentos técnicos específicos. No caso das demonstrações financeiras, tem por objetivo a emissão de pareceres sobre a adequação das contas da Empresa, em conformidade

com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e com a legislação específica pertinente.

- **Assembleia Geral de Acionistas**

Além dos casos previstos em lei, a Assembleia Geral de Acionistas reúne-se extraordinariamente para: alienar, no todo ou em parte, ações de seu capital social ou de suas controladas; proceder à abertura e aumento do capital social; alienar debêntures de que seja titular, de empresas das quais participe e emitir debêntures conversíveis em ações; promover operações de cisão, fusão, transformação ou incorporação; permutar ações ou outros valores mobiliários; reformar o Estatuto Social; e deliberar sobre outros assuntos propostos pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal.

Em 2017 a Assembleia Geral Ordinária (AGO) ocorreu em 27 de abril para aprovar, entre outros assuntos, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras de 2016 e alterar a composição do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Em 2017, foram realizadas 05 Assembleias Gerais Extraordinárias:

- em 08.02.2017, para deliberar sobre eleição de membro do Conselho Fiscal e respectivo suplente;
- em 08.03.2017, para deliberar sobre eleição de membro do Conselho de Administração, representante do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e de membro do Conselho Fiscal, representante do Ministério da Fazenda;
- em 27.04.2017, para deliberar sobre alteração do Estatuto Social de Furnas de modo a adequá-lo às orientações da Eletrobras, cumprindo o disposto na Lei nº 13.303, de 30.06.2016 e no Decreto nº 8.945, de 27.12.2016;
- em 29.09.2017, para promover eleição do membro do Conselho de Administração, representante dos empregados de Furnas e;
- em 19.12.2017, para deliberar sobre a transferência das ações das sociedades integrantes do Complexo Eólico Fortim, denominadas Energia dos Ventos V S.A., Energia dos Ventos VI S.A., Energia dos Ventos VII S.A., Energia dos Ventos VIII S.A., Energia dos Ventos IX S.A., de titularidade de Furnas para a Brasil Ventos Energia S.A. - BVE, sua subsidiária integral, por meio de “Contrato de Cessão Não Onerosa de Ações e Outras Avenças”, nos termos do inciso I do artigo 9º do Estatuto Social de Furnas, então vigente.

No ano de 2017 não houve alteração do Capital Social da Empresa, permanecendo este nos mesmos valores fixados no Estatuto Social da Empresa conforme a seguir transcrito. “O capital social é de R\$ 6.531.154.365,54 (seis bilhões, quinhentos e trinta e um milhões, cento e cinquenta e quatro mil, trezentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos) divididos em 52.739.026.167 (cinquenta e dois bilhões, setecentos e trinta e nove milhões, vinte e seis mil, cento e sessenta e sete) ações ordinárias, com direito de voto, e 14.864.684.511 (quatorze bilhões, oitocentos e sessenta e quatro milhões, seiscentas e oitenta e quatro mil, quinhentas e onze) ações preferenciais, sem direito de voto, perfazendo um montante de 67.603.710.678 (sessenta e sete bilhões, seiscentos e três milhões, setecentos e dez mil, seiscentos e setenta e oito) ações, todas nominativas e sem valor nominal”.

- **Conselho de Administração**

Instância máxima da Administração de Furnas, o Conselho de Administração é composto por até seis membros, brasileiros, com reputação ilibada e idoneidade moral, eleitos pela Assembleia Geral, os quais, dentre eles, designarão o Presidente do Conselho, com prazo de gestão unificado de 02 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo, 03 (três) reconduções consecutivas.

Dentre os membros do Conselho de Administração, é escolhido o Diretor-Presidente. Um dos membros do Conselho é indicado pelo Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão e outro eleito como representante dos empregados, escolhido pelo voto direto de seus pares dentre os empregados ativos em eleição organizada pela Empresa em conjunto com as autoridades sindicais que os representem, nos termos da legislação vigente, sendo o único membro do Conselho que possui suplente, obrigatoriamente eleito como companheiro de chapa do respectivo titular. Os demais membros são indicados pelos acionistas.

No exercício de 2017, este colegiado reuniu-se 23 vezes.

- **Diretoria Executiva**

A Diretoria Executiva é composta por um Diretor-Presidente e cinco Diretores, gestores dos negócios da Empresa, brasileiros, eleitos pelo Conselho de Administração, que exercem suas funções em regime de tempo integral, com prazo de gestão unificado de 02 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo, 03 (três) reconduções consecutivas. Eles atuam nas seguintes áreas: Presidência; Administração; Finanças; Engenharia, Operação e Manutenção; e Gestão de Novos Negócios e de Participações.

As decisões regulamentares e estatutárias da Diretoria Executiva são tomadas em reunião semanal e constituem o processo deliberativo em que as matérias de interesse de cada Diretoria são submetidas.

Em 2017, foram realizadas 60 reuniões.

- **Conselho Fiscal**

A atribuição do Conselho Fiscal é a de fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento de seus deveres legais e estatutários. Compõe-se de três membros efetivos e respectivos suplentes, brasileiros, residentes no País, acionistas ou não, eleitos por AGO, com prazo de atuação de 02 (dois) anos, permitidas, no máximo, 02 (duas) reconduções consecutivas, observando-se os requisitos e impedimentos fixados pela legislação vigente. Um de seus membros efetivos e respectivo suplente são indicados pelo Ministério da Fazenda, como representantes do Tesouro Nacional.

Em 2017, este colegiado reuniu-se 13 vezes.

- **Gestão de Riscos**

A metodologia denominada Gestão Dinâmica dos Riscos Corporativos (GDRC), utilizada por Furnas, possibilita uma avaliação dinâmica do grau de exposição ao risco corporativo, permitindo que a Empresa realize ajustes e atinja suas metas de redução de tal exposição.

As medidas de mitigação são implementadas por meio de controles e/ou ações que visam reduzir a exposição da Empresa a riscos, logo quanto maior for o grau de mitigação, mais preparada estará a Empresa caso ocorra um evento de risco, e mais próxima estará de sua exposição residual, ou seja, aquela que restará após a total implementação de controles e ações mitigatórias possíveis.

Em 2017, foram avaliados 11 eventos de risco da Matriz de Riscos Corporativos de Furnas. Somados aos 7 eventos avaliados em 2015 e aos 11 de 2016, no total foram avaliados 29 dos 83 eventos de risco da Matriz.

A Matriz de Riscos é composta por 4 pilares: Estratégico, Financeiro, Operacional e Conformidade, que se subdividem em 25 categorias e 83 Eventos de Risco, dos quais 12 foram priorizados em 2017, a saber: Risco Hidrológico, Comunicação de Crises, Patrocínio, Convênios e Doações, Fundos de Pensão, Captação de Recursos, Segurança Patrimonial, Gestão da Informação, Controles Ambientais, Revisão Tarifária na Geração, Revisão Tarifária na Transmissão, Gestão de Obras e Demonstrações Contábeis e Financeiras.

O Risco Hidrológico foi priorizado e analisado junto do evento Compra e Venda de Energia.

- **Controles Internos**

O ambiente de controles internos da Empresa visa assegurar a efetividade e eficiência de suas operações, proporcionar a confiabilidade nos relatórios financeiros, bem como cumprimento de normas e regulamentos. Auxilia na mitigação de riscos corporativos, no alcance de metas e no crescimento sustentável do negócio, propiciando maior transparência e credibilidade.

Desde 2010, a Eletrobras possui registro na Bolsa de Valores de Nova York com emissão de ADRs Nível II, exigindo de suas subsidiárias adequação aos requisitos da lei norte-americana Sarbanes-Oxley (SOx), em alinhamento com as melhores práticas de governança corporativa e gerenciamento de riscos.

Anualmente, a Eletrobras divulga suas Demonstrações Financeiras e a Certificação Anual de Controles Internos à *Securities and Exchange Commission* (SEC) dos EUA, a fim de consolidar os controles mitigadores dos riscos aos quais a Empresa se encontra exposta.

O escopo dos processos mais relevantes para a certificação SOx compreende os que possuem materialidade diante das demonstrações financeiras da Empresa. Em 2017, foram selecionados 31 processos, associados a: Compra de Energia; Gestão Contábil; Gestão de Contingências; *Entity Level Controls*; Empréstimos e Financiamentos; Gestão Financeira; Gestão do Ativo Fixo; Gestão de Materiais; Benefício Pós-Emprego; Gestão de Participações; Venda de Energia; Recursos Humanos; Gestão Tributária; e Processos de Tecnologia.

Programa Rumo ao GAP Zero (PGZ)

No decorrer de 2015, o Conselho de Administração aprovou o programa “Rumo ao Gap Zero”, que mobiliza a Empresa e explicita o chamado “tom de cima”, o total e explícito compromisso e a participação direta dos seus colegiados estatutários no processo.

Em execução, o programa prevê uma série de ações visando à otimização dos processos internos de gestão dos riscos e controles internos, melhoria da interação e comunicação da área responsável com os gestores encarregados da implementação dos planos de ação de mitigação das deficiências e fraquezas materiais, com acesso direto e prioritário aos órgãos superiores de decisão.

Os trabalhos relacionados à certificação SOx desdobram-se em três etapas: Mapeamento; Programa de Remediação; e Testes propriamente ditos.

O Mapeamento dos Processos permite um melhor entendimento das atividades, bem como a definição de atribuições e responsabilidades, principalmente quando aspectos interfuncionais estão envolvidos.

A etapa relativa ao Programa de Remediação tem como objetivo evidenciar que os planos de ação formalizados pelos gestores são eficazes no controle e mitigação de riscos.

A etapa de Testes se subdivide em:

- Teste da Administração, coordenado, anualmente, pela Auditoria Interna de Furnas, objetivando a certificação da Administração da Empresa quanto à eficácia dos controles. Para tanto, a Administração deve prover a avaliação da eficácia do desenho dos controles, bem como de sua eficácia operacional, mediante validação de desenho do processo (*test of design*) e os Testes dos Controles Internos;
- Teste da Auditoria Externa: procedimentos de validação de desenho do processo (*test of design*) e de testes que evidenciem a situação dos controles internos, realizados de forma independente pela equipe de auditoria externa, em contrapartida aos testes realizados pela Administração. O parecer integrado da Auditoria Externa, emitido anualmente, contempla a análise das Demonstrações Financeiras e o ambiente de controles da Empresa.

Furnas trabalha com o conceito de três Linhas de Defesa no gerenciamento eficaz de riscos e controles internos:

- Gestão Operacional, em que os gerentes operacionais gerenciam e têm propriedade sobre riscos e também são os responsáveis por implementar ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles. A gerência operacional é responsável por manter controles internos eficazes e por conduzir procedimentos de riscos e controles, além de identificar, avaliar, controlar e mitigar os riscos. Serve naturalmente como a primeira linha de defesa porque os controles são desenvolvidos como sistemas e processos sob sua orientação de gestão operacional, garantindo, assim, a conformidade;
- Gerenciamento de Riscos, Controles Internos, Conformidade e Segurança da Informação, que garantem que a primeira linha de defesa seja apropriadamente desenvolvida e posta em prática, operando conforme pretendido. As responsabilidades dessas funções geralmente incluem: apoio às políticas de gestão, definindo papéis e responsabilidades e estabelecendo metas para implementação, fornecimento de estruturas de gerenciamento de riscos, identificação de questões atuais, identificação de mudanças no apetite ao risco implícito da Empresa e auxílio à gerência para desenvolvimento de processos e controles para gerenciamento de riscos; e
- Auditoria Interna, que fornece ao órgão de governança e à Alta Administração avaliações abrangentes baseadas no maior nível de independência e objetividade dentro da organização. A Auditoria Interna provê avaliações sobre a eficácia da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles internos, incluindo a forma como a primeira e a segunda linhas de defesa alcançam os objetivos de gerenciamento de riscos e controles.

A figura a seguir apresenta, de forma esquemática, o funcionamento das três Linhas de Defesa.

Conselho de Administração e Conselho Fiscal



- **Programa de Integridade (Compliance)**

Em 2015, a Controladoria Geral da União (CGU) deu início ao trabalho de avaliação da integridade em empresas estatais, com a escolha de Furnas, junto a outras três empresas, para participação em um projeto-piloto. Em sequência, a CGU emitiu o Relatório de Integridade nº 201504023, com sugestões de melhorias para aprimorar o sistema de integridade da Empresa. Tais sugestões estão consubstanciadas no Plano de Implantação do Sistema de Integridade de Furnas.

Assim, para atender às sugestões de melhorias propostas pela Controladoria, Furnas elaborou o Plano de Ação Global de Integridade Corporativa (PAGIC), consolidado na sinergia entre as ações pertinentes às áreas da Empresa e as ações resultantes do trabalho a ser desenvolvido pela consultoria especializada, contratada em outubro de 2016, para a implantação do Programa de Integridade Corporativa.

No ano de 2017, com o apoio da aludida consultoria, foram realizadas diversas ações para implantação do programa, em alinhamento às diretrizes da Eletrobras, com destaque para a elaboração do Mapa de Riscos de *Compliance*, Mapa de Relacionamento com o Setor Público, Plano de Comunicação, Política de Conflito de Interesses, Política de Integridade e Plano de Treinamento Trianual.

Vale lembrar que o Programa de *Compliance* se desenvolve de modo contínuo, sendo necessário o seu monitoramento, revisão e aprimoramento periódico para consolidação da cultura de integridade, visando alcançar níveis de maturidade capazes de elevar os indicadores de conformidade, agregando maior valor à imagem consolidada de Furnas no mercado nacional e internacional.

- **Segurança da Informação**

Com as exigências constantes na Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) e seu decreto regulamentador, e levando em consideração as resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Sociedades da União (Cgpar), emanadas da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), identificou-se em Furnas a necessidade de reestruturar a área de Segurança da Informação.

Com o intuito de dar ao tema o tratamento requerido pela legislação, e no bojo da reestruturação organizacional empreendida por Furnas no exercício de 2017, foi criada nova gerência, encarregada da “Segurança e Gestão da Informação”, e inserida no macroprocesso de “Integridade Corporativa”. Garante-se, desta forma, a independência da nova área com respeito aos órgãos que operacionalizam as ações ligadas à Segurança da Informação.

A nova gerência tem a missão de, em resumo, cuidar para que a informação, em âmbito corporativo, e qualquer que seja o meio de armazenamento ou tramitação, tenha garantidas as propriedades essenciais que lhe conferem valor: Disponibilidade, Integridade, Confidencialidade e Autenticidade (DICA).

- **Secretaria de Governança Corporativa**

Em junho de 2016, a fim de garantir o alinhamento das práticas de governança, o Conselho de Administração da Empresa aprovou a criação da Secretaria de Governança Corporativa, resultado da transformação das estruturas da antiga Secretaria-Geral Corporativa, Secretaria Geral e Assessoria de Secretaria Geral, que passou a dispor de estrutura própria e reportar-se diretamente ao Conselho de Administração.

A criação da Secretaria de Governança Corporativa seguiu diretrizes do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, com base no Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa, que recomenda que as Sociedades de Economia Mista constituam uma Secretaria de Governança Corporativa, cuja principal responsabilidade será garantir que o fluxo de informação seja transparente, equitativo e tempestivo para todos os agentes de governança da Empresa, sócios, diretores, conselheiros de administração e fiscais e auditores.

Fazem parte da estrutura de governança de Furnas a Assembleia Geral de Acionistas, o Conselho de Administração, a Diretoria-Executiva e o Conselho Fiscal.

A Secretaria de Governança Corporativa possui diversas atribuições, como:

- planejar, coordenar, executar e controlar as atividades de apoio ao funcionamento das Assembleias de Acionistas, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva;
- controlar as alterações do Estatuto Social e dos Regimentos Internos da Empresa e seus Colegiados, promovendo as ações necessárias à sua publicação;
- coordenar o processo de desenvolvimento, aprimoramento e atualização do sistema de governança, atuando nas interações entre os agentes e os órgãos de governança;
- coordenar o fluxo de informações, assegurando que estas sejam direcionadas, tempestivamente, às instâncias deliberativas, executiva, fiscalizadora e consultiva; e
- contribuir para que a divulgação de informações pela organização, esteja alinhada aos princípios de governança e para difusão destes nas empresas subsidiárias, coligadas e controladas.

- **Auditoria Interna**

A Auditoria Interna é vinculada ao Conselho de Administração e promove o exame das atividades desenvolvidas pelas unidades organizacionais com o objetivo de analisar a gestão, verificar procedimentos, sistemas informatizados, registros e documentos, avaliando os controles existentes, bem como o cumprimento de diretrizes, normativos internos e preceitos da legislação vigente.

Em 2017, foram realizados 30 trabalhos de auditoria oriundos do Plano Anual de Auditoria Interna (Paint) e de demandas especiais surgidas ao longo do exercício. Foram concluídos 5 referentes a 2016, o que resultou na emissão de 46 relatórios decorrentes da atuação direta da Auditoria Interna,

com resultados que visaram subsidiar a alta administração de informações para a tomada de decisão.

Em continuidade ao processo de adequação do ambiente de controle interno à lei norte-americana Sarbanes-Oxley (SOX), necessária à certificação da Eletrobras de conformidade àquela Lei, a Auditoria Interna providenciou a avaliação dos controles internos da Empresa no exercício de 2017, a partir dos riscos corporativos considerados críticos, determinados segundo a materialidade definida pela Eletrobras.

O relacionamento da Empresa com a Controladoria Geral da União (CGU) e com o Tribunal de Contas da União (TCU) ocorre ao longo do exercício, a fim de prover atendimento, pela administração, aos referidos órgãos de fiscalização e controle.

- **Comitês e Comissões Internos**

Grupos de ação permanentes compostos por representantes das diretorias, que têm por finalidade avaliar determinados temas e apoiar as decisões da Diretoria Executiva no cumprimento das políticas internas de gestão. Dentre os 30 Comitês e Comissões vigentes destacam-se os comitês de: Informática; Recursos Humanos; Pesquisa e Desenvolvimento; Segurança da Informação; Novos Negócios; Sustentabilidade Empresarial; Gestão de Riscos, Atendimento a Organismos Externos de Fiscalização (Caoef) e a Comissão de Ética.

- **Políticas Internas**

As Políticas Internas da Empresa são definidas por meio de instrumentos balizadores dos atos deliberativos da Diretoria Executiva e estabelecem princípios básicos e critérios para orientar as diferentes áreas da Empresa quanto ao trato de assuntos, que cobrem, dentre outros, os seguintes temas: Logística de Material; Tecnologia da Informação; Gestão de Pessoas; Segurança Empresarial; Responsabilidade Ambiental; Responsabilidade Sociocultural; Segurança da Informação; Segurança no Trabalho e Saúde Ocupacional; Segurança Patrimonial; Propriedade Intelectual; Gestão Sociopatrimonial; Gestão de Resíduos; Contratação; Comunicação; Gestão de Riscos e Controles Internos; Investimento Social; e Integridade Corporativa.

- **Princípios Éticos e Compromissos de Conduta**

Desde 2010, Furnas adota o Código de Ética Único das Empresas da Eletrobras, o qual estabelece os princípios que norteiam os compromissos de conduta nas ações, comportamento e decisões profissionais de empregados, gerentes, diretores, membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, colaboradores, fornecedores e demais públicos de relacionamento.

Este Código de Ética Único das Empresas da Eletrobras foi atualizado em dezembro de 2016, incluindo as novas legislações referentes à Lei nº 12.813/13, de Conflitos de Interesse e à Lei 12.846/13, Lei Anticorrupção Brasileira.

O cumprimento dos princípios éticos e compromissos de conduta é monitorado pela Comissão de Ética, com o objetivo de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do empregado, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente a imputação ou o procedimento suscetível de censura, supervisionar os certames da Empresa e desenvolver atribuições definidas pela Presidência.

No Portal Ética, na *intranet*, encontram-se a legislação vigente, perguntas e respostas relativas à gestão da ética em empresas públicas, os serviços Fale Conosco e o Canal Consulta e Denúncia de Desvios Éticos e o monitoramento dos casos analisados pela Comissão de Ética, entre outras informações. Por força de lei, a Comissão de Ética possui canal exclusivo de atendimento por *e-mail*, recebendo também denúncias através do Canal Único da Eletrobras.

Dentre as competências de disseminar, capacitar e treinar a Comissão de Ética em dezembro de 2017 iniciou o programa “Ética ao seu Lado”, dando a primeira palestra no escritório de Brasília.

Em 2017, a Comissão de Ética recebeu 54 denúncias, das quais, na data de 31 de dezembro de 2017, após a devida análise, 2 encontravam-se em andamento, com 2 (dois) casos de Acordo de Conduta Pessoal e Profissional (ACPP), no qual o empregado permanece monitorado durante dois anos por um dos membros da Comissão de Ética e, caso ocorra novamente o fato, recebe Censura Ética, encaminhada à área de recursos humanos. Os demais casos foram analisados e após as devidas ações, arquivados.

- **Ouvidoria**

A Ouvidoria de Furnas, criada em 2008, atua no diálogo entre o cidadão e a Empresa, de modo que as manifestações decorrentes do exercício da cidadania provoquem contínua melhoria dos serviços públicos prestados por Furnas e de seus processos.

A Ouvidoria, órgão imparcial e independente, vinculado ao Conselho de Administração, é responsável por receber, examinar e encaminhar, reclamações, solicitações, elogios, sugestões referentes a procedimentos e ações de Furnas e, também, é responsável pela gestão do canal do Serviço de Informação ao Cidadão - SIC.

O acesso à Ouvidoria é assegurado por meio de formulário eletrônico no website de Furnas, fax, telefone, contato pessoal, carta ou, ainda, algum outro documento. Em todas as formas de comunicação, o nome do manifestante é mantido em sigilo e o conteúdo da mensagem tratado com seriedade, isenção e de forma reservada.

Todas as manifestações, independente do meio de comunicação, são registradas em Sistema de Ouvidoria, que é o da *Holding*, onde fica armazenada a base de dados. O sistema foi projetado de forma a não permitir a exclusão ou alteração das informações nele registradas.

Após o seu registro, a Ouvidoria realiza o devido tratamento que consiste em: verificar se estão presentes dados suficientes na questão relatada e se a mesma é afeta à Empresa; realizar o encaminhamento à área interna responsável pela questão; gerenciar o prazo da resposta e verificar se o conteúdo de fato atende à manifestação.

A atuação da Ouvidoria encontra-se alinhada com o Programa Anticorrupção das Empresas Eletrobrás, às exigências da Lei Sarbanes-Oxley e aos normativos da Ouvidoria Geral da União.

A partir de 21 de agosto de 2017, as denúncias passaram a ser registradas no Canal Denúncia das Empresas Eletrobrás – ICTS, operado por empresa externa, responsável por sua classificação, criticidade e encaminhamento ao – Comitê de Sistema de Integridade (CSI), que fará a gestão centralizada de apuração e dos processos de responsabilização e de remediação.

Em 2017 foram enviadas aos dois canais geridos pela Ouvidoria 867 demandas, sendo 749 manifestações postadas na Ouvidoria e 118 pedidos de informação dirigidos ao SIC. Além disso, foram registradas no ICTS, 22 denúncias a serem tratadas pelo CSI.

As 749 manifestações na Ouvidoria têm a seguinte distribuição: reclamação (289), solicitação (264), sugestão (21), denúncia registrada (167), elogio e agradecimento (8). No que tange à origem, das 749 manifestações registradas em 2017 na Ouvidoria, destacamos que 420 (56%) são de origem externa, 268 (36%) interna e 61 (8%) “não identificada”.

• **Principais Relacionamentos de Furnas**

Visando manter relacionamento com as entidades representativas no Setor de Energia Elétrica, a Empresa está presente nos principais fóruns e mantém relacionamento constante com instituições, como: Ministério de Minas e Energia (MME), Eletrobras, Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Fundação Nacional do Índio (Funai), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), assim como com órgãos da esfera estadual e municipal, em função de construir e operar empreendimentos situados em grande parte do território nacional.

Adicionalmente, Furnas contribui para diversas entidades, no País e no exterior, das quais destacamos: Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica (ABCE), Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (ABRAGE), Associação Brasileira das Grandes Empresas de Transmissão de Energia Elétrica (ABRATE), Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica), Associação Brasileira de Geradoras Termoelétricas (ABRAGET), Comitê Brasileiro do Conselho Mundial de Energia (CBCME), Comitê Brasileiro de Barragens (CBDB), Associação Internacional de Hidreletricidade (International Hydropower Association - IHA), Comitê Nacional Brasileiro de Produção e Transmissão de Energia Elétrica (CIGRÉ-Brasil), Centro de Estudos de Energia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Energia), Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético (Ilumina), Fundação COGE, Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro (Crea-RJ), Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (ANEFAC), Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica (ABRACONEE), Pacto Global da ONU, Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) e Fundação Abrinq, entre outras.

5.1.1 Atendimento à Lei das Estatais

Em 2017 houve, pelo Conselho de Administração da Companhia, a aprovação da Política de Logística e Suprimentos das Empresas Eletrobrás, visando consolidar a aderência das contratações às novas legislações concernentes à integridade empresarial e sustentabilidade, bem como foi aprovado o Regulamento de Licitações e Contratos das Empresas Eletrobrás, visando atender às determinações contidas na Lei nº 13.303/2016.

Em 1º de julho de 2016, foi publicada a Lei nº 13.303/2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico das empresas estatais. No entanto, apenas em 28 de dezembro de 2016 foi publicado o Decreto nº 8.945/2016, que regulamentou o mencionado diploma legal, notadamente quanto ao regime societário das empresas.

A adequação das empresas integrantes da Eletrobras aos novos ditames legais, inclusive de seus Estatutos Sociais, está sendo conduzida pela *Holding*, em consonância com as orientações emanadas da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest).

Conforme Ofício Circular nº 839/2016-MP, de 30 de dezembro de 2016, emitido pelo órgão supramencionado, "a nova regulamentação disciplina o prazo de adaptação das empresas estatais a depender da necessidade ou não de alteração do Estatuto Social. Neste contexto, as adaptações que necessitam de alterações estatutárias seguirão calendário a ser definido pela Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações da União (CGPAR), observado o prazo máximo de 30 de junho de 2018, conforme determina o artigo 64 do Decreto nº 8.945/2016".

Sobre a questão, esclarece-se que o Estatuto Social de Furnas foi alterado para se adaptar à nova legislação em Assembleia Geral de Acionistas, encontrando-se publicado e vigente desde 19.01.2018.

Por oportuno, cumpre salientar que também as sociedades estatais nas quais Furnas possui controle acionário estão em processo de atualização de seus respectivos Estatutos Sociais.

Uma das inovações da lei 13.303/16 é a obrigação das estatais elaborarem um Regulamento interno de licitações e contratos, que orientarão e balizarão as licitações e contratações, permitindo que elas ajustem as normas legais às peculiaridades inerentes a cada uma delas, de forma compatível com a referida Lei.

Neste sentido, assim que autorizado pela *Holding*, Furnas passará a utilizar o Regulamento tratado no art. 40 da Lei nº 13.303/2016.

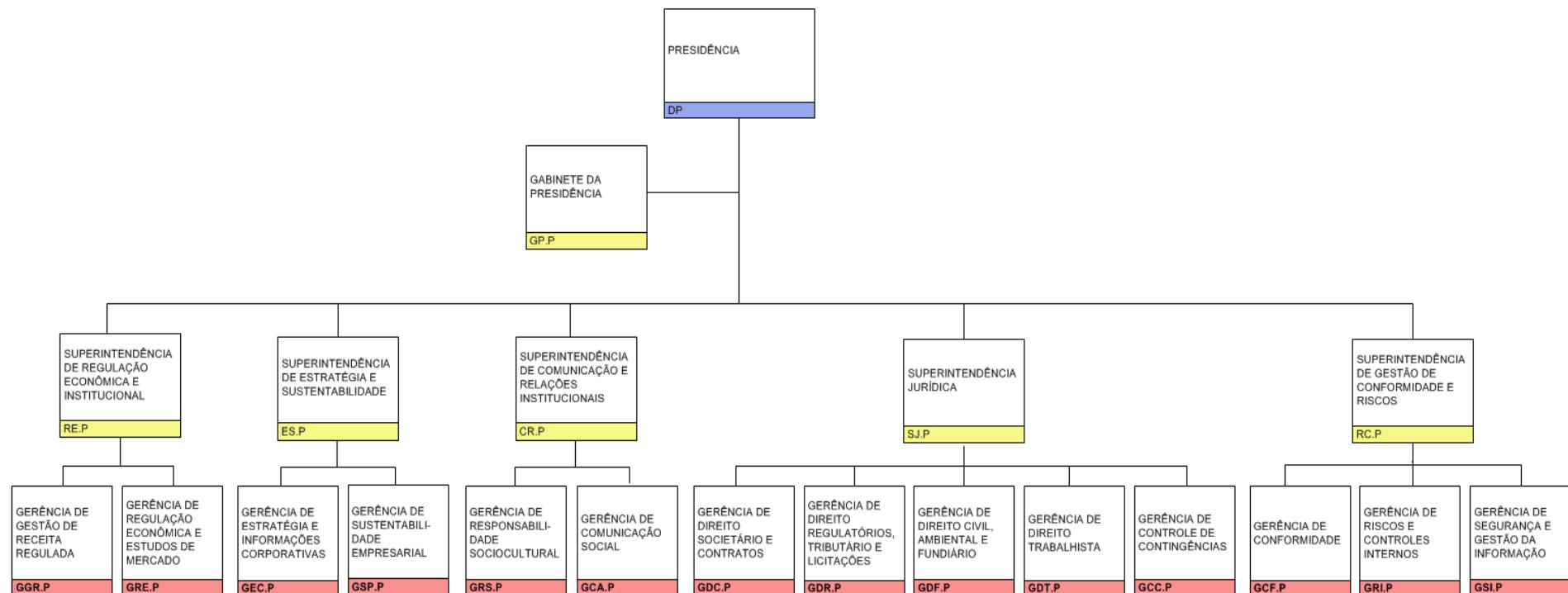
Em 2017 houve, pelo Conselho de Administração da Empresa, a aprovação da Política de Logística e Suprimentos das Empresas Eletrobrás, visando consolidar a aderência das contratações às novas legislações concernentes à integridade empresarial e sustentabilidade, bem como foi aprovado o Regulamento de Licitações e Contratos das Empresas Eletrobrás, visando atender às determinações contidas na Lei nº 13.303/2016.

a) regras de estruturas e práticas de gestão de riscos e controle interno (art. 9º);

A área responsável pela gestão de riscos é a Gerência de Gestão de Riscos e Controles Internos - GRI.P, subordinada à Superintendência de Gestão de Conformidade e Riscos - RC.P.

Foi realizado em 11 de dezembro de 2017 treinamento periódico da Metodologia da Gestão Dinâmica de Riscos Corporativos para diretores, gerentes e coordenadores.

Quanto ao § 2º , do Art. 9º, que faz referência sobre a vinculação da área responsável pela gestão de riscos ao diretor-presidente segue, abaixo, organograma da Diretoria da Presidência – DP.



Ainda em referência ao § 2º, do Art 9º da Lei das Estatais, no que tange ao Estatuto Social às atribuições da área de gestão de riscos, bem como ao estabelecimento de mecanismos que assegurem atuação independente, informamos que o Art. 52 cita, “A área de Conformidade terá como principais atribuições:

II – a gestão de riscos corporativos;

III – a gestão do ambiente de controles internos;

b) elaboração de Código de Conduta e Integridade – e posterior divulgação (art. 9º, § 1º);

Todos os itens do §1º, do art. 9º estão contemplados pelo código de ética e manual de *compliance* de Furnas/Eletrobras.

Em 9 de dezembro de 2016, Dia Internacional contra a Corrupção, foi lançada a versão atualizada do Código de Ética e de Conduta das Empresas Eletrobras. A revisão teve por objetivo renovar e reforçar a importância da dimensão ética na atuação das Empresas Eletrobras, reconhecendo a evolução dos conceitos e da legislação que embasam os temas relativos à integridade no Brasil e no exterior.

O objetivo foi a adequação do Código à nova legislação brasileira voltada para questões de Ética e Integridade Corporativa, como as leis nº 12.527/2011 ("Lei de Acesso à Informação"); 12.529/2011 ("Lei da Concorrência"); 12.813/2013 ("Lei de Conflito de Interesses"); 12.846/2013 ("Lei da Empresa Limpa") e seu Decreto regulamentador nº 8.420/2015; 13.303/2016 ("Lei das Estatais"); e a Instrução Normativa Conjunta MP/CGU 01/2016 (que trata de Governança e Gestão de Riscos).

O Código de Ética e de Conduta 2016 está disponível nas versões, português, espanhol e inglês, na Intranet e na página de Furnas. Está disponível também na sala da Comissão de Ética em Braille.

Foi ministrado um curso on-line de Integridade e Ética – Compliance, de caráter obrigatório, fazendo parte do Programa Eletrobras 5 Dimensões. Ao final, cada empregado recebeu um certificado.

A Comissão de Ética realizou o treinamento “Ética ao seu Lado”, no Escritório de Brasília, em dezembro de 2017. Sempre que há admissões de novos empregados dentro do Programa de Integração de Novos Empregados é realizado um treinamento sobre a Comissão de Ética.

O item “VI - previsão de treinamento periódico” a ser inserido nos normativos deverá ser objeto de revisão do manual de *compliance* até o final do ano de 2018.

c) planejamento para a eventual necessidade de adequação da composição dos integrantes do Conselho de Administração e da diretoria, segundo as novas disposições (arts. 16 a 23);

Há um ofício circular do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão que estabelece um cronograma para a adequação (Ver Anexo II– Oficio Circular nº 95/2017-MP).

Outrossim, esclarecemos que a composição do Conselho de Administração de Furnas foi alterada para incluir a existência de conselheiros independentes, consoante determinado pela Lei nº 13.303/2016.

d) criação de Comitê de Auditoria Estatutário (art. 24).

O novo Estatuto Social de Furnas prevê, no seu art. 21, § 4º, que o Conselho de Administração desta Concessionária será assessorado pelo Comitê de Auditoria e Riscos e Comitê de Gestão, Pessoas e Elegibilidade da Eletrobras, no que tange às atribuições dos Comitês de Auditoria e Elegibilidade previstas na Lei nº 13.303/16 e sua regulamentação.

Esclarece-se que o art. 14 do Decreto nº 8.945/2016 admite a possibilidade de as subsidiárias compartilharem custos, estruturas, políticas e mecanismos de divulgação com sua controladora.

5.2 Atuação da unidade de auditoria interna

a) indicação do estatuto ou normas que regulam a atuação da auditoria interna.

Ver Regimento Interno (Anexo III – Regimento Interno AD). Não está disponibilizado na Internet.

b) demonstração dos elementos que caracterizam a independência e objetividade da unidade de auditoria interna, tomndo-se por base a INTOSAI GOV 9140 (Independência da auditoria interno no setor público), que é uma das diretrizes Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), os §§ 3º, 4º e 5º do art. 15 do Decreto 3.591/2000 ou outras normas específicas que regulam a atuação da unidade de auditoria no âmbito da UPC;

Ver Regimento Interno (Anexo III– Regimento Interno AD) – Art. 2º e 3º.

c) estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas, quando houver;

Não há.

d) demonstração de como a área de auditoria interna está estruturada, de como é feita a escolha do titular, qual o posicionamento da unidade de auditoria na estrutura da unidade prestadora da conta (UPC);

Ver Capítulo III do Regimento Interno (Anexo III – Regimento Interno AD).

e) informações sobre como se certifica de que a alta gerência toma conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e assume, se for o caso, os riscos pela não implementação de tais recomendações;

Em atendimento ao Art. 17, § 1º da Instrução Normativa nº 24, de 17.11.2015, emitida pela Controladoria Geral da União – CGU, os assuntos que foram resolvidos parcialmente ou que não foram resolvidos são informados ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal, ao Diretor e o respectivo Superintendente da área envolvida.

f) descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria, quando houver, sobre riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna pela alta gerência;

Em atendimento ao Art.17, § 1º da Instrução Normativa nº24 de 17.11.2015 emitida pela Controladoria Geral da União – CGU, os assuntos que foram resolvidos parcialmente, ou que não foram resolvidos, são informados mensalmente ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal, ao Diretor e o respectivo Superintendente da área envolvida.

g) eventuais adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da entidade, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes.

A partir do processo de reestruturação organizacional, a Diretoria de Furnas na 2966^a reunião, realizada em 05.07.2017, resolveu, nos termos da PRD.DP.085.2017, de 05.07.2017, aprovar, com vigência a partir de 01.08.2017, a efetivação das designações de titulares de funções gerenciais no âmbito da Superintendência de Auditoria – AD, com a criação das Gerência de Auditoria Interna – GAI e Gerência de Atendimento de Órgãos de Controle – GAT, conforme RD n° 006/2966 de 05.07.2017.

Com relação aos trabalhos executados no exercício de 2017, destacamos:

Relatório de Auditoria	Destinatário	Processo Auditado	Item do PAINT	Escopo	Data de Emissão
001.2017	Presidência – DP	Gestão de Materiais, Bens e Serviços (Aquisição por Pequeno Vulto)	27* 39*	<p>Processos de contratação e aquisição realizados na modalidade de Pequeno Vulto pela Gerência de Comunicação Social – GCA.P, no período de 01.01.2016 a 10.10.2016, abrangendo: Aprovação da requisição pela alçada competente; Cotações de preços, Emissão do Quadro Comparativo de Preços; Apresentação de Certidões Negativas de Débito junto ao INSS, FGTS e CEIS; Instrumento Contratual; Nota Fiscal; e Visita ou consultas às empresas participantes do processo de pequeno vulto.</p> <p>No período em análise foram efetuadas contratações e aquisições de pequeno vulto, pela GCA.P, no total de R\$4.342.603,68, conforme informações extraídas do SAP/R3. Nossos exames abrangeram o montante de R\$1.666.195,66, que representa 38,37% do total de 125 processos.</p>	16.01.2017
002.2017	Diretoria de Engenharia, Meio Ambiente, Projeto e Implantação de Empreendimentos– DE	Gestão de Investimento (Investimento em Transmissão)	23*	A avaliação, com fulcro no objetivo explicitado, refere-se a informações apuradas junto ao órgão responsável, sobre aplicação da desoneração, motivos para o resarcimento das despesas causadas no desequilíbrio financeiro do contrato em epígrafe e prazo para Energização e entrada em operação comercial dado pela ANEEL.	19.01.2017
003.2017	Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas – RH.A	Recursos Humanos (Admissão)	17	<p>Análise dos Controles mantidos para o adequado registro dos dados cadastrais quando da admissão dos empregados em Concursos Públicos e o enquadramento salarial dos mesmos.</p> <p>Nesse exame foram selecionados 142 empregados por Concurso Público, correspondendo a 100% do processo de Admissão no período de janeiro a outubro de 2016, sendo que 8 empregados foram através de processo judicial.</p> <p>Testes realizados no tocante a:</p> <ul style="list-style-type: none"> conferência dos dossiês dos empregados admitidos, conforme consta na "Relação de documentos relativos ao processo admissional - Check List"; confirmação e arquivamento do formulário "Dados Cadastrais para Admissão (DCA)"; confirmação e arquivamento do "Atestado de Saúde Ocupacional (ASO)", estando o funcionário apto a realizar suas funções; confirmação e arquivamento da "Declaração de Tempo de Serviço (DTS)"; confirmação e arquivamento do "Contrato Individual de Trabalho". 	06.02.2017
004.2017	Superintendência de Comunicação e Relações Institucionais – CR.P	Orçamento	32*	<p>Análise, a base de teste, entre o "Relatório Acompanhamento Estrutural" de 12.09.2016, data do inicio dos trabalhos de auditoria na GCA.P, e o de 13.12.2016, atentando para a evolução dos valores orçados e realizados, bem como para a correta alocação dos custos nas diversas rubricas orçamentárias, sempre observando o cumprimento do PDG - Programa de Dispêndios Globais, aprovado junto à Eletrobras.</p> <p>Além disso, apresentamos, para fins comparativos, a evolução orçamentária referente ao item “Serviços”, dos anos de 2013 a 2016, bem como a realização orçamentária mensal de 2015 e 2016.</p>	10.02.2017

Relatório de Auditoria	Destinatário	Processo Auditado	Item do PAINT	Escopo	Data de Emissão
005.2017	Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social – FRG	Previdência Complementar - FRG	29*	<p>Os exames compreenderam a verificação dos processos de investimento, aquisição, cobrança, cadastro, jurídico, imóveis, governança corporativa, seus respectivos riscos e controles associados, para o período compreendido entre janeiro e setembro de 2016, por amostragem.</p> <p>Verificar se foram respeitados os limites de alocação dos investimentos e se estes estão em conformidade com as normas vigentes; os imóveis estão corretamente registrados e gerando receitas superiores aos custos; há controle sobre depósitos judiciais e escritórios terceirizados; todos os serviços (produtos) foram prestados e foram aqueles definidos em contrato; os pagamentos realizados estão em conformidade com o objeto e os preços definidos em contrato; foram adotados todos os procedimentos de cobrança sobre empréstimos inadimplentes; os procedimentos para atualização cadastral estão sendo realizados correta e tempestivamente.</p>	20.02.2017
006.2017	Superintendência de Gestão de Conformidade e Riscos – RC.P	Integridade Corporativa	37*	<p>Abrangência dos trabalhos, com a análise e avaliação à base de teste:</p> <p>Denúncias publicadas pelos diversos meios de comunicação, manifestações encaminhadas à Ouvidoria ou pela Holding, ou qualquer outra violação identificada ao programa de Compliance referentes aos anos de 2015 e 2016.</p> <p>Processos de abertura de investigação preliminar realizados nos anos de 2015 e 2016.</p> <p>Investigações preliminares (Due diligence) de parceiros e fornecedores referentes aos anos de 2015 e 2016.</p> <p>Atendimento ao Ofício n.º 26.759/2015/NAC-6/CGU-Regional/RJ/CGU-PR, de 19 de novembro de 2015 que encaminhou o Relatório 201504023, acerca da avaliação do Programa de Integridade de Furnas.</p>	24.02.2017
007.2017	Assessoria de Regulação Econômica e Institucional – ARI.P	REIDI	19	<p>Os exames compreenderam a verificação do processo, capacidade operacional, normas e procedimentos internos e externos aplicáveis, registro das operações, salvaguarda da documentação, seus respectivos riscos e controles associados, para o período compreendido entre janeiro e dezembro de 2016, por amostragem, e a revisão do Relatório de Auditoria nº 012.2015, de 28.04.2015.</p>	06.03.2017
008.2017	Secretaria de Governança Corporativa – SG	Remuneração de Administradores	17	<p>Análise com base na planilha de cálculo elaborada pela Gerência de Centro de Serviços Compartilhados Escritório Central - CSE.A, encaminhada à Auditoria Interna por intermédio da Correspondência Interna RH.A.I.015.2017 de 17.03.2017, face aos limites estabelecidos na Assembleia Geral Ordinária - AGO de 29.04.2016 para pagamentos a título de honorários mensais aos membros da Diretoria Executiva, 13º salário, despesas médicas, adicional e abono pecuniário de férias, seguro de vida em grupo, auxílio alimentação, auxílio moradia, ajuda de custo de transferência, bem como participação nos lucros e/ou resultados e contribuição à entidade previdenciária da qual a empresa seja mantenedora.</p>	22.03.2017

Relatório de Auditoria	Destinatário	Processo Auditado	Item do PAINT	Escopo	Data de Emissão
009.2017	Superintendência de Centro de Serviços Compartilhados - CS.A Superintendência de Produção Oeste - PO.O	Investimento Corporativo – 2PA	16	<p>Verificar a implementação do Plano de Gerenciamento de Resíduos - PGR nas áreas auditadas e o cumprimento dos procedimentos para o tratamento de resíduos, de acordo com:</p> <p>Metas relacionadas ao desenvolvimento de estudos e da implantação de ações e programas socioambientais dos empreendimentos e suas apropriações;</p> <p>A adequação à Lei nº 12.305/10 de 02.08.2010 referente à Política Nacional de Resíduos Sólidos; Portaria 421, de 26.10.2011, do Ministério do Meio Ambiente; Recomendações do Tribunal de Contas da União - TC - 014.403/2015-3 - Acordão 2.522/2016 e demais recomendações/determinações emitidas pelos órgãos externos e internos de fiscalização.</p>	04.04.2017
010.2017	Superintendência de Estudos e Projetos – SE.E Superintendência de Implementação de Empreendimentos – SI.E Superintendência de Gestão de Suprimentos – GS.A	Ref/Mel Sist. Transmissão (SE – Brasília Sul)	16	<p>Critério de Seleção: Relevância do valor do empreendimento.</p> <p>Processo Analisado: Termo Contratual nº 8000008592, assinado em 10/11/2015, Valor: R\$3.185.256,04, Contratada: SR Construções e Serviços Eireli; Suspensão dos Serviços do Termo Contratual: 6 meses de 04/04/2016 a 02/10/2016 . Retomada dos Serviços em 03/10/2016; Ordem de Serviço: 04/01/2016; Prazo Execução dos Serviços: 8 meses, inicialmente previsto até 04/09/2016, após Suspensão dos Serviços, até 04/03/2017 e Encerramento do Termo Contratual:15 meses, inicialmente 10/02/2017, após acréscimo de 6 meses, 10/08/2017; Valor total pago no sistema SAP/ERP até 06/02/2017, R\$1.259.253,57</p> <p>Metodologia utilizada: Para o desenvolvimento do trabalho foram utilizadas as seguintes técnicas de auditoria: Análise documental – Realizada através do exame dos documentos que instruíram os processos de contratação: Furnas: Prazo de Entrada em Operação Comercial estipulado pela ANEEL, Receita Anual Permitida –RAP, Requisição de Material e Serviços, Estudos Técnicos Preliminares, Projeto Básico, Alvarás e Licenças Ambientais, PRD/RD, Anotações de Responsabilidade Técnica – ART, Parecer Jurídico e Financeiro, Edital, Publicação. CONTRATADA: Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal, Qualificação Econômico-Financeira, Pagamentos, entre outros.</p> <p>Inspeção Física: visita aos empreendimentos para verificação in loco das obras auditadas, Gestão e Fiscalização;</p> <p>Reuniões com os gestores do processo;</p> <p>Triangulação: através da comparação das informações obtidas nas reuniões, com o que consta nos processos e nos sistemas informatizados, Análise de Medições;</p>	04.04.2017

Relatório de Auditoria	Destinatário	Processo Auditado	Item do PAINT	Escopo	Data de Emissão
				Comparação com normativos internos, legislação, jurisprudência do TCU e doutrina. Critério de Seleção: Relevância do valor do empreendimento. Processo Analisado: Termo Contratual: nº 8000007873, de 01.12.2014, Contratada: Montago Construtora S.A. – Valor Inicial do Contrato: R\$13.088.305,29 – Prazo: 11 meses – Ordem de Serviço (início da Obra): 05.01.2015 – Conclusão: 04.12.2015 (não ocorrida) – Vigência: 04.03.2016 Valor Atualizado: Não consta Apostilamento na Pasta do Processo Administrativo Aditamento: em 04.02.2016 – Valor: R\$980.824,65, passando o valor do Contrato para R\$14.069.129,94, mas sem considerar o reajuste previsto em contrato após 12 meses da entrega da proposta – Prazo: de 11 para 14 meses – Conclusão: 26.03.2016 (não ocorrida) Valor total pago no sistema SAP/ERP até 31.12.2016: R\$12.741.630,17 Metodologia utilizada: Para o desenvolvimento do trabalho foram utilizadas as seguintes técnicas de auditoria: a. Análise documental: Realizada através do exame dos documentos que instruíram os processos de contratação: Furnas: Prazo de Entrada em Operação Comercial estipulado pela ANEEL, Receita Anual Permitida –RAP, Requisição de Material e Serviços, Estudos Técnicos Preliminares, Projeto Básico, Alvarás e Licenças Ambientais, PRD/RD, Anotações de Responsabilidade Técnica – ART, Parecer Jurídico e Financeiro, Editorial, Publicação, CONTRATADA: Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal, Qualificação Econômico-Financeira, Pagamentos, entre outros; b. Inspeção Física: visita aos empreendimentos para verificação "in loco" das obras auditadas, Gestão e Fiscalização; c. Reuniões: com os gestores do processo; d. Triangulação: através da comparação das informações obtidas nas reuniões, com o que consta nos processos e nos sistemas informatizados, Análise de Medições. e. Comparação com normativos internos, legislação, jurisprudência do TCU e doutrina.	
011.2017	Superintendência de Estudos e Projetos – SE.E Superintendência de Implementação de Empreendimentos – SIE	Manutenção Sist. Trans. (SE –Samambaia)	16		04.04.2017
012.2017	Superintendência de Estudos e Projetos – SE.E Superintendência de Implementação de Empreendimentos – SIE Superintendência de	Ref/Mel Sist. Transmissão (SE – Barro Alto)	16	Critério de Seleção: Relevância do valor do empreendimento. O processo analisado foi o cumprimento do objeto do Termo Contratual 8000008356 - Contratada: JB Construtora LTDA - Valor Inicial do Contrato: R\$2.855.287,69 – Prazo: 9 meses – Ordem de Serviço (início da Obra): 01.12.2015 – Conclusão: 31.08.2016 (não ocorrida) – Vigência: 29.11.2016), referente à obra da Subestação de Barro Alto/GO. Metodologia utilizada: a. Análise documental: Realizada através do exame dos documentos que instruíram os processos de contratação: Furnas: Prazo de Entrada em	04.04.2017

Relatório de Auditoria	Destinatário	Processo Auditado	Item do PAINT	Escopo	Data de Emissão
	Gestão de Suprimentos – GS.A			Operação pela ANEEL, Receita Anual Permitida –RAP, Requisição de Material e Serviços, Estudos Técnicos Preliminares, Projeto Básico, Alvarás e Licenças Ambientais, ART, Parecer Jurídico e Financeiro, Edital, Publicação; CONTRATADA: Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal, Qualificação Econômico-Financeira, Pagamentos, entre outros; b. Inspeção Física: visita aos empreendimentos para verificação in loco das obras auditadas, Gestão e Fiscalização; c. Reuniões: com os gestores do processo; d. Triangulação: através da comparação das informações obtidas nas reuniões, com o que consta nos processos e nos sistemas informatizados, Análise de Medições; e. Comparação com normativos internos, legislação, jurisprudência do TCU e doutrina.	
013.2017	Presidência - DP	Processos Recursos Humanos – RH.A (Subprocesso: Folha de Pagamentos)	17	<p>Verificação da adequabilidade das progressões e enquadramentos salariais.</p> <p>Verificação da documentação suporte às progressões salariais.</p> <p>Completude das informações arquivadas (justificativas de progressões salariais) nos dossiês dos empregados.</p> <p>Foram realizados os seguintes exames:</p> <ul style="list-style-type: none"> - nos relatórios disponibilizados pelo RH que demonstraram as progressões salariais nos exercícios em análise; - na adequabilidade das regras do PCCR, PCR e PCS; - no relatório de cadastros registrados no sistema da empresa; - nos termos dos Acordos Coletivos de Trabalho; e - nas progressões salariais por determinação judicial. 	28.04.2017
014.2017	Superintendência de Finanças Corporativas - SF.F	Contas a Receber	23	<p>Verificação do saldo de contas a receber inadimplentes até 31.01.2017, no montante de R\$704.295.986,97.</p> <p>Verificação da inclusão de inadimplentes no CADIN e demais providências.</p> <p>Verificação da consistência do cadastro de contas a receber no tocante à existência de duplicidades.</p> <p>Verificação dos colaboradores com acesso às transações F-28 e F-32, em 2017.</p>	20.04.2017
015.2017	Superintendência de Centro de Serviços Compartilhados - CS.A	Aquisição de Bens, Materiais e Serviços – CSM.A	20	<p>Análise dos processos de Gestão Contratual e Pregão Eletrônico, Pequeno Vulto, Dispensa ou Inexigibilidade de Licitação, realizados na CSM.A em base de teste o período de 01.01.2016 a 31.12.2016.</p> <p>Foram selecionados para análise os valores extraídos do SAP/R3, os quais perfizeram o montante de R\$20.447.205,29, representando 51,19% do total de R\$39.944.416,02. Consideramos no escopo os processos registrados na Ouvidoria através dos protocolos nº 1514005904, 1714006742, 1714006690, 1714006725 e 1714006685.</p> <p>Análise nos processos de aquisição no que tange a: aprovação da requisição por alçada competente; numeração do processo licitatório; justificativas para emissão; pareceres jurídicos e financeiros; valores propostos pelas licitantes; apresentação das Certidões;</p>	15.05.2017

Relatório de Auditoria	Destinatário	Processo Auditado	Item do PAINT	Escopo	Data de Emissão
				<p>publicações legais; aprovação do instrumento contratual; visita a fornecedores; garantias contratuais; termo de recebimento.</p> <p>Verificação das cláusulas contratuais dos processos de contratação quanto: ao regime de execução ou a forma de fornecimento; o preço e as condições de pagamento; vigência; critérios de medição; data-base e periodicidade de reajuste; as garantias contratuais.</p> <p>Verificação das três últimas medições e apresentação das guias de recolhimento do FGTS e INSS.</p>	
016.2017	Superintendência de Implementação de Empreendimentos – SIE	Investimentos Corporativos (1G98)	16 20	<p>Análise da regularidade do processo de concorrência CO.GCM.A.00021.2014, no que tange a: requisição aprovada pela alçada competente; numeração dos documentos do processo licitatório; justificativas para a contratação; pareceres jurídico e financeiro; valores propostos pelas licitantes; certidões; publicações legais; aprovação do contrato; garantias contratuais.</p> <p>Análise das seguintes cláusulas no contrato 8000008954: 4 – Fiscalização Deste Termo Contratual por Furnas - §1º; 5 – Representantes da Contratada – Caput; 7 – Obrigações da Contratada - Item I letra s, y, aa; item II letra b, g, j, k, t; 13 – Preços - Caput e §1º; 14 – Critérios de Medição e Pagamento - Item 14.1, 14.1.3; 19 – Garantia de Execução Contratual – Caput; 27 – Tributos - §5º; 30 – Contribuições para o INSS e FGTS - Caput, §1º; 33 – Responsabilidade Técnica Perante ao CREA – Caput.</p> <p>Análise dos valores pagos nas três últimas medições, período 26.01.2017 a 25.02.2017 - R\$ 477.182,32, no período de 26.12.2016 a 25.01.2017 – R\$480.090,31 e no período de 26.11.2016 a 25.12.2016 – R\$479.317,20, bem como as devidas aprovações pelas alçadas competentes;</p> <p>Critério de Seleção: Dos sete contratos em aberto, foi selecionado o de maior valor - R\$9.921.909,37 com a JM Engenheiros Ltda., sendo pago em 2016 R\$3.579.938,15 e em 2017 R\$957.272,63.</p>	19.05.2017
017.2017	Superintendência de Finanças Corporativas - SF.F	Gestão Financeira (SOx)	6	<p>O escopo e as atividades realizadas pela Auditoria Interna em conjunto com os consultores da Deloitte foram definidos de acordo com a metodologia sugerida pela Eletrobras compreendendo as seguintes etapas:</p> <p>Recebimento de documentação dos controles internos para realização dos Testes da Administração;</p> <p>Definição dos procedimentos para testes de cada controle interno no escopo do trabalho;</p> <p>Execução dos testes de controles internos, incluindo solicitação de documentação, análise das amostras, indagações e entrevistas; e</p> <p>Preenchimento das planilhas padronizadas, de modo a documentar os resultados dos testes</p>	30.05.2017

Relatório de Auditoria	Destinatário	Processo Auditado	Item do PAINT	Escopo	Data de Emissão
				da administração. Para o Processo Gestão Financeira (Subprocessos: Gestão de Disponibilidades- FIN1, Recebimento – FIN2, Pagamentos – FIN3 e Operações com derivativos embutidos, variação cambial e juros – FIN6) foram testados 37 controles.	
018.2017	Superintendência de Finanças Corporativas - SF.F	Empréstimos e financiamentos Obtidos (SOx)	5	O escopo e as atividades realizadas pela Auditoria Interna em conjunto com os consultores da Deloitte foram definidos de acordo com a metodologia sugerida pela Eletrobras compreendendo as seguintes etapas: Recebimento de documentação dos controles internos para realização dos Testes da Administração; Definição dos procedimentos para testes de cada controle interno no escopo do trabalho; Execução dos testes de controles internos, incluindo solicitação de documentação, análise das amostras, indagações e entrevistas; e Preenchimento das planilhas padronizadas, de modo a documentar os resultados dos testes da administração. Para o Processo Empréstimos e Financiamentos Obtidos – EMP2 foram testados 15 controles.	30.05.2017
019.2017	Superintendência de Comercialização - CE.N	Venda de Energia (SOx)	11	O escopo e as atividades realizadas pela Auditoria Interna em conjunto com os consultores da Deloitte foram definidos de acordo com a metodologia sugerida pela Eletrobras compreendendo as seguintes etapas: Recebimento de documentação dos controles internos para realização dos Testes da Administração; Redesenho, quando necessário, dos procedimentos de testes de cada controle interno escopo do trabalho; Execução dos testes de controles internos escopo dos trabalhos, incluindo solicitação de documentação, análise das amostras, indagações e entrevistas; e Preenchimento das planilhas padronizadas, de modo a documentar os resultados dos testes de controles internos. Para o Processo Venda de Energia (Subprocessos: Venda de Energia - REC1 e Faturamento de Energia - REC2) foram testados 28 controles.	30.05.2017
020.2017	Superintendência de Contabilidade - SC.F	Gestão Tributária (SOx)	13	O escopo e as atividades realizadas pela Auditoria Interna em conjunto com os consultores da Deloitte foram definidos de acordo com a metodologia sugerida pela Eletrobras compreendendo as seguintes etapas: Recebimento de documentação dos controles internos para realização dos Testes da Administração; Redesenho, quando necessário, dos procedimentos de testes de cada controle interno escopo do trabalho;	30.05.2017

Relatório de Auditoria	Destinatário	Processo Auditado	Item do PAINT	Escopo	Data de Emissão
				Execução dos testes de controles internos escopo dos trabalhos, incluindo solicitação de documentação, análise das amostras, indagações e entrevistas; e Preenchimento das planilhas padronizadas, de modo a documentar os resultados dos testes de controles internos. Para o Processo Gestão Tributária (Subprocessos: IRPJ, CSLL, PIS/PASEP e COFINS – TBT1 e Retenção na Fonte e INSS – TBT2) foram testados 17 controles.	
021.2017	Superintendência de Finanças Corporativas - SF.F	Empréstimos e financiamentos	21	Analizar os procedimentos de contratação e aplicação dos recursos destinados a investimentos específicos; Assegurar que os empréstimos e financiamentos foram obtidos em condições de mercado, bem como de acordo com as determinações emanadas pela <i>Holding</i> ; Analizar os procedimentos de contratação e aplicação dos recursos destinados à utilização imediata no caixa; Avaliar o cumprimento das obrigações contratuais bem como da manutenção das garantias concedidas, caso houver; Assegurar cálculo correto e tempestivo dos empréstimos/financiamentos obtidos e suas parcelas, assim como sua atualização (correção e juros), utilizando a respectiva base, registro contábil e/ou contrato; Assegurar que as parcelas, relacionadas aos empréstimos/financiamentos, sejam registradas devidamente, com valor correto, sem duplicidade e/ou fora do período de competência; Assegurar que os empréstimos/financiamentos obtidos e suas parcelas sejam monitorados, gerenciados e reportados tempestivamente à Gerência e/ou Diretoria; Assegurar que a documentação suporte, relacionada a empréstimos/financiamentos, seja arquivada em local seguro, de acesso restrito e de acordo com o prazo legal vigente.	30.05.2017
022.2017	Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social	Previdência Complementar	22	Confronto dos valores apresentados nos extratos dos participantes do plano de Contribuição Definida - CD encaminhados pela FRG com os valores apresentados no SAP de Furnas para o período de janeiro de 2015 a novembro de 2016.	30.05.2017
023.2017	Superintendência de Contabilidade - SC.F	Impostos e Contribuições – ICMS	19	Os exames compreenderam a verificação do processo de apuração e o recolhimento do ICMS, seus riscos e respectivos controles associados, conforme apresentado na matriz de objetivos de controle SOx, para o período compreendido entre janeiro e dezembro de 2016, por amostragem, tendo sido selecionados os meses de agosto a dezembro de 2016. Identificar as causas dos pagamentos de multas no recolhimento desses tributos.	30.05.2017
024.2018	Superintendência de Gestão de Suprimentos – GS.A	Gestão de Materiais (SOx)	8	O escopo e as atividades realizadas pela Auditoria Interna em conjunto com os consultores da Deloitte foram definidos de acordo com a metodologia sugerida pela Eletrobras compreendendo as seguintes etapas: Recebimento de documentação dos controles internos para realização dos Testes da	29.06.2017

Relatório de Auditoria	Destinatário	Processo Auditado	Item do PAINT	Escopo	Data de Emissão
				<p>Administração;</p> <p>Definição dos procedimentos para testes de cada controle interno no escopo do trabalho;</p> <p>Execução dos testes de controles internos, incluindo solicitação de documentação, análise das amostras, indagações e entrevistas e</p> <p>Preenchimento das planilhas padronizadas, de modo a documentar os resultados dos testes da administração.</p> <p>Para o Processo Gestão de Materiais foram testados 24 controles.</p>	
025.2017	Superintendência de Centro de Serviços Compartilhados - CS.A	Gestão da Folha de Pagamentos (SOx)	12	<p>O escopo e as atividades realizadas pela Auditoria Interna em conjunto com os consultores da Deloitte foram definidos de acordo com a metodologia sugerida pela Eletrobras compreendendo as seguintes etapas;</p> <p>Recebimento de documentação dos controles internos para realização dos Testes da Administração;</p> <p>Redesenho, quando necessário, dos procedimentos de testes de cada controle interno escopo do trabalho;</p> <p>Execução dos testes de controles internos escopo dos trabalhos, incluindo solicitação de documentação, análise das amostras, indagações e entrevistas e</p> <p>Preenchimento das planilhas padronizadas, de modo a documentar os resultados dos testes de controles internos.</p> <p>Para o Processo Gestão da Folha de Pagamento foram testados 12 controles.</p>	29.06.2017
026.2017	Diretoria de Administração – DA	Benefício Pós Emprego (SOx)	9	<p>O escopo e as atividades realizadas pela Auditoria Interna em conjunto com os consultores da Deloitte foram definidos de acordo com a metodologia sugerida pela Eletrobras compreendendo as seguintes etapas:</p> <p>Recebimento de documentação dos controles internos para realização dos Testes da Administração;</p> <p>Definição dos procedimentos para testes de cada controle interno no escopo do trabalho;</p> <p>Execução dos testes de controles internos, incluindo solicitação de documentação, análise das amostras, indagações e entrevistas e</p> <p>Preenchimento das planilhas padronizadas, de modo a documentar os resultados dos testes da administração.</p> <p>Para o Processo Benefício Pós Emprego foram testados 05 controles.</p>	29.06.2017
027.2017	Superintendência de Gestão de Negócios e Participações - SP.N	Gestão de Participação (SOx)	10	<p>O escopo e as atividades realizadas pela Auditoria Interna em conjunto com os consultores da Deloitte foram definidos de acordo com a metodologia sugerida pela Eletrobras compreendendo as seguintes etapas:</p> <p>Recebimento de documentação dos controles internos para realização dos Testes da Administração;</p> <p>Definição dos procedimentos para testes de cada controle interno no escopo do trabalho;</p>	29.06.2017

Relatório de Auditoria	Destinatário	Processo Auditado	Item do PAINT	Escopo	Data de Emissão
				<p>Execução dos testes de controles internos, incluindo solicitação de documentação, análise das amostras, indagações e entrevistas e Preenchimento das planilhas padronizadas, de modo a documentar os resultados dos testes da administração.</p> <p>Para o Processo Gestão de Participação foram testados 37 controles.</p>	
028.2017	Diretoria de Gestão de Novos Negócios e de Participações - DN	Investimentos em Participações (São Manoel)	26	<p>Avaliação dos atos de gestão no que tange:</p> <p>Gestão de Furnas</p> <ul style="list-style-type: none"> a. Relatório DN/SP.N nº 001.2017 – Revisão do Plano de Negócio da EESM nº 3 – janeiro 2017; b. Relatório EPSM.RM.005.2017-R0 - Relatório de acompanhamento das atividades – Maio de 2017 - Engenharia do Proprietário - UHE São Manoel; c. Relatório de Plano de Negócios; d. Relatório do Parecer Jurídico e e. Relatório do Cronograma Físico. <p>Gestão da EESM</p> <ul style="list-style-type: none"> a. Estatuto Social e 1ª. Alteração do Estatuto Social; b. Atas de Assembleia Ordinária e Extraordinárias (conforme informações registradas do Sistema de Gestão de SPE de Furnas e arquivos magnéticos recebidos da EESM); c. Atos societários que autorizam os adiantamentos/pagamentos aos fornecedores subcontratados da UTC CONSTRAN (preliminar) no período de 06.10.2015 a 29.02.2016; d. Relatório dos atos societários que autorizaram os adiantamentos/pagamento aos fornecedores subcontratados da UTC CONSTRAN sem o desconto da parcela do EPC - Março 2016; e. Relatório de Atos Societários do Programa de Recuperação do Cronograma do Empreendimento PRCE – Março 2017; f. Acordos de acionistas; g. Relatório do Plano de Negócios da Empresa de Energia São Manoel S.A – Julho 2016; h. Relatório do Comitê de Compliance; e i. Relatório de análises de pagamentos efetuados pelo Consórcio Construtor da UHE São Manoel da E&Y. <p>Os trabalhos de auditoria abrangeram o período de 01.01.2016 a 31.05.2017, atentando para a conformidade dos atos de gestão com a estrutura de governança, as políticas, normas e procedimentos vigentes, e a sua tempestividade. Observa-se que os relatórios acima foram disponibilizados, e que por considerarmos insuficientes, foi complementado através de novas solicitações de documentos através de e-mails e correspondências, bem como entrevistas com gestores da Diretoria de Gestão de Novos Negócios e de</p>	30.06.2017

Relatório de Auditoria	Destinatário	Processo Auditado	Item do PAINT	Escopo	Data de Emissão
				<p>Participações - DN, órgão responsável pelo contato com a EESM. Contudo essas informações não chegaram à época. É sobre as bases acima que elaboramos o presente relatório de auditoria.</p> <p>Limitação de Escopo:</p> <p>Considerando a entrega parcial da documentação solicitada à EESM, através das correspondências DN.E.046.2017 e DN.E.051.2017, respectivamente de 01.06.2017 e 23.06.2017, emitidas pela DN, nossos trabalhos sofreram limitações no que tange aos atos de gestão da SPE.</p> <p>Assim, após a resposta da EESM através da correspondência de 13.06.2017, ficaram pendentes de atendimento os seguintes itens:</p> <ul style="list-style-type: none"> 1) Documentação referente ao adiantamento (Ted/Doc ou comprovante de depósito) de R\$ 100 MM à UTC Constran; 2) Cotações das contratações realizadas das consultorias, inclusive da EY e consultorias jurídicas; 3) Contratos realizados com as auditorias e a consultorias jurídicas, bem como os referidos processos de pagamentos; 4) Contrato de EPC entre Furnas S.A. e EESM; 5) Cópia do aviso de sinistro, bem como andamento do processo junto à PAN Seguradora S.A; 6) Andamento do Processo Judicial (0030501-36.2017.8.19.0001) distribuído pelo Consórcio UTC Constran, inclusive com resultado da Audiência de Conciliação, realizada em 16.05.2017; 7) Carta-fiança que foi apresentada pela Constran-UTC; 8) Status atual do processo de mediação com a Constran-UTC ; 9) Relação atual dos funcionários, contendo: data de admissão, nome, matrícula, cargo, salário, tipo de vínculo (CLT, terceirizado); 10) Despacho ANEEL com Cronograma de Implantação (inclusive, se houver, com as regras de acompanhamento do cumprimento do cronograma de implantação); 11) Política de Alçadas e Competências (Manual de Competências) e Regimento Interno. 12) Contrato de Prestação de Serviço da EDP (administrativo/financeiro) com a EESM; e 13) Pagamentos realizados no período: Ano 2016 e 1º.Trimestre de 2017 (Em planilha eletrônica, registros analíticos, contendo ao menos data, número do documento, valor, fornecedor e descrição). 	
029.2017	Presidência - DP	Aquisição de Bens e Serviços (Subprocesso: Gestão Contratual)	31**	Análise da contratação por Furnas dos atletas e empresas para utilização de imagem e prestação de serviços de divulgação da empresa.	12.07.2017

Relatório de Auditoria	Destinatário	Processo Auditado	Item do PAINT	Escopo	Data de Emissão
030.2017	Superintendência de Contabilidade - SC.F	Gestão de Ativo Fixo (SOx)	7	<p>O escopo e as atividades realizadas pela Auditoria Interna em conjunto com os consultores da Deloitte foram definidos de acordo com a metodologia sugerida pela Eletrobras compreendendo as seguintes etapas;</p> <p>Recebimento de documentação dos controles internos para realização dos Testes da Administração;</p> <p>Redesenho, quando necessário, dos procedimentos de testes de cada controle interno escopo do trabalho;</p> <p>Execução dos testes de controles internos escopo dos trabalhos, incluindo solicitação de documentação, análise das amostras, indagações e entrevistas e</p> <p>Preenchimento das planilhas padronizadas, de modo a documentar os resultados dos testes de controles internos.</p> <p>Para o Processo de Gestão de Ativo Fixo (Subprocesso: Controle Patrimonial - IMZ1) foram testados 36 controles.</p>	21.07.2017
031.2017	Superintendência Jurídica - SJ.P	Gestão de Contingência (SOx)	4	<p>O escopo e as atividades realizadas pela Auditoria Interna em conjunto com os consultores da Deloitte foram definidos de acordo com a metodologia sugerida pela Eletrobras compreendendo as seguintes etapas;</p> <p>Recebimento de documentação dos controles internos para realização dos Testes da Administração;</p> <p>Redesenho, quando necessário, dos procedimentos de testes de cada controle interno escopo do trabalho;</p> <p>Execução dos testes de controles internos escopo dos trabalhos, incluindo solicitação de documentação, análise das amostras, indagações e entrevistas e</p> <p>Preenchimento das planilhas padronizadas, de modo a documentar os resultados dos testes de controles internos.</p> <p>Para o Processo Gestão de Contingências (Subprocesso: Gestão do Contencioso – CTG1) foram testados 16 controles.</p>	31.07.2017
032.2017	Superintendência de Comunicação e Relações Institucionais - CR.P	Ações Sociais e Patrocínios	25	<p>Na seleção e priorização dos projetos de patrocínio, convênios e doações foram levadas em consideração as características de cada projeto e seus respectivos valores, conforme informações extraídas do SAP, utilizando a transação ZWF-100 - Relatório de Pagamentos. O período de análise compreendeu de janeiro de 2016 a maio de 2017.</p> <p>Foram selecionados 13 contratos no montante total de R\$4.065.565,08 que representaram 55,49% do universo de R\$7.326.939,08.</p> <p>Além disso, também foram extraídas 14 amostras de pagamentos realizados, não vinculados aos contratos acima, no valor de R\$841.781,00.</p> <p>Análise da formalização dos contratos selecionados, verificando as aprovações pelas alçadas competentes, pareceres, publicações e certidões.</p>	18.08.2017

Relatório de Auditoria	Destinatário	Processo Auditado	Item do PAINT	Escopo	Data de Emissão
				Análise da prestação de contas dos recursos face às solicitações efetuadas. Análise dos pagamentos selecionados quanto à comprovação de documentos e registro no SAP. Verificação do envio de comunicado sobre incentivos fiscais e apresentação das contrapartidas.	
033.2017	Diretoria de Gestão de Novos Negócios e de Participações - DN	Receitas Operacionais	28	Análise dos seguintes documentos para o período compreendido entre abril e junho de 2017: 1. Relatórios de Apuração de Cotas de Garantia Física - CCEE; 2. Relatórios de faturamento; 3. Regularidade das glosas e reduções ocorridas nas receitas; 4. Relatórios de inadimplência; 5. Resoluções, políticas, normas e procedimentos aplicáveis ao processo; 6. Contabilização das receitas faturadas.	21.08.2017
034.2017	Superintendência de Centro de Serviços Compartilhados - CS.A	Transportes	31**	Análise dos processos de manutenção de veículos, realizados na CSE.A e CSR.A em base de teste, no período de 01.11.2016 a 31.03.2017. Análise na gestão do sistema Ticket Car no que tange a: solicitação de orçamentos; acesso ao sistema AUDATEX MOLICAR; descontos contratuais, bem como visita a fornecedores. Verificação do cumprimento das cláusulas contratuais quanto a: forma de fornecimento; o preço e as condições de pagamento; vigência; critérios de medição e garantias contratuais. Análise dos valores pagos em decorrência da prestação dos serviços realizados com a empresa TICKET Serviços S.A., bem como as devidas aprovações pelas alçadas competentes. No período de abril de 2016 a abril de 2017, foram solicitadas manutenções de veículos pela CSE.A e CSR.A, no total de R\$1.780.546,81. Selecionamos aleatoriamente 48 processos do CSE.A e 150 do CSR.A, abrangendo o montante de R\$672.174,64, o que representa aproximadamente 38% do total de processos.	22.08.2017
035.2017	Superintendência de Tecnologia da Informação - ST.A	Processo de Tecnologia (SOx)	14	O escopo e as atividades realizadas pela Auditoria Interna em conjunto com os consultores da Deloitte foram definidos de acordo com a metodologia sugerida pela Eletrobras compreendendo as seguintes etapas: Recebimento de documentação dos controles internos para realização dos Testes da Administração; Definição dos procedimentos para testes de cada controle interno no escopo do trabalho; Execução dos testes de controles internos, incluindo solicitação de documentação, análise das amostras, indagações e entrevistas e Preenchimento das planilhas padronizadas, de modo a documentar os resultados dos testes	31.08.2017

Relatório de Auditoria	Destinatário	Processo Auditado	Item do PAINT	Escopo	Data de Emissão
				da administração. Para o Processo de Tecnologia foram testados 84 controles descritos nas respectivas Matrizes de Objetivos de Controle - MOC.	
036.2017	Superintendência de Contabilidade - SC.F	Gestão Contábil (SOx)	3 15	O escopo e as atividades realizadas pela Auditoria Interna em conjunto com os consultores da Deloitte foram definidos de acordo com a metodologia sugerida pela Eletrobras compreendendo as seguintes etapas: Recebimento de documentação dos controles internos para realização dos Testes da Administração; Redesenho, quando necessário, dos procedimentos de testes de cada controle interno escopo do trabalho; Execução dos testes de controles internos escopo dos trabalhos, incluindo solicitação de documentação, análise das amostras, indagações e entrevistas e Preenchimento das planilhas padronizadas, de modo a documentar os resultados dos testes de controles internos. Para o Processo Gestão Contábil foram testados 28 controles descritos nas Matrizes de Objetivos de Controle - MOC.	31.08.2017
037.2017	Superintendência de Comercialização - CE.N	Compra de Energia (SOx)	2	O escopo e as atividades realizadas pela Auditoria Interna em conjunto com os consultores da Deloitte foram definidos de acordo com a metodologia sugerida pela Eletrobras compreendendo as seguintes etapas: Recebimento de documentação dos controles internos para realização dos Testes da Administração; Redesenho, quando necessário, dos procedimentos de testes de cada controle interno escopo do trabalho; Execução dos testes de controles internos escopo dos trabalhos, incluindo solicitação de documentação, análise das amostras, indagações e entrevistas e Preenchimento das planilhas padronizadas, de modo a documentar os resultados dos testes de controles internos. Para o Processo Compra de Energia foram testados 08 controles descritos na Matriz de Objetivos de Controle - MOC.	31.08.2017
038.2017	Superintendência de Gestão de Conformidade e Riscos - RC.P	Entity Level (SOx)	1	O escopo e as atividades realizadas pela Auditoria Interna em conjunto com os consultores da Deloitte foram definidos de acordo com a metodologia sugerida pela Eletrobras compreendendo as seguintes etapas: Recebimento de documentação dos controles internos para realização dos Testes da Administração; Redesenho, quando necessário, dos procedimentos de testes de cada controle interno escopo do trabalho;	31.08.2017

Relatório de Auditoria	Destinatário	Processo Auditado	Item do PAINT	Escopo	Data de Emissão
				<p>Execução dos testes de controles internos escopo dos trabalhos, incluindo solicitação de documentação, análise das amostras, indagações e entrevistas e Preenchimento das planilhas padronizadas, de modo a documentar os resultados dos testes de controles internos.</p> <p>Para o Processo Entity Level Controls foram testados 53 controles descritos nas Matrizes de Objetivos de Controle - MOC.</p>	
039.2017	Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas - RH.A	Cessão de Empregados	17	<p>Análise, a base de teste, dos processos de cessão e renovação de cessão de empregados, atentando para os objetivos acima citados além da verificação da cobrança e dos respectivos recebimentos dos valores devidos pelas entidades cessionárias, em 31.08.2017. As cessões de empregados perfazem um total de 66 processos, sendo 19 requisitados para Furnas, 31 cedidos e 16 anistiados.</p> <p>Foram selecionados para exame 17 processos de cessão, sendo seis requisitados por Furnas, sete cedidos e quatro anistiados, representando 25,75% do total dos processos de cessão de empregados.</p>	29.09.2018
040.2017	Superintendência Jurídica - SJ.P	Depósito Judicial	18	<p>Análise contábil referente ao saldo da conta de depósitos judiciais de agosto de 2017, no valor de R\$850.838.888, com relação aos seguintes aspectos:</p> <p>Informações, dados e valores de depósitos judiciais/recursais registrados e contabilizados em conta contábil correta, com valor correto, sem duplicidade, dentro do período de competência e com a devida documentação suporte;</p> <p>Informações, relacionadas à baixa de processos jurídicos, sejam capturadas, preenchidas/cadastradas, atualizadas e registradas devidamente, com valor correto, sem duplicidade e tempestivamente e com a devida documentação suporte.</p>	31.10.2017
041.2017	Superintendência de Desenvolvimento de Novos Negócios - SN.N	Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	24	<p>Para os projetos não testados em auditorias anteriores, foram selecionados os 4 projetos iniciados em 2016, que representam 37% deste universo. São eles: PD-0394-1510: Aproveitamento energético de resíduos sólidos urbanos a partir da tecnologia de gaseificação de leito fixo; PD-0394-1602: Aproveitamento energético e geração de energia elétrica de resíduos sólidos urbanos a partir de reator termoquímico; PD-0394-1603: Aplicação de nova tecnologia em produtos de bioengenharia de solos para controle de erosão; PD-0394-1606: Desenvolvimento de sinergia entre as fontes hidrelétrica e solar, com armazenamento de energias sazonais e intermitentes em sistemas a hidrogênio e eletroquímico (SHSBH2).</p> <p>Foram executadas as seguintes análises: Processos de seleção dos projetos em face aos normativos vigentes; aprovações pelas alçadas competentes; prestações de contas dos valores recebidos; cumprimento dos cronogramas estipulados; cálculos dos recursos e correção dos valores destinados a P&D e follow-up dos trabalhos anteriores.</p> <p>Adicionalmente verificamos a situação atual do projeto de "Desenvolvimento de unidade</p>	16.11.2017

Relatório de Auditoria	Destinatário	Processo Auditado	Item do PAINT	Escopo	Data de Emissão
				de aproveitamento energético de resíduos através de tecnologia de Pirólise a tambor rotativo na aplicação de solução socioambiental", em vista dos respectivos convênios terem sido rescindidos e os executores judicializados.	
042.2017	Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas - RH.A	Recursos Humanos (Admissão)	17	Análise salarial de todos os 93 trabalhadores terceirizados, conforme consulta ao sistema RH no SAP e planilha encaminhada pela Gerência de Gestão de Carreiras - GGC.A; Análise dos critérios e verificação dos cálculos da média salarial utilizada para determinar o limite máximo de cada salário; Verificação dos enquadramentos no Plano de Carreira e Remuneração vinculados ao período de dezembro de 1993; Utilização da Matriz Salarial do mês de junho de 2015, sem correção do Acordo Coletivo de Trabalho, para definição do salário de admissão; Verificação da comprovação de escolaridade para o cargo que possuía em dezembro de 1993; Existência de normativos internos para admissão dos assessores externos; Aprovação da contratação dos assessores externos; Análise da documentação da contratação dos 21 assessores externos que atualmente exercem cargo de confiança nas diretorias de Furnas.	22.11.2017
043.2017	Superintendência de Empreendimentos de Geração - EG.E	Gestão de Materiais, Bens e Serviços	31**	Verificação do processo de concorrência no que tange a: Existência de normativos internos para contratação dos serviços; Existência de requisição para a contratação dos serviços; Aprovação da Requisição de Serviços; Existência de pareceres prévios da Superintendência Jurídica – SJ.P e Gerência de Análise Financeira – GFI.F, aprovando a Minuta do Edital e a contração do serviço; Apresentação de Certidões Negativas de Débito junto ao INSS e FGTS e consulta ao CADIN/CEIS/CNEP quando da licitação e assinatura do contrato; Aprovação da Contratação; Existência de publicações legais; Existência de parecer prévio da Superintendência de Gestão de Conformidade e Riscos - RC.P; Aprovação do instrumento contratual e verificação da data da assinatura do mesmo e Evidência de numeração dos documentos que compõem o processo licitatório.	05.12.2017
044.2017	Superintendência de Gestão de Conformidade e Riscos - RC.P Superintendência de Tecnologia da	Tecnologia da Informação	28	Análise das respostas das áreas ao Questionário do Tribunal de Contas da União - TCU de Governança de Tecnologia da Informação 2016, que tem como objetivo assegurar a correta aplicação de recursos, promover a proteção das informações críticas e contribuir para que a organização atinja os seus objetivos. Verificação do <i>follow-up</i> do RAU 016.2015 no tocante a: Eventos da segurança da	07.12.2017

Relatório de Auditoria	Destinatário	Processo Auditado	Item do PAINT	Escopo	Data de Emissão
	Informação - ST.A			informação; Classificação das informações; Rotina para recuperação de informações.	
045.2017	Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social	Previdência complementar	22	<p>Análise da gestão da carteira de investimentos face às determinações do Comitê de Investimentos da Fundação Real Grandeza - CIRG e a Política de Investimentos para o exercício de 2017.</p> <p>Análise das atas de reunião do Conselho Deliberativo, do 4º trimestre de 2016 a julho de 2017 (atas 370 a 390) e das atas de reunião do Conselho Fiscal, do 4º trimestre de 2016 a agosto de 2017 (atas 336 a 351).</p> <p>Análise das atas de reunião de Diretoria Executiva, do 4º trimestre de 2016 a agosto de 2017 (atas 1154 a 1168; 1169 a 1177; 1179 a 1197; e 1203).</p> <p>Análise das providências adotadas para o cumprimento das determinações emanadas pelos Conselhos, nas atas relacionadas acima.</p> <p>Análise do Relatório da Auditoria Interna da FRG - AUD.003.2017 de 04.08.2017.</p> <p>Selecionados três processos de aquisição direta no valor de R\$426.105,28, que representam 10,3% do montante de R\$4.138.233,60 referente ao total de processos por aquisição direta no período de 02.01.2017 até 13.09.2017.</p> <p>Análise do Relatório de Acompanhamento Orçamentário do Plano de Gestão Administrativa (PGA) - julho 2017.</p>	20.12.2017
046.2017	Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas - RH.A	Viagens ao Exterior	31**	<p>Viagens ao exterior destinadas ao aperfeiçoamento de funcionário ou para execução de atividades a serviço de Furnas.</p> <p>No exercício de 2016 até setembro 2017, foram realizadas 43 viagens, que correspondem ao o valor de R\$ R\$ 128.373,99 em passagens aéreas, de acordo com a informação extraída do SAP, das quais 18 foram selecionadas para verificação, conforme relação abaixo, que corresponde a 42% do universo, das quais apenas 5 foram pagas por Furnas no total de R\$ 29.308,78. As demais passagens foram pagas pelos fornecedores de equipamentos conforme previsto nos contratos:</p> <p>300016702; 400050954; 1000102722; 400057709; 300018682; 1000095330; 1000104559; 1000103364; 1000105671; 1000106834; 1000107130; 1000105990; 1000109069; 1000110607; 1000107938; 1000110529; 1000111280; 1000111830.</p> <p>Solicitamos a Gerencia de Aprendizagem Educacional - GAO.A, responsável por receber e arquivar a documentação comprobatória, a documentação suporte referente a cada viagem, entretanto, somente foi disponibilizada a prestação de contas de 5 viagens, que corresponde a 28% da amostra solicitada, conforme abaixo:</p> <p>Viagens: 300016702; 400050954; 1000102722; 400057709; 300018682.</p>	27.12.2017
001.2018	Gestão de Conformidade e Risco – RC.P	Integridade Complementar	29	Analise do Processo de Integridade Corporativa no que tange a: comprometimento da alta direção, incluindo conselhos, ao programa de integridade, padrões de conduta, politicas e procedimentos de integridade aplicáveis a todos os empregados, independente de cargo e	19.01.2018

Relatório de Auditoria	Destinatário	Processo Auditado	Item do PAINT	Escopo	Data de Emissão
				<p>função exercidos; padrões de conduta, políticas e procedimentos de integridade estendidas, aplicáveis a terceiros, tais como: fornecedores e prestadores de serviço; Comunicação e Treinamentos periódicos e análises periódicas de riscos relacionados ao programa de integridade.</p> <p>Verificação dos riscos críticos às atividades da empresa, monitoramento contínuo sobre os principais riscos e sobre a atuação dos principais controles internos da empresa, bem como análise da atuação da Gestão de Riscos formalmente instituída.</p> <p>Análise e monitoramento referente ao ano de 2016/2017 dos Processos Administrativos de Responsabilização - PAR instaurados, das sindicâncias disciplinares, bem como análise das recomendações oriundas de processos disciplinares concluídos, incluindo o monitoramento de medidas de remediação e aplicação de penalidades.</p>	

Fonte: Superintendência de Auditoria Interna - AD

* Atividade referente ao PAINT 2016

** Atividade não prevista no PAINT

A Atividade de Auditoria do PAINT 2017, Item 30, Auditoria Contínua, foi executada fornecendo análises que serviram de base para os trabalhos de recursos humanos, suprimentos e finanças.

A Auditoria Interna mantém um controle de recomendações pendentes de implantação, com base nos prazos estabelecidos nos Relatórios de Auditoria, avaliando mensalmente o *status* de cada uma, a partir da data de emissão do mesmo. Os exames de continuação, realizados para aferir o cumprimento das recomendações propostas, são tipicamente mais curtos em sua duração do que os exames operacionais. Normalmente, envolvem consultas à gerência da área e testes com abrangência limitada ao assunto.

Os assuntos que foram resolvidos parcialmente ou que não foram resolvidos são informados mensalmente ao Conselho Fiscal de Furnas e ao Diretor da área envolvida e, anualmente, através do Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna, à Controladoria-Geral da União (CGU).

Das 119 não conformidades identificadas nos trabalhos realizados, 77 (63%) estão regularizadas, 34 (28%) pendentes de implantação da recomendação, porém ainda dentro do prazo para resposta, e 8 (6%) pendentes de implantação da recomendação com prazo vencido.

5.3 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

A apuração de possíveis irregularidades praticadas por empregados da Empresa é realizada por meio de Sindicância Disciplinar ou algum outro procedimento previsto na IN.014.2015 que trata da apuração de irregularidades disciplinares. No caso das comissões de sindicância, sua instauração se dá por determinação da Diretoria Executiva mediante iniciativa de um de seus membros ou de acordo com as várias formas estabelecidas na IN. 014.2015. Deve ser ressaltada que seguindo orientação da Eletrobras a referida norma está em processo de revisão, de forma a unificar todos os procedimentos previstos em todas as empresas da Eletrobras.

Para conduzir qualquer processo de investigação da natureza acima descrita, são indicados três membros, todos funcionários da Empresa. Quanto a prazos e desdobramentos das recomendações das comissões, estes são supervisionados e acompanhados pelo Comitê Permanente de Atendimento a Organismos Externos de Fiscalização (CAOEF).

Os processos em curso durante o exercício de 2017 estão listados no item 119 (Relatório de instância ou área de correição) deste Relatório.

É importante ressaltar que a investigação de atos de pessoas jurídicas sob suspeita de serem lesivos a Furnas é atribuição da Comissão Executiva de Correição (CEC), conforme detalhado no item 14.5 – Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário – deste Relatório.

Quanto ao sistema CGU-PAD, o mesmo passou a ser utilizado em Furnas no mês de agosto de 2017. As informações sobre sindicâncias são informadas no sistema CGU-PAD e mantidas em uma planilha "excel", a qual contém todas as informações significativas sobre cada caso. Ainda que a planilha não substitua o sistema CGU-PAD, esta cumpriu a finalidade de manter a CGU informada sobre o andamento dos casos.

5.4 Gestão de riscos e controles internos

Gestão de Riscos

Em Furnas, os riscos são identificados pelos gestores do risco (*Risk Owners*), que determinam qual fator de risco deve ser priorizado. O registro desses KRIs (fatores de risco) é realizado identificando, mesmo que de forma qualitativa, seu impacto ou sua magnitude em valores financeiros, relativos ao faturamento da Empresa, sua probabilidade de ocorrência e a vulnerabilidade da Empresa face esse evento crítico de risco.

A vulnerabilidade é obtida a partir da aferição do grau de implantação dos controles e seus pesos relativos associados ao processo de mitigação do risco.

A operacionalização do sistema de avaliação, medição e monitoramento das ações de mitigação e acompanhamento dos diversos controles estabelecidos pela Empresa é realizada de forma descentralizada e a principal fonte de informação é o *Risk Owner*.

A Metodologia da Gestão Dinâmica dos Riscos Corporativos (GDRC) utilizada por Furnas permite uma avaliação dinâmica do grau de exposição ao risco corporativo, permitindo que a Empresa realize ajustes e atinja suas metas de redução de tal exposição. As medidas de mitigação de riscos são implementadas através de controles e/ou ações que reduzirão a exposição a riscos da Empresa, logo, quanto maior for o grau de mitigação, mais preparada a Empresa estará caso ocorra um evento

de risco e mais próxima estará de sua exposição residual, ou seja, aquela após a total implementação de controles e ações mitigatórias possíveis.

Anualmente é realizada nova avaliação junto ao *Risk Owner* de cada Evento de Risco, para reavaliação dos controles implantados, com a finalidade de se obter a continuidade da mitigação dos riscos.

Em 2017 foram priorizados 12 (doze) eventos de riscos, porém o evento de riscos, "Risco Hidrológico", não foi analisado/avaliado conforme relato da área gestora (GEN.N), pelo fato de haver sobreposição entre o evento Compra de Energia, Categoria "Comercialização", Pilar "Operacional", priorizado em 2016, que teve o Risco Hidrológico como fator de risco do evento Compra de Energia, este relacionado à geração das UHEs do SIN abaixo da soma de suas garantias físicas (GSF menor que 1). Em conclusão, acrescentou que o "Risco Hidrológico" é um fator de risco e não um evento, situação que obteve o consenso do comitê.

Segue abaixo a relação dos eventos de riscos priorizados naquele ano, para maiores detalhes verificar Avaliações dos eventos de riscos priorizados (Anexo IV - Avaliações dos eventos de riscos priorizados):

- Captação de Recursos
- Controles Ambientais
- Comunicação de Crises
- Demonstrações Contábeis e Financeiras
- Fundos de Pensão
- Gestão da Informação
- Gestão de Obras (Geração)
- Gestão de Obras (Transmissão)
- Patrocínios, Convênios e Doações
- Revisão Tarifária na Geração e Transmissão
- Segurança Patrimonial

Para o ano de 2018, o Comitê de Gestão de Riscos priorizou 12 (doze) eventos de riscos que foram aprovados pela Diretoria Executiva, para análise, avaliação, tratamento, monitoramento e reporte, conforme demonstrado abaixo:

PILAR	CATEGORIA	EVENTO DE RISCO
Estratégico	Governança Corporativa	Auditória e Controles Internos
	Modelo de Negócio	Estrutura Organizacional
		Sustentabilidade
Financeiro	Orçamento	Gestão do Orçamento
	Liquidez	Realização de Investimentos
		Inadimplência
Operacional	Gestão de Pessoas	Treinamento e Capacitação
	Segurança Patrimonial	Segurança de Barragens
	Tecnologia da Informação e Telecomunicação (TIC)	Disponibilidade das Operações de TIC
	Jurídico	Regularização Fundiária
	Comercialização	Obrigações Contratuais
Conformidade	Legislação e Regulamentação	Legislação e Regulamentação do Setor Elétrico

Controles Internos

Os sistemas de controles internos da Empresa permitem que cada área opere de forma eficiente e eficaz para oferecer garantia de que os processos, serviços e produtos estejam adequadamente protegidos. Tal método auxilia na mitigação de riscos corporativos, no alcance de metas e no crescimento sustentável do negócio ao demonstrar maior transparência e credibilidade.

Desde 2010, a Eletrobras possui registro na Bolsa de Valores de Nova York com emissão de ADRs no nível II, exigindo de suas subsidiárias adequação aos requisitos da lei norte-americana *Sarbanes-Oxley (SOx)*, em alinhamento com as melhores práticas de governança corporativa e gerenciamento de riscos.

A fim de certificar, anualmente, a eficácia do ambiente de controles internos no âmbito das Empresas Eletrobras, foram estabelecidos os controles mitigadores dos riscos aos quais a Empresa se encontra exposta. Para manter esta condição, a *Holding* deve entregar e divulgar anualmente suas demonstrações financeiras e a certificação anual de controles internos à *U.S. Securities and Exchange Commission (SEC)* dos EUA.

O escopo dos processos mais relevantes para a certificação SOx compreende os que possuem materialidade diante das demonstrações financeiras da Empresa. Em 2017, foram selecionados 31 processos, associados a: Compra de Energia; Gestão Contábil; Gestão de Contingências; Entity Level Controls; Empréstimos e Financiamentos; Gestão Financeira; Gestão do Ativo Fixo; Gestão de Materiais; Benefício Pós-Emprego; Gestão de Participações; Venda de Energia; Recursos Humanos; Gestão Tributária e Processos de Tecnologia.

5.5 Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados

Quadro 5.5.1 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

Conselho de Administração				
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração (R\$)	
	Início	Fim	Média mensal	Total no exercício
ANTONIO CARLOS PAIVA FUTURO	08/03/2017		4.136,42	41.364,18
LUCIA MARIA MARTINS CASASANTA	27/04/2017		3.827,40	34.446,62
SAMUEL ASSAYAG HANAN	01/08/2016	18/10/2017	4.043,97	40.439,71
RICARDO MEDEIROS	01/08/2016		4.235,24	50.822,88
LEONARDO DOS SANTOS PESSOA	29/09/2017		3.247,02	12.988,07
ARMANDO CASADO DE ARAÚJO*	01/08/2016	27/04/2017	0,00	0,00
FELIPE SOUSA CHAVES	01/05/2016	29/09/2017	4.203,87	37.834,81
WILSON PINTO FERREIRA JUNIOR	01/08/2016		4.235,24	50.822,88
Conselho Fiscal				
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração (R\$)	
	Início	Fim	Média Mensal	Total no exercício
FABIANA MAGALHÃES ALMEIDA RODOPOULOS	01/05/2012	08/03/2017	3.142,27	9.426,82
ALEXANDRE NAVARRO GARCIA	08/02/2017		4.152,89	49.834,66
CLAUDENIR BRITO PEREIRA	08/03/2017	27/04/2017	3.741,13	7.482,26
RODRIGO VILELLA RUIZ	01/05/2016		4.235,24	50.822,88
GUILHERME FURST	19/05/2016	08/02/2017	2.647,03	5.294,05
CHRISTIANE MARANHÃO DE OLIVEIRA	27/04/2017		3.827,40	34.446,62

Fonte: Superintendência de Centro de Serviços Compartilhados - CS.A

- Já recebe remuneração como Conselheiro por outra empresa da Eletrobras.

Quadros 5.5.2 - Remuneração dos Administradores

Identificação do Órgão		
Órgão:	EXERCÍCIO	
	2017	2016
Número de membros:	6	6
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	3.181.328,26	3.157.550,88
a) salário ou pró-labore	2.965.358,24	2.450.428,86
b) benefícios diretos e indiretos		
- Ticket refeição/alimentação	68.279,05	62.424,52
- Auxílio creche/Reembolso educacional	6.546,60	
- Auxílio moradia	18.000,00	66.700,00
- Ajuda custo transferência pela nomeação	84.004,48	252.013,44
c) remuneração por participação em comitês		
d) outros (férias)	39.139,89	325.984,06
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	0,00	0,00
e) bônus		
f) participação nos resultados		
g) remuneração por participação em reuniões		
h) comissões		
i) outros		
III – Total da Remuneração (I + II)	3.181.328,26	3.157.550,88
IV – Benefícios pós-emprego	0,00	0,00
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0,00	0,00
VI – Remuneração baseada em ações	0,00	0,00
Fonte: Superintendência de Centro de Serviços Compartilhados - CS.A		

Identificação do Órgão		
Órgão:	EXERCÍCIO	
	2017	2016
Número de membros:	5	5
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	268.719,15	249.879,16
a) salário ou pró-labore	268.719,15	249.879,16
b) benefícios diretos e indiretos		
c) remuneração por participação em comitês		
d) outros		
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	0,00	0,00
e) bônus		
f) participação nos resultados		
g) remuneração por participação em reuniões		
h) comissões		
i) outros		
III – Total da Remuneração (I + II)	268.719,15	249.879,16
IV – Benefícios pós-emprego	0,00	0,00
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0,00	0,00
VI – Remuneração baseada em ações	0,00	0,00
Fonte: Superintendência de Centro de Serviços Compartilhados - CS.A		

Identificação do Órgão
Órgão: Conselho Fiscal

Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO	
	2017	2016
Número de membros:	3	3
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	157.307,29	152.468,64
a) salário ou pró-labore	157.307,29	152.468,64
b) benefícios diretos e indiretos		
c) remuneração por participação em comitês		
d) outros		
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	0,00	0,00
e) bônus		
f) participação nos resultados		
g) remuneração por participação em reuniões		
h) comissões		
i) outros		
III – Total da Remuneração (I + II)	157.307,29	152.468,64
IV – Benefícios pós-emprego	0,00	0,00
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0,00	0,00
VI – Remuneração baseada em ações	0,00	0,00

Fonte: Superintendência de Centro de Serviços Compartilhados - CS.A

Quadro 5.5.3- Remuneração Variável dos Administradores

Identificação do Órgão		
Órgão:	EXERCÍCIO	
	2017	2016
Reconhecimento de Bônus e Participação de Resultados		
I – Bônus (a+b+c+d)		
a) valor mínimo previsto no plano de remuneração		
b) valor máximo previsto no plano de remuneração		
c) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		
d) valor efetivamente reconhecido no resultado		
II – Participação no Resultado (e+f+g+h)		
e) valor mínimo previsto no plano de remuneração		
f) valor máximo previsto no plano de remuneração		
g) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		
h) valor efetivamente reconhecido no resultado		
III – Total (I + II)		

Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas – RH.A

5.6 Informações sobre os dirigentes e colegiados

Conselho de Administração

O Conselho de Administração será integrado por até 06 (seis) membros, eleitos pela Assembleia Geral, os quais, dentre eles, designarão o Presidente, com prazo de gestão unificado de 02 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo, 03 (três) reconduções consecutivas.

Os membros do Conselho de Administração deverão ser eleitos na forma descrita no *caput*, inclusive o membro que for escolhido Diretor-Presidente, nos termos do art. 25 deste estatuto.

Um dos membros do Conselho de Administração será indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão outro membro eleito como representante dos empregados, escolhido pelo voto direto de seus pares dentre os empregados ativos em eleição organizada pela empresa em conjunto com as entidades sindicais que os representem, nos termos da legislação vigente

O conselheiro representante dos empregados não participará das discussões e deliberações sobre assuntos que envolvam relações sindicais, remuneração, benefícios e vantagens, inclusive matérias de previdência complementar e assistenciais, hipóteses em que fica configurado o conflito de interesse.

Nas matérias em que fique configurado conflito de interesses do conselheiro de administração representante dos empregados nos termos do parágrafo anterior, a deliberação ocorrerá em reunião especial exclusivamente convocada para essa finalidade, da qual não participará o referido conselheiro.

Em caso de vacância do cargo de conselheiro representante dos empregados, o substituto será escolhido na forma da legislação vigente.

Em caso de ausência ou impedimento temporário do titular, a Presidência do Conselho de Administração será exercida por substituto a ser eleito dentre os demais conselheiros.

Além das hipóteses previstas em lei, perderá o mandato o conselheiro que deixar de comparecer a duas reuniões consecutivas sem motivo justificado.

Em caso de vacância de cargo de membro do Conselho de Administração, o substituto, exceto o indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, será indicado pela controladora e nomeado pelos conselheiros remanescentes, devendo servir até a primeira Assembleia Geral subsequente. O substituto eleito pela Assembleia Geral, para preencher o cargo, completará o prazo da gestão do substituído.

O prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração se prorrogará até a efetiva investidura dos novos membros.

No prazo previsto no *caput* deste artigo, serão considerados os períodos anteriores de gestão ocorridos há menos de 2 (dois) anos.

Atingido o prazo máximo de gestão previsto no *caput* deste artigo, o retorno do conselheiro de administração só poderá ocorrer após decorrido período equivalente a um prazo de gestão.

O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário.

O Conselho de Administração será convocado pelo seu presidente e as suas reuniões serão registradas em atas, que serão assinadas por todos os membros presentes, as quais, quando contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, serão arquivadas na Junta Comercial competente e publicadas.

Os membros do Conselho de Administração terão resarcidas suas despesas de locomoção e estada, sempre que residentes fora da cidade em que for realizada a reunião.

O Conselho de Administração reunir-se-á, ao menos uma vez ao ano, sem a presença do diretor-presidente da empresa, para avaliação dos membros da Diretoria Executiva.

Compete ao Conselho de Administração a fixação da orientação geral dos negócios de Furnas, o controle superior dos programas aprovados, bem como a verificação dos resultados obtidos. No exercício de suas atribuições, cabe também ao Conselho de Administração:

I - estabelecer em R\$ 20 milhões ou 0,5% do Capital Social, o que for maior, como valor limite a partir do qual as matérias lhe serão submetidas para deliberação;

II - autorizar Furnas a contrair empréstimo, no País ou no exterior, conforme limites fixados mediante sua deliberação e manifestação favorável da Eletrobras;

III - autorizar a prestação de garantia a financiamentos, tomados no país ou no exterior, conforme limites fixados mediante sua deliberação e manifestação favorável da Eletrobras;

IV - autorizar a execução de atos negociais visando à aquisição de bens e contratação de obras e serviços, conforme limites fixados mediante sua deliberação;

V - eleger e destituir diretores, fixando-lhes suas atribuições;

VI - deliberar sobre a constituição de consórcios empresariais ou participações em sociedades que se destinem, direta ou indiretamente, à consecução do objeto social de Furnas, sob o regime de concessão, autorização ou permissão, mediante autorização do Conselho de Administração da Eletrobras;

VII - aprovar a indicação, feita pela Diretoria Executiva, dos membros para compor as diretórias e conselhos de administração e fiscal das sociedades em que participe, submetendo sua escolha à aprovação da Eletrobras;

VIII - aprovar a estrutura organizacional de Furnas;

IX - monitorar a gestão da empresa mediante requisição de informações ou exame de livros e documentos;

X - aprovar os relatórios da administração e de controles internos, bem como as contas da Diretoria Executiva;

XI - autorizar Furnas a emitir títulos de valores mobiliários, mediante sua deliberação e manifestação favorável da Eletrobras;

XII - escolher e destituir auditores independentes, segundo as normas aprovadas pela controladora, observada a legislação pertinente;

XIII - elaborar e alterar seu Regimento Interno, bem como aprovar o Regimento Interno de Furnas;

XIV - deliberar sobre as estimativas de receitas, despesas e investimentos de Furnas em cada exercício, propostas pela Diretoria;

XV - deliberar sobre a remuneração aos acionistas, com base nos resultados intermediários apurados nos termos da legislação aplicável;

XVI - deliberar sobre aquisição, alienação ou oneração de bens móveis e imóveis, não relacionados ao cumprimento do objeto social de Furnas, conforme limites previamente fixados, bem como sobre fazer e aceitar doações com ou sem encargos;

XVII - autorizar a alienação ou aquisição de bens móveis e imóveis, diretamente relacionados ao cumprimento do objeto social de Furnas, conforme os valores definidos como de sua competência para aprovação;

XVIII - convocar as Assembleias Gerais;

XIX - autorizar a abertura de filiais, agências e escritórios no Brasil ou no exterior;

XX - deliberar sobre o afastamento dos diretores, quando o prazo for superior a trinta dias consecutivos;

XXI - avaliar o desempenho dos membros da Diretoria Executiva da empresa, pelo menos uma vez por ano; com base nas diretrizes estabelecidas para a realização do contrato de metas de desempenho e dos planos estratégico, de negócios e de investimentos;

XXII - aprovar o plano anual de auditoria interna, após seu exame pelo Conselho Fiscal;

XXIII - deliberar sobre o uso ou exploração, a qualquer título, e por qualquer pessoa ou entidade, de equipamentos, instalações, bens ou outros ativos da companhia, não vinculados à concessão, cujo valor exceda a 1% (um por cento) do patrimônio líquido apurado no balanço referente ao último exercício social encerrado;

XXIV - aprovar a assinatura do Contrato de Metas de Desempenho Empresarial - CMDE, por meio do qual Furnas se compromete cumprir as orientações estratégicas ali definidas visando atender às metas e resultados estabelecidos pela controladora;

XXV - decidir os casos omissos neste Estatuto.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, de caráter permanente, compõe-se de (03) três membros efetivos e igual número de suplentes, sendo indicado pelo Ministério da Fazenda, como representante do Tesouro Nacional, não computados os eleitos pelas ações ordinárias minoritárias e pelas ações preferenciais, quando aplicável, todos brasileiros e residentes no país, observados os requisitos e impedimentos fixados pela legislação vigente.

Os membros do Conselho Fiscal, em sua primeira reunião, elegerão o seu presidente, ao qual caberá dar cumprimento às deliberações do órgão.

Além das hipóteses previstas em lei, considerar-se-á vago o cargo de membro do Conselho Fiscal que, sem causa justificada deixar de exercer suas funções por mais de duas reuniões consecutivas.

No caso de vacância, renúncia ou impedimento de membro efetivo, o presidente do Conselho Fiscal convocará o respectivo suplente que completará o mandato do substituído.

Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral, com prazo de atuação de 2 (dois) anos, permitidas, máximo, 2 (duas) reconduções consecutivas.

No prazo previsto no *caput* deste artigo, serão considerados os períodos anteriores de atuação ocorridos há menos de 02 (dois) anos.

Atingido o prazo máximo previsto no *caput* deste artigo, o retorno do Conselheiro Fiscal só poderá ocorrer após decorrido período equivalente a um prazo de atuação.

As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e registradas no “Livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal”, cabendo ao seu presidente, além do voto comum, o de desempate.

O Conselho Fiscal solicitará a Furnas a designação de pessoal qualificado para secretariá-lo e prestar-lhe apoio técnico.

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, além do reembolso das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o limite estabelecido na legislação vigente.

A pedido de qualquer de seus membros, o Conselho Fiscal poderá solicitar esclarecimentos ou informações e a apuração fatos específicos aos auditores independentes.

O Conselho Fiscal poderá, para apurar fato cujo esclarecimento seja necessário ao desempenho de suas funções, formular com justificativa, questões a serem respondidas por perito e solicitar à Diretoria Executiva que indique, no prazo máximo de trinta dias, três peritos, que podem ser pessoas físicas ou jurídicas, de notório conhecimento na área em questão, dentre os quais o Conselho Fiscal escolherá um, cujos honorários serão de responsabilidade de Furnas.

Ao Conselho Fiscal, sem exclusão de outros casos previstos em lei, compete:

I - pronunciar-se sobre assuntos de sua atribuição que lhe forem submetidos pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria Executiva;

II - acompanhar a execução patrimonial, financeira e orçamentária, podendo examinar livros, quaisquer outros documentos e requisitar informações;

III - elaborar e aprovar o seu Regimento Interno;

IV - fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;

V - opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar de seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral;

VI - opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de títulos e de valores mobiliários, planos de investimentos ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão de Furnas;

VII - denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não adotarem as providências necessárias para a proteção dos interesses de Furnas, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis a Furnas;

VIII - convocar a Assembleia Geral Ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de um mês essa convocação, e Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das Assembleias as matérias que considerarem necessárias;

IX - analisar, pelo menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras, elaboradas periodicamente pela Diretoria;

X - examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar;

XI - exercer as atribuições previstas neste artigo, quando cabíveis, durante a eventual liquidação de Furnas;

XII - assistir obrigatoriamente às reuniões do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, em que se deliberar sobre assuntos sobre os quais deva opinar, relativo aos incisos V, VI e X deste artigo;

XIII - fornecer ao acionista ou grupo de acionistas, que representarem, no mínimo 5% (cinco por cento) do capital social, sempre que solicitadas, informações sobre matérias de sua competência;

XIV - examinar o plano de auditoria interna.

Diretoria Executiva

A Diretoria é o órgão executivo de administração e representação, cabendo-lhe, dentro da orientação traçada pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração, assegurar o funcionamento regular de Furnas.

O diretor-presidente e os diretores não poderão exercer funções de direção, administração ou consultoria em empresas de economia privada, concessionárias de serviços públicos de energia elétrica, ou em empresas de direito privado ligadas de qualquer forma ao objeto social de Furnas, salvo na controladora, nas subsidiárias ou controladas e empresas concessionárias sobre controle estatal ou privado, em que tenha participação acionária, onde poderão exercer cargos no Conselho de Administração observadas as disposições da legislação vigente quanto ao recebimento de remuneração.

A Diretoria Executiva compor-se-á do diretor-presidente e até 05 (cinco) diretores, eleitos pelo Conselho de Administração, que exercerão suas funções em regime de tempo integral, com prazo de gestão unificado de 02 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo, 03 (três) reconduções consecutivas.

O prazo de gestão dos membros da Diretoria Executiva se prorrogará até a efetiva investidura dos novos membros.

No prazo previsto no *caput* deste artigo, serão considerados os períodos anteriores de gestão ocorridos há menos de 02 (dois) anos e a transferência de diretor para outra Diretoria.

Atingido o prazo máximo de gestão previsto no *caput* deste artigo, o retorno do diretor só poderá ocorrer após decorrido período equivalente a um prazo de gestão.

Compete a cada diretor, na sua área de atuação, planejar, coordenar e executar as atividades da sociedade, com vistas à realização do seu objeto social.

Os integrantes da Diretoria Executiva não poderão afastar-se do exercício do cargo por mais de trinta dias consecutivos, salvo em caso de férias ou licença, sob pena de perda do cargo, exceto nos casos autorizados pelo Conselho de Administração nos termos do presente Estatuto.

É vedado o pagamento em dobro da remuneração relativa às férias não gozadas no decorrer do período concessivo.

No caso de impedimento temporário, licença ou férias de qualquer dos membros da Diretoria Executiva, a sua substituição processar-se-á pela forma determinada por seus pares, podendo também ser escolhida pessoa do quadro dos empregados de Furnas ou da Eletrobras, exceto quanto ao diretor-presidente, cujo substituto será indicado dentre os demais diretores pelo Conselho de Administração.

Vagando definitivamente cargo na Diretoria Executiva, utilizar-se-á o mesmo critério constante do § 2º do art. 27, para a substituição, até a realização da reunião do Conselho de Administração que decidir pela substituição definitiva e der posse ao novo diretor, preenchendo-se, assim, o cargo vago, pelo prazo que restava ao substituído.

No exercício das suas atribuições, compete à Diretoria Executiva, respeitadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração:

I - aprovar, em harmonia com as diretrizes fundamentais fixadas pelo Conselho de Administração, normas orientadoras da ação de Furnas;

II - elaborar planos de emissão de títulos de valores mobiliários para serem submetidos à apreciação do Conselho de Administração e posteriormente à Assembleia Geral;

III - elaborar e submeter à aprovação do Conselho de Administração:

- a) os planos anuais de negócios e o plano estratégico de Furnas;
- b) os programas anuais de dispêndios e de investimentos de Furnas com os respectivos projetos;
- c) os orçamentos de custeio e de investimentos de Furnas; e
- d) a avaliação do resultado de desempenho das atividades de Furnas;

IV - elaborar e aprovar o seu Regimento Interno;

V - decidir sobre contratações de obras, empreitadas, fiscalização, locação de serviços, consultorias, fornecimentos e similares que envolvam recursos financeiros cujos valores sejam inferiores ao limite previamente definido pelo Conselho de Administração de Furnas;

VI - aprovar normas de cessão de uso, locação ou arrendamento de bens imóveis de propriedade de Furnas;

VII - aprovar manuais e normas de administração, técnicas, financeiras e contábeis e outros atos normativos necessários à orientação do funcionamento de Furnas;

VIII - aprovar planos que disponham sobre admissão, carreira, acesso, vantagens e regime disciplinar para os empregados de Furnas;

IX - aprovar os nomes indicados pelos diretores para preenchimento dos cargos que lhes são diretamente subordinados;

X - delegar competência aos diretores para decidirem, isoladamente, sobre questões incluídas nas atribuições da Diretoria Executiva;

XI - delegar poderes ao diretor-presidente, diretores e empregados para autorização de despesas, estabelecendo limites e condições;

XII - pronunciar-se nos casos de admissão, elogio, punição, transferência e demissão dos empregados subordinados diretamente aos diretores;

XIII - promover e prover a organização interna, mantendo-a constantemente atualizada;

XIV - encaminhar ao Conselho de Administração solicitações visando à captação de recursos, contratação de empréstimos e financiamentos, prestação de garantia e participação em parcerias, no país ou no exterior;

XV - propor atos de renúncia ou transação judicial ou extrajudicial, para pôr fim a litígios ou pendências, submetendo-os à aprovação do Conselho de Administração, exceto para os casos já regulamentados em lei e observando-se o limite fixado na legislação vigente;

XVI - elaborar, em cada exercício, as demonstrações financeiras estabelecidas pela legislação societária vigente, submetendo-as exame dos auditores independentes, bem como elaborar a proposta de distribuição de dividendos e de aplicação dos valores excedentes, para serem submetidos à apreciação dos Conselhos de Administração e Fiscal e ao exame e deliberação da Assembleia Geral;

XVII - designar empregados de Furnas para missões no exterior, observados os procedimentos de aprovação junto à controladora;

XVIII - movimentar recursos de Furnas e formalizar obrigações em geral, mediante assinatura do diretor-presidente e de um diretor nos respectivos instrumentos obrigacionais, podendo esta competência ser delegada a procuradores ou empregados de Furnas, relacionados em atos específicos de Diretoria;

XIX - autorizar férias ou licenças de qualquer de seus membros, exceto o diretor-presidente, designando o substituto na forma do parágrafo 2º do art. 27 deste Estatuto;

XX - deliberar sobre a alienação de bens móveis e imóveis de valor inferior ao referido no artigo 21, incisos XVI e XVII.

Art. 30. A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por semana, com a maioria dos seus membros e, extraordinariamente, mediante a convocação do diretor-presidente e as suas reuniões serão registradas em atas, que serão assinadas por todos os membros presentes.

Art. 31. Sem prejuízo das demais atribuições da Diretoria, compete ao diretor-presidente, além da orientação da política administrativa e a representação de Furnas:

I - superintender os negócios de Furnas;

II - representar Furnas, judicial ou extrajudicialmente, ou ainda perante outras sociedades, acionistas ou público em geral e órgãos de fiscalização e controle, podendo delegar tais poderes a qualquer diretor, bem como nomear representantes, procuradores, prepostos ou mandatários;

III - admitir e demitir empregados;

IV - formalizar as nomeações aprovadas pela Diretoria; e

V - designar comissão eleitoral com o objetivo de organizar a eleição do representante dos empregados no Conselho de Administração cabendo-lhe, ainda, proclamar o candidato vencedor e comunicar o resultado ao sócio controlador para adoção das providências necessárias à designação do representante dos empregados no Conselho de Administração.

5.7 Política de designação de representantes nas assembleias e nos colegiados de controladas, coligadas e sociedades de propósito específico

No que tange à participação de representantes nas AGOs e AGEs das Sociedades de Propósito Específico (SPEs) em que possui participação, Furnas segue a orientação definida em seu Estatuto Social e no Regimento Interno da Diretoria. A deliberação sobre os atos societários das SPEs, dentre estes a apreciação das demonstrações financeiras, a atualização de capital subscrito ou autorizado, entre outros, é respaldada por pareceres dos órgãos de assessoria internos e a aprovação é efetivada por pelo menos dois Diretores de Furnas ou pelos procuradores legalmente estabelecidos.

Quanto à designação de representantes para os colegiados das Sociedades de Propósito Específico (SPEs), Furnas segue a orientação definida pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, consolidadas em Instrução Normativa. Trata-se da IN.001.2015 - “Diretores e Conselheiros de Furnas em Sociedades de Propósito Específico - SPE ou Sociedades”, que contém regras para:

- a) Indicação de representantes;
- b) Atuação dos representantes nos respectivos colegiados;
- c) Acompanhamento da atuação dos representantes.

5.8 Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada

Furnas submete-se à auditoria independente contábil, com periodicidade trimestral (três primeiros trimestres do ano) e anual (ao final do exercício), com o objetivo de atendimento a divulgação de sua Controladora, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, bem como obrigatoriedade constante na Lei n º 11.638/2007.

A contratação é efetuada pela própria Eletrobras e visa atender a todas as Empresas Eletrobras, possuindo alternância de empresa de auditoria a cada cinco anos e regras em relação à proibição de que a empresa contratada para a auditoria independente seja contratada também para outros serviços, como contabilidade, consultoria na área de administração, etc.

5.9 Participação acionária de membros de colegiados da entidade

Furnas Centrais Elétricas S.A. é uma empresa de economia mista com capital fechado, sendo controlada pela Eletrobras, que detém 99,56% do capital social da Companhia.

As ações de Furnas quando negociadas, se dão em mercado de balcão, ambiente privado, de forma bilateral, onde uma delas é obrigatoriamente acionista, não sendo de conhecimento de Furnas valores e formas de pagamentos pactuados entre o acionista vendedor e o comprador.

Quadro 5.9 – Participação acionária de membros de colegiados

Posição: 31.12.2017			
1 - Conselho de Administração			
NOME		Quantidade	
		ON	PN
2 - Diretoria			
NOME		Quantidade	
		ON	PN
3 - Assistentes de Diretoria, Superintendentes, Gerentes de Departamento e de Divisão			
NOME		Quantidade	
		ON	PN
CAIO POMPEU DE SOUZA BRASIL NETO	500	500	1.000
LUIZ ANTONIO CABRAL MONTEIRO	500	500	1.000
LUIZ LAERCIO SIMOES MACHADO JUNIOR	1		1
MARCO ANTONIO FERNANDES DA COSTA	1		1
RODRIGO FIGUEIREDO SORIA	2		2

Fontes: Gerência de Centro de Relacionamento e Controle - CRC.A, Gerência de Empréstimos e Financiamentos – GEM.F

6 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

6.1 Gestão de pessoas

6.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

- **Composição da força de trabalho**

Quadro 6.1.1.1 - Força de trabalho

Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	Não há	2.969	22	623
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		2.969	22	623
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		2.955	21	616
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		14	1	7
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há			
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não há			
4. Total de Servidores (1+2+3)	3.367	2.969	22	623

Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas – RH.A.

Nota: Não há como fazer o batimento entre as informações de 2016 e 2017, devido às transferências entre servidores de carreira e funções gratificadas. O total de ingressos equivale às admissões e o total de egressos equivale às demissões.

- **Distribuição da Lotação Efetiva**

Quadro 6.1.1.2 - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	1.001	1.968
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1.001	1.968
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	992	1.963
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado		
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório		
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	9	5
2. Servidores com Contratos Temporários		
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		
4. Total de Servidores (1+2+3)	1.001	1.968

Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas – RH.A.

Nota: Foram considerados lotados na Área Fim os servidores alocados aos Macroprocessos de Negócio e foram considerados lotados na Área Meio os servidores alocados aos Macroprocessos de Suporte e Gestão.

- Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas

Quadro 6.1.1.3 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	Não há	28	11	9
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior				
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão				
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas				
1.2.4. Sem Vínculo		28	11	9
1.2.5. Aposentados				
2. Funções Gratificadas	Não há	228	0	37
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		227		37
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas		1		
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	Não há	256	11	46

Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas – RH.A.

Nota: Não há como fazer o batimento entre as informações de 2016 e 2017, devido às transferências entre servidores de carreira e funções gratificadas. O total de ingressos equivale às admissões e o total de egressos equivale às demissões.

Quadro 6.1.1.4 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos Furnas			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício		
	Quantidade no Final do Exercício						
	2017	2016	2015				
ADMINISTRADOR	28	28	32				
ADVOGADO	19	19	23				
AJUD DE TECNICO	1	1	1				
ANALISTA DE SISTEMAS	31	31	34				
ARQUITETO	2	2	2				
ARQUIVISTA	4	3	3				
ASCENSORISTA	2	2	3				
ASSESSOR DE COMUNICACAO	1	1	2				
ASSESSOR DE SUPRIMENTOS	1	1	1				
ASSESSOR TECNICO	171	174	194	3			
ASSISTENTE DE ADMINISTRACAO	167	169	190				
ASSISTENTE DE TECNICO	71	71	79				
ASSISTENTE SOCIAL	8	8	9				
AUX DE ADMINISTRACAO	10	9	9				
AUX DE MANUTENCAO	15	16	20	1			
AUX DE PROC DE DADOS	1	1	1				
AUX DE TECNICO	24	25	26	1			
AUXILIAR DE ENFERMAGEM	2	3	3				
BIOLOGO	3	3	6				
COMANDANTE DE AERONAVE	1	1	1				
CONTADOR	5	5	7				
DESENHISTA PROJETISTA	1	1	1				
ECONOMISTA	2	2	4				
ELETR DE LTR	17	17	18				
ENC DE PRODUCAO	5	5	5				

Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos Furnas

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2017	2016	2015		
ENFERMEIRO	6	6	6		
ENGENHEIRO	83	83	86		
ENGENHEIRO AGRONOMO	2	2	2		
ESP EM MAN ELETROEL	3	3	4		
ESP EM MAN ELETROM	13	13	13		
ESTATISTICO	0	0	1		
GRAFICO	3	3	5		
MARceneiro	1	1	1		
MEC DE MAQ E VEICULOS	2	2	2		
MEDICO	7	7	7		
MOTORISTA	19	19	20		
NUTRICIONISTA	1	1	1		
OPER SIST ELETR E TELECOM	3	3	6		
OPERADOR DE GUINDASTE	1	1	1		
OPERADOR DE HSE	66	67	70		1
OPERADOR DE TERMEL	4	4	4		
PEDREIRO	1	1	1		
PROGRAMADOR	3	3	3		
QUIMICO	2	2	2		
QUIMICO ANALISTA	1	1	1		
SECRETARIA	2	2	5		
SERVENTE	1	1	1		
SOCIOLOGO	0	0	2		
SUPERV DE PRODUCAO	1	1	1		
TEC DE LABOR CLINICO	2	2	2		
TEC DE NIVEL MEDIO	190	191	199		1
TEC DE SEG DO TRABALHO	17	16	16		
TEC EM PROC DE DADOS	23	23	23		
TECNICO DE ENFERMAGEM	9	9	10		
TECNICO ESPECIALIZADO	1	1	2		
TELEFONISTA	0	0	3		
TOPOGRAFO	3	3	3		
ZELADOR	1	1	1		
Total	1.063	1.070	1.178	0	7

Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas – RH.A

Quadro 6.1.1.5– Acordo para Desmobilização dos Terceirizados

Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão

Em fevereiro de 2012, Furnas firmou os acordos para Desmobilização dos Terceirizados com a Federação Nacional dos Urbanitários e o Ministério Público do Trabalho, com aprovação do Tribunal de Contas da União (TCU) e homologação pelo Supremo Tribunal Federal (STF), nos autos do Mandado de Segurança 27.066.

Os acordos preveem o desligamento paulatino dos terceirizados, no período entre 2014 e 2018, e a convocação de candidatos aprovados no concurso público realizado em 2009, conforme cronograma a seguir:

Ano	2013	2014	2015	2016	2017	2018	TOTAL
Desligamentos	0	130	196	196	391	392	1.305
Convocações	110	110	110	110	110	0	550

Consta, ainda, do acordo o ingresso, no quadro próprio de Furnas, de aproximadamente 234 terceirizados com início de lotação anterior a 21.12.1993, com base nos termos do Enunciado 331, do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

De fevereiro de 2012 a dezembro de 2017, foram desligados 367 terceirizados, tanto por meio de acordo individual como por motivos diversos (aproximadamente 28% do total inicial de 1.305). Da mesma forma, iniciaram-se as convocações, tendo já sido convocados 835 concursados, sendo que 371 foram admitidos. O acompanhamento dos desligamentos e convocações efetivamente realizados pode ser verificado no quadro a seguir:

Ano	Não efetivos ⁽¹⁾ anteriores a dez/93 a serem efetivados		Não efetivos ⁽¹⁾ após dez/93 a serem substituídos		Concursados de 2009		
	Planejado	Realizado	Planejado	Realizado	Admissões Planejadas	Convocações Realizadas	Admissões Realizadas
2012			-	40 ⁽³⁾	-	238	135
2013			-	139	110	29	13
2014			130	12	110	19	8
2015			196	142	110	277	103
2016		93	196	27	110	272	112
2017			391	7	110		
2018			392		-		
Total	234 ⁽²⁾	93	1.305	367	550	835	371

(1) O termo terceirizado utilizado nos Acordos Judiciais pactuados no âmbito do Mandado de Segurança STF 27.066 foi substituído por não efetivos para manter a coerência com informações prestadas anteriormente.

(2) 26 não efetivos anteriores a dez/93 se desligaram.

(3) 40 saídas = 36 desligamentos em 2012 + 4 desligamentos realizados retroativamente.

Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas – RH.A

- Principais riscos identificados na gestão de pessoas da unidade e as providências adotadas para mitigá-los

Ver item 6.1.3 a seguir.

- Qualificação da força de trabalho quanto ao grau de escolaridade, especialização, tempo para aposentadoria, idade, e outros aspectos relevantes no contexto da unidade;

Quadro 6.1.1.6 - Qualificação da força de trabalho quanto ao grau de escolaridade

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Total
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	12	64	1316	918	529	117	13	2969
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	12	64	1316	918	529	117	13	2969
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	7	82	135	29	3	256
1.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0	26	0	2	0	28
1.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	7	56	135	27	3	228
3. Totais (1+2)	0	0	12	64	1323	1000	664	146	16	3225

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto;
 2 - Alfabetizado sem cursos regulares;
 3 - Ensino Fundamental incompleto;
 4 - Ensino Fundamental;
 5 - Ensino Médio ou Técnico;
 6 - Ensino Superior;
 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação;
 8 - Mestrado;
 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência;
 10 - Não Classificada.

Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas – RH.A.

Nota: Não há como fazer o batimento entre as informações de 2016 e 2017, devido às transferências entre servidores de carreira e funções gratificadas.

Quadro 6.1.1.7 - Qualificação da força de trabalho quanto à idade

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2017					
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos	Total
1. Provimento de Cargo Efetivo	106	825	1010	830	198	2969
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	106	825	1010	830	198	2969
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	1	46	123	74	12	256
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	7	6	10	5	28
2.3. Funções Gratificadas	1	39	117	64	7	228
3. Totais (1+2)	107	871	1133	904	210	3225

Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas – RH.A.

Nota: Não há como fazer o batimento entre as informações de 2016 e 2017, devido às transferências entre servidores de carreira e funções gratificadas.

- **Indicadores gerenciais sobre a gestão de pessoas.**

Absenteísmo:

1) Absenteísmo Doença Não Ocupacional

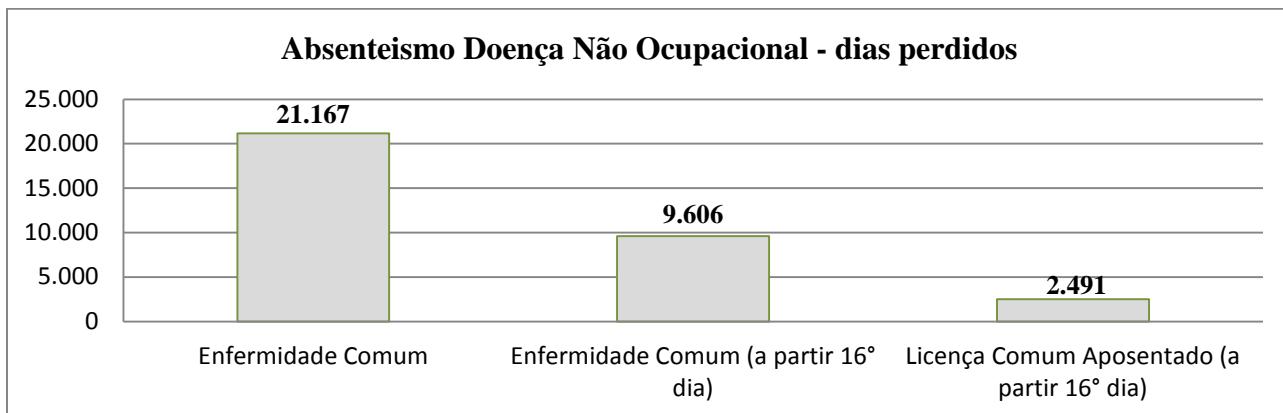
Considera-se Absenteísmo Doença Não Ocupacional a falta motivada por problema de saúde não relacionado diretamente com as atividades laborais do empregado.

Na tabela a seguir, estão sendo considerados os empregados efetivos e contratados mão de obra direta.

Quadro 6.1.1.8 - Absenteísmo Doença Não Ocupacional

Absenteísmo Doença Não Ocupacional		
	Número de Ocorrências	Dias Perdidos
Enfermidade Comum	8.485	21.167
Enfermidade Comum (a partir 16º dia)	122	9.606
Licença Comum Aposentado (a partir 16º dia)	58	2.491
Total	8.665	33.264

Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas – RH.A



Com o objetivo de internalizar a cultura do comportamento seguro, Furnas investiu em programas de sensibilização para a adoção de hábitos saudáveis de vida que, incorporados ao inconsciente coletivo, resultam na melhoria do indicador Absenteísmo.

- **Caminhadas e Corridas de Rua**

Objetivo: Estimular a prática regular de exercícios físicos, a fim de promover a saúde dos colaboradores, com adoção/manutenção de hábitos saudáveis, promoção da integração e socialização da força de trabalho.

Resultados:

Corrida de rua: 35 eventos - 885 inscrições

Caminhadas: 9 eventos - 272 inscrições

- **Atividades físicas (sala de condicionamento, ginástica laboral, oficinas esportivas, torneios de integração)**

Objetivo: Condicionar os eletricistas e brigadistas para exercerem suas funções/atividades. Promover também a melhoria da saúde dos colaboradores identificados com alguma disfunção no perfil

nosológico e para aqueles que apresentam problema no condicionamento físico, estimulando a prática regular de exercícios e a adoção de hábitos saudáveis.

Resultados:

Sala de condicionamento físico: 663 colaboradores/mês

Ginástica laboral: 71 colaboradores/mês

Oficina esportiva: 282 colaboradores/mês

Torneio de integração: 8 torneios no ano com participação de 398 colaboradores

• Programa de Prevenção e Tratamento de Dependência Química

Objetivo: Dar suporte aos colaboradores que são dependentes químicos (álcool, drogas e outras substâncias tóxicas) a partir de um programa multidisciplinar de acompanhamento. Trabalhando preventivamente, a dependência química é desmitificada e tratada como doença, oferecendo apoio ao colaborador e à família. Consequentemente, reduz o absenteísmo causado por doenças correlacionadas, evitando acidentes e licenças médicas frequentes, aumentando a produtividade, além de impactar no clima organizacional.

Resultado: 43 inscritos (colaboradores e dependentes)

• Campanha de Vacinação

Objetivo: Reduzir a incidência de gripe, imunizando preventivamente os colaboradores e reduzindo o absenteísmo, pois esta é uma das principais causas de afastamento.

Resultado: 4.623 doses aplicadas a toda força de trabalho.

• Oficinas Culturais e de Integração (Coral, Canto, Teatro, Dança de Salão, Banda, Culinária, Fotografia etc)

Objetivo: Promover a integração e valorização aos colaboradores, despertando o interesse por alguma atividade cultural e desenvolvendo alguns aspectos do comportamento (comunicação, segurança para falar em público, relacionamento interpessoal, trabalho em equipe e gerenciamento do estresse) que interferem na construção de um ambiente saudável e seguro.

Resultado: 548 inscrições/participações

• Sobremesa Cultural

Objetivo: Aumentar a satisfação e promover a integração dos colaboradores em apresentações artísticas (teatro, cinema e música) que acontecem na hora do almoço, no Escritório Central e Áreas Regionais.

Resultado: 4 apresentações artísticas com plateia de 246 colaboradores

• Festival Solte a Voz

Objetivo: Integrar, valorizar e promover a cultura musical entre a força de trabalho de Furnas.

Resultado: Não houve. Acontece de 2 em 2 anos.

• Grupo de Gestantes

Objetivo: Sensibilizar e proporcionar momentos de reflexão às grávidas a partir de encontros para troca de experiências, informações e orientação sobre educação, saúde materno-infantil e sensibilização sobre a paternidade responsável, atendendo à política de equidade de gênero desenvolvida na Empresa

Resultado: 2 grupos com 10 participantes em cada grupo

• Atividades Alternativas de Relaxamento

Objetivo: Proporcionar momentos de descontração e relaxamento durante a atividade laboral (yoga, shiatsu, pilates e oficinas anti-estresse).

Resultado: 2.040 participantes

Yoga: 30/mês

Pilates: 80/mês

Shiatsu: 60/mês

- **Convênios**

Objetivo: Proporcionar aos colaboradores opções para a busca e manutenção de hábitos biopsicossociais saudáveis. Os convênios são firmados com creches, escolas, cursos diversos, faculdades, clubes, hotéis, academias, spas e agências de turismo/ intercâmbio, lojas e restaurantes.

Resultado: 286 instituições /estabelecimentos conveniados

- **Arte do Meio Dia**

Objetivo: Motivar os colaboradores que desenvolvem trabalho artístico (cantores, bandas, músicos, atores de teatro etc), oferecendo espaço, infraestrutura e divulgação para uma apresentação, no horário de almoço, para a força de trabalho nas dependências de Furnas.

Resultado: 7 eventos com plateia de 2.090 colaboradores

- **Galeria C**

Objetivo: Estimular, valorizar e motivar os colaboradores, desenvolvendo talentos artísticos dentro do quadro funcional, com exposições fotográficas ou pinturas, em um espaço que é dedicado às artes visuais. Além do Escritório Central, as exposições percorrem áreas de São Paulo e Brasília.

Resultado: 2 exposições com 565 visitantes

- **Colônia de Férias**

Objetivo: Promover a satisfação dos colaboradores, oferecendo atividades lúdicas e de entretenimento para os dependentes dos colaboradores no período de férias escolares.

Resultado: 7 colônias com 530 participantes

- **Energizando Talentos**

Objetivo: Promover palestras e ações recreativas para filhos de colaboradores, mostrando a importância do uso de EPI (equipamento de proteção individual), apontando os riscos do trabalho/atividades dos seus pais, para que eles possam estimular, mobilizar e cobrar o uso do EPI.

Resultado: 6 eventos com 434 participantes

- **Natal Solidário**

Objetivo: Promover, junto à Empresa, os valores essenciais para a prática coletiva da solidariedade para com a força de trabalho terceirizada, com o apadrinhamento dos filhos desses colaboradores, a partir da doação de roupas e brinquedos por ocasião do Natal.

Resultado: 158 crianças beneficiadas

- **Triatlon/Duáton**

Objetivo: Estimular os colaboradores à prática de esportes e divulgar a marca da Empresa.

Resultado: 1 evento com 108 participantes

- **Projeto Saúde do Viajante**

Objetivo: Orientar os empregados sobre prevenção, riscos e cuidados que devem ser tomados em áreas endêmicas.

Resultado: Foram orientados a procurar o posto de saúde a fim de tomarem a vacina de febre amarela e foram imunizados em Furnas com as vacinas Anti tetânica e Hepatite 1.138 colaboradores.

- **Doação de Sangue**

Objetivo: Estimular os empregados a um gesto voluntário, solidário, altruísta e humanitário, valorizando as relações humanas, reconhecendo as necessidades do outro e salvando vidas.

O evento é aberto a colaboradores e visitantes.

Resultado: 2 eventos

* 1º semestre: 447 cadastros e 378 coletas

* 2º semestre: 263 cadastros e 239 coletas.

- **Programa Anual de Treinamento (PAT)**

Objetivo: Promover a capacitação da força de trabalho por meio de treinamentos de Segurança do Trabalho e Saúde, em cumprimento aos requisitos legais e Instruções Normativas.

Resultado: 300 treinamentos e 2.092 colaboradores treinados

2) Absenteísmo Doença Ocupacional

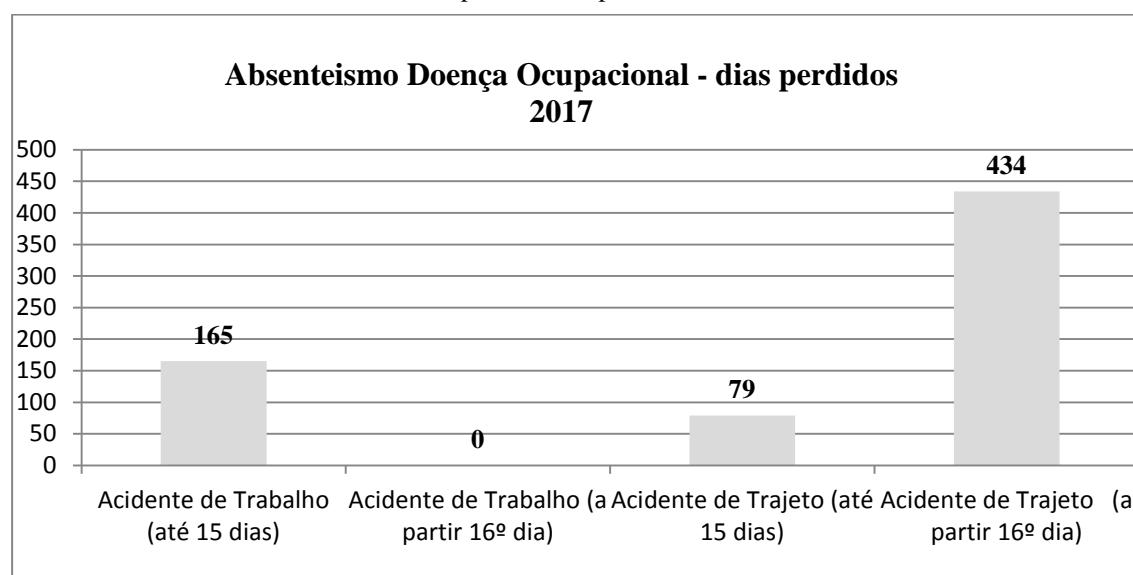
Considera-se doença ocupacional aquela relacionada às atividades laborais do empregado. Em 2016, não foram registrados casos de doença ocupacional.

Quadro 6.1.1.9 - Absenteísmo Doença Ocupacional

Absenteísmo Doença Ocupacional	Número de Ocorrências	Dias Perdidos
Acidente de Trabalho (até 15 dias)	20	165
Acidente de Trabalho (a partir 16º dia)	0	0
Acidente de Trajeto (até 15 dias)	8	79
Acidente de Trajeto (a partir 16º dia)	5	434
Total	33	678

Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas – RH.A

Nota: Não considerados os acidentes sem perda de tempo.



Nota: O registro de dias perdidos é decorrente da ausência do empregado em função do acidente de trabalho.

Em 2017, foram desenvolvidos os seguintes programas e ações para prevenção e redução de riscos de doenças ocupacionais:

- **Certificação de Operadores**

Objetivo: Assegurar que esses profissionais estejam devidamente habilitados para o desempenho de suas funções, de acordo com os requisitos da norma de certificação (Norma Inmetro NIE.DINQP.014). São avaliadas as condições de saúde física e mental dos operadores por meio de exames médicos, entrevistas e testes psicológicos. É uma contribuição significativa para a melhoria dos serviços prestados à sociedade pelas empresas que compõem a Rede de Operação.

Foram certificados 687 operadores.

- **Treinamento em Suporte Básico de Vida**

Objetivo: Ensinar os procedimentos que devem ser adotados em situação de emergência, preparando os profissionais para prestarem os primeiros socorros em caso de acidente. É voltado para equipes que trabalham em atividades ou áreas de risco.

Foram realizados 37 treinamentos e capacitados em média 14 colaboradores por treinamento.

- **Capacitação Física para a Função**

Objetivo: Programa que tem por objetivo desenvolver ações para estimular a prática de atividades físicas, visando reduzir o sedentarismo e melhorar o condicionamento dos empregados e a capacitação física para a função, quando exigida.

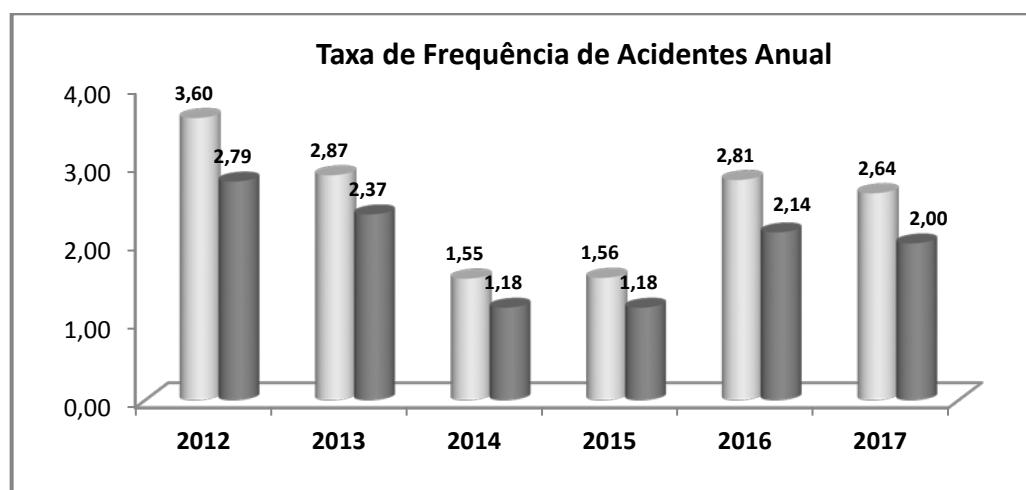
Foram capacitados em média 110 colaboradores por mês.

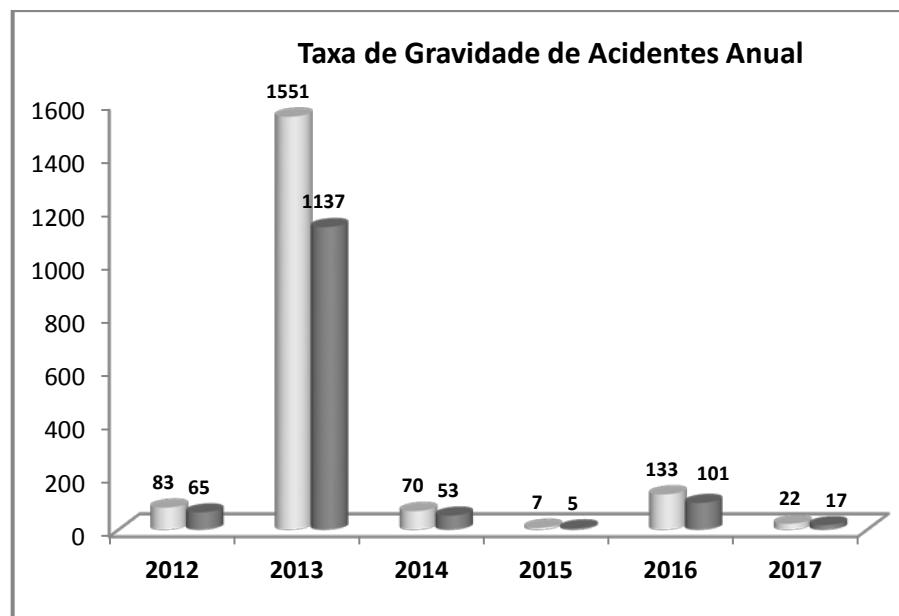
- **Programa de Avaliação Psicológica em Atividade de Risco**

Objetivo: Consiste na inclusão da avaliação psicológica no exame periódico para empregados em atividade de risco (opcional).

Foram avaliados 983 colaboradores que atuam em área de risco.

Accidentes de Trabalho



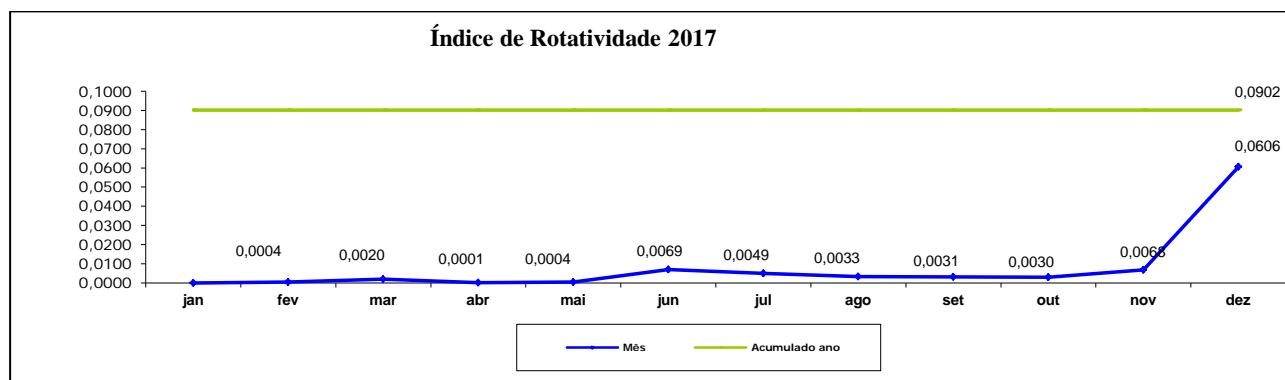


220 horas humanas trabalhadas mês (até 2011)

167 horas humanas trabalhadas mês (a partir de 2012)

A partir de 2012, o número de horas trabalhadas é padronizado em 167 horas homem mês nas empresas Eletrobras, o que corresponde a 2.000 horas-homem

Índice de Rotatividade (turnover)



Fórmula de cálculo:

$$\frac{(\text{total de admissões} + \text{total de demissões}) / 2}{\text{nº inicial de empregados}}$$

Desenvolvimento e Capacitação dos Empregados

Em 2017, Furnas continuou com as ofertas das ações elencadas no Plano Global de Aprendizagem, com o objetivo de alavancar o negócio da Empresa e promover o desenvolvimento das carreiras de seus empregados.

O Plano Global de Aprendizagem é o planejamento de oferta de ações educacionais e de gestão do conhecimento que capacitam os empregados da empresa nos sete eixos de aprendizagem:

- Relativas às Estratégias de Negócio;
- Projetos Corporativos Estratégicos;
- Específicos das Áreas de Negócio;
- Saúde e Segurança do Trabalho;
- Formação Básica dos Empregados – PDI;
- Formação das Lideranças;
- Idiomas que apoiam o negócio de Furnas.

Em 2017, foram ofertadas ações educacionais nas diversas áreas de conhecimento. Podemos citar os cursos técnicos, de curta duração, cursos de longa duração, tais como Cursos de especialização, Pós-Graduação e MBA.

Os quadros a seguir apresentam o sumário dos eventos e a média de horas de treinamento por participante em 2017, discriminados por categoria funcional e gênero:

Resultados 2017				
Eventos	Participantes	Participações	Horas de Treinamento	Participantes / Força de Trabalho
968	3.570	8.045	49.031	80%

Cargo/Gênero	Média de Horas por Participante
Gerencial feminino	95,40
Gerencial masculino	54,44
Nível superior feminino	46,77
Nível superior masculino	33,88
Sem nível superior feminino	31,35
Sem nível superior masculino	8,9

Demos continuidade às Ações de Gestão do Conhecimento como a criação de Comunidades de Prática, Bases de Conhecimento e Fóruns de Discussão que apoiam a criação, disseminação e retenção dos conhecimentos da Empresa para que ela alcance suas metas estratégicas e alavanque o crescimento profissional de seus empregados.

Resultados de Gestão do Conhecimento em 2017

Iniciativas	Número de Participações
Comunidades de Prática	11.027
Bases de Conhecimento	321
Fóruns de Discussão	2.701

Meu Perfil (Banco de Especialistas)	4.481
Total	18.530

Programa de Repasse de Conhecimentos (PRC)

O PRC apoia diretamente os empregados que participam de programas de incentivo ao desligamento, de mobilidade interna e de cursos de longa duração no exterior.

Programa de Repasse de Conhecimentos	
Planos de Repasse de Conhecimento realizados	579
Total de Horas Gastas em Repasse de Conhecimentos	288.866

Quadro 6.1.1.10 - Indicadores de Recursos Humanos

<u>Indicador</u>	<u>Fórmula</u>	<u>2017</u>
<u>Participantes em ações educacionais</u>	<u>Total de empregados treinados</u> <u>Total de empregados</u>	80%
<u>Participação de Gerentes em ações educacionais</u>	<u>Total de gerentes treinados</u> <u>Total de gerentes</u>	72,80%
<u>Custo médio por hora (custo/hora/ação educacional)</u>	<u>Custo total em ações educacionais</u> <u>Total de horas ações educacionais</u>	R\$99,87
<u>Custo de ação educacional por empregado treinado</u>	<u>Custo das ações educacionais</u> <u>Total de empregados treinados</u>	R\$1.351,74
<u>Carga horária média por participação</u>	<u>TCH ações educacionais</u> <u>Nº participações em ações educ.</u>	6,01
<u>Carga horária média por participantes</u>	<u>TCH ações educacionais</u> <u>Nº participante em ações educacionais</u>	13,53
<u>Carga horária média por empregados</u>	<u>TCH ações educacionais</u> <u>Número de empregados</u>	10,76
<u>Percentual de Iniciativas de GC Implantadas</u>	<u>Número de Iniciativas Previstas</u> <u>Número de Iniciativas implantadas</u>	88%
<u>Nível de Maturidade de Furnas em relação a Gestão do Conhecimento</u>	<u>Medição do Nível de Maturidade em Gestão do Conhecimento na Empresa</u>	2

Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas – RH.A

6.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 6.1.2 – Despesas do pessoal

Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos										
Exercícios	2017									
	2016									
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade										
Exercícios	2017	509.734.745,50	0,00	61.325.594,56	228.792.156,11	36.219.758,80	62.363.077,60	100.042.422,91	0,00	0,00 998.477.755,48
	2016	476.866.326,64	0,00	59.304.267,32	222.423.301,93	16.025.841,25	54.439.698,04	47.007.256,94	0,00	0,00 876.066.692,12
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade										
Exercícios	2017	10.908.145,94	0,00	715.881,13	390.991,25	798.597,13	69.515,79	297.961,56	0,00	0,00 13.181.092,80
	2016	9.135.320,40	0,00	828.244,39	299.152,48	2.081.885,25	126.814,04	148.171,16	0,00	0,00 12.619.587,72
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)										
Exercícios	2017									
	2016									
Servidores cedidos com ônus										
Exercícios	2017									
	2016									
Servidores com contrato temporário										
Exercícios	2017									
	2016									

Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas – RH.A

6.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

No ano de 2017, o evento de risco “Recrutamento, Seleção e Retenção de Pessoal”, foi reavaliado conforme demonstrado abaixo.

Por oportuno, lembramos que conforme aprimoramento do software a versão atualizada do mesmo difere dos anos anteriores porem a metodologia aplicada permanece inalterada.

Conforme anuênciia do Comitê de Gestão de Riscos, o indexador do impacto foi alterado de 1% (hum) para 3% (três) do valor da Receita Operacional Líquida – ROL no ano de 2017.

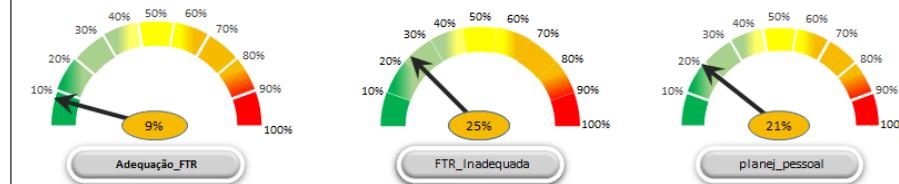
Recrutamento, Seleção e Retenção de Pessoal – Análise e reavaliação de 2017.

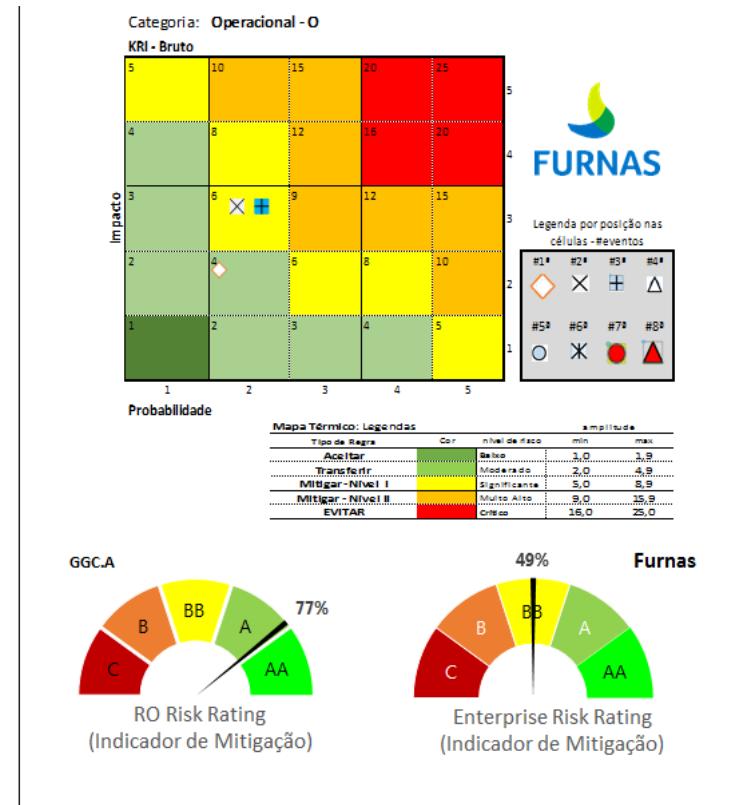
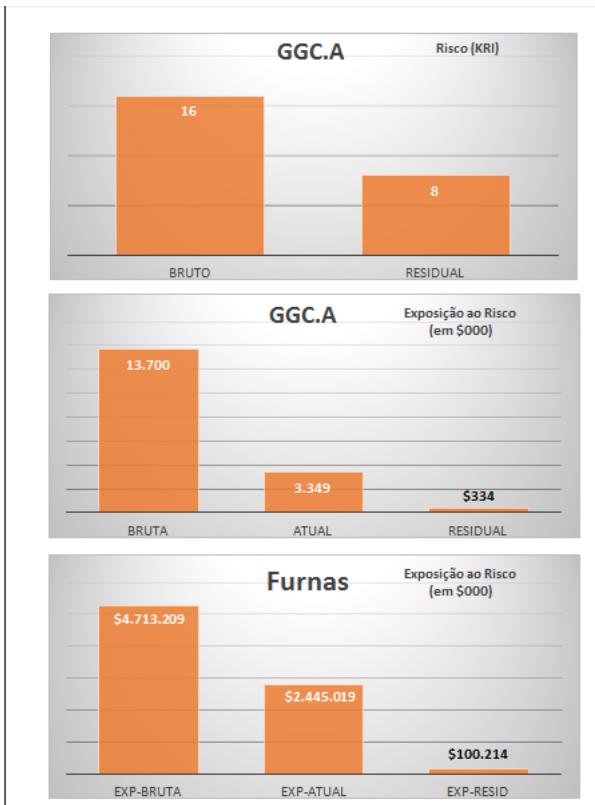
Resumo dos Eventos de Risco associados ao Risk Owner

escolher Risk Owner **GGC.A** ▼

Risk Owner: GGC.A			Pilar: Operacional - O			Cat.: Gestão de Pessoas-GP			Eventos: OGP-Recrutamento e Seleção			Dpto.:						
#	Nº Evento	Acrônimo	Risco (KRI)			Probabilidade			Impacto			Vulnerabilidade			Exposição ao Risco (em \$000)			
			Bruto	Atual	Residual	Bruta	%	Residual	%	Bruto	Sk	Residual	Sk	do Controle	s/Exposição	Bruta	Atual	Residual
1º	17.04.7	Adequação_FTR	4	-	2	2	25%	2	8,6%	2	2.354	1	295	12%	9%	\$588	\$73	\$25
2º	17.04.8	FTR_Inadequada	6	-	2	2	25%	1	0,5%	3	26.227	2	2.354	25%	25%	\$6.556	\$1.638	\$10
3º	17.04.9	planej_pessoal	6	-	4	2	25%	2	12,7%	3	26.227	2	2.354	25%	21%	\$6.556	\$1.638	\$299
4º																		
5º																		
6º																		
7º																		
8º																		
Total		GGC.A	16	-	8	6				8	54.808			Vul. Ponderada do RO	23%	\$13.700	\$3.349	\$334

Indicadores de Vulnerabilidade Relativa do Risk Owner





Comparativo entre os graus de Mitigação dos eventos para o grupo de eventos Recrutamento e Seleção:

Nº do evento	Acrônimo	Grau de Mitigação	
		Em 2016	Em 2017
17.04.7	Adequação_FTR	86,7%	91%
17.04.8	FTR_Inadequada	74,6%	75%
17.04.9	Planej_Pessoal	75,0%	79%

6.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

Quadro 6.1.4.1 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Quadro A.6.1.10.1 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva												
Unidade Contratante												
Nome: Furnas Centrais Elétricas S.A												
UG/Gestão: CS.A				CNPJ: 23.274.194/0001-19								
Informações sobre os Contratos												
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.	
				(CNPJ)	Início	Fim	P	C	P	C		P
2011	V	O	8000003893	00.283.018/0001-48	01/03/2011	28/02/2017	12	12				Encerrado
2010	V	O	8000003943	31.546.484/0003-64	16/01/2010	16/03/2017	14	14				Encerrado
2011	V	O	8000004486	03.007.660/0001-92	22/09/2011	31/05/2017	54	54				Encerrado
2012	V	O	8000005272	09.267.406/0001-00	01/06/2012	28/02/2017	29	29				Encerrado
2012	V	O	8000005353	64.860.087/0001-07	27/03/2012	12/08/2017	12	12				Encerrado
2012	V	O	8000005468	11.640.382/0001-34	13/04/2012	19/03/2017	53	53				Encerrado
2012	V	O	8000005549	39.750.831/0001-16	01/10/2012	10/04/2017	4	4				Encerrado
2013	L	O	8000006053	72.073.920/0001-06	08/02/2013	30/01/2017	46	46				Ativo Prorrogado
2012	V	O	8000006057	01.863.518/0001-11	08/11/2012	28/02/2017	4	4				Ativo Prorrogado
2013	V	O	8000006112	13.019.295/0001-90	15/04/2013	24/10/2017	20	20				Encerrado
2013	V	O	8000006267	08.572.749/0001-05	16/05/2013	28/02/2017	7	7				Encerrado
2013	L	O	8000006354	07.863.853/0001-04	23/05/2013	23/05/2016	13	13				Encerrado
2013	V	O	8000006361	09.167.445/0001-35	30/05/2013	19/05/2018	26	26				Ativo Prorrogado
2013	V	O	8000006539	31.276.470/0001-06	04/09/2013	30/09/2018	21	16				Ativo Prorrogado
2013	L	O	8000006713	10.213.136/0001-33	01/11/2013	03/01/2017	3	3				Encerrado
2014	L	O	8000007232	10.413.205/0001-52	05/05/2014	10/04/2017	37	37				Encerrado
2013	V	O	8000006881	00.332.087/0009-51	30/12/2013	29/12/2018	29	29				Ativo Prorrogado
2014	V	O	8000007030	08.562.228/0001-87	24/02/2014	25/02/2019	12	12				Ativo Prorrogado
2014	V	O	8000007059	03.372.304/0001-78	01/03/2014	31/05/2018	44	40				Ativo Prorrogado
2014	V	O	8000007294	03.372.304/0001-78	20/06/2014	31/05/2018	10	10				Ativo Prorrogado
2014	V	O	8000007316	08.562.228/0001-87	25/06/2014	19/05/2018	8	8				Ativo Prorrogado

Quadro A.6.1.10.1 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva
Unidade Contratante
Nome: Furnas Centrais Elétricas S.A
UG/Gestão: CS.A
CNPJ: 23.274.194/0001-19
Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.	
					Início	Fim	P	C	P	C		
							P	C	P	C		
2015	V	O	80000008151	08.562.228/0001-87	28/04/2015	19/05/2018	37	37				Ativo Prorrogado
2015	V	O	80000007947	09.167.445/0001-35	10/02/2015	10/02/2017	8	8				Encerrado
2015	V	O	80000008363	01.863.518/0001-11	04/05/2015	31/08/2017	42	42				Encerrado
2015	L	O	80000008574	03.342.141/0001-80	18/11/2015	17/11/2018	34	29				Ativo Prorrogado
2015	L	O	80000007377	06.305.533/0001-68	22/07/2014	10/04/2017	5	5				Encerrado
2015	L	O	80000007914	06.305.533/0001-68	01/01/2015	10/07/2016	20	20				Encerrado
2015	V	O	80000007510	03.372.304/0001-78	01/09/2014	31/05/2018	70	50				Ativo Prorrogado
2015	L	O	80000008227	10.213.136/0001-33	03/06/2015	02/06/2018	16	14				Ativo Prorrogado
2015	V	O	80000008034	03.007.660/0001-92	01/03/2015	02/03/2018	8	8				Ativo Prorrogado
2015	V	O	80000007782	08.752.749/0001-05	01/12/2014	30/11/2018			2	2		Ativo Prorrogado
2015	V	O	80000008061	03.229.363/0001-91	12/03/2015	11/03/2018	1	1				Ativo Normal
2015	L	O	80000008533	10.243.854/0001-52	30/09/2015	30/09/2018	146	146				Ativo Prorrogado
2015	V	O	80000008556	08.362.390/0001-51	02/11/2015	02/11/2017	3	3				Encerrado
2015	V	O	80000008691	08.665.023/0001-27	01/12/2015	30/11/2016	25	25				Encerrado
2016	L	O	80000008754	03.342.141/0001-80	04/01/2016	31/12/2017	6	6				Encerrado
2016	L	O	80000008817	16.733.835/0001-90	01/02/2016	01/05/2018	10	9				Ativo Prorrogado
2016	L	O	80000008823	07.386.731/0001-66	01/02/2016	01/02/2019	33	25				Ativo Prorrogado
2016	V	O	80000008828	21.315.603/0001-52	01/03/2016	01/03/2019	6	6				Ativo Prorrogado
2016	L	O	80000008892	68.000.199/0001-91	23.05.2016	22.05.2018	73	73				Ativo Normal
2016	L	O	80000009181	06.305.533/0001-68	24.08.2016	24.08.2018	9	8				Ativo Normal
2016	L	O	80000009122	08.928.115/0001-52	01.09.2016	31.08.2018	78	78				Ativo Normal
2016	L	O	80000009219	63.946.214/0001-75	12.09.2016	11.09.2018	3	3				Ativo Normal
2016	V	E	80000009314	01.863.518/0001-11	10.10.2016	31.03.2017	1	1				Encerrado
2016	L	E	80000009305	39.750.831/0001-16	11.10.2016	02.01.2017	18	18				Encerrado
2016	V	O	80000009481	66.398.652/0001-34	09.02.2017	09.12.2019	12	12				Ativo Normal

Quadro A.6.1.10.1 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva
Unidade Contratante
Nome: Furnas Centrais Elétricas S.A

UG/Gestão: CS.A

CNPJ: 23.274.194/0001-19

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.	
					Início	Fim	P	C	P	C		
2016	V	O	80000009387	66.700.295/0001-17	01.12.2016	01.12.2018	152	152				Ativo Normal
2014	V	O	80000007270	03.372.304/0001-78	26.05.2014	31.05.2018	50	42				Ativo Prorrogado
2017	L	O	80000009464	12.135.947/0001-99	04/01/2017	04/01/2019	104	94				Ativo Normal
2017	L	O	80000009513	06.305.533/0001-68	16/01/2017	16/01/2019	11	10				Ativo Normal
2017	V	O	80000009535	00.283.018/0001-48	20.02.2017	20.02.2019	62	58				Ativo Normal
2017	L	E	80000009550	01.569.755/0001-74	06.02.2017	05.08.2017	26	26				Encerrado
2017	V	O	80000009554	09.267.406/0001-00	24.02.2017	24.02.2019	26	22				Ativo Normal
2017	V	O	80000009599	11.640.382/0001-34	20.03.2017	20.03.2019	45	45				Ativo Normal
2017	V	E	80000009756	16.697.776/0001-42	05.06.2017	02.12.2017	4	4				Encerrado
2017	V	O	80000009858	01.863.518/0001-11	01.09.2017	01.01.2019	31	31				Ativo Normal
2017	L	E	80000009880	01.569.755/0001-74	07.08.2017	05.11.2017	18	18				Encerrado
2017	V	O	80000009945	00.332.087/0005-28	02.10.2017	02.10.2019	12	12				Ativo Normal
2017	V	E	80000009966	03.007.660/0001-92	23.09.2017	22.03.2018	31	31				Ativo Normal
2017	L	O	80000009988	11.955.173/0001-80	06.11.2017	06.11.2019	24	24	1	1		Ativo Normal

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Superintendência de Centro De Serviços Compartilhados - CS.A

Quadro 6.1.4.2 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante											
Nome: Furnas Centrais Elétricas S.A.											
UG/Gestão: CS.A				CNPJ: 23.274.194/0018-67							
Informações sobre os Contratos											
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.
					Início	Fim	P	C	P	C	
2012	9	O	8000005592	30.440.119/0001-46	20/04/2012	28/03/2017	6	6			Encerrado
2012	2	O	8000004979	05.466.147/0001-95	22/03/2012	01/04/2017	7	7			Encerrado
2013	10	O	8000006313	40.378.440.0001/00	29/05/2013	21/05/2017	18	18	4	4	Ativo Prorrogado
2013	2	O	8000006083	09.632.388/0001-18	07/03/2013	07/04/2018	10	8			Ativo Prorrogado
2013	2	O	8000006092	14.143.727/0001-32	10/04/2013	28/02/2018	28	28			Ativo Prorrogado
2013	12	O	8000006316	09.023.884/0001-74	15/05/2013	15/05/2018	13	11			Ativo Prorrogado
2012	9	O	8000005903	08.362.390/0001-51	03/10/2012	14/02/2017	11	11			Encerrado
2012	12	O	8000005365	08.362.390/0001-51	01/08/2012	31/07/2017	7	7			Encerrado
2013	12	O	8000006773	07.147.016/0001-70	14/11/2013	31/03/2017	11	11			Encerrado
2012	2	O	8000005595	05.466.147/0001-95	25/10/2012	31/10/2017	16	16			Encerrado
2012	2	O	8000005658	04.293.745/0001-47	28/05/2012	01/05/2017	8	8			Encerrado
2013	2	O	8000006742	08.532.353/0001-44	28/11/2013	31/12/2017	8	8			Encerrado
2012	12	O	8000005338	44.416.618/0001-02	10/08/2012	09/08/2018	2	2			Ativo Prorrogado
2014	9	O	8000007082	09.583.222/0001-59	11/03/2014	10/03/2018	44	33			Ativo Prorrogado
2014	9	O	8000007101	08.362.390/0001-51	17/03/2014	30/11/2016	20	20			Encerrado
2013	2	O	8000006393	09.632.388/0001-18	10/09/2013	31/08/2018	2	1			Ativo Prorrogado
2013	2	O	8000006820	05.466.147/0001-95	21/12/2013	21/12/2018	3	3			Ativo Prorrogado
2015	2	O	8000008021	72.549.066/0001-46	01/06/2015	30/05/2017	29	29			Encerrado
2015	9	O	8000008319	03.342.141/0001-80	01/08/2015	01/10/2017	41	33			Ativo Prorrogado
2015	9	O	8000008415	00.404.317/0001-93	03/09/2015	02/09/2017	23	15			Ativo Normal
2015	5	O	8000008420	05.483.564/0001-46	03/11/2015	03/11/2018	27	27			Ativo Prorrogado
2015	9	O	8000008560	01.017.610/0001-60	15/10/2015	03/08/2018	32	25			Ativo Prorrogado
2015	9	O	8000008725	00.404.317/0001-93	03/09/2015	01/02/2018	16	16			Ativo Prorrogado
2015	9	O	8000007827	01.918.118/0001-66	05/01/2015	05/01/2017	18	18			Encerrado

Unidade Contratante																				
Nome: Furnas Centrais Elétricas S.A.					CNPJ: 23.274.194/0018-67															
UG/Gestão: CS.A																				
Informações sobre os Contratos																				
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados					Sit.								
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C								
2013	12	O	8000006800	36.068.450/0001-63	02/12/2013	28/02/2018	6	6	167	167	44	44	Encerrado							
2015	2	O	8000008772	05.344.234/0001-70	29/12/2015	31/08/2018	7	6					Ativo Prorrogado							
2016	9	O	8000008781	16.733.835/0001-90	18/01/2016	17/01/2018	9	9					Ativo Prorrogado							
2015	2	O	8000008204	03.590.319/0001-83	01/06/2015	01/06/2018	4	4					Ativo Prorrogado							
2016	9	O	8000008869	29.000.841/0001-80	02/03/2016	02/03/2018	41	34					Ativo Normal							
2016	2	O	8000008874	05.660.868/0001-31	01/04/2016	30/07/2017	6	6					Ativo Normal							
2016	2	O	8000008953	04.765.217/0001-43	01/06/2016	01/06/2018	3	3					Ativo Normal							
2016	8	O	8000009006	11.397.418/0001-09	01/12/2016	01/12/2018	74	74					Ativo Normal							
2016	5	O	8000009033	01.679.362/0001-13	03/06/2016	03/06/2018	119	119					Ativo Prorrogado							
2016	9	E	8000009117	00.482.840/0001-38	25/07/2016	07/02/2017	9	9					Encerrado							
2016	2	O	8000009128	00.082.648/0001-54	18/07/2016	18/07/2018	6	6					Ativo Normal							
2016	2	E	8000009163	11.312.296/0001-00	23/08/2016	09/02/2017	13	13					Encerrado							
2016	2	O	8000009168	19.499.987/0001-69	17/10/2016	17/10/2018	20	20					Ativo Normal							
2016	9	O	8000009271	10.458.785/0001-02	04/10/2016	04/10/2018	42	42					Ativo Normal							
2016	8	O	8000009291	02.993.861/0001-43	19/10/2016	19/10/2018	45	45					Ativo Normal							
2016	2	O	8000009338	02.973.929/0001-22	01/12/2016	01/05/2018	1	1					Ativo Normal							
2016	8	E	8000009440	02.993.861/0001-43	06/12/2016	30/03/2017	19	19					Encerrado							
2016	2	O	8000009341	02.973.929/0001-22	12/12/2016	12/12/2018	5	5					Ativo Normal							
2017	2	O	8000009462	02.973.929/0001-22	16/01/2017	15/01/2019	3	3					Ativo Normal							
2017	9	E	8000009542	02.566.106/0001-82	06/02/2017	06/08/2017	20	20					Encerrado							
2017	8	O	8000009600	11.397.418/0001-09	03/04/2017	03/04/2019	103	103					Ativo Normal							
2017	5	O	8000009574	07.386.731/0001-66	06/03/2017	06/03/2019	6	6	25	25			Ativo Normal							
2017	2	O	8000009601	05.466.147/0001-95	01/04/2017	01/04/2019	33	33					Ativo Normal							
2017	9	O	8000009657	20.084.677/0001-62	24/04/2017	24/04/2018	8	8					Ativo Normal							
2017	9	E	8000009660	02.126.769/0001-86	03/04/2017	29/09/2017	8	8					Encerrado							
2017	5	O	8000009714	39.750.831/0001-16	01/06/2017	01/06/2019			21	21			Ativo Normal							

Unidade Contratante																
Nome: Furnas Centrais Elétricas S.A.																
UG/Gestão: CS.A				CNPJ: 23.274.194/0018-67												
Informações sobre os Contratos																
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados									
					Início	Fim	P	C	P	M						
					10/07/2017	29/11/2017	16	16		S						
2017	2	E	8000009806	07.628.632/0001-43	01/09/2017	01/09/2019	31	31	1	Ativo Normal						
2017	2	O	8000009856	31.880.164/0001-84	16/09/2017	15/09/2018	02	02		Ativo Normal						
2017	8	O	8000009917	19.499.987/0001-69	02/10/2017	02/10/2018	17	15		Ativo Normal						
2017	5	O	8000009952	06.219.530/0001-01	02/10/2017	01/10/2019	5	5		Ativo Normal						
LEGENDA				Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.												
Área:																
1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes 12. Outras																
Fonte: Superintendência de Centro De Serviços Compartilhados - CS.A																

Análise Crítica dos Quadros 6.1.4.1 e 6.1.4.2

Furnas vem adotando sistematicamente medidas para garantir o perfeito cumprimento das obrigações contratuais por parte das empresas prestadoras, a fim diminuir constantemente o passivo trabalhista e também de se evitar a responsabilização subsidiária em caso de ações trabalhistas.

Cabe destacar também a constante atuação das áreas de gestão e fiscalização dos contratos de terceirização, medida importante para o bom andamento da prestação de serviços.

A empresa tem procurado capacitar os gestores e fiscais e, para esses últimos, adequar o seu conhecimento técnico com o objeto contratual a ser fiscalizado, a fim de resultar em uma fiscalização mais eficaz.

A unificação dos contratos de terceirização trouxe muitos ganhos a Furnas, principalmente em relação à qualidade das empresas prestadoras de serviços, tendo em vista o maior nível de exigência em função da abrangência dos contratos. O número de ocorrências trabalhistas aos contratos com essas empresas é bem menor em relação aos contratos não unificados, anteriormente prestados por empresas de menor porte.

Cabe ressaltar, porém, que em 2017, a empresa implantou o programa Orçamento Base Zero, a fim de reavaliar todos os seus custos, entre eles, os contratos de terceirização. Após esse estudo, alguns contratos tiveram seus escopos reduzidos, o que acarretou em desligamento de terceirizados, podendo vir a gerar eventuais ações trabalhistas por parte destes prestadores.

Uma grande melhoria em relação à gestão, foi a separação dos contratos de locação de veículos e serviços de motoristas, visto que esta ação possibilitou a contratação de empresas distintas, especializadas em cada objeto. Empresas especialistas em mão de obra agora detêm os contratos somente dos condutores de veículos e as grandes locadoras passam a participar apenas das licitações de locação de veículos. Com isso, conseguimos economia na locação dos veículos e ganhamos em qualidade em relação aos contratos de motoristas.

As diversas contratações em regime de emergência, listadas nos quadros acima, foram decorrentes, principalmente, dos mandados de segurança impetrados por licitantes desclassificados em Pregões Eletrônicos. Essas ações acarretaram paralisação nos processos licitatórios.

Quadro 6.1.4.3 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Composição do Quadro de Estagiários				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)	
	Quantitativo de contratos de estágio vigentes					
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre		
1. Nível Superior	326	308	278	258	5.080.960,34	
1.1 Área Fim	178	157	138	128	2.471.542,75	
1.2 Área Meio	148	151	140	130	2.609.417,59	
2. Nível Médio	38	25	19	19	262.659,70	
2.1 Área Fim	27	16	10	8	150.132,79	
2.2 Área Meio	11	9	9	11	112.526,91	
3. Total (1+2)	364	333	297	277	5.343.620,04	

Análise Crítica

Recrutamento

O processo de recrutamento de candidatos a estágio, no Escritório Central, será realizado pela Gerência de Gestão de Carreiras (GGC.A), segundo critérios estabelecidos pela Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas – RH.A. Nas áreas regionais, a chefia de órgão em nível mínimo de divisão será responsável pelo processo de recrutamento, cabendo à GGC.A sua coordenação.

A GGC.A deverá tomar as providências necessárias à celebração de convênio para prestação de serviços de concessão de estágio entre Furnas e as instituições de ensino, bem como determinar as condições a serem estabelecidas nas cláusulas do convênio, observada a legislação em vigor.

Seleção

O processo de seleção constará de:

- Entrevista, no órgão que solicitou o estagiário, para verificar os conhecimentos acadêmicos, potencialidades, interesse e motivação do candidato.
- Avaliação médica, realizada pela Gerência de Segurança do Trabalho e Saúde (GSS.A).
- As inscrições ficarão abertas ao longo do ano e o preenchimento das vagas dar-se-á à medida que os órgãos da Empresa solicitarem.
- O candidato ao estágio Tipo A deverá possuir, no histórico escolar, nos 2 (dois) últimos semestres, o Coeficiente de Rendimento igual ou superior a 7 (sete) ou grau equivalente.

Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas – RH.A

6.1.5 Entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas

- **Identificação da entidade fechada de previdência:**

Real Grandeza – Fundação de Previdência e Assistência Social - FRG

- **Visão gerencial dos valores envolvidos:**

- i. **Quantidade de servidores contemplados:**

Dois planos (Benefício Definido - BD e Contribuição Definida – CD) administrados pela FRG com um total de 12.810 participantes. Veja a seguir a distribuição:

Quadro 6.1.5.1 – Quantidade de Servidores Contemplados Planos BD e CD

Plano de Benefício Definido – BD			
Filiados	FURNAS	Eletronuclear	Total
Ativos	922	337	1.259
Aposentados	6.162	668	6.830
Pensionistas	1.623	74	1.697
Autopatrocínado	3	2	5
Benefício Proporcional Diferido	43	13	56
Total	8.753	1.094	9.847
Plano de Contribuição Definida – CD			
Filiados	FURNAS	FRG	Total
Ativos	2.556	189	2.745
Aposentados	109	28	137
Pensionistas	34	3	37
Autopatrocínado	13	8	21
Benefício Proporcional Diferido	15	8	23
Total	2.727	236	2.963

Fonte: Gerência de Estatística e Atuária - FRG

- ii. **Valores repassados no exercício a título de contribuições dos participantes e da patrocinadora:**

O valor das contribuições do Plano BD foi de R\$ 12.822.450,25, enquanto que no Plano CD foi de R\$ 41.088.223,75, totalizando R\$ 53.910.674,00.

- iii. **Valores repassados que não sejam contribuições e as razões desses repasses:**

A patrocinadora repassou o montante de R\$ 49.084.381,91 para cobertura das Despesas Administrativas.

- **Síntese da manifestação da Secretaria de Previdência Complementar, quando houver;**

Não houve.

- **Conclusões do relatório de auditoria independente, quando houver;**

Ainda não finalizado até esta data.

De acordo com a Portaria Previc nº 465, de 29 de setembro de 2016, a Fundação Real Grandeza foi classificada no Perfil I, cujo prazo, dado pela Instrução Previc nº 21, de 23 de março de 2015, para envio das demonstrações contábeis, pareceres e manifestação do Conselho Deliberativo vai até 31 de julho do exercício social subsequente ao ano de referência.

- **Conclusões do último estudo atuarial.**

Segundo os Pareceres da MERCER (Ver anexo V – Estudo Atuarial), para o Plano de Benefício Definido – BD – Em 16/02/18:

“Certificamos que o Plano BD da Real Grandeza – Fundação de Previdência e Assistência Social está deficitário em 31/12/2017, no entanto o equacionamento deste déficit não será necessário dado que o mesmo é inferior ao limite estabelecido no Artigo 28 da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008.”.

Para o Plano de Contribuição Definida – CD – Em 16/02/18:

“Certificamos que o Plano CD da Real Grandeza – Fundação de Previdência e Assistência Social está equilibrado dependendo apenas do pagamento das contribuições previstas no Plano de Custeio para manter o equilíbrio.”

- **Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício com base no Art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001, demonstrando o tipo de fiscalização efetuada, a data em que ocorreu, as principais constatações e as providências adotadas para sanear as irregularidades verificadas.**

Dentro do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) são consideradas algumas atividades de fiscalização da patrocinadora Furnas na Fundação Real Grandeza – FRG, cujo escopo no ano de 2017 se ateve às atividades constantes do Relatório de Auditoria Interna – RAU 045.2017, concluído em 20 de dezembro de 2017. Podemos destacar as seguintes verificações efetuadas:

- Avaliou o cumprimento da meta atuarial para remuneração dos investimentos da FRG em relação à Política de Investimentos aprovada;
- Analisou os procedimentos e controles vinculados à gestão administrativa e financeira da entidade;
- Avaliou a estrutura de governança e de controles internos da entidade;
- Avaliou os procedimentos utilizados para atendimento às determinações constantes na Resolução CGPAR nº 9 de 10.05.2016;
- Analisou o cumprimento das determinações emanadas pelos órgãos gestores da FRG, bem como pelos órgãos de fiscalização externos.

A Auditoria Interna de Furnas constatou a necessidade de melhoria de processos e/ou normativos internos recomendando à diretoria executiva da FRG suas implementações.

Além disso, a Diretoria Executiva aprova regularmente o orçamento da Fundação Real Grandeza – Plano de Gestão Administrativa (PGA).

Para o ano de 2017 a Diretoria de Furnas aprovou o orçamento da FRG, conforme Resolução de Diretoria nº 001/2953 de 20 de abril de 2017 (ver anexo VI – Aprovação do Orçamento).

6.2 Gestão do patrimônio e da infraestrutura

6.2.1 Gestão do patrimônio imobiliário da União

Permanecem atrelados ao CNPJ 23.274.194/0001-19, conforme consta no website da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), **331 (trezentos e trinta e um)** imóveis cadastrados em nome Furnas Centrais Elétricas S.A., dos quais **320 (trezentos e vinte)** são relativos a imóveis de propriedade da Eletronuclear por serem integrantes da Vila Residencial de Mambucaba, a qual foi transferida desta Concessionária para a Eletronuclear quando da cisão da área nuclear do escopo de atribuições de Furnas.

Destacamos que, em 18.05.2016, Furnas encaminhou a correspondência GGF.E.E.111.2016 àquela Eletrobras Eletronuclear S.A., pela qual foi explicitada a situação equivocada dos cadastros da Vila Residencial de Mambucaba, com pedido de que fossem tomadas as providências de exclusão do nome de Furnas como responsável por esses imóveis junto à SPU.

Desde o ano de 2014, conforme termos do processo administrativo SPU nº 04967.003233/2014/19, estamos empenhados para a exclusão do nome de Furnas no cadastro de 18 (dezoito) imóveis, contudo, até o momento, tal providência só abrangeu 12 (doze) lançamentos cadastrais, permanecendo a pendência para 06 (seis) lançamentos, os quais encontram-se nesse universo de 331 (trezentos e trinta e um) recentemente apurados.

Esse pedido é um reforço de outro processo administrativo SPU nº 04967.008639/2009-12, cujo objeto é a exclusão do nome de Furnas como responsável pela taxa de ocupação. Nesse, além dos que constam na relação da sentença favorável citada abaixo, consta **01 (um) imóvel** que não é de propriedade de Furnas.

Sem prejuízo do processo administrativo acima citado, tramita ainda, judicialmente, ação sob o número de Processo 0079674-33.2015.4.02.5101, em face da União Federal, para reconhecer a inexistência de relação jurídica entre as partes no que tange à cobrança por parte da SPU de taxa de ocupação de diversos imóveis que não pertencem ao acervo patrimonial de Furnas, bem como o pedido de restituição dos valores pagos indevidamente em épocas próximas ao pedido de emissão de certidão de regularidade fiscal junto à Receita Federal, uma vez que esses débitos impediam a emissão da referida certidão, quanto ao andamento do citado processo, de acordo com a Superintendência Jurídica de Furnas, logramos êxito em 1^a instância e estamos no aguardo de processamento de recurso junto ao TRF-2^a Região, desde 14.12.2016.

Nesse processo judicial, existe sentença de procedência de pedido de Furnas em ação movida em face da UNIÃO, para reconhecer a inexistência de relação jurídica entre as partes no que tange à cobrança por parte da SPU de taxa de ocupação desses imóveis.

Dos 331 imóveis, **06 (seis) imóveis** constam na relação da sentença favorável.

Existe ainda, **01 (um) imóvel**, cujo cadastro encontra-se em nome de Furnas, mas cuja propriedade/posse não lhe pertence, mas já identificado como não sendo propriedade de Furnas, conforme informação constante da matrícula 402-A do Cartório do 1º Ofício de Justiça de Angra dos Reis, e o que consta no **processo administrativo SPU nº 10768.007612-20 (Demarcação da**

Linha de Preamar Médio), e que já foi solicitado por Furnas para que o seu nome seja excluído como responsável.

Os únicos **03 (três) imóveis** vinculados ao SPU em posse de Furnas são os relacionados ao empreendimento UTE São Gonçalo, localizado no Estado do Rio de Janeiro, cuja situação dominial perdura com seu registro em nome da CBEE, antecessora da Ampla, e em fase de regularização dominial. A seguir, os endereços e respectivos registros imobiliários patrimoniais:

- Rua Manoel Duarte, s/n, São Gonçalo, RJ - RIP 5897 0000324-34;
- Av. Progresso s/n, São Gonçalo, RJ - RIP 5897 0000330-82;
- Av. Progresso s/n, São Gonçalo, RJ - RIP 5897 0000326-04.

Adiante, resumo da situação dos imóveis em nome de Furnas no *website* do SPU:

RIPs em nome de Furnas no website da SPU	331
RIPs para transferência - Vila de Mambucaba - Eletronuclear	320
RIPs para exclusão - processo SPU nº 04967.003233/2014/19 e Ação Justiça Federal RJ nº 0079674-33.2015.4.02.5101	6
RIPs para exclusão - processo SPU nº 10768.007612-20	1
RIPs para exclusão – não consta no patrimônio Furnas	1
RIP's vinculados a Furnas - UTE São Gonçalo	3

Com respeito a despesas de manutenção e qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis, segue informação sobre o custo do posto de vigilância alocado na UTE São Gonçalo no exercício de 2017, retirado do SAP:

Nº Contrato: 8000007510
Empresa: Angel's Segurança e Vigilância LTDA.
Local: UTE São Gonçalo
Posto: 24h Diariamente até 31/07/2017;
 12h Diariamente Noturno a partir de 01/08/2017.

Valores pagos em 2017 (mensalmente)

MÊS	VALOR PAGO
Janeiro	19.552,32
Fevereiro	17.660,16
Março	19.552,32
Abril	18.921,60
Maio	19.552,32
Junho	21.038,40
Julho	21.739,68
Agosto	10.869,84
Setembro	10.519,20
Outubro	10.869,84
Novembro	10.519,20
Dezembro	10.869,84
TOTAL	191.664,72

Nota 1: Não há manutenção predial na UTE São Gonçalo, pois a mesma se encontra desativada.

Nota 2: Despesas com taxa de ocupação dos imóveis: R\$ 9.866,40 (nove mil, oitocentos e sessenta e seis reais e quarenta centavos).

Quanto aos riscos relacionados à gestão dos imóveis e controles para mitigá-los, pode-se listar:

- Risco: Ocorrência de Intervenções Antrópicas

Medidas preventivas: Vigilância Armada 24h

- Risco: Subtração de Bens Móveis

Medidas preventivas: Vigilância Armada 24h

6.3 Gestão da tecnologia da informação

a) Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor do TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com a Plano Estratégico Institucional.

Ver resposta no item 6.3.2 a seguir.

b) Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas.

O Comitê de Informática tem como objetivo promover o alinhamento, à estratégia global de Furnas, das ações associadas à Tecnologia da Informação no contexto das iniciativas de negócio e tem como atribuições:

- Estimular, na Empresa, a racionalização dos processos e da utilização de recursos de Tecnologia da Informação, dentro da perspectiva de custo-benefício.
- Obter, da alta administração de Furnas, o suporte às ações de Tecnologia da Informação, assegurando o diálogo contínuo com as áreas de negócio.
- Assessorar o órgão de Informática na alocação de recursos e priorização de projetos, garantindo o permanente alinhamento às necessidades de negócio e propondo eventuais mudanças.
- Assessorar o órgão de Informática no desenvolvimento de critérios normativos no campo da Tecnologia da Informação.
- Acompanhar o andamento e avaliar os resultados dos projetos considerados relevantes.
- Propor a constituição de grupos de trabalho para o tratamento de assuntos mais específicos relacionados à Tecnologia da Informação quando se fizer necessário.

O Comitê de Informática, vinculado à Superintendência de Tecnologia da Informação (ST.A), é composto pelo Superintendente da ST.A, que atua como Coordenador do Comitê e representante da Diretoria de Administração, e por um representante de cada uma das demais Diretorias da Empresa, em nível de superintendência.

- Diretoria de Administração (DA)

Luiz Fernando Cunha Lino – Coordenador (Até Setembro)

Marcelo Fernandez Piñeiro – Coordenador (A partir de Outubro)

Luiz Antonio Cabral Monteiro (Suplente)

- Presidência (DP)

Consuelo Garcia

Waldenir Alexandre da Silva Cruz (Suplente)

- Diretoria de Engenharia (DE)

Ronaldo Nahar Neder

Paulo Roberto Vieira Oliveira (Suplente)

- Diretoria de Gestão de Novos Negócios e de Participações (DN)

Fabiana Cristina Rodrigues F. Teixeira

Joerlei Carvalho Alves (Suplente)

- Diretoria de Operação e Manutenção (DO)

Marcos Antônio Carvalho Gomes
José Marcio Peralta (Suplente)

- Diretoria de Finanças (DF)
Marcus Vinicius Vaz
Anselmo Garcia Sobrosa (Suplente)

O Comitê de Informática se reuniu por três vezes em 2017:

Reunião do Comitê de Informática realizada em 08/02/2017 - assuntos tratados:

1. Portfólio de Demandas
2. Apresentação de novo modelo de atendimento às demandas
3. Estratégia de distribuição dos novos microcomputadores para as áreas regionais
4. Iniciativas da ST.A para contenção de gastos

Reunião do Comitê de Informática realizada em 05/07/2017 - assuntos tratados:

1. Orçamento da TI após o corte de 13%
2. Demandas de TI sem previsão orçamentária
3. Estratégia de BI de Furnas
4. Portfólio de demandas

Reunião do Comitê de Informática realizada em 20/10/2017 - assuntos tratados:

1. Apresentação do Marcelo Piñeiro como novo superintendente da ST.A
2. Portfólio de demandas
3. Proposta de inserção de um novo representante da DA
4. Leitura do Relatório CGPAR
5. Designação do Comitê Tático de TI
6. PDTI 2017-2018 (em elaboração)

Observação: encontra-se em andamento uma atualização da norma do funcionamento do Comitê de Informática, inclusive com alteração dos representantes.

c) Descrição dos principais sistemas de informação da UPC, especificando pelo menos seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e criticidade para a unidade.

Ver resposta no item 6.3.1 a seguir.

d) Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período.

O plano de capacitação do pessoal de TI é feito bianualmente pela Superintendência de Tecnologia da Informação – ST.A juntamente com a Superintendência de Recursos Humanos - RH.A.

Segue abaixo a relação dos treinamentos realizados no ano de 2017.

AÇÃO EDUCACIONAL E DE GESTÃO DO CONHECIMENTO PRETENDIDA	Gerência	PARTICIPANTES Nome	OBSERVAÇÕES
Congresso - SAP FORUM	ST.A	Henrique José Maria Luiz Fernando Cunha Lino Marcelo Fernandez Piñeiro	Atendido
Conferência Gartner Business Intelligence, Analytics & Information Management	ST.A	Ana Cláudia Rodrigues da Silva	Atendido
Curso presencial de Analista de Negócios	GGT.A	Andre Luiz Rodrigues da Silva	Atendido
MBA de Empreendedorismo e Inovação em Negócios	GIR.A	Cláudio Lima Figueiredo	Atendido
Gartner Symposium	ST.A	Ana Claudia Rodrigues da Silva Eduardo Schaimberg João Paulo Ribeiro Erthal Luiz Fernando Cunha Lino Marcelo Fernandez Piñeiro Marcia Cristina Castro de Souza	Atendido
Conferência Gartner Data Center, Infraestrutura e Operações de TI	GDS.A	Dimitri El Jaick Bonifácio Costa	Atendido
MBA Executivo em Administração: Gestão da Tecnologia da Informação	GAS.A	João Paulo Ribeiro Erthal	Atendido
Programa de Gerenciamento de Mudança	GGT.A	Wemerson Vale de Medeiros	Atendido
IT Forum 2017	ST.A	Luiz Fernando Cunha Lino	Atendido
TOGAF 9 Certified Arquitetura Corporativa	GGT.A	Bianca Fiúza Franco Freitas Adriana Yuan Costa	Atendido Atendido
IIBA® SÃO PAULO BA DAY 2017	GGT.A	Luis Fernando Braz Braga	Atendido
BootCamp - Gerenciamento de Processos de Negócios	GGT.A	Wemerson Vale de Medeiros	Atendido
Curso Técnico de Secretariado	GDS.A	Georgia Fabiana Kerth Matheus	Atendido

e) Descrição de quantitativo de pessoas que compõem a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários.

- Empregados efetivos da carreira de TI: 66
- Empregados efetivos de outras carreiras: 3
- Empregados efetivos de TI de outros órgãos/entidades: 11
- Empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades: 0
- Terceirizados: 54
- Estagiários: 13

f) Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado.

Os processos de infraestrutura de serviços de TI são baseados nos processos COBIT e ITIL.

Processo de Solicitação de Soluções e Melhorias de Tecnologia da Informação:

Foi aprovada pela Diretoria de Furnas a Instrução Normativa IN.001.2017, com o objetivo de se estabelecerem critérios para regular a solicitação de Soluções e Melhorias Corporativas de Tecnologia da Informação - TI à área de Tecnologia da Informação da Empresa.

Processo de Gestão de Mudança de Infraestrutura:

O processo de mudança tem início com a abertura de uma Requisição de Mudança (RDM), que é registrada por um técnico responsável pela mudança na ferramenta ITIL. Neste formulário são inseridas as informações necessárias para a classificação e análise de impacto e risco.

Para o impacto e o risco são atribuídos os seguintes valores: 1 (baixo), 2 (médio) e 3 (alto).

Posteriormente ao registro, a Requisição de Mudança (RDM) é encaminhada para a equipe de Gestão de Mudanças para análise preliminar. A equipe de Gestão de Mudanças analisa o preenchimento da RDM e verifica se o questionário está respondido adequadamente, procedendo a sua aprovação para as fases seguintes.

Caso as informações não estejam preenchidas corretamente, o Analista de Mudança encerra a RDM e informa na ferramenta o motivo do encerramento.

Se o somatório dos valores de impacto e risco for menor do que 4, a Requisição de Mudança (RDM) pode ser aprovada pelo analista responsável pela mudança, sendo encaminhada diretamente para a fase de implementação.

Se o somatório for igual ou maior que 4, a Requisição de Mudança (RDM) passa por uma análise técnica e aprovação pelo Grupo de Release.

Após a aprovação do Grupo de Release, a mudança é aprovada em reunião do CAB – Change Advisory Board (Comitê de Mudança) e posteriormente aprovada pelo gestor da GM (Gestão de Mudança). Na reunião do CAB é realizada a análise (aprovação ou reprovação) da Requisição de Mudança (RDM). O resultado da reunião é registrado em ata, assinada por todos os participantes, ficando esta arquivada no ST.A

Após as fases de aprovação, as mudanças solicitadas são implementadas e a RDM é encerrada.

Processo de Mudança no sistema SAP:

Conceitos:

- 1) Os “Incidentes” são erros que ocorreram no SAP e são reportados pela empresa.
- 2) As “Solicitações de Serviço” que ocasionam mudanças no SAP são originadas, por exemplo, da criação ou modificação de papéis (acesso).
- 3) As demandas podem ser originadas das áreas de negócio, que solicitam melhorias no SAP, atendimento de demandas legais ou desenvolvimentos no BW. Podem ser também implementações de novas funcionalidades no SAP, aplicação de notas e outros.

Introdução:

As demandas são analisadas pelo Órgão Executor (GDS.A, GGT.A, GIR.A) na Ferramenta ITIL conforme sua origem.

A implementação da solução é feita por meio de configurações no SAP, alteração/criação de programas ou aplicação de notas SAP, gerando unidades de mudança, que podem ser “pacotes” ou “requests”.

As requests ou pacotes ficam registrados nos documentos de modificação, que estão vinculados à demanda que está sendo atendida.

Os documentos de modificação podem ser do tipo: Normal, Urgente, Administrativa ou Não ABAP.

Os “pacotes” são arquivos que podem ser copiados manualmente no ambiente, ou ainda podem ser modificações vindas de sistemas SAP externos.

Solicitação, desenvolvimento e homologação:

As mudanças no SAP são originadas a partir de Incidentes, Solicitações de Serviço ou Demandas registradas em ferramenta ITIL por usuário do sistema.

Após a solicitação ser registrada em ferramenta ITIL, é feita a indicação do processo que está sendo impactado na mudança.

Os desenvolvimentos do SAP são realizados em ambiente de desenvolvimento (DEV).

Após a realização do desenvolvimento para atendimento da demanda, são realizados os testes unitários pelo Órgão Executor e transportados os desenvolvimentos para o ambiente de homologação.

Para o caso de mudanças solicitadas pelas áreas de negócio, é realizada a homologação dessa mudança pelo usuário que a solicitou em ambiente de homologação.

Após a homologação da solução/mudança, essas “requests” ou pacotes são aprovados pelo Gerente da Gerência de Desenvolvimento de Sistemas (GDS.A) ou por um dos colaboradores constante na “Lista de aprovadores” quando se trata de uma modificação normal. Cabe destacar, que o colaborador responsável pelo desenvolvimento não pode aprovar a entrada do mesmo em produção.

Nos documentos de modificação do tipo normal ou não abap para mudanças solicitadas pelas áreas de negócio, existem evidências da homologação do usuário por meio de pacotes de teste executados ou documentos anexados. Para os documentos de modificação urgentes a evidência da homologação do usuário não é obrigatória.

Mudanças decorrentes da aplicação de notas, upgrades e demandas internas da TI poderão apresentar documentação dos testes realizados no lugar da homologação.

Ambiente de Produção:

Após a devida aprovação, o transporte da mudança para o ambiente de produção é realizado pela equipe Basis por meio de ferramenta ITIL.

Para mudanças urgentes, a liberação para produção é realizada pela equipe Basis e posteriormente é confirmada pelas Gerências de Desenvolvimento de Sistemas (GDS.A), de Infraestrutura e Segurança da Rede (GIR.A), Governança e Gestão de TI (GGT.A) ou por um dos Aprovadores designados por ata de reunião da ST.A.

O grupo de aprovadores do processo de mudanças é revisado semestralmente, por meio de ata de reunião da ST.A

Caso a solução não satisfaça ao usuário requisitante no ambiente de produção, o mesmo deverá abrir um incidente na ferramenta ITIL, solicitando a reversão da solução, que é atendida por meio da implementação de uma nova versão com a configuração na posição anterior à mudança.

Há segregação de ambientes de desenvolvimento, homologação e produção. A exceção é para o ambiente do Solution Manager que possui apenas ambiente de desenvolvimento e de produção, não possuindo ambiente próprio para homologação (QAS), que é realizado no primeiro.

Processo de Mudança em sistemas “Não SAP”:

Solicitações de Mudanças

Solicitações que visam o desenvolvimento de novas soluções corporativas ou implementações de alterações são encaminhadas formalmente à GGT.A ou à GDS.A pelo órgão responsável pela função (Gestor Funcional), por meio de uma Correspondência Interna – CI, registro de demanda ou incidente na ferramenta ITIL, ata de reunião aprovada por um Gerente Funcional ou Coordenador e e-mail, nos casos de atualização de conteúdo.

Registro de Demanda

A GGT.A ou um Gestor Funcional solicita via CI, ou um usuário chave solicita via ferramenta ITIL e encaminha à área solucionadora, que faz o registro na ferramenta de gerenciamento de mudanças, de acordo com os dados da CI, registro na ferramenta ITIL, e-mail ou da Ata. Em seguida, após o estudo de viabilidade, é aprovada na ferramenta de gerenciamento de mudanças por um Gerente da GDS.A ou um aprovador designado em ata de reunião da ST.A. Nos casos de erro e de demanda emergencial, a aprovação é automática na ferramenta, sendo ratificada, posteriormente, por um Gerente da GDS.A ou um aprovador designado em ata de reunião da ST.A.

As mudanças são classificadas segundo o tipo ou tamanho (Erro, Mudança Pequena, Média ou Grande). A urgência no atendimento é tratada na priorização da demanda. Nos casos de mudanças classificadas como Erro, as mesmas são consideradas como emergenciais.

Atualização de Conteúdo

As atualizações de conteúdo são solicitações de alteração em páginas estáticas. A solicitação é feita por meio de mensagem de correio eletrônico por um colaborador designado pelo órgão gestor do conteúdo. Para esses casos não é necessária aprovação gerencial, tendo em vista que essa ação não caracteriza uma mudança.

Desenvolvimento da solução

O desenvolvimento da solução é efetuado de acordo com a metodologia formal.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento de soluções é constituída por no mínimo 02 (duas) das 04 (quatro) fases distintas (Iniciação, Elaboração, Construção e Transição), cada qual efetuando levantamento e mapeamento detalhados de todas as estruturas que irão compor a solução final. A documentação do processo é pública e encontra-se disponível para todos os colaboradores na intranet de Furnas. Existe um processo descrito para assegurar que os produtos a serem instalados estejam de acordo com os padrões estabelecidos.

Toda esta documentação é armazenada em repositório seguro e controlado e verificada pela Equipe de Qualidade que é responsável pela adequação dos projetos à metodologia existente. Esta equipe também tem como função manter a metodologia atualizada.

Os projetos de TI para desenvolvimento de soluções corporativas são documentados e armazenados nas ferramentas de gerenciamento de mudanças, configuração e requisitos. O controle das versões é realizado na ferramenta de gerenciamento de configuração.

Para os casos de demanda emergencial, após desenvolver a mudança emergencial, o desenvolvedor realiza testes unitários no ambiente de desenvolvimento, para, então, liberar o transporte para o ambiente de produção.

Testes e Homologação

Testes são efetuados pelo órgão solicitante com o apoio da equipe de desenvolvimento da GDS.A em ambiente segregado, conhecido como “Ambiente de Homologação”. Uma versão da solução não pode passar para homologação caso todas as suas tarefas associadas não estejam no estado de “encerradas”.

O ambiente de homologação é disponibilizado para que o usuário teste a mudança solicitada. Isto é realizado porque a metodologia exige que as mudanças sejam testadas em um ambiente de testes separado antes da promoção para o ambiente de produção. Em caso de não conformidade, o usuário informa à GDS.A e o processo é reiniciado, conforme descrito acima. A validação da solução é formalmente efetuada pelo órgão solicitante via CI de homologação. Para os casos em que houver erro no Ambiente de Homologação, um incidente será aberto para solução do erro, sendo informado no momento de transporte para o Ambiente de Produção. No caso de Atualização de Conteúdo, o colaborador designado pelo órgão gestor do conteúdo aprova a homologação por meio de mensagem de correio eletrônico informando o código da homologação que está sendo aprovado.

O ambiente de homologação é atualizado com os dados do ambiente de produção sob demanda.

Treinamento de Usuários

No caso de projeto de desenvolvimento de novos sistemas de TI ou mudança que implique a implantação de alguma nova funcionalidade ou grande mudança em funcionalidade existente, haverá, logo após a homologação pelo solicitante, um treinamento ou uma reunião para os usuários na qual os conhecimentos necessários serão passados. Será obrigatória a assinatura de lista de presença. A necessidade ou não do treinamento estará explicitada na documentação do projeto.

Transporte para Produção

A formalização é registrada no aplicativo “Registro de Solicitações ao DPD” ou Jazz antes da promoção da mudança para o ambiente de produção. O acesso ao ambiente de produção não é permitido aos profissionais da equipe de desenvolvimento de TI do GDS.A, e a transferência para produção é efetuada somente pelos profissionais da equipe de produção que possuem o acesso a este ambiente.

O identificador da homologação gerado pelo aplicativo “Registro de Solicitações ao DPD” ou Jazz é registrado na solicitação correspondente previamente cadastrada na ferramenta de gerenciamento de mudanças.

O analista responsável informa nos aplicativos “Registro de Solicitações ao DPD” ou Jazz a CI do usuário que autoriza o transporte da mudança para a produção ou, em caso de erro, o número do incidente é informado, a fim de que a solicitação seja disponibilizada. Um integrante do Comitê de

Aprovação aprova o transporte para produção nos aplicativos supracitado. Posteriormente, a GAS.A verifica as solicitações aprovadas para transporte do ambiente de homologação para o de produção e realiza a requisição. Todo o histórico do processo fica registrado no aplicativo.

O tratamento para "emergências" no processo de homologação (testes de aceitação do usuário e posterior passagem para a produção) ocorre quando não há a possibilidade de se obter a aprovação da homologação. Neste caso, a aprovação é registrada posteriormente por um integrante do Comitê de Aprovação nas aplicações “Registro de Solicitações ao DPD” ou Jazz. Caso o gerente não aprove a mudança em produção, a versão anterior é recuperada pela Ferramenta de Gerenciamento de configuração.

Quando houver a necessidade de migração/conversão de dados, o solicitante informará expressamente, via Correspondência Interna, que a migração ocorreu e que todos os dados continuam íntegros na nova versão. A migração de dados será realizada durante as fases de elaboração e construção do projeto de desenvolvimento de sistemas de TI ou da mudança, seguindo o processo de desenvolvimento de sistemas (PDSF - Processo de Desenvolvimento Software de Furnas).

Processo de Gestão de Incidente

A solicitação de atendimento pode ser realizada por meio de contato telefônico, para a Central de Serviços; por correio eletrônico, diretamente à caixa postal da Central de Serviços; ou ainda, diretamente pela ferramenta ITIL por qualquer colaborador.

Na abertura do incidente, no momento do preenchimento do formulário de atendimento pelo solicitante, ao classificá-lo pelo tipo, urgência e impacto, será automaticamente calculada a sua prioridade e determinado o prazo para atendimento desta solicitação.

No caso de abertura do incidente na Central de Serviços, antes do registro de um novo incidente, é verificada a existência de um incidente já aberto. Neste caso, será utilizado o processo de Call Back, em que a reclamação do usuário é registrada no incidente identificado. Se o incidente estiver resolvido, ele é reaberto, a reclamação é inserida no incidente, que é direcionado para o analista que o resolveu. Se o incidente estiver fechado ou não existir incidente previamente registrado, o analista deverá seguir o processo de registro de um “novo” incidente. Todas as informações e suas possíveis alterações ficam armazenadas no histórico do incidente.

No caso de mudança programada, o analista da Central de Serviços é informado da previsão de retorno do serviço e, se necessário, o incidente é redirecionado para a área solucionadora, ou, caso contrário, fechado. Não havendo parada programada, o registro do incidente prossegue normalmente.

Após a resolução do incidente, um e-mail é enviado, de forma automática ao usuário, a fim de que o mesmo confirme o atendimento do incidente e a sua resolução. O usuário tem 48h para responder. Caso não o faça, o incidente que já está com o status de resolvido é fechado. Os e-mails respondidos ficam armazenados na caixa postal de confirmação de incidentes da Central de Serviços por, aproximadamente, 06 (seis) meses.

Os incidentes de segurança de alta criticidade são tratados diferenciadamente, possuindo tempo e grupos de escalação diferentes. O Gestor de Segurança é informado da existência de incidente de segurança de alta criticidade para que possa tomar as devidas providências.

Processo de Gestão de Configuração

Um item de configuração é classificado como crítico quando suporta algum processo de negócio considerado relevante para a certificação SOx. Os processos mais relevantes para certificação SOx são determinados pela Eletrobras através do cálculo de materialidade realizado pela mesma. Sendo assim, anualmente a ST.A solicita à Gerência de Controles Internos a lista atualizada com as aplicações que manipulam dados financeiros, a fim de atualizar a relação de itens de configuração críticos.

Quando ocorre a necessidade de atualização (inserção ou exclusão) na lista de CIs críticos, é aberta uma requisição de mudança (RDM) na ferramenta ITIL com tarefa (s) direcionada (s) à “Gestão de Configuração”. Com a RDM aberta, é respondido o Formulário de Alteração de CI Crítico, que fica anexado à RDM na ferramenta ITIL. Este formulário documenta a data e hora, descreve as ações que foram realizadas, identifica o responsável e os resultados alcançados tais como sucesso, intercorrências, etc. Em seguida, o analista identifica se a mudança está relacionada a algum CI crítico, devidamente identificado na Ferramenta ITIL, e caso a mudança seja aprovada, a lista é atualizada.

Semestralmente, a Equipe de Configuração analisa as alterações de CIs críticos no período e entra em contato via e-mail com os responsáveis pelas aberturas das RDMs. O resultado desta análise é validado na Ferramenta ITIL e documentado por meio de uma RDM, que identifica se houve alguma discrepância ou se está em conformidade.

g) Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão.

Núcleo de Processos

O Núcleo de processos de TI foi criado em 2017 para representar a ST.A junto à Assessoria de Organização e Processos – AOP.A relativamente às ações relacionadas a processos, para apoiar a área de Auditoria nas auditorias internas , externas e SOX nos processos da ST.A (elaboração, revisão, formalização, publicação), orientar na formulação dos indicadores de desempenho dos processos de TI e promover disseminação da cultura de processos na ST.A, objetivando aumentar o nível de maturidade em processos.

Escritório de Projetos

Entre as atividades de governança, foi implantado o Escritório de Projetos na ST.A com o objetivo de dar suporte aos objetivos estratégicos de Furnas no que se refere à Tecnologia da Informação.

Desta forma, tem como principal meta acompanhar de modo mais eficaz os projetos da área de TI, bem como auxiliar no cumprimento do prazo e da qualidade acordados com as demais áreas de negócio. Além disso, viabiliza o monitoramento da execução dos projetos baseado em um planejamento previamente elaborado. Consequentemente, permite uma administração mais eficiente que possa priorizar necessidades e garantir que a ST.A participe ativamente do alcance de resultados concretos para Furnas.

Foi elaborada uma metodologia que se propõe a documentar de maneira simples e objetiva os projetos, através da elaboração de poucos documentos básicos, buscando disseminar as noções de

gerenciamento de projetos entre todos os envolvidos. Para apoiar a metodologia, foi implantada a solução tecnológica Microsoft PPM 2016.

Self-Service BI

Visando dar autonomia, mais agilidade na tomada de decisão e eficiência aos usuários não-técnicas de Furnas, a ST.A implantou a solução auto-serviço de dados, o Self-Service de BI.

A solução conta com capacidades analíticas avançadas e capacidade de visualização de dados e exploração de ideias interativamente, investigação de padrões que permitem a descoberta de fatos anteriormente desconhecidos, além de revelar oportunidades, tendências, padrões e associações, através de consultas a gráficos, relatórios e dashboard.

Em 2017 foi concluída a implantação e treinamento dos usuários-chave. Estão previstas para 2018, a atualização de funcionalidades e a operação assistida.

Metodologia de Análise de Negócio

Baseado na utilização de novas técnicas de levantamento de requisitos de negócio, como, *Design Thinking*, e na integração das áreas da Superintendência de Tecnologia da Informação (ST.A), foi elaborado pela GGT.A um método que passou a nortear os Arquitetos de Negócio e Tecnologia no relacionamento com as áreas de negócio e no tratamento de novas demandas. Com a utilização deste método foi possível maior agilidade e assertividade no entendimento das necessidades da área de negócio demandante. Esta análise também aborda aspectos como retorno de investimento e alinhamento estratégico da demanda. Como consequência da participação ativa de todos os envolvidos, o documento resultante provou ser suficientemente robusto para servir como base à tomada de decisão do Comitê de TI sobre a seleção e priorização dos projetos que integram o portfólio da Superintendência de Tecnologia da Informação (ST.A).

Programa de Inovação da ST.A

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) definiu um conjunto de Iniciativas Estratégicas com a finalidade de elevar o nível de serviços tecnológicos, alinhados com a estratégia de negócio da Eletrobrás Furnas.

A Iniciativa Estratégica 007 (IE007) determina a “Elaboração e Implantação de Mecanismos de Inovação na ST.A”, que foi atendida com a criação do Programa de Inovação da ST.A em junho de 2016.

O Programa de Inovação da ST.A tem foco em desenvolver em seus participantes as competências interpessoais, visando a criação de grupos de trabalhos coesos e focados nos resultados. Para isso se baseia na metodologia do Design Thinking, na Andragogia, nos princípios de Dinâmica dos Grupos e na Análise Transacional.

O programa é composto de 6 fases, com o propósito definido na figura abaixo.



O Programa de Inovação atende aos seguintes objetivos estratégicos:

I5 - Impulsionar o sucesso das áreas clientes com soluções inovadoras de TI.

P1 - Racionalizar os custos gerais de TI.

P4 - Aprimorar a comunicação.

A3 - Fortalecer a sinergia entre as áreas da ST.A.

Durante a execução dos três ciclos (18 meses), os seguintes resultados foram alcançados:



O Programa de Inovação da ST.A será realizado anualmente e encontra-se atualmente em expansão para integrar colaboradores da Superintendência de Recursos Humanos (RH.A).

Projetos	Valores Realizados em 2017 (R\$)	Prazo de Conclusão
Aquisição de Firewall de Aplicação Palo Alto	1.287.500	2018
Ampliação do sistema de videoconferência de Furnas	3.276.708	2018
Aquisição de licenças Adobe	297.133	2018
Fábrica de GED	2.619.849	2018
Prestação de serviço Testes de software e auditoria de artefatos de software.	691.272	2018
Configuração e Parametrização de Licenças Suite Rational	127.508	2018
Aquisição de Licenças Netbackup	1.705.035	2018
Fábrica de Sharepoint	350.295	2018
Aquisição de Licenças SAP BusinessObjects Ent, pro ed (CS) e SAP Enterprise Project Connection	579.442	2018
Fábrica de Software	473.212	2019
Configuração e Parametrização das Licenças do software Primavera	222.300	2020
Aquisição de Storages para o sistema de backup	152.028	2020
Configuração e Parametrização do Software de Gestão de auditoria	446.849	2018

h) Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.

Não existe dependência tecnológica de empresas terceirizadas.

6.3.1 Principais sistemas de informações

1- ERP SAP ECC 6.0

Gestor: Henrique José Maria

Manutenção feita por funcionários de quadro próprio e contrato.

Criticidade: Alta

Valor contrato manutenção: ver quadro a seguir.

Quadro 6.3.1.1 – Contratos dos principais sistemas de informação (parte 1/2)

Número do Contrato	Objeto	Fornecedor		Vigência		Custo (R\$)	Valores Desembolsados em 2017 (R\$)
		CNPJ	Denominação	Início	Fim		
8000008958	Manutenção, suporte e Fábrica ABAP - Desenvolvimento de melhorias do ambiente SAP/ERP. (Novo Contrato para o Serviço)	04.351.954/0005-23	MEGAWORK	25/04/2016	25/04/2018	8.046.004	3.460.628,27

Fonte: Superintendência de Tecnologia da Informação – ST.A

Segue breve descrição dos diversos módulos que compõem o sistema.

Módulo PS

Descrição: Módulo SAP de Gerenciamento de Projetos

Funções:

- Controlar os Projetos Fisicamente (Datas);
- Controlar os Projetos Financeiramente (Orçamento).

Módulo PM

Descrição: Planejamento e Controle de Manutenção de Equipamentos.

Funções:

- Gerenciamento da manutenção de equipamentos e locais de instalação (Subestações, Usinas, Linhas de Transmissão, Instrumentos e Laboratórios Químicos, Hidrometeorologia, Sismologia, Centro de Operação e Telecomunicação);
- Gerenciamento dos custos utilizados em mão de obra (interna e externa), materiais, serviços (interno ou terceiros) utilizados na manutenção.

Módulo SD

Descrição: Faturamento de Energia.

Funções:

- Cadastro de Clientes;
- Criação de Contratos;
- Criação de Ordem de Venda;
- Cálculo da Energia Consumida para Faturamento;
- Faturamento de Energia/Serviços;
- Emissão de Nota Fiscal.

Módulo CO/FM

Descrição: Gestão Orçamentária e de Custos

Funções:

- Gerenciamento de dados mestres do orçamento e controladoria;
- Gestão do planejamento e orçamento;
- Acompanhamento de custos;
- Fechamento Mensal.

Módulo HR - Time

Descrição: Controle de Frequência através do apontamento e controle de ponto.

Funções:

- Gerenciamento da frequência dos empregados baseado nas marcações, apurando itens para a folha de pagamento.

Módulo - EH&S

Descrição: Gestão de Saúde Ocupacional e Segurança Industrial.

Funções:

- Gerenciamento/Controle das principais NRs.

Módulo HR - PY

Descrição: Folha de Pagamento.

Funções:

- Pagamento salarial dos empregados e tributos referentes à folha de pagamento.

Módulo HR - PA/PD

Descrição: Cadastro de Pessoal, Concessão de Benefícios e Treinamento.

Funções:

- Gerenciamento de dados mestres de pessoal;
- Gerenciamento de Estruturas Organizacionais;
- Gerenciamento de Cargos;
- Gerenciamento de Posições;
- Gerenciamento de Tarefas;
- Gerenciamento de Benefícios;
- Gerenciamento de Treinamento.

Módulo FI - AA/TR/GL/AP/AR/TV

Descrição: Gestão de Finanças e Contabilidade de Ativos com Contas a Pagar, Contas a Receber, Tesouraria, Viagens, Ativo Imobilizado e Contabilidade.

Funções:

- AP:
 - Cadastro de Fornecedores;
 - Registro de Faturas;
 - Carga em massa de Faturas;
 - Adiantamento/Prestação de Contas de Funcionários não em viagem.
- TV:
 - Adiantamento de viagem;
 - Prestação de Contas e Gerenciamento de viagem.
- AR:
 - Complemento e Desbloqueio do Cadastro de Clientes;
 - Registro de Avisos de Créditos;
 - Destinações Contábeis;
 - Transferências de Clientes para Fornecedores;
 - Emissões de Cartas de Cobranças;
 - Geração de Arquivos para os Bancos.
- AA:
 - Atender Auditoria Interna;
 - Atender órgão externos de fiscalização;
 - Conferência de pontos de controle;
 - Base para tarefas internas.
- GL:
 - Atender exigências da ANEEL, CVM e IFRS.

Módulo CFM

Descrição: Empréstimos e Financiamentos, Administrar Saldo de Caixa, Administrar e Gerenciar atribuições de Fluxo de Caixa e Aplicação de Recursos Financeiros.

Funções:

- Importação de extratos bancários;
- Conciliação Bancária;
- Fechamento de Caixa Diário;
- Lançamento de aplicações e resgates financeiros;

- Análise e elaboração do Fluxo de Caixa Previsto, Planejado e Realizado;
- Cadastro de Parceiros de Negócio;
- Pagamentos, Recebimentos e Contabilizações de Empréstimos e Financiamentos.

2. SIRO

Gestor: Ana Cristina Medeiros Borges

Responsáveis Técnicos: Alexandre Costa Rodrigues e Fabio Scherer

Manutenção feita por equipe própria.

Criticidade: Alta

Descrição: Sistema de acompanhamento das solicitações de intervenções, indisponibilidades e restrições operativas no sistema eletroenergético e de telecomunicações, envolvendo a coordenação, supervisão e execução de manobras de isolamento/normalização nas instalações.

Funções:

- Programação e Execução de intervenções;
- Cadastramento de Títulos Padrão;
- Cadastramento de Locais e Equipamentos da Operação.

3. THEMIS

Gestor: Ana Cristina Medeiros Borges

Responsável Técnico: Kelly Mello Monteiro

Manutenção feita por empresa contratada.

Criticidade: Alta

Valor contrato manutenção: ver quadro a seguir.

Quadro 6.3.1.1 – Contratos dos principais sistemas de informação (parte 2/2)

Número do Contrato	Objeto	Fornecedor		Vigência		Custo (R\$)	Valores Desembolsados em 2017 (R\$)
		CNPJ	Denominação	Início	Fim		
8000005028	Supporte e manutenção do sistema Themis (Jurídico)	11.319.574/0001-43	KTREE	10.04.2012	10.04.2017	1.753.668	151.547,05

Fonte: Superintendência de Tecnologia da Informação – ST.A

Descrição: Sistema de automação das atividades da área jurídica de Furnas.

Funções:

- Gestão de processos
- Agenda e prazos
- Pauta de compromissos
- Andamentos automáticos
- Alocação de horas
- Controle de despesas
- Controle de cobranças
- Emissão de relatórios
- Armazenamento de documentos
- Controle de depósitos
- Campos customizáveis
- Gestão financeira
- Faturamento
- Controle de reembolso
- Acesso via web
- Acesso para clientes
- Visão por usuário
- Gestão de arquivo físico
- Publicações

4. Sistema de Informações Espaciais dos Empreendimentos de Furnas (GISFurnas)

O GISFurnas tem por principal finalidade gerenciar e disponibilizar todas as informações geográficas e espaciais provenientes das atividades/processos de engenharia relacionadas aos empreendimentos (usinas, linhas e subestações) da Empresa.

A contratação de serviços de migração e atualização do sistema para a nova plataforma (ESRI), como também o suporte técnico especializado, prevista inicialmente para ocorrer no ano de 2016, foi reprogramada para o ano em curso.

Gestor: Paulo Roberto Vieira Oliveira

Criticidade: Alta

5. Rede de Detecção de Descargas Atmosféricas (RINDAT)

A RINDAT tem por principal finalidade possibilitar a detecção, o registro e análise da incidência de descargas atmosféricas ocorridas nas áreas onde Furnas detém os seus ativos, possibilitando proteções mais eficientes quanto a esse tipo de evento.

A contratação de serviços de administração e suporte técnico, como também de aquisição de sensor para expansão da rede prevista inicialmente para o ano de 2016, foi reprogramada para o ano em curso.

Gestor: Paulo Roberto Vieira Oliveira

Criticidade: Média

O principal Sistema de Informação utilizado pela DO é o ERP SAP (ver sistema 1 acima), os demais sistemas computacionais essenciais à Diretoria de Operação e Manutenção são classificados como sendo de Controle de Processos, cujas principais diretrizes e critérios são emanados dos Procedimentos de Rede, os quais são aprovados pela Agência Reguladora - ANEEL e geridos pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

d) Avaliação de riscos relacionados à continuidade e disponibilidade dos sistemas e medidas para mitigar eventuais riscos existentes.

Os processos de avaliação e monitoramento de riscos em Furnas são estabelecidos seguindo as diretrizes dispostas pela Gerência de Riscos e Controles Internos (GRI.P), uma das gerências ligadas à Superintendência de Gestão de Conformidade e Riscos (RC.P).

Por sua vez, a Gestão de Riscos é realizada a partir de deliberação do Comitê de Gestão de Riscos, pela priorização dos eventos de risco, posteriormente aprovados pela alta administração. Quanto à metodologia de gerenciamento, a Nota Técnica ARC.F.001.2015 define os conceitos para implantar um sistema automatizado de mapeamento, coleta de informações, tratamento e disseminação dos riscos corporativos aos quais Furnas está submetida.

Adicionalmente, vale registrar que Furnas passou a adotar em 2015, na Política de Gestão de Riscos das Empresas Eletrobras, o sistema COSO 2013.

No exercício de 2017, no evento de risco "Gestão da Informação", foram priorizados pelo Comitê de Gestão de Riscos os seguintes fatores de risco:

- Vazamento de informações sigilosas da Empresa;
- Não inclusão de segurança da informação como requisito obrigatório no gerenciamento de projetos; e
- Desconhecimento das políticas e procedimentos de Segurança da Informação.

Destes, o segundo fator ("Não inclusão de segurança da informação como requisito obrigatório no gerenciamento de projetos") está relacionado à "continuidade e disponibilidade dos sistemas" por preconizar a inclusão, em qualquer projeto que envolva a implantação de sistema automatizado, de questões relativas à Segurança da Informação, a começar pelos pilares (Disponibilidade, Integridade, Confidencialidade e Autenticidade – DICA), e envolvendo, também, a preocupação com a continuidade do negócio.

O plano de ação relativo ao fator mencionado acima é:

"Realização de ações de conscientização específicas com gerentes e gestores de projetos".

O plano de ação se refere a 2018, e as ações pretendidas consistirão, basicamente, de palestras para este público específico, com orientação sobre aspectos de Segurança da Informação e, especificamente no que tange ao risco citado, sobre a necessidade de avaliar corretamente o impacto, no negócio da Empresa, de eventual indisponibilidade do sistema em implantação e da possível contingência que se faça necessária implementar.

No que tange ao exercício de 2017, em iniciativa não diretamente endereçada a risco priorizado pelo Comitê, porém destinada, sim, a mitigar riscos de indisponibilidade de sistemas de informação, a implementação de um Plano de Continuidade do Negócio foi identificada como um dos projetos

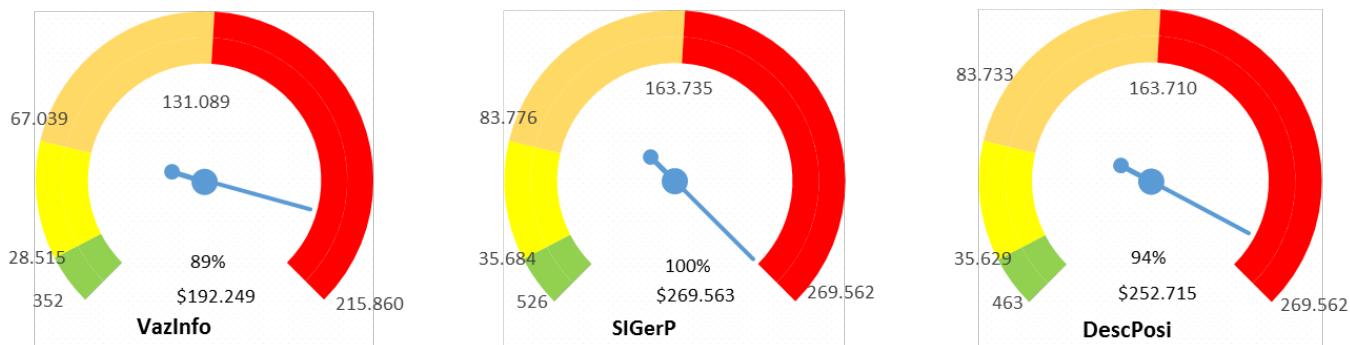
de maior porte a serem realizados pela Gerência de Segurança e Gestão da Informação – GSI.P. Não foi possível, entretanto, priorizá-lo para início imediato. Foi iniciada apenas ação preparatória, que consistiu em consultar todas as áreas da Empresa acerca de seus processos críticos de negócio e dos sistemas automatizados que os suportam.

Segue abaixo a análise e avaliação do evento de riscos “Gestão da Informação”, realizada no ano de 2017:

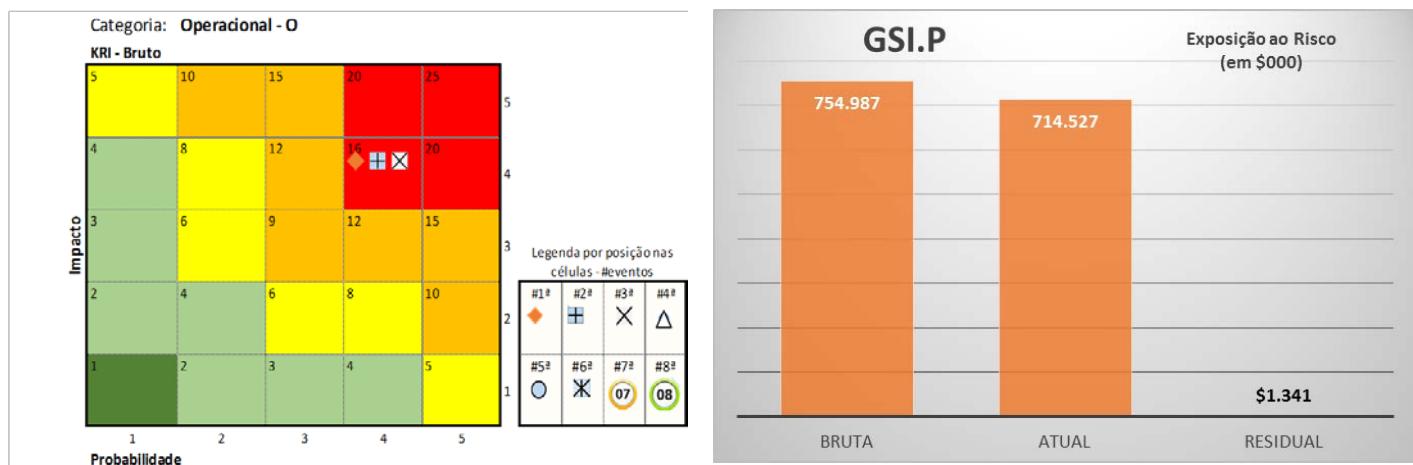
Neste Evento de Risco foram apurados pela área os seguintes fatores e respectivos acrônimos:

- Vazamento de Informações Sigilosas da Empresa – **VazInfo**
- Não inclusão de segurança da informação como requisito obrigatório no gerenciamento de projetos – **SIGerP**
- Desconhecimento das políticas e procedimentos de Segurança da Informação – **DescPosi**

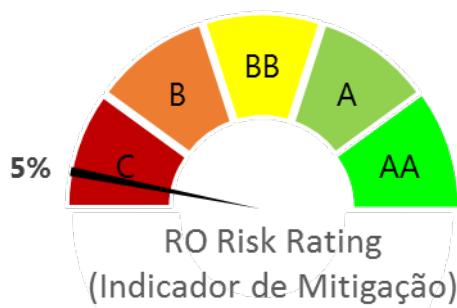
Gráfico de Cada Fator de Risco com sua Exposição em R\$1000 e sua Vulnerabilidade



Mapa Térmico com os fatores de Risco e a Exposição Total (em R\$1000) do Risk Owner



Indicador de Mitigação do Risk Owner



Plano de Ação:

- **Vazamento de Informações Sigilosas da Empresa – VazInfo**
 - Revisão da IN de classificação da informação;
 - Implementação de classificador de informação;
 - Implantação de ferramenta DLP.
- **Não inclusão de segurança da informação como requisito obrigatório no gerenciamento de projetos – SIGerP**
Realização de ações de conscientização específicas com gerentes e gestores de projetos.
- **Desconhecimento das políticas e procedimentos de Segurança da Informação – DescPosi**
Campanhas de conscientização e divulgações das boas práticas de Segurança da Informação através dos veículos de comunicação da empresa.

Feita essa abordagem inicial, no que se refere aos riscos relacionados à continuidade e disponibilidade dos sistemas e medidas para mitigar eventuais riscos existentes, foi realizado levantamento para inclusão do Evento de Risco “Gestão da Informação” na Matriz de Riscos de Furnas com os fatores de risco e seus respectivos impactos relacionados à Segurança da Informação (ver Quadro 6.3.1.2 – Riscos x Impactos com Segurança da Informação).

Quadro 6.3.1.2 – Riscos x Impactos com Segurança da Informação

Pilar	Categoria	Evento de Risco	Descrição	Fatores de Risco	Impactos de Risco
Operacional	Tecnologia da Informação e Telecomunicação (TIC)	Gestão da Informação	Gestão das atividades de criação, alteração, divulgação, guarda e manuseio das informações produzidas ou recebidas pela Empresa, até o seu descarte, contemplando a Continuidade do Negócio, a necessidade de transparência, critérios de conformidade e processos de tomada de decisão pela alta administração.	- Limitação de recursos (orçamentários, de pessoal, tecnológicos);	- Perda de imagem, Reputação ou Boa fé;
				- Inexistência de divulgação das políticas e procedimentos de Segurança da Informação;	- Atividades executadas em desacordo com políticas, normas e procedimentos da Empresa;
				- Ausência / Inadequação de mecanismos / procedimentos que garantam o cumprimento das políticas e processos de gestão da Informação;	- Desconfiança dos investidores e do mercado;
				- Inexistência de mapeamento dos processos de negócio e fluxo de informações;	- Perda de credibilidade junto ao mercado e stakeholders;
				- Pouco envolvimento / “patrocínio” da Alta Administração;	- Redução do valor de mercado da Companhia;
				- Ausência de Treinamento / Capacitação e Conscientização;	- Não aderência às melhores práticas de governança corporativa;
				- Ausência de cultura empresarial focada em segurança da Informação;	- Não consecução dos planos de negócio;
				- Indefinição / desconhecimento dos planos de negócio da Companhia;	- Não aderência às regras e procedimentos internos;
				- Complexidade das operações / dimensão da Companhia, relacionadas à Segurança da Informação;	- Processo decisório mais lento;
				- Ausência de Plano de Continuidade de Negócio ligado à gestão da informação;	- Perda de competitividade e eficiência;

Pilar	Categoria	Evento de Risco	Descrição	Fatores de Risco	Impactos de Risco
				<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de mapeamento de informações estratégicas/sensíveis relacionadas ao negócio; 	<ul style="list-style-type: none"> - Perda de Propriedade Intelectual;
				<ul style="list-style-type: none"> - Ausência da prática contínua de mapeamento / melhoria de processos; 	<ul style="list-style-type: none"> - Não aderência às exigências da Lei nº 12.527/2011 e seus Decretos, bem como requisitos / atendimentos de exigências e / orientações da SOX, OCDE, CVM, CPC, de Órgãos Reguladores, o programa de integridade da Eletrobras e demais normatizações de mercado;
				<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de identificação de ameaças potenciais para a empresa e os possíveis impactos nas operações de negócio, caso estas ameaças se concretizem (impacto x custo); 	<ul style="list-style-type: none"> - Impactos de interrupção do negócio da empresa;
				<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de equipe de tratamento de resposta à incidentes; 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de resposta eficiente para minimizar impactos;
				<ul style="list-style-type: none"> - Ausência / Inadequação de levantamento de ativos; 	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de capacidade de gerenciar risco que não podem ser segurados;
				<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de adoção de melhores práticas que atendam aos requisitos/exigências previstas na 4ª iniciativa do PDNG (Plano Diretor de Negócio e Gestão) da Eletrobras; 	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de procedimento de testes para monitoramento;
				<ul style="list-style-type: none"> - Vazamento de Informações; 	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de capacidade de demonstração de manter a entrega de seus produtos e serviços.
				<ul style="list-style-type: none"> - Divulgação indevida de Informações equivocadas ou 	

Pilar	Categoria	Evento de Risco	Descrição	Fatores de Risco	Impactos de Risco
				imprecisas;	
				- Ausência de contato com autoridades relevantes e grupos especializados em Segurança da Informação;	
				- Não inclusão da Segurança da Informação como requisito obrigatório no gerenciamento de projetos, independentemente do tipo de projeto;	
				- Ausência de processo disciplinar formal, específico para casos de violações de Segurança da Informação;	
				- Ausência de mecanismos tecnológicos que suportem o processo de Classificação da Informação;	
				- Ausência de política formal de Backup;	
				- Ausência de relatórios / Indicadores de: tráfego de dados e de incidentes de TI;	
				- Comunicação deficiente;	
				- Falta de autonomia para implementação / contratação de teste de Intrusão e de investigações forenses.	

Fonte: Superintendência de Gestão de Conformidade e Riscos – RC.P

No exercício de 2015, não foi implementada qualquer ação relativa à continuidade do negócio ligada à Segurança da Informação.

No que se refere a 2016, após tratativas, foi realizado um levantamento inicial, contemplando as medidas de mitigação (matriz de riscos apresentada adiante), validado pela Superintendência de Tecnologia da Informação - ST.A, no contexto da Certificação SOx, os riscos e seus respectivos controles associados para a mitigação dos mesmos foram revisados e testados pelo Auditor Externo (KPMG) no ano de 2016, sendo apresentado conforme **Quadro 6.3.1.3 Matriz de riscos** a seguir:

Quadro 6.3.1.3 Matriz de riscos

Objetivo do Controle	Nº do Risco	Descrição do Risco	Nº do Controle	Descrição da Atividade de Controle
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.01	<p><u>Concessão de acesso no SAP:</u></p> <p>A solicitação de acesso ao SAP é feita por meio do SAP GRC AC, onde será analisado e validado pelo gerente imediato do usuário final ou favorecido, passando pela avaliação do Process Owner (líder de processo) posteriormente. Caso envolva risco de acesso de segregação de função ou de ação crítica, o Process Owner identifica a existência de controle compensatório.</p>
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.02	<p><u>Concessão de acesso a perfil FireFighter:</u></p> <p>A concessão de acesso em um perfil FireFighter é solicitada por meio do SAP GRC AC pelo usuário e é avaliada pelo Controlador de FireFighter.</p>
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.03	<p><u>Criação/alteração de controle compensatório (SAP GRC AC):</u></p> <p>Elaboração de controle compensatório pelo Process Owner caso o acesso envolva uma ação crítica ou risco de segregação de função. Nesses casos os controles compensatórios são validados pela GRI.P.</p>
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.04	<p><u>Revogação de acesso ao PwSati:</u></p> <p>A revogação de acesso ao PwSati ocorre por meio de abertura de incidente na ferramenta ITIL pela chefia imediata do colaborador cujo acesso será revogado, ou seu substituto, ou pelo gerente da GTF.F, e é executada pela GDS.A.</p>
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.06	<p><u>Revogação de acesso automática no SAP:</u></p> <p>A revogação dos acessos no SAP em função de desligamento ou transferência do colaborador ocorre automaticamente, por meio de job que verifica as matrículas dos colaboradores ativos de furnas diariamente.</p>
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão,	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.07	<p><u>Parametrização de senha:</u></p> <p>Configuração de senha forte na Rede, Plataforma Distribuída (Active Directory), SAP, PwSati, Portal SAP e sistemas não SAP</p>

Objetivo do Controle	Nº do Risco	Descrição do Risco	Nº do Controle	Descrição da Atividade de Controle
alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.				por meio de parâmetros configurados em políticas e procedimentos vigentes.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.08	<p><u>Revogação de acesso no SAP:</u> A revogação de acesso no SAP ocorre por meio de abertura de chamado na ferramenta ITIL ou SAP GRC AC pela chefia imediata do colaborador cujo acesso será revogado, ou seu substituto.</p>
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.09	<p><u>Concessão de acesso ao PwSati:</u> A solicitação de concessão de acesso ao PwSati é realizada por meio de: incidente registrado na ferramenta ITIL; Correspondência Interna do gerente do Departamento; ou e-mail do gerente da Divisão solicitante (em casos de urgência), direcionado à GDS.A, responsável pela execução da concessão.</p>
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.10	<p><u>Revisão de acesso às transações críticas do SAP:</u> A revisão aos perfis de acessos às funcionalidades e ações críticas referentes ao sistema SAP é realizada, por meio do SAP GRC AC, pelo respectivo Process Owner de cada área de negócio.</p>
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.11	<p><u>Concessão de acesso aos sistemas Jazz e Themes:</u> A solicitação de concessão de acesso aos sistemas Jazz e Themis é realizada por meio da ferramenta TINET ou de Correspondência Interna - CI, por um gerente, sendo executada a concessão pela equipe da GAS.A.</p>
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.12	<p><u>Revisão de acesso ao Jazz:</u> A revisão dos acessos ao sistema Jazz é realizada pela GDS.A e registrado em ata de reunião da área.</p>
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão,	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.13	<p><u>Concessão de acesso ao SIRO:</u> A concessão de acesso ao sistema SIRO é registrada por meio de log no próprio sistema e o acesso é concedido pelo</p>

Objetivo do Controle	Nº do Risco	Descrição do Risco	Nº do Contole	Descrição da Atividade de Controle
alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.				Administrador Geral ou pelo Administrador de Órgão, conforme perfil adequado.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.14	<p><u>Restrição de acesso ao Control-M:</u> Restrição de acesso ao Control-M aos colaboradores da GAS.A.</p>
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.15	<p><u>Concessão de acesso de administrador de ambiente:</u> A concessão de acesso ao perfil de Administrador do Ambiente da Plataforma Distribuída é realizada por meio de abertura de incidente na ferramenta ITIL pelo Gestor Funcional do colaborador e direcionada ao Grupo de Administradores de TI responsável.</p>
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.16	<p><u>Restrição de acesso aos logs - trace de segurança e tabelas SAP:</u> O SAP gera trace de segurança e de tabelas a fim de registrar o acesso e as alterações realizadas por um usuário no sistema. A restrição de acesso aos logs de trace de segurança e trace de tabelas do Ambiente SAP ocorre de modo que somente os colaboradores com função de Administradores Basis possuam acesso. Adicionalmente, os colaboradores lotados na Equipe de Auditores Internos de Furnas podem acessar os logs de segurança do SAP.</p>
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.17	<p><u>Concessão aos sistemas Service Manager</u> A concessão de acesso aos sistemas Service Manager é realizada por meio da solicitação de um gerente no sistema TINET ou por Correspondência Interna - CI.</p>
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.20	<p><u>Solicitação de revisão de acessos à Rede:</u> A solicitação de revisão de acesso à Rede Corporativa é enviada pela GIR.A às áreas GCG.F, GTR.N, GEM.F e GAC.N.</p>
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de	C.21	<p><u>Revogação de acesso automática na Plataforma Distribuída:</u> A revogação dos acessos na Plataforma Distribuída em função</p>

Objetivo do Controle	Nº do Risco	Descrição do Risco	Nº do Controle	Descrição da Atividade de Controle
implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.		informação.		de desligamento ou transferência do colaborador ocorre automaticamente, por meio de job que verifica as matrículas dos colaboradores ativos de furnas diariamente.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.22	<u>Revogação de acesso de administrador de ambiente:</u> A revogação de um perfil de Administrador de TI é realizada por meio de abertura de incidente na ferramenta ITIL pelo gestor funcional da GIR.A (Plataforma Distribuída), sendo executado pelo respectivo grupo de administradores.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.23	<u>Revogação de acesso à Plataforma Distribuída:</u> A solicitação de revogação de acesso à Plataforma Distribuída é realizada por meio da ferramenta TINET ou por Correspondência Interna - CI, solicitada por um gerente, sendo direcionada para equipe da GAS.A.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.24	<u>Revisão de acesso ao Service Manager:</u> A revisão de acesso ao sistema Service Manager é realizada semestralmente pela GAS.A e registrada em ata de reunião.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.25	<u>Concessão de acesso à Plataforma Distribuída:</u> A concessão de acesso à Plataforma Distribuída é realizada por meio de solicitação na TINet ou por Correspondência Interna - CI, solicitada pelo gerente do colaborador (Seu substituto ou por colaboradores com designação para tal), sendo direcionada para equipe de Coordenação de Produção.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.26	<u>Restrição de acesso ao Banco de Dados:</u> Restrição de acesso ao banco de dados por meio de utilitários de modo que apenas usuários lotados nos grupos Administradores de TI de Banco de Dados e Administradores de TI de Controle da Produção possuam acesso.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.27	<u>Monitoramento de banco de dados:</u> Monitoramento dos acessos e atividades (definidas no Processo de Gestão e Administração de Segurança) realizadas nos bancos de dados por meio do registro de logs de segurança.

Objetivo do Controle	Nº do Risco	Descrição do Risco	Nº do Controle	Descrição da Atividade de Controle
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.28	Concessão de acesso de Administrador de Banco de Dados: A concessão do perfil de acesso de Administrador de Banco de Dados é solicitada por meio de abertura de incidente na ferramenta ITIL pelo gestor funcional da divisão e direcionada ao grupo de Administradores de TI de Banco de Dados.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.29	Concessão de Senha de Superusuário: Caso haja necessidade de utilizar uma conta de Superusuário para qualquer intervenção no ambiente sob sua responsabilidade, o Administrador de TI abre um incidente na ferramenta ITIL, informando a conta desejada, o motivo de utilização, solicitando a senha da respectiva conta de superusuário. A senha é liberada caso o administrador de TI requisitante seja previamente autorizado a utilizá-la.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.30	Revisão de acesso aos Bancos de Dados: Revisão dos usuários com acesso aos bancos de dados do SQL Server (Control-M, SAP e Ferramenta ITIL) e Oracle (PwSati e SIRO), realizado pelo gerente da GIR. A ou responsável designado em ata de reunião da ST.A.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.31	Monitoramento dos Superusuários: As atividades dos superusuários nos ativos de TI e das senhas de superusuários são monitoradas pelo gerente da GIR.A, seu substituto ou responsável designado em ata de reunião da ST.A, e evidenciado por meio de relatório.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.32	Concessão de acesso ao Control-M: A solicitação de concessão de acesso ao Control-M é realizada por meio de abertura de incidente na ferramenta ITIL pelo-gerente da GAS.A, seu substituto ou responsável designado em ata de reunião da ST.A, sendo direcionada para a área solucionadora (Produção Plataforma Baixa).
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.33	Revisão de acesso ao Control-M: A revisão de acesso do Control-M é realizada pelo gerente da GAS.A, seu substituto ou responsável designado em ata de reunião da ST.A, sendo registrada em ata.

Objetivo do Controle	Nº do Risco	Descrição do Risco	Nº do Controle	Descrição da Atividade de Controle
alçada competente.				
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.34	<u>Restrição de acesso aos logs do Active Directory:</u> O Active Directory (AD) possui log que registra eventos relevantes ocorridos no sistema. A restrição de acesso aos logs de segurança do Active Directory (AD) ocorre de modo que apenas os Administradores de TI lotados na GIR.A e na GAS.A possuam acesso. O backup dos logs de dados é armazenado por 6 meses.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.36	<u>Restrição de acesso aos logs de segurança do Firewall:</u> Os logs de dados do sistema de Firewall são utilizados para rastreamentos dos acessos à Internet. A restrição de acesso ao Servidor de logs de segurança dos Firewalls ocorre de modo que somente os colaboradores lotados nos grupos Administradores de Segurança ou Administradores de Backup possuam acesso.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.39	<u>Restrição de acesso aos logs de segurança de PROXY:</u> Os logs de dados do sistema de Proxy de Furnas são utilizados para rastreamentos dos acessos à Internet. A restrição de acesso aos logs de segurança de PROXY ocorre de modo que somente os colaboradores com função de Administradores de Segurança e Administradores de Backup possuam acesso.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.42	<u>Revogação de acesso ao Control-M:</u> A solicitação de revogação de acesso ao Control-M é realizada por meio de abertura de incidente na ferramenta ITIL pelo Coordenador de Produção, ou substituto, sendo direcionada para a área solucionadora (Produção Plataforma Baixa).
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.43	<u>Revogação de acesso ao sistema Service Manager:</u> A revogação de acesso ao sistema Service Manager é realizada por meio de solicitação de um gerente na ferramenta TINET, Carta ou Correspondência Interna - CI, sendo executada pelo Administrador da Ferramenta.
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.44	<u>Revogação de acesso ao SIRO:</u> A revogação dos acessos no SIRO ocorre de forma automática, durante o login de um usuário no sistema, sendo registrada por meio de log do sistema.

Objetivo do Controle	Nº do Risco	Descrição do Risco	Nº do Controle	Descrição da Atividade de Controle
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.45	<p><u>Revogação de acesso aos sistemas Jazz e Themes:</u></p> <p>A revogação de acesso aos sistemas Jazz e Themis é realizada por meio de solicitação na ferramenta TINet por um gerente ou por Correspondência Interna - CI, sendo executada pela equipe da GAS.A.</p>
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.46	<p><u>Revogação de acesso de Administrador de Banco de Dados:</u></p> <p>A revogação do perfil de acesso de Administrador de Banco de Dados é solicitada por meio de abertura de incidente na ferramenta ITIL pelo gestor funcional da divisão e direcionada ao grupo de Administradores de TI de Banco de Dados.</p>
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.47	<p><u>Revogação da Senha de Superusuário:</u></p> <p>A revogação da senha de superusuário ocorre com o término da utilização da senha pelo usuário. O incidente de solicitação da senha é encerrado pelo Gerente da GIR.A, seu substituto ou responsável designado em ata de reunião da ST.A e a senha é alterada e armazenada no cofre.</p>
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.48	<p><u>Revisão de acessos à Rede:</u></p> <p>Revisão periódica dos usuários com acesso à Rede Corporativa pelos gerentes, ou substitutos formais, do escritório central das áreas GCG.F, GTR.N, GEM.F e GAC.N. do escritório central, mediante a solicitação de revisão enviada pela GIR.A.</p>
Assegurar adequada restrição de acesso aos sistemas de informação através da implementação de processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos por alçada competente.	R.01	Acesso indevido e/ou não autorizado aos sistemas de informação.	C.49	<p><u>Implementação da revisão dos acessos à Rede:</u></p> <p>Após a revisão de acesso à Rede Corporativa, a GIR.A realiza os ajustes necessários nos acessos à Rede Corporativa, de acordo com a revisão recebida, a fim de garantir que somente colaboradores com a devida autorização possuam acesso.</p>

Fonte: Superintendência de Gestão de Conformidade e Riscos – GRIP

6.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI

O objetivo deste PDTI é suportar o plano estratégico da Eletrobras e de Furnas por meio de uma proposta de organização da ST.A. O plano compreende a apresentação das demandas de negócio traduzidas em metas e ações de TI, planos de gestão de capacitações, investimentos e custeio de suas ações, criando um ciclo virtuoso de gestão de TI visando à melhoria contínua de sua operação.

A Empresa vive, desde 2016, um momento de profundas mudanças tanto no contexto externo quanto interno, em função, principalmente, do Plano Diretor de Negócios e Gestão da Eletrobras – PDNG que estabelece as seguintes iniciativas estratégicas a serem implementadas em Furnas e nas demais subsidiárias da Holding:

- Plano de Aposentadoria Extraordinária – PAE: Incentiva o desligamento de colaboradores já aposentados do quadro atual. Esta iniciativa irá provocar relevante perda de conhecimento, no caso de Furnas, incluindo a mudança do Superintendente de TI.
- PROERP: Determina a padronização dos processos de negócio e do ERP SAP em todas as Empresas do grupo Eletrobras. Esta iniciativa implicará dedicação exclusiva ao projeto por parte da equipe de TI que suporta o SAP, assim como os clientes diretamente envolvidos nos processos de negócio atendidos pelo SAP.
- Centro de Serviços Compartilhados Eletrobras – CSC: Determina a centralização de serviços para compartilhamento de recursos com todas as empresas do grupo Eletrobras. Esta iniciativa determina significativa mudança na operação atual da TI, uma vez que prevê a transferência de muitos processos executadas pela ST.A para o CSC Eletrobras. Entretanto, informações de quais serão os processos transferidos e a forma de implementação ainda não estão detalhados.
- Reestruturação das Empresas: Determina a extinção de 1 (um) nível hierárquico, no caso as gerências de divisão. Esta iniciativa implicou na redistribuição dos processos da Superintendência pelas novas gerências. Além da realocação de colaboradores e, principalmente, um novo modelo mental tanto dos gerentes, quanto dos colaboradores que precisaram ter mais autonomia nas suas atividades.

Com isso, levando a interrupção de iniciativas importantes na estratégia definida pela Superintendência constantes do PDTI 2013-2016.

A revisão do PDTI é uma atividade periódica que tem por objetivos o acompanhamento das iniciativas propostas e eventuais ajustes necessários em função da evolução natural da Empresa. Assim, o PDTI foi revisado, estando sua próxima revisão programada para o final de 2018, ocasião em que as mudanças em curso deverão estar consolidadas.

Devido às circunstâncias ora apresentadas, a ST.A envidará seus esforços na manutenção e operação de todos os serviços de TI disponibilizados, maximizando a disponibilidade e a continuidade dos mesmos, objetivando o atendimento das diversas demandas das áreas de negócio.

6.4 Gestão ambiental e sustentabilidade

Furnas segue as diretrizes de sua Política ambiental desde 1998, tendo a mesma sido atualizada em 2015. Disponível em: <http://www.furnas.com.br/frmMAPoliticaAmbiental.aspx>

A Empresa também atende aos princípios da Política Ambiental e de Sustentabilidade das Empresas Eletrobras. Disponível em:

http://www.furnas.com.br/arcs/pdf/Politica-Ambiental-das-Empresas-Eletrobras_2013.pdf

<http://www.furnas.com.br/frmPUPoliticaSustentabilidade.aspx>

Quadro 6.4 – Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?	X	
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	
3.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		X
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?		
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)? Caso positivo, indicar o endereço na Internet no qual o plano pode ser acessado.		
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na Internet, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)? Caso positivo, indicar o endereço na Internet no qual os resultados podem ser acessados.		

Considerações Gerais

Furnas elabora relatórios semestrais do Programa da Coleta Seletiva Solidária (Decreto nº 5.940/06), desde 2008 e relatórios anuais do Programa A3P, desde 2012 (ano de adesão ao programa), todos esses relatórios estão disponíveis no site externo da Empresa. O Termo de Adesão ao Programa A3P foi prorrogada por mais 5 anos, a partir de outubro de 2017.

Fonte: Superintendência de Gestão Ambiental e Fundiária – GA.E

6.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

Ainda que não se tenha constituído o PLS (art.16), Furnas observa as práticas e diretrizes de desenvolvimento sustentável do Decreto nº 7.746/2012 em todas as suas contratações.

Todas as licitações de Furnas são regidas pelas Leis nº 8.666, de 21.06.93, Lei nº 10.520, de 17.07.2002, Decreto nº 5.450, de 31.05.2005, Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, Decreto nº 6.204, de 05.09.2007, e Lei nº 12.349, de 15.12.2010, onde aplicável, em suas últimas versões, como também atendem ao inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal: Lei nº 8.666, de 21.06.93 e Lei nº 12.349, de 15.12. 2010.

Os Princípios e Normas de Conduta Empresarial na Relação de Furnas com seus Fornecedores e o Código de Ética das Empresas Eletrobras (www.furnas.com.br, opção “A Empresa”). são partes integrantes dos editais e contratos na relação de Furnas com seus Fornecedores (www.furnas.com.br, opção “Fornecedores”), os quais estabelecem compromissos entre as partes referente às boas práticas socioambientais.

As diretrizes estabelecidas pela Política de Sustentabilidade das Empresas Eletrobras norteiam as ações das Empresas Eletrobras quanto à promoção do desenvolvimento sustentável, buscando equilibrar oportunidades de negócio com responsabilidade social, econômico-financeira e ambiental.

7 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

7.1 Canais de acesso do cidadão

Ouvidoria

A Ouvidoria de Furnas, órgão imparcial e independente vinculado ao Conselho de Administração, propicia o diálogo entre o cidadão e a Empresa, de modo que as manifestações decorrentes do exercício da cidadania provoquem contínua melhoria dos serviços públicos prestados por Furnas e de seus processos.

O livre acesso à Ouvidoria é assegurado por meio de formulário eletrônico no *website* de Furnas, *fax*, telefone, contato pessoal, carta ou qualquer outro documento. Em todas essas formas de comunicação, o nome do manifestante é mantido em sigilo e o conteúdo da mensagem, tratado com seriedade, isenção e de forma reservada.

Todas as manifestações, independente do meio de comunicação, são registradas em Sistema de Ouvidoria, que é o da *Holding*, no qual fica armazenada a base de dados. O sistema foi projetado de forma a não permitir a exclusão ou alteração das informações nele registradas.

Programa “Ouvidoria Itinerante”

Diante dos resultados obtidos no ano anterior, foi mantido o Programa de Ouvidoria Itinerante, cujo objetivo é divulgar e esclarecer a forma de atuação da Ouvidoria junto às áreas regionais da Empresa, incentivando o acesso do público interno e ampliando, assim, a escuta em todas as áreas da Empresa.

Em 2017, foram realizados dois encontros regionais, com a presença de toda a força de trabalho das usinas e subestações localizadas no Estado do Rio de Janeiro e Paraná, com a seguinte distribuição:

Internamente:

- 20/11/2017 - Gerência de Produção Paraná – 43 participantes
28/09/2017 – Usina de Funil – 57 participantes

Externamente:

Participação da Ouvidoria no projeto Aldeia da Cidadania, coordenado pela Gerência Responsabilidade Sociocultural (GRS.P).

25/11/2017 – cidade de Itamogi/Minas Gerais – 128 participantes

Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)

Em Furnas, a Ouvidoria foi designada para coordenar as ações de implantação das medidas previstas na Lei de Acesso à Informação – **Lei nº 12.527/11**, bem como para supervisionar sua aplicação.

Criado o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), em obediência à nova legislação, Furnas disponibilizou diversas informações de interesse público em seu *website*, acessíveis por meio de *banner* específico em sua página principal.

Caso o cidadão não encontre disponível a informação pretendida na página do SIC Furnas poderá solicitá-la, preferencialmente por meio do sistema eletrônico do Governo Federal, no endereço <http://www.acessoainformacao.gov.br>, cujo *banner* pode ser acessado no *website* de Furnas.

Poderá ainda, solicitá-la por correio, por telefone ou pessoalmente. Para tanto, o interessado deverá preencher um formulário de cadastramento com seus dados pessoais, indicará a empresa que detém a informação pretendida e formulará sua solicitação, que será retransmitida para o endereço eletrônico sic@furnas.com.br, para análise da Ouvidoria.

A fim de atender à transparência passiva, Furnas adotou o sistema e-SIC, da Controladoria-Geral da União, que tem por propósito registrar pedidos dos cidadãos que pretendem ter acesso a informações da Empresa. Este sistema gera relatórios das informações solicitadas de diversos órgãos e entidades públicas, inclusive Furnas.

Canal Denúncia – Fraude e Corrupção

O Manual de *Compliance* referente à Política Anticorrupção das Empresas Eletrobras definiu a Ouvidoria como o canal para recebimento de denúncias sobre quaisquer violações ou suspeitas de violação do Programa Anticorrupção e/ou da Lei Anticorrupção. Para tanto, foi revisto o procedimento de recebimento das manifestações, a fim de adequá-lo ao Manual, bem como ao Normativo da OGU/CGU sobre o tema, com vigência a partir de 2015.

Ocorre que, a partir de 21 de agosto de 2017, as denúncias passaram a ser registradas no Canal Denúncia das Empresas Eletrobrás – ICTS, operado por empresa externa, responsável por sua classificação, criticidade e encaminhamento ao CSI – Comitê de Sistema de Integridade (CSI), que fará a gestão centralizada de apuração e dos processos de responsabilização e de remediação.

Informações Gerenciais e Estatísticas

Em 2017, foram enviadas aos dois canais geridos pela Ouvidoria 867 demandas, sendo 749 manifestações postadas na Ouvidoria e 118 pedidos de informação dirigidos ao Serviço de Informação ao Cidadão (SIC).

As 749 manifestações na Ouvidoria têm a seguinte distribuição: reclamação (289), solicitação (264), sugestão (21), denúncia registrada no SOU (167), elogio e agradecimento (8).

No que tange à origem, das 749 manifestações, 420 (56%) foram de origem externa, 268 (36%), interna e 61 (8%) não identificada.

Os Relatórios das Atividades da Ouvidoria estão publicados na página de Furnas, no link <http://www.furnas.com.br/frmOuvidoria.aspx>.

7.2 Carta de Serviços ao Cidadão

Não se aplica.

Embora a Ouvidoria seja um canal disponibilizado ao público externo, como Furnas não é concessionária de distribuição, não são recebidas demandas de cidadãos no papel de usuários finais do serviço público de energia elétrica.

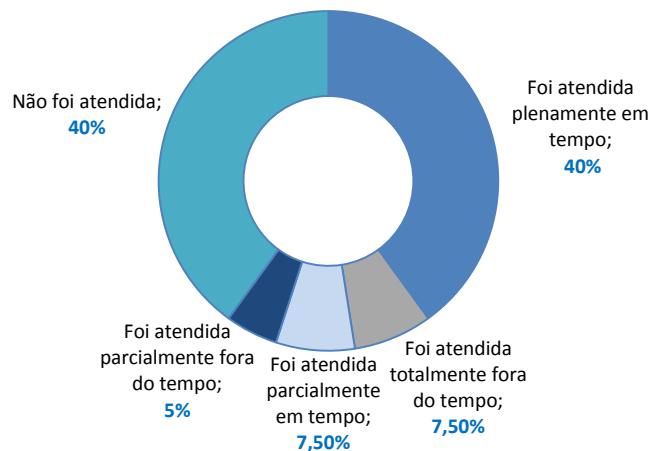
7.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

A Ouvidoria realiza pesquisa de satisfação relativa a prazo, atendimento e usabilidade do canal, não tendo por competência realizar pesquisas de satisfação do cidadão quanto ao serviço prestado pela Empresa. Contudo, é disponibilizado à alta administração, anualmente, relatório contendo dados das demandas recebidas pelo referido canal, que podem ser úteis para tomada de decisão e melhoria dos processos e serviços da Empresa. O relatório é disponibilizado no *website* de Furnas, após a apresentação aos órgãos de administração da Empresa.

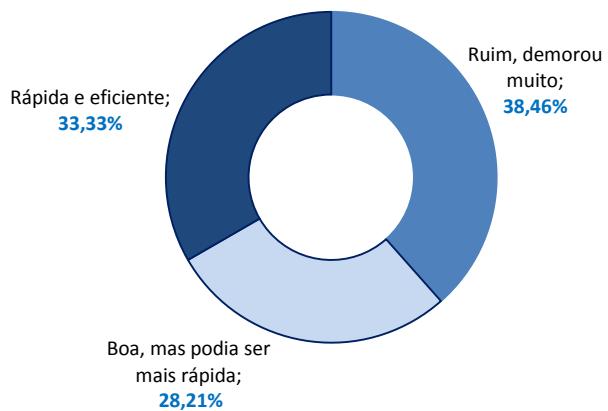
Avaliações dos Manifestantes

Após a conclusão de uma manifestação, é solicitado ao manifestante que responda ao questionário de avaliação dos serviços prestados pela Ouvidoria. As respostas estão consolidadas nos gráficos a seguir, para o conjunto daqueles que responderam à pesquisa.

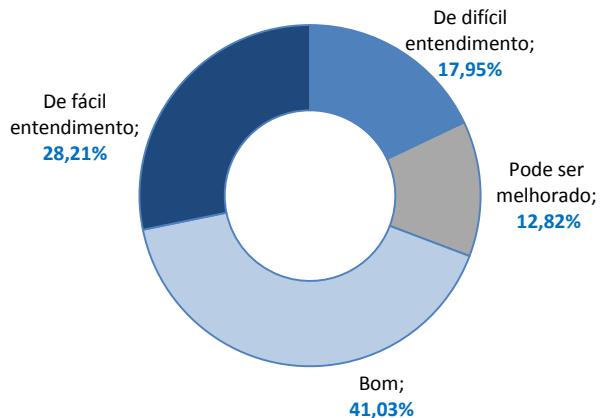
Forma de Atendimento da Manifestação



Satisfação do Prazo de Execução



Navegação do site



7.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

O caminho de acesso é o *website* institucional de Furnas www.furnas.com.br, aba "Publicações".

8 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

8.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Não se aplica a Furnas, pois a depreciação e amortização dos itens do patrimônio da Empresa é calculada de forma linear e considera as taxas estabelecidas pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico da ANEEL.

Não há caso de exaustão na Empresa.

Importante destacar que a Empresa apresenta demonstrações contábeis obedecendo às normas societárias brasileiras, estabelecidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis do Brasil – CPC, além das da ANEEL.

No caso das demonstrações societárias, alguns ativos de concessões são contabilizados como Ativos Financeiros.

Os ativos e passivos são avaliados e mensurados conforme as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis do Brasil (CPC), em especial o pronunciamento CPC 00, o qual, em suma, determina que um ativo deve ser reconhecido quando é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Empresa, e mensurado pelo seu valor de custo ou o recuperável, entre os dois o menor. De forma análoga, o passivo é reconhecido quando é provável a saída de recurso da Empresa, e mensurado pelo montante de caixa que se espera necessário para liquidar tal passivo.

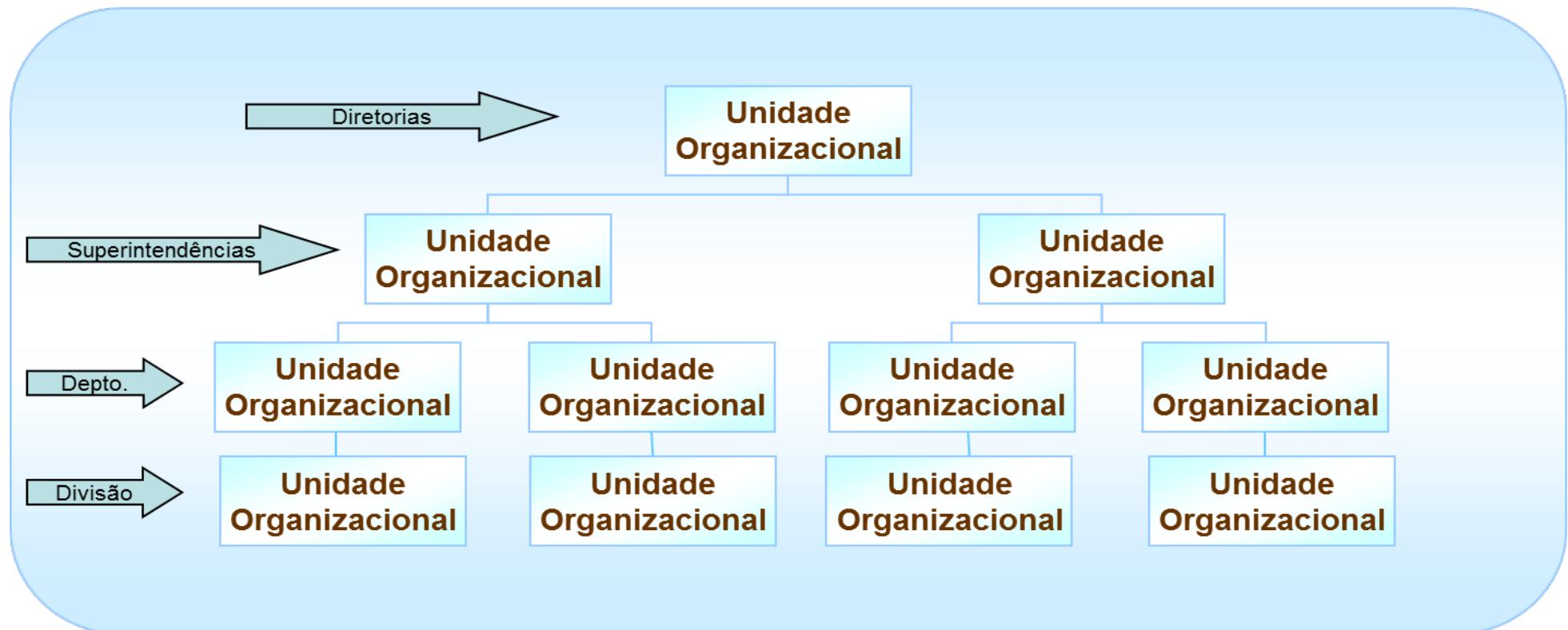
8.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

A Empresa se utiliza do sistema integrado SAP, e tem na sua estrutura de apuração de Custos o que segue:

Centros de Custo

- Representam os órgãos da estrutura hierárquica de Furnas, ou seja, nos quais está se alocando um custo ou despesa.
- São usados para registrar os gastos (custos e despesas) do órgão, desempenhando o papel de acumulador anual.
- Permitem o planejamento de valores físicos e financeiros, que servem de base para comparação com os gastos reais.
- Estão agrupados em:
 - Operacionais
 - Administrativos
 - Adm. Específica (Ex: órgãos de Produção)
 - Adm. Central (Ex: Presidência, Diretoria de Finanças e Diretoria de Administração)
- Possuem a característica de prestar atividades para outros objetos de custos, inclusive para outros centros de custos (órgãos).

Hierarquia de Centro de Custo





Representam os “nós” da hierarquia, que agrupam os Centros de Custos



Representam os centros de custos

FURNAS_CC	Furnas Centros de Custos
▷ CONSELHO	Conselho de Administração
▷ DP	Presidência
▷ DE	Dir. de Engenharia
▷ DC	Dir. de Construção
▷ DO	Dir. de Operação do Sist. e Comerc. Ener
▷ DG	Dir. de Gestão Corporativa
▷ DF	Dir Financeira
60000000001	DF-Administração
▷ SUPERIN-DF	Superintendências da Dir Financeira
▷ SC-F	Superintendência de Contab e de Controle
6010000001	SC.F-Administração
▷ ACI-F	As. de Controle Int. e Análise Contábil
▷ DCP-F	Dpto de Custos e Controle Patrimonial
▷ DCB-F	Dpto de Contabilidade
▷ OC-F	Superint. de Operações e Capt. Recursos
▷ OP-F	Superint. de Planej. Financ. e Orçamento
▷ AS-DF	Assessorias da Dir Financeira

Outros coletores transitórios de custos para atendimento às normas do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico da ANEEL e/ou gerenciamento interno de gastos.

Ordens Internas

- São coletores utilizados para detalhar determinados eventos ou ações que geram gastos (custos, despesas ou investimentos).
- Tipos de Ordens Internas existentes:
 - ODA - Alienação
 - ODD - Desativação de Bens
 - ODI - Imobilização (aquisição de bens)
 - ODR - Gastos Reembolsáveis
 - ODS - Prestação de Serviços
 - Ordens de Manutenção
 - Ordens Estatísticas (vinculadas aos Centros de Custos)

Elementos PEP

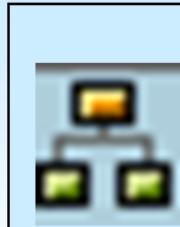
- PEP é a sigla para Plano de Estrutura de Projetos (poderia também ser representada pela sigla EAP - Estrutura Analítica de Projeto).
- Representam projetos sob a forma de uma estrutura hierarquizada das atividades que serão executadas.
- Funciona como coletor de informações de planejamento físico ou financeiro.
- Nele são realizados os gastos de determinado projeto (custos, despesas ou investimentos).
- Tipos de Elementos PEP existentes:
 - ODI - Ordem de Imobilização (aquisição de bens)
 - ODS - P&D
 - Estudos Preliminares

Coletor para apuração de Resultado das Unidades Operacionais da Empresa

Centros de Lucro

- O principal objetivo desse coletor é a determinação do resultado individualizado das **áreas de negócio** da Companhia:
 - Geração (em cada usina)
 - Transmissão (em cada SE e LT)
 - Comercialização
- Recebem lançamentos oriundos dos demais coletores (Centros de Custo, Ordens Internas e Elementos PEP), relacionados direta ou indiretamente a eles.
- Estão organizados hierarquicamente por **área/unidade de negócio**.

Hierarquia de Centro de Lucro



Representam os “nós” da hierarquia, que agrupam os Centros de Lucro



Representam os centros de lucro

Hierarquia standard	Denominação
▼ FURNAS_CL	Hierarquia Standard Centro d...
CL_DUMMY	CL_DUMMY
GERACAO	Geração de Energia
▼ UHE	Usinas Hidrelétricas
11010001	UHE DE MARIN
11020001	UHE DE ITUMBIARA
11080001	UHE DE SERRA DA MESA
11090001	UHE DE FUNIL
11100001	UHE DE PRTO COLOMBIA
11120001	UHE DE FURNAS
11130001	UHE DE LUIZ C B CARV
11140001	UHE DE MASCAR MORAES
11160001	UHE DE CORUMBÁ
11320001	UHE DE MANSO
► UTE	Usinas Termelétricas
► TRANSM	Transmissão de Energia
► COMERCIAL	Comercialização de Energia
► ADMINIST	Administração
PREST_SERV	Prestação de Serviço
► AT_NAO_VIN	Atividade Não Vinculada

Classes de Custo

- Representam o detalhamento do que foi gasto (custos, despesas e investimentos) nos coletores existentes.
- Estão agrupadas em Naturezas de Gasto de PMSO.

NATUREZA DE GASTO	CLASSE DE CUSTO
P ESSOAL	Salário; Férias; 13º Salário; etc.
M ATERIAL	Médico Hospitalar; Administrativo e de Expediente; Informática; Segurança e Saúde no Trabalho; etc.
S ERVIÇO	Mão de Obra Contratada; Empreiteiros; Consultorias; Tíquete Refeição; etc.
O UTROS	Aluguel de Bens Imóveis; Seguro de Instalações; Despesas com Estagiários; Depreciação; etc.

Alocação de Atividades

- Permite que os **custos e despesas** de determinado órgão sejam alocados para outro órgão, projeto (investimentos) ou unidade de negócio (Usinas, SEs ou LTs) que efetivamente consumiram suas atividades.
 - Esse direcionamento é efetuado tomando-se por base as atividades do órgão prestador do serviço interno via aplicação de **tarifas** pré-estabelecidas e apontamentos de horas (HH ou HM).
 - O valor da atividade a ser direcionado é determinado pela tarifa.
 - Tarifa representa o custo unitário de um Tipo de Atividade
 - Cálculo da Tarifa: Custos e despesas da Atividade
 - Capacidade de prestação de atividades

Rateio

- Processo pelo qual os custos e as despesas mensais **não direcionados pelos órgãos via ferramenta de Alocação de Atividades** são transferidos dos Centros de Custos Administrativos para os Operacionais, ou seja, para as Unidades de Negócio (Usinas, SEs e LTs).
 - ✓ **Critério utilizado:**

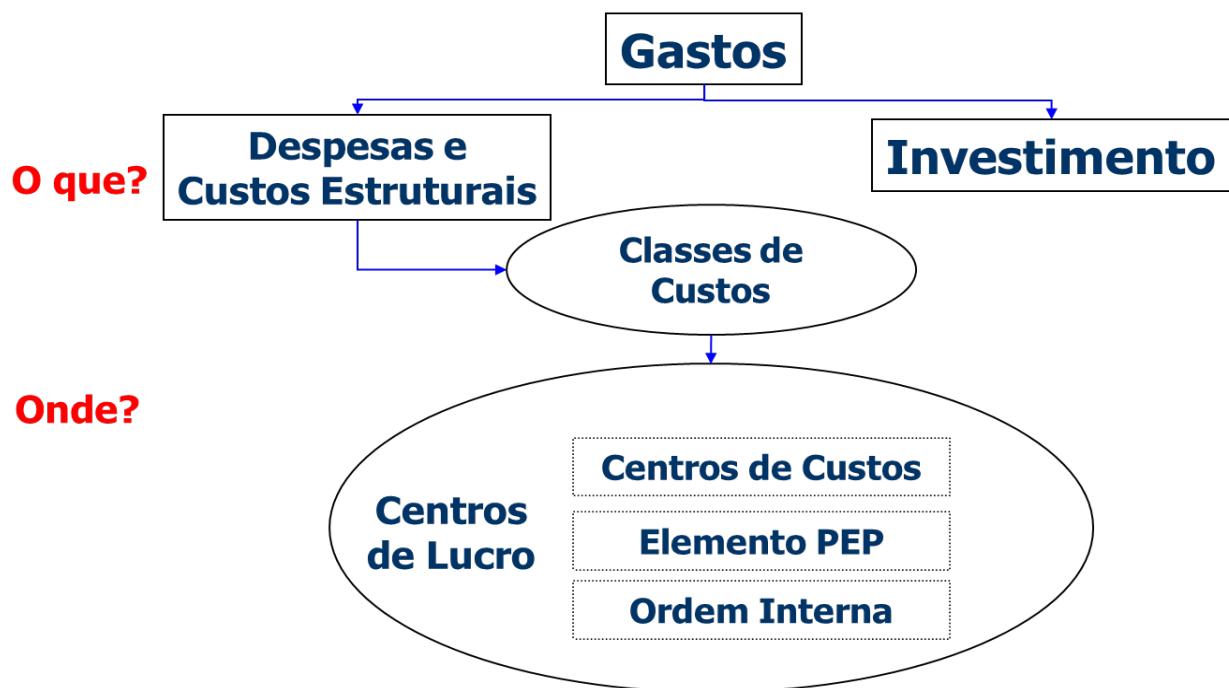
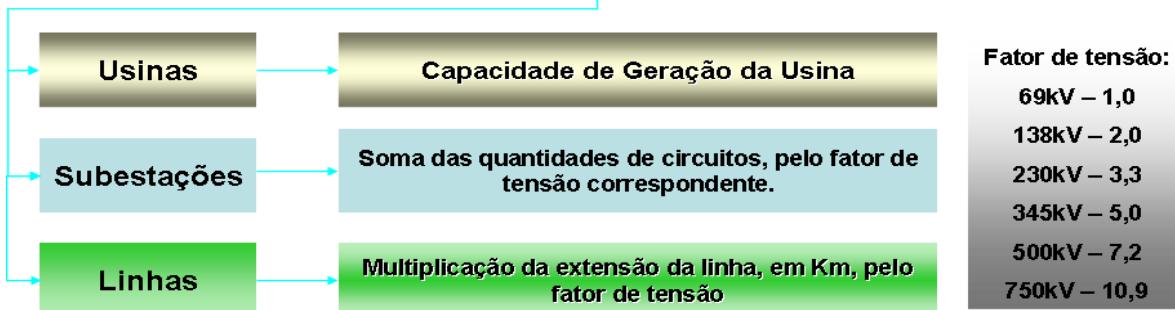
Operação e Manutenção (Centro de Lucro)

-Segregação por Atividade / Característica

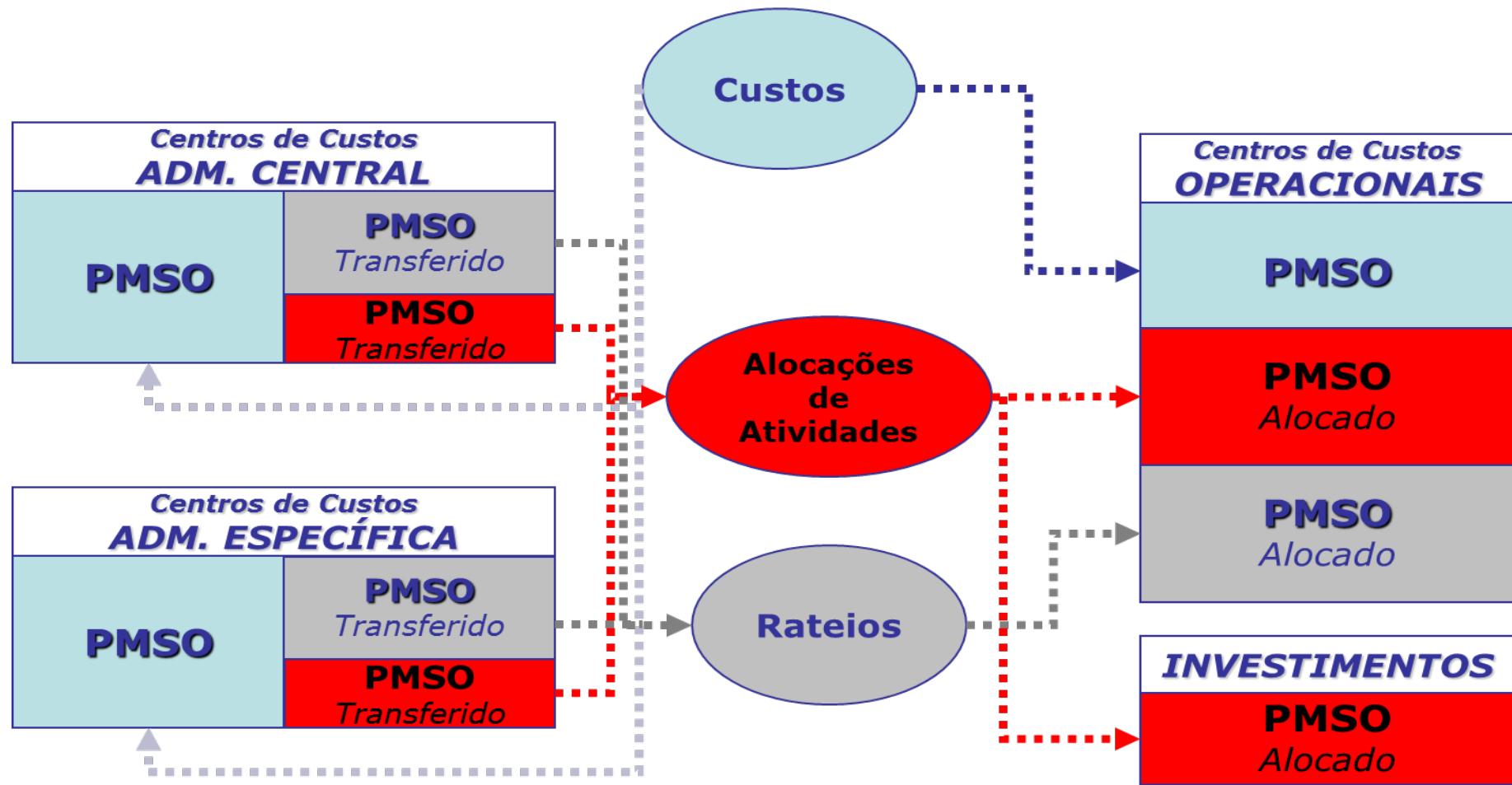
Base: Pessoal + Serviços de Terceiros apropriados mensalmente nos Centros Custos

- Distribuição na Atividade / Característica

Base: Parâmetro físico



Estrutura de Apuração de Custos



Relatórios utilizados pela unidade jurisdicionada para análise de custos e tomada de decisão

Furnas realiza sua análise de custos para tomada de decisão mediante a confecção mensal de um balancete de custo emitido pelo sistema SAP, que é exportado para uma planilha Excel e denominado de Demonstrativo de Custo Estrutural. Cabe destacar que este balancete pode ser emitido nas versões societária e regulatória, sendo:

- a) Societária – conforme os critérios estabelecidos pela legislação societária vigente;
- b) Regulatória – conforme os critérios estabelecidos pela legislação societária, excluindo os efeitos contábeis não aceitos pela ANEEL para fins de confecção das Demonstrações Regulatórias.

De posse do demonstrativo de Custo mensal, é feita uma revisão analítica mensal, em que as variações de saldo relevantes são explicadas e, caso sejam encontradas distorções, principalmente provenientes de erros, são prontamente identificadas e regularizadas, além de ser informada a área de origem para alteração de processo, se necessário.

Ao fim de cada trimestre, também é feita uma análise da variação ocorrida em relação ao período anterior de três meses.

E, ao fim do exercício atual, é feita uma análise em relação ao exercício anterior.

Essas análises permitem também suportar a área de orçamento nas justificativas das variações entre Realizado e Orçado do custeio – mensal trimestral e anual.

A seguir, um exemplo do demonstrativo de custo por Classes de Custos mensal e acumulado, em 31 de dezembro de 2017:

CONTA DO RAZÃO	DESCRITIVO	MOVIMENTO DO MÊS			ACUMULADO DO ANO		
		DÉBITO	CRÉDITO	SALDO	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO
4101001001	Salário	32.689.898,28	44.284,04	32.645.614,24	414.506.366,47	423.304,25	414.083.062,22
4101002001	Abono de Férias	1.883.252,28	19.433,66	1.863.818,62	28.730.676,58	64.353,05	28.666.323,53
4101003001	Outros Adicionais	4.025.472,07	52.815,05	3.972.657,02	23.849.148,10	174.951,68	23.674.196,42
4101003002	Outros Adicionais - Insalubridade	6.179,20	0,00	6.179,20	78.778,99	0,00	78.778,99
4101003003	Outros Adicionais - Periculosidade	6.012.492,37	48.348,60	5.964.143,77	80.200.474,71	112.752,31	80.087.722,40
4101003004	Outros Adicionais - Penosidade	296.363,77	16,54	296.347,23	3.815.120,43	15.205,04	3.799.915,39
4101003005	Outros Adicionais - Função Acessória	222.055,07	0,00	222.055,07	2.944.260,91	2.623,24	2.941.637,67
4101003006	Outros Adicionais - Ad. Noturno	387.642,48	10,01	387.632,47	4.880.633,94	4.087,39	4.876.546,55
4101004001	Horas Extras	3.766.473,70	2.062,81	3.764.410,89	45.206.287,32	27.592,01	45.178.695,31
4101004002	Horas In Itinere	4.782,22	0,00	4.782,22	73.073,35	0,00	73.073,35
4101005001	Férias	3.202.550,53	1.154.357,00	2.048.193,53	29.473.344,39	15.915.009,23	13.558.335,16
4101006001	13º Salário	53.803.979,84	50.330.065,40	3.473.914,44	112.342.173,29	50.486.196,02	61.855.977,27
4101007001	Previdência Social Empregados	19.477.656,80	2.749.549,00	16.728.107,80	243.105.042,71	3.082.817,90	240.022.224,81
4101008001	Contribuições ao FGTS	5.204.194,27	560.411,68	4.643.782,59	65.068.375,64	734.970,97	64.333.404,67
4101009001	Contribuições Sociais Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4101010001	Abono Indenizatório	4.401,90	0,00	4.401,90	6.387,70	0,00	6.387,70
4101011001	Contribuição a FRG - Mantenedor Plano BD	806.986,06	2.850.645,84	-2.043.659,78	16.437.803,08	3.615.352,83	12.822.450,25
4101011002	(-) Ajuste Deliberação CVM 600	4.208.974,40	2.165.314,62	2.043.659,78	20.136.539,40	32.958.989,65	-12.822.450,25
4101012001	Contribuição a FRG - Plano Bem Estar Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4101013001	Adicional D.L.1971	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4101014001	Adicional de Transferência e Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4101015001	Gratificação de Férias	3.142.309,85	2.233.593,62	908.716,23	47.159.862,09	3.194.807,04	43.965.055,05
4101016001	Contribuição a FRG - Despesas Adm. Plano BD	9.642.475,02	4.955.151,61	4.687.323,41	88.581.403,34	47.608.149,34	40.973.254,00
4101016002	(-) Ajuste Deliberação CVM 600	4.966.350,27	9.653.673,68	-4.687.323,41	44.307.079,28	85.280.333,28	-40.973.254,00
4101017001	Incentivo a Renovação de Quadro de Pessoal - Jóia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4101018001	Incentivo a Renovação de Quadro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4101018002	Provisão - PAE	185.098.796,07	293.723.611,87	-108.624.815,80	410.611.975,26	410.611.975,26	0,00
4101018003	Incentivo Indenizatório - PAE	130.289.354,40	0,00	130.289.354,40	179.254.950,15	244.044,00	179.010.906,15
4101018004	Incentivo Indenizatório - PAE - Tetado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4101019001	Provisão Saúde - PAE	8.696.600,40	78.045.006,60	-69.348.406,20	164.786.613,60	164.786.613,60	0,00
4101020001	Incentivo a Renovação de Quadro de Pessoal - Seguros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4101021001	Adicional por Tempo de Serviço	5.259.227,77	13.811,55	5.245.416,22	68.307.806,73	47.048,23	68.260.758,50
4101022001	Pagamento de Reclamações Trabalhistas	2.709.263,37	0,00	2.709.263,37	71.100.504,22	5.267.241,24	65.833.262,98
4101023001	Contribuição a FRG - Mantenedor Plano CD	5.295.936,94	289.530,92	5.006.406,02	43.730.034,36	2.641.810,61	41.088.223,75
4101024001	Contribuição a FRG - Despesas Adm. Plano CD	1.083.238,17	52.985,90	1.030.252,27	8.650.909,47	539.781,56	8.111.127,91
4101025001	Gratificação de Função	6.395.689,75	9.950,72	6.385.739,03	39.724.324,62	143.257,83	39.581.066,79
4101026001	Participação nos Lucros e Resultados - PLR	168.443.012,60	65.807.686,99	102.635.325,61	168.443.012,60	65.807.686,99	102.635.325,61
4101027001	Previdência - Deficit ou Superávit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4101032001	Provisão - Acordo Judicial ASEF - TETO BD FRG	55.930.390,51	0,00	55.930.390,51	55.930.390,51	0,00	55.930.390,51
4101999001	(-) Pessoal - Consumo Atividades	32.185.182,62	48.692.372,81	-16.507.190,19	139.330.492,51	177.163.259,91	-37.832.767,40
4101 Total Pessoal		755.141.182,98	563.454.690,52	191.686.492,46	2.620.773.845,75	1.070.954.214,46	1.549.819.631,29
4102001001	Honorários - Administradores	31.980,16	48.915,29	-16.935,13	4.671.956,01	470.377,66	4.201.578,35
4102002001	Previdência Social - Administradores	6.501,92	9.783,10	-3.281,18	862.044,56	94.075,64	767.968,92
4102003001	Contribuições ao FGTS - Administradores	1.827,88	5.893,30	-4.065,42	305.942,37	36.199,54	269.742,83
4102004001	Contribuições Sociais Diversas - Administradores	186,71	1.859,25	-1.672,54	78.752,76	7.069,73	71.683,03
4102005001	Auxílio Moradia - Administradores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4102999001	(-) Administradores - Consumo Atividades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4102 Total Administradores		40.496,67	66.450,94	-25.954,27	5.918.695,70	607.722,57	5.310.973,13
4111001001	Materiais	3.506.243,32	1.194.589,48	2.311.653,84	46.458.314,03	25.880.822,98	20.577.491,05
4111002001	Combustível e Lubrificantes	1.229.681,24	51.419,59	1.178.261,65	8.344.645,23	886.645,02	7.458.000,21
4111003001	Material Médico Hospitalar	12.492,98	0,00	12.492,98	513.298,28	51.986,80	461.311,48
4111004001	Material Administrativo e de Expediente	323.514,03	27.943,89	295.570,14	2.863.559,48	216.482,71	2.647.076,77
4111005001	Gastos com Obras - Contratos de Materiais com Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4111006001	Material de Informática	39.582,37	12.326,68	27.255,69	247.297,83	50.625,04	196.672,79
4111007001	Material de Segurança e Saúde no Trabalho	39.175,35	5.817,48	33.357,87	2.425.927,58	151.810,85	2.274.116,73
4111098001	(-) Crédito de Cofins	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4111098002	(-) Crédito de Pasep	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4111099001	(-) Material - Consumo Atividades	0,00	0,00	0,00	2.257,25	2.257,25	0,00
4111 Total Material		5.150.689,29	1.292.097,12	3.858.592,17	60.855.299,68	27.240.630,65	33.614.669,03

8.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/1976 e notas explicativas

As demonstrações financeiras do exercício de 2017 encontram-se disponíveis em <http://www.furnas.com.br/frmPUDemonstracoesContabeis.aspx>

8.4 Desempenho financeiro do exercício

O exercício de 2017 foi marcado, principalmente, pela implantação de ações estratégicas e operacionais que produziram efeitos positivos de liquidez de caixa e que, conjuntamente com o acréscimo da receita operacional e da remuneração financeira associada à Rede Básica do Sistema Existente (RBSE), colaboraram para a obtenção do Lucro Líquido apurado de R\$ 1.422 milhões. Contribuíram para o resultado do exercício, indicando uma perspectiva de fortalecimento econômico-financeiro sustentável, as seguintes realizações:

- Celebração do Instrumento Particular de Dação em pagamento, por Furnas, das ações de emissão de Sociedades de Propósito Específico - SPEs, a fim de solver ou amortizar, em face da Eletrobras, os débitos decorrentes de contratos de empréstimos, sendo importante a conclusão do processo de transferência em 2018, como forma de reduzir o saldo da dívida e impulsionar o resultado financeiro no próximo exercício;
- Recebimento integral dos créditos assumidos pelo Tesouro Nacional, no âmbito da Lei 8.727/93;
- Renegociação de contratos de financiamento visando ao alongamento do perfil da dívida;
- Implantação do Programa Orçamento Base Zero - OBZ, que alterou a metodologia de formulação do processo orçamentário e que, paralelamente, contribuiu para identificar oportunidades de redução de custos e despesas de Pessoal, Material, Serviços e Outros (PMSO);
- Reestruturação organizacional, com redução de cargos gerenciais e abertura de plano de incentivo à aposentadoria, denominado Plano de Aposentadoria Extraordinário - PAE, por meio do qual são esperados impactos positivos no Caixa, em montante superior a R\$ 200 milhões em 2018.

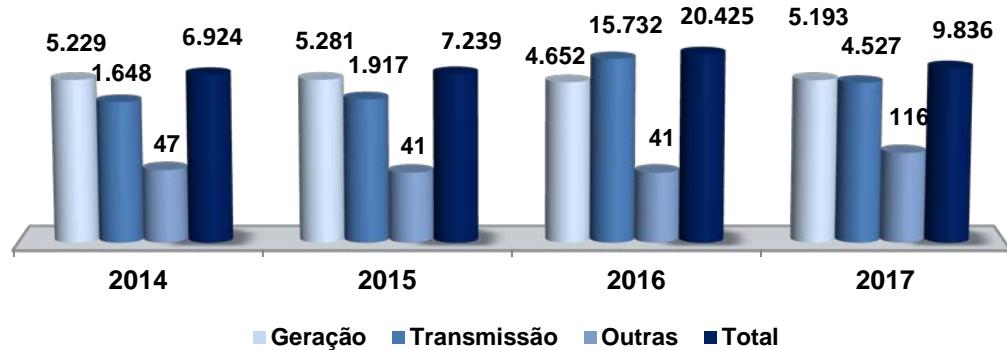
Receita Operacional

A Receita Operacional Bruta consolidada – ROB foi de R\$ 9.836 milhões, o que representa uma redução de 52% em relação ao exercício anterior (R\$ 20.425 milhões), causado pelo efeito do reconhecimento total, em 2016, da receita de transmissão da RBSE no montante de R\$ 14.031 milhões.

No entanto, desconsiderando-se esse efeito, pode-se aferir um acréscimo de receita em 2017, devido, principalmente, à:

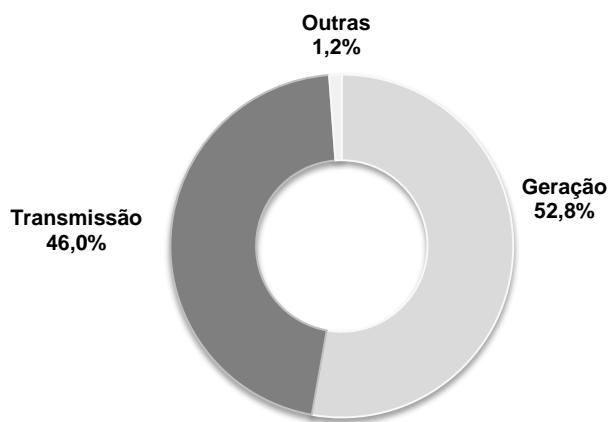
- Receita de Geração (energia vendida no ambiente de contratação livre – ACL);
- Receita de Transmissão (parcela da remuneração financeira da RBSE, bem como pelo reconhecimento, por parte da ANEEL, dos reforços e melhorias no sistema de transmissão).

Receita Bruta (R\$ milhões)



Depura-se, da comparação entre os exercícios de 2016 e 2017, um crescimento de 12% na Receita Operacional Bruta de Geração e um aumento de 182% em Outras Receitas, frente à redução de 71% na de Transmissão (efeito do reconhecimento de receita da RBSE em 2016).

Composição da Receita Bruta em 2017 (%)



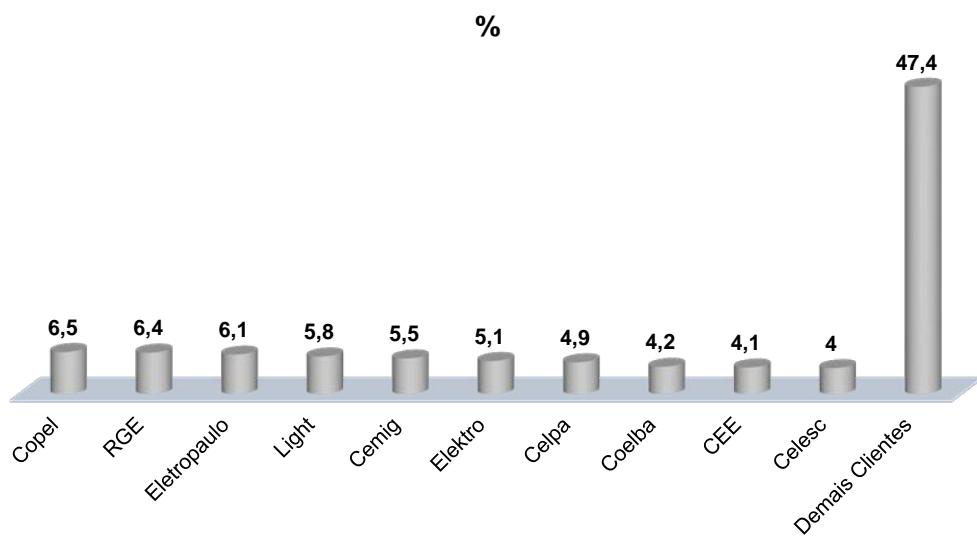
A receita do segmento Geração em 2017 foi de R\$ 5.193 milhões, superior à de 2016, de R\$ 4.653 milhões. Esse aumento decorre da variação no portfolio de contratos de Furnas, com o término de contratos no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e das devoluções dos contratos no âmbito do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD), bem como da maior disponibilidade de venda, devido ao aumento na compra de energia elétrica para revenda. Essa maior disponibilidade de energia propiciou um aumento das receitas de venda no Ambiente de Contratação Livre (ACL), em condições de mercado mais favoráveis.

Em termos da base de diversificação de clientes, o risco de inadimplência é bem diluído, pois a Empresa detém 231 contratos bilaterais celebrados no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e no Ambiente de Contratação Livre (ACL) com grandes Consumidores e as principais

Comercializadoras de Energia, bem como 306 contratos no regime de Cotas de Garantia Física, com as principais empresas de distribuição de energia do País.

Considerando os contratos no ACR e os de Cotas de Garantia Física com 49 concessionárias, Furnas obteve receita em 2017 de aproximadamente R\$ 3,7 bilhões. Cabe destacar que 10 concessionárias respondem por 52,6% desse montante, restando evidente a pulverização dos clientes, o que mitiga eventuais riscos de inadimplemento. O gráfico a seguir demonstra essa diversificação.

Principais Clientes – ACR (%)



Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais, compostos por pessoal, material, serviços de terceiros, combustível, depreciação e outros, totalizaram, em 2017, R\$ 4.647 milhões, que, comparados aos R\$ 3.797 milhões de 2016, representam um incremento de 22%, decorrente dos seguintes itens:

- Energia comprada para revenda: aumento de 43%, destacando-se, entretanto, que essa mesma energia foi vendida em patamares superiores aos de compra;
- Encargos do uso do sistema de transmissão: aumento de 13% no valor da Tarifa do Uso de Transmissão – TUST, com o acréscimo da Receita Anual de Transmissão – RAP, motivado pelo início do recebimento da RBSE a partir de julho de 2017;
- Combustível para produção: elevação de 36% em função do aumento do despacho da UTE Santa Cruz, pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS);
- PMSO: aumento de 20%, sendo o Plano de Aposentadoria Extraordinária - PAE o principal responsável. Essa ação trará uma redução na rubrica “Pessoal” superior a R\$ 200 milhões a partir do exercício de 2018.

EBITDA

O EBITDA calculado segundo a metodologia constante da Instrução CVM 527/12 atingiu, nas demonstrações consolidadas, o montante de R\$ 3.185 milhões, representando um decréscimo de 79% em relação ao obtido no exercício anterior, influenciado pelo reconhecimento da totalidade da receita extraordinária da RBSE em 2016, conforme já mencionado.

O quadro a seguir demonstra a evolução do EBITDA pelo critério CVM 527/12:

Evolução do EBITDA - Critério CVM

EBITDA critério CVM	2014	2015	2016	2017	R\$ milhões
Lucro (prejuízo) do exercício (consolidado)	(406)	(70)	9.451	1.422	
(+) Tributos sobre o lucro	405	310	4.474	602	
(+) Resultado financeiro líquido	458	1.302	981	890	
(=) LAJIR ou EBIT	458	1.542	14.906	2.914	
(+) Depreciação e amortização	222	245	280	271	
(=) LAJIDA ou EBITDA	680	1.786	15.186	3.185	

Como forma de analisar a geração operacional de caixa, sem a influência dos principais efeitos não recorrentes (seguro de risco hidrológico, despesa operacional extraordinária do PAE, contingências, contratos onerosos, *impairment*, provisão e perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa - PECLD), apresentamos a seguir o cálculo do EBITDA Ajustado:

EBITDA Ajustado

EBITDA Ajustado	2017	R\$ milhões
EBITDA	3.185	
(+) Parcela não recorrente	1.029	
(-) Resultado de Equivalência Patrimonial	21	
(-) Parcela atribuída aos acionistas minoritários	17	
(=) EBITDA Ajustado	4.176	

Resultado Financeiro

Em que pese o resultado financeiro negativo de R\$ 890 milhões em 2017 houve uma recuperação de 9% em relação ao resultado financeiro de 2016, também negativo, de R\$ 981 milhões, justificada pela:

- Receita Financeira: decréscimo de R\$ 263 milhões, passando de R\$ 433 milhões (2016) para R\$ 170 milhões (2017).
- Despesa Financeira: decréscimo de R\$ 354 milhões, passando de R\$ 1.414 milhões (2016) para R\$ 1.060 milhões (2017).

A redução das Receitas Financeiras foi compensada pelo impacto positivo das Despesas Financeiras do exercício, com incremento de R\$ 91 milhões no resultado de 2017.

A redução nas Despesas Financeiras justifica-se pela melhora no cenário econômico-financeiro do País, proporcionada pela queda da taxa de juros e dos índices de preços, pela variação cambial positiva, bem como pela negociação para a quitação parcial de dívidas de Furnas junto à *Holding*.

Resultado Líquido do Exercício

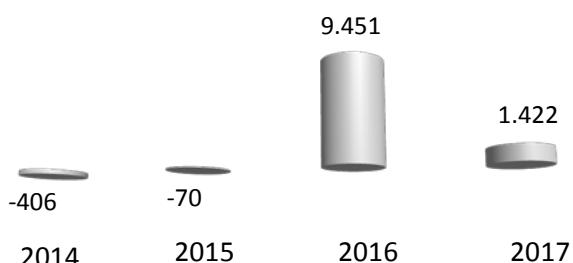
O Lucro Líquido consolidado (LL) do exercício de 2017 foi de R\$ 1.422 milhões.

Pode-se verificar no gráfico a seguir que o comportamento compreendido entre 2014 e 2017 seguiu a mesma tendência de evolução do EBITDA critério CVM, apresentada na tabela acima.

As projeções de recuperação dos ativos financeiros e imobilizados de Furnas (*impairment* e contratos onerosos) resultam na constituição de provisões de R\$ 130 milhões.

Adotando-se as premissas emanadas da Eletrobras para os testes de *impairment* das SPEs foi apurado no exercício de 2017 um impacto adicional de R\$ 575 milhões, sendo que o da Transenergia Goiás (TGO), SPE controlada de Furnas, representa 18% desse acréscimo.

Evolução do Resultado Líquido (R\$ milhões)



Vale destacar no gráfico acima que o Resultado Líquido em 2016 reflete o reconhecimento do valor total da RBSE naquele exercício. Expurgado este efeito, para fins comparativos, verifica-se a tendência de recuperação de Furnas.

Endividamento

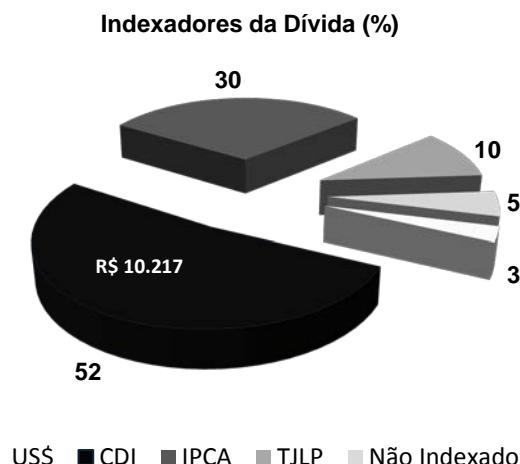
Durante o exercício de 2017 foram realizadas operações de captação de recursos em moeda nacional no valor de R\$ 335 milhões para suportar parte dos investimentos e inversões financeiras da Empresa, sendo R\$ 250 milhões oriundos de operação de financiamento junto aos Bancos BBM e Santander, além de R\$ 85 milhões junto ao Banco do Brasil.

Adicionalmente, foram realizadas operações de repactuação de contratos de dívida celebrados junto ao Banco do Brasil (R\$ 208 milhões), Banco da Amazônia (R\$ 150 milhões) e Banco ABC Brasil (R\$ 30 milhões), que possibilitaram o alongamento do perfil das dívidas e, por conseguinte, propiciaram maior liquidez ao caixa no curto prazo.

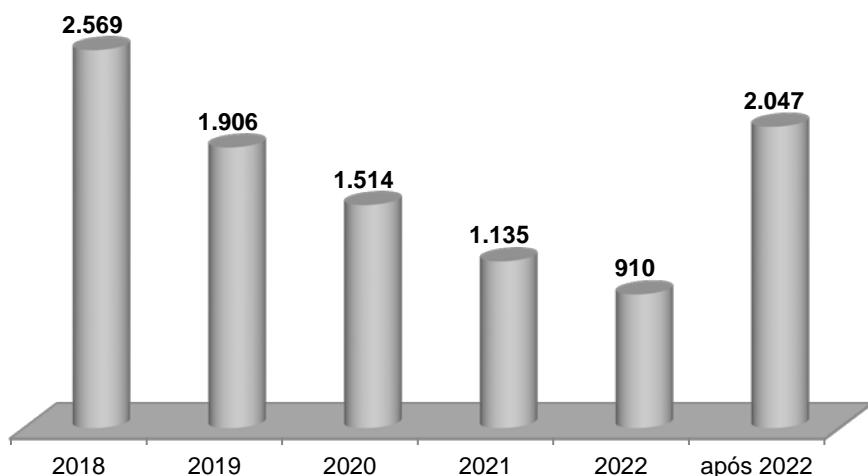
O endividamento está demonstrado no quadro a seguir, segregados por credor, moeda, indexador e cronograma de pagamento:

Credor	R\$ milhões
	Saldo em 31.12.2017
Eletrobras (Moeda Nacional)	3.388
Eletrobras (Moeda Estrangeira)	28
BID (Moeda Estrangeira)	350
Caixa Econômica Federal (CEF)	2.829
Banco do Brasil	1.363
BNDES	963
Outros	927
Cessão de Crédito	369
Total	10.217

Os principais credores são Eletrobras, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, que representam 74% do endividamento total. Em 31 de dezembro de 2017, o endividamento financeiro de Furnas atingiu o valor de R\$ 10.217 milhões, possuindo a seguinte configuração:



Cronograma de Pagamento da Dívida (R\$ milhões) - Sem encargos



Programa de Investimentos e Inversões Financeiras

Os quadros a seguir demonstram os investimentos realizados em 2017, tanto nos empreendimentos corporativos quanto em parcerias (inversões financeiras), com destaque para a UHE São Manoel, Belo Monte Transmissora e Mata de Santa Genebra, que foram responsáveis por cerca de 76% dos aportes de capital próprio de Furnas.

Investimentos Corporativos

	R\$ milhões
Geração	58
Manutenção do Sistema de Geração Energia Elétrica	31
Implantação do Complexo UHE Simplício / PCH Anta	26
Ampliação Capacidade UTE Santa Cruz – Fase I	1
Transmissão	233
Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica	135
Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão de Energia Elétrica	82
Implantação LT Mascarenhas-Linhares	13
Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica	3
Meio Ambiente e Infraestrutura	51
Conservação Ambiental	25
Infraestrutura	26
Total	342

Aportes em SPEs – Inversões Financeiras

Geração		324
UHE São Manoel		233
UHE Teles Pires		39
Complexo Punaú & Baleia		19
Famosa		16
Eólicas Itaguaçú da Bahia		6
Complexo Fortim e Brasil Ventos		11
Transmissão		466
Belo Monte Transmissora de Energia		191
Mata de Santa Genebra		180
Triângulo Mineiro Transmissora		11
Vale do São Bartolomeu		39
Paranaíba Transmissora de Energia		2
Transenergia Goiás		43
Total		790

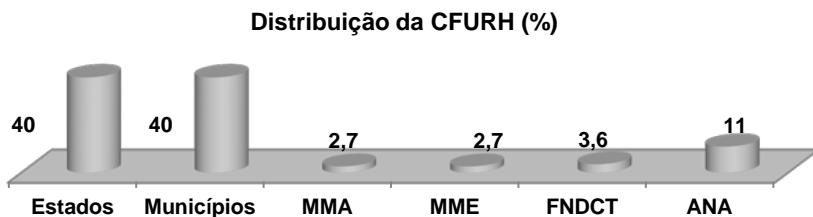
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)

A CFURH é um encargo setorial pago pelas concessionárias de geração hidrelétrica e demais empresas autorizadas a produzir energia hidrelétrica, em virtude da utilização dos recursos hídricos.

Em 2017, o valor total pago por Furnas foi de R\$ 118,8 milhões. Deste total, e conforme legislação vigente, 11% foram repassados à Agência Nacional de Águas (ANA). Os restantes 89% são distribuídos pela ANEEL da seguinte forma: Estados (45%), Municípios (45%) e União (10%).

A parte que cabe à União é dividida entre os Ministérios do Meio Ambiente (MMA) e de Minas e Energia (MME), que recebem 30% cada, e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), que recebe 40%.

A divisão final do total dos recursos da CFURH tem a seguinte configuração:



Furnas também possui participação acionária em outras oito usinas hidrelétricas, que desembolsaram pela utilização dos recursos hídricos em 2017 o total de R\$ 164,0 milhões. São elas, com os respectivos percentuais de participação acionária: Baguari (15%) e Retiro Baixo (49%), em Minas Gerais; Peixe Angical (40%), no Tocantins; Foz do Chapecó (40%), entre Santa Catarina e

Rio Grande do Sul; Serra do Facão (49,5%), em Goiás; Santo Antônio (39%), em Rondônia; Teles Pires (24,5%), entre Mato Grosso e Pará; e Três Irmãos (49,9%), em São Paulo.

Indicadores apurados por Furnas conforme Contrato de Metas de Desempenho Empresarial (CMDE), elaborado de acordo com as novas regras de Governança Corporativa do Sistema Eletrobras

Ver Indicadores Econômico-Financeiros do CMDE no item 7.4 – Apresentação e análise de indicadores de desempenho.

9 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

9.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

No exercício de 2017 há um acórdão com determinações para Furnas (Acórdão 590/2017 - Plenário). Adicionalmente, há cinco acórdãos de exercícios anteriores, para os quais não houve conclusão de atendimento. Não foi identificada recusa manifesta no atendimento dos acórdãos, sendo acompanhados os procedimentos adotados visando o cumprimento das deliberações do TCU.

As deliberações recebidas do Tribunal de Contas da União – TCU são acompanhadas pela administração da Empresa através de profissionais que atuam junto ao Comitê de Atendimento a Órgãos Externos de Fiscalização - CAOEF, e pela Superintendência de Auditoria Interna - AD.

A Auditoria Interna acompanha as implantações das determinações e recomendações do TCU por meio da emissão periódica de Relatórios de Monitoramento que são encaminhados aos gestores visando obter informações e evidências da implantação dessas determinações. O acompanhamento das determinações do TCU é registrado em sistema de gestão de auditoria (software ACLGRC).

Quadro 9.1 – Acompanhamento das determinações do TCU

Deliberação	Sumário	Processo	Recomendação/Determinação	Situação - Auditoria Interna
Acórdão 590/2017 - Plenário	FISCOBRAS 2010 - Irregularidade nas obras da UHE SIMPLÍCIO E DA PCH ANTA - MG/RJ.	011.792/2010-8	<p>Determinar a Furnas que informe quando do julgamento de mérito das ações judiciais perante a 28ª Vara Cível do Rio de Janeiro relativas ao processo 0374398-17.2012.8.19.0001.</p> <p>Recomendar a Furnas que elabore procedimentos e normas de forma a estabelecer mecanismos adequados de avaliação de riscos e análise de cenários nos estudos que subsidiam o processo de tomada de decisão, especialmente quanto a sua participação em empreendimentos, a fim de prever, com margem de precisão adequada, os fatores que possam impactar nos custos, prazos e, consequentemente, na rentabilidade esperada.</p> <p>Dar ciência a Furnas das seguintes irregularidades observadas na fiscalização em exame:</p> <p>Contratação de serviço não comum, de gerenciamento ambiental, por meio de pregão, em afronta ao art. 1º, parágrafo único, da Lei 10.520/2002;</p> <p>Licitação de serviços de gerenciamento ambiental pautada em projeto básico insuficiente, ante o que dispõe o art. 6º, inciso IX, da Lei 8.666/1993;</p> <p>Contratação da autora do projeto básico ambiental para executar parte dos programas ambientais, em afronta ao art. 9º, inciso I, da Lei 8.666/1993.</p>	<p>Para a determinação, de acordo com a Superintendência Jurídica - SJ.P: 011.792/2010-8: trata de Relatório de Auditoria, referente às Obras da UHE SIMPLÍCIO E TRANSMISSÃO ASSOCIADA - MG/RJ.</p> <p>Autuado em 04.05.10, está sob a Relatoria da Ministra ANA ARRAES desde 01.11.11.</p> <p>Em 29.03.17 foi apreciado em Sessão Plenária por meio do Acórdão nº 590/2017-PL, que dentre outras providências, determinou a instauração de Tomada de Contas Especial relativa ao superfaturamento decorrente do Contrato nº 16.856; bem como referente ao superfaturamento do Contrato nº 8000001197 .</p> <p>Nesta oportunidade, por meio do Acórdão proferido, restou determinado pelos Ministros a instauração de dois novos processos de Tomadas de Contas Especiais, a fim de se averiguar especificamente as possíveis irregularidades ocorridas nos respectivos contratos.</p> <p>Desta feita, o processo foi encerrado em 16.08.17, na SeinfraElétrica, pela servidora Ciluá Borges dos Santos.</p> <p>9.8. recomendar a Furnas que elabore procedimentos e normas de forma a estabelecer mecanismos adequados de avaliação de riscos e análise de cenários nos estudos que subsidiam o processo de tomada de decisão, especialmente quanto a sua participação em empreendimentos, a fim de prever, com margem de precisão adequada, os fatores que possam impactar nos custos, prazos e, consequentemente, na rentabilidade esperada;</p> <p>Para a recomendação, de acordo com a Superintendência de Empreendimentos de Geração (EG.E), está em desenvolvimento pela SP.N/DN, por orientação da CGU, um normativo interno que abarca este item.</p>

Deliberação	Sumário	Processo	Recomendação/Determinação	Situação - Auditoria Interna
				Processo encontra-se encerrado no âmbito do TCU
Acórdão 4400/2016 - 2ª Câmara	Prestação de Contas - Exercício de 2011	044.331/2012-6	<p>Dar ciência a Furnas de que a contratação direta para a prestação de serviços advocatícios, objeto do Contrato 8000003850, por inexigibilidade de licitação, contraria o art. 25 da Lei 8.666/93 e a jurisprudência deste Tribunal como observado nos Acórdãos 2.012/2007-TCU-Plenário, Acórdão 3.413/2013-TCU-Plenário, Acórdão 5.526/2010-TCU-1ª Câmara.</p> <p>Determinar a Furnas que:</p> <p>Adote, no prazo de 6 (seis) meses, providências para verificar se foram efetivamente atendidos na celebração do Contrato 8000003850 os parâmetros assentados pelo Tribunal no Acórdão 3116/2013-Plenário, e, em verificando que essa contratação não atendeu a tais parâmetros, adotar as medidas necessárias para reaver junto aos beneficiários dos serviços prestados pelo escritório Jacoby Fernandes & Reolon Advogados Associados os gastos incorridos com essa contratação, dando-se ciência, no próximo Relatório de Gestão daquela entidade, das providências empreendidas e dos resultados delas decorrentes, com fundamento no art. 197, § 2º, do RI/TCU;</p> <p>Abstenha-se de efetuar o pagamento de serviços advocatícios para defesa de dirigentes e ex-dirigentes quando o processo judicial ou administrativo decorrer da prática de atos contrários ao ordenamento constitucional, legal ou regulamentar, bem</p>	<p>Está sendo efetuado o ajuizamento das ações de cobrança. Em atendimento</p> <p>Ver nota 2 abaixo</p> <p>Processo encontra-se encerrado no âmbito do TCU</p>

Deliberação	Sumário	Processo	Recomendação/Determinação	Situação - Auditoria Interna
			<p>como aos Acórdãos deste Tribunal, por não se configurarem presentes os requisitos estabelecidos no parágrafo único do art. 21 do Estatuto Social da Empresa.</p> <p>Dar ciência do presente Acórdão a Furnas.</p>	
Acórdão 2317/2015 – Plenário	Acompanhamento das Obras de Implantação da Usina Hidrelétrica de Batalha, Em Cumprimento ao Item 9.4 do Acórdão 1665/2011 - TCU-Plenário. Acompanhamento das obras da Usina Hidrelétrica de Batalha, localizada na divisa entre os Estados de Minas Gerais e Goiás, com objetivo de analisar a viabilidade econômico-financeira do empreendimento e a variação de custos detectada nos principais contratos.	027.891/2011-9	<p>Determinar a instauração, a partir de cópias das peças destes autos, de tomada de contas especial relativa às questões concernentes ao 3º Termo Aditivo ao Contrato 17.967/2008, firmado entre Furnas Centrais Elétricas S.A. e a Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. - CCCC, no valor de R\$64.065.958,78, sem que fossem comprovados o fato gerador da obrigação de indenizar e a adequação do valor indenizatório concedido;</p>	<p>O processo de Tomada de Contas Especial foi instaurado e as partes envolvidas, segundo entendimento do TCU, foram citadas e estão fazendo defesa junto àquela Corte de Contas.</p> <p>Ver nota 3 abaixo</p> <p>Processo encontra-se em aberto no âmbito do TCU</p>
Acórdão 3813/2014 - 1ª Câmara	Processo Gerado Automaticamente com Atos Priorizados/Selecionados Pela Sefip	017.725/2010-0	<p>Determinar a Furnas que observe, quando do enquadramento dos trabalhadores admitidos antes de 21/12/1993 constantes do processo em tela, a Decisão Monocrática proferida pelo STF no MS nº 27.066:</p> <p>Ter como parâmetro o salário bruto que já percebiam na condição de terceirizados; Receber os mesmos direitos garantidos aos empregados públicos da referida estatal, deixando de perceber vantagens, adicionais, gratificações ou quaisquer outras espécies de verbas recebidas em razão do vínculo de emprego antigo.</p>	<p>A Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas - RH.A informa, através da Correspondência Interna RH.A.I.005.2018, de 29.01.2018, que as recomendações vêm sendo observadas e os relatórios de gestão, a exemplo do RMDE e do Relatório da Administração, já contemplam os acordos pactuados.</p> <p>Ver Quadro A.124.1.1.5– Acordo para Desmobilização dos Terceirizados</p> <p>Processo encontra-se encerrado no âmbito do TCU.</p>

Deliberação	Sumário	Processo	Recomendação/Determinação	Situação - Auditoria Interna
Acórdão 1089/2012 – Plenário	Monitoramento dos Itens 9.1 e 9.2 do Acórdão Nº 2053/2010 - Plenário. Repasso de Recursos Públicos à Caixa de Assistência dos Empregados de Furnas e Eletronuclear-CAEFE. Cessão Irregular de Empregados.	028.352/2010-6	Determinar a Furnas Centrais Elétricas S. A. que promova, até decisão final, o acompanhamento da Ação de Cobrança em desfavor da Caixa de Assistência dos Funcionários de Furnas (Caefe), a qual se encontra tramitando na Justiça Estadual do Rio de Janeiro, fazendo constar, em seu Relatório de Gestão anual, informações sobre as decisões interlocutórias e desdobramentos que porventura ocorram, encaminhando imediata comunicação a esta Corte de Contas, na oportunidade do desfecho da ação de cobrança.	<p>Trata-se de Ação de Cobrança ajuizada por Furnas em face da CAEFE, em 13.05.2011, por dependência à ação nº 01916000-93.2009.8.19.0001 , cujo objeto é o resarcimento do valor de R\$1.843.219,03, referente às despesas não pagas pela CAEFE, decorrentes do convênio 13.578 (cessão de empregados), conforme determinação do Tribunal de Contas da União. A CAEFE contestou a ação e Furnas apresentou a réplica, estando os autos conclusos para sentença, que será prolatada em conjunto com as dos outros processos movidos pela CAEFE, nos quais a mesma cobra de Furnas importâncias não repassadas por força da decisão do TCU, bem como pretende o restabelecimento do convênio por força de decisão judicial. Nesse sentido, o juízo prolatou em 07.07.2015 a seguinte decisão: "Aguardase andamento regular do processo principal. Com término da instrução probatória daquele processo, voltem para prolação de sentença conjunta." Quanto ao processo principal, a fase atual é a pericial, estando os autos em poder do perito para elaboração do laudo desde 30.09.2015. Em 08.03.2016, Furnas pediu a impugnação do LAUDO PERICIAL em sua totalidade, e requereu o seguinte: O julgamento da lide, desconsiderando a parte do laudo pericial em que se liquida o pedido, por serem os documentos anexados imprestáveis para a comprovação dos gastos. Caso não seja o entendimento do juízo, que seja intimado o Perito para complementar o laudo, anexando os comprovantes materiais dos gastos administrativos cobrados, de acordo com as normas de contabilidade.</p> <p>Em atendimento</p> <p>Ver Nota 1 abaixo</p> <p>Em atendimento</p> <p>Processo encontra-se encerrado no âmbito do TCU.</p>

Deliberação	Sumário	Processo	Recomendação/Determinação	Situação - Auditoria Interna
Acórdão 0576/2012 – Plenário	<p>Em cumprimento ao Item 9.2.1 do Acórdão 2616/2011 para dar continuidade ao monitoramento da substituição dos empregados contratados e/ou terceirizados de Furnas, tão logo ocorra o desfecho do Mandado de Segurança MS 27.066, Em tramitação no STF.</p> <p>Monitoramento. Acórdão 2.616/2011- Plenário. Furnas Centrais Elétricas.</p> <p>Substituição de empregados Terceirizados, ocupantes de cargos inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo Plano de Cargos e Salários da Empresa por concursados, em consonância com o Art. 37, II, da Constituição Federal.</p>	032.732/2011-2	<p>Determinar a Furnas Centrais Elétricas S.A. que informe nos relatórios de gestão de suas contas anuais, em seção específica, já a partir do exercício de 2012 até 2018, sobre as medidas adotadas visando ao cumprimento dos acordos judiciais pactuados no âmbito do MS STF 27.066, em especial, quanto ao cronograma de substituição de terceirizados.</p>	<p>A Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas - RH.A Informa, através da Correspondência Interna RH.A.I.005.2018, de 29.01.2018, que as recomendações vêm sendo observadas e os relatórios de gestão, a exemplo do RMDE e do Relatório da Administração, já contemplam os acordos pactuados.</p> <p>Ver Quadro A.124.1.1.5– Acordo para Desmobilização dos Terceirizados</p> <p>Processo encontra-se encerrado no âmbito do TCU.</p>
Acórdão 388/2018 – Plenário	<p>Monitoramento. Auditoria operacional. Avaliação dos instrumentos e mecanismos de planejamento, gestão e controle utilizados por Furnas em negócios estruturados sob a forma de Sociedade de Propósito Específico (SPE).</p> <p>Determinações cumpridas e parcialmente cumpridas. Novas determinações e recomendações.</p>	027.623/2015-7	<p>Determinar a Furnas Centrais Elétricas S.A. que informe, em seu próximo Relatório de Gestão, sobre a realização e respectivos resultados de fiscalizações e/ou verificações sobre contratos nas SPEs em que sócios figurem como fornecedores, abrangendo o exame de seus valores, a compatibilidade de preços com o mercado e a regularidade de sua execução físico-financeira, nos termos do subitem 9.1.3 do Acórdão 2.322/2015-TCU- Plenário</p>	<p>O assunto estará presente em nosso acompanhamento, quer seja no monitoramento, junto à área de negócio, das ações adotadas visando o atendimento da determinação do TCU, ou mesmo quando forem realizadas auditorias internas envolvendo SPEs, verificando diretamente as medidas adotadas.</p> <p>Ver nota 4 abaixo</p>

Notas:

1. ACÓRDÃO 1089/2012

Processo nº 01916000-93.2009.8.19.0001

Com o advento das Leis Complementares 108 e 109, do ano de 2001, a Real Grandeza Fundação de Previdência Privada e Assistência Social foi impedida de administrar os programas assistenciais e sociais, sendo os mesmos transferidos para a CAEFE.

Por conta disso, Furnas firmou o Convênio nº 13578 com a CAEFE, no qual se comprometeu a arcar com os custos relativos à manutenção da estrutura, recursos humanos, materiais, serviços, instalações, móveis, equipamentos e outros insumos, necessários à administração dos benefícios sociais e serviços ou ressarcí-la.

O Tribunal de Contas União, por meio do Acórdão proferido no Relatório de Monitoramento nº 0022.849/2006-0, resolveu suspender cautelarmente todos os repasses efetuados com base no Convênio nº 13.578.

A CAEFE ajuizou em face de Furnas em 27/06/2009 ação de ressarcimento de despesas, tombada sob o nº 01916000-93.2009.8.19.0001, em trâmite na 37ª Vara Cível do Rio de Janeiro, cobrando o valor de R\$ 11.567.363,64.

Atualmente, o processo encontra-se em fase pericial para apurar eventual valor devido por Furnas.

Processo nº 0070041-38.2010.8.19.0001

Durante a tramitação do processo nº 01916000-93.2009.8.19.0001, Furnas, usando do permissivo contratual, mais precisamente a cláusula 6º do Convênio nº 13578, denunciou o convênio, a fim de se resguardar e atender a determinação do Acórdão, proferido no Relatório de Monitoramento nº 0022.849/2006 -0, do Tribunal de Contas da União.

Com base na denúncia do Convênio, a CAEFE ajuizou por dependência ao processo nº 01916000-93.2009.8.19.0001 Ação Declaratória com pedido de Tutela Antecipada, tombada sob o nº 0070041-38.2010.8.19.0001, cujo objeto é o restabelecimento do Convênio nº 13578.

A Tutela antecipada para o restabelecimento do Convênio foi indeferida, não havendo recurso da decisão por parte da CAEFE.

Atualmente, o processo encontra-se também em fase pericial uma vez que está tramitando em conjunto com o Processo nº 0070041-38.2010.8.19.0001

Processo n º 0142728-76.2011.8.19.0001

Ação de Cobrança ajuizada por Furnas em face da CAEFE, em 13.05.2011, por dependência a ação nº 01916000-93.2009.8.19.0001, cujo objeto é o ressarcimento do valor de R\$ 1.843.219,03, referentes às despesas não pagas pela CAEFE, decorrentes do Convênio nº 13.578 (cessão de empregados), conforme determinação do Tribunal de Contas da União.

A CAEFE contestou a ação e Furnas apresentou a réplica, estando os autos conclusos para sentença que será prolatada em conjunto com os dos outros processos.

As três ações estão tramitando em conjunto, tendo em vista que existe conexão entre as mesmas, de forma que o julgamento deverá ocorrer simultaneamente.

Furnas está acompanhando todos os processos acima citados, tendo apresentado impugnações ao laudo pericial.

Atualmente, Furnas apresentou uma petição requerendo a designação de um novo Perito, tendo em vista que o atual não respondeu os esclarecimentos formulados por Furnas, estando tal questão pendente de decisão.

2. ACÓRDÃO Nº 4400/2016

Ajuizamento de ação para ressarcimento de honorários

Foram ajuizadas as seguintes ações em face dos ex-dirigentes para ressarcimento dos honorários advocatícios suportados por Furnas, no valor da cota parte de cada beneficiado, correspondente a R\$ 64.755,40, acrescidos de juros e correção monetária.

Todas as ações estão em sua fase inicial, não havendo ainda decisão de 1^a instância.

Processo: 0036501-52.2017.8.19.001

Réu: Espólio de Luiz Paulo Fernandes Conde.
41^a Vara Cível do Rio de Janeiro

Processo: 0014268-59.2016.8.19.0207

Réu: Alderízio Catarino dos Santos
1^a Vara Cível da Ilha do Governador

Processo: 5172098-35.2016.8.13.0024

Réu: José Pedro Rodrigues
9^a Vara Cível de Belo Horizonte

Processo: 0404931-17.2016.8.19.0001

Réu: Luiz Fernando Silva de Magalhães Couto
2^a Vara Cível do Rio de Janeiro.

3. ACÓRDÃO Nº 2317/2015

Instauração de tomadas de contas especial

Foi instaurada Tomada de Contas Especial em 02/10/2015, a qual foi tombada sob o nº 026.407/2015-9, estando a mesma em fase de instrução, conforme anexo VII – Andamento Acórdão 2317.2015.

4. ACÓRDÃO Nº 388/2018

(i) Nos casos de SPEs em que sócios também atuam como fornecedores, Furnas elaborou a regulamentação interna sobre mecanismos de controle (item 5.7 na IN.001.2015). Segue a respectiva regulamentação:

“5.7. Especificamente para as SPEs em que sócios atuem como fornecedores, caberá ao representante de Furnas:

5.7.1. Acompanhar e controlar as atividades realizadas por aqueles sócios em estrita observância às cláusulas contratuais, do Acordo de Acionistas, do Estatuto Social e legislação pertinente.

5.7.2. Exigir que sejam mantidos registros das ações de fornecimento realizadas pelos sócios, bem como a sua correção e adequação aos requisitos e especificações contratados. Esta ação, caso não seja realizada pelos técnicos de Furnas nas ações de Engenharia de Proprietário, poderá ser realizada em ações de inspeção específica, programadas e organizadas com o apoio da GEP.N.

5.7.3. Caso o sócio-fornecedor apresente para a sociedade uma reivindicação relativa à sua atuação como fornecedor, caberá aos representantes de Furnas buscar a orientação de Furnas, através da GEP.N, para a condução do processo de deliberação no âmbito da SPE. Em qualquer hipótese, a aprovação da reivindicação deverá ser formalizada no âmbito de uma Assembleia Geral da respectiva SPE.

5.7.4. Promover o encaminhamento do processo de aprovação no âmbito da respectiva SPE, de forma alinhada com as orientações recebidas de Furnas, por meio da GEP.N, sempre que possível.”

(ii) Furnas buscou incorporar nos Acordos de Acionistas e nos Estatutos Sociais algumas cláusulas específicas para mitigar os eventuais riscos relacionados com o possível conflito de interesses, como cláusulas estabelecidas em acordos de acionistas e nos estatutos sociais das SPEs, por intermédio dos quais o sócio-fornecedor fica classificado como parte relacionada e impedido de votar nas matérias referentes a seus contratos de fornecimento.

Neste sentido, desde fevereiro de 2012, Furnas não forma novas parcerias com empresas fornecedoras e/ou prestadoras de serviços para as SPEs, com a publicação do Edital para Chamada Pública que contém as regras para os futuros parceiros de Furnas. As empresas interessadas não poderão participar como fornecedores de bens (equipamentos e materiais) e/ou construtores na implantação dos empreendimentos objeto desta chamada.

Esta prática é resultado de aprimoramentos que vêm sendo incorporados nas regras de Governança Corporativa das SPEs nos últimos anos.

No que se refere às Auditorias realizadas, ver anexo VIII – Auditorias Acordão 388/2018.

9.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

As deliberações recebidas do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União são acompanhadas pela administração da empresa através de profissionais que atuam junto ao Comitê de Atendimento a Órgãos Externos de Fiscalização - CAOEF, e pela Superintendência de Auditoria Interna - AD.

O Plano de Providências Permanente – PPP, emitido pela Controladoria Geral da União – CGU, tem sua implantação acompanhada pela Auditoria Interna por meio da emissão periódica de Relatórios de Monitoramento que são encaminhados aos gestores visando obter informações e evidências da implantação desse plano.

A Auditoria de Furnas registra o acompanhamento do PPP em sistema de gestão de auditoria (software ACLGRC). O Plano também é acompanhado pela CGU por meio de sistema próprio (Sistema Monitor), alimentado pela Auditoria Interna de Furnas com base nas alterações identificadas.

A avaliação quanto ao atendimento das recomendações deste órgão fiscalizador é feita preliminarmente pela Auditoria Interna, e posteriormente, submetido à CGU, quando da revisão do Plano de Providências Permanente – PPP e/ou auditoria anual de contas.

Furnas possui 33 recomendações em monitoramento, conforme registrado no Sistema Monitor. Destas 17 (52%) foram consideradas como atendidas, segundo avaliação preliminar da Auditoria Interna e 16 (48%) permanecem em monitoramento, tendo em vista as características das recomendações efetuadas pelo órgão de controle.

Quadro 9.2 – Acompanhamento das determinações do Órgão de Controle Interno

Ordem de Serviço	Recomendação	Descrição da Recomendação	Plano de Ação e Atuação da Área	Status da Implantação – Auditoria Interna
201108792	63418	Criar no SAP registro diferenciado por tipo de instrumento celebrado e levantar todos os instrumentos em que Furnas transfira recursos, para que seja feita a distinção no SAP dentre esses instrumentos, de modo que se possa extrair do referido sistema informações consistentes e fidedignas.	Foi criado no SAP o código 900 destinado aos contratos que possuem como objeto Convênios e o código 961 destinado aos contratos que possuem como objeto Patrocínios.	Atendida*
201407944	137057	Aprimorar os Relatórios de Monitoramento, de modo a inserir análise do atendimento ou não das recomendações/determinações dos órgãos de controle interno e externo, relacionando as respectivas evidências.	As análises quanto ao atendimento foram registradas no RAIN 2016.	Atendida*
201407944	137059	Criar indicadores gerenciais capazes de acompanhar a eficácia e eficiência da implantação das recomendações /determinações dos órgãos de controle, como por exemplo: Índice de Atendimento dentro do Prazo; Índice de Não Atendimento, etc., fazendo-os constar no RAINt.	Foram inseridos no RAINt indicadores de desempenho e atendimento às recomendações da Auditoria Interna e dos órgãos de fiscalização externos. A partir do Relatório Mensal de Janeiro enviado ao Conselho de Administração e Fiscal, constará índice de atendimento às recomendações/determinações dos órgãos de controles. Essas informações serão consolidadas no RAINt/2018. Data Limite: 02/05/2018	Atendida*
201503918	155816	Estabelecer rotina no Conselho de Administração para discutir a avaliação dos membros da Diretoria Executiva, após as avaliações individuais, conforme prevê o § 3º do art. 20 do Estatuto Social de Furnas e o item 2.2.3 do Manual de Avaliação de Desempenho do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da Eletrobras.	A área gestora encaminhou a seguinte providência para atendimento da recomendação: "Seguem atas que atestam a avaliação dos Colegiados de Furnas."	Atendida*
201505918	170334	Promover a divulgação das informações que sejam passíveis de divulgação (sigilos legais) e que sejam úteis à coletividade, em local específico no sítio da empresa, referentes à participação de Furnas em SPE, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão, em conformidade com a Lei n.º 12.527/11.	Já está disponível um conjunto significativo de informações sobre as Sociedades de Propósito Específico, mesmo aquelas com participação minoritária de Furnas, no Relatório de Administração de Furnas, que pode ser consultado no site da Empresa; Mesmo as Sociedades não estando obrigadas ao atendimento da lei 12.527/2011 (Lei de acesso às informações de órgãos e entidades públicas), Furnas, voluntariamente, elaborou um projeto para replicar as informações que já estão disponíveis, além de um conjunto de informações consideradas de interesse, em ambiente	Atendida*

Ordem de Serviço	Recomendação	Descrição da Recomendação	Plano de Ação e Atuação da Área	Status da Implantação – Auditoria Interna
			<p>mais prático e amigável para possíveis interessados (Portal de informações de SPEs no site de Furnas); Pode-se adiantar que o projeto hoje não prevê algumas das informações que estão listadas pela CGU tais como:</p> <p>"II - registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;</p> <p>III - registros de despesas;</p> <p>IV - informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;"</p> <p>Outras como as demonstrações financeiras das SPEs publicadas podem facilmente ser incluídas no projeto e permitirão ao cidadão o acesso à informações que lhe são relevantes. Os dados referentes às Sociedades de Propósito Específico das quais Furnas participa já foram implantados no Portal de Governança Corporativa, conforme link http://dp-furnasnetp/secretariagovernanca/Lists/SPE/Por%20Complexo.aspx</p> <p>A SG está coordenando junto à ST.A a disponibilização de acesso ao referido Portal para o público externo, bem como, link de acesso ao mesmo a partir da home page de Furnas.</p>	
201505918	170335	Inserir no Plano de Negócios da empresa a taxa mínima de atratividade estabelecida pela Holding para os leilões de empreendimentos eólicos, de modo garantir a transparência dos valores definidos.	A SN.N (Superintendência de Desenvolvimento de Novos Negócios), responsável pela implementação desta recomendação, informa que esta melhoria será utilizada em todos os novos procedimentos de aprovação de leilões de empreendimentos. Ocorre, entretanto, que Furnas não participou de novos leilões desde o final de 2013.	Atendida*
201505918	170336	Implementar rotinas para verificar a compatibilidade da taxa de rentabilidade com a taxa de atratividade orientada pela Holding.	A SN.N (Superintendência de Desenvolvimento de Novos Negócios), responsável pela implementação desta recomendação, informa que esta melhoria será utilizada em todos os novos procedimentos de aprovação de leilões de empreendimentos. Ocorre, entretanto, que Furnas não participou de novos leilões desde o final de 2013.	Atendida*
201505918	170337	Avaliar a possibilidade de aditivar os Acordos de Acionistas em vigor no sentido de incluir os critérios para revisão de PN estabelecidos na IN 013.2015.	Com a iniciativa que Furnas está adotando, de promover atualizações de forma independente da SPE, esta recomendação não será mais necessária. As atualizações serão realizadas em conformidade com o disposto na IN.013.2015, atualizada em 10/10/2017.	Atendida*

Ordem de Serviço	Recomendação	Descrição da Recomendação	Plano de Ação e Atuação da Área	Status da Implantação – Auditoria Interna
201505918	170338	Atualizar os Planos de Negócios das SPEs das quais participa, de modo a observar o prazo estabelecido na Instrução Normativa - IN 013.2015.	Com a recente revisão da IN.013.2015, em 10/10/2017, as rotinas internas de aprovação foram readequadas e foram finalizadas as últimas atualizações em 31.12.2017.	Atendida*
201505918	170339	Orientamos que, quando da celebração de futuros acordos de acionistas para a estruturação de Sociedades de Propósito Específico, Furnas avalie alternativas capazes de manter o equilíbrio de direitos e obrigações entre os sócios na SPE, a fim de evitar o potencial prejuízo.	A Diretoria Executiva aprovou por meio da RD nº015/2960, no dia 30/05/2017, com vigência a partir dessa data, a revisão 1 da Instrução Normativa 005.2014 - Formação de Parceria para Participação em Leilões. Nesse contexto, uma das atualizações incluídas na revisão do documento se deu no item 4.4.2., com o seguinte conteúdo: "A SN.N deverá coordenar, com apoio das áreas jurídica e financeira, as negociações com os parceiros pré-selecionados, de modo a permitir uma formatação do modelo de negócio que traga maior competitividade, considerando a análise dos aspectos financeiros, jurídicos, estratégicos, societários, de governança e de conformidade, bem como análise de riscos da SPE a ser constituída, utilizando os modelos de documentos societários indicados pelo Manual de SPE da Eletrobras". Assim, foi incluída no documento a obrigatoriedade da observância dos modelos de documentos societários indicados pelo Manual de SPE da Eletrobras. Entretanto, ressalta-se que desde a data da recomendação até a presente data nenhuma nova parceria para participação em leilão foi estabelecida por Furnas, de modo que ainda não é possível evidenciar a implantação da recomendação em comento.	Atendida*
201504023	173651	Elaborar um Plano de Ação com todas as providências que serão adotadas para o fortalecimento dos valores éticos e de integridade assumidos pela Empresa. Além das atividades previstas, o Plano deve apresentar um cronograma e os responsáveis por cada atividade. Ressalta-se que os desdobramentos desse Plano serão acompanhados periodicamente pela Auditoria Interna da Empresa e monitorados pela Controladoria-Geral da União.	O status das ações propostas pela CGU é apresentado no Relatório de Avaliação da Integridade em Empresas Estatais nº 201504023, sob responsabilidade da Superintendência de Gestão de Conformidade e Riscos - RC.P. A auditoria Interna realizou dois trabalhos no sistema de integridade de Furnas.	Atendida*
201601342	170343	Elaborar/consolidar normativo interno que regule todo o processo de gestão de patrocínios, incluindo a definição de critérios do edital de seleção dos beneficiários/patrocinados, dos responsáveis, prazos e fluxos para análise das prestações de contas parciais e	1.1. Aprovação da Política de Investimento Social, nos termos da PRD.DA.080.2017, datada de 23.06.2017, por meio da RD nº 006/2978, datada de 21.09.2017; e 1.2. Aprovação da Política de Responsabilidade Social, nos termos	*Atendida

Ordem de Serviço	Recomendação	Descrição da Recomendação	Plano de Ação e Atuação da Área	Status da Implantação – Auditoria Interna
		final, de avaliações técnicas referentes à execução física dos objetos pactuados, dentre outros.	<p>da PRD.DA.097.2017, datada de 07.08.2017, por meio da RD nº 006/2978, datada de 21.09.2017; e</p> <p>1.3. Aprovação da Instrução Normativa Patrocínio Social, nos termos da PRD.DA.097.2017, datada de 07.08.2017, por meio da RDº 006/2978, datada de 21.09.2017.</p>	
201601342	170344	Furnas deve adotar medidas necessárias para utilização do sistema CGU-PAD para registro dos processos administrativos doravante instaurados.	<p>Foram adotadas as providências para atendimento às recomendações/determinações da Controladoria-Geral da União - CGU, conforme abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Furnas possui um Comitê Permanente de Atendimento a Organismos Externos de Fiscalização - CAOEF, o qual tem como uma de suas atribuições a prestação de informações a Órgãos Fiscalizadores Externos, visando a garantir que as informações prestadas, em nome de Furnas, obedeçam a um critério uniforme e coerente, representando um posicionamento oficial da Companhia, compatível com as suas políticas e diretrizes. - Este Comitê também é responsável pela supervisão e orientação dos trabalhos das Comissões de Sindicância, sendo esta atividade desempenhada pelo coordenador do CAOEF. - Após a reestruturação ocorrida na Empresa, a partir de 01.08.2017, o aludido Comitê teve sua composição alterada. Em virtude desta nova reestruturação, além da prestação das informações aos órgãos externos, passou a ser priorizado o atendimento ao CGU-PAD. - O Sr. Gilson de Albuquerque Junior é o administrador/coordenador do sistema e o Sr. Marcio Simões Casimiro de Abreu é o cadastrador/consulta do sistema. - O processo de capacitação/treinamento dos usuários já foi providenciado por esta Empresa, sendo certo que todas as demandas existentes já estão cadastradas no sistema da Controladoria-Geral da União, sendo constantemente atualizadas. 	*Atendida

Ordem de Serviço	Recomendação	Descrição da Recomendação	Plano de Ação e Atuação da Área	Status da Implantação – Auditoria Interna
			Desta forma, entende-se que a determinação da CGU foi atendida, tendo, Furnas, cumprido a Portaria nº 293, de 21.02.2008, daquele Órgão.	
201601432	170346	Realizar avaliação de riscos relativos à atividade de previdência complementar.	RM nº 019.2017 – Foi realizada a avaliação dos riscos atinentes à previdência complementar e encaminhada à área de Gestão de Riscos e Controle Internos;	Monitorando
201601432	170347	Instituir estrutura formal para acompanhamento e consolidação das ações de corretivas demandadas à Fundação Real Grandeza decorrentes de ações de fiscalização e supervisão de Furnas e dos órgãos externos de fiscalização e controle	RM nº 020.2017 - Furnas instituiu a Gerência de Benefícios e Administração de Pessoal - GBE.A para as ações de acompanhamento, fiscalização e supervisão do Plano de Previdência Complementar na Fundação Real Grandeza, conforme o item - 6.3.3 do Manual de Organização, com vigência a partir de 01/08/2017;	*Atendida
201601432	170348	Instituir controles para garantir que os resultados das ações de fiscalização sejam encaminhados a todos os membros do conselho de administração de Furnas, do conselho deliberativo da Fundação Real Grandeza e à PREVIC.	RM nº 020.2017 - Furnas instituiu a Gerência de Benefícios e Administração de Pessoal - GBE.A para as ações de acompanhamento, fiscalização e supervisão do Plano de Previdência Complementar na Fundação Real Grandeza, conforme o item - 6.3.3 do Manual de Organização, com vigência a partir de 01/08/2017;	Monitorando
201601432	170349	Instituir controles internos sobre os repasses referentes às contribuições de Furnas e dos participantes da Fundação Real Grandeza.	RM nº 021.2017 - Os cálculos referentes aos repasses de 2014 e 2015 foram reavaliados e identificou-se que na geração das informações de dezembro de 2014, foi necessário separar o valor referente ao 13º salário, do Salário Real de Contribuição (SRC). Nos dados gerados de 2015 verificou-se que o valor de UR para outubro era de R\$ 338,93, mas o valor correto é de R\$ 355,28 e em dezembro foi necessário separar o valor referente ao 13º salário do Salário Real de Contribuição (SRC). Anexaram-se novas planilhas com os ajustes mencionados, mas foram mantidos os arquivos gerados pela CGU para fins de comparação.	Atendida*
201601432	170350	Instituir área regimentalmente competente para fiscalizar e supervisionar de forma sistemática os processos relativos à atividade de previdência complementar	RM nº 022.2017 - Com relação a este relatório de monitoramento, cabe informar que além do já informado no item 1.2 desta correspondência, está em fase de análise a norma de "Relacionamento entre Furnas e a Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social", pela Assessoria de Organização e Processos - AOP.A.	Atendida*
201601432	170351	Instituir manual ou normativo interno que oriente as ações de fiscalização e supervisão de Furnas sobre a Fundação	RM nº 022.2017 - Com relação a este relatório de monitoramento, cabe informar que além do já informado no item 1.2 desta	Monitorando

Ordem de Serviço	Recomendação	Descrição da Recomendação	Plano de Ação e Atuação da Área	Status da Implantação – Auditoria Interna
		Real Grandeza	correspondência, está em fase de análise a norma de "Relacionamento entre Furnas e a Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social", pela Assessoria de Organização e Processos - AOP.A.	
201601432	170352	Instituir planejamento prévio baseado em avaliação de riscos inerentes à atividade de previdência complementar e critérios que orientem a sua realização.	RM nº 022.2017 - Com relação a este relatório de monitoramento, cabe informar que além do já informado no item 1.2 desta correspondência, está em fase de análise a norma de "Relacionamento entre Furnas e a Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social", pela Assessoria de Organização e Processos - AOP.A.	Monitorando
201601432	170353	Instituir normativo interno que determine rito formal com definição de responsabilidades para a indicação dos representantes (efetivos e suplentes) de Furnas nos conselhos fiscal e deliberativo da FRG.	RM nº 023.2017 - Encontra-se em fase de aprovação, na Diretoria Executiva, a norma de "Indicação de Membros para os Conselhos Deliberativo e Fiscal da Fundação Real Grandeza".	Monitorando
201700186	173652	Instituir normativo interno que verse sobre a gestão ambiental de seus empreendimentos, preliminarmente, no âmbito do licenciamento ambiental de linhas de transmissão.	Data Limite: 29/09/2018	Monitorando
201700186	173653	Instituir normativo interno que regule a gestão fundiária dos empreendimentos da empresa, preliminarmente, quanto à liberação das áreas atingidas pela implantação de linhas de transmissão.	Data Limite: 29/09/2018	Monitorando
201700186	173654	Formalizar rotina para revisão periódica do Plano de Negócios dos empreendimentos de Furnas.	Furnas já iniciou a elaboração de Instrução Normativa visando o acompanhamento de desempenho dos empreendimentos corporativos de geração e transmissão licitados, que incluirá o procedimento para revisão periódica do Plano de Negócios dos empreendimentos corporativos de Furnas. Dessa forma, solicita-se a postergação do prazo de conclusão para 02/03/2018.	Monitorando
201700186	173655	Apuração dos fatos, e possíveis responsabilidades, acerca da aprovação do PN sem a previsão do custo total estimado de R\$5 milhões de indenização aos proprietários atingidos pela linha.	Data Limite: 02/04/2018	Monitorando
201700186	173656	Elaborar normativo interno que determine a análise prévia dos riscos dos empreendimentos desenvolvidos de forma	Furnas já iniciou a elaboração de Instrução Normativa visando o acompanhamento de desempenho dos empreendimentos	Monitorando

Ordem de Serviço	Recomendação	Descrição da Recomendação	Plano de Ação e Atuação da Área	Status da Implantação – Auditoria Interna
		cooperativa, inclusive o mapeamento dos riscos associados em todas as fases sensíveis de sua viabilização, implantação, construção e operação, bem como as medidas para a mitigação dos riscos identificados.	corporativos de geração e transmissão licitados, que incluirá a análise prévia dos riscos associados em todas as fases do empreendimento (viabilização, implantação, construção e operação), bem como as medidas para a mitigação dos riscos identificados em cada fase. Nesse contexto, solicita-se a postergação do prazo de conclusão para 02/03/2018.	
201700186	173657	Efetuar o mapeamento das fases sensíveis da operação do empreendimento LT Mascarenhas- Linhares e analisar previamente os seus riscos.	Data Limite: 02/04/2018	Monitorando
201700186	173658	Formalizar rotina de modo a obter todas as manifestações cabíveis dos órgãos envolvidos quando do início do processo de obtenção da licença de instalação	A presente Recomendação está devidamente atendida por Furnas, por meio dos documentos: i) Especificação Padrão – Linhas de Transmissão – Estudo e Implantação do Traçado - EP-5022 (Rev.4); e ii) Licenciamento Ambiental de Sistemas de Transmissão – Manifestação de Órgãos Intervenientes. Cumpre destacar que a Especificação Padrão - Linhas de Transmissão - Estudo e Implantação do Traçado - EP 5022 foi revisada para que passe a constar, no item “5.2. Critérios Específicos”, além dos procedimentos para detecção de obstáculos (5.2.1.) e de interesse de entidades públicas e privadas sobre a área do traçado (5.2.12), a necessidade de ser realizado estudo minucioso para que a diretriz preferencial da LT não tenha interferência com os aeródromos e helipontos e, caso seja inevitável a convivência da LT com o aeródromo ou heliponto, deverá ser consultado o Ministério da Aeronáutica sobre a interferência encontrada, antes de dar continuidade à implantação do traçado neste trecho, conforme item 5.2.17.4.1. O referido documento (EP 5022, na revisão 4), foi encaminhado aos órgãos de Construção de Furnas para conhecimento e aplicação direta nas obras da Empresa. No que se refere à obtenção de manifestação de órgãos públicos e privados, no âmbito do procedimento de licenciamento ambiental, Furnas elaborou o documento intitulado “Licenciamento Ambiental	*Atendida

Ordem de Serviço	Recomendação	Descrição da Recomendação	Plano de Ação e Atuação da Área	Status da Implantação – Auditoria Interna
			<p>de Sistemas de Transmissão – Manifestação de Órgãos Intervenientes”, que indica a área interna responsável pela atuação no licenciamento, os requisitos legais e documentos complementares, a descrição das atividades e, ainda, colaciona o Fluxo de Interlocução Junto a Órgãos Externos.</p> <p>Nesse prisma, entende-se como atendida a Recomendação 173658, Constatação 1.1.1.4. Todavia, caso sejam necessários esclarecimentos adicionais, Furnas permanece à disposição.</p>	
201700186	173659	Formalizar normativo interno com metodologia para elaboração de orçamento de referência.	Data Limite: 02/04/2018	Monitorando
201700186	173660	Apurar responsabilidades pela aceitabilidade das propostas que não observaram disposições da Carta Convite, bem como pela comparação de preços de propostas com objetos diferentes.	Data Limite: 02/04/2018	Monitorando
201700186	173661	Apurar responsabilidades pelo atraso de cinco anos na conclusão da LT Mascarenhas-Linhares, o que corresponde a quase quatro vezes o período inicialmente estabelecido.	Data Limite: 01/07/2018	Monitorando
201700186	173662	Apurar o prejuízo causado pelo adiamento do funcionamento da LT Mascarenhas-Linhares e informar a TIR atualizada do empreendimento.	Data Limite: 01/07/2018	Monitorando
201700186	173663	Apurar responsabilidades pela perda de rentabilidade do empreendimento em função das alterações das condições estabelecidas no Plano de Negócios.	Data Limite: 01/07/2018	Monitorando

Fonte: Superintendência de Auditoria Interna – AD

* A avaliação efetuada é de caráter preliminar devendo a mesma ser validada ou ajustada quando da análise a ser realizada pela equipe do órgão externo de controle durante a Auditoria Anual de Contas ou a revisão do Plano de Providências Permanente – PPP.

9.3 Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Para minimização e apuração de ocorrência de ilícitos administrativos, Furnas, em 22.12.2014, implantou o seu “Manual de *Compliance* Referente à Política de Anticorrupção”, em atendimento à legislação brasileira e à Foreign Corrupt Practices Act, pelo fato de a *Holding* ter suas ações listadas e negociadas na Bolsa de Valores de Nova York.

Para gerir o Programa de Integridade da Empresa, o Conselho de Administração de Furnas aprovou a alteração da estrutura organizacional que criou a Superintendência de Gestão de Conformidade e Riscos (RC.P), vinculada à Presidência, com os seguintes órgãos subordinados: Gerência de Conformidade (GCF.P), Gerência de Gestão de Riscos e Controles Internos (GRI.P) e Gerência de Segurança e Gestão da Informação – GSI.P.

Adicionalmente, a Diretoria Executiva de Furnas reformulou a composição da Comissão Executiva de Correição (CEC), responsável pela condução de processos de investigação preliminar para apuração de atos lesivos praticados por pessoas jurídicas, nos termos do que dispõe a Lei nº 12.846/2013.

Cabe informar que durante o ano de 2017, com o apoio de consultoria especializada, Furnas implementou diversas medidas para aprimoramento de seu Programa de Integridade, tais como a aprovação de sua Política de Integridade e Política de Conflito de Interesses, bem como ministrou treinamentos relacionados à *compliance* para todos os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, e da Diretoria Executiva, respectivos assessores e assistentes, superintendentes e gerentes. Ainda foram elaborados o Relatório de Perfil e Relatório de Conformidade, Mapa de Relacionamento com o Setor Público e Mapa de Riscos de Conformidade.

Não foram instauradas, por Furnas, Tomadas de Contas Especiais – TCE no exercício em pauta.

Os processos em curso durante o exercício de 2017 estão listados no item 119 (Relatório de instância ou área de correição) deste Relatório.

Vale destacar que o acompanhamento da apuração das infrações disciplinares porventura praticadas por colaboradores de Furnas, através de comissões de sindicância, fica a cargo do Comitê Permanente de Atendimento a Organismos Externos de Fiscalização (CAOEF), conforme já afirmado no item 4.3 (Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos) deste Relatório.

9.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

O Manual de Contas a Pagar disponível na intranet de Furnas é o instrumento que estabelece critérios e procedimentos para os compromissos assumidos pela Empresa. Destacam-se, a seguir, os itens 4, 8 e 9, que dispõem sobre prazo, aceitação e liberação do processo de pagamento. A ferramenta de aprovação de pagamentos "WorkFlow", mencionada nos itens em questão, é um controle utilizado para acompanhamento do processo de pagamento.

4. PAGAMENTOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO DE FORNECIMENTO DE MATERIAL OU DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

4.1. A assinatura de um Instrumento Contratual entre Furnas e terceiros deverá gerar um

Compromisso formal, que será validado e controlado pelo Gestor do Instrumento Contratual. O fornecimento de Material, a Execução de Obras ou a Prestação de Serviços só poderá ser iniciado com a assinatura do Instrumento Contratual por Furnas e pela contratada, quando aplicada.

4.2. Os órgãos da Companhia deverão obedecer às orientações estabelecidas na IN.019.85 - Delegação de Competências, para assumirem Compromisso com terceiros, bem como observar a previsão de recursos orçamentários que assegurem os pagamentos decorrentes destas obrigações a serem executadas no exercício financeiro em curso.

4.2.1. Os Gestores deverão seguir, ainda, as orientações contidas no IN.002.2012 - Gestão de Instrumento Contratual.

4.3. No Instrumento Contratual firmado com terceiros deverão ser observadas as cláusulas financeiras necessárias para o cumprimento do contrato, tais como: CNPJ, valor, garantias, prazos, legislação pertinente, condições de pagamento e faturamento, domicílio bancário, entre outras.

4.4. O Habilitador do Compromisso deverá exigir, a cada pagamento efetuado por Furnas, a apresentação da documentação atualizada relativa à comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, Certidão Negativa de Débito - CND e o Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, respectivamente, acompanhadas das Guias de Recolhimento das Contribuições Previdenciárias - GPS e Contribuições para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, estas referentes ao mês anterior, e das respectivas Folhas de Pagamento dos empregados envolvidos na prestação do serviço, objeto do Contrato, ou quando se tratar de serviços de execução continuada ou parcelada, e sempre que aplicável, os originais de Declaração do Simples ou de Instituição sem fins Lucrativos, conforme modelo definido na legislação vigente. Assim sendo, por ocasião da habilitação de pagamento, caberá ao Gestor do Instrumento Contratual verificar a validade, pelo menos até a data do vencimento ou pagamento da obrigação em questão, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, da Certidão Negativa de Débito - CND e do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF.

4.5. Todo Instrumento Contratual, que exija garantia contratual, deverá ter os documentos dessa garantia devidamente analisados e validados, conforme a seguir:

. Quando a garantia apresentada tratar-se de seguro-garantia, os requisitos de solidez e saúde econômico-financeira estabelecidos pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP deverão ser verificados e validados pela Gerência de Captação de Recursos e Seguros – GCR.F para assegurar a capacidade da garantia do contrato segurado.

. Quando a garantia apresentada tratar-se de fiança bancária deverá ser encaminhada à Gerência de Estudos Financeiros - GFI.F para validação, não só do estabelecimento bancário emissor, como também dos termos descritos na referida fiança.

. Quando a garantia for apresentada na forma de caução, deverão ser enviadas as informações do Instrumento Contratual e do documento de contas a receber associado ao contrato à Gerência de Tesouraria – GTE.F, para validação e conciliação do crédito.

4.5.1. Após a validação, a garantia contratual vinculada a compromissos que tramitem pela Gerência de Controle de Pagamentos – GPA.F deverá ser encaminhada à GPA.F, através de Correspondência Interna e com cópia do parecer do órgão validador, para conferência quanto ao valor e prazo de validade.

4.5.2. O Gestor do Instrumento Contratual deverá, sempre que necessário, exigir a atualização da Garantia de Cumprimento do Instrumento Contratual pela contratada, tendo como referências o valor e a vigência atualizados.

4.5.3. Quando o Compromisso tramitar pela GPA.F, a garantia de cumprimento de contrato deverá ser guardada pela GPA.F para posterior devolução ao fornecedor ou prestador de serviço, após solicitação formal do Habilitador do Compromisso, por ocasião da emissão do termo de recebimento definitivo do objeto do Compromisso.

No caso de Compromisso administrado sem a interferência da GPA.F, a garantia de cumprimento de contrato deverá ser guardada pelo Órgão Gestor do Instrumento Contratual para posterior devolução ao fornecedor ou prestador de serviço por ocasião da emissão do termo de recebimento definitivo do objeto do Compromisso.

4.5.4. Quando a garantia for apresentada em espécie, o valor a ser devolvido terá que ser atualizado monetariamente pela GFI.F, após solicitação formal pelo Habilitador do Compromisso e emissão do termo de recebimento definitivo do objeto do compromisso.

4.6. As informações de domicílio bancário e retenção de tributos deverão estar previamente cadastradas conforme delegação do Gestor do Instrumento Contratual no registro do fornecedor e deverão ser verificadas no momento do registro de cada cobrança.

4.7. Caberá ao Gestor do Instrumento Contratual acompanhar os eventos sob sua administração desde o ciclo de aprovação até a confirmação da quitação. Caso a aludida confirmação não ocorra, o mesmo deverá tomar as medidas cabíveis.

8. ACEITAÇÃO DA COBRANÇA

8.1. O Habilitador do Compromisso deverá utilizar no sistema SAP o recurso “WorkFlow” que possibilita realizar a aceitação e aprovação do Documento de Cobrança.

Caso o Documento de Cobrança não seja aceito por qualquer irregularidade e tenha que ser devolvido ao fornecedor, o Habilitador do Compromisso deverá providenciar o estorno do registro e a devolução do Documento de Cobrança, observando sempre a legislação pertinente.

8.2. Para o Compromisso Diverso sem Instrumento Contratual, o vencimento dar-se-á sempre 6 (seis) dias úteis após a entrada da cobrança de fornecedores em Furnas.

8.3. O Gestor do Instrumento Contratual deverá aprovar o processo de pagamento a fornecedores no mínimo 6 (seis) dias úteis antes do vencimento agendado para o pagamento. Caso a aprovação não ocorra no prazo estabelecido, o pagamento poderá automaticamente ser reprogramado para 6 (seis) dias úteis subsequentes à data de aprovação.

8.4. O Habilitador do Compromisso deverá registrar no SAP as glosas aplicadas aos fornecedores de materiais e bens, bem como solicitar a área responsável pela emissão do MIRO (registro contábil no SAP) a nota fiscal de devolução ao referido fornecedor, conforme legislação vigente.

8.4.1. A nota fiscal de serviço que apresente valores em desacordo com o contratado ou qualquer outra irregularidade quanto às exigências contratuais e legais será passível de devolução no

momento de sua apresentação pelo prestador, não podendo ser apresentada novamente caso tal ação impacte em qualquer tipo de ônus financeiro ou administrativo.

9. LIBERAÇÃO DO PROCESSO DE PAGAMENTO

9.1. O Habilitador do Compromisso ou a GPA.F deverá registrar o Documento de Cobrança no SAP. Quando se tratar de Compromisso Diverso, as informações geradas pelo SAP deverão ser conferidas e confrontadas com os demais documentos inerentes ao processo.

Com as informações corretas cadastradas no SAP, o documento estará habilitado para seguir o rito de análises e dar continuidade ao ciclo de aprovações, via “WorkFlow”, para que o Habilitador do Compromisso e o Gestor possam liberar o documento para efetivo pagamento.

9.1.1. No caso de compromisso em moeda estrangeira ou vinculado a financiamento, o processo original com as informações geradas automaticamente pelo SAP, deverá ser encaminhado à GTE.F, após as respectivas aceitações e aprovações para o rito de pagamento e contratação de câmbio.

9.2. O processo de pagamento liquidado, contendo todos os documentos originais, inclusive declarações específicas, quando aplicáveis, tais como optante do SIMPLES, instituição SEM FINS LUCRATIVOS, entre outros, deverá ser capeado com o Documento de Lançamento Interno – DLI, que é o resumo financeiro do processo gerado no SAP (transação ZFI184), e encaminhado à Gerência de Aprendizagem Organizacional – GAO.A, conforme delegação do Gestor do Instrumento Contratual, após confirmada a respectiva quitação, para o devido armazenamento.

9.3. O Habilitador do Compromisso deverá acompanhar, periodicamente, o processo de pagamento por meio de consulta ao SAP (transação ZWF100), para verificar se o pagamento do compromisso foi efetuado.

9.5 Informações sobre as ações de publicidade e propaganda

Quadro 9.5.1 – Despesas com Publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores pagos
Institucional*	Campanhas aprovadas pela SECOM – Secretaria Especial de Comunicação da Presidência da República	R\$ 12.207.475,25**
Legal*	Publicações através da EBC – Empresa Brasil de Comunicação e DOU – Diário Oficial da União	R\$ 6.779.047,08
Mercadológica		
Utilidade pública		
Fonte: Gerência de Comunicação - GCA.P		

* Ver tabelas abaixo

** O valor informado, obtivemos do somatório do total demandado em 2017 e o montante quitado no mesmo ano, mais o resíduo contratual de 2016 no valor de: R\$ 3.129.488,25.

O citado resíduo contratual na nota acima foi autorizado pela RD 002/2994, de 23/06/2017. Foi incluída também a relação de faturas autorizadas para pagamento por esta Resolução de Diretoria.

RELAÇÃO DE NOTAS FISCAIS AUTORIZADAS PELA RD 002/2964

NOTA FISCAL	VEÍCULO	VALOR REFERENTE AO VEÍCULO	COMISSÃO DA AGÊNCIA	VALOR BRUTO PAGO POR Furnas (R\$)
4084	NEW SIGNS PAINEIS LTDA ME	R\$ 9.850,00	R\$ 295,50	R\$ 10.145,50
4162	ROCKY MOUNTAIN EDITORIAL LTDA	R\$ 14.399,42	R\$ 2.699,90	R\$ 17.099,32
4045	ONSPORTS EVENTOS LTDA ME	R\$ 98.150,00	R\$ 2.944,50	R\$ 101.094,50
4087	M4BR SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA	R\$ 166.400,00	R\$ 4.992,00	R\$ 171.392,00
4167	TMBC 2003 PROJETOS EVENTOS E PRODUÇÕES LTDA	R\$ 93.000,00	R\$ 2.790,00	R\$ 95.790,00
4168	RÁDIO GLOBO S/A	R\$ 28.856,70	R\$ 5.410,64	R\$ 34.267,34
4169	RÁDIO ARCA LTDA	R\$ 30.272,98	R\$ 5.676,19	R\$ 35.949,17
4171	DIAL BRASIL EMPRESA INTERATIVA DE RÁDIO S/A	R\$ 32.096,22	R\$ 6.018,05	R\$ 38.114,27
4173	A3 MARKETING E EMPREEND. PUBLICIT. EIRELI	R\$ 38.423,00	R\$ 7.204,31	R\$ 45.627,31
4174	EDITORAO DIA S/A	R\$ 121.920,00	R\$ 22.860,00	R\$ 144.780,00
4175	TOPSPORTS VENTURES LTDA	R\$ 80.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 95.000,00
4176	RÁDIO MONTE DA GÁVEA LTDA	R\$ 38.297,60	R\$ 7.180,80	R\$ 45.478,40
4177	RÁDIO MPB S/A	R\$ 45.042,60	R\$ 8.445,49	R\$ 53.488,09
4178	RÁDIO GLOBO S/A	R\$ 16.075,70	R\$ 3.014,20	R\$ 19.089,90
4161	ROCKY MOUNTAIN EDITORIAL LTDA	R\$ 25.320,83	R\$ 4.747,66	R\$ 30.068,49
4056	ROCKY MOUNTAIN EDITORIAL LTDA	R\$ 13.104,00	R\$ 2.457,00	R\$ 15.561,00
4104	ROCKY MOUNTAIN EDITORIAL LTDA	R\$ 25.676,35	R\$ 4.814,32	R\$ 30.490,67
4197	PLUREX PUBLICIDADES LTDA	R\$ 60.720,00	R\$ 11.385,00	R\$ 72.105,00
4187	SKY MIDIA RC PUBLICIDADE E MARKETING LTDA	R\$ 38.423,00	R\$ 7.204,31	R\$ 45.627,31
4186	A3 MARKETING E EMPREEND. PUBLICIT. EIRELI	R\$ 38.423,00	R\$ 7.204,31	R\$ 45.627,31
4146	MB PUBLICIDADE E LOCAÇÕES LTDA	R\$ 101.375,55	R\$ 3.041,27	R\$ 104.416,82
4183	RÁDIO MPB S/A	R\$ 44.891,68	R\$ 8.417,19	R\$ 53.308,87
4184	SKY MIDIA RC PUBLICIDADE E MARKETING LTDA	R\$ 38.423,00	R\$ 7.204,31	R\$ 45.627,31
4190	CANAL ENERGIA INTERNET LTDA	R\$ 28.247,18	R\$ 5.296,35	R\$ 33.543,53
4189	CANAL ENERGIA INTERNET LTDA	R\$ 29.272,91	R\$ 5.488,67	R\$ 34.761,58
4188	PLUREX PUBLICIDADES LTDA	R\$ 60.720,00	R\$ 11.385,00	R\$ 72.105,00
4194	RÁDIO MPB S/A	R\$ 44.955,98	R\$ 8.429,24	R\$ 53.385,22
4195	A3 MARKETING E EMPREEND. PUBLICIT. EIRELI	R\$ 38.423,00	R\$ 7.204,31	R\$ 45.627,31
4196	SKY MIDIA RC PUBLICIDADE E MARKETING LTDA	R\$ 38.423,00	R\$ 7.204,31	R\$ 45.627,31
4191	ART RIO PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA	R\$ 45.000,00	R\$ 1.350,00	R\$ 46.350,00
4193	ASSOCIAÇÃO LIGA BRASILEIRA DE MMA ALBMMA	R\$ 95.000,00	R\$ 2.850,00	R\$ 97.850,00
4198	RADIO ARCA LTDA	R\$ 30.310,33	R\$ 5.683,18	R\$ 35.993,51
4200	A3 MARKETING E EMPREEND. PUBLICIT. EIRELI	R\$ 38.423,00	R\$ 7.204,31	R\$ 45.627,31
4201	SKY MIDIA RC PUBLICIDADE E MARKETING LTDA	R\$ 38.423,00	R\$ 7.204,31	R\$ 45.627,31
4202	UMA ROSA FILMES E FOTOS LTDA	R\$ 83.500,00	R\$ 2.505,00	R\$ 86.005,00

NOTA FISCAL	VEÍCULO	VALOR REFERENTE AO VEÍCULO	COMISSÃO DA AGÊNCIA	VALOR BRUTO PAGO POR Furnas (R\$)
4206	RÁDIO MPB S/A	R\$ 44.891,68	R\$ 8.417,19	R\$ 53.308,87
4207	TOPSPORTS VENTURES LTDA	R\$ 39.947,48	R\$ 7.490,15	R\$ 47.437,63
4208	TOPSPORTS VENTURES LTDA	R\$ 80.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 95.000,00
4209	TOPSPORTS VENTURES LTDA	R\$ 80.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 95.000,00
4210	ESPN DO BRASIL EVENTOS ESPORTIVOS LTDA	R\$ 80.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 95.000,00
4211	ESPN DO BRASIL EVENTOS ESPORTIVOS LTDA	R\$ 80.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 95.000,00
4212	ESPN DO BRASIL EVENTOS ESPORTIVOS LTDA	R\$ 80.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 95.000,00
4215	CANAL ENERGIA INTERNET LTDA	R\$ 20.561,94	R\$ 3.855,36	R\$ 24.417,30
4216	FOX LATIN AMERICAN CHANNELS DO BRASIL LTDA	R\$ 80.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 95.000,00
4217	FOX LATIN AMERICAN CHANNELS DO BRASIL LTDA	R\$ 41.638,40	R\$ 7.807,20	R\$ 49.445,60
4218	SKY MIDIA RC PUBLICIDADE E MARKETING LTDA	R\$ 38.423,00	R\$ 7.204,31	R\$ 45.627,31
4219	A3 MARKETING E EMPREEND. PUBLICIT. EIRELI	R\$ 38.423,00	R\$ 7.204,31	R\$ 45.627,31
4220	RÁDIO MPB S/A	R\$ 45.408,75	R\$ 8.514,14	R\$ 53.922,89
4221	FOX LATIN AMERICAN CHANNELS DO BRASIL LTDA	R\$ 80.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 95.000,00
4237	RÁDIO MONTE DA GÁVEA LTDA	R\$ 40.603,02	R\$ 7.613,06	R\$ 48.216,08
4238	RÁDIO MONTE DA GÁVEA LTDA	R\$ 19.698,50	R\$ 3.693,46	R\$ 23.391,96
4239	RÁDIO PANAMERICANA S/A	R\$ 39.432,96	R\$ 7.393,68	R\$ 46.826,64
4295	CINE CINEMATOGRAFIA	R\$ 27.315,00	-	R\$ 27.315,00
4296	GLOW IMAGES	R\$ 6.300,00	-	R\$ 6.300,00
TOTAL		R\$ 2.732.483,76	R\$ 397.004,49	R\$ 3.129.488,25

Pendências de comissão devida a ARCOS, por falha na emissão das notas fiscais encaminhadas pela própria ARCOS a Furnas em 2018.

NOTA FISCAL	VEÍCULO	VALOR FATURADO PELA AGÊNCIA	COMISSÃO DEVIDA À AGÊNCIA	VALOR PAGO À AGÊNCIA	VALOR PAGO EM 2018 REFERENTE À PENDÊNCIA DE PAGAMENTO À AGÊNCIA EM 2016
3934-B	ARCOS PROPAGANDA	R\$ 600.677,82	R\$ 94.843,87	R\$ 63.229,25	R\$ 31.614,62
3935-B	ARCOS PROPAGANDA	R\$ 377.986,68	R\$ 59.682,10	R\$ 39.788,06	R\$ 19.894,04
3936-B	ARCOS PROPAGANDA	R\$ 273.293,72	R\$ 43.151,64	R\$ 28.767,76	R\$ 14.383,88
					R\$ 65.892,54

TOTAL DO RESÍDUO DE 2016, PAGO ATRAVÉS DA RD 002/2964 EM 2017 E 2018	R\$ 3.195.380,79
---	-------------------------

Quadro 9.5.1.1 – Publicidade Institucional

NOTA FISCAL	VEÍCULO	VALOR REFERENTE AO VEÍCULO	COMISSÃO DA AGÊNCIA	VALOR BRUTO PAGO POR Furnas (R\$)
4045	ONSPORTS EVENTOS LTDA	R\$ 98.150,00	R\$ 2.944,50	R\$ 101.094,50
4056	ROCKY MOUNTAIN EDITORIAL	R\$ 13.104,00	R\$ 2.457,00	R\$ 15.561,00
4084	NEW SIGNS PAINEIS	R\$ 9.850,00	R\$ 295,50	R\$ 10.145,50
4087	M4BR SERVIÇOS DE INFORMATICA	R\$ 166.400,00	R\$ 4.992,00	R\$ 171.392,00
4104	ROCKY MOUNTAIN EDITORIAL	R\$ 25.676,35	R\$ 4.814,32	R\$ 30.490,67
4146	MP PUBLICIDADE E LOCAÇÕES LTDA	R\$ 101.375,55	R\$ 3.041,27	R\$ 104.416,82
4161	ROCKY MOUNTAIN EDITORIAL	R\$ 25.320,83	R\$ 4.747,66	R\$ 30.068,49
4162	ROCKY MOUNTAIN EDITORIAL	R\$ 14.399,42	R\$ 2.699,90	R\$ 17.099,32
4166	MAGA NEGOCIOS E MARKETING	R\$ 70.000,00	R\$ 2.100,00	R\$ 72.100,00
4167	TMBC 2003 PROJETOS EVENTOS	R\$ 93.000,00	R\$ 2.790,00	R\$ 95.790,00
4168	RADIO GLOBO S/A	R\$ 28.856,70	R\$ 5.410,64	R\$ 34.267,34
4169	RADIO ARCA LTDAT	R\$ 30.272,98	R\$ 5.676,19	R\$ 35.949,17
4171	DIAL BRASIL EMPRESA INTERATIVA	R\$ 32.096,22	R\$ 6.018,05	R\$ 38.114,27
4173	A3 MARKETING E EMPREEND.	R\$ 38.423,00	R\$ 7.204,31	R\$ 45.627,31
4174	EDITORAR O DIA S/A	R\$ 121.920,00	R\$ 22.860,00	R\$ 144.780,00
4175	TOPSPORTS VENTURES LTDA	R\$ 80.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 95.000,00
4176	RADIO MONTE DA GAVEA LTDA	R\$ 38.297,60	R\$ 7.180,80	R\$ 45.478,40
4177	RADIO MPB S/A	R\$ 45.042,60	R\$ 8.445,49	R\$ 53.488,09
4178	RADIO GLOBO S/A	R\$ 16.075,70	R\$ 3.014,20	R\$ 19.089,90
4183	RADIO MPB S/A	R\$ 44.891,68	R\$ 8.417,19	R\$ 53.308,87
4184	SKY MIDIA RC PUBLICIDADE	R\$ 38.423,00	R\$ 7.204,31	R\$ 45.627,31
4186	A3 MARKETING E EMPREEND.	R\$ 38.423,00	R\$ 7.204,31	R\$ 45.627,31
4187	SKY MIDIA RC PUBLICIDADE	R\$ 38.423,00	R\$ 7.204,31	R\$ 45.627,31
4188	PLUREX PUBLICIDADES LTDA	R\$ 60.720,00	R\$ 11.385,00	R\$ 72.105,00
4189	CANAL ENERGIA INTERNET LTDA	R\$ 29.272,91	R\$ 5.488,67	R\$ 34.761,58
4190	CANAL ENERGIA INTERNET LTDA	R\$ 28.247,18	R\$ 5.296,35	R\$ 33.543,53
4191	ART RIO PROPAGANDA	R\$ 45.000,00	R\$ 1.350,00	R\$ 46.350,00
4192	GILMARIO VIDAL FERREIRA	R\$ 15.000,00	R\$ 450,00	R\$ 15.450,00
4193	ASSOCIAÇÃO LIGA BRASILEIRA DE MMA	R\$ 95.000,00	R\$ 2.850,00	R\$ 97.850,00
4194	RADIO MPB S/A	R\$ 44.955,98	R\$ 8.429,24	R\$ 53.385,22
4195	A3 MARKETING E EMPREEND.	R\$ 38.423,00	R\$ 7.204,31	R\$ 45.627,31
4196	SKY MIDIA RC PUBLICIDADE	R\$ 38.423,00	R\$ 7.204,31	R\$ 45.627,31
4197	PLUREX PUBLICIDADES LTDA	R\$ 60.720,00	R\$ 11.385,00	R\$ 72.105,00
4198	RADIO ARCA LTDAT	R\$ 30.310,33	R\$ 5.683,18	R\$ 35.993,51

NOTA FISCAL	VEÍCULO	VALOR REFERENTE AO VEÍCULO	COMISSÃO DA AGÊNCIA	VALOR BRUTO PAGO POR Furnas (R\$)
4199	MENORAH COMUNICAÇÃO	R\$ 24.500,00	R\$ 4.593,75	R\$ 29.093,75
4200	A3 MARKETING E EMPREEND.	R\$ 38.423,00	R\$ 7.204,31	R\$ 45.627,31
4201	SKY MIDIA RC PUBLICIDADE	R\$ 38.423,00	R\$ 7.204,31	R\$ 45.627,31
4202	UMA ROSA FILMES E FOTOS LTDA	R\$ 83.500,00	R\$ 2.505,00	R\$ 86.005,00
4206	RADIO MPB S/A	R\$ 44.891,68	R\$ 8.417,19	R\$ 53.308,87
4207	TOPSPORTS VENTURES LTDA	R\$ 39.947,48	R\$ 7.490,15	R\$ 47.437,63
4208	TOPSPORTS VENTURES LTDA	R\$ 80.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 95.000,00
4209	TOPSPORTS VENTURES LTDA	R\$ 80.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 95.000,00
4210	ESPN DO BRASIL EVENTOS ESPORTIVOS	R\$ 80.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 95.000,00
4211	ESPN DO BRASIL EVENTOS ESPORTIVOS	R\$ 80.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 95.000,00
4212	ESPN DO BRASIL EVENTOS ESPORTIVOS	R\$ 80.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 95.000,00
4213	OH! ARTES, PUBLICIDADE	R\$ 12.000,00	R\$ 2.250,00	R\$ 14.250,00
4214	OH! ARTES, PUBLICIDADE	R\$ 4.000,00	R\$ 750,00	R\$ 4.750,00
4215	CANAL ENERGIA INTERNET LTDA	R\$ 20.561,94	R\$ 3.855,36	R\$ 24.417,30
4216	FOX LATIN AMERICAN CHENNELS	R\$ 80.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 95.000,00
4217	FOX LATIN AMERICAN CHENNELS	R\$ 41.638,40	R\$ 7.807,20	R\$ 49.445,60
4218	SKY MIDIA RC PUBLICIDADE	R\$ 38.423,00	R\$ 7.204,31	R\$ 45.627,31
4219	A3 MARKETING E EMPREEND.	R\$ 38.423,00	R\$ 7.204,31	R\$ 45.627,31
4220	RADIO MPB S/A	R\$ 45.408,75	R\$ 8.514,14	R\$ 53.922,89
4221	FOX LATIN AMERICAN CHENNELS	R\$ 80.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 95.000,00
4237	RADIO MONTE DA GAVEA LTDA	R\$ 40.603,02	R\$ 7.613,06	R\$ 48.216,08
4238	RADIO MONTE DA GAVEA LTDA	R\$ 19.698,50	R\$ 3.693,46	R\$ 23.391,96
4239	RADIO PANAMERICANA S/A	R\$ 39.432,96	R\$ 7.393,68	R\$ 46.826,64
4059	VEILOC VEICULAÇÃO	R\$ 216.813,20	R\$ 40.652,47	R\$ 257.465,67
4122	GUICA MARKETING ESPORTIVO	R\$ 18.000,00	R\$ 540,00	R\$ 18.540,00
4240	PRODUÇÃO FILME 60 ANOS	R\$ 34.809,00	R\$ 1.044,27	R\$ 35.853,27
4244	PRODUÇÃO SPOT SIMPLICIO	R\$ 2.700,00	R\$ -	R\$ 2.700,00
4245	RADIO 95 FM - MACAÉ	R\$ 2.378,34	R\$ 445,93	R\$ 2.824,27
4246	RADIO 107,3 FM	R\$ 1.879,20	R\$ 352,35	R\$ 2.231,55
4248	JORNAL O DIA	R\$ 67.167,36	R\$ 12.593,88	R\$ 79.761,24
4249	JMT PRODUÇÕES DE AUDIO	R\$ 15.000,00	R\$ 450,00	R\$ 15.450,00
4250	PRODUÇÃO FILME 60 ANOS	R\$ 122.036,39	-	R\$ 122.036,39
4251	PRODUÇÃO SPOT 60 ANOS	R\$ 8.000,00	-	R\$ 8.000,00
4252	PRODUÇÃO ÁUDIO 60 ANOS	R\$ 65.000,00	-	R\$ 65.000,00
4253	JR ESTADO DE MINAS	R\$ 93.075,84	R\$ 17.451,72	R\$ 110.527,56
4254	JR CORREIO BRAZILIENSE	R\$ 68.140,80	R\$ 12.776,40	R\$ 80.917,20

NOTA FISCAL	VEÍCULO	VALOR REFERENTE AO VEÍCULO	COMISSÃO DA AGÊNCIA	VALOR BRUTO PAGO POR Furnas (R\$)
4255	RADIO METROPOLITANA AM	R\$ 13.000,00	R\$ 2.437,50	R\$ 15.437,50
4256	METRO JORNAL BH	R\$ 8.527,81	R\$ 1.598,96	R\$ 10.126,77
4257	METRO JORNAL SP	R\$ 18.637,02	R\$ 3.494,44	R\$ 22.131,46
4258	METRO JORNAL DF	R\$ 7.002,18	R\$ 1.312,90	R\$ 8.315,08
4259	METRO JORNAL RJ	R\$ 11.261,12	R\$ 2.111,46	R\$ 13.372,58
4260	RADIO CBN	R\$ 44.840,88	R\$ 8.407,66	R\$ 53.248,54
4261	RADIO ITATIAIA BH	R\$ 11.434,75	R\$ 2.144,02	R\$ 13.578,77
4262	RADIO ALFHA FM	R\$ 33.264,00	R\$ 6.237,00	R\$ 39.501,00
4263	RADIO BANDNEWS FM	R\$ 17.820,00	R\$ 3.341,25	R\$ 21.161,25
4264	RADIO ALVORADA FM - BH	R\$ 10.828,80	R\$ 2.030,40	R\$ 12.859,20
4265	RADIO JB FM	R\$ 21.098,90	R\$ 3.956,04	R\$ 25.054,94
4266	RADIO JB FM	R\$ 20.000,00	R\$ 3.750,00	R\$ 23.750,00
4267	JR O ESTADO DE SÃO PAULO	R\$ 136.386,43	R\$ 25.572,46	R\$ 161.958,89
4268	REVISTA VEJA NET	R\$ 421.296,00	R\$ 78.993,00	R\$ 500.289,00
4269	JORNAL O TEMPO BH	R\$ 84.487,31	R\$ 15.841,37	R\$ 100.328,68
4270	REVISTA ÉPOCA NET	R\$ 147.206,40	R\$ 27.601,20	R\$ 174.807,60
4271	SERVIÇOS INTERNOS	R\$ -	R\$ 7.392,00	R\$ 7.392,00
4272	SITE O GLOBO	R\$ 234.600,00	R\$ 43.987,50	R\$ 278.587,50
4274	FURNAS 60 ANOS TV GLOBO	R\$ 2.100.000,00	R\$ 393.750,00	R\$ 2.493.750,00
4275	94 FM - CORDEIRO	R\$ 1.944,00	R\$ 364,50	R\$ 2.308,50
4276	JORNAL O GLOBO	R\$ 435.721,32	R\$ 81.697,75	R\$ 517.419,07
4277	REEDIÇÃO DE 05 VIDEOS CNT	R\$ 26.686,38	-	R\$ 26.686,38
4278	PRODUÇÃO VINHETA 60 ANOS FURNAS	R\$ 8.136,36	-	R\$ 8.136,36
4279	REFAÇÃO VIDEOS / VINHETAS 60 ANOS FURNAS	R\$ 5.000,00	-	R\$ 5.000,00
4280	PRODUÇÃO VINHETA 60 ANOS FURNAS	R\$ 3.525,00	-	R\$ 3.525,00
4281	REEDIÇÃO DE 05 VIDEOS CNT	R\$ 5.000,00	-	R\$ 5.000,00
4284	GLOBO.COM	R\$ 219.231,40	R\$ 41.105,89	R\$ 260.337,29
4294	JORNAL CORREIO BRAZILIENSE	R\$ 68.140,80	R\$ 12.776,40	R\$ 80.917,20
4293	JORNAL ESTADO DE MINAS	R\$ 93.075,84	R\$ 17.451,72	R\$ 110.527,56
4292	JORNAL DE BRASILIA	R\$ 5.999,50	R\$ 1.124,91	R\$ 7.124,41
4291	RADIO CBN	R\$ 32.883,31	R\$ 6.165,62	R\$ 39.048,93
4290	JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO	R\$ 136.386,43	R\$ 25.572,46	R\$ 161.958,89
4289	REVISTA ISTO É	R\$ 122.745,60	R\$ 23.014,80	R\$ 145.760,40
4288	REVISTA ISTO É DINHEIRO	R\$ 46.550,40	R\$ 8.728,20	R\$ 55.278,60
4287	ENVIO DE 5 VIDEOS POR MEIO DE LINK PARA CNT	R\$ 1.045,00	-	R\$ 1.045,00
4286	JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO	R\$ 130.990,08	R\$ 24.560,64	R\$ 155.550,72

NOTA FISCAL	VEÍCULO	VALOR REFERENTE AO VEÍCULO	COMISSÃO DA AGÊNCIA	VALOR BRUTO PAGO POR Furnas (R\$)
4285	JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO	R\$ 130.990,08	R\$ 24.560,64	R\$ 155.550,72
4295	CÓPIA DO FILME EQUIPE FURNAS	R\$ 27.315,00	-	R\$ 27.315,00
4296	COMPRA DE 7 FOTOS	R\$ 6.300,00	-	R\$ 6.300,00
4297	CAMPANHA NA TV MENORAH	R\$ 25.793,28	R\$ 4.836,24	R\$ 30.629,52
4298	RADIO METROPOLITANA AM	R\$ 39.000,00	R\$ 7.312,50	R\$ 46.312,50
4299	RADIO ALPHA FM	R\$ 36.590,40	R\$ 6.860,70	R\$ 43.451,10
4300	RADIO JB FM	R\$ 20.000,00	R\$ 3.750,00	R\$ 23.750,00
4301	RADIO JB FM	R\$ 58.901,09	R\$ 11.043,95	R\$ 69.945,04
4302	RADIO ITATIAIA	R\$ 17.152,13	R\$ 3.216,02	R\$ 20.368,15
4303	RADIO PARADISO FM	R\$ 23.953,80	R\$ 4.491,34	R\$ 28.445,14
4304	TV CNT RIO	R\$ 16.192,96	R\$ 3.036,18	R\$ 19.229,14
4307	JORNAL O TEMPO	R\$ 84.487,31	R\$ 15.841,37	R\$ 100.328,68
4308	JORNAL O GLOBO	R\$ 490.658,54	R\$ 91.998,47	R\$ 582.657,01
4305	BANDNEWS FM	R\$ 31.680,00	R\$ 5.940,00	R\$ 37.620,00
4306	RADIO ALVORADA FM	R\$ 16.243,20	R\$ 3.045,60	R\$ 19.288,80
4309	RADIO MIX FM	R\$ 1.755,60	R\$ 329,17	R\$ 2.084,77
4310	JORNAL O GLOBO	R\$ 490.658,54	R\$ 91.998,47	R\$ 582.657,01
4311	O GLOBO DIGITAL	R\$ 65.133,31	R\$ 12.212,50	R\$ 77.345,81
4312	TV MENORAH	R\$ 25.793,28	R\$ 4.836,24	R\$ 30.629,52
4313	JORNAL DE BRASILIA	R\$ 5.999,50	R\$ 1.124,91	R\$ 7.124,41
4314	RADIO PARADISO FM	R\$ 12.775,36	R\$ 2.395,38	R\$ 15.170,74
4315	RADIO JB FM	R\$ 39.999,99	R\$ 7.500,00	R\$ 47.499,99
4316	RADIO JB FM	R\$ 20.000,00	R\$ 3.750,00	R\$ 23.750,00
4317	TV CNT RIO	R\$ 16.192,96	R\$ 3.036,18	R\$ 19.229,14
4320	RADIO JB FM	R\$ 20.000,00	R\$ 3.750,00	R\$ 23.750,00
4321	TV MENORAH	R\$ 25.793,28	R\$ 4.836,24	R\$ 30.629,52
4322	TV CNT RIO	R\$ 16.192,96	R\$ 3.036,18	R\$ 19.229,14
4323	TV SUDESTE	R\$ 42.115,20	R\$ 7.896,60	R\$ 50.011,80
4324	RADIO JB FM	R\$ 39.999,99	R\$ 7.500,00	R\$ 47.499,99
4325	O GLOBO	R\$ 256.200,00	R\$ 48.037,50	R\$ 304.237,50
4326	TV SUDESTE	R\$ 42.177,60	R\$ 7.908,30	R\$ 50.085,90
4327	RADIO JB FM	R\$ 20.000,00	R\$ 3.750,00	R\$ 23.750,00
4328	RADIO JB FM	R\$ 39.999,99	R\$ 7.500,00	R\$ 47.499,99
TOTAL		R\$ 10.430.167,26	R\$ 1.777.307,99	R\$ 12.207.475,25

Fonte: Gerência de Comunicação - GCA.P

Quadro 9.5.1.2 – Publicidade Legal

Nota Fiscal	Veículo	Valor Líquido (R\$)	Valor Bruto (R\$)
114732	ESTADO DE MINAS	R\$ 1.089,50	R\$ 1.203,20
114733	ESTADO DE MINAS	R\$ 1.089,50	R\$ 1.203,20
114734	ESTADO DE MINAS	R\$ 1.307,40	R\$ 1.443,84
172856	SITE CANAL ENERGIA (RJ)	R\$ 2.716,20	R\$ 2.716,20
218145	JORNAL DO TOCANTINS (TO)	R\$ 5.052,69	R\$ 5.580,00
287287	DIÁRIO CATARINENSE	R\$ 436,61	R\$ 482,16
296177	JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 732,63	R\$ 809,09
296178	JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 732,63	R\$ 809,09
296179	JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 732,63	R\$ 809,09
296180	JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 732,63	R\$ 809,09
296181	JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 732,63	R\$ 809,09
311078	DIÁRIO CATARINENSE	R\$ 436,61	R\$ 482,16
311079	JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 1.856,52	R\$ 2.050,27
312168	O TEMPO (BH)	R\$ 1.262,64	R\$ 1.394,40
312461	O POVO (FORTALEZA-CE)	R\$ 1.133,59	R\$ 1.251,90
312462	O POPULAR (GOIÂNIA-GO)	R\$ 629,22	R\$ 694,89
313718	JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 610,53	R\$ 674,24
313719	JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 732,63	R\$ 809,09
313721	JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 854,73	R\$ 943,94
313722	JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 732,63	R\$ 809,09
313723	JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 610,53	R\$ 674,24
313724	JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 854,73	R\$ 943,94
314075	O POPULAR (GOIÂNIA-GO)	R\$ 838,95	R\$ 926,51
314076	O LIBERAL (PA)	R\$ 1.219,87	R\$ 1.347,19
314584	JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 854,73	R\$ 943,94
314585	JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 732,63	R\$ 809,09
314586	O TEMPO (BH)	R\$ 1.262,64	R\$ 1.394,40
314587	JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 732,63	R\$ 809,09
314588	JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 732,63	R\$ 809,09
314589	JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 732,63	R\$ 809,09
314590	JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 732,63	R\$ 809,09
314591	JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 732,63	R\$ 809,09
314592	JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 732,63	R\$ 809,09

Nota Fiscal	Veículo	Valor Líquido (R\$)	Valor Bruto (R\$)
314593	JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 732,63	R\$ 809,09
314870	JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 732,63	R\$ 809,09
314871	JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 732,63	R\$ 809,09
314872	JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 854,73	R\$ 943,94
314873	JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 854,73	R\$ 943,94
314874	JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 732,63	R\$ 809,09
314875	JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 732,63	R\$ 809,09
315111	ZERO HORA (PORTO ALEGRE)	R\$ 3.630,54	R\$ 4.009,42
315414	JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 1.856,52	R\$ 2.050,27
315415	JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 1.856,52	R\$ 2.050,27
315416	JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 1.856,52	R\$ 2.050,27
315417	JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 1.856,52	R\$ 2.050,27
315418	JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 1.856,52	R\$ 2.050,27
315420	O DIA (RJ)	R\$ 735,75	R\$ 812,54
315834	O POPULAR (GOIÂNIA-GO)	R\$ 734,09	R\$ 810,70
316109	BOM DIA (SÃO JOSÉ)	R\$ 440,44	R\$ 486,40
316110	O DIA (RJ)	R\$ 1.471,52	R\$ 1.625,08
316427	JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 564,43	R\$ 623,33
316428	JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 854,73	R\$ 943,94
316429	JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 854,73	R\$ 943,94
316430	JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 976,84	R\$ 1.078,78
316431	JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 732,63	R\$ 809,09
316432	JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 732,63	R\$ 809,09
316433	JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 732,63	R\$ 809,09
316434	JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 854,73	R\$ 943,94
316435	JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 732,63	R\$ 809,09
316436	JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 854,73	R\$ 943,94
316437	JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 732,63	R\$ 809,09
316438	JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 854,73	R\$ 943,94
316439	JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 732,63	R\$ 809,09
316440	JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 732,63	R\$ 809,09
316441	JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 732,63	R\$ 809,09
316442	JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 854,73	R\$ 943,94
316443	JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 732,63	R\$ 809,09
316444	JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 854,73	R\$ 943,94
316445	JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 854,73	R\$ 943,94
316446	JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 658,49	R\$ 727,22

Nota Fiscal	Veículo	Valor Líquido (R\$)	Valor Bruto (R\$)
316447	JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 658,49	R\$ 727,22
316448	JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 976,84	R\$ 1.078,78
316450	JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 564,43	R\$ 623,33
316451	JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 658,49	R\$ 727,22
316452	JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 658,49	R\$ 727,22
763866	TRIBUNA DO NORTE (NATAL)	R\$ 599,80	R\$ 662,40
763867	TRIBUNA DO NORTE (NATAL)	R\$ 599,80	R\$ 662,40
763868	CORREIO DO Povo (PORTO ALEGRE)	R\$ 2.033,01	R\$ 2.245,18
767164	JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 1.190,33	R\$ 1.314,56
767165	GAZETA DO Povo (CURITIBA)	R\$ 823,12	R\$ 909,02
767166	GAZETA DO Povo (CURITIBA)	R\$ 823,12	R\$ 909,02
767167	GAZETA DO Povo (CURITIBA)	R\$ 940,70	R\$ 1.038,88
767168	GAZETA DO Povo (CURITIBA)	R\$ 940,70	R\$ 1.038,88
767169	GAZETA DO Povo (CURITIBA)	R\$ 940,69	R\$ 1.038,87
767170	JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 1.190,33	R\$ 1.314,56
769296	CORREIO BRAZILIENSE	R\$ 2.061,15	R\$ 2.276,26
769473	JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 892,75	R\$ 985,92
770070	O TEMPO (BH)	R\$ 1.273,28	R\$ 1.406,16
770410	JORNAL DO COMÉRCIO (RECIFE)	R\$ 2.468,12	R\$ 2.725,70
770411	JORNAL DO COMÉRCIO (RECIFE)	R\$ 2.468,12	R\$ 2.725,70
770412	JORNAL DO COMÉRCIO (RECIFE)	R\$ 2.468,12	R\$ 2.725,70
770581	TRIBUNA DO NORTE (NATAL)	R\$ 524,82	R\$ 579,60
770582	CORREIO DO Povo (PORTO ALEGRE)	R\$ 1.979,38	R\$ 2.185,96
770583	CORREIO DO Povo (PORTO ALEGRE)	R\$ 1.979,38	R\$ 2.185,96
770584	CORREIO DO Povo (PORTO ALEGRE)	R\$ 1.979,38	R\$ 2.185,96
770585	O POPULAR (GOIÂNIA-GO)	R\$ 1.194,02	R\$ 1.318,63
770586	O TEMPO (BH)	R\$ 1.273,28	R\$ 1.406,16
770587	O TEMPO (BH)	R\$ 1.273,28	R\$ 1.406,16
773474	O TEMPO (BH)	R\$ 1.080,07	R\$ 1.192,78
773476	O ESTADO (FORTALEZA-CE)	R\$ 1.170,23	R\$ 1.192,78
777515	JORNAL DO COMÉRCIO (RJ)	R\$ 892,75	R\$ 985,92
777516	JORNAL DO COMÉRCIO (RJ)	R\$ 892,75	R\$ 985,92
777517	JORNAL DO COMÉRCIO (RJ)	R\$ 1.041,54	R\$ 1.150,24
777518	JORNAL DO COMÉRCIO (RJ)	R\$ 892,75	R\$ 985,92
777699	A GAZETA (CUIABÁ-MT)	R\$ 669,60	R\$ 739,50
777700	A GAZETA (CUIABÁ-MT)	R\$ 803,54	R\$ 887,40
777869	O HOJE	R\$ 6.634,19	R\$ 6.761,99

Nota Fiscal	Veículo	Valor Líquido (R\$)	Valor Bruto (R\$)
789829	O DIA (RJ)	R\$ 2.446,48	R\$ 2.701,80
100335	DIÁRIO DE PERNAMBUCO	R\$ 1.293,49	R\$ 1.428,48
100336	DIÁRIO DE PERNAMBUCO	R\$ 1.293,49	R\$ 1.428,48
100526	O TEMPO (BH)	R\$ 1.131,81	R\$ 1.249,92
100527	VALOR ECONÔMICO	R\$ 708,80	R\$ 782,77
100528	CORREIO DO POVO	R\$ 1.979,39	R\$ 2.185,96
100529	CORREIO DO POVO	R\$ 1.979,39	R\$ 2.185,96
101014	JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 2.115,52	R\$ 2.336,31
101015	JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 2.115,52	R\$ 2.336,31
101185	A TARDE	R\$ 2.705,92	R\$ 2.988,32
101186	A TARDE	R\$ 2.705,92	R\$ 2.988,32
103638	JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 892,75	R\$ 985,92
103639	JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 892,75	R\$ 985,92
103649	JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 1.041,54	R\$ 1.150,24
103652	ESTADO DE MINAS	R\$ 1.223,66	R\$ 1.351,36
103810	DELTA PUBLICIDADE	R\$ 1.630,77	R\$ 1.800,96
103811	O LIBERAL (PA)	R\$ 1.630,77	R\$ 1.800,96
103981	O TEMPO (BH)	R\$ 11.048,55	R\$ 12.201,60
105801	O HOJE	R\$ 533,80	R\$ 544,07
114735	ESTADO DE MINAS	R\$ 1.525,30	R\$ 1.684,48
114736	ESTADO DE MINAS	R\$ 1.525,30	R\$ 1.684,48
114737	ESTADO DE MINAS	R\$ 1.307,40	R\$ 1.443,84
115064	O GLOBO	R\$ 7.860,50	R\$ 8.680,84
115065	O GLOBO	R\$ 7.860,50	R\$ 8.680,84
115206	FOLHA DE SÃO PAULO	R\$ 16.538,92	R\$ 18.264,96
115980	ESTADO DE SÃO PAULO	R\$ 9.254,21	R\$ 10.220,00
115981	ESTADO SÃO PAULO	R\$ 9.254,21	R\$ 10.220,00
117403	O GLOBO	R\$ 6.737,57	R\$ 7.440,72
117404	O GLOBO	R\$ 6.737,57	R\$ 7.440,72
117405	O GLOBO	R\$ 7.860,50	R\$ 8.680,84
117406	O GLOBO	R\$ 6.737,57	R\$ 7.440,72
117407	O GLOBO	R\$ 6.737,57	R\$ 7.440,72
117408	O GLOBO	R\$ 7.860,50	R\$ 8.680,84
117409	O GLOBO	R\$ 5.614,64	R\$ 6.200,60
117410	O GLOBO	R\$ 7.860,50	R\$ 8.680,84
118047	ESTADO DE SÃO PAULO	R\$ 19.830,45	R\$ 21.900,00
119581	O GLOBO	R\$ 6.737,57	R\$ 7.440,72

Nota Fiscal	Veículo	Valor Líquido (R\$)	Valor Bruto (R\$)
119582	O GLOBO	R\$ 7.860,50	R\$ 8.680,84
119583	O GLOBO	R\$ 47.163,00	R\$ 52.085,04
119584	O GLOBO	R\$ 7.860,50	R\$ 8.680,84
119585	O GLOBO	R\$ 7.860,50	R\$ 8.680,84
119586	O GLOBO	R\$ 7.860,50	R\$ 8.680,84
119587	O GLOBO	R\$ 6.737,57	R\$ 7.440,72
119842	FOLHA DE SÃO PAULO	R\$ 7.088,11	R\$ 7.827,84
122777	O DIA	R\$ 3.549,43	R\$ 3.919,86
122778	O DIA	R\$ 4.732,58	R\$ 5.226,48
122992	ESTADO DE MINAS	R\$ 1.223,66	R\$ 1.351,36
122993	ESTADO DE MINAS	R\$ 1.223,66	R\$ 1.351,36
122994	ESTADO DE MINAS	R\$ 1.070,70	R\$ 1.182,44
122995	ESTADO DE MINAS	R\$ 1.070,70	R\$ 1.182,44
122996	ESTADO DE MINAS	R\$ 1.070,70	R\$ 1.182,44
122997	O GLOBO	R\$ 7.860,50	R\$ 8.680,84
122998	O GLOBO	R\$ 7.860,50	R\$ 8.680,84
122999	O GLOBO	R\$ 20.212,71	R\$ 22.322,16
123000	O GLOBO	R\$ 50.531,79	R\$ 55.805,40
123001	O GLOBO	R\$ 7.860,50	R\$ 8.680,84
123002	O GLOBO	R\$ 10.106,36	R\$ 11.161,08
123003	O GLOBO	R\$ 23.581,51	R\$ 26.042,52
123004	O GLOBO	R\$ 10.106,36	R\$ 11.161,08
123005	O GLOBO	R\$ 7.860,50	R\$ 8.680,84
123006	O GLOBO	R\$ 6.737,57	R\$ 7.440,72
123205	O ESTADO DE SÃO PAULO	R\$ 14.542,33	R\$ 16.060,00
123206	O ESTADO DE SÃO PAULO	R\$ 14.542,33	R\$ 16.060,00
123207	O ESTADO DE SÃO PAULO	R\$ 9.254,21	R\$ 10.220,00
123404	ESTADO DE MINAS	R\$ 1.223,66	R\$ 1.351,36
123405	ESTADO DE MINAS	R\$ 1.223,66	R\$ 1.351,36
123406	ESTADO DE MINAS	R\$ 1.070,70	R\$ 1.182,44
123569	O HOJE	R\$ 610,04	R\$ 621,79
123570	O HOJE	R\$ 610,04	R\$ 621,79
123731	O HOJE	R\$ 610,04	R\$ 621,79
124024	ESTADO DE MINAS	R\$ 1.168,96	R\$ 1.290,96
125087	CORREIO BRAZILIENSE	R\$ 2.010,21	R\$ 2.220,00
125088	FOLHA DE SÃO PAULO	R\$ 8.269,46	R\$ 9.132,48
125283	O GLOBO	R\$ 7.860,50	R\$ 8.680,84

Nota Fiscal	Veículo	Valor Líquido (R\$)	Valor Bruto (R\$)
125284	O GLOBO	R\$ 7.860,50	R\$ 8.680,84
125285	O GLOBO	R\$ 7.860,50	R\$ 8.680,84
125286	O GLOBO	R\$ 5.614,64	R\$ 6.200,60
125287	O GLOBO	R\$ 6.737,57	R\$ 7.440,72
125403	ESTADO DE MINAS	R\$ 1.070,70	R\$ 1.182,44
126062	CORREIO BRAZILIENSE	R\$ 1.675,18	R\$ 1.850,00
126200	O TEMPO	R\$ 1.069,21	R\$ 1.180,80
126621	ESTADO DE MINAS	R\$ 671,52	R\$ 741,60
126622	GAZETA IGUACU	R\$ 379,36	R\$ 418,95
126998	DIARIO DA MANHA	R\$ 523,20	R\$ 577,80
127317	FOLHA DE SÃO PAULO	R\$ 5.906,76	R\$ 6.523,20
127887	O GLOBO (RJ)	R\$ 5.614,64	R\$ 6.200,60
127888	O GLOBO (RJ)	R\$ 24.704,42	R\$ 27.282,64
127889	O GLOBO (RJ)	R\$ 6.737,57	R\$ 7.440,72
127890	O GLOBO (RJ)	R\$ 7.860,49	R\$ 8.680,84
128082	A TRIBUNA	R\$ 780,90	R\$ 862,40
128083	O GLOBO (RJ)	R\$ 6.737,58	R\$ 7.440,72
128084	O GLOBO (RJ)	R\$ 35.372,26	R\$ 39.063,78
128085	O GLOBO (RJ)	R\$ 6.737,58	R\$ 7.440,72
128246	FOLHA DE SÃO PAULO	R\$ 30.715,14	R\$ 33.920,64
128798	O GLOBO (RJ)	R\$ 7.860,49	R\$ 8.680,84
129159	GAZETA DO IGUACU	R\$ 379,36	R\$ 418,95
129418	O DIA	R\$ 3.812,36	R\$ 4.210,22
129419	O DIA	R\$ 7.624,72	R\$ 8.420,44
129552	O GLOBO (RJ)	R\$ 7.860,49	R\$ 8.680,84
129553	O GLOBO (RJ)	R\$ 7.860,49	R\$ 8.680,84
129554	O GLOBO (RJ)	R\$ 10.106,36	R\$ 11.161,08
129555	O GLOBO (RJ)	R\$ 7.860,49	R\$ 8.680,84
129733	MOGI NEWS (SP)	R\$ 564,12	R\$ 622,99
129734	CORREIO BRAZILIENSE	R\$ 1.675,17	R\$ 1.850,00
130563	O DIA	R\$ 8.413,47	R\$ 9.291,52
130566	O DIA	R\$ 4.995,50	R\$ 5.516,84
130769	ESTADO DE MINAS	R\$ 783,44	R\$ 865,20
139642	ESTADO DE MINAS	R\$ 671,51	R\$ 741,60
140726	O GLOBO (RJ)	R\$ 8.038,74	R\$ 8.877,68
140727	O GLOBO (RJ)	R\$ 10.335,53	R\$ 11.414,16
140728	O GLOBO (RJ)	R\$ 8.038,74	R\$ 8.877,68

Nota Fiscal	Veículo	Valor Líquido (R\$)	Valor Bruto (R\$)
140729	O GLOBO (RJ)	R\$ 8.038,74	R\$ 8.877,68
140730	O GLOBO (RJ)	R\$ 10.335,53	R\$ 11.414,16
140731	O GLOBO (RJ)	R\$ 34.451,73	R\$ 38.047,20
140732	O GLOBO (RJ)	R\$ 9.187,13	R\$ 10.145,92
140733	O GLOBO (RJ)	R\$ 8.038,74	R\$ 8.877,68
140734	O GLOBO (RJ)	R\$ 6.890,36	R\$ 7.609,44
140735	O GLOBO (RJ)	R\$ 5.741,95	R\$ 6.341,20
140736	O GLOBO (RJ)	R\$ 8.038,74	R\$ 8.877,68
140737	FOLHA DE SÃO PAULO	R\$ 13.908,48	R\$ 15.360,00
140911	O DIA (RJ)	R\$ 2.042,81	R\$ 2.256,00
140912	O DIA (RJ)	R\$ 3.540,87	R\$ 3.910,40
140913	ESTADO DE SÃO PAULO	R\$ 9.761,29	R\$ 10.780,00
141205	O DIA (RJ)	R\$ 1.089,50	R\$ 1.203,20
141312	O DIA (RJ)	R\$ 5.521,34	R\$ 6.097,56
141424	FOLHA DE SÃO PAULO	R\$ 8.113,28	R\$ 8.960,00
141425	O DIA (RJ)	R\$ 9.859,52	R\$ 10.888,50
142148	ESTADO DE MINAS	R\$ 783,44	R\$ 865,20
142274	ESTADO DE MINAS	R\$ 783,44	R\$ 865,20
142744	O TEMPO (BH)	R\$ 949,07	R\$ 1.048,11
142745	FOLHA DE SÃO PAULO	R\$ 2.670,43	R\$ 2.949,12
142897	O GLOBO (RJ)	R\$ 8.038,74	R\$ 8.877,68
142898	O GLOBO (RJ)	R\$ 8.038,74	R\$ 8.877,68
142899	O GLOBO (RJ)	R\$ 9.187,13	R\$ 10.145,92
142900	O GLOBO (RJ)	R\$ 9.187,13	R\$ 10.145,92
142901	O GLOBO (RJ)	R\$ 9.187,13	R\$ 10.145,92
143028	CORREIO BRAZILIENSE	R\$ 1.698,72	R\$ 1.876,00
143569	CORREIO BRAZILIENSE	R\$ 2.717,94	R\$ 3.001,60
144085	CORREIO BRAZILIENSE	R\$ 27.082,42	R\$ 29.908,80
144222	O DIA (RJ)	R\$ 6.809,36	R\$ 7.520,00
144223	O DIA (RJ)	R\$ 1.089,50	R\$ 1.203,20
144224	O DIA (RJ)	R\$ 6.128,43	R\$ 6.768,00
144225	ESTADO DE SÃO PAULO	R\$ 8.366,82	R\$ 9.240,00
144481	JORNAL DE BRASILIA (DF)	R\$ 14.540,52	R\$ 16.058,00
144482	O GLOBO (RJ)	R\$ 3.877.688,76	R\$ 4.282.373,00
144483	ESTADO DE SÃO PAULO	R\$ 25.937,14	R\$ 28.644,00
144677	ESTADO DE MINAS	R\$ 832,88	R\$ 919,80
144942	O GLOBO (RJ)	R\$ 6.890,36	R\$ 7.609,44

Nota Fiscal	Veículo	Valor Líquido (R\$)	Valor Bruto (R\$)
144943	O GLOBO (RJ)	R\$ 21.819,43	R\$ 24.096,56
144944	O GLOBO (RJ)	R\$ 6.890,36	R\$ 7.609,44
144945	O GLOBO (RJ)	R\$ 13.780,69	R\$ 15.218,88
144946	O GLOBO (RJ)	R\$ 8.038,74	R\$ 8.877,68
144947	O GLOBO (RJ)	R\$ 5.741,95	R\$ 6.341,20
144948	O GLOBO (RJ)	R\$ 6.890,36	R\$ 7.609,44
145364	O GLOBO (RJ)	R\$ 63.005,41	R\$ 69.580,80
145457	O DIA (RJ)	R\$ 2.996,12	R\$ 3.308,80
145502	O DIA (RJ)	R\$ 9.465,16	R\$ 10.452,96
145634	O GLOBO (RJ)	R\$ 8.038,74	R\$ 8.877,68
145635	O GLOBO (RJ)	R\$ 8.038,74	R\$ 8.877,68
145636	O GLOBO (RJ)	R\$ 6.890,36	R\$ 7.609,44
145637	O GLOBO (RJ)	R\$ 48.232,44	R\$ 53.266,08
145638	O GLOBO (RJ)	R\$ 6.890,36	R\$ 7.609,44
145736	O GLOBO (RJ)	R\$ 12.632,30	R\$ 13.950,64
145737	O GLOBO (RJ)	R\$ 12.632,30	R\$ 13.950,64
145738	O GLOBO (RJ)	R\$ 6.890,36	R\$ 7.609,44
145739	O GLOBO (RJ)	R\$ 12.632,30	R\$ 13.950,64
145740	O GLOBO (RJ)	R\$ 12.632,30	R\$ 13.950,64
145741	O GLOBO (RJ)	R\$ 12.632,30	R\$ 13.950,64
145742	O GLOBO (RJ)	R\$ 12.632,30	R\$ 13.950,64
145743	DIÁRIO DA MANHÃ (GO)	R\$ 523,20	R\$ 577,80
145979	A TRIBUNA (ES)	R\$ 10.021,16	R\$ 11.067,00
71007066	O GLOBO (RJ)	R\$ 6.737,58	R\$ 7.440,72
7105800	O HOJE	R\$ 6.257,39	R\$ 6.377,94
7122291	TRIBUNA DO NORTE (NATAL)	R\$ 524,82	R\$ 579,60
7130564	O SÃO GONÇALO (RJ)	R\$ 304,78	R\$ 336,60
7130565	CORREIO BRAZILIENSE	R\$ 2.345,24	R\$ 2.590,00
7130770	DIÁRIO DA MANHÃ (GO)	R\$ 610,40	R\$ 674,10
7131532	O GLOBO (RJ)	R\$ 6.737,58	R\$ 7.440,72
7131533	O GLOBO (RJ)	R\$ 7.860,49	R\$ 8.680,84
7131534	O GLOBO (RJ)	R\$ 5.614,64	R\$ 6.200,60
7131535	O GLOBO (RJ)	R\$ 6.737,58	R\$ 7.440,72
7131536	O GLOBO (RJ)	R\$ 7.860,49	R\$ 8.680,84
7131537	O GLOBO (RJ)	R\$ 5.614,64	R\$ 6.200,60
7131538	O GLOBO (RJ)	R\$ 7.860,49	R\$ 8.680,84
7131962	O GLOBO (RJ)	R\$ 2.010,21	R\$ 2.220,00

Nota Fiscal	Veículo	Valor Líquido (R\$)	Valor Bruto (R\$)
7131963	CORREIO BRAZILIENSE	R\$ 2.345,24	R\$ 2.590,00
7132148	CORREIO BRAZILIENSE	R\$ 2.345,24	R\$ 2.590,00
7132361	FOLHA DE SÃO PAULO	R\$ 30.715,14	R\$ 33.920,64
7132527	O GLOBO (RJ)	R\$ 15.721,00	R\$ 17.361,68
7132528	O DIA (RJ)	R\$ 1.708,99	R\$ 1.887,34
7132785	O HOJE	R\$ 610,04	R\$ 621,79
7132786	O HOJE	R\$ 604,67	R\$ 616,32
7132787	FOLHA DE SÃO PAULO	R\$ 10.632,17	R\$ 11.741,76
7133482	ESTADO DE MINAS	R\$ 783,44	R\$ 865,20
7133483	O TEMPO	R\$ 1.069,21	R\$ 1.180,80
7133709	FOLHA DE SÃO PAULO	R\$ 5.906,76	R\$ 6.523,20
7133710	DIÁRIO DA MANHÃ (GO)	R\$ 610,40	R\$ 674,10
7133711	O GLOBO	R\$ 6.737,58	R\$ 7.440,72
7133712	O GLOBO	R\$ 7.860,49	R\$ 8.680,84
7133713	O GLOBO	R\$ 6.737,58	R\$ 7.440,72
7133714	O GLOBO	R\$ 6.737,58	R\$ 7.440,72
7133715	O GLOBO	R\$ 7.860,49	R\$ 8.680,84
7133716	O GLOBO	R\$ 7.860,49	R\$ 8.680,84
7133717	O GLOBO	R\$ 6.737,58	R\$ 7.440,72
7133718	A GAZETA (CUIABÁ-MT)	R\$ 513,01	R\$ 566,55
7133719	ESTADO DE SÃO PAULO	R\$ 9.254,21	R\$ 10.220,00
7133720	ESTADO DE SÃO PAULO	R\$ 9.254,21	R\$ 10.220,00
7133721	ESTADO DE SÃO PAULO	R\$ 7.932,18	R\$ 8.760,00
7133968	MOGI NEWS (SP)	R\$ 564,12	R\$ 622,99
7134256	CORREIO BRAZILIENSE	R\$ 2.680,28	R\$ 2.960,00
7134257	CORREIO BRAZILIENSE	R\$ 2.345,24	R\$ 2.590,00
7134515	O TEMPO	R\$ 891,01	R\$ 984,00
7134980	O DIA	R\$ 6.047,18	R\$ 6.678,28
7134981	O DIA	R\$ 788,77	R\$ 871,08
7135158	ESTADO DE MINAS	R\$ 895,36	R\$ 988,80
7135160	O GLOBO	R\$ 7.860,49	R\$ 8.680,84
7135366	O DIA	R\$ 697,60	R\$ 770,40
7135367	DIÁRIO DA MANHÃ (GO)	R\$ 610,40	R\$ 674,10
7135514	ESTADO DE SÃO PAULO	R\$ 9.254,21	R\$ 10.220,00
7135679	ESTADO DE MINAS	R\$ 783,44	R\$ 865,20
7135998	GAZETA DO POVO (CURITIBA)	R\$ 823,12	R\$ 909,02
7135999	O DIA	R\$ 5.915,72	R\$ 6.533,10

Nota Fiscal	Veículo	Valor Líquido (R\$)	Valor Bruto (R\$)
7136153	O GLOBO	R\$ 8.983,42	R\$ 9.920,96
7136154	O GLOBO	R\$ 8.038,74	R\$ 8.877,68
7136155	O GLOBO	R\$ 9.187,13	R\$ 10.145,92
7136156	O GLOBO	R\$ 6.890,36	R\$ 7.609,44
7136157	O ESTADO DE SÃO PAULO	R\$ 9.254,21	R\$ 10.220,00
7136421	O GLOBO	R\$ 8.038,74	R\$ 8.877,68
7137009	O DIA	R\$ 7.887,63	R\$ 8.710,80
7137010	O DIA	R\$ 5.915,72	R\$ 6.533,10
7137260	ESTADO DE MINAS	R\$ 671,51	R\$ 741,60
7137261	ESTADO DE MINAS	R\$ 783,44	R\$ 865,20
7137262	ESTADO DE MINAS	R\$ 783,44	R\$ 865,20
7137263	ESTADO DE MINAS	R\$ 671,51	R\$ 741,60
7137481	O ESTADO DE SÃO PAULO	R\$ 9.761,29	R\$ 10.780,00
7137482	O ESTADO DE SÃO PAULO	R\$ 9.761,29	R\$ 10.780,00
7137483	O ESTADO DE SÃO PAULO	R\$ 9.761,29	R\$ 10.780,00
7137815	FOLHA DE SÃO PAULO	R\$ 16.226,56	R\$ 17.920,00
7138831	FOLHA DE SÃO PAULO	R\$ 31.294,08	R\$ 34.560,00
7139083	ESTADO DE MINAS	R\$ 783,44	R\$ 865,20
7139084	ESTADO DE MINAS	R\$ 783,44	R\$ 865,20
7139085	O GLOBO	R\$ 5.741,95	R\$ 6.341,20
7139294	O DIA	R\$ 1.051,69	R\$ 1.161,44
7139295	O DIA	R\$ 2.723,75	R\$ 3.008,00
7139296	O DIA	R\$ 817,12	R\$ 902,40
7139433	O GLOBO	R\$ 8.038,74	R\$ 8.877,68
7139434	O GLOBO	R\$ 8.038,74	R\$ 8.877,68
7139435	O GLOBO	R\$ 6.890,36	R\$ 7.609,44
7139436	O GLOBO	R\$ 6.890,36	R\$ 7.609,44
7139437	O GLOBO	R\$ 8.038,74	R\$ 8.877,68
7139438	O GLOBO	R\$ 8.038,74	R\$ 8.877,68
7139439	O GLOBO	R\$ 6.890,36	R\$ 7.609,44
7139440	O GLOBO	R\$ 10.335,53	R\$ 11.414,16
7139643	ESTADO DE MINAS	R\$ 783,44	R\$ 865,20
7139644	ESTADO DE MINAS	R\$ 783,44	R\$ 865,20
7164889	DIÁRIO DO NORDESTE	R\$ 2.351,95	R\$ 2.597,40
7164890	DIÁRIO DO NORDESTE	R\$ 1.567,95	R\$ 1.731,60
7164891	DIÁRIO DO NORDESTE	R\$ 1.829,29	R\$ 2.020,20
7164892	DIÁRIO DO NORDESTE	R\$ 1.829,29	R\$ 2.020,20

Nota Fiscal	Veículo	Valor Líquido (R\$)	Valor Bruto (R\$)
7164893	DIÁRIO DO NORDESTE	R\$ 1.829,29	R\$ 2.020,20
7164894	O GLOBO	R\$ 179.149,05	R\$ 197.845,44
7164895	O GLOBO	R\$ 83.258,37	R\$ 91.947,40
788683	O DIA	R\$ 1.673,90	R\$ 1.848,60
796065	DIARIO DO PERNAMBUCO	R\$ 1.293,49	R\$ 1.428,48
796309	O HOJE	R\$ 610,04	R\$ 621,79
796310	O HOJE	R\$ 610,04	R\$ 621,79
797819	DIÁRIO DE PERNAMBUCO	R\$ 1.293,49	R\$ 1.428,48
797820	DIÁRIO DO PERNAMBUCO	R\$ 1.293,49	R\$ 1.428,48
798484	PGTO. JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 1.041,54	R\$ 1.150,24
798485	PGTO. JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 892,75	R\$ 985,92
798486	PGTO. JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 1.190,34	R\$ 1.314,56
798487	PGTO. JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 1.190,34	R\$ 1.314,56
798488	PGTO. JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 1.041,54	R\$ 1.150,24
798489	PGTO. JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 1.041,54	R\$ 1.150,24
798490	PGTO. JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 892,75	R\$ 985,92
798491	PGTO. JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 1.041,54	R\$ 1.150,24
798492	PGTO. JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 1.041,54	R\$ 1.150,24
798493	PGTO. JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 1.041,54	R\$ 1.150,24
798494	PGTO. JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 1.041,54	R\$ 1.150,24
798495	PGTO. JORNAL DO COMÉRCIO	R\$ 1.041,54	R\$ 1.150,24
798496	DELTA PUBLICIDADE	R\$ 1.630,77	R\$ 1.800,96
798502	DIÁRIO DE PERNAMBUCO	R\$ 1.293,49	R\$ 1.428,48
799517	A TARDE	R\$ 2.705,92	R\$ 2.988,32
TOTAL		R\$ 6.140.137,00	R\$ 6.779.047,08

Fonte: Gerência de Comunicação - GCA.P

10 ANEXOS E APÊNDICES

ANEXO I

Protocolo dos Indicadores do CMDE

Protocolo de Indicador do CMDE 2017-2021



Empresas G&T

Dimensão: Gestão, Governança e Socioambiental

Estratégia: Governança e Conformidade

Perspectiva: Processos Internos

Nome	Controle da Remediação das Deficiências	Sigla	CD
Descrição	<i>Expressa o grau de eficiência na solução do total das deficiências dentre todas as deficiências identificadas.</i>		
Unidade	Percentual (%)	Interpretação	Quanto maior, melhor
Fórmula de cálculo:	$\frac{\text{Número de deficiências remediadas}}{\text{Total de deficiências de controles}} \times 100$		
	Descrição do componente: <i>Identificação de Deficiência – em Controle de Riscos “deficiência” é um erro, ameaça, vulnerabilidade ou exposição identificada na atividade da empresa monitorada pela área responsável, podendo ser classificado como significativa ou irrelevante.</i>		
Acompanhamento	Anual	Meta CMDE	Anual
Área responsável	Diretoria de Conformidade / Departamento de Gestão de Controles Internos		
Justificativa	<i>O controle interno é um conjunto de procedimentos, regras, rotinas e normas adotado pela organização para o bom andamento de suas operações e proteção de seu patrimônio. A partir de um controle efetivo é possível minimizar erros nos processos e inibir fraudes, ameaças, vulnerabilidades e exposições. Tais erros, que podem ser classificados como deficiências significativas ou irrelevantes, são acompanhados constantemente para a determinação de sua solução e a avaliação é feita de forma anual durante o fechamento do período auditado. A determinação do resultado normalmente é concluída em abril do ano fiscal subsequente ao período avaliado, no fechamento anual do balanço.</i>		
Comentário:			

*Sandro N. Damásio
Gerente do Departamento de Desempenho, Gestão de Projetos e Sustentabilidade*

Protocolo de Indicador do CMDE 2017-2021



Empresas G&T

Dimensão: **Gestão, Governança e Socioambiental**

Estratégia: **Governança e Conformidade**

Perspectiva: **Processos Internos**

Nome	Remediação das Deficiências Significativas	Sigla	SD				
Descrição	Expressa o grau de solução na remediação das deficiências significativas entre o total de deficiências significativas identificadas.						
Unidade	Percentual (%)	Interpretação	Quanto maior, melhor	Sentido		Peso	0,5
Fórmula de cálculo:	<p><i>Número de Deficiências Significativas solucionadas X 100</i></p> <p><i>Total de Deficiências Significativas identificadas</i></p>			Descrição do componente: Deficiência Significativa - deficiência ou um conjunto de deficiências que resulta(am) em "probabilidade mais do que remota" de que um erro "mais do que irrelevante" nas demonstrações financeiras, anuais ou interinas de uma empresa não seja prevenido ou detectado.			
Acompanhamento	<i>Anual</i>	Meta CMDE	<i>Anual</i>				
Área responsável	Diretoria de Conformidade / Departamento de Gestão de Controles Internos						
Justificativa	O controle interno é um conjunto de procedimentos, regras, rotinas e normas adotado pela organização para o bom andamento de suas operações e proteção de seu patrimônio. A partir de um controle efetivo é possível minimizar erros nos processos e inibir fraudes, ameaças, vulnerabilidades e exposições. Tais erros, que podem ser classificados como deficiências significativas ou irrelevantes, são acompanhados constantemente para a determinação de sua solução e a avaliação é feita de forma anual durante o fechamento do período auditado. A determinação do resultado normalmente é concluída em abril do ano fiscal subsequente ao período avaliado, no fechamento anual do balanço.						
Comentário:							

Sandro N. Damásio
Gerente do Departamento de
Desempenho, Gestão de Projetos
e Sustentabilidade



Protocolo de Indicador do CMDE 2017-2021



Empresas G&T

Dimensão: **Econômico-Financeira**

Estratégia: **Excelência Operacional**

Perspectiva: **Processos Internos**

Nome	Relação entre os Custos com PMSO e os Custos do PMSO Regulatório	Sigla	PMSO Clássico / PMSO Regulatório
Descrição <i>Relação entre os custos operacionais realizados (PMSO) e os custos operacionais previstos (PMSO) com base nos limites regulatórios.</i>			
Unidade	<i>Percentual (%)</i>	Interpretação	<i>Quanto menor, melhor</i>
Sentido			
Peso 3			
Fórmula de cálculo:		Descrição dos componentes:	
$\frac{\text{PMSO Clássico}}{\text{PMSO Regulatório}} \times 100$ <i>(Consolidado)</i>		PMSO Clássico *(1) PMSO Regulatório *(2)	(=) Pessoal e Encargos Materiais Serviços de Terceiros Outros *(1) (=) PMSO previsto com base nos limites regulatórios
Acompanhamento	<i>Mensal</i>	Meta CMDE	<i>Anual</i>
Área responsável	<i>Presidência e Diretoria Financeira e de Relações com Investidores</i>		
Justificativa	<p><i>Esse indicador tem a finalidade de quantificar a relação entre os Custos Operacionais (Pessoal, Material, Serviços e Outros) e os Custos Operacionais (Pessoal, Material, Serviços e Outros) avaliados de ativos de geração e transmissão com projeção não linear de custos para o período avaliado. O valor do PMSO regulatório de cada empresa poderá ser reavaliado ao final de cada ciclo anual do CMDE e a responsabilidade destas reavaliações caberá a Holding em alinhamento com suas empresas. *(2)</i></p>		

Sandro N. Damásio
Gerente do Departamento de
Desempenho, Gestão de Projetos
e Sustentabilidade

Protocolo de Indicador do CMDE 2017-2021



Empresas G&T

Dimensão: **Econômico-Financeira**

Estratégia: **Excelência Operacional**

Perspectiva: **Processos Internos**

Nome	Relação entre os Custos com PMSO e os Custos do PMSO Regulatório	Sigla	PMSO Clássico / PMSO Regulatório
------	--	-------	----------------------------------

Comentário:

*(1) Outros = Somente os custos com Outros Dispêndios.

*(2) A composição do PMSO Regulatório foi elaborada a partir dos seguintes parâmetros:

A – Receita de Gestão de Ativos de Geração (GAG) obtida pela diferença entre:

Receita de Ativos de Geração (RAG) –(P&D da empresa (1%)+

Taxa de Fiscalização de Energia Elétrica (0,5%)+

CFUR (6,75% da TAR: 73,87 R\$/MWh)+

TUST (Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica)+

PIS/COFINS (9,25%)

B – GAG para ativos de geração não afetados pela Lei 12.783/2013 foram estimados por meio de regressão logarítmica baseada na capacidade instalada das UHEs ($R^2=0,97$)

C – PMSO regulatório para os ativos de transmissão não afetados pela Lei 12.783/2013 foram estimados tendo por base a extensão dos circuitos. Além dos circuitos não afetados foram também considerados os ativos em fase de implantação já contratados, considerando um percentual de O&M igual a 15% da RAP (2% do investimento).

A consolidação deve seguir orientações específicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC), aprovadas por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Sandro N. Damásio
Gerente do Departamento de
Desempenho, Gestão de Projetos
e Sustentabilidade

Protocolo de Indicador do CMDE 2017-2021



Empresas G&T

Dimensão: **Econômico-Financeira**

Estratégia: **Excelência Operacional**

Perspectiva: **Processos Internos**

Nome	Relação dos Custos com PMSO na ROL Ajustada	Sigla	PMSO Clássico / ROL Ajustada
Descrição	<i>Relação das despesas com custeio (Pessoal, Material, Serviços e Outros - PMSO) na Receita Operacional Líquida (ROL) ajustada</i>		
Unidade	<i>Percentual (%)</i>	Interpretação	Quanto menor, melhor
		Sentido	↓
			Peso 2

Fórmula de cálculo:

PMSO Clássico X 100

ROL Ajustada

(Consolidado)

Descrição dos componentes:

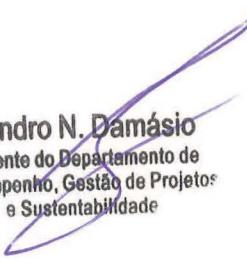
PMSO Clássico

(=) Pessoal e Encargos
Materiais
Serviços de Terceiros
Outros *(1)

ROL Ajustada

*(2)

= RECEITA OPERACIONAL BRUTA
A) RECEITA DE GERAÇÃO
Comercialização
Suprimento / Venda de Energia
Repasse Itaipu
Outras Receitas
B) RECEITA DE TRANSMISSÃO
Receita de operação e manutenção
Atualização de Taxas de retorno – Transmissão
Outras Receitas
C) RECEITA DE DISTRIBUIÇÃO
Fornecimento
Receita de operação e manutenção
Outras Receitas
D) OUTRAS RECEITAS
(-) DEDUÇÕES A RECEITA OPERACIONAL
Reserva Global de Reversão - RGR
Conta de Consumo de Combustível - CCC
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE
PROINFA
Impostos e contribuições sobre a receita
Demais Tributos
P&D
Outras Deduções
Receitas não Recorrentes *(3)
Receitas de Construção *(2)


Sandro N. Damásio
 Gerente do Departamento de
 Desempenho, Gestão de Projetos
 e Sustentabilidade

Protocolo de Indicador do CMDE 2017-2021



Empresas G&T

Dimensão: **Econômico-Financeira**

Estratégia: **Excelência Operacional**

Perspectiva: **Processos Internos**

Nome	Relação dos Custos com PMSO na ROL Ajustada			Sigla	PMSO Clássico / ROL Ajustada		
Acompanhamento	Mensal	Meta CMDE	Anual				
Área responsável	<i>Diretoria Financeira e de Relações com Investidores</i>						
Justificativa	<p><i>Esse indicador tem a finalidade de quantificar a relação dos Custos Operacionais (Pessoal, Material, Serviços e Outros) na Receita Operacional Líquida (Receita Operacional Bruta menos Impostos sobre Receita e Encargos Setoriais) da Empresa. As avaliações futuras dos indicadores de desempenho são baseadas nos resultados atuais da empresa, desta forma são levados em consideração apenas receitas ou custos que fazem parte das operações regulares da empresa, excluindo-se receitas ou custos não recorrentes ao processo como: itens pouco frequentes ou eventuais, itens extraordinários e perdas associadas a operações não regulares.</i></p>						

Comentário:

*(1) Outros = Somente os custos com Outros Dispêndios.

*(2) ROL ajustada: a receita com construção não entra no cálculo do indicador.

*(3) As receitas não recorrentes serão avaliadas a cada ciclo.

A consolidação deve seguir orientações específicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC), aprovadas por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).


Sandro N. Damásio
Gerente do Departamento de
Desempenho, Gestão de Projetos
e Sustentabilidade

Protocolo de Indicador do CMDE 2017-2021



Empresas G&T

Dimensão: **Operacional**

Estratégia: **Excelência Operacional**

Perspectiva: **Processos Internos**

Nome	<i>Índice de Disponibilidade Operacional de Linhas de Transmissão</i>	Sigla	<i>DISP OLT</i>												
Descrição	<i>A disponibilidade operacional de uma linha de transmissão indica o percentual do tempo em que esta permaneceu em operação ou disponível para operar durante um período específico, excluindo do cálculo indisponibilidades em que há previsão de isenção da Parcela Variável.</i>														
Unidade	<i>Percentual (%)</i>	Interpretação	<i>Quanto maior, melhor</i>												
Fórmula de cálculo:	<p>Descrição dos componentes:</p> <table> <tr> <td style="text-align: center;">$\sum_{i=1}^N \left(\frac{\text{extLT}_i}{100} \times \text{Hd}_i \right) \times 100 [\%]$</td><td style="text-align: center;">extLT *(1)</td><td>Extensão total do circuito da Linha de Transmissão i em km.</td></tr> <tr> <td></td><td style="text-align: center;">Hdi</td><td>Número de horas disponíveis do circuito da Linha de Transmissão i, excluindo do cálculo indisponibilidades em que há previsão de isenção da Parcela Variável, conforme REN 729/2016.</td></tr> <tr> <td></td><td style="text-align: center;">Hpi</td><td>Número total de horas de existência do circuito da Linha de Transmissão i no período considerado.</td></tr> <tr> <td></td><td style="text-align: center;">N</td><td>Número total de circuitos de Linhas de Transmissão, sendo i o contador do número de circuitos de Linhas de Transmissão.</td></tr> </table>			$\sum_{i=1}^N \left(\frac{\text{extLT}_i}{100} \times \text{Hd}_i \right) \times 100 [\%]$	extLT *(1)	Extensão total do circuito da Linha de Transmissão i em km.		Hdi	Número de horas disponíveis do circuito da Linha de Transmissão i, excluindo do cálculo indisponibilidades em que há previsão de isenção da Parcela Variável, conforme REN 729/2016.		Hpi	Número total de horas de existência do circuito da Linha de Transmissão i no período considerado.		N	Número total de circuitos de Linhas de Transmissão, sendo i o contador do número de circuitos de Linhas de Transmissão.
$\sum_{i=1}^N \left(\frac{\text{extLT}_i}{100} \times \text{Hd}_i \right) \times 100 [\%]$	extLT *(1)	Extensão total do circuito da Linha de Transmissão i em km.													
	Hdi	Número de horas disponíveis do circuito da Linha de Transmissão i, excluindo do cálculo indisponibilidades em que há previsão de isenção da Parcela Variável, conforme REN 729/2016.													
	Hpi	Número total de horas de existência do circuito da Linha de Transmissão i no período considerado.													
	N	Número total de circuitos de Linhas de Transmissão, sendo i o contador do número de circuitos de Linhas de Transmissão.													
Acompanhamento	<i>Mensal *(1)</i>	Meta CMDE	<i>Anual</i>												
Área responsável	<i>Diretoria de Transmissão / Superintendência de Planejamento e Operação da Transmissão</i>														
Justificativa	<i>É o principal indicador de avaliação de desempenho operacional das empresas de transmissão, uma vez que avalia a performance de sua rede de transmissão. *(2)</i>														

*Sandro N. Damásio
Gerente do Departamento de Desempenho, Gestão de Projetos e Sustentabilidade*

Protocolo de Indicador do CMDE 2017-2021



Empresas G&T

Dimensão: **Operacional**

Estratégia: **Excelência Operacional**

Perspectiva: **Processos Internos**

Nome	<i>Índice de Disponibilidade Operacional de Linhas de Transmissão</i>	Sigla	<i>DISP OLT</i>
------	---	-------	-----------------

Comentário:

**(1) As informações deverão ser enviadas mensalmente com o desempenho do mês avaliado, acumulado anual e acumulado no período de 12 meses (mês avaliado acrescido dos 11 meses anteriores) (LTM). O indicador de disponibilidade de Linhas de Transmissão é calculado com base nos Procedimentos de Rede - Submódulo 25.8 "Indicadores de desempenho de equipamentos e linhas de transmissão e das funções transmissão e geração e na REN 729/2016 referente à aplicação da Parcela Variável".*

**(2) O indicador operacional não considera empreendimentos em Sociedades de Propósitos Específicos (SPEs).*


Sandro N. Damásio
Gerente do Departamento de
Desempenho, Gestão de Projetos
e Sustentabilidade

Protocolo de Indicador do CMDE 2017-2021



Empresas G&T

Dimensão: Econômico-Financeira

Estratégia: Disciplina Financeira

Perspectiva: Financeiro

Nome	Dívida Líquida sobre o EBITDA Ajustado	Sigla	Dívida Líquida / EBITDA Ajustado
Descrição	<i>Esse indicador mede a quantidade de tempo (em anos) para a quitação do endividamento líquido.</i>		
Unidade	Nº de vezes	Interpretação	Quanto menor, melhor
Fórmula de cálculo:		Descrição dos componentes:	
<u>Dívida Líquida</u> <u>EBITDA Ajustado</u>		Dívida Líquida *(1)	= Estoque da Dívida Empréstimos e Financiamentos de curto e longo prazos Debêntures de curto e longo prazos (-) Disponibilidades Empréstimos a receber de curto e longo prazos TVM de curto e longo prazo Caixa e Equivalente de Caixa
 		EBITDA Ajustado *(2)	= Lucro Líquido (-) Resultado Financeiro Impostos Depreciações Amortizações Provisões Despesas não Recorrentes *(4) Receitas não Recorrentes *(4)


Sandro N. Damásio
Gerente do Departamento de
Desempenho, Gestão de Projetos
e Sustentabilidade

Protocolo de Indicador do CMDE 2017-2021



Empresas G&T

Dimensão: **Econômico-Financeira**

Estratégia: **Disciplina Financeira**

Perspectiva: **Financeiro**

Nome	Dívida Líquida sobre o EBITDA Ajustado			Sigla	Dívida Líquida / EBITDA Ajustado
Acompanhamento	Mensal	Meta CMDE	Anual		
Área responsável	Diretoria Financeira e de Relações com Investidores				
Justificativa	Esse indicador é utilizado para monitorar a solvabilidade da empresa diante das metas estabelecidas e acompanhar o endividamento em comparação aos limites estabelecidos em cláusulas contratuais de empréstimos e financiamentos.				

Comentário:

*(1) Dívida Líquida = Estoque da Dívida menos Disponibilidades.

*(2) Na impossibilidade de composição do indicador em decorrência de EBITDA Ajustado negativo será considerado para efeito de estabelecimento de meta e apuração a componente Dívida Líquida.

*(3) Para o cálculo do EBITDA Ajustado, as despesas e receitas deverão ser acompanhadas dos seus respectivos sinais.

*(4) As receitas e despesas não recorrentes serão avaliadas a cada ciclo.

Sandro N. Damásio
Gerente do Departamento de
Desempenho, Gestão de Projetos
e Sustentabilidade

Protocolo de Indicador do CMDE 2017-2021



Empresas G&T

Dimensão: **Econômico-Financeira**

Estratégia: **Excelência Operacional**

Perspectiva: **Processos Internos**

Nome	Relação dos gastos com energia comprada para revenda e do saldo de combustível na ROL ajustada	Sigla	(E+C)/ROL Ajustada				
Descrição	Esse indicador expressa a relação dos gastos com energia comprada para revenda e o saldo com combustível na receita operacional líquida (ROL) ajustada.						
Unidade	Percentual (%)	Interpretação	Quanto menor, melhor	Sentido		Peso	1

Fórmula de cálculo:

$$\frac{\text{Energia Comprada para Revenda} + \text{Saldo de Combustível} \times 100}{\text{ROL Ajustada}} \\ (\text{Consolidado}) * (3)$$

Descrição dos componentes:

Energia Comprada para Revenda(1)*
Saldo de Combustível(2)*

ROL Ajustada

(+ Energia elétrica comprada para revenda
(+ Saldo Combustível
(+ Combustível para produção de energia elétrica
(- Parcela de combustível subsidiada pela CCC

= RECEITA OPERACIONAL BRUTA
A) RECEITA DE GERAÇÃO
Comercialização
Suprimento / Venda de Energia
Repasso Itaipu
Outras Receitas
B) RECEITA DE TRANSMISSÃO
Receita de operação e manutenção
Atualização de Taxas de retorno - Transmissão
Outras Receitas
C) RECEITA DE DISTRIBUIÇÃO
Fornecimento
Receita de operação e manutenção
Outras Receitas
D) OUTRAS RECEITAS
(- DEDUÇÕES A RECEITA OPERACIONAL
Reserva Global de Reversão - RGR
Conta de Consumo de Combustível - CCC
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE
PROINFA
Impostos e contribuições sobre a receita
Demais Tributos
P&D
Outras Deduções
Receitas não Recorrentes *(4)
Receitas de Construção *(5)

Sandro N. Damásio
Gerente do Departamento de
Desempenho, Gestão de Projetos
e Sustentabilidade

Protocolo de Indicador do CMDE 2017-2021



Empresas G&T

Dimensão: **Econômico-Financeira**

Estratégia: **Excelência Operacional**

Perspectiva: **Processos Internos**

Nome	Relação dos gastos com energia comprada para revenda e do saldo de combustível na ROL ajustada	Sigla	(E+C)/ROL Ajustada
Acompanhamento	Mensal	Meta CMDE	Anual
Área responsável	<i>Diretoria Financeira e de Relações com Investidores</i>		
Justificativa	<p>Esse indicador tem a finalidade de quantificar a relação dos custos operacionais com Energia Comprada para Revenda e saldo de Combustível para Produção de Energia Elétrica na Receita Operacional Líquida (Receita Operacional Bruta menos Impostos sobre Receita e Encargos Setoriais) da empresa. As avaliações futuras dos indicadores de desempenho são baseadas nos resultados atuais da empresa, desta forma são levados em consideração apenas receitas ou custos que fazem parte das operações regulares da empresa, excluindo-se receitas ou custos não recorrentes ao processo como: itens pouco frequentes ou eventuais, itens extraordinários e perdas associadas a operações não regulares.</p>		

Comentário:

*(1) Valores acumulados, durante o ano, de energia comprada pela empresa no mercado, para revenda em seu contrato de fornecimento de energia (consolidado).

*(2) Valores acumulados, durante o ano, de combustível comprado para geração de energia elétrica complementar ao sistema para o contrato de energia elétrica descontando os valores subsidiados pela CCC (consolidado).

*(3) A consolidação deve seguir orientações específicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC), aprovadas por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

*(4) As receitas não recorrentes serão avaliadas a cada ciclo.

*(5) ROL ajustada: a receita com construção não entra no cálculo do indicador.

Sandro N. Damásio
Gerente do Departamento de
Desempenho, Gestão de Projetos
e Sustentabilidade

Protocolo de Indicador do CMDE 2017-2021



Empresas G&T

Dimensão: **Gestão, Governança e Socioambiental**

Estratégia: **Governança e Conformidade**

Perspectiva: **Processos Internos**

Nome	Índice de Desempenho do ProERP	Sigla	IDP ProERP
Descrição	Expressa a relação entre o avanço realizado sobre o previsto do esforço para a implantação do programa ProERP nas empresas Eletrobras.		
Unidade	Índice	Interpretação	Quanto maior, melhor
Fórmula de cálculo:	<p><i>Descrição dos componentes:</i></p> <p><i>Avanço Físico Realizado - é a representação do esforço efetivamente realizado acumulado para o alcance dos objetivos do projeto, em percentual.</i></p> <p><i>Avanço Físico Planejado - é a representação no tempo em forma de cronograma, do esforço necessário para o alcance dos objetivos do projeto, em percentual.</i></p>		
Acompanhamento	Mensal	Meta CMDE	Anual
Área responsável	Diretoria Jurídica e de Gestão Corporativa / Superintendência de Gestão do Programa ProERP - DJAP		
Justificativa	A avaliação do avanço físico do programa ProERP nas empresas Eletrobras permite avaliar continua e simultaneamente o progresso da implantação do ERP padronizado nas empresas Eletrobras. Os valores do avanço físico ERP e a responsabilidade de reavaliações do cronograma caberão a Holding com proposta alinhada com cada uma das empresas.		
Comentário:			

Protocolo de Indicador do CMDE 2017-2021



Empresas G&T

Dimensão: Gestão, Governança e Socioambiental

Estratégia: Governança e Conformidade

Perspectiva: Clientes

Nome	Pontuação no ISE Bovespa – Dimensão Ambiental	Sigla	ISE – Dimensão Ambiental
Descrição	Pontuação obtida pela empresa na Dimensão Ambiental do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bovespa. É o resultado da avaliação da gestão dos aspectos ambientais, expressos por meio de indicadores, qualitativos e quantitativos, de desempenhos específicos, divididos em aspectos gerenciais, operacional e de cumprimento legal.		
Unidade	Pontos	Interpretação	Quanto maior, melhor

Fórmula de cálculo:

Total de pontos obtidos na Dimensão Ambiental
do ISE Bovespa.

Descrição dos componentes:

Critério I – Política

Indicador 1 COMPROMISSO, ABRANGENCIA E DIVULGAÇÃO

Critério II – Política

Indicador 2 RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Indicador 3 PLANEJAMENTO

Indicador 4 GERENCIAMENTO E MONITORAMENTO

Indicador 5 CERTIFICAÇÕES

Indicador 6 COMUNICAÇÃO COM PARTES INTERESSADAS

Indicador 7 COMPROMISSO GLOBAL, BIODIVERSIDADE E SERVIÇOS

Critério III – DESEMPENHO

Indicador 8 CONSUMO DE RECURSOS AMBIENTAIS - INPUTS

Indicador 9 EMISSÕES ATMOSFÉRICAS, EFLuentes LÍQUIDOS E RESÍDUOS

Indicador 10 ASPECTOS ABIENTAIS CRÍTICOS

Indicador 11 SEGURO AMBIENTAL

Critério IV – CUMPRIMENTO LEGAL

Indicador 12 ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E CADASTRO AMBIENTAL RURAL

Indicador 13 RESERVA LEGAL

Indicador 14 PASSIVOS AMBIENTAIS

Indicador 15 REQUISITOS ADMINISTRATIVOS

Indicador 16 PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

Indicador 17 PROCEDIMENTOS JUDICIAIS

Sandro N. Damásio
Gerente do Departamento de
Desempenho, Gestão de Projetos
e Sustentabilidade

Protocolo de Indicador do CMDE 2017-2021



Empresas G&T

Dimensão: **Gestão, Governança e Socioambiental**

Estratégia: **Governança e Conformidade**

Perspectiva: **Cientes**

Nome	Pontuação no ISE Bovespa – Dimensão Ambiental			Sigla	<i>ISE – Dimensão Ambiental</i>
Acompanhamento	Anual	Meta CMDE	Anual		
Área responsável	Presidência / Superintendência de Estratégia, Gestão Empresarial e Sustentabilidade / Departamento de Desempenho Empresarial, Gestão de Projetos e Sustentabilidade.				
Justificativa	<p>O ISE é um índice que mede comparativamente, sob o aspecto da sustentabilidade corporativa, a performance de empresas de capital aberto, listadas na bolsa e emissoras das 200 ações mais líquidas, considerando os aspectos econômico-financeiro, ambiental, mudanças climáticas, social e governança corporativa.</p> <p>A participação da Eletrobras no índice reflete o compromisso da empresa e de seus profissionais com a melhoria contínua de seus processos e de resultados para a sociedade brasileira.</p>				

Comentário:

*Sandro N. Damásio
Gerente do Departamento de
Desempenho, Gestão de Projeto
e Sustentabilidade*

Protocolo de Indicador do CMDE 2017-2021



Empresas G&T

Dimensão: **Econômico-Financeira**

Estratégia: **Governança e Conformidade**

Perspectiva: **Clientes**

Nome	Pontuação no ISE Bovespa – Dimensão Econômica	Sigla	ISE – Dimensão Econômica					
Descrição	<i>Pontuação obtida pela empresa na Dimensão Econômica do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bovespa. É o resultado da avaliação da gestão dos aspectos econômico-financeiros, expressos por meio de indicadores, qualitativos e quantitativos, divididos em um conjunto de instrumentos que permitem identificar a capacidade de respostas de curto, médio e longo prazo para as oportunidades e riscos corporativos, a estrutura de gestão dos seus ativos e a gestão do desempenho.</i>							
Unidade	Pontos	Interpretação	Quanto maior, melhor	Sentido		Peso	0,25	
Fórmula de cálculo: <i>Total de pontos obtidos na Dimensão Econômica do ISE Bovespa.</i>		Descrição dos componentes: CRITÉRIO I – POLÍTICA INDICADOR 1. ESTRATÉGIA E RISCO CORPORATIVO CRITÉRIO II – GESTÃO INDICADOR 2. RISCOS E OPORTUNIDADES CORPORATIVOS INDICADOR 3. CRISES E PLANO DE CONTINGÊNCIA INDICADOR 4. ATIVOS INTANGÍVEIS INDICADOR 5. GESTÃO DO DESEMPENHO CRITÉRIO III – DESEMPENHO INDICADOR 6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDICADOR 7. LUCRO ECONÔMICO INDICADOR 8. EQUILÍBrio DO CRESCIMENTO CRITÉRIO IV – CUMPRIMENTO LEGAL INDICADOR 9. HISTÓRICO						
Acompanhamento	Anual	Meta CMDE	Anual					
Área responsável	<i>Presidência / Superintendência de Estratégia, Gestão Empresarial e Sustentabilidade / Departamento de Desempenho Empresarial, Gestão de Projetos e Sustentabilidade</i>							
Justificativa	<i>O ISE é um índice que mede comparativamente, sob o aspecto da sustentabilidade corporativa, a performance de empresas de capital aberto, listadas na bolsa e emissoras das 200 ações mais líquidas, considerando os aspectos econômico-financeiro, ambiental, mudanças climáticas, social e governança corporativa.</i> <i>A participação da Eletrobras no índice reflete o compromisso da empresa e de seus profissionais com a melhoria contínua de seus processos e de resultados para a sociedade brasileira.</i>							
Comentário:								

Sandro N. Damásio
 Gerente do Departamento de
 Desempenho, Gestão de Projetos
 e Sustentabilidade

Protocolo de Indicador do CMDE 2017-2021



Empresas G&T

Dimensão: **Gestão, Governança e Socioambiental**

Estratégia: **Governança e Conformidade**

Perspectiva: **Clientes**

Nome	Pontuação no ISE Bovespa – Dimensão Geral	Sigla	<i>ISE – Dimensão Geral</i>							
Descrição	<i>Pontuação obtida pela empresa na Dimensão Geral do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bovespa. É o resultado da avaliação sobre a gestão dos aspectos estratégicos, expressos por meio de indicadores, qualitativos e quantitativos, de desempenhos específicos, abordados por meio do compromisso com o desenvolvimento sustentável, dos compromissos voluntários, com as partes interessadas, remuneração dos administradores, cadeia de valor e ética e transparência.</i>									
Unidade	Pontos	Interpretação	Quanto maior, melhor	Sentido		Peso	0,25			
Fórmula de cálculo: <i>Total de pontos obtidos na Dimensão Geral do ISE Bovespa.</i>		Descrição dos componentes: CRITÉRIO I – COMPROMISSOS INDICADOR 1. COMPROMISSO FUNDAMENTAL INDICADOR 2. COMPROMISSOS VOLUNTÁRIOS CRITÉRIO II – ALINHAMENTO INDICADOR 3. CONSISTÊNCIA DOS COMPROMISSOS INDICADOR 4. ENGAJAMENTO COM PARTES INTERESSADAS INDICADOR 5. DESEMPENHO E RECONHECIMENTO CRITÉRIO III – PERSPECTIVA ESTRATÉGICA INDICADOR 6. ESTRATÉGIA E POSICIONAMENTO INDICADOR 7. CADEIA DE VALOR CRITÉRIO IV – ÉTICA E TRANSPARÊNCIA INDICADOR 8. DEFESA DA CONCORRÊNCIA INDICADOR 9. PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO INDICADOR 10. ATUAÇÃO POLÍTICA INDICADOR 11 RELATÓRIOS								
Acompanhamento	<i>Anual</i>	Meta CMDE	<i>Anual</i>							
Área responsável	<i>Presidência / Superintendência de Estratégia, Gestão Empresarial e Sustentabilidade / Departamento de Desempenho Empresarial, Gestão de Projetos e Sustentabilidade</i>									


Sandro N. Damásio
Gerente do Departamento de Desempenho, Gestão de Projetos e Sustentabilidade

Protocolo de Indicador do CMDE 2017-2021



Empresas G&T

Dimensão: **Gestão, Governança e Socioambiental**

Estratégia: **Governança e Conformidade**

Perspectiva: **Cientes**

Nome	Pontuação no ISE Bovespa – Dimensão Geral	Sigla	<i>ISE – Dimensão Geral</i>
Justificativa	<p>O ISE é um índice que mede comparativamente, sob o aspecto da sustentabilidade corporativa, a performance de empresas de capital aberto, listadas na bolsa e emissoras das 200 ações mais líquidas, considerando os aspectos econômico-financeiro, ambiental, mudanças climáticas, social e governança corporativa.</p> <p>A participação da Eletrobras no índice reflete o compromisso da empresa e de seus profissionais com a melhoria contínua de seus processos e de resultados para a sociedade brasileira.</p>		

Comentário:

Sandro N. Damásio
Gerente do Departamento de
Desempenho, Gestão de Projetos
e Sustentabilidade

Protocolo de Indicador do CMDE 2017-2021



Empresas de G&T

Dimensão: **Gestão, Governança e Socioambiental**

Estratégia: **Governança e Conformidade**

Perspectiva: **Cientes**

Nome	Pontuação no ISE Bovespa – Dimensão Mudanças Climáticas	Sigla	<i>ISE –Mudanças Climáticas</i>
Descrição	Pontuação obtida pela empresa na Dimensão Mudanças Climáticas do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bovespa. É o resultado da avaliação da gestão dos aspectos das mudanças climáticas, expressos por meio de indicadores, qualitativos e quantitativos, de desempenhos específicos, divididos em aspectos compromisso, abrangência, política, responsabilidade, mitigação e sistema de gestão.		
Unidade	Pontos	Interpretação	Quanto maior, melhor
		Sentido	↑ Peso 0,25
Fórmula de cálculo:		Descrição dos componentes: CRITÉRIO I – POLÍTICA INDICADOR 1. COMPROMISSO, ABRANGÊNCIA E DIVULGAÇÃO CRITÉRIO II – GESTÃO INDICADOR 2. RESPONSABILIDADE INDICADOR 3. GESTÃO DA MITIGAÇÃO INDICADOR 4. GESTÃO DA ADAPTAÇÃO INDICADOR 5. SISTEMAS DE GESTÃO CRITÉRIO III – DESEMPENHO INDICADOR 6. RESULTADOS CRITÉRIO IV – RELATO INDICADOR 9. DIVULGAÇÃO	
Avaliação	Anual	Meta CMDE	Anual
Área responsável	<i>Presidência / Superintendência de Estratégia, Gestão Empresarial e Sustentabilidade / Departamento de Desempenho Empresarial, Gestão de Projetos e Sustentabilidade.</i>		
Justificativa	<p>O ISE é um índice que mede comparativamente, sob o aspecto da sustentabilidade corporativa, a performance de empresas de capital aberto, listadas na bolsa e emissoras das 200 ações mais líquidas, considerando os aspectos econômico-financeiro, ambiental, mudanças climáticas, social e governança corporativa.</p> <p>A participação da Eletrobras no índice reflete o compromisso da empresa e de seus profissionais com a melhoria contínua de seus processos e de resultados para a sociedade brasileira.</p>		
Comentário:			


Sandro N. Damásio
 Gerente do Departamento de
 Desempenho, Gestão de Projetos
 e Sustentabilidade

Protocolo de Indicador do CMDE 2017-2021



Empresas G&T

Dimensão: **Gestão, Governança e Socioambiental**

Estratégia: **Governança e Conformidade**

Perspectiva: **Clientes**

Nome	Pontuação no ISE Bovespa – Dimensão Social	Sigla	<i>ISE – Dimensão Social</i>
Descrição	<i>Pontuação obtida pela empresa na Dimensão Social do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bovespa. É o resultado da gestão dos aspectos sociais, expressos por meio de indicadores, qualitativos e quantitativos, de desempenhos específicos, divididos em desenvolvimento do bem-estar social, mecanismos para atuar socialmente, as políticas sociais e a resposta das empresas perante problemas ou desafios de natureza social.</i>		
Unidade	Pontos	Interpretação	Quanto maior, melhor
Fórmula de cálculo:	<p><i>Total de pontos obtidos na Dimensão Social do ISE Bovespa.</i></p> <p>Descrição dos componentes:</p> <p>CRITÉRIO I – POLÍTICA INDICADOR 1. COMPROMISSO COM DIREITOS FUNDAMENTAIS NA RELAÇÃO DE TRABALHO INDICADOR 2. COMPROMISSO COM A COMUNIDADE INDICADOR 3. RESPEITO À PRIVACIDADE, USO DA INFORMAÇÃO E MARKETING</p> <p>CRITÉRIO II – GESTÃO INDICADOR 4. APLICAÇÃO DOS COMPROMISSOS COM PRINCÍPIOS E DIREITOS INDICADOR 5. RELAÇÃO COM A COMUNIDADE INDICADOR 6. RELAÇÃO COM CLIENTES E CONSUMIDORES</p> <p>CRITÉRIO III – DESEMPENHO INDICADOR 7. DIVERSIDADE E EQUIDADE INDICADOR 8. GESTÃO DE FORNECEDORES INDICADOR 9. RESOLUÇÃO DE DEMANDAS DE CLIENTES E CONSUMIDORES</p> <p>CRITÉRIO IV – CUMPRIMENTO LEGAL INDICADOR 10. PÚBLICO INTERNO INDICADOR 11. CLIENTES E CONSUMIDORES INDICADOR 12. SOCIEDADE</p>		

*Sandro N. Damásio
 Gerente do Departamento de
 Desempenho, Gestão de Projetos
 e Sustentabilidade*

Protocolo de Indicador do CMDE 2017-2021



Empresas G&T

Dimensão: **Gestão, Governança e Socioambiental**

Estratégia: **Governança e Conformidade**

Perspectiva: **Clientes**

Nome	Pontuação no ISE Bovespa – Dimensão Social			Sigla	<i>ISE – Dimensão Social</i>		
Acompanhamento	Anual	Meta CMDE	Anual				
Área responsável	<i>Presidência / Superintendência de Estratégia, Gestão Empresarial e Sustentabilidade / Departamento de Desempenho Empresarial, Gestão de Projetos e Sustentabilidade.</i>						
Justificativa	<p>O ISE é um índice que mede comparativamente, sob o aspecto da sustentabilidade corporativa, a performance de empresas de capital aberto, listadas na bolsa e emissoras das 200 ações mais líquidas, considerando os aspectos econômico-financeiro, ambiental, mudanças climáticas, social e governança corporativa.</p> <p>A participação da Eletrobras no índice reflete o compromisso da empresa e de seus profissionais com a melhoria contínua de seus processos e de resultados para a sociedade brasileira.</p>						

Comentário:

*Sandro N. Damásio
Gerente do Departamento de
Desempenho, Gestão de Projetos
e Sustentabilidade*

Protocolo de Indicador do CMDE 2017-2021



Empresas G&T

Dimensão: Econômico-Financeira

Estratégia: Disciplina Financeira

Perspectiva: Financeira

Nome	Lucro Líquido sobre Patrimônio Líquido	Sigla	LL/PL
Descrição	Esse indicador mede o retorno (lucro líquido) sobre o patrimônio líquido (ROE)		
Unidade	Percentual (%)	Interpretação	Quanto maior, melhor

Fórmula de cálculo:

$$\frac{\text{Lucro Líquido (Prejuízo Líquido)}}{\text{Patrimônio Líquido Ajustado}} \times 100$$

(Consolidado)

*(1)

Descrição dos componentes:

Lucro Líquido
(Prejuízo Líquido)
*(2)

(=) Lucro Líquido ou Prejuízo Líquido

Patrimônio Líquido Ajustado

(=) Patrimônio Líquido
(-) Dividendo Adicional Proposto
(+) AFAC *(3)

*Sandro N. Damásio
Gerente do Departamento de
Desempenho, Gestão de Projetos
e Sustentabilidade*

Acompanhamento	Mensal	Meta CMDE	Anual
Área responsável	Diretoria Financeira e de Relações com Investidores		
Justificativa	Do inglês Return On Equity (ROE ou LL/PL), o indicador mede a lucratividade percentual do retorno (lucro líquido) sobre o patrimônio líquido.		

Comentário:

*(1) O valor das indenizações do RBSE não deverá ser expurgado do cálculo do indicador (LL/PL)

*(2) Na impossibilidade de composição do indicador em decorrência de Patrimônio Líquido (PL) negativo será considerado para efeito de estabelecimento de meta e apuração o componente Lucro Líquido (LL).

*(3) Adiantamento para futuro aumento de capital.

A consolidação deve seguir orientações específicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC), aprovadas por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Protocolo de Indicador do CMDE 2017-2021



Empresas G&T

Dimensão: **Econômico-Financeira**

Estratégia: **Disciplina Financeira**

Perspectiva: **Financeiro**

Nome	Margem percentual do EBITDA Ajustado	Sigla	Margem EBITDA Ajustado
Descrição	<i>Esse indicador tem a finalidade de quantificar a relação entre o EBITDA (Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações - LAJIDA) e a Receita Operacional Líquida (ROL) ajustados conforme descrição de seus componentes.</i>		
Unidade	Percentual (%)	Interpretação	Quanto maior, melhor
Fórmula de cálculo:		Descrição dos componentes:	
<u>EBITDA Ajustado</u> X 100 <u>ROL Ajustada</u> (Consolidado)	EBITDA Ajustado *(1) ROL Ajustada	= Lucro Líquido (-) Resultado Financeiro Impostos Depreciações Amortizações Provisões Despesas não Recorrentes *(2) Receitas não Recorrentes *(2)	 Sandro N. Damásio Gerente do Departamento de Desempenho, Gestão de Projetos e Sustentabilidade
		= RECEITA OPERACIONAL BRUTA A) RECEITA DE GERAÇÃO Comercialização Suprimento / Venda de Energia Repasse Itaipu Outras Receitas B) RECEITA DE TRANSMISSÃO Receita de operação e manutenção Atualização de Taxas de retorno – Transmissão Outras Receitas C) RECEITA DE DISTRIBUIÇÃO Fornecimento Receita de operação e manutenção Outras Receitas D) OUTRAS RECEITAS	(-) DEDUÇÕES A RECEITA OPERACIONAL Reserva Global de Reversão - RGR Conta de Consumo de Combustível - CCC Conta de Desenvolvimento Energético - CDE PROINFA Impostos e contribuições sobre a receita Demais Tributos P&D Outras Deduções Receitas não Recorrentes *(2) Receitas de Construção *(3)
Acompanhamento	Mensal	Meta CMDE	Anual
Área responsável	Diretoria Financeira e de Relações com Investidores		

Protocolo de Indicador do CMDE 2017-2021



Empresas G&T

Dimensão: **Econômico-Financeira**

Estratégia: **Disciplina Financeira**

Perspectiva: **Financeiro**

Nome	Margem percentual do EBITDA Ajustado	Sigla	Margem EBITDA Ajustado
Justificativa	A Margem EBITDA é um indicador de eficiência operacional, ou de produtividade, que representa a geração bruta da operação através da relação entre o EBITDA pela receita operacional líquida. As avaliações futuras dos indicadores de desempenho são baseadas nos resultados atuais da empresa, desta forma são levados em consideração apenas receitas ou custos que fazem parte das operações regulares da empresa, excluindo-se receitas ou custos não recorrentes ao processo como: itens pouco frequentes ou eventuais, itens extraordinários e perdas associadas a operações não regulares (não recorrentes).		

Comentário:

*(1) Para o cálculo do EBITDA Ajustado, as despesas e receitas deverão ser acompanhadas dos seus respectivos sinais.

*(2) As receitas e despesas não recorrentes serão avaliadas a cada ciclo.

*(3) As receitas de construção não são incluídas no cálculo da ROL Ajustada.

A consolidação deve seguir orientações específicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC), aprovadas por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Sandro N. Damásio
Gerente do Departamento de
Desempenho, Gestão de Projetos
e Sustentabilidade

Protocolo de Indicador do CMDE 2017-2021



Empresas G&T

Dimensão: **Operacional**

Estratégia: **Excelência Operacional**

Perspectiva: **Processos Internos**

Nome	Parcela Variável	Sigla	PV
Descrição	<i>Afere o percentual da Parcela Variável descontada dos ativos de transmissão em relação a Pagamento Base da FT.</i>		
Unidade	Percentual (%)	Interpretação	Quanto menor, melhor
Fórmula de cálculo:	Descrição dos componentes: PVI – Parcela Variável por Indisponibilidade PVRO - Parcela Variável por Restrição Operativa Parcela Atraso de Obra (Entrada em Operação) PB – Pagamento Base da FT $PV = PVI + PVRO + \text{Parcela}_{\text{Atraso de Obra}}$ $PV\% = \frac{PV}{PB}$		
Acompanhamento	Mensal *(1)	Meta CMDE	Anual
Área responsável	<i>Diretoria de Transmissão / Superintendência de Planejamento e Operação da Transmissão</i>		
Justificativa	<i>Indicador de desempenho das concessionárias de transmissão definido pela Resolução Normativa ANEEL nº 729, de 2016. *(2)</i>		

Comentário:

* (1) As informações deverão ser enviadas mensalmente com o desempenho do mês avaliado, acumulado do ano e acumulado no período de 12 meses (mês avaliado acrescido dos 11 meses anteriores) (LTM).

*(2) O indicador operacional não considera empreendimentos em Sociedades de Propósitos Específicos (SPEs).

Sandro N. Damásio
Gerente do Departamento de
Desempenho, Gestão de Projetos
e Sustentabilidade

Protocolo de Indicador do CMDE 2017-2021



Empresa G&T

Dimensão: **Econômico-Financeira**

Estratégia: **Disciplina Financeira**

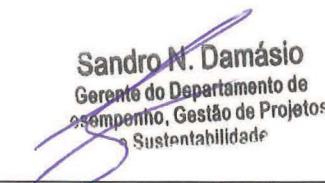
Perspectiva: **Financeira**

Nome	Percentual de Realização de Investimentos	Sigla	<i>Percentual de Investimento Realizado</i>
Descrição	<i>Esse indicador é uma avaliação da capacidade de realização do investimento aprovado.</i>		
Unidade	Percentual (%)	Interpretação	Quanto maior, melhor
Fórmula de cálculo:	Descrição dos componentes:		
$\frac{\text{Investimento Realizado}}{\text{Investimento Aprovado}} \times 100$	<i>Investimento Realizado</i>	(+) Investimentos Corporativos (+) Inversões Financeiras *(2)	
	<i>Investimento Aprovado</i> *(1)	(+) Investimento Corporativo (+) Inversões Financeiras	
Acompanhamento	Mensal	Meta CMDE	Anual
Área responsável	Diretoria Financeira e de Relações com Investidores		
Justificativa	A realização de investimento da empresa está associada ao cumprimento do planejamento do investimento que a empresa se propôs a cumprir durante o ano de acordo com suas estratégias registradas no PNG de cada empresa.		

Comentário:

*(1) O investimento aprovado pode ser atualizado. Neste caso, deverá ser considerado o último valor de investimento aprovado pela legislação específica.

*(2) Inversão Financeira considera somente aportes em SPEs.


Sandro N. Damásio
 Gerente do Departamento de
 Desenvolvimento, Gestão de Projetos
 e Sustentabilidade

Protocolo de Indicador do CMDE 2017-2021



Empresas G&T

Dimensão: **Gestão, Governança e Socioambiental**

Estratégia: **Governança e Conformidade**

Perspectiva: **Aprendizado e Crescimento**

Nome	Valor obtido na Pesquisa de Clima Organizacional - Satisfação dos Colaboradores	Sigla	ISC
Descrição	<i>Expressa o nível de satisfação dos colaboradores com relação aos aspectos do ambiente organizacional.</i>		
Unidade	Percentual (%)	Interpretação	Quanto maior, melhor
Fórmula de cálculo:	Descrição dos componentes:		
<i>Resultado da Pesquisa de Clima Organizacional.</i>			
Acompanhamento	Bianual	Meta CMDE	Bianual
Área responsável	<i>Diretoria Jurídica e de Gestão Corporativa / Superintendência de Gestão de Pessoas / Departamento de Carreira, Remuneração e Desenvolvimento de Pessoas - DJPD</i>		
Justificativa	<i>O índice de satisfação dos colaboradores (ou índice de favorabilidade) é medido por meio da aplicação de uma Pesquisa Unificada realizada periodicamente pela área de Recursos Humanos em todas as empresas Eletrobras, sendo uma forma de mensurar o nível de satisfação dos colaboradores com relação aos aspectos do ambiente organizacional. Tem como resultado um plano de melhorias.</i>		
Comentário:			

*Sandro N. Damásio
Gerente do Departamento de
Desempenho, Gestão de Projetos
e Sustentabilidade*

ANEXO II

Oficio Circular n° 95/2017-MP



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais

Esplanada dos Ministérios, Bloco K, 8º andar – 70.040-906 – Brasília/DF

Fone: (61) 2020-4142

Ofício Circular nº 95/2017-MP

Brasília/DF, 10 de março de 2017.

Aos Senhores Presidentes das Empresas Estatais Federais

Assunto: Estatutos sociais - Calendário de adaptação

Senhor(a) Presidente,

1. De modo a otimizar a implementação da Lei 13.303, de 2016, bem como do Decreto 8.495, de 2016, em todas as Empresas Estatais Federais, esta Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SEST/MP), firme disposto no art. 40, inciso III e VIII, do Decreto 8.818, de 21 de julho de 2016, vem informar que foi aprovada na última reunião do Grupo Executivo da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - GE/CGPAR, realizada no dia 23 de fevereiro de 2017, minuta de Resolução CGPAR que estabelece calendário da adaptação dos estatutos sociais das empresas.

2. A referida minuta encontra-se em análise para assinatura dos Ministros de Estado que compõem a CGPAR, nos termos do artigo 2º do Decreto 6.021/2007.

3. Segundo a referida minuta, as adaptações que necessitam de alterações estatutárias deverão seguir calendário e diretrizes definidos pela Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações da União - CGPAR, conforme determina o art. 64 do Decreto nº 8.945, de 2016.

4. Trata-se de medida que, além de racionalizar o trabalho dos órgãos encarregados de se manifestar a respeito das alterações pretendidas, garante que o prazo (2 anos) de adequação definido no art. 91 da Lei nº 13.303, de 2016, seja devidamente cumprido.

5. Nesse sentido, ficou aprovado pelo Grupo Executivo da CGPAR que as empresas estatais federais deverão convocar Assembleia Geral para adaptação dos seus estatutos sociais à Lei 13.303/16 e ao Decreto 8.945/2016 de acordo com o seguinte calendário:

Grupo Banco do Brasil: até julho de 2017;

Grupo Petrobras: até setembro de 2017;
Grupo Eletrobras: até novembro de 2017;
Empresas dependentes: até dezembro de 2017;
Demais estatais: até fevereiro de 2018.

6. Sem prejuízo da regra geral disposta no item 2, as empresas estatais deverão observar o calendário abaixo, definido para dispositivos estatutários específicos:

6.1 nas **empresas não dependentes e de maior porte** (com receita operacional bruta igual ou superior a R\$ 90 milhões), a instituição de **Comitê de Auditoria deverá ser pautada até fevereiro de 2018**;

6.2 nas **empresas dependentes ou de menor porte** (com receita operacional bruta inferior a R\$ 90 milhões), a instituição de **Comitê de Auditoria poderá ser pautada até 30 de junho de 2018**;

6.3 nas **empresas de maior porte** (com receita operacional bruta igual ou superior a R\$ 90 milhões), o **número mínimo de 7 (sete) membros do Conselho de Administração deverá ser atendido até 30 de junho de 2018**;

6.4 nas **empresas de menor porte** (com receita operacional bruta inferior a R\$ 90 milhões) o **número mínimo de 3 (três) membros do Conselho de Administração deverá ser atendido até 30 de junho de 2018**;

6.5 as atribuições do Conselho de Administração, previstas no **art. 142, II da Lei 6.404, de 1976**, deverão ser introduzidas **após as Assembleias Gerais Ordinárias de 2018**;

6.6 as atribuições da Assembleia Geral, previstas no **art. 122, II da Lei 6.404, de 1976**, deverão ser pautadas **após as Assembleias Gerais Ordinárias de 2018**; e

6.7 a **auditoria trimestral das demonstrações financeiras** poderá ser implementada **até 30 de junho de 2018**.

7. Ademais, cabem algumas observações.

8. Os documentos relativos à proposta de alteração estatutária deverão ser colocados à disposição dos acionistas com antecedência mínima de 30 dias.

9. A proposta que deliberar sobre qualquer alteração estatutária deverá considerar, preferencialmente, a sugestão de texto contida em estatuto padrão disponibilizado no sítio eletrônico do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

10. As alterações estatutárias das subsidiárias deverão seguir, preferencialmente, o texto proposto para a empresa pública ou sociedade de economia mista controladora.

11. Por fim, as empresas estatais federais deverão convocar Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada concomitante à Assembleia Geral Ordinária de 2017, para:

11.1 definir competência da Assembleia Geral para as empresas estatais federais elencadas no art. 72 do Decreto 8.945/2016, **ressalvado o previsto no art. 122, inciso II da Lei 6.404, de 1976**;

11.2 definir competência do Conselho de Administração, **ressalvado o previsto no art. 142, inciso II da Lei 6.404, de 1976**;

11.3 definir prazo de gestão unificado de **02 (dois) anos para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva**, sendo permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas; e

11.4 definir o prazo de atuação dos membros do Conselho Fiscal, que deverá ser de 02 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo, duas reconduções consecutivas.

Atenciosamente,

FERNANDO ANTÔNIO RIBEIRO SOARES

Secretário de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO ANTONIO RIBEIRO SOARES, Secretário**, em 10/03/2017, às 19:53.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [<https://seimp.planejamento.gov.br/conferir>], informando o código verificador 3368654 e o código CRC E3164467.

3368654

De ordem do DP. peço:			
Destino	Desp.	Rúbr.	Data
SAUO	O	654	10/03/17
AC (ACOMPANHAR) A (ARQUIVAR) C (CONHECER) D (DEVOLVER) EX (EXAMINAR) P (PROVIDENCIAR) I (INFORMAR) O (OPINAR) R (RESPONDER) V (VERIFICAR)			

A SG(c/p)
PN / DE / DO / PA / C
S.P. P (AC)

20/03/17

Simone Alfonso Viggiani Cotrim
por delegação do
chefe do Gabinete

DN 31/03/2017
Localizador: 240

PASTA N°			
DESPACHO	DESP.	RUBRICA	DATA
FCP	FF	31/03	
AC - (Acompanhar) EX - (Examinar) A - (Arquivar) I - (Informar) C - (Conhecer) O - (Opinar) D - (Devolver) P - (Providenciar) E - (Estudar) R - (Responder) V - Verificar			

Encaminhar cópia para
a AERN, SPN, SN.N
e CE.N.

Copiado: p/GP

ANEXO III

Regimento Interno AD

MANUAL DE ORGANIZAÇÃO

1. DOCUMENTOS DE ORGANIZAÇÃO

1.5. Regimento Interno da Auditoria Interna

Auditoria - AD

Dt Vigência:
04/07/2013
Rev.: 01.02
Dt Revisão:
01/09/2016

X CAPÍTULO I - DA FINALIDADE

Art. 1º Este Regulamento tem por finalidade estabelecer as competências, organização e diretrizes da Auditoria Interna de FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A (Furnas), visando o desenvolvimento de suas atividades de acordo com a legislação vigente e em cumprimento à Resolução CGPAR nº 2 e 3, de 31 de dezembro de 2010.

CAPÍTULO II - DAS COMPETÊNCIAS DA AUDITORIA INTERNA

Art. 2º A Auditoria Interna, vinculada ao Conselho de Administração, em conformidade com o disposto no Decreto nº 3591/2000, artigo 15, parágrafo 3º , com redação dada pelo Decreto nº 4.304/2002, sujeita-se à orientação normativa e à supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, tendo por finalidade básica assegurar a legalidade e a legitimidade dos atos e fatos administrativos, bem como avaliar a eficácia da gestão, do controle e das práticas administrativas, orientando-se por uma filosofia de atuar preventivamente no sentido de adicionar valor à Companhia, fortalecendo seus controles e suas operações.

Art. 3º Compete à Auditoria Interna:

- I - estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, observada a legislação pertinente;
- II - atuar, independentemente de provação, sobre as atividades operacionais, administrativas e econômico-financeiras da Companhia, acompanhando e avaliando a conformidade da execução e do cumprimento das metas estabelecidas em seus projetos e ações e zelando pelo cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas, quanto à economicidade, eficiência, eficácia, legalidade e legitimidade dos atos;
- III - avaliar o desempenho dos processos organizacionais, estimulando o aperfeiçoamento contínuo das práticas gerenciais, incentivando a eficiência no uso dos recursos e o adequado gerenciamento dos processos;
- IV - promover a realização de trabalhos de auditoria interna, visando avaliar a regularidade da gestão, a eficácia e a eficiência dos serviços, recomendando providências necessárias ao aprimoramento dos processos;
- V - avaliar a efetividade das auditorias realizadas, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis;
- VI - recomendar à Diretoria da Companhia a correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;
- VII - avaliar o cumprimento, pelas áreas, das recomendações ou determinações feitas pela auditoria interna, pelos órgãos de controle interno e externo ou por outro órgão competente;
- VIII - participar das reuniões do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, quando convocada, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências;
- IX - comunicar ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Conselho de Administração, na forma e nos prazos estabelecidos pelas normas específicas, a existência ou evidência de fraudes, falhas ou erros que coloquem em risco a continuidade da Companhia ou a fidedignidade de suas demonstrações contábeis;
- X - acompanhar e apoiar os órgãos de controle interno e externo em sua missão institucional;
- XI - examinar e emitir parecer sobre a prestação de contas anual da Companhia e sobre as tomadas de contas especiais que vierem a ser instauradas;
- XII - submeter à análise do órgão ou à unidade de controle interno a que estiver jurisdicionada, para efeito de integração das ações de controle, no prazo e na forma estabelecidos, sua proposta de Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna para o exercício seguinte;
- XIII - submeter ao exame do Conselho Fiscal a proposta de Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna do exercício seguinte;
- XIV - submeter à aprovação do Conselho de Administração, a proposta de Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna do exercício seguinte, bem como o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna, na forma da alínea b do

Art. 1º da Resolução CGPAR nº 3, de 31 de dezembro de 2010;

XV - encaminhar, após aprovação do Conselho de Administração, o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna do exercício seguinte ao órgão ou à unidade de controle interno a que estiver jurisdicionada, no prazo e na forma estabelecidos, bem como ao Conselho Fiscal da Companhia;

XVI - encaminhar, após aprovação do Conselho de Administração o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna do exercício anterior ao órgão ou à unidade de controle interno a que estiver jurisdicionada, no prazo e na forma estabelecidos, bem como ao Conselho Fiscal da Companhia;

XVII - encaminhar os relatórios de auditoria emitidos, consubstanciando o resultado dos trabalhos realizados, ao Diretor da área auditada, ao Diretor Presidente, bem como ao órgão ou à unidade de controle interno a que estiver jurisdicionada e no prazo estabelecido em normativo.

Art. 4º A Auditoria Interna se restringirá à execução de suas atividades típicas, evitando o desvio de funções e preservando sua isenção e imparcialidade.

Parágrafo único. Os órgãos de direção da Empresa poderão fazer uso da Auditoria Interna no assessoramento relativo às decisões importantes da Companhia, quando for o caso.

CAPÍTULO III - DA ORGANIZAÇÃO

Art. 5º A Auditoria Interna está estruturada em uma unidade: Superintendência de Auditoria Interna - AD. Constituída por um Coordenador de Programação de Auditoria; um Coordenador Operacional de Auditoria; por um corpo técnico capaz de atender suas finalidades, e provida de recursos materiais. Tem por objetivo fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle.

§1º A designação ou exoneração do titular da Auditoria Interna será proposta pelo Diretor-Presidente e submetida à aprovação do Conselho de Administração e, após, à aprovação da Controladoria-Geral da União.

§ 2º Será exigido como requisito básico para nomeação ao cargo de titular da Auditoria Interna a conclusão de curso de nível superior, além de comprovada experiência e competência para o seu exercício.

Art. 6º O titular da Auditoria Interna será substituído, em suas faltas e impedimentos legais e eventuais, por empregado devidamente habilitado e lotado na própria Auditoria Interna.

CAPÍTULO IV - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 7º Os trabalhos de auditoria serão realizados com adequado planejamento e programa de trabalho específico estabelecendo os objetivos dos exames, identificação do universo a ser examinado, estabelecimento das técnicas apropriadas, e os resultados serão consubstanciados em atas e relatórios de auditoria a serem encaminhados ao Diretor Presidente, Diretorias e gestores das áreas responsáveis da Empresa para implementação das recomendações apresentadas.

Art. 8º Os auditores deverão, na fase de encerramento dos trabalhos de campo, apresentar ao gestor da área auditada todas as constatações consignadas em Ata, propiciando ao gestor condições de apresentar esclarecimentos adicionais ou justificativas a respeito dos atos e fatos administrativos sob sua responsabilidade.

Art. 9º Caso a Auditoria Interna, no decorrer da realização de qualquer trabalho, necessite da ajuda de especialista, em razão dos seus membros não possuírem capacitação para realização das revisões de assuntos técnicos ou de caráter singular poderá ser requerida a ajuda de outros empregados da Companhia.

Art. 10º Os membros da Auditoria Interna, no exercício de suas competências, terão livre acesso a todas as dependências da Companhia, assim como a documentos, valores e livros considerados indispensáveis ao cumprimento de suas atribuições, não lhes podendo ser sonegado, sob qualquer pretexto, nenhum processo, documento ou informação, devendo as informações e documentos de que tiver conhecimento serem tratados de forma confidencial e serem utilizadas tão somente para consubstanciar o resultado do trabalho que realiza.

Art. 11º Os membros da Auditoria Interna além de portar-se nas regras estabelecidas pela Companhia para os demais empregados devem adotar comportamento ético, cautela e zelo profissional no exercício de suas atividades, manter atitude de independência que permita a imparcialidade de seu julgamento, bem como ter o comprometimento técnico-profissional e estratégico necessário à capacitação permanente, à utilização de tecnologias atualizadas e ao cumprimento das suas competências.

Art. 12º O corpo técnico da Auditoria Interna deve ser submetido a programa de capacitação contínua que abranja treinamentos voltados não só à realização de trabalhos de auditoria, mas também ao desenvolvimento do conhecimento dos negócios da Companhia.

ANEXO IV

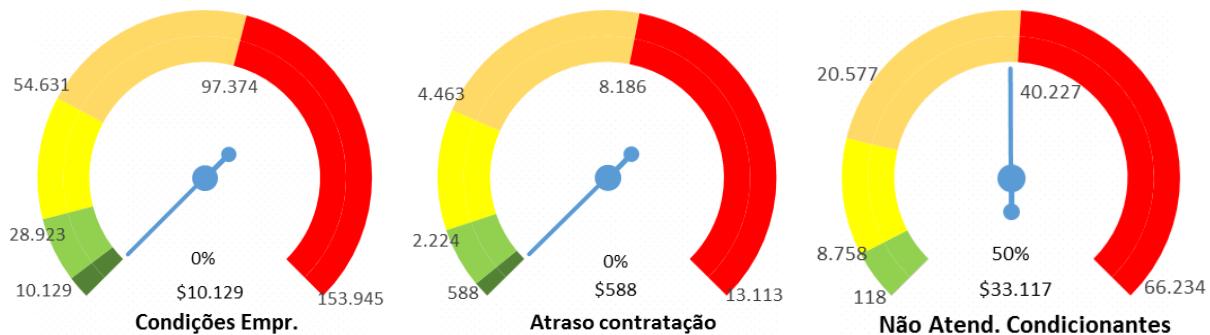
Avaliações dos eventos de riscos priorizados

Captação de Recursos - GCR.F - Leonardo de Souza Pereira

Neste Evento de Risco foram apurados pela área os seguintes fatores e respectivos acrônimos:

- ✓ Condições de mercado desfavoráveis para contratação de empréstimos e financiamentos – **Condições Empr.**
- ✓ Atraso na contratação da operação – **Atraso Contratação**
- ✓ Não atendimento às condicionantes contratuais – **Não Atend. Condicionantes**

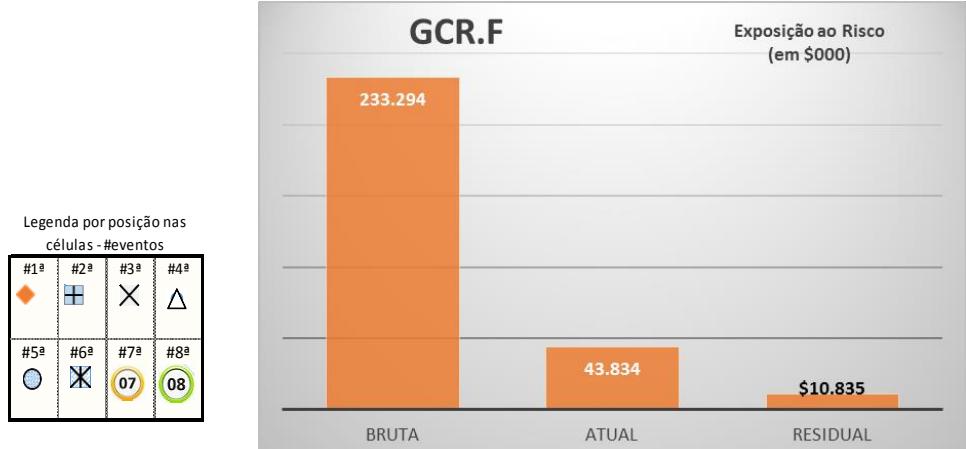
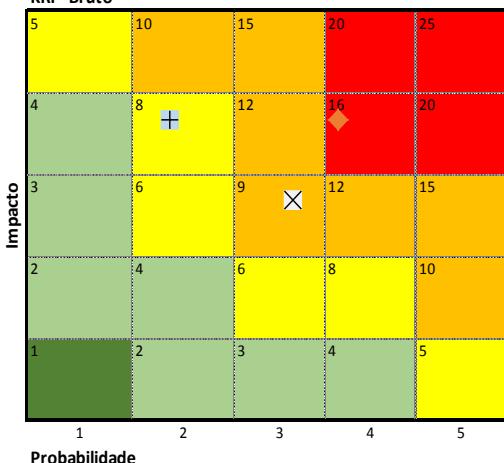
Gráfico de Cada Fator de Risco com sua Exposição em R\$1000 e sua Vulnerabilidade



Mapa Térmico com os fatores de Risco e a Exposição Total (em R\$1000) do Risk Owner

Categoria: Financeiro - F

KRI - Bruto



Indicador de Mitigação do Risk Owner



Plano de Ação:

- 1. Condições de mercado desfavoráveis para contratação de empréstimos e financiamentos - Condições Empr.:**

Sem plano de ação, pois a vulnerabilidade já está mínima.

- 2. Atraso na contratação da operação - Atraso contratação:**

Procedimento já em vigor.

- 3. Não atendimento às condicionantes contratuais - Não atend. Condicionantes:**

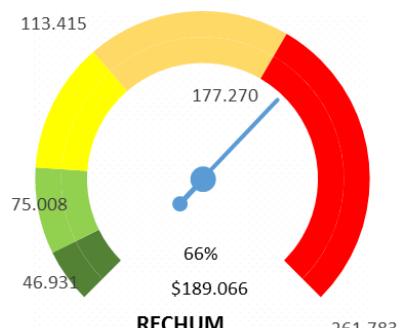
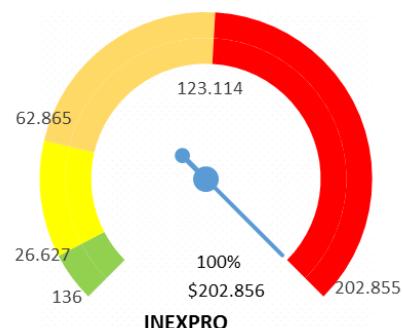
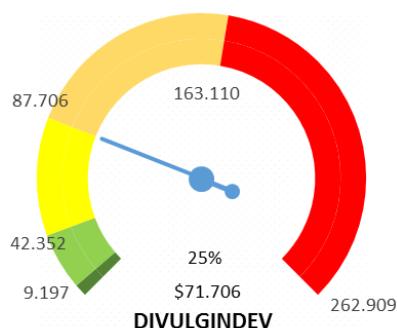
1- Elaboração e acompanhamento de planilha de controle das informações.

Comunicação de Crises – GCA.P – Julio Morgado

Neste Evento de Risco foram apurados pela área os seguintes fatores e respectivos acrônimos:

- ✓ Divulgação indevida ou não divulgação de informações nos casos de contingência, acidentes e/ou outros eventos imprevistos – **Divulgindev**
- ✓ Inexistência de processos formais para tratar da comunicação de crise – **Inexpro**
- ✓ Falta de recursos (humanos, orçamentários, sistemas e tecnologia) voltados exclusivamente para a comunicação de crises – **Rechum**

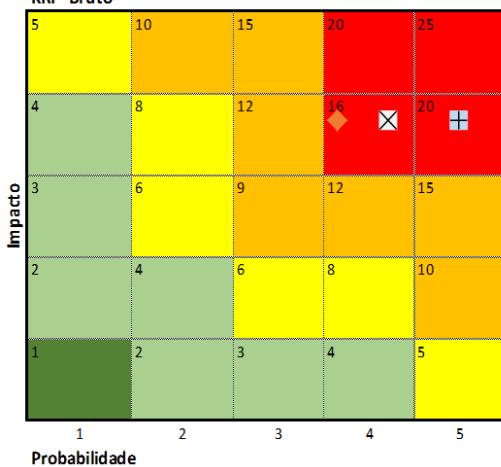
Gráfico de Cada Fator de Risco com sua Exposição em R\$1000 e sua Vulnerabilidade



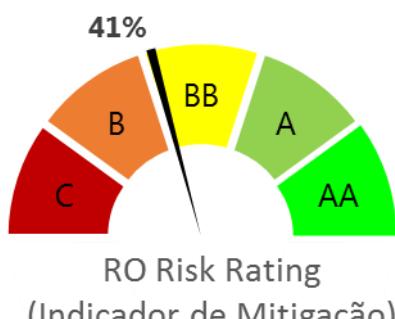
Mapa Térmico com os fatores de Risco e a Exposição Total (em R\$1000) do Risk Owner

Categoria: Estratégico - E

KRI - Bruto



Indicador de Mitigação do Risk Owner



Plano de Ação:

- ✓ **Divulgação indevida ou não divulgação de informações nos casos de contingência, acidentes e/ou outros eventos imprevistos – Divulgindev**

- 1- Criação e execução de um plano de comunicação para a divulgação de condutas e práticas de comunicação em eventos de crise;
- 2- Lançamento de processo licitatório para empresa de Assessoria de Comunicação Externa visando a capacitação dos responsáveis pelo reporte;
- 3- Manutenção de banco de imagens corporativo;
- 4- Treinamento para a equipe de Comunicação (GCA.P) sobre gerenciamento de crises.

- ✓ **Inexistência de processos formais para tratar da comunicação de crise – Inexpro**

- 1- Treinamento para a equipe de Comunicação sobre gerenciamento de crises;
- 2- Lançamento de processo licitatório para contratação de Consultoria de Comunicação de Crises;
- 3- Criação de sistema informático integrado para a gestão da comunicação de crise.

- ✓ **Falta de recursos (humanos, orçamentários, sistemas e tecnologia) voltados exclusivamente para a comunicação de crises – Rechum**

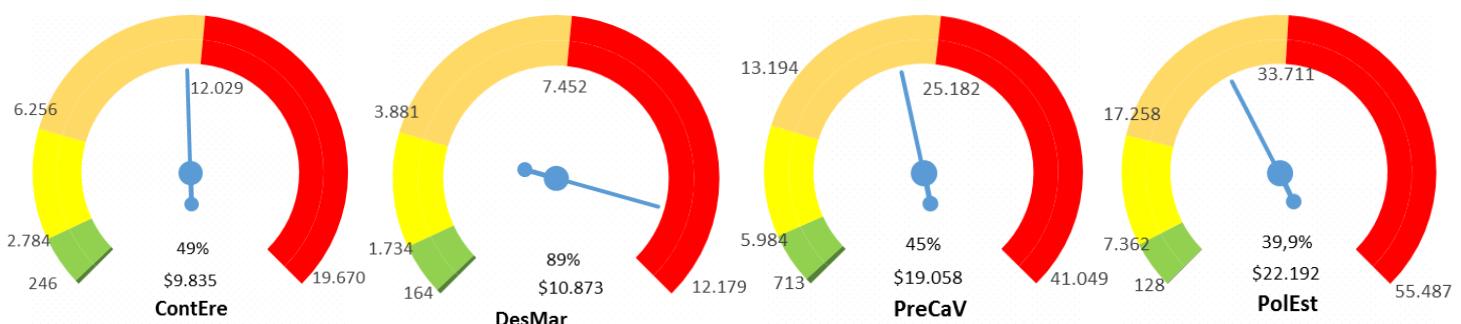
- 1- Treinamento para a equipe de Comunicação sobre gerenciamento de crises;
- 2- Apresentação de relatórios para Diretoria Executiva com as ações de Comunicação realizadas e indicadores alcançados.

Estudos e Integração Ambiental e Fundiário (Controles Ambientais) – GEF.E – André Carlos Prates Cimbleris

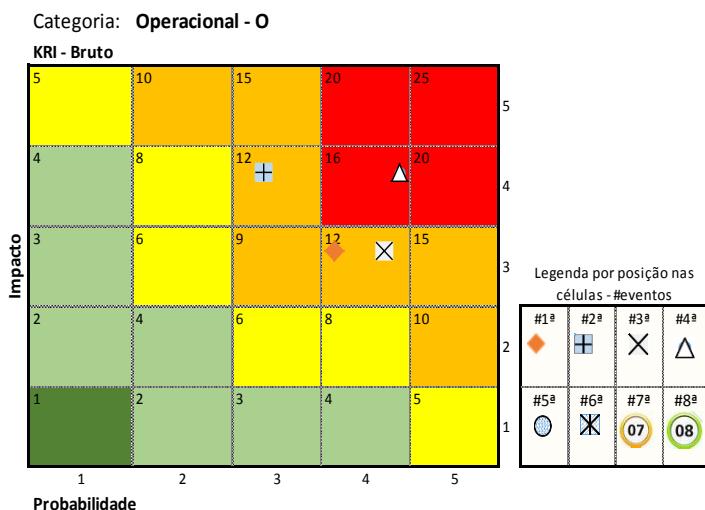
Neste Evento de Risco foram apurados pela área os seguintes fatores e respectivos acrônimos:

- ✓ Controles Inadequados ou Insuficientes Referentes a Efluentes, Resíduos e Emissões Atmosféricas – **ContEre**
- ✓ Descumprimento dos marcos regulatórios vigentes – **DesMar**
- ✓ Baixa preocupação com a atuação da cadeia de valor nas ações de controle ambiental – **PreCaV**
- ✓ Políticas e ações de controle ambiental desalinhadas à estratégia da empresa – **PolEst**

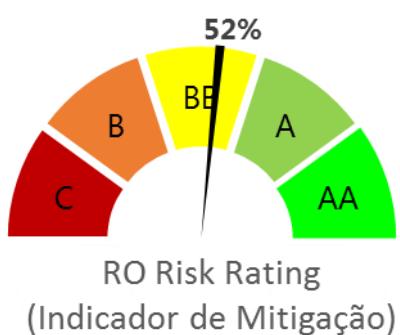
Gráfico de Cada Fator de Risco com sua Exposição em R\$1000 e sua Vulnerabilidade



Mapa Térmico com os fatores de Risco e a Exposição Total (em R\$1000) do Risk Owner



Indicador de Mitigação do Risk Owner



Plano de Ação:

- ✓ **Controles Inadequados ou Insuficientes Referentes a Efluentes, Resíduos e Emissões Atmosféricas - ContEre:**

- 1- Revisar e divulgar a IN conforme diretrizes da AOP.A;
- 2- Implantar Planos/Procedimentos em todas as unidades e revisar conforme necessidade;
- 3- Manter atualizado os indicadores de desempenho ambiental;
- 4- Capacitar colaboradores dos órgãos geradores (e apoiadores);
- 5- Fomentar auditorias sistemáticas.

- ✓ **Descumprimento dos marcos regulatórios vigentes - DesMar:**

- 1- Contratar sistema computacional para acompanhamento da legislação ambiental aplicável aos empreendimentos de FURNAS;
- 2- Garantir que os funcionários envolvidos em atividades de acompanhamento de marcos regulatórios participem, no mínimo uma vez ao ano, de fóruns, workshops, treinamentos e outros, visando sua atualização sobre os aspectos legais que possam interferir nas atividades de FURNAS;
- 3- Promover reunião com a participação das áreas jurídica, ambiental, operacional, etc., visando definir fluxo de atividades / matriz de responsabilidades.

- ✓ **Baixa preocupação com a atuação da cadeia de valor nas ações de controle ambiental – PreCav:**

- 1- Internalizar processos de contratação sustentável;
- 2- Atualizar periodicamente a documentação que rege a relação com fornecedores;
- 3- Estabelecer sistemática de inspeções e fiscalizações;
- 4- Treinar periodicamente os colaboradores, especialmente os requisitantes e fiscais de contrato.

- ✓ **Políticas e ações de controle ambiental desalinhadas à estratégia da empresa – PolEst:**

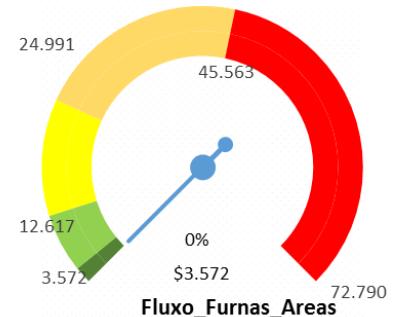
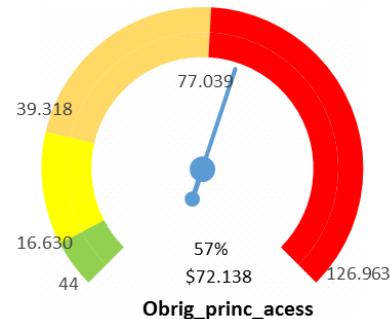
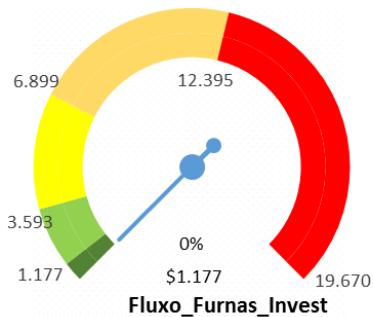
- 1- Garantir a regularidade das reuniões dos Comitês Corporativos;
- 2- Definir e monitorar indicadores-chave relativos aos controles ambientais;
- 3- Divulgar para todos os colaboradores da Empresa os objetivos estratégicos e projetos associados ao alcance desses objetivos.

Demonstrações Contábeis e Financeiras – SC.F - Fernando Sérgio Lopes Rosa

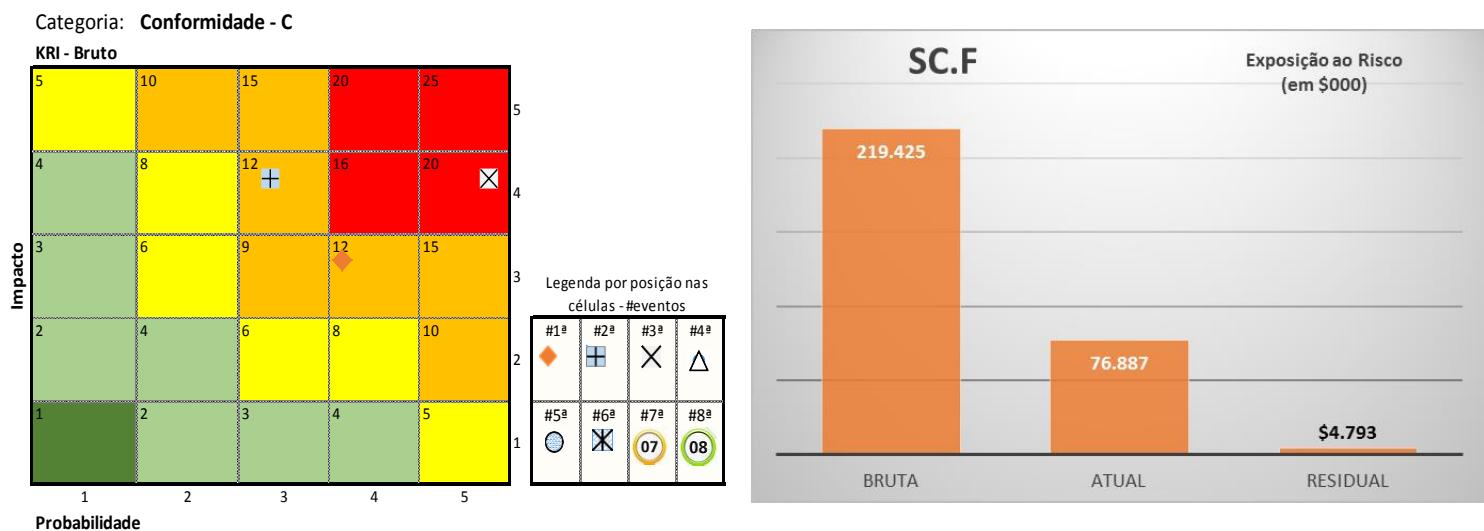
Neste Evento de Risco foram apurados pela área os seguintes fatores e respectivos acrônimos:

- ✓ Fluxo inadequado de informações entre Furnas e suas investidas - **Fluxo_Furnas_Invest**
- ✓ Não cumprimento de obrigações tributárias principal e acessória - **Obrig_princ_acess**
- ✓ Fluxo inadequado de informações entre as áreas da Empresa - **Fluxo_Furnas_Areas**

Gráfico de Cada Fator de Risco com sua Exposição em R\$1000 e sua Vulnerabilidade



Mapa Térmico com os fatores de Risco e a Exposição Total (em R\$1000) do Risk Owner



Indicador de Mitigação do Risk Owner



Plano de Ação:

✓ **Fluxo inadequado de informações entre Furnas e suas investidas - Fluxo_Furnas_Invest**

- 1- Aumentar a conscientização dos responsáveis pelas empresas investidas, enviando os e-mails frequentes de divulgação e de cobrança do cronograma;
- 2- Sugerir à área de Novos Negócios a inclusão nos contratos firmados por Furnas da obrigatoriedade das investidas adotarem as práticas contábeis do sistema Eletrobras.

✓ **Não cumprimento de obrigações tributárias principal e acessória - Obrig_princ_acess**

- 1- Aquisição de solução fiscal para gerenciamento do recebimento físico fiscal e apuração dos tributos;
- 2- Treinamentos periódicos para atualização da equipe GTF.F;
- 3- Treinamento periódicos para as Áreas que tenham interface com a GTF.F.

✓ **Fluxo inadequado de informações entre as áreas da Empresa - Fluxo_Furnas_Areas**

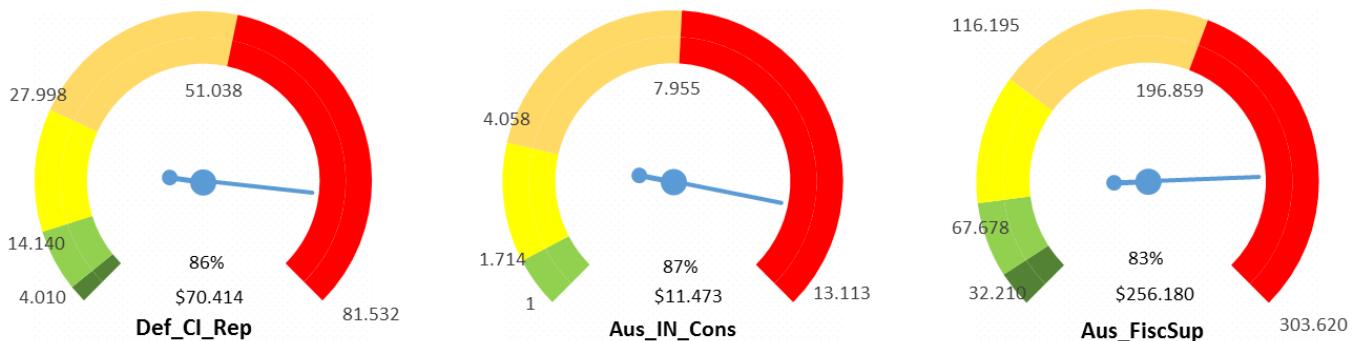
- 1- Aumentar a conscientização dos responsáveis pelas áreas envolvidas, enviando os e-mails frequentes de divulgação e de cobrança do cronograma, bem como informando em reuniões realizadas com as Superintendências e Gerências.

Fundos de Pensão – GBE.A – Renato da Mota Oliveira

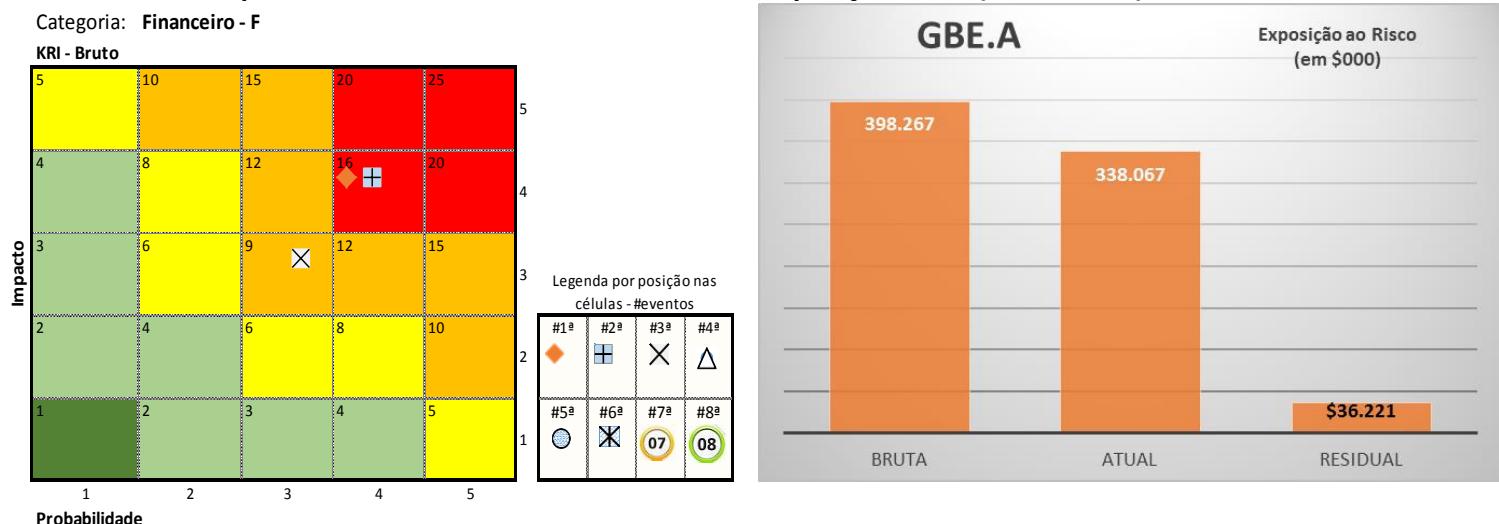
Neste Evento de Risco foram apurados pela área os seguintes fatores e respectivos acrônimos:

- ✓ Deficiência dos controles internos sobre os repasses das contribuições de Furnas e participantes FRG – **Def_CI_Rep**
- ✓ Ausência de Instrução Normativa para indicação dos representantes de Furnas nos Conselhos da FRG – **Aus_IN_Cons**
- ✓ Ausência de ações de Fiscalização e Supervisão de Furnas sobre a FRG – **Aus_FiscSup**

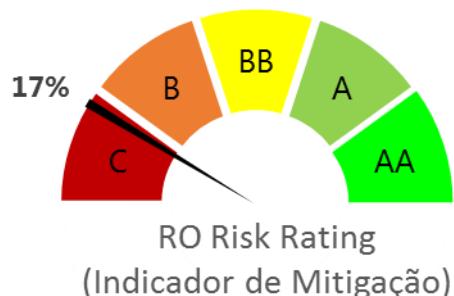
Gráfico de Cada Fator de Risco com sua Exposição em R\$1000 e sua Vulnerabilidade



Mapa Térmico com os fatores de Risco e a Exposição Total (em R\$1000) do Risk Owner



Indicador de Mitigação do Risk Owner



Plano de Ação:

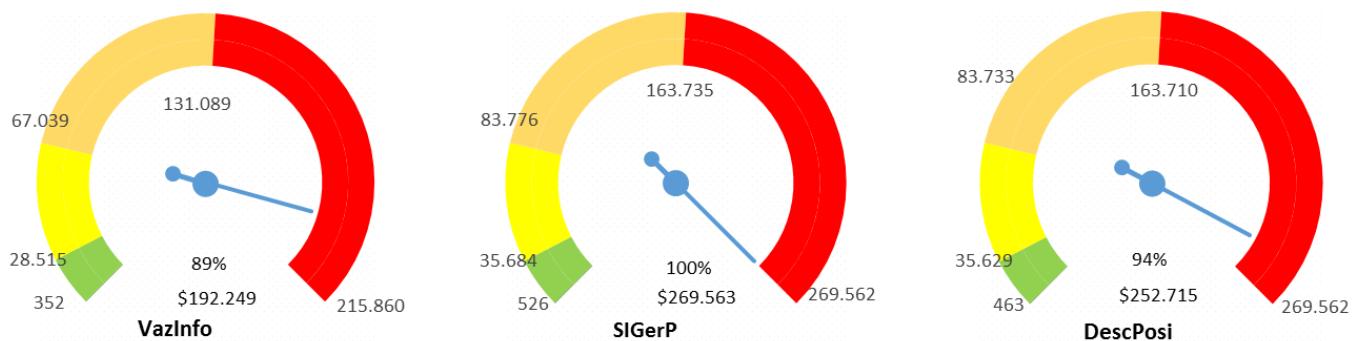
- ✓ **Deficiência dos controles internos sobre os repasses das contribuições de Furnas e participantes FRG – Def_CI_Rep**
 - 1- Elaboração da Instrução Normativa que defina rito formal de fiscalização e supervisão das atividades relacionadas à FRG;
 - 2- Propor e incentivar boas práticas corporativas que permitam maior participação de Furnas nas deliberações dos órgãos gestores da FRG;
 - 3- Desenvolver ações de fiscalização e supervisão junto à EFPC pautando-se em planejamento prévio, elaborado a partir da avaliação de riscos;
 - 4- Realizar estudos e submeter os mesmos aos órgãos externos competentes, relativos aos pleitos que envolvam os planos de benefícios administrados pela FRG.
- ✓ **Ausência de Instrução Normativa para indicação dos representantes de Furnas nos Conselhos da FRG – Aus_IN_Cons**
 - 1- Elaboração da Instrução Normativa pelas áreas afins.
- ✓ **Ausência de ações de Fiscalização e Supervisão de Furnas sobre a FRG – Aus_FiscSup**
 - 1- Elaborar Instrução Normativa de fiscalização e supervisão das atividades relacionadas à FRG;
 - 2- Acompanhamento das boas práticas corporativas que permita maior participação de Furnas nas deliberações e fiscalizações dos órgãos gestores da FRG;
 - 3- Desenvolver ações de fiscalização e supervisão junto à EFPC pautando-se em planejamento prévio, elaborado a partir da avaliação de riscos.

Gestão da Informação – GSI.P - Luis Pinheiro Castello Branco

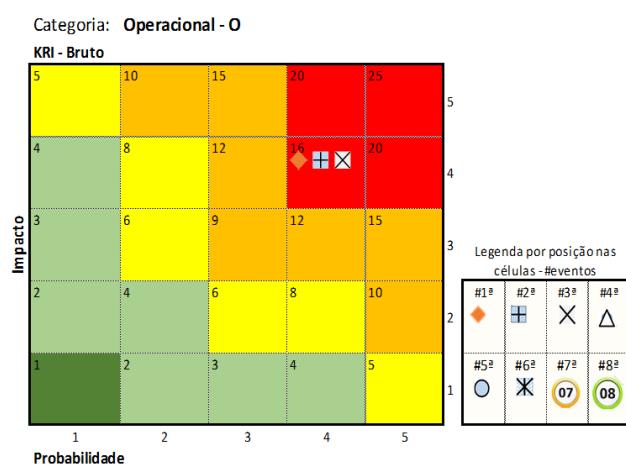
Neste Evento de Risco foram apurados pela área os seguintes fatores e respectivos acrônimos:

- ✓ Vazamento de Informações Sigilosas da Empresa – **VazInfo**
- ✓ Não inclusão de segurança da informação como requisito obrigatório no gerenciamento de projetos – **SIGerP**
- ✓ Desconhecimento das políticas e procedimentos de Segurança da Informação – **DescPosi**

Gráfico de Cada Fator de Risco com sua Exposição em R\$1000 e sua Vulnerabilidade



Mapa Térmico com os fatores de Risco e a Exposição Total (em R\$1000) do Risk Owner



Indicador de Mitigação do Risk Owner



Plano de Ação:

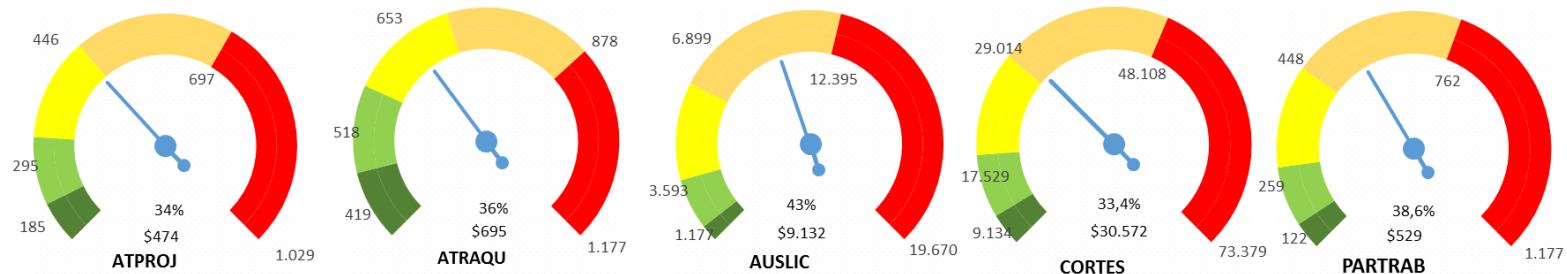
- ✓ **Vazamento de Informações Sigilosas da Empresa – VazInfo**
 - 1- Revisão da IN de classificação da informação;
 - 2- Implementação de classificador de informação;
 - 3- Implantação de ferramenta DLP.
- ✓ **Não inclusão de segurança da informação como requisito obrigatório no gerenciamento de projetos – SIGerP**
 - 1- Realização de ações de conscientização específicas com gerentes e gestores de projetos.
- ✓ **Desconhecimento das políticas e procedimentos de Segurança da Informação – DescPosi**
 - 1- Campanhas de conscientização e divulgações das boas práticas de Segurança da Informação através dos veículos de comunicação da empresa.

Gestão de Obras – Geração – EG.E - Rodrigo Junqueira Calixto

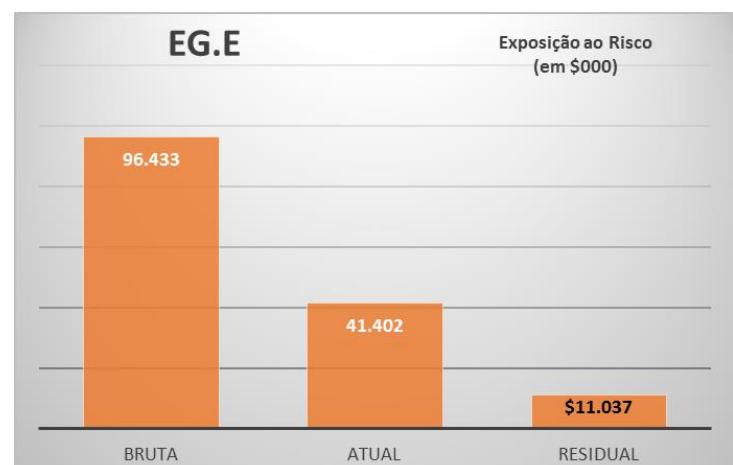
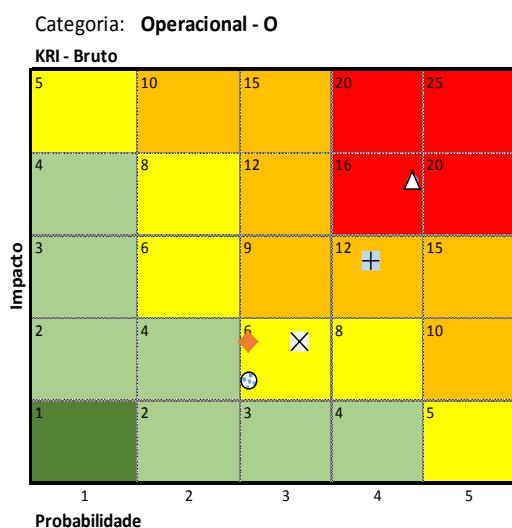
Neste Evento de Risco foram apurados pela área os seguintes fatores e respectivos acrônimos:

- ✓ Atrasos na conclusão dos projetos básico e executivo - **ATPROJ**
- ✓ Atraso no processo de aquisição de materiais e equipamentos (lei 8.666) – **ATRAQU**
- ✓ Ausência de licenças necessárias para a execução do projeto – **AUSLIC**
- ✓ Corte Orçamentário definido pela ELB e MME – **CORTES**
- ✓ Paralisações Trabalhistas – **PARTRAB**

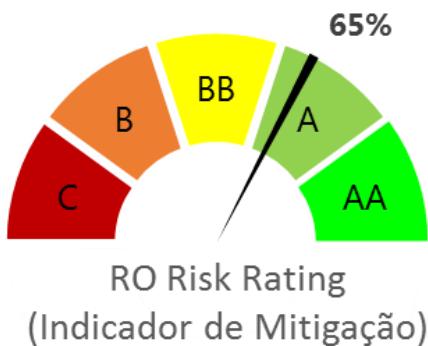
Gráfico de Cada Fator de Risco com sua Exposição em R\$1000 e sua Vulnerabilidade



Mapa Térmico com os fatores de Risco e a Exposição Total (em R\$1000) do Risk Owner



Indicador de Mitigação do Risk Owner



Plano de Ação:

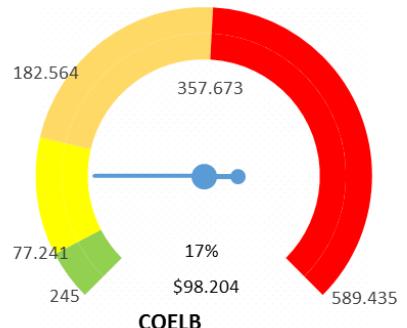
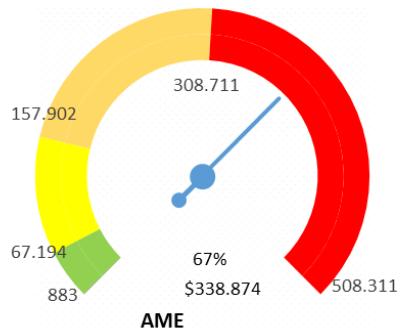
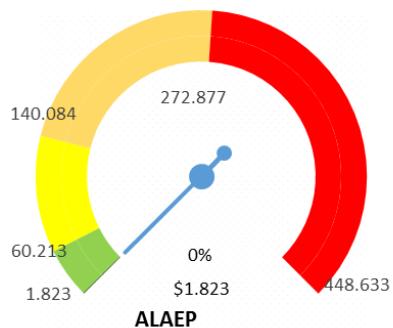
- ✓ **Atrasos na conclusão dos projetos básico e executivo – ATPROJ**
 - 1- Aprimoramento e atualização das rotinas a fim de mitigar atraso na conclusão dos projetos;
 - 2- Aprimoramento do GED e da tramitação de documentos;
 - 3- Revisar as Especificações Padrão de FURNAS;
 - 4- Exigir a contratação e/ou qualificação de Integrador de projetos.
- ✓ **Atraso no processo de aquisição de materiais e equipamentos (lei 8.666) – ATRAQU**
 - 1- Promover o aprimoramento dos procedimentos técnicos dos Editais;
 - 2- Criação de Grupo de Trabalho para identificar quais tipos de Editais não estão padronizados e implementá-los;
 - 3- Revisar os procedimentos administrativos das licitações.
- ✓ **Ausência de licenças necessárias para a execução do projeto – AUSLIC**
 - 1- Interação mais direta com as áreas para agilizar a emissão das licenças;
 - 2- Desenvolvimento de software para gerenciamento de licenças e condicionantes ambientais.
- ✓ **Corte Orçamentário definido pela ELB e MME – CORTES**
 - 1- Realizar gestões junto ao comitê de orçamento de modo a preservar os projetos em execução.
- ✓ **Paralisações Trabalhistas - PARTRAB**
 - 1- Acompanhar negociações do ACT visando liberação de áreas impedidas.

Gestão de Obras – Transmissão – ET.E - Leandro Jose B. Rangel

Neste Evento de Risco foram apurados pela área os seguintes fatores e respectivos acrônimos:

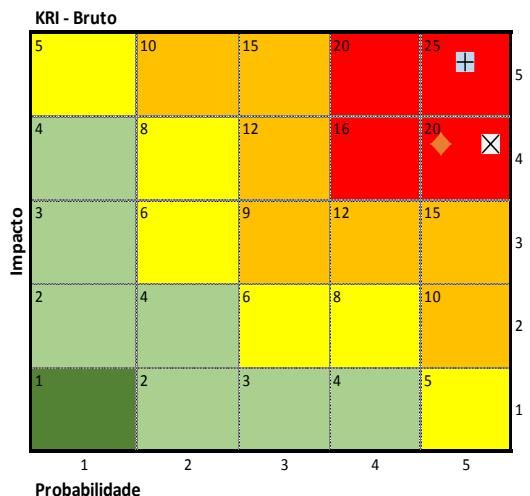
- ✓ Ausência de licenças ambientais necessárias para a execução dos projetos – **ALAEP**
- ✓ Atraso no processo de aquisição de materiais e equipamentos (lei 8.666) – **AME**
- ✓ Corte Orçamentário definido pela ELB e MME – **COELB**

Gráfico de Cada Fator de Risco com sua Exposição em R\$1000 e sua Vulnerabilidade



Mapa Térmico com os fatores de Risco e a Exposição Total (em R\$1000) do Risk Owner

Categoria: Operacional - O



Indicador de Mitigação do Risk Owner



Plano de Ação:

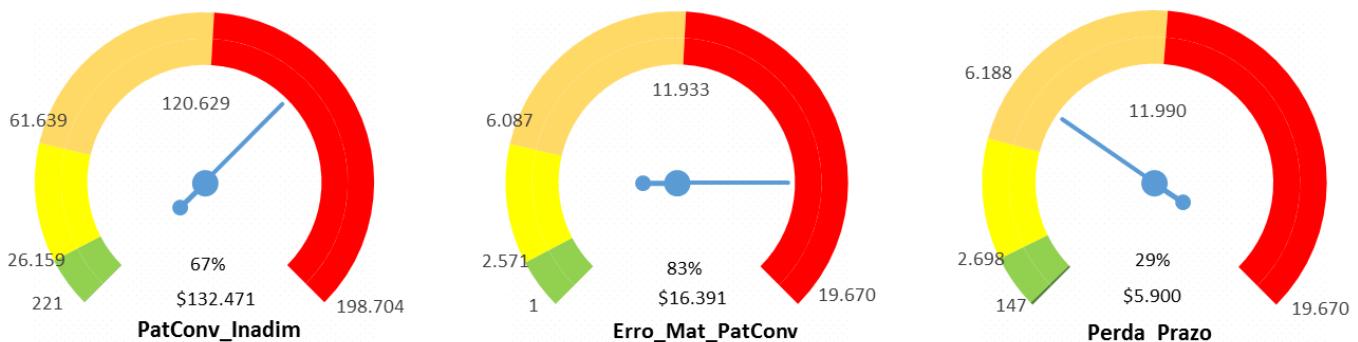
- ✓ **Ausência de licenças ambientais necessárias para a execução dos projetos – ALAEP**
Sem plano de Ação, pois a vulnerabilidade já está mínima.
- ✓ **Atraso no processo de aquisição de materiais e equipamentos (lei 8.666) – AME**
1- Aprimorar os procedimentos administrativos das licitações.
- ✓ **Corte Orçamentário definido pela ELB e MME – COELB**
1- Criar um grupo de controle para acompanhar e subsidiar a prioridade orçamentária dos empreendimentos, atuando, quando possível, na adequação dos contratos de projeto, fornecimento e construção, no caso de cortes orçamentários.

Patrocínio, Convênios e Doações - GRS.P - Marcos Machado de Almeida

Neste Evento de Risco foram apurados pela área os seguintes fatores e respectivos acrônimos:

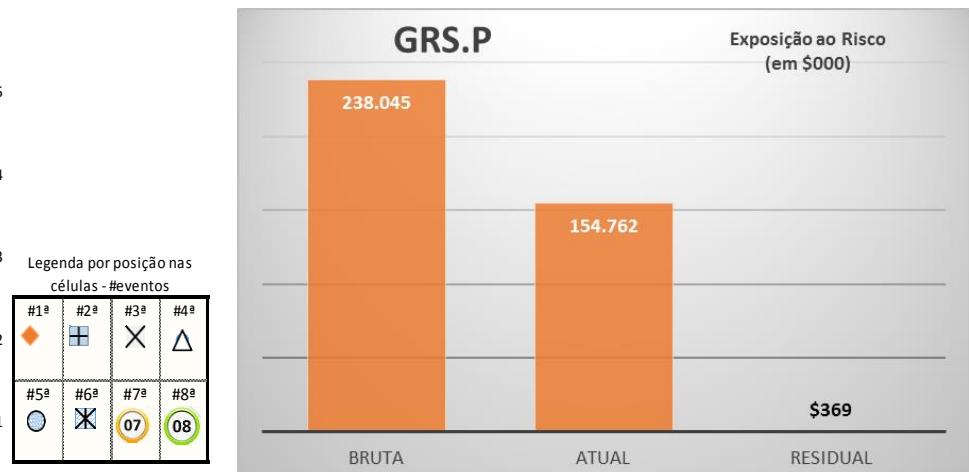
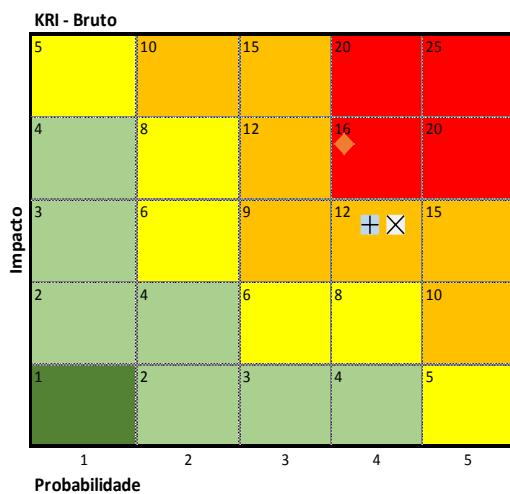
- ✓ Patrocínio/Convênio com Instituição Inadimplente com Furnas - **PatConv_Inadim**
- ✓ Erro material em Patrocínios/Convênios com Furnas – **Erro_Mat_PatConv**
- ✓ Perda de prazo para atendimento à demandas externas – **Perda_Prazo**

Gráfico de Cada Fator de Risco com sua Exposição em R\$1000 e sua Vulnerabilidade

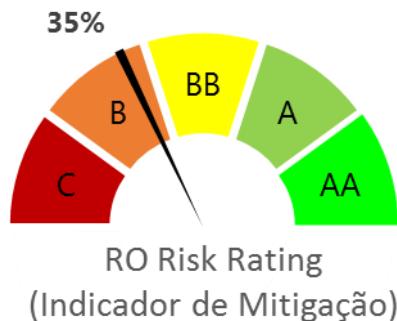


Mapa Térmico com os fatores de Risco e a Exposição Total (em R\$1000) do Risk Owner

Categoria: Estratégico - E



Indicador de Mitigação do Risk Owner



Plano de Ação:

✓ **Patrocínio/Convênio com Instituição Inadimplente com Furnas - PatConv_Inadim:**

Solicitar à TI/Contas a Receber que seja disponibilizado no SAP ou outro sistema no Furnasnet uma consulta interna a Furnas por CNPJ de Clientes que possuem faturas abertas/não pagas a Furnas. Caso a consulta retorne positiva, este Cliente não será contratado.

✓ **Erro material em Patrocínios/Convênios com Furnas – Erro_Mat_PatConv**

1- Viabilizar autorização junto a Diretoria Executiva de Furnas para criação do Sistema para inscrição/envio de solicitações de Patrocínios/Convênios a Furnas;
2- Solicitar à TI, a criação do Sistema/Interface para inscrição/envio de solicitações de Patrocínios/Convênios a Furnas. (A execução do plano de ação 2, é condicionada a aprovação do plano de ação 1)

✓ **Perda de prazo para atendimento à demandas externas – Perda_Prazo:**

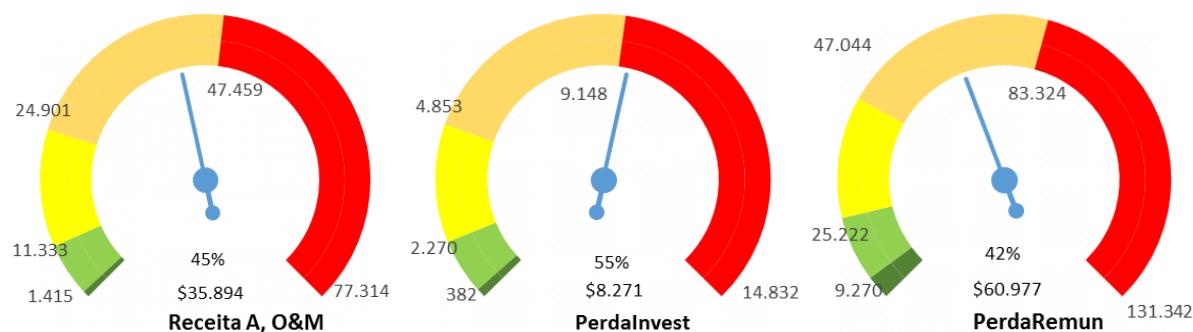
1- Criação/revisão de normativos que definam prazos para atendimento a demandas dos órgãos internos e externos à Furnas, de forma que as solicitações sejam demandadas seguindo regras de prazo e possam ser respondidas em tempos já pré-determinados pelos normativos.
2- Cronograma ou planejamento para solicitações que são demandas com certa frequência para que a área demandante saiba qual o tempo limite para resposta e possa se programar

Revisão Tarifária na Geração - GRE.P-G – Fabiana Toledo

Neste Evento de Risco foram apurados pela área os seguintes fatores e respectivos acrônimos:

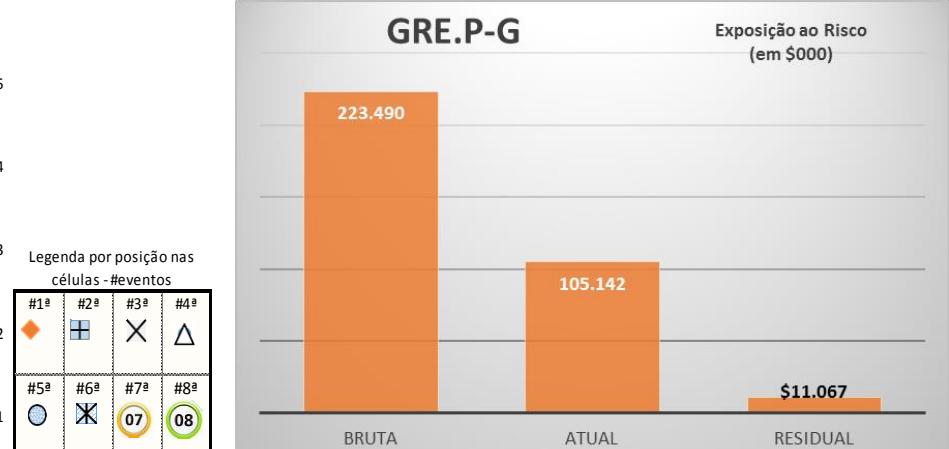
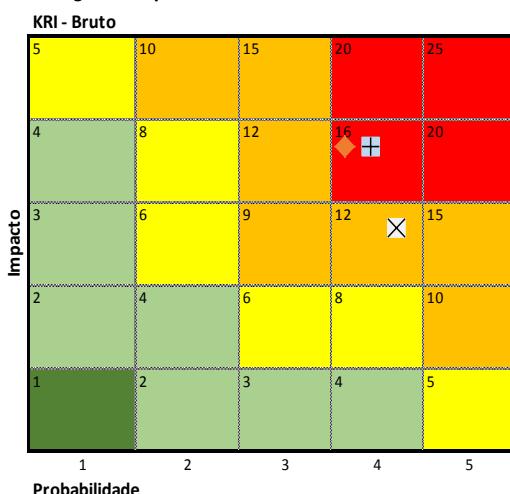
- ✓ Perda de Receita na Revisão Tarifária da Geração associada aos Custos Operacionais – **Receita A, O&M**
- ✓ Perda de Receita na Revisão Tarifária da Geração associada aos Investimentos Realizados no Ciclo - **PerdaInvest**
- ✓ Perda de Receita na Revisão Tarifária da Geração associada à Remuneração do Capital – **PerdaRemun**

Gráfico de Cada Fator de Risco com sua Exposição em R\$1000 e sua Vulnerabilidade

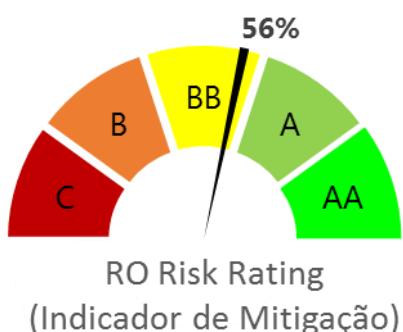


Mapa Térmico com os fatores de Risco e a Exposição Total (em R\$1000) do Risk Owner

Categoria: **Operacional - O**



Indicador de Mitigação do Risk Owner



Plano de Ação:

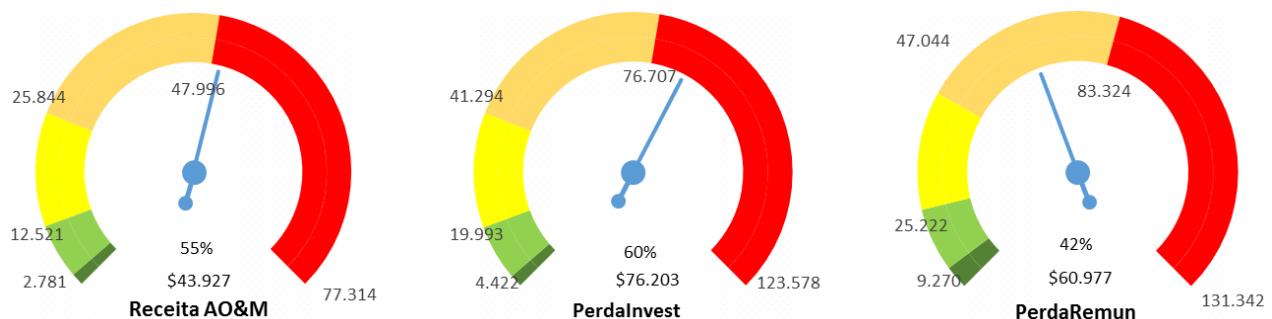
- ✓ **Perda de Receita na Revisão Tarifária da Geração associada aos Custos Operacionais - Receita A, O&M:**
 - 1- Implantação, por meio do Projeto de Gestão de Ativos (TC 8000009904), de processo multidisciplinar de modo a possibilitar a ideal segregação entre os despesas de AO&M e respectiva contabilização dos custos incorridos.
- ✓ **Perda de Receita na Revisão Tarifária da Geração associada aos Investimentos Realizados no Ciclo – PerdaInvest:**
 - 1- Implantação, por meio do Projeto de Gestão de Ativos (TC 8000009904), de processo multidisciplinar possibilitando a adequação no registro das informações dos investimentos realizados;
 - 2- Implantação, por meio do Projeto de Gestão de Ativos (TC 8000009904), de processo multidisciplinar possibilitando a melhor representação na formação de preços dos ativos aquisitados.
- ✓ **Perda de Receita na Revisão Tarifária da Geração associada à Remuneração do Capital – PerdaRemun:**
 - 1- Implantação, por meio do Projeto de Gestão de Ativos (TC 8000009904), de processo multidisciplinar de rastreabilidade das receitas de geração, com foco na apuração da remuneração e do retorno do capital investido, levando-se em conta todos os aspectos de tributação e encargos associados.

Revisão Tarifária na Transmissão – GRE.P-T – Fabiana Toledo

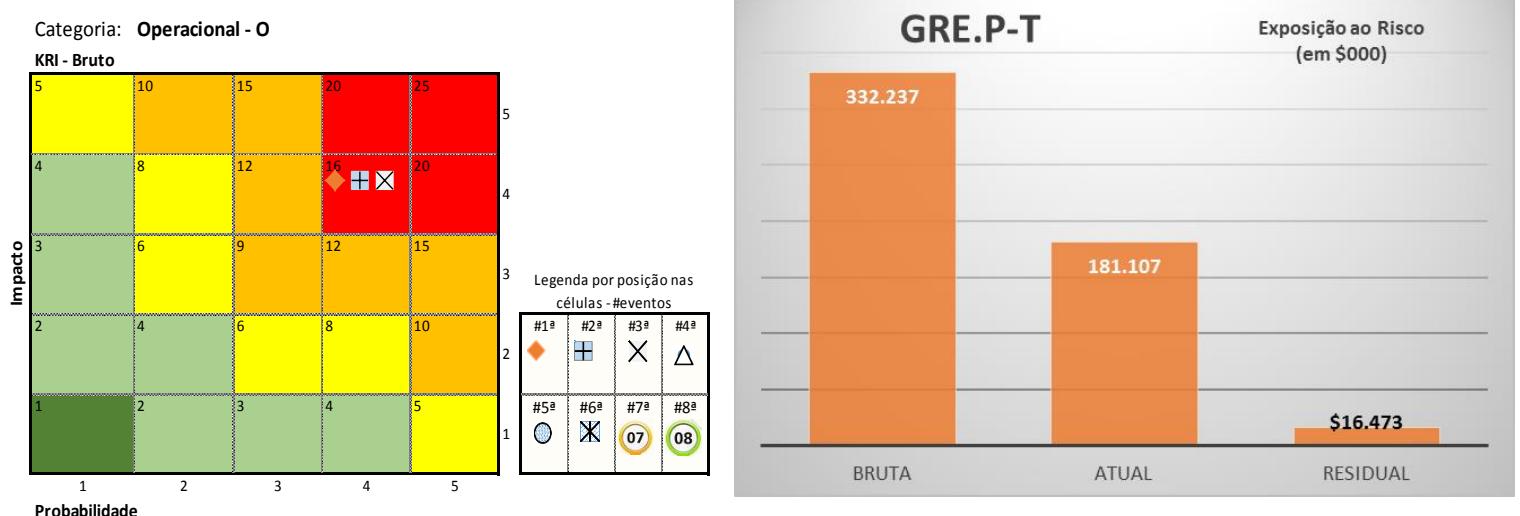
Neste Evento de Risco foram apurados pela área os seguintes fatores e respectivos acrônimos:

- ✓ Perda de Receita na Revisão Tarifária da Transmissão associada aos Custos Operacionais - **Receita A, O&M**
- ✓ Perda de Receita na Revisão Tarifária da Transmissão associada aos Investimentos Realizados no Ciclo – **PerdaInvest**
- ✓ Perda de Receita na Revisão Tarifária da Transmissão associada à Remuneração do Capital - **PerdaRemun**

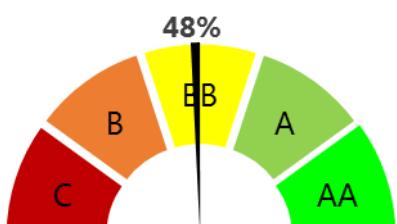
Gráfico de Cada Fator de Risco com sua Exposição em R\$1000 e sua Vulnerabilidade



Mapa Térmico com os fatores de Risco e a Exposição Total (em R\$1000) do Risk Owner



Indicador de Mitigação do Risk Owner



**RO Risk Rating
(Indicador de Mitigação)**

Plano de Ação:

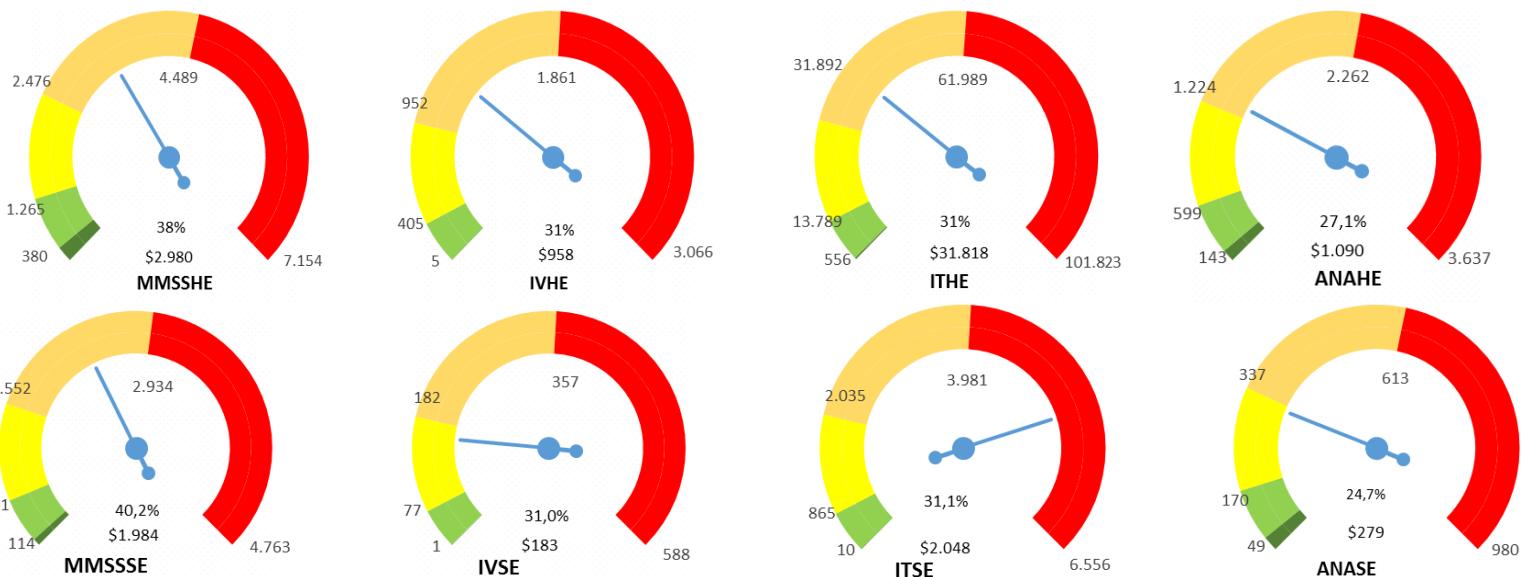
- ✓ **Perda de Receita na Revisão Tarifária da Transmissão associada aos Custos Operacionais - Receita A, O&M:**
 - 1- Implantação, por meio do Projeto de Gestão de Ativos (TC 8000009904), de processo multidisciplinar de modo a possibilitar a ideal segregação entre os despesas de AO&M e respectiva contabilização dos custos incorridos;
 - 2- Contratação de Consultoria no âmbito do Grupo Eletrobrás para um maior reconhecimento dos custos operacionais eficientes em contrapartida ao proposto pela ANEEL.
- ✓ **Perda de Receita na Revisão Tarifária da Transmissão associada aos Investimentos Realizados no Ciclo – PerdaInvest:**
 - 1- Implantação, por meio do Projeto de Gestão de Ativos (TC 8000009904), de processo multidisciplinar possibilitando a adequação no registro das informações dos investimentos realizados;
 - 2- Implantação, por meio do Projeto de Gestão de Ativos (TC 8000009904), de processo multidisciplinar possibilitando a melhor representação na formação de preços dos ativos aquisitados.
- ✓ **Perda de Receita na Revisão Tarifária da Transmissão associada à Remuneração do Capital – PerdaRemun:**
 - 1- Contratação de Consultoria Especializada, pela ABRATE, para demonstração da necessidade de uma remuneração do capital (WACC) maior que o proposto pela ANEEL;
 - 2- Implantação, por meio do Projeto de Gestão de Ativos (TC 8000009904), de processo multidisciplinar de rastreabilidade das receitas de transmissão, com foco na apuração da remuneração e do retorno do capital investido, levando-se em conta todos os aspectos de tributação e encargos associados.

Segurança Patrimonial – CRC.A – Marco Antonio M. Santos

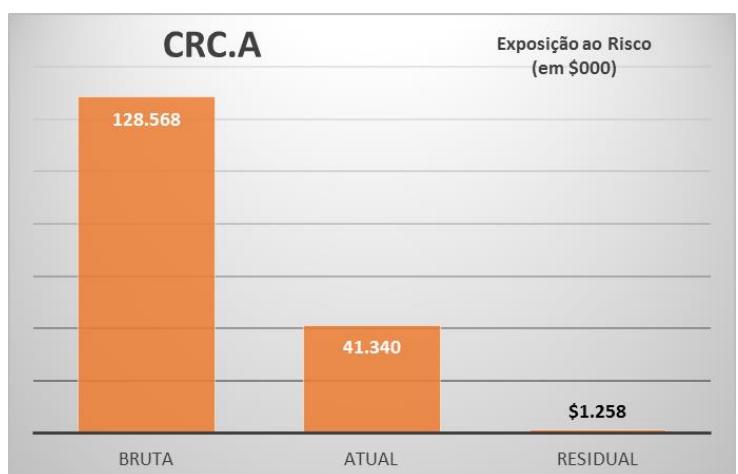
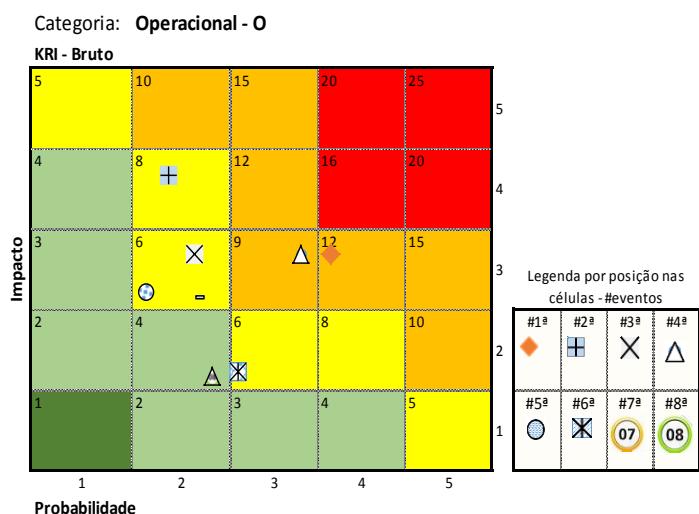
Neste Evento de Risco foram apurados pela área os seguintes fatores e respectivos acrônimos:

- ✓ Manifestações de Movimentos Sociais ou Sindicais em usinas hidrelétricas – **MMISSHE**
- ✓ Invasão para vandalismo em usina hidrelétrica – **IVHE**
- ✓ Invasão para terrorismo em usina hidrelétrica – **ITHE**
- ✓ Acesso não autorizado em usina hidrelétrica – **ANAHE**
- ✓ Manifestações de Movimentos Sociais ou Sindicais em subestação de energia – **MMISSSE**
- ✓ Invasão para vandalismo em subestação de energia – **IVSE**
- ✓ Invasão para terrorismo em subestação de energia – **ITSE**
- ✓ Acesso não autorizado em subestação de energia – **ANASE**

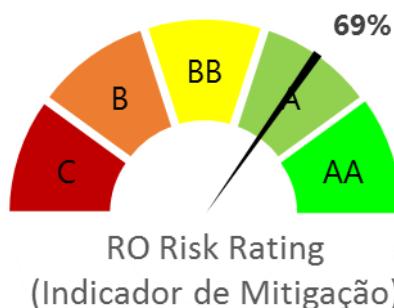
Gráfico de Cada Fator de Risco com sua Exposição em R\$1000 e sua Vulnerabilidade



Mapa Térmico com os fatores de Risco e a Exposição Total (em R\$1000) do Risk Owner



Indicador de Mitigação do Risk Owner



Plano de Ação:

- ✓ **Manifestações de Movimentos Sociais ou Sindicais em usina hidrelétrica - MMSSHE:**
 - 1- Implantar e atualizar os planos de contingência para os incidentes de bloqueio de acesso a unidade produtiva;
 - 2- Implantar e atualizar os planos de contingência para os incidentes de perda de produção (geração e transmissão).
- ✓ **Invasão para vandalismo em usina hidrelétrica - IVHE:**
 - 1- Ampliação e integração de sistemas de segurança eletrônica nas unidades produtivas.
- ✓ **Invasão para terrorismo em usina hidrelétrica – ITHE:**
 - 1- Ampliação e integração de sistemas de segurança eletrônica e CITV nas unidades produtivas.
- ✓ **Acesso não autorizado em usina hidrelétrica - ANAHE:**
 - 1- Revisão e atualização de Instruções de Serviço de controle de portaria e recepção;
 - 2- Implantação de sistemas de CITV e Segurança Eletrônica;
 - 3- Integração de sistemas de CITV com o Esc. Central, para maior controle das áreas regionais.
- ✓ **Manifestações de Movimentos Sociais ou Sindicais em subestação de energia - MMSSSE:**
 - 1- Implantar e atualizar os planos de contingência para os incidentes de bloqueio de acesso a unidade de transmissão de energia;
 - 2- Implantar e atualizar os planos de contingência para os incidentes de interrupção de transmissão de energia.
- ✓ **Invasão para vandalismo em subestação de energia - IVSE:**
 - 1- Ampliação e integração de sistemas de segurança eletrônica nas unidades de transmissão de energia.
- ✓ **Invasão para terrorismo em subestação de energia – ITSE:**
 - 1- Ampliação e integração de sistemas de segurança eletrônica e CITV nas unidades de transmissão de energia.
- ✓ **Acesso não autorizado em subestação de energia - ANAHSE:**
 - 1- Revisão e atualização de Instruções de Serviço de controle de portaria e recepção;
 - 2- implantação ou ampliação de sistemas de CITV e Segurança Eletrônica;
 - 3- Integração de sistemas de CITV com o Esc. Central, para maior controle das áreas regionais;
 - 4 - Construção ou manutenção das barreiras perimetrais.

ANEXO V

Estudo Atuarial FRG

HEALTH WEALTH CAREER

PARECER ATUARIAL

Plano de Benefício Definido
Real Grandeza Fundação de
Previdência e Assistência Social

16 DE FEVEREIRO DE 2018

Conteúdo

1.	Introdução.....	1
2.	Perfil dos Participantes	2
	• Qualidade da Base Cadastral.....	2
	• Participantes Ativos.....	2
	• Participantes Autopatrocinados.....	3
	• Participantes aguardando Benefício Proporcional Diferido	3
	• Participantes Assistidos e Beneficiários	3
3.	Hipóteses e Métodos Atuariais Utilizados	5
	• Principais Riscos Atuariais	6
	• Adequação dos Métodos de Financiamento.....	7
4.	Posição das Provisões Matemáticas.....	8
	• Variação nas Provisões Matemáticas.....	10
	• Variação do Resultado.....	11
	• Natureza do Resultado.....	11
5.	Plano de Custeio para o Exercício de 2018	12
	• Custos.....	12
	• Evolução dos Custos.....	12
	• Contribuições	13
	• Vigência do Plano de Custeio	14



6. Conclusão.....	15
-------------------	----

W

1

INTRODUÇÃO

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano de Benefício Definido, administrado pela Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social, apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano referente às Patrocinadoras Furnas Centrais Elétricas S.A. e Eletrobras Termonuclear S.A. - Eletronuclear em 31 de dezembro de 2017.



2

PERFIL DOS PARTICIPANTES

A data base dos dados individuais relativos aos Participantes Ativos, Autopatrocinados, aguardando Benefício Proporcional Diferido, Assistidos e Beneficiários utilizados no presente estudo foi 31/08/2017.

QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

Os dados individuais foram fornecidos pela Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social à Mercer que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com a entidade, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial.

A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo com a Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social, em qualquer hipótese, a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

As principais características do grupo avaliado, na data base dos dados, estão resumidas nas tabelas a seguir:

PARTICIPANTES ATIVOS

DESCRÍÇÃO

Número	1.358
Idade Média (anos)	54,4
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	28,8
Tempo Médio de Contribuição (anos)	28,8
Tempo Médio para a Aposentadoria (anos)	3,8
Salário Real de Benefício Médio (R\$)	15.439
Salário Real de Contribuição Médio - com limite (R\$)	16.115
Salário Real de Contribuição Médio - sem limite (R\$)	22.503
Folha Anual de Salário de Benefício Médio (R\$) – (13x)	272.561.748
Folha Anual de Salário de Contribuição Médio – com limite (R\$) – (13x)	284.502.437
Folha Anual de Salário de Contribuição Médio - sem limite (R\$) – (13x)	397.272.249



PARTICIPANTES AUTOPATROCINADOS

DESCRIÇÃO	
Número	5
Idade Média (anos)	53,1
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	22,3
Tempo Médio de Contribuição (anos)	22,3
Tempo Médio para a Aposentadoria (anos)	7,0
Salário Real de Benefício Médio (R\$)	7.495
Salário Real de Contribuição Médio - com limite (R\$)	7.495
Salário Real de Contribuição Médio - sem limite (R\$)	7.495
Folha Anual de Salário de Benefício Médio (R\$) – (13x)	487.156
Folha Anual de Salário de Contribuição Médio – com limite (R\$) – (13x)	487.156
Folha Anual de Salário de Contribuição Médio - sem limite (R\$) – (13x)	487.156

PARTICIPANTES AGUARDANDO BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO

DESCRIÇÃO	
Número	48
Idade Média (anos)	53,5
Benefício Mensal Médio - Suplementação (R\$)	2.341
Benefício Mensal Médio - Complementação (R\$)	1.726
Benefício Mensal Médio - Adicional (R\$)	615

PARTICIPANTES ASSISTIDOS E BENEFICIÁRIOS

DESCRIÇÃO	
Aposentados	
Número	6.637
Idade Média (anos)	68,8
Benefício Mensal Médio - Suplementação (R\$)	10.456
Benefício Mensal Médio - Complementação (R\$)	9.206
Benefício Mensal Médio - Adicional (R\$)	1.250
Aposentados Inválidos	
Número	203
Idade Média (anos)	66,9
Benefício Mensal Médio - Suplementação (R\$)	3.944

rr

DESCRÍÇÃO

Beneficio Mensal Médio - Complementação (R\$)	3.723
Beneficio Mensal Médio - Adicional (R\$)	221
Beneficiários	
Número	1.688
Idade Média (anos)	69,2
Beneficio Mensal Médio - Suplementação (R\$)	2.759
Beneficio Mensal Médio - Complementação (R\$)	2.759
Beneficio Mensal Médio - Adicional (R\$)	2.759
Total	
Número	8.528
Idade Média (anos)	68,9
Benefício Mensal Médio - Suplementação (R\$)	8.778
Benefício Mensal Médio - Complementação (R\$)	7.780
Benefício Mensal Médio - Adicional (R\$)	978

Salientamos que para a definição do número de Beneficiários foi considerado o grupo familiar de cada ex-Participante, de tal forma que viúva e filhos de um mesmo ex-Participante correspondessem a um pensionista.

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais posicionados em 31/08/2017. Na avaliação atuarial esses valores foram projetados para 31/12/2017, refletindo o conceito de capacidade.



3

HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS UTILIZADOS

Uma avaliação atuarial é um estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo no longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos participantes já recebendo benefícios quanto àqueles que ainda completarão as condições exigidas para tal.

Para esse fim, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e níveis de benefícios do INSS) e também as de caráter biométrico (taxas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e dependentes).

A seguir descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas desta avaliação atuarial.

Taxa real anual de juros ⁽¹⁾	5,70% a.a.
Projeção de crescimento real de salário ^{(1) (2)}	Furnas: 2,00% a.a. Eletronuclear: 2,01% a.a
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS ⁽¹⁾	0,00% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano ⁽¹⁾	0,00% a.a.
Fator de capacidade para os salários ⁽³⁾	1,00
Fator de capacidade para os benefícios ⁽³⁾	1,00
Hipótese sobre rotatividade ⁽⁴⁾	T1 Service Table suavizada em 20%
Tábuas de mortalidade geral ⁽⁵⁾	AT-2000
Tábuas de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled segregada por sexo
Tábuas de entrada em invalidez	Álvaro Vindas
Tábuas de entrada em aposentadoria ⁽⁶⁾	Experiência Real Grandeza
Outras hipóteses biométricas utilizadas ⁽⁷⁾	Composição Familiar

⁽¹⁾ O indexador utilizado é o INPC do IBGE;

⁽²⁾ A hipótese adotada de crescimento salarial foi definida pelas Patrocinadoras levando em consideração a expectativa média de reajustes salariais futuros.

- (3) A presente avaliação reflete a utilização acumulada desde o último reajuste de benefícios e salários. O índice é utilizado igual a 1,00 para refletir a previsão do item 84.1 do Regulamento do Plano.
- (4) A hipótese de rotatividade adotada foi definida com base na expectativa futura das Patrocinadoras sobre desligamentos de participantes do Plano.
Informamos que, conservadoramente, será admitido que o participante, ao se desligar do plano, opte pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido.
- (5) Foi utilizada a tábua AT2000, segregada por sexo, suavizada em 10%.
- (6) A hipótese adotada reflete a experiência verificada na Entidade que é de 35% na primeira elegibilidade à aposentadoria (55 anos de idade), 100% na data de elegibilidade à aposentadoria normal (60 anos de idade) e 30% entre essas duas datas;
- (7) Considera-se que 90% dos participantes ativos são casados na data do evento, sendo que a diferença entre homem e mulher é de 5 anos. Para os aposentados e pensionistas considera-se a composição familiar real informada.

PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

Os principais riscos atuariais do plano estão concentrados na rentabilidade futura e na sobrevivência. No entanto, todas as hipóteses atuariais adotadas afetam os valores das provisões matemáticas, já que se trata de um plano estruturado na modalidade de benefício definido.

As hipóteses atuariais utilizadas na presente avaliação atuarial foram fundamentadas por meio de documentação encaminhada pelas Patrocinadoras e por estudos específicos realizados em 08/12/2017, que tomaram como base a população existente no Plano administrado pela Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social e também informações do mercado em geral. O detalhamento dos estudos, conforme previsto nos itens 1.2 e 1.3 do Anexo à Resolução CGPC nº 18/2006, encontra-se arquivado na Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social.

Informamos que a hipótese de crescimento salarial real das Patrocinadoras Furnas Centrais Elétricas S.A. e Eletrobras Termonuclear S.A. - Eletronuclear foram alteradas de 2,49% a.a. e 3,03% a.a. para 2,00% a.a. e 2,01% a.a., respectivamente, com o objetivo de refletir mais fielmente as expectativas de concessão de aumentos salariais reais pelas Patrocinadoras.

Adicionalmente, a Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social aprovou a alteração da hipótese de composição familiar dos participantes ativos, passando a considerar a diferença de idade de 4 anos para 5 anos entre homem e mulher.

As alterações das hipóteses atuariais mencionadas acima acarretaram na redução de R\$ 9.787.348 nas Provisões Matemáticas do Plano.

Na tabela a seguir são apresentados os impactos separadamente:

Descrição	Impacto - R\$
Alteração da hipótese de crescimento salarial	(13.011.731)
Alteração da hipótese de composição familiar – diferença de idade	3.224.383
Total	(9.787.348)



Adicionalmente ressalta-se que a adequação da taxa real de juros foi objeto de estudo técnico específico elaborado pela Mercer, de forma a identificar, a partir da projeção dos ativos e do fluxo de caixa do passivo atuarial do plano de benefícios, a taxa de retorno da carteira. Os resultados do estudo apontaram a taxa máxima de 6,26%, já considerados os limites legais para o encerramento deste exercício, entre 4,38% e 6,66%.

Com base no exposto, a Diretoria Executiva propôs e o Conselho Deliberativo aprovou a manutenção da taxa real anual de juros de 5,70% a.a.

Informamos que, excetuada as alterações nas hipóteses atuariais mencionadas acima, as demais premissas foram mantidas com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

O método atuarial adotado foi o Idade de Entrada Normal para a avaliação de todos os benefícios do Plano de Benefício Definido.

Informamos que não ocorreram alterações nos métodos atuariais utilizados na presente avaliação, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

* * * *

Esta avaliação atuarial foi elaborada com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano de Benefício Definido.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem à Resolução CGPC nº 18/2006, e suas alterações posteriores, que estabelecem os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.



4

POSIÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor e com os totais dos Saldos de Contas individuais informados pela Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social, a composição das Provisões Matemáticas em 31 de dezembro de 2017 é a apresentada no quadro a seguir.

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos Previdenciais, Administrativos e de Investimentos fornecidos pela Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social posicionados em 31/12/2017.

NOME	R\$
2.3.0.0.00.00.00 PATRIMÔNIO SOCIAL	13.751.385.753,45
2.3.1.0.00.00.00 PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	13.607.507.626,81
2.3.1.1.00.00.00 PROVISÕES MATEMÁTICAS	13.685.059.429,00
2.3.1.1.01.00.00 BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	11.463.229.999,00
2.3.1.1.01.01.00 Contribuição Definida	-
2.3.1.1.01.01.01 Saldo de Conta dos Assistidos	-
2.3.1.1.01.02.00 Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	11.463.229.999,00
2.3.1.1.01.02.01 Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	10.686.308.648,00
2.3.1.1.01.02.02 Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	776.921.351,00
2.3.1.1.02.00.00 BENEFÍCIOS A CONCEDER	2.221.829.430,00
2.3.1.1.02.01.00 Contribuição Definida	-
2.3.1.1.02.01.01 Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	-
2.3.1.1.02.01.02 Saldo de Contas - Parcela Participantes	-
2.3.1.1.02.02.00 Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	2.164.085.497,00
2.3.1.1.02.02.01 Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	2.267.799.170,00
2.3.1.1.02.02.02 (-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	51.856.836,50
2.3.1.1.02.02.03 (-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	51.856.836,50
2.3.1.1.02.03.00 Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	57.743.933,00



NOME	R \$
2.3.1.1.02.03.01 Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	58.447.133,00
2.3.1.1.02.03.02 (-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	351.600,00
2.3.1.1.02.03.03 (-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	351.600,00
2.3.1.1.03.00.00 (-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	-
2.3.1.1.03.01.00 (-) Serviço Passado	-
2.3.1.1.03.01.01 (-) Patrocinador(es)	-
2.3.1.1.03.01.02 (-) Participantes	-
2.3.1.1.03.02.00 (-) Déficit Equacionado	-
2.3.1.1.03.02.01 (-) Patrocinador(es)	-
2.3.1.1.03.02.02 (-) Participantes	-
2.3.1.1.03.02.03 (-) Assistidos	-
2.3.1.1.03.03.00 (+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
2.3.1.1.03.03.01 (+/-) Patrocinador(es)	-
2.3.1.1.03.03.02 (+/-) Participantes	-
2.3.1.1.03.03.03 (+/-) Assistidos	-
2.3.1.2.00.00.00 EQUILÍBRIO TÉCNICO	(77.551.802,19)
2.3.1.2.01.00.00 RESULTADOS REALIZADOS	(77.551.802,19)
2.3.1.2.01.01.00 Superávit Técnico Acumulado	-
2.3.1.2.01.01.01 Reserva de Contingência	-
2.3.1.2.01.01.02 Reserva Especial para Revisão de Plano	-
2.3.1.2.01.02.00 (-) Déficit Técnico Acumulado	77.551.802,19
2.3.1.2.02.00.00 RESULTADOS A REALIZAR	-
2.3.2.0.00.00.00 FUNDOS	143.878.126,64
2.3.2.1.00.00.00 FUNDOS PREVIDENCIAIS	-
2.3.2.1.01.00.00 REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	-
2.3.2.1.02.00.00 REVISÃO DE PLANO	-
2.3.2.1.03.00.00 OUTROS - PREVISTO EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	-
2.3.2.2.00.00.00 FUNDOS ADMINISTRATIVOS	57.871.327,67
2.3.2.3.00.00.00 FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	86.006.798,97

Os valores das Provisões Matemáticas apresentados acima foram obtidos considerando-se o Regulamento do Plano de Benefício Definido vigente em 31 de dezembro de 2017, Plano este que se encontra em extinção.

Não houve alteração regulamentar que gere impacto ou afetação no resultado do Plano de Benefício Definido no exercício de 2017.

Em relação à estruturação das Provisões Matemáticas observamos ainda o que se segue:

- a) No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e ao pecúlio por morte do aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos) e as provisões referentes à reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte e ao pecúlio por morte do inválido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).
- b) A provisão da pensão por morte já concedida foi registrada na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).
- c) As provisões referentes à futura reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e de pecúlio por morte de futuro aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.02.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados).
- d) As provisões referentes a futura reversão da aposentadoria por invalidez em pensão por morte e de pecúlio por morte do futuro inválido calculada para participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).
- e) As provisões referentes a pensão por morte e pecúlio por morte de participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

Observamos que a Mercer não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefício Definido avaliado, assim como os valores registrados nos saldos das contas individuais, tendo se baseado na informação fornecida pela Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social.

Em atendimento ao § 3º do Art. 1º da Resolução CGPC nº 04, de 30/01/2002, informamos que o Plano de Benefício Definido mantém em seu ativo líquido, títulos classificados na categoria de “títulos mantidos até o vencimento” e que foram efetuados estudos pela Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social que comprovaram a possibilidade de sua manutenção sem o comprometimento da capacidade financeira do Plano.

VARIAÇÃO NAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Não houve variação significativa na provisão matemática reavaliada, utilizando as mesmas hipóteses da avaliação atuarial de 2016, quando comparada com a provisão matemática evoluída, considerando a movimentação já esperada (juros, inflação e benefícios pagos).

No exercício de 2017, houve ganhos atuariais, principalmente, pela variação do Salário Real de Benefício – SRB abaixo da expectativa, ganhos pela elegibilidade (benefícios não pagos para participantes já elegíveis à aposentadoria que optaram por permanecerem ativos), movimentação da massa de participantes e alteração da hipótese de crescimento salarial. Por outro lado, houve

perdas atuariais em função de mortalidade não ocorrida, revisão de benefícios decorrentes de demandas judiciais e alteração da hipótese de composição familiar. Esses efeitos, em conjunto com a movimentação já esperada, resultaram em uma ligeira variação das provisões matemáticas na avaliação atuarial de 2017 em relação ao exercício anterior.

VARIAÇÃO DO RESULTADO

A situação deficitária do Plano foi reduzida em função da rentabilidade ter sido favorável no exercício de 2017.

NATUREZA DO RESULTADO

O déficit apresentado em 31/12/2017 tem origem conjuntural e foi apurado a partir da manutenção daquele contabilizado no encerramento do exercício de 2015, originado, principalmente, em função da rentabilidade ocorrida no exercício de 2015 (4,87%) ter sido abaixo da meta atuarial (17,40%). Nos exercícios de 2016 e 2017 as rentabilidades ocorridas de 23,70% e 12,16% superaram consideravelmente as metas atuariais de 12,66% e 7,89%, respectivamente, contribuindo para a redução do déficit técnico acumulado.

Na avaliação atuarial de 31/12/2017 foi apurado déficit no valor de R\$ 77.551.802,19. A parcela do déficit, dentro do limite estabelecido pelo Artigo 28º da Resolução CGPC nº 26/2008, calculado pela seguinte fórmula: 1% x (duração do passivo - 4) x Provisão Matemática, será mantida na conta de Déficit Técnico Acumulado.

Esclarecemos que a duração do passivo considerada no cálculo do limite descrito acima foi de 10,40 anos e foi apurada na avaliação atuarial de 31/12/2017.



5

PLANO DE CUSTEIO PARA O EXERCÍCIO DE 2018

CUSTOS

O método atuarial Idade de Entrada Normal, adotado para a apuração dos compromissos deste plano, considera contribuições niveladas ao longo de toda a vida ativa do participante, conforme descrito a seguir:

DESCRÍÇÃO	CUSTO EM % DA FOLHA DE SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO (SEM LIMITE)	CUSTO EM % DA FOLHA DE SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO (COM LIMITE)	CUSTO EM R\$ DE 31/12/2017
<i>Normal</i>			
Aposentadorias	5,43%	7,60%	21.653.153
Invalidez	0,75%	1,04%	2.974.870
Pensão por Morte	0,44%	0,61%	1.738.887
Pecúlio por Morte	0,07%	0,10%	276.163
Desligamento	0,09%	0,13%	367.394
Total Custo Normal	6,78%	9,48%	27.010.467
<i>Extraordinário – Amortização do Déficit</i>			
Administrativo	-	-	-
Custo Total	6,78%	9,48%	27.010.467

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais estimados em 31/12/2017. Ressaltamos que durante o ano de 2018, os valores de contribuição em Reais poderão apresentar variações em função de aumento ou redução da folha de participação.

EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

Relativamente ao custeio pelo método Idade de Entrada Normal há uma expectativa de custos sejam constantes em moeda e decrescentes em percentual da folha salarial ao longo do tempo.

Os custos apurados para 2018 refletem uma redução significativa em relação ao apresentado para o exercício de 2017, devido à alteração do perfil de participantes no plano dada as entradas em aposentadoria e variações do Salário Real de Benefício – SRB abaixo da expectativa, bem como em função das alterações das hipóteses atuariais descritas anteriormente nesse parecer.

CONTRIBUIÇÕES

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente, as Patrocinadoras e os participantes deverão efetuar contribuições para o Plano de Benefício Definido com base nos seguintes níveis:

Patrocinadora

DESCRIÇÃO	CONTRIBUIÇÃO EM % DA FOLHA DE SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO (SEM LIMITE)	CONTRIBUIÇÃO EM % DA FOLHA DE SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO (COM LIMITE)	CONTRIBUIÇÃO EM R\$ DE 31/12/2017
	3,98%	5,57%	15.854.128
Contribuição Normal			

Participantes Ativos

DESCRIÇÃO	CONTRIBUIÇÃO EM % DA FOLHA DE SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO (SEM LIMITE)	CONTRIBUIÇÃO EM % DA FOLHA DE SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO (COM LIMITE)	CONTRIBUIÇÃO EM R\$ DE 31/12/2016
	3,98%	5,57%	15.854.128
Contribuição Normal			

As contribuições dos Participantes Ativos serão definidas pela aplicação das seguintes alíquotas sobre o Salário Real de Contribuição:

DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA DE CONTRIBUIÇÃO
1ª Faixa: até ½ LMSC ⁽¹⁾	1,25%
2ª Faixa: de ½ LMSC a 1 LMSC	2,50%
3ª Faixa: acima de 1 LMSC	7,50%

⁽¹⁾ LMSC: Teto do Salário de Contribuição da Previdência Social.

Não houve alteração das alíquotas de contribuição em relação ao plano de custeio apresentado para o exercício de 2017.

Participantes Autopatrocinados

Os Participantes Autopatrocinados deverão efetuar, além de suas contribuições, as contribuições que seriam feitas pela Patrocinadora, caso não tivesse ocorrido o término do vínculo empregatício, destinadas ao custeio dos benefícios.

Participantes em Benefício Proporcional Diferido

Os Participantes que estão aguardando o Benefício Proporcional Diferido deverão efetuar contribuições para custeio dos benefícios de risco correspondente a 1,75% aplicado sobre o Benefício Proporcional calculado.

Participantes Assistidos

DESCRÍÇÃO	CONTRIBUIÇÃO EM % DA FOLHA DE BENEFÍCIOS	CONTRIBUIÇÃO EM R\$ DE 31/12/2016
Contribuição Normal	1,53%	15.097.312

As contribuições dos Participantes Assistidos, com exceção dos Pensionistas, serão definidas pela aplicação das seguintes alíquotas sobre o Salário Real de Contribuição:

DESCRÍÇÃO	ALÍQUOTA DE CONTRIBUIÇÃO
1ª Faixa: até ½ LMSC ⁽¹⁾	0,42%
2ª Faixa: de ½ LMSC a 1 LMSC	0,83%
3ª Faixa: acima de 1 LMSC	2,50%

⁽¹⁾ LMSC: Teto do Salário de Contribuição da Previdência Social.

Não houve alteração das alíquotas de contribuição em relação ao plano de custeio apresentado para o exercício de 2017.

VIGÊNCIA DO PLANO DE CUSTEIO

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 1º de abril de 2018.

6 CONCLUSÃO

Certificamos que o Plano de Benefício Definido da Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social está deficitário em 31/12/2017. No entanto, o equacionamento deste déficit não será necessário dado que o mesmo é inferior ao limite estabelecido no Artigo 28 da Resolução CGPC nº26, de 29 de setembro de 2008.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2018.

Mercer Human Resource Consulting Ltda.


Jorge João da Silveira Sobrinho – MIBA nº 920


Magno Henrique Barbosa Camelo – MIBA nº 2.223

MERCER
Av. Dr. Chucri Zaidan, 920, 11º andar
São Paulo, SP, Brasil
CEP 04583-904
www.mercer.com.br



MARSH & MCLENNAN
COMPANIES

HEALTH WEALTH CAREER

PARECER ATUARIAL

Plano de Contribuição Definida
Real Grandeza Fundação de
Previdência e Assistência Social

16 DE FEVEREIRO DE 2018

MAKE TOMORROW, TODAY

 MERCER

Conteúdo

1.	Introdução	1
2.	Perfil dos Participantes	2
	• Qualidade da Base Cadastral.....	2
	• Participantes Ativos.....	2
	• Participantes Autopatrocinados.....	3
	• Participantes aguardando Benefício Proporcional Diferido	3
	• Participantes Assistidos e Beneficiários	3
3.	Hipóteses e Métodos Atuariais Utilizados	5
	• Principais Riscos Atuariais	6
	• Adequação dos Métodos de Financiamento.....	7
4.	Posição das Provisões Matemáticas	8
	• Variação nas Provisões Matemáticas.....	11
	• Variação do Resultado	11
	• Natureza do Resultado.....	11
5.	Plano de Custeio para o Exercício de 2018	14
	• Custos.....	14
	• Evolução dos Custos.....	15
	• Contribuições	15
	• Vigência do Plano de Custeio	16



6. Conclusão.....¹⁷



ii

1

INTRODUÇÃO

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano de Contribuição Definida, administrado pela Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social, apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano referente às Patrocinadoras Furnas Centrais Elétricas S.A. e Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social em 31 de dezembro de 2017.



2

PERFIL DOS PARTICIPANTES

A data base dos dados individuais relativos aos Participantes Ativos, Autopatrocinados, aguardando Benefício Proporcional Diferido, Assistidos e Beneficiários utilizados no presente estudo foi 31/08/2017.

QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

Os dados individuais foram fornecidos pela Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social à Mercer que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com a entidade, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial.

A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo com a Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social, em qualquer hipótese, a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

As principais características do grupo avaliado, na data base dos dados, estão resumidas nas tabelas a seguir:

PARTICIPANTES ATIVOS⁽¹⁾

DESCRIÇÃO

Número	2.788
Idade Média (anos)	45,9
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	10,2
Tempo Médio de Contribuição (anos)	9,6
Tempo Médio para a Aposentadoria (anos)	10,6
Salário de Contribuição Médio (R\$)	13.513
Folha Anual de Salários de Contribuição (R\$) – (13x)	489.767.370
Salário de Benefício Médio (R\$)	13.104
Folha Anual de Salários de Benefício (R\$) – (13x)	474.942.716

⁽¹⁾ Não foram considerados os Participantes com os seguintes status:

- Ativos não contribuintes: 8 participantes com idade média de 39,4 anos;
- Aguardando benefício (participante falecido): 4 participantes com idade média de 67,4 anos; e
- Ativo cancelado com direito à reserva: 7 participantes com idade média de 43,8 anos.

PARTICIPANTES AUTOPATROCINADOS

DESCRIÇÃO

Número	21
Idade Média (anos)	42,2
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	11,9
Tempo Médio de Contribuição (anos)	11,0
Tempo Médio para a Aposentadoria (anos)	13,1
Salário de Contribuição Médio (R\$)	7.411
Folha Anual de Salários de Contribuição (R\$) – (13x)	2.023.215
Salário de Benefício Médio (R\$)	7.411
Folha Anual de Salários de Benefício (R\$) – (13x)	2.023.215

PARTICIPANTES AGUARDANDO BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO

DESCRIÇÃO

Número	25
Idade Média (anos)	44,2

PARTICIPANTES ASSISTIDOS E BENEFICIÁRIOS

DESCRIÇÃO	RENDAS FINANCEIRAS	RENDAS VITALÍCIAS	TOTAL
Aposentados			
Número	61	65	126
Idade Média (anos)	61,8	65,2	63,5
Benefício Mensal Médio (R\$)	3.842	2.532	3.166
Aposentados Inválidos			
Número	5	8	13
Idade Média (anos)	60,4	57,7	58,7
Benefício Mensal Médio (R\$)	3.271	1.760	2.342
Beneficiários			
Número	14	21	35
Idade Média (anos)	57,2	51,2	53,6
Benefício Mensal Médio (R\$)	1.191	2.955	2.249
Total			

DESCRIÇÃO	RENDA FINANCEIRA	RENDA VITALÍCIA	TOTAL
Número	80	94	174
Idade Média (anos)	60,9	61,4	61,2
Benefício Mensal Médio em R\$	3.342	2.561	2.920

Salientamos que para a definição do número de Beneficiários foi considerado o grupo familiar de cada ex-Participante, de tal forma que viúva e filhos de um mesmo ex-Participante correspondessem a um pensionista.

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais posicionados em 31/08/2017. Na avaliação atuarial esses valores foram projetados para 31/12/2017, refletindo o conceito de capacidade.

3

HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS UTILIZADOS

Uma avaliação atuarial é um estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo no longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos participantes já recebendo benefícios quanto àqueles que ainda completarão as condições exigidas para tal.

Para esse fim, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e níveis de benefícios do INSS) e também as de caráter biométrico (taxas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e dependentes).

A seguir descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas desta avaliação atuarial.

Taxa real anual de juros ⁽¹⁾	5,00% a.a.
Projeção de crescimento real de salário ^{(1) (2)}	3,80% a.a.
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS ⁽¹⁾	0,00% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano ⁽¹⁾	0,00% a.a.
Fator de capacidade para os salários	0,98
Fator de capacidade para os benefícios	0,98
Hipótese sobre rotatividade ⁽³⁾	0,90% a.a.
Tábua de mortalidade geral ⁽⁴⁾	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled segregada por sexo
Tábua de entrada em invalidez ⁽⁵⁾	Álvaro Vindas
Tábua de entrada em aposentadoria ⁽⁶⁾	Experiência Real Grandeza
Outras hipóteses biométricas utilizadas ⁽⁷⁾	Composição Familiar

⁽¹⁾ O indexador utilizado é o IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas;

⁽²⁾ A hipótese adotada de crescimento salarial foi definida pelas Patrocinadoras levando em consideração a expectativa média de reajustes salariais futuros.

⁽³⁾ A hipótese de rotatividade adotada foi definida com base na expectativa futura das Patrocinadoras sobre desligamentos de participantes dos Planos.

- Informamos que, conservadoramente, será admitido que o participante, ao se desligar do plano, opte pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido.
- (4) Foi utilizada a tábua AT-2000, segregada por sexo, suavizada em 10%.
- (5) Foi utilizada a tábua Álvaro Vindas suavizada em 50%.
- (6) A hipótese adotada reflete a experiência verificada na Entidade que é de 50% na primeira elegibilidade à aposentadoria (55 anos de idade), 100% na data de elegibilidade à aposentadoria normal (60 anos de idade) e 15% entre essas duas datas;
- (7) Considera-se que 90% dos participantes ativos são casados na data do evento, sendo que a diferença entre homem e mulher é de 4 anos. Para os aposentados e pensionistas considera-se a composição familiar real informada.

PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

Os principais riscos atuariais do plano estão concentrados na rentabilidade futura, na mortalidade e na entrada em invalidez, por se tratar de um plano na modalidade de contribuição variável, no qual os benefícios afetados pelas hipóteses adotadas são a renda mensal vitalícia e a projeção de contribuição de patrocinadora, nos casos de morte ou invalidez e benefício mínimo.

As hipóteses atuariais utilizadas na presente avaliação atuarial foram fundamentadas por meio de documentação encaminhada pelas Patrocinadoras e por estudos específicos realizados em 08/12/2017, que tomaram como base a população existente no Plano administrado pela Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social e também informações do mercado em geral. O detalhamento dos estudos, conforme previsto nos itens 1.2 e 1.3 do Anexo à Resolução CGPC nº 18/2006, encontra-se arquivado na Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social.

Informamos que a hipótese de crescimento salarial real foi alterada de 3,51% a.a. para 3,80% a.a. com o objetivo de refletir mais fielmente a expectativa de concessão de aumentos salariais reais pelas Patrocinadoras.

Com base na expectativa futura das Patrocinadoras sobre desligamentos de participantes do Plano, a rotatividade foi alterada de 1,0% a.a. para 0,9% a.a.

A tábua de entrada em invalidez também foi alterada para a tábua Álvaro Vindas, suavizada em 50%, com o objetivo de ajustar a expectativa de entrada em invalidez ao comportamento observado na massa de participantes.

Adicionalmente ressalta-se que a adequação da taxa real de juros foi objeto de estudo técnico específico elaborado pela Mercer, de forma a identificar, a partir da projeção dos ativos e do fluxo de caixa do passivo atuarial do plano de benefícios, a taxa de retorno da carteira. Os resultados do estudo apontaram a taxa máxima de 5,65%, já considerados os limites legais para o encerramento deste exercício, entre 4,38% e 6,66%.

Com base no exposto, a Diretoria Executiva propôs e o Conselho Deliberativo aprovou a alteração da taxa real anual de juros de 5,61% a.a. para 5,00% a.a.

As alterações das hipóteses atuariais mencionadas acima acarretaram, na redução de R\$ 3.244.197,00 (-4,4%) nas provisões matemáticas de benefício definido do plano e também na redução do nível do custo do plano.

Na tabela a seguir são apresentados os impactos separadamente:

Descrição	Impacto - R\$
Alteração da hipótese de crescimento real de salário	378.517
Alteração da hipótese de rotatividade	137.591
Alteração da hipótese de entrada em invalidez	(7.315.066)
Alteração da hipótese de taxa real anual de juros	3.554.761
Total	(3.244.197)

Informamos que as demais hipóteses atuariais foram mantidas com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

O método atuarial adotado foi o “Capitalização Financeira Individual” para a avaliação de todos os benefícios do Plano de Contribuição Definida, exceto para os benefícios de Projeção de Saldo por Invalidez, Morte e Benefício Mínimo, que foram avaliados pelo método “Crédito Unitário Projetado”.

Informamos que não ocorreram alterações nos métodos atuariais utilizados na presente avaliação, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

* * * *

Esta avaliação atuarial foi elaborada com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano de Contribuição Definida.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem à Resolução CGPC nº 18/2006, e suas alterações posteriores, que estabelecem os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.



4

POSIÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor e com os totais dos Saldos de Contas individuais informados pela Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social, a composição das Provisões Matemáticas em 31 de dezembro de 2017 é a apresentada no quadro a seguir.

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos Previdenciais, Administrativos e de Investimentos fornecidos pela Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social posicionados em 31/12/2017.

NOME	R\$	
2.3.0.0.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	1.205.941.582,08
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	1.171.388.969,70
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	1.171.388.969,70
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	59.099.586,43
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	15.923.969,43
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos	15.923.969,43
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	43.175.617,00
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	28.216.339,00
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	14.959.278,00
2.3.1.1.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	1.114.316.880,24
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	1.087.722.750,24
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	473.675.129,89
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participantes	614.047.620,35
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	1.075,00
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	1.224,00
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	149,00
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.3.1.1.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	26.593.055,00

NOME	R \$
2.3.1.1.02.03.01 Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	43.445.692,00
2.3.1.1.02.03.02 (-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	16.852.637,00
2.3.1.1.02.03.03 (-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.3.1.1.03.00.00 (-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	2.027.496,97
2.3.1.1.03.01.00 (-) Serviço Passado	-
2.3.1.1.03.01.01 (-) Patrocinador(es)	-
2.3.1.1.03.01.02 (-) Participantes	-
2.3.1.1.03.02.00.00.00 (-) Déficit Equacionado - Total	11.452.178,25
2.3.1.1.03.02.00.1 (-) Déficit Equacionado - anterior a 31/12/2016	11.452.178,25
2.3.1.1.03.02.00.2 (-) Déficit Equacionado - 31/12/2016	-
2.3.1.1.03.02.00.3 (-) Déficit Equacionado - 31/12/2017	-
2.3.1.1.03.02.01.01 (-) Patrocinador(es) - Total	5.735.179,09
2.3.1.1.03.02.01.1 (-) Patrocinador(es) - anterior a 31/12/2016	5.735.179,09
2.3.1.1.03.02.01.2 (-) Patrocinador(es) - 31/12/2016	-
2.3.1.1.03.02.01.3 (-) Patrocinador(es) - 31/12/2017	-
2.3.1.1.03.02.02.01 (-) Participantes - Total	5.668.626,69
2.3.1.1.03.02.02.1 (-) Participantes - anterior a 31/12/2016	5.668.626,69
2.3.1.1.03.02.02.2 (-) Participantes - 31/12/2016	-
2.3.1.1.03.02.02.3 (-) Participantes - 31/12/2017	-
2.3.1.1.03.02.03.01 (-) Assistidos - Total	48.372,47
2.3.1.1.03.02.03.1 (-) Assistidos - anterior a 31/12/2016	48.372,47
2.3.1.1.03.02.03.2 (-) Assistidos - 31/12/2016	-
2.3.1.1.03.02.03.3 (-) Assistidos - 31/12/2017	-
2.3.1.1.03.03.00 (+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	(9.424.681,28)
2.3.1.1.03.03.01 (+/-) Patrocinador(es)	(4.718.742,97)
2.3.1.1.03.03.02 (+/-) Participantes	(4.658.396,00)
2.3.1.1.03.03.03 (+/-) Assistidos	(47.542,31)
2.3.1.2.00.00.00 EQUILÍBRIOS TÉCNICOS	-
2.3.1.2.01.00.00 RESULTADOS REALIZADOS	-
2.3.1.2.01.01.00 Superávit Técnico Acumulado	-
2.3.1.2.01.01.01 Reserva de Contingência	-
2.3.1.2.01.01.02 Reserva Especial para Revisão de Plano	-
2.3.1.2.01.02.00 (-) Déficit Técnico Acumulado	-
2.3.1.2.02.00.00 RESULTADOS A REALIZAR	-
2.3.2.0.00.00.00 FUNDOS	34.552.612,38



NOME	R \$
2.3.2.1.00.00.00 FUNDOS PREVIDENCIAIS	10.036.495,28
2.3.2.1.01.00.00 REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	-
2.3.2.1.02.00.00 REVISÃO DE PLANO	-
2.3.2.1.03.00.00 OUTROS - PREVISTO EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	10.036.495,28
2.3.2.1.03.01.00 FUNDO PARA OSCILAÇÃO DE RISCOS	10.036.495,28
2.3.2.1.03.01.01 FUNDO PARA OSCILAÇÃO DE RISCOS – PROJEÇÃO DOS SALDOS E BENEFÍCIO MÍNIMO	3.643.247,79
2.3.2.1.03.01.02 FUNDO PARA OSCILAÇÃO DE RISCOS – RENDA VITALÍCIA	6.393.247,49
2.3.2.2.00.00.00 FUNDOS ADMINISTRATIVOS	20.707.861,55
2.3.2.3.00.00.00 FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	3.808.255,55

Os valores das Provisões Matemáticas apresentados acima foram obtidos considerando-se o Regulamento do Plano de Contribuição Definida vigente em 31 de dezembro de 2017, Plano este que se encontra em manutenção.

Não houve alteração regulamentar que gere impacto ou afetação no resultado do Plano de Contribuição Definida no exercício de 2017.

Em relação à estruturação das Provisões Matemáticas observamos ainda o que se segue:

- a) No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão de aposentadoria normal em pensão por morte do aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos) e as provisões referentes à reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte e ao pecúlio por morte do inválido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).
- b) A provisão da pensão por morte já concedida foi registrada na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).
- c) As provisões referentes à projeção dos saldos em caso de morte de participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

Observamos que a Mercer não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Contribuição Definida avaliado, assim como os valores registrados nos saldos das contas individuais, tendo se baseado na informação fornecida pela Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social.

Esclarecemos que a duração do passivo é de 9,79 anos e foi apurada na avaliação atuarial de 31/12/2017.

VARIAÇÃO NAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas de contribuição definida do Plano evoluíram com as entradas (contribuições), saídas (benefícios pagos, resgates e portabilidades) e rentabilidade auferida.

Houve redução na provisão matemática reavaliada, utilizando as mesmas hipóteses da avaliação atuarial de 2016, quando comparada com a provisão matemática evoluída, considerando a movimentação já esperada (juros, inflação, benefícios pagos e concessão de benefícios), devido ao crescimento salarial abaixo do esperado, ganhos pela elegibilidade (Provisões Matemáticas dos benefícios de risco são iguais a zero para os participantes já elegíveis) e movimentações na massa de participantes.

A redução nas provisões matemáticas na avaliação atuarial de 2017 se deve, principalmente, às alterações nas premissas informadas no capítulo 3 deste parecer.

VARIAÇÃO DO RESULTADO

No exercício de 2017 o Plano de Contribuição Definida apresentou ganho financeiro, em função da redução nas provisões matemáticas, conforme explicado anteriormente neste parecer, e da rentabilidade favorável no exercício.

NATUREZA DO RESULTADO

O ganho financeiro apresentado em 31/12/2017 tem origem conjuntural e foi apurado a partir dos ganhos pela alteração de hipóteses atuariais e pela rentabilidade ocorrida de 13,34% ter superado consideravelmente a meta atuarial de 5,61% no exercício de 2017.

O ganho financeiro de R\$ 10.036.495,28 foi utilizado, anteriormente à constituição de Reserva de Contingência, em conformidade com o parágrafo 1º do art. 3º da Instrução Previc nº 26/2016, para redução constituição do Fundo para Oscilação de Riscos.

CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DE FUNDOS PREVIDENCIAIS

FUNDO PARA OSCILAÇÃO DE RISCOS

Regras de Constituição

Considerando que a hipótese de taxa real anual de juros em 31/12/2017 de 5,00% está em linha com as taxas disponíveis no mercado na mesma data para títulos públicos indexados ao IPCA com vencimentos mais longos e com base na expectativa de redução da taxa de juros parâmetro da PREVIC, as provisões matemáticas foram avaliadas utilizando-se a taxa real de juros de 3,50% anual, correspondente a 70% da hipótese atual (limite inferior esperado).

O efeito da mudança da hipótese de taxa real de juros foi de R\$ 10.596.281,00. Desta forma, o resultado financeiro de R\$ 10.036.495,28, apurado na avaliação atuarial de 31/12/2017 foi revertido integralmente para a constituição dos Fundos para Oscilação de Riscos, proporcionais à parcela do

benefício definido das provisões matemáticas, os quais serão registrados no balancete contábil da Entidade sob as seguintes rubricas:

- *Fundos Previdenciais / Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial / Fundo para Oscilação dos Riscos – Cobertura da Projeção de Saldo por Invalidez e Morte e Benefício Mínimo:* R\$ 3.643.247,79; e
- *Fundos Previdenciais / Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial / Fundo para Oscilação dos Riscos – Cobertura de Renda Vitalícia:* R\$ 6.393.247,49.

A criação do Fundo para Oscilação de Riscos – Cobertura da Projeção de Saldo por Invalidez e Morte e Benefício Mínimo e do Fundo para Oscilação de Riscos – Cobertura de Renda Vitalícia mitiga os riscos do Plano de Contribuição Definida e atende aos requisitos da Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008.

Finalidade e Reversão dos Valores

Os Fundos para Oscilação de Riscos têm por objetivo de minimizar os efeitos de oscilações das variáveis atuariais sobre os resultados do plano de benefícios, promovendo maior estabilidade e reduzindo a possibilidade de ocorrência de déficits conjunturais, maior controle dos custos e redução da possibilidade de uma geração de participantes cobrir o benefício de outra geração.

O Fundo para Oscilação de Riscos – Cobertura da Projeção de Saldo por Invalidez e Morte e Benefício Mínimo será destinado à cobertura dos benefícios de riscos em função de desvios das hipóteses adotadas na avaliação atuarial.

O Fundo para Oscilação de Riscos – Cobertura da Projeção de Saldo por Invalidez e Morte e Benefício Mínimo poderá ser utilizado para compensação das Contribuições Específicas, desde que prevista no plano de custeio anual, baseado em parecer atuarial, devidamente aprovado pelo Conselho Deliberativo, permanecendo a obrigação das Patrocinadoras efetuarem contribuições paritárias às contribuições dos Participantes Ativos, as quais serão alocadas aos saldos de contas, conforme previsto no Regulamento do Plano.

O Fundo para Oscilação de Riscos – Cobertura de Renda Vitalícia será destinado à cobertura dos benefícios de aposentadoria e pensão por morte pagos sob a forma de renda vitalícia, em função de desvios das hipóteses adotadas na avaliação atuarial.

Atualização dos Valores dos Fundos

O Fundo para Oscilação de Riscos – Cobertura da Projeção de Saldo por Invalidez e Morte e Benefício Mínimo será atualizado pelo retorno dos investimentos do plano e com a entrada de recursos (nova mensuração da necessidade do fundo com a utilização de ganhos financeiros nos próximos exercícios), saídas (abatimento de contribuições, pagamento dos benefícios de risco não

cobertos pela Conta Coletiva de Risco ou nova mensuração da necessidade do fundo com a reversão de recursos para o patrimônio de cobertura do Plano).

O Fundo para Oscilação de Riscos – Cobertura de Renda Vitalícia será atualizado pelo retorno dos investimentos do plano e com a entrada de recursos (nova mensuração da necessidade do fundo com a utilização de ganhos financeiros nos próximos exercícios), saídas (pagamento dos benefícios de renda vitalícia não cobertos pela Conta Coletiva de Benefício ou nova mensuração da necessidade do fundo com a reversão de recursos para o patrimônio de cobertura do Plano).



5

PLANO DE CUSTEIO PARA O EXERCÍCIO DE 2018

CUSTOS

O método de Capitalização Individual é utilizado na avaliação dos benefícios estruturados na forma de contribuição definida do Plano de Contribuição, sendo os benefícios obtidos a partir das contribuições efetuadas no período decorrido entre a data de ingresso do participante no plano e a data da sua aposentadoria. O valor total acumulado, capitalizado com o rendimento dos recursos investidos, resultará no montante final a ser convertido em benefício. Estas contribuições são determinadas conforme o Regulamento do Plano e estimadas para fins da Avaliação Atuarial com base no cenário real de adesão na data-base de dados.

O método atuarial Crédito Unitário Projetado, adotado para a apuração da parcela de benefício definido dos compromissos deste plano, pressupõe a acumulação do valor presente do benefício projetado, em parcelas anuais iguais, no período decorrido entre a data de admissão do participante na patrocinadora do plano e a data provável da concessão de cada benefício, conforme descrito a seguir:

DESCRIÇÃO	CUSTO EM % DA FOLHA DE SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO	CUSTO EM R\$ DE 31/12/2017
Normal		
Aposentadorias - Básico	16,99%	83.036.591
Aposentadorias - Voluntário	0,38%	1.833.378
Invalidez	0,16%	761.603
Pensão por Morte	0,36%	1.749.755
Benefício Mínimo	0,00%	85,00
Total Custo Normal	17,89%	87.381.412
Extraordinário		
Amortização do Déficit	-	-
Administrativo	0,85%	4.143.761
Custo Total	18,74%	91.525.173

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais estimados em 31/12/2017. Ressaltamos que durante o ano de 2018, os valores de contribuição em Reais poderão apresentar variações em função de aumento ou redução da folha de participação.

Evolução dos custos

Em relação à parcela de contribuição definida, não houve alteração significativa nos custos projetados para o exercício de 2018, quando comparados aos projetados para o exercício de 2017 permanecendo em um percentual próximo da folha dos salários de participação.

Relativamente ao custeio da parcela de Benefício Definido, pelo método Crédito Unitário Projetado é esperado que haja uma estabilização do custo do plano em caso de manutenção do perfil da massa avaliada, devendo o custo ser crescente quando adotado para populações fechadas.

Os custos da parcela de Benefício Definido apurados para 2018 refletem uma redução significativa em relação ao apresentado para o exercício de 2017, devido às alterações das hipóteses atuariais descritas anteriormente nesse parecer.

Contribuições

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente, as Patrocinadoras e os participantes deverão efetuar contribuições para o Plano de Contribuição Definida com base nos seguintes níveis:

Patrocinadora

As Patrocinadoras deverão efetuar contribuições de acordo com o item 5.2 do Regulamento do Plano, além das seguintes contribuições:

DESCRÍÇÃO	CONTRIBUIÇÃO EM % DA FOLHA DE SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO	CONTRIBUIÇÃO EM R\$ DE 31/12/2017
Normal		
Contribuição para Conta Individual	7,81%	38.190.694
Contribuição para Benefício Mínimo	0,00%	85
Contribuição para Saldo Projetado dos benefícios de Invalidez e Morte	0,52%	2.511.358
Extraordinária		
Para amortização da Provisão a Constituir - Subconta Déficit Equacionado (anterior a 31/12/2016)	-	-
Contribuição para cobertura das despesas administrativas	0,85%	4.143.761

A Contribuição Complementar de 9,24% do valor da Contribuição Básica do Participante será descontada da contribuição da Patrocinadora, representando 0,85% da folha de salário de contribuição. Esta contribuição é destinada ao financiamento das Despesas Administrativas do Plano e foi estimada em R\$ 4.143.761, em moeda de 31/12/2017.

O Fundo Administrativo poderá ser utilizado para cobertura das despesas administrativas, caso estas superem as contribuições devidas.

As contribuições totais da Patrocinadora equivalem à taxa média estimada em 9,18% da folha de salário de participação, ou R\$ 44.845.898,00, em moeda de 31/12/2017, tendo como base a contribuição efetivamente praticada na data da avaliação.

Participantes Ativos

Os Participantes ativos deverão efetuar contribuições de acordo com o item 5.1 do Regulamento do Plano, equivalente à taxa média estimada em 9,56% do salário, ou R\$ 46.679.275,36, em moeda de 31/12/2017, tendo como base a contribuição efetivamente praticada na data da avaliação. Desse montante, R\$ 44.845.898, equivalente a 9,18% do salário, corresponde às contribuições básicas.

Participantes Autopatrocinados

Os Participantes Autopatrocinados deverão efetuar, além de suas contribuições, as contribuições que seriam feitas pela Patrocinadora, caso não tivesse ocorrido o término do vínculo empregatício, destinadas ao custeio de seus benefícios, incluindo as contribuições para cobertura das despesas administrativas.

Participantes em Benefício Proporcional Diferido

Os participantes vinculados aguardando o BPD deverão efetuar contribuições para cobertura das despesas administrativas sobre o último salário de contribuição do mês anterior à data do término do vínculo empregatício.

Dívidas em Atraso - Amortização do Déficit Equacionado (anterior a 31/12/2016)

As Patrocinadoras, Participantes e Assistidos deverão integralizar os valores devidos e ainda não pagos referentes à amortização do déficit equacionado registrado na Provisão Matemática a Constituir, conforme os seguintes montantes apurados na data da avaliação:

- Patrocinadoras: R\$ 1.016.436,12;
- Participantes: R\$ 1.010.230,69; e
- Assistidos: R\$ 830,16.

VIGÊNCIA DO PLANO DE CUSTEIO

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 1º de abril de 2018.

6

CONCLUSÃO

Certificamos que o Plano de Contribuição Definida da Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social está equilibrado, dependendo apenas do pagamento das contribuições previstas no Plano de Custeio para manter este equilíbrio.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2018.

Mercer Human Resource Consulting Ltda.


Jorge João da Silveira Sobrinho – MIBA nº 920


Magnó Henrique Barbosa Camelo – MIBA nº 2.223

MERCER
Av. Dr. Chucri Zaidan, 920, 11º andar
São Paulo, SP, Brasil
CEP 04583-904
www.mercer.com.br



ANEXO VI

Aprovação do Orçamento FRG

RD – Resolução de Diretoria

FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

ASG.P - Assessoria de Secretaria Geral

 [Página Inicial](#)

 [Imprimir](#)

RD Nº
001/2953

Data:
20/04/2017

A Diretoria de Furnas-Centrais Elétricas S.A., na 2953^a. reunião, realizada em 20/04/2017, resolveu, nos termos da PRD.DP.048.2017, de 03/04/2017:

1. Manifestar concordância com o **pagamento** dos valores que cabem a Furnas no **Orçamento do Plano de Gestão Administrativa (PGA)** para 2017, da **Real Grandeza – Fundação de Previdência e Assistência Social (FRG)**, aprovado pela Resolução 001/377, de 30.01.2017, do Conselho Deliberativo daquela entidade, implicando em desembolsos no montante de até R\$77.800.600,24 (setenta e sete milhões, oitocentos mil e seiscentos reais e vinte e quatro centavos). O valor global mencionado refere-se aos seguintes itens:

(i) **Reembolso de Despesas Administrativas Previdenciais**, conforme regulamento do Plano de Benefício Definido, até o total de R\$40.973.254,00 (quarenta milhões, novecentos e setenta e três mil, duzentos e cinquenta e quatro reais), correspondente a 88,99% das despesas administrativas do Plano BD, conforme rateio proporcional ao número de participantes do Plano BD ligados a Furnas;

(ii) Pagamento do valor previsto no Convênio nº 9734, de 23.03.1991, alterado pelo 1º termo aditivo, de 25.08.2014, para administração do **Plano de Saúde** dos empregados de Furnas e seus dependentes, no montante de até R\$36.827.346,24 (trinta e seis milhões, oitocentos e vinte e sete mil, trezentos e quarenta e seis reais e vinte e quatro centavos), correspondente ao valor do referido Convênio atualizado segundo o índice contratual previsto (IPCA);

2. Solicitar à FRG, dando ciência aos representantes indicados por Furnas para o Conselho Deliberativo daquela entidade, a adoção das medidas necessárias para que seja concluída e implementada, antes da elaboração do Orçamento para o próximo exercício, a revisão do critério de rateio utilizado no **Plano de Gestão Administrativa**.

Marco Antonio Fernandes da Costa

Secretário de Governança Corporativa

Assuntos: Real Grandeza – Fundação de Previdência e Assistência Social (FRG)

ANEXO VII

Andamento Acórdão 2317/2015

Sex, 20 de Abril de 2018

Sistema Push - Consulta Texto

Processo: 026.407/2015-9

Tipo do processo

TCE - TOMADA DE CONTAS ESPECIAL - Desde 02/10/2015

Assunto do processo

TCE UHE Batalha/GO-MG - TCE instaurada em cumprimento ao subitem 9.1 do Acórdão 2317/2015-Plenário, TC 027.891/2011-9, desti
análise do 3º Termo Aditivo ao Contrato 17.967/2008, referente à obra da UHE Batalha.

Data de autuação

02/10/2015 - 12:27:32

Estado

ABERTO

Processos apensados

Processo: 007.556/2016-0 - Apensado desde 07/04/2016 - 16:20:57

Relator atual

MIN-AA - ANA LÚCIA ARRAES DE ALENCAR - Desde 02/10/2015

Histórico de relatoria

MIN-AA - ANA LÚCIA ARRAES DE ALENCAR - Desde 02/10/2015

Unidade responsável técnica

SeinfraEle - Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica

Unidade responsável por agir (Localização)

SeinfraEle - Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica - Desde 17/05/2016 - 19:44:45

Confidencialidade

Restrito

Unidade jurisdicionada

Fumas - Furnas Centrais Elétricas S.A.

Responsáveis

CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORREA S/A

Dionésio Werner Junior

Flávio Eustáquio Ferreira Martins

MCA AUDITORIA E GERENCIAMENTO LTDA

RENATO CABRAL GUIMARAES

Representante legais

ANA CAROLINA DA SILVA BORETTO

Adriana Barbosa Felix

Arthur Lima Guedes

DANIEL MARTINS E AVELAR

Décio Flávio Gonçalves Torres Freire

Edgard Hermelino Leite Junior

Fernanda Leoni

GABRIELA BRAUNSTEIN DE MARCHI

GUSTAVO ANDERE CRUZ

Gilberto Mendes Calasans Gomes

João Geraldo Piquet Carneiro

LUCIANO DE ARAUJO FERRAZ

Leonardo de Matos Galvão

Lígia Menezes Santos Neves

MARIANA SOARES BORGES

NOELLE REGINA DE OLIVEIRA GUERINO

Tatyane de Matos Lacerda

Vinicius Sciarra dos Santos

YARA DE MELO MIRANDA GONZAGA

Informações específicas do processo

Tomada de Contas Especial

Montante analisado: R\$ 64.065.958,78

Foi instaurada pelo TCU

Motivo da instauração: Aplicação irregular de recursos

Historico do processo

Data/Hora	Histórico
27/10/2017 - 09:02:01	Cadastrada representação legal 24056/2017 por SeinfraElétrica
27/10/2017 - 09:02:01	Cadastrada representação legal 24055/2017 por SeinfraElétrica
31/05/2017 - 12:53:40	Documento Novos elementos/informações adicionais juntado ao processo por SeinfraElétrica
03/02/2017 - 10:42:02	Documento Vista e/ou Cópia (Pedido/Autorização/Recibo) juntado ao processo por SeinfraElétrica
01/02/2017 - 10:42:15	Associados documentos à representação legal 22251/2015 por SeinfraElétrica
17/11/2016 - 15:16:54	Documento Vista e/ou Cópia (Pedido/Autorização/Recibo) juntado ao processo por SeinfraElétrica
23/06/2016 - 17:37:17	Peça No. 176 do tipo Vista e/ou Cópia (Pedido/Autorização/Recibo) (doc 55.847.744-6) desentranhada do processo por Seinfra Elétrica/D2 - Motivo: Erro na juntada
23/06/2016 - 17:36:33	Documento Vista e/ou Cópia (Pedido/Autorização/Recibo) juntado ao processo por SeinfraElétrica
23/06/2016 - 11:07:31	Documento Vista e/ou Cópia (Pedido/Autorização/Recibo) juntado ao processo por SeinfraElétrica
16/06/2016 - 15:06:46	Juntada resposta de comunicação por unidade SeinfraElétrica
15/06/2016 - 16:49:54	Documento Vista e/ou Cópia (Pedido/Autorização/Recibo) juntado ao processo por SeinfraElétrica
10/06/2016 - 17:57:22	Cadastrada representação legal 9651/2016 por SeinfraElétrica
17/05/2016 - 19:44:02	Documento Termo juntado ao processo por SeinfraElétrica
16/05/2016 - 11:45:19	Juntada resposta de comunicação por unidade SeinfraElétrica
13/05/2016 - 11:30:48	Juntada resposta de comunicação por unidade SeinfraElétrica
12/04/2016 - 19:13:25	Documento Vista e/ou Cópia (Pedido/Autorização/Recibo) juntado ao processo por SeinfraElétrica
11/04/2016 - 15:31:32	Documento Vista e/ou Cópia (Pedido/Autorização/Recibo) juntado ao processo por SeinfraElétrica
11/04/2016 - 13:35:41	Documento Vista e/ou Cópia (Pedido/Autorização/Recibo) juntado ao processo por SeinfraElétrica
11/04/2016 - 12:28:25	Peça No. 166 do tipo TCE - Inicial (doc 55.273.743-0) desentranhada do processo por SeinfraElétrica/SA - Motivo: Erro na juntada
08/04/2016 - 16:08:40	Documento TCE - Inicial juntado ao processo por SeinfraElétrica
08/04/2016 - 16:07:38	Juntada ciência de comunicação por unidade SeinfraElétrica
08/04/2016 - 14:08:19	Documento Vista e/ou Cópia (Pedido/Autorização/Recibo) juntado ao processo por SeinfraElétrica
07/04/2016 - 16:29:28	Documento Termo juntado ao processo por SeinfraElétrica
07/04/2016 - 16:20:57	Processo 007.556/2016-0 foi apensado a este processo
05/04/2016 - 17:53:04	Juntada comunicação Ofício 0089/2016 por unidade SeinfraElétrica em virtude de expedição
05/04/2016 - 10:19:34	Juntada resposta de comunicação por unidade SeinfraElétrica
05/04/2016 - 10:19:33	Juntada resposta de comunicação por unidade SeinfraElétrica
01/04/2016 - 19:07:52	Associados documentos à representação legal 20890/2015 por SeinfraElétrica
30/03/2016 - 10:13:28	Enviado por MIN-AA para providências externas na SeinfraElétrica/SA
30/03/2016 - 10:13:27	Despacho proferido pelo Ministro Ana Arraes.
29/03/2016 - 16:12:15	Documento Vista e/ou Cópia (Pedido/Autorização/Recibo) juntado ao processo por MIN-AA
18/03/2016 - 11:56:01	Enviado para pronunciamento do Ministro Ana Arraes por SeinfraElétrica
18/03/2016 - 11:56:00	Pronunciamento da SeinfraElétrica concluído
14/03/2016 - 14:31:02	Documento Pedido de prorrogação de prazo juntado ao processo por SeinfraElétrica
09/03/2016 - 15:30:44	Documento Vista e/ou Cópia (Pedido/Autorização/Recibo) juntado ao processo por SeinfraElétrica
07/03/2016 - 19:11:16	Juntada resposta de comunicação por unidade SeinfraElétrica
07/03/2016 - 12:50:21	Juntada resposta de comunicação por unidade SeinfraElétrica
07/03/2016 - 12:50:21	Juntada resposta de comunicação por unidade SeinfraElétrica
07/03/2016 - 12:50:20	Juntada resposta de comunicação por unidade SeinfraElétrica
03/03/2016 - 12:33:42	Cadastrada representação legal 3536/2016 por SeinfraElétrica
03/03/2016 - 12:33:42	Cadastrada representação legal 3535/2016 por SeinfraElétrica
03/03/2016 - 12:33:41	Cadastrada representação legal 3534/2016 por SeinfraElétrica
25/02/2016 - 19:07:49	Juntada ciência de comunicação por unidade SeinfraElétrica
22/02/2016 - 12:08:08	Juntada comunicação Ofício 0019/2016 por unidade SeinfraElétrica em virtude de expedição
16/02/2016 - 18:43:56	Enviado por MIN-AA para providências externas na SeinfraElétrica/SA
16/02/2016 - 18:43:54	Despacho proferido pelo Ministro Ana Arraes.
03/02/2016 - 17:40:42	Documento Vista e/ou Cópia (Pedido/Autorização/Recibo) juntado ao processo por SeinfraElétrica
02/02/2016 - 12:34:32	Enviado para pronunciamento do Ministro Ana Arraes por SeinfraElétrica
02/02/2016 - 12:34:31	Pronunciamento da SeinfraElétrica concluído
27/01/2016 - 14:05:37	Documento Pedido de prorrogação de prazo juntado ao processo por SeinfraElétrica
27/01/2016 - 13:55:04	Cadastrada representação legal 1297/2016 por SeinfraElétrica
14/01/2016 - 13:28:59	Juntada ciência de comunicação por unidade SeinfraElétrica
14/01/2016 - 13:28:36	Juntada ciência de comunicação por unidade SeinfraElétrica
13/01/2016 - 16:14:32	Juntada ciência de comunicação por unidade SeinfraElétrica
12/01/2016 - 18:19:15	Juntada ciência de comunicação por unidade SeinfraElétrica
06/01/2016 - 14:12:24	Juntada ciência de comunicação por unidade SeinfraElétrica
06/01/2016 - 06:02:13	Juntada comunicação Ofício 0620/2015 por unidade SeinfraElétrica em virtude de expedição
06/01/2016 - 06:02:11	Juntada comunicação Ofício 0621/2015 por unidade SeinfraElétrica em virtude de expedição
06/01/2016 - 06:00:55	Juntada comunicação Ofício 0618/2015 por unidade SeinfraElétrica em virtude de expedição
05/01/2016 - 10:41:07	Documento Novos elementos/informações adicionais juntado ao processo por SeinfraElétrica
05/01/2016 - 10:40:16	Cadastrada representação legal 67/2016 por SeinfraElétrica
04/01/2016 - 11:46:11	Cadastrada representação legal 3/2016 por SeinfraElétrica
04/01/2016 - 11:46:10	Cadastrada representação legal 2/2016 por SeinfraElétrica
30/12/2015 - 14:10:21	Juntada resposta de comunicação por unidade SeinfraElétrica
20/12/2015 - 14:00:50	Documento Pedido de prorrogação de prazo juntado ao processo por SeinfraElétrica

29/12/2015 - 16:08:47	Juntada ciência de comunicação por unidade SeinfraElétrica
29/12/2015 - 14:12:49	Documento Vista e/ou Cópia (Pedido/Autorização/Recibo) juntado ao processo por SeinfraElétrica
29/12/2015 - 13:44:55	Juntada ciência de comunicação por unidade SeinfraElétrica
29/12/2015 - 13:44:28	Juntada ciência de comunicação por unidade SeinfraElétrica
28/12/2015 - 14:50:30	Documento Pedido de prorrogação de prazo juntado ao processo por SeinfraElétrica
28/12/2015 - 14:50:30	Documento Pedido de prorrogação de prazo juntado ao processo por SeinfraElétrica
28/12/2015 - 14:48:53	Documento Vista e/ou Cópia (Pedido/Autorização/Recibo) juntado ao processo por SeinfraElétrica
28/12/2015 - 14:48:32	Cadastrada representação legal 26539/2015 por SeinfraElétrica
28/12/2015 - 14:48:32	Cadastrada representação legal 26538/2015 por SeinfraElétrica
28/12/2015 - 14:48:32	Cadastrada representação legal 26537/2015 por SeinfraElétrica
28/12/2015 - 14:48:31	Cadastrada representação legal 26536/2015 por SeinfraElétrica
28/12/2015 - 14:48:31	Cadastrada representação legal 26535/2015 por SeinfraElétrica
28/12/2015 - 14:33:42	Juntada ciência de comunicação por unidade SeinfraElétrica
28/12/2015 - 12:16:37	Juntada comunicação Ofício 0616/2015 por unidade SeinfraElétrica em virtude de expedição
28/12/2015 - 12:16:37	Juntada comunicação Ofício 0613/2015 por unidade SeinfraElétrica em virtude de expedição
23/12/2015 - 13:47:15	Juntada ciência de comunicação por unidade SeinfraElétrica
22/12/2015 - 18:58:18	Documento Pedido de prorrogação de prazo juntado ao processo por SeinfraElétrica
21/12/2015 - 19:03:18	Documento Vista e/ou Cópia (Pedido/Autorização/Recibo) juntado ao processo por SeinfraElétrica. O(s) anexo(s) [Despacho de expediente] foi(ram) adicionado(s) como peça(s) do processo
21/12/2015 - 18:53:31	Documento Pedido de prorrogação de prazo juntado ao processo por SeinfraElétrica
21/12/2015 - 18:51:59	Excluída representação legal 26339/2015 por SeinfraElétrica
21/12/2015 - 18:51:52	Excluída representação legal 26340/2015 por SeinfraElétrica
21/12/2015 - 18:45:20	Cadastrada representação legal 26339/2015 por SeinfraElétrica
21/12/2015 - 18:45:20	Cadastrada representação legal 26338/2015 por SeinfraElétrica
21/12/2015 - 18:45:19	Cadastrada resposta de comunicação por unidade SeinfraElétrica
21/12/2015 - 11:58:28	Documento Pedido de prorrogação de prazo juntado ao processo por SeinfraElétrica
16/12/2015 - 18:26:29	Juntada comunicação Ofício 0601/2015 por unidade SeinfraElétrica em virtude de expedição
10/12/2015 - 15:47:49	Juntada comunicação Ofício 0600/2015 por unidade SeinfraElétrica em virtude de expedição
10/12/2015 - 15:47:42	Juntada comunicação Ofício 0599/2015 por unidade SeinfraElétrica em virtude de expedição
10/12/2015 - 15:47:36	Juntada comunicação Ofício 0598/2015 por unidade SeinfraElétrica em virtude de expedição
10/12/2015 - 15:47:29	Juntada comunicação Ofício 0597/2015 por unidade SeinfraElétrica em virtude de expedição
10/12/2015 - 15:47:22	Juntada comunicação Ofício 0596/2015 por unidade SeinfraElétrica em virtude de expedição
10/12/2015 - 15:47:15	Juntada comunicação Ofício 0589/2015 por unidade SeinfraElétrica em virtude de expedição
02/12/2015 - 17:26:10	Documento Pesquisa de endereço juntado ao processo por SeinfraElétrica
30/11/2015 - 16:24:56	Documento Elementos comprobatórios/Evidências juntado ao processo por SeinfraElétrica
27/11/2015 - 16:20:07	Documento Pesquisa de endereço juntado ao processo por SeinfraElétrica
25/11/2015 - 13:10:31	Enviado por MIN-AA para providências extemas na SeinfraElétrica/SA
24/11/2015 - 18:12:32	Despacho proferido pelo Ministro Ana Arraes.
24/11/2015 - 18:12:31	Documento Vista e/ou Cópia (Pedido/Autorização/Recibo) juntado ao processo por SeinfraElétrica
16/11/2015 - 11:52:02	Pronunciamento da SeinfraElétrica concluído
28/10/2015 - 11:24:33	Documento Demonstrativo de Débito juntado ao processo por SeinfraElétrica
28/10/2015 - 11:24:32	Documento Demonstrativo de Débito juntado ao processo por SeinfraElétrica
20/10/2015 - 15:53:26	Documento Elementos comprobatórios/Evidências juntado ao processo por SeinfraElétrica
20/10/2015 - 15:53:25	Documento Demonstrativo de Débito juntado ao processo por SeinfraElétrica
20/10/2015 - 15:22:45	Documento Demonstrativo de Débito juntado ao processo por SeinfraElétrica
20/10/2015 - 15:22:12	Documento Elementos comprobatórios/Evidências juntado ao processo por SeinfraElétrica
20/10/2015 - 15:21:34	Documento Demonstrativo de Débito juntado ao processo por SeinfraElétrica
20/10/2015 - 15:20:35	Peça No. 90 do tipo Elementos comprobatórios/Evidências (doc 54.025.701-8) desentranhada do processo por SeinfraElétrica/ASS - Motivo: Erro na juntada
20/10/2015 - 15:19:37	Peça No. 91 do tipo Elementos comprobatórios/Evidências (doc 54.025.707-0) desentranhada do processo por SeinfraElétrica/ASS - Motivo: Erro na juntada
20/10/2015 - 15:19:13	Peça No. 92 do tipo Elementos comprobatórios/Evidências (doc 54.025.726-1) desentranhada do processo por SeinfraElétrica/ASS - Motivo: Erro na juntada
20/10/2015 - 15:18:08	Documento Elementos comprobatórios/Evidências juntado ao processo por SeinfraElétrica
20/10/2015 - 15:14:09	Documento Elementos comprobatórios/Evidências juntado ao processo por SeinfraElétrica
20/10/2015 - 15:13:06	Documento Elementos comprobatórios/Evidências juntado ao processo por SeinfraElétrica
20/10/2015 - 15:12:24	Documento Elementos comprobatórios/Evidências juntado ao processo por SeinfraElétrica
20/10/2015 - 15:11:30	Documento Elementos comprobatórios/Evidências juntado ao processo por SeinfraElétrica
20/10/2015 - 15:10:24	Documento Elementos comprobatórios/Evidências juntado ao processo por SeinfraElétrica
20/10/2015 - 15:08:36	Documento Elementos comprobatórios/Evidências juntado ao processo por SeinfraElétrica
09/10/2015 - 12:08:28	Cadastrada representação legal 20890/2015 por SeinfraElétrica
02/10/2015 - 15:45:41	Cadastrada representação legal 20368/2015 por SeinfraElétrica
02/10/2015 - 15:45:39	Cadastrada representação legal 20367/2015 por SeinfraElétrica
02/10/2015 - 15:42:15	Cadastrada representação legal 20364/2015 por SeinfraElétrica
02/10/2015 - 15:42:15	Cadastrada representação legal 20363/2015 por SeinfraElétrica
02/10/2015 - 15:42:15	Cadastrada representação legal 20362/2015 por SeinfraElétrica
02/10/2015 - 14:50:22	Documento Deliberação originária juntado ao processo por Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Elétrica
02/10/2015 - 14:50:22	Documento Deliberação originária juntado ao processo por Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Elétrica
02/10/2015 - 14:50:22	Documento Deliberação originária juntado ao processo por Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Elétrica
02/10/2015 - 14:50:22	Documento TCE - Início juntada ao processo por Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Elétrica

02/10/2015 - 14:50:06	Documento TCE - Inicial juntado ao processo por Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Elétrica
02/10/2015 - 14:50:06	Documento TCE - Inicial juntado ao processo por Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Elétrica
02/10/2015 - 14:50:06	Documento TCE - Inicial juntado ao processo por Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Elétrica
02/10/2015 - 14:50:06	Documento TCE - Inicial juntado ao processo por Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Elétrica
02/10/2015 - 14:50:06	Documento TCE - Inicial juntado ao processo por Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Elétrica
02/10/2015 - 14:50:06	Documento TCE - Inicial juntado ao processo por Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Elétrica
02/10/2015 - 14:50:06	Documento TCE - Inicial juntado ao processo por Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Elétrica
02/10/2015 - 14:50:05	Documento TCE - Inicial juntado ao processo por Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Elétrica
02/10/2015 - 14:50:05	Documento TCE - Inicial juntado ao processo por Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Elétrica
02/10/2015 - 14:50:05	Documento TCE - Inicial juntado ao processo por Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Elétrica

[Fechar](#)

[Voltar para o P](#)

A qualquer momento esta área poderá ser ace
do link "Minha Conta"

Em caso de dúvida, entre em contato com a Central de Atendimento 0800-644.1500, opção 2. Setor de Administração Federal Sul - SAFS Quadra 4 Lote 1, CEP 70042-900, Brasília

ANEXO VIII

Auditorias Acórdão 388/2018

Situação - Auditoria Interna						
RAU	Processo Auditado	Item do PAINT	Escopo	Não Conformidade	Resultado	
					Recomendação(ões)	Situação
017.2015	Auditórias Especiais (Subprocesso: Gestão de Participações)	39	<p>Verificação da situação do fornecimento de aerogeradores pela empresa Wind Power Energia S/A – WPE do Grupo IMPSA - Indústrias Metalúrgicas Pescarmona Complexos Fortim, Famosa, Punaú e Baleia</p> <p>Verificação das providências tomadas para atendimento das determinações estabelecidas pelo TCU referente do processo TC 021.932/2014-0.</p> <p>Análise do acompanhamento do retorno esperado do investimento.</p>	<p>Recuperação dos valores pagos a WPE</p>	<p>Solicitar das SPEs, uma posição atual das seguradoras sobre o pagamento dos sinistros.</p> <p>Acompanhar junto as SPEs o andamento dos processos judiciais de recuperação dos valores pagos.</p> <p>Acompanhar as tratativas para a contratação de novos fornecedores de aerogeradores</p> <p>Gestão junto a ANEEL para esclarecer a situação (responsabilidade) de FURNAS quanto ao assunto.</p>	Assuntos Regularizados
010.2016	Processos de gestão e de governança corporativa inerente a Sociedade de Propósito Específico - SPE, Transenergia Goiás S/A - TGO, da qual FURNAS tem participação acionária de 99,00%, desde dezembro de 2015, visando certificar se os procedimentos adotados estão em conformidade com os normativos internos, com a legislação vigente, e se mitigam custos financeiros e operacionais.	33	<p>Analizar:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) O atendimento às recomendações do Manual de SPE da Eletrobras; b) A implementação das recomendações/determinações emitidas pelos órgãos externos de fiscalização e verificação de penalidades; c) O parecer emitido pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST - Nota Técnica SEI nº 4954/2015-MP; d) Os aportes realizados no exercício de acordo com o Plano de Negócio, os percentuais correspondentes e se estão corretamente contabilizados; e) O acompanhamento do retorno esperado do investimento; f) As aprovações dos Planos de Negócios pelas alçadas competentes; g) A ocorrência de perda de receita; h) O cumprimento do cronograma para entrada em operação do empreendimento; 	<p>1) Não há avaliação formal sobre a definição da composição do quadro de pessoal e os respectivos vínculos empregatícios quanto à necessidade de realização de concurso público.</p> <p>2) O Plano de Negócio foi elaborado em 26.05.2009, sendo efetuada apenas uma revisão em 18.09.2014, o que está em desacordo com o item 4.1.1 da IN.013.2015 - Gestão de Participações - Revisão do Plano de Negócio de SPE:</p> <p>"4. CRITÉRIOS PARA REVISÃO DO PLANO DE NEGÓCIO DE SPE</p> <p>4.1. Revisão periódica: A SPE deverá promover uma revisão em seu Plano de Negócio obedecendo ao seguinte critério:</p> <p>4.1.1. Pelo menos a cada 12 meses, contados da última revisão. (...)".</p> <p>3) Atraso significativo na entrada em operação comercial:</p> <p>a) LT Serra da Mesa - Niquelândia: Data da previsão do ato legal: 19.07.2011 e data de realização 21.05.2017.</p>	<p>Solicitar a manifestação da Superintendência Jurídica - SJ.P sobre contratação de mão-de-obra na TGO. Acionar a SPE no sentido de regularizar a situação quanto aos funcionários existentes e às contratações futuras.</p> <p>Revisar o plano de Negócio conforme determina a IN.013.2015 - Revisão do Plano de Negócio de SPE.</p> <p>Monitorar o progresso do empreendimento, atentando para o cumprimento dos prazos determinados.</p> <p>Solicitar à SPE que encaminhe periodicamente as informações fornecidas á ANEEL.</p> <p>Atentar ao cumprimento das Leis Orçamentárias.</p> <p>Apurar a Receita Anual Permitida (RAP) que deveria ser auferida no período de 2011 a 2016.</p>	Assuntos Regularizados

Situação - Auditoria Interna						
RAU	Processo Auditado	Item do PAINT	Escopo	Não Conformidade	Resultado	
					Recomendação(ões)	Situação
			j) O cumprimento do orçamento financeiro.	<p>b) LT Niquelândia - Barro Alto: Data da previsão do ato legal: 19.07.2011 e data de realização 21.05.2016 .</p> <p>4) Divergências entre o formulário de Acompanhamento por Empreendimento - SIGET da ANEEL e o de controle de FURNAS, a seguir demonstrado:</p> <p>a) LT Serra da Mesa - Niquelândia: Datas da conclusão prevista da Licença de Operação e Operação Comercial pelo cronograma da ANEEL, 30.11.2016 e 28.02.2017. respectivamente, e as datas apresentadas por FURNAS, 15.01.2017 e 21.05.2017, respectivamente.</p> <p>b) LT Niquelândia - Barro Alto: Data prevista da Licença de Operação pelo cronograma da ANEEL 15.03.2016 e por Furnas 15.04.2016.</p> <p>5) A autorização para assunção de participação acionária para FURNAS, emitida pelo DEST, para constituição da sociedade estatal, ocorreu após o prazo de aprovação do PDG de 2016, inviabilizando a TGO a ter PDG e os investimentos contemplados na LOA de 2016. Conforme informação da GEP.N, os pagamentos feitos aos fornecedores de 01.01.2016 a 30.04.2016 no total de R\$24.445.707,50 foram: Tabocas Participações Empreendimentos S/A: R\$7.301.284,00; CEL Engenharia Ltda.: R\$3.354.708,15; Brametal S.A.: R\$3.189.715,35; e Alubar Metais e Cabos S.A.: R\$10.600.000,00.</p> <p>6) O empreendimento não auferiu receitas estimadas em razão dos atrasos ocorridos na obtenção das licenças ambientais e de operação, comprometendo a entrada de receitas no caixa da empresa.</p>		

RAU	Processo Auditado	Item do PAINT	Situação - Auditoria Interna			Resultado Recomendação(ões)	Situação
			Escopo	Não Conformidade			
030.2016	Gestão de Participação (Subprocesso: Gestão do Desempenho das Sociedades de Propósito Específico (SPE) - PTC6) em aderência aos requisitos da Lei Sarbanes-Oxley para o exercício de 2015	14	A delimitação do escopo decorre da apuração da materialidade, definida a nível consolidado pela Eletrobras.	As não conformidades foram apuradas nos testes realizados pela empresa Deloitte contratada pela Eletrobras.		Elaborar em conjunto com a Superintendência de Gestão de Conformidade e Risco - RC.P o redesenho do controle de forma o mesmo reflete os procedimentos executados para mitigação do risco.	Assunto Regularizado.
054.2016	Gestão inerente a Sociedade de Propósito Específico - SPE, Mata de Santa Genebra (MSG), da qual FURNAS tem participação acionária de 49,90%, e a COPEL Geração e Transmissão S.A. com 50,10%, visando certificar se os procedimentos adotados estão em conformidade com os normativos internos, com a legislação vigente, em virtude dos processos instaurados pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná	33	O escopo definido por Furnas visa complementar o trabalho efetuado pela Auditoria Interna da COPEL. Análise do Processo de Gestão da SPE (MSG) no tocante: Ao atendimento às recomendações do Manual de SPE da Eletrobras; Aos aportes realizados no exercício de acordo com o Plano de Negócio, os percentuais correspondentes e se estão corretamente contabilizados; As aprovações dos Planos de Negócios pelas alçadas competentes; Aos mecanismos de apuração do retorno esperado do investimento;	Não identificamos o lançamento no Sistema de Gestão SPE referentes às penalizações ocorridas nos anos de 2015 e 2016, aplicadas pelo Tribunal de Contas do Paraná. PROCESSO N°: 139410/16 - A 2ª Inspetoria de Controle Externo apresenta requerimento de Comunicação de Irregularidade em face de Mata de Santa Genebra Transmissão S.A., em virtude de irregularidades constatadas em licitações e contratos firmados. PROCESSO N.º: 805611/15 - Prestação de contas anual. Mata de Santa Genebra Transmissão S/A. Exercício financeiro de 2015. Ausência de relatório do controle interno da entidade. Atraso injustificado na prestação de contas. Regularidade com ressalva das contas. RETIFICAÇÃO DO ACÓRDÃO 701/16.		Desenvolver controles que assegurem o monitoramento das informações sobre os processos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, de forma a garantir que todas as informações estejam cadastradas no Sistema de Gestão da SPE, e atualizando o sistema lançando os processos listados na descrição de não conformidade.	Assuntos Regularizados

Situação - Auditoria Interna						
RAU	Processo Auditado	Item do PAINT	Escopo	Não Conformidade	Resultado	
					Recomendação(ões)	Situação
027.2017	Gestão de Participação (Subprocessos: Acompanhamento dos Investimentos Permanente – PTC1 / Acompanhamento dos Investimentos Temporários (TVM) – PTC4 / Avaliação Integrada das Oportunidades (Sociedade de Propósito Específico – SPE) – PTC5 / Gestão do Desempenho das Sociedades de Propósito Específico (SPE) – PTC6), em aderência aos requisitos da Lei Sarbanes-Oxley para o exercício de 2016	10	A delimitação do escopo decorre da apuração da materialidade, definida a nível consolidado pela Eletrobras.	As não conformidades foram apuradas nos testes realizados pela empresa Deloitte contratada pela Eletrobras.	Observar os prazos para atendimento do plano de ação elaborado junto a Gerência de Gestão de Riscos e Controles Internos – GRI.P, de modo a não impactar o cronograma referente a Certificação SOx 2017.	Assuntos Regularizados
028.2017	Investimentos em Participações, subprocesso desempenho em participações (Sociedade de Propósito Específico EESM)	27	<p>Avaliação dos atos de gestão no que tange:</p> <p>Gestão de Furnas</p> <p>a) Relatório DN/SP.N nº 001.2017 – Revisão do Plano de Negócio da EESM nº 3 – janeiro 2017;</p> <p>b) Relatório EPSM.RM.005.2017-R0 - Relatório de acompanhamento das atividades – Maio de 2017 - Engenharia do Proprietário - UHE São Manoel;</p>	<p>3) Furnas possui um sistema de Gestão utilizado para monitoramento das atividades das SPE's. Porém, apesar dos principais atos societários estarem cadastrados, ainda não possibilitou à administração a eficácia e transparência desejadas, pois algumas informações estão desatualizadas, a título de exemplo citamos:</p> <p>Aportes: Nas Atas de Reunião do Conselho de Administração nas datas 26.10.2015, 13.11.2015, 26.01.2016, 02.03.2016, 29.02.2016, 21.03.2016, 25.04.2016, 30.05.2016, 27.06.2016, 30.06.2016, 27.06.2016, 12.12.2016, 16.01.2017, 09.02.2017 e 04.05.2017</p>	Recomendamos que à administração da entidade adeque as informações no seu sistema, pois desta forma está atendendo às necessidades do sistema na Empresa e garantindo a utilização do software de maneira mais eficaz possível.	Assuntos Regularizados

Situação - Auditoria Interna						
RAU	Processo Auditado	Item do PAINT	Escopo	Não Conformidade	Resultado	
					Recomendação(ões)	Situação
			<p>c) Relatório de Plano de Negócios;</p> <p>d) Relatório do Parecer Jurídico, e</p> <p>e) Relatório do Cronograma Físico.</p> <p>Gestão da EESM</p> <p>a) Estatuto Social e 1ª. Alteração do Estatuto Social;</p> <p>b) Atas de Assembleia Ordinária e Extraordinárias (conforme informações registradas do Sistema de Gestão de SPÉ de Furnas e arquivos magnéticos recebidos da EESM);</p> <p>c) Atos societários que autorizam os adiantamentos/pagamentos aos fornecedores subcontratados da UTC CONSTRAN (preliminar) período de 06.10.2015 a 29.02.2016;</p> <p>d) Relatório dos atos societários que autorizaram os adiantamentos/pagamento aos fornecedores subcontratados da UTC CONSTRAN sem o desconto da parcela do EPC - Março 2016;</p> <p>e) Relatório de Atos Societários do Programa de Recuperação do Cronograma do Empreendimento PRCE – Março 2017;</p> <p>f) Acordos de acionistas;</p> <p>g) Relatório do Plano de Negócios da Empresa de Energia São Manoel S.A – Julho 2016;</p>	<p>registradas no sistema não constam todas as assinaturas necessárias.</p> <p>Aportes: Nas Atas de Reunião do Conselho Fiscal nas datas 25.11.2015, 29.01.2016, 03.03.2016, 01.03.2016, 24.03.2016, 06.05.2016, 10.06.2016, 30.06.2016, 02.09.2016, 06.10.2016, 20.12.2016, 09.02.2017 e 07.04.2017 registradas no sistema não constam todas as assinaturas necessárias.</p> <p>Contratos/Fornecimento: Constam 82 contratos listados, entretanto apenas 1 (um) contém a cópia do contrato arquivado.</p>		

Situação - Auditoria Interna						
RAU	Processo Auditado	Item do PAINT	Escopo	Não Conformidade	Resultado	
					Recomendação(ões)	Situação
			<p>h) Relatório do Comitê de Compliance; e</p> <p>i) Relatório de análises de pagamentos efetuados pelo Consórcio Construtor da UHE São Manoel da E&Y.</p> <p>Os trabalhos de auditoria abrangeram o período de 01.01.2016 a 31.05.2017, atentando para a conformidade dos atos de gestão com a estrutura de governança, as políticas, normas e procedimentos vigentes, e a sua tempestividade. Observa-se que os relatórios acima foram disponibilizados, e que por considerarmos insuficientes, foi complementado através de novas solicitações de documentos através de e-mails e correspondências, bem como entrevistas com gestores da Diretoria de Gestão de Novos Negócios e de Participações - DN, órgão responsável pelo contato com a EESM. Contudo essas informações não chegaram à época. É sobre as bases acima que elaboramos o presente relatório de auditoria.</p> <p>Limitação de Escopo:</p> <p>Considerando a entrega parcial da documentação solicitada a EESM através das correspondências DN.E.046.2017 e DN.E.051.2017, respectivamente de 01.06.2017 e 23.06.2017, emitidas pela DN, nossos trabalhos sofreram limitações no que tange aos atos de gestão da SPE.</p>			

Situação - Auditoria Interna						
RAU	Processo Auditado	Item do PAINT	Escopo	Não Conformidade	Resultado	
					Recomendação(ões)	Situação
			<p>Assim, após a resposta da EESM através da correspondência de 13.06.2017, ficaram pendentes de atendimento os seguintes itens:</p> <ul style="list-style-type: none"> 1) Documentação referente ao adiantamento (Ted/Doc ou comprovante de depósito) de R\$ 100 MM à UTC Constran; 2) Cotações das contratações realizadas das consultorias, inclusive da EY e consultorias jurídicas; 3) Contratos realizados com as auditorias e a consultorias jurídicas, bem como os referidos processos de pagamentos; 4) Contrato de EPC entre Furnas S.A. e EESM; 5) Cópia do aviso de sinistro, bem como andamento do processo junto à PAN Seguradora S.A; 6) Andamento do Processo Judicial (0030501-36.2017.8.19.0001) distribuído pelo Consórcio UTC Constran, inclusive com resultado da Audiência de Conciliação realizada em 16.05.2017; 7) Carta-fiança que foi apresentada pela Constran-UTC; 8) Status atual do processo de mediação com a Constran-UTC ; 			

Situação - Auditoria Interna						
RAU	Processo Auditado	Item do PAINT	Escopo	Não Conformidade	Resultado	
					Recomendação(ões)	Situação
			<p>9) Relação atual dos funcionários, contendo: data de admissão, nome, matrícula, cargo, salário, tipo de vínculo (CLT, terceirizado) ;</p> <p>10) Despacho ANEEL com Cronograma de Implantação; (inclusive, se houver, com as regras de acompanhamento do cumprimento do cronograma de implantação);</p> <p>11) Política de Alçadas e Competências (Manual de Competências) e Regimento Interno.</p> <p>12) Contrato de Prestação de Serviço da EDP (administrativo/financeiro) com a EESM; e</p> <p>13) Pagamentos realizados no período: Ano 2016 e 1º.Trimestre de 2017 (Em planilha eletrônica, registros analíticos, contendo ao menos data, número do documento, valor, fornecedor e descrição).</p>			